



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Kilpatrick Muller Bernardo Campelo

O estatuto conceitual e funcional das proformas.
Pronome: protótipo das proformas

Tese apresentada como requisito
parcial do curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em
Linguística da UFC.
Orientadora: Profa. Dra. Márcia
Teixeira Nogueira

Fortaleza – CE
2007

DEFESA DE TESE

CAMPELO, Kilpatrick Muller Bernardo. O estatuto conceitual e funcional das proformas. Pronome: o protótipo das formas. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFC. Fortaleza, 2007.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Márcia Teixeira Nogueira – UFC

Profª. Dra. Maria Helena de Moura Neves – UNESP

Profª. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima – UFPI

Prof. Dr. Paulo Mosânio Teixeira Duarte – UFC

Prof. Dr. Josenir Alcântara de Oliveira – UFC

Profª. Dra. Márluce Coan – UFC

Em 04/10/2007

Conceito: _____

DEDICATÓRIA

Às minhas mulheres, Ana Luísa e Sandra Alecrim: por que passamos de tudo sabem.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade de estar aqui e por ter-me concedido forças para suplantar todos os obstáculos.

À minha família, meus pais, Napoleão Campelo e Zenaide Bernardo, pelo investimento incansável em minha formação.

À minha família nuclear, minha esposa, Sandra Alecrim, e minha filha, Ana Luísa, pela presença sempre carinhosa e revigorante, pela inspiração e pelo infatigável apoio afetivo e operacional.

À minha orientadora e principal interlocutora, Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira, cuja grandeza, constituída de fino trato interpessoal, agudeza intelectual, senso apurado de justiça e empreendedorismo em prol do interesse público, conheci em momentos decisivos de meu doutorado, e cuja amizade e inteligência sempre estiveram ao meu inteiro dispor a fim de aprimorar meu trabalho em toda a sua extensão.

À minha amiga e colega de estudos lingüísticos, especialmente os gramaticais, Maria Claudete, que me proveu farta bibliografia, debateu comigo pontos nevrálgicos do trabalho, incentivou-me ininterruptamente, além de ter-me auxiliado com sugestões mui oportunas de formatação. Sou-lhe grato também pela sugestão do corpus, que me foi absolutamente decisivo para que o trabalho não ficasse estritamente teórico.

Ao Prof. Dr. Paulo Mosânio, com quem empreendi lutas valorosas de ordem acadêmica e institucional, e com quem hauri muitos dos conhecimentos que me permitiram angariar ânimo e autonomia suficiente para dar termo a este trabalho.

Ao Coronel Rigoni, cujos prontos apoio e compreensão foram absolutamente vitais para garantir-me o tempo necessário para a consecução deste trabalho. Devoto-lhe, sem dúvida, incomensurável gratidão.

Ao Coronel Soares, meu chefe imediato, que demonstrou, conquanto tenha travado conhecimento comigo apenas no corrente ano, integral apoio para que eu levasse a bom termo esta tese.

À profa. Anete Neves, que se mostrou uma autêntica amiga na medida em que se prontificou a me substituir no Colégio Militar nos meses finais de redação.

A todos que, de um modo ou de outro, contribuíram para o meu conhecimento de todos os temas abordados nesta tese, ou seja, meus estimados alunos do Colégio Militar de Fortaleza, meus colegas de trabalho e de doutorado, em especial ao Bosco, meus alunos universitários.

RESUMO

Esta tese, predominantemente teórica, postula que os sistemas lingüísticos naturais tendem a uma regularização demonstrável por meio de formas, categorias, classes e funções prototípicas. As formas representativas de prototipicidade de propriedades categoriais ou de classes de palavra são construídas por intermédio de eleições dos usuários de determinadas comunidades lingüísticas. Essas opções assentam-se ou sedimentam-se com base na freqüência de uso. Quanto mais freqüentemente uma forma é usada, maior a possibilidade de gramaticalização acentuada, com perda de massa fônica e morfologização, com repercussões atinentes ao seu estatuto categorial em relação aos paradigmas da língua. A codificação gramatical de toda e qualquer propriedade categorial (número, pessoa, gênero, tempo, modo, voz, etc), assim como das classes de palavras é, em última análise, construída com base no uso. A propositura fundamental desta tese é a reivindicação de uma nova categoria, a **proformalidade**, com vistas a reconfigurar as classes, de tal sorte que a reordenação contemple quatro macroclasses de palavras, a saber: nomes (substantivos, adjetivos, numerais); verbos; advérbios; e elementos relacionais (juntores preposicionais e conjuncionais). Essa categoria afeta igualmente as subclasses das referidas macroclasses e os morfemas intralexicais codificadores das aludidas propriedades categoriais, com a admissão de uma movimentação *interclasse* e *intraclasse* decorrente da incidência de processos de gramaticalização. O cabedal teórico é constituído do confronto de modelos epistemológicos, com a opção por um amálgama de teses aristotélicas e prototipistas; da exposição da natureza dos processos de gramaticalização, com a admissão de que léxico e gramática são seções diferenciadas pelo estatuto de gramaticalidade; da admissão da hipótese evolucionária para explicar os movimentos de gramaticalização de codificações de maior transparência (ou concretude referencial) e funções exofóricas para funções estritamente intralingüísticas. Ao longo dessa exposição teórica, que confronta teses tradicionais sem desconsiderar seu proveito relativo, análises ilustrativas de amostras de uso concreto da língua portuguesa (coligidas do www.corpusdoportugues.org e de outros sítios da internet) são empreendidas com vistas a fundamentar minimamente a razão de ser da tese fundamental. Destarte, esta proposta de classificação gradua as macroclasses de palavras em dois macrogrupos, denominados de **pleriformas** e **proformas**, os quais são discrepados com base na manifestação mais ou menos acentuada da categoria **proformalidade**. Essa categoria responde pela fusão de conceitos pragmáticos, cognitivos e lingüísticos para explicar a prototipicidade de formas de classes, subclasses e morfemas intralexicais como itens exemplares de seus respectivos paradigmas. Sua exemplaridade provém da conservação de traços semânticos mínimos no interior de cada classe, subclasse ou paradigma mórfico intralexical, de tal modo que uma proforma pode desempenhar função supletiva com freqüência majoritária, conquanto não absoluta, ou representar prototipicamente todos os membros de sua classe, subclasse ou paradigma mórfico intralexical. A compreensão de que os processos de variação e mudança lingüística, em especial a gramaticalização, responde pela fluidez categorial nos levou a compor escalas de *continua* dentro das diversas macroclasses proformais, com vistas a exemplificar o trânsito *interclasse* e *intraclasse* com diferentes graus de gramaticalidade (observando-se para a avaliação do estatuto de gramaticalidade, fatores de ordem mórfica, sintática e semântica). Por outras palavras, a elaboração das escalas tem por interesse ilustrar que o estatuto de gramaticalidade de pleri- e proformas disponíveis para codificação lingüística de toda ordem pode variar entre as classes, entre as subclasses de uma mesma classe, entre os morfemas intralexicais e entre funções sintático-semânticas. Desse modo, no interior de cada macroclasse pleri- e proformal, de suas subclasses e de suas propriedades categoriais constitutivas, as formas apresentam estatutos de gramaticalidade variados, a depender de sua

maior, menor ou múltipla filiação, respectivamente, a macroclasses, a subclasses, ou a maior ou menor expressão morfologizada de uma propriedade categorial. As disputas, portanto, entre léxico e gramática, condicionadas por fatores cognitivos e pragmáticos, ocorrem entre as classes, as subclasses e os morfemas intralexicais codificadores de propriedades categoriais. Por fim, a tese presta um tributo à tradição por ter, de um modo ou de outro, chamado atenção, ou intuído, para a propensão de os sistemas lingüísticos apresentarem, de modo periodicamente refundido, uma contraparte mais genérica de cada macroclasse, subclasse e morfemas intralexicais. Contudo, esse entendimento se refletiu ou se resumiu estrita e/ou principalmente à classe pronominal. Justifica-se, assim, a consideração dos pronomes como os protótipos das proformas, ou seja, como seus exemplares típicos ou melhores representantes.

Palavras-chave:

Prototipicidade; proformalidade; gramaticalização; classe de palavra; hipótese evolucionária.

ABSTRACT

This thesis, predominantly theoretical, postulates that the natural linguistic systems tend to regularization demonstrable through prototypical forms, categories, classes and functions. The representative forms of categorical properties prototypicality are built by means of user-determined choices of language communities. These choices settle down or sediment on the basis of usage frequency. The more often a given form is used, the greater the possibility of stressed grammaticalization, with the loss of phonic mass and the morphologicalization with germane repercussions to the categorical status in relationship to the language paradigms. The grammatical codification of each and every categorical property (number, person, size, gender, tense, mood, voice, and so on), as well as the word classes, is, in the last analysis, construed on the basis of the use. The fundamental proposition of this thesis is the claim for a new category, *proformality*, in pursuit of reconfiguring the word classes, in such a way the reordination considers four word macroclasses, to wit: nouns (substantives, adjectives, numerals); verbs; adverbs; and relational elements (prepositional and conjunctive connectors). This category affects not only the subclasses of the above mentioned macroclasses but also the intralexical morphemes codifying the referred categorical properties, with the admission of a interclass and intraclass moving as a consequence of the incidence of grammaticalization processes. The theoretical support is constituted by the confrontation of epistemological models, with the final option for an amalgam of Aristothelic and prototypical theses; by the exposition on the grammaticalization processes nature, with the assumption that lexicon and grammar are differentiated sections by virtue of the grammaticality status; by the admission of the evolutionary hypothesis to explain the movements of grammaticalization of codifications of bigger transparency (referential concreteness) and exophoric codifications to strictly intralinguistic functions. Along of that theoretical exposition, which confronts traditional theses without disregarding its relative profit, illustrative analyses of samples taken from the concrete use of Portuguese language (collected from www.corpusdoportugues.org and other internet sites) are undertaken aiming to found minimally the fundamental reason of this thesis. Thus, this proposition of classification gradates the word macroclasses in two macrogroups, named *pleriforms* and *proforms*, which are distinguished on the basis of the manifestation more or less stressed of *proformality* category. This category accounts for the fusion of pragmatic, cognitive and linguistic concepts in order to explain the prototypicality of forms related to classes, subclasses and intralexical morphemes as model items of their correspondent paradigms. Its exemplarity comes from the conservation of minimal semantic features at the bottom of each class, subclass and intralexical morphemic paradigm, in such a way a proform can perform a suppletive function with large-scale frequency, even though not absolute, or represent prototypically all of the members of its class, subclass or intralexical morphemic paradigm. The comprehension that the processes of variation and linguistic change, especially grammaticalization, accounts for categorical fluidity led us to produce scales of *continua* inside several proformal macroclasses, aiming to exemplify the movement inside the same class and among the different classes with different degrees of grammaticality (to do that, one observes factors of morphological, syntactic and semantic factors). In other terms, the elaboration of scales aims to illustrate that the status of grammaticality of available pleri- and proforms to any kind of linguistic codification can vary among the classes, the subclasses of the same class, the intralexical morphemes and syntactic-semantic functions. So inside each pleri- and proformal macroclass, inside its subclasses and inside its constitutive categorical properties, forms present different levels of grammaticality on the basis of its greater, lesser or multiple membership, respectively, on macroclasses, subclasses, greater or lesser morphological expression of a categorical property. Therefore, the disputes among lexicon and grammar, conditioned by cognitive and pragmatic factors, occur inside the

classes, the subclasses and the intralexical morphemes codifying categorical properties. Finally this thesis pays tribute to the tradition since it has paid attention, one way or the other, to the propension of linguistic systems to put forward, in a periodically remolded way, the more generic counterpart of each macroclass, subclass and intralexical morphemes. However, this understanding has been strictly or mainly reflected and subsumed to the so called pronominal class. That is the reason why it is justifiable the consideration that pronouns are the prototypes of proforms, that is, they are their typical exemplars or their better representatives.

Key-words:

Prototypicality; proformality; grammaticalization; word class; evolutionary hypothesis.

SUMÁRIO

Lista de Quadros

Lista de Anexos

Resumo.....	vi
Abstract.....	viii

Introdução

1. Categorização lingüística: o confronto de modelos epistemológicos	
1.1. Introdução.....	01
1.2. Os conceitos de denotação e designação em cotejo com a noção de prototipia.....	01
1.3. A resistência do referente, a percepção subjetiva e o <i>continuum</i> do real.....	05
1.4. Categorização aristotélica.....	08
1.5. Prototipia: por uma gramática de categorias não-discretas.....	14
1.5.1. Problemas da noção de protótipo.....	25
1.6. Gramaticalização: seu estatuto teórico e sua validade operacional, metodológica e heurística.....	27
1.6.1. Considerações teóricas gerais.....	27
1.6.2. Definições de gramaticalização.....	28
1.6.3. Etiologia e teleologia da gramaticalização	39
1.6.4. Os princípios de Lehman, Hopper, Bybee, Perkins & Pagliuca.....	44
1.6.5. As diferenças entre gramaticalização e lexicalização: gramaticalização como um epifenômeno	57
1.6.6. O enquadre de processos de formação de palavras como processos lexicais ou gramaticais.....	81
2. Por uma teoria de classes de palavras	86
2.1. Da palavra ao morfema.....	88
2.1.1. O morfema	89
2.1.1.1. A definição de morfema e os seus tipos	91
2.1.1.2. Morfê e morfema.....	93
2.2. As noções de palavra: reconhecimento e refinamento conceitual e operacional.....	94
2.2.1. A palavra fonológica	95
2.2.2. A palavra sintática	96

2.2.3.	A palavra para a morfologia e a morfossintaxe	99	
2.2.4.	Os conceitos de item lexical.....	105	
2.2.5.	O vocábulo-morfema.....	110	
2.2.6.	O conceito de palavra e os tipos de língua.....	111	
2.3.	Os níveis de análise como parâmetro ou critério distintivo das classes.....	113	
2.3.1.	O critério da forma.....	115	
2.3.2.	O critério distribucional	124	
2.3.3.	O critério semântico e o discursivo	125	
2.3.4.	O critério da produtividade	129	
2.3.5.	O critério morfossemântico	134	
2.3.6.	O critério cognitivo	136	
2.3.7.	O critério da frequência.....	138	
3.	A configuração das macroclasses	141	
3.1.	A macroclasse nominal	146	
3.1.1.	A subclasse substantival	148	
3.1.1.1.	Critério mórfico	148	
3.1.1.2.	Critério sintático	154	
3.1.1.3.	Critério semântico	157	
3.1.2.	A subclasse adjetival	158	
3.1.2.1.	Critério mórfico	158	
3.1.2.2.	Critério sintático	159	
3.1.2.3.	Critério semântico	159	
3.1.3.	A subclasse numeral	160	
3.1.3.1.	Critério mórfico	160	
3.1.3.2.	Critério sintático	161	
3.1.3.3.	Critério semântico	161	
3.2.	A macroclasse verbal	162	
3.2.1.	Critério mórfico	163	
3.2.2.	Critério sintático	164	
3.2.3.	Critério semântico	165	
3.3.	A macroclasse adverbial	167	
3.3.1.	Critério mórfico	167	
3.3.1.1.	A formação dos advérbios	168	

3.3.2.	Critério sintático	169
3.3.3.	Critério semântico	173
3.3.4.	A exclusão dos dêiticos	175
3.3.5.	A função textual-discursiva	176
3.4.	A macroclasse relacional	176
3.4.1.	Critério mórfico	177
3.4.2.	Critério sintático-semântico	178
3.5.	Súmula da seção.....	179
4.	Proformas: aspectos conceituais, tipológicos e funcionais	180
4.1.	Insuficiências terminológicas e conceituais	180
4.2.	Delimitação conceitual de proforma	181
4.2.1.	Os macrogrupos de macroclasses: pleriformas e proformas	183
4.2.2.	A conceituação corrente de <i>proforma</i>	184
4.3.	A constituição da referência das pleriformas nominais	187
4.3.1.	A relação do par definitude/indefinitude e a categoria da proformalidade.....	191
4.3.2.	Tipos de referência nominal: confronto da foricidade nominal pleri- e proformal.....	194
4.3.3.	Referencialidade e foricidade.....	200
4.4.	Proposição de uma tipologia de proformas	203
4.4.1.	Proformas nominais	206
4.4.1.1.	Proformas nominais substantivais	206
4.4.1.2.	Proformas nominais adjetivais	206
4.4.1.2.1.	O problema da demonstratividade: artigos, demonstrativos <i>stricto sensu</i> e pessoal de terceira.....	206
4.4.1.2.2.	A identificação e caracterização formal e funcional geral dos demonstrativos.....	208
4.4.1.2.2.a.	Os demonstrativos articulares	211
4.4.1.2.2.b.	Os demonstrativos não-articulares	215
4.4.2.	Proformas verbais	218
4.4.3.	Proformas adverbiais	221
4.4.4.	Proformas relacionais	230
4.4.4.1.	Proformas relacionais preposicionais.....	233
4.4.4.2.	Proformas relacionais conjuncionais.....	242

4.5.	A saliência das proformas nominais	250
4.5.1.	Pronome: o protótipo das proformas	254
4.5.2.	Aspectos funcionais das proformas	255
4.6.	Quadro geral das macroclasses e seus movimentos <i>inter-</i> e <i>intraclasse</i>	257
5.	Uma classe especial de proformas: os pronomes.....	261
5.1.	Contraste de perspectivas de caracterização da proforma nominal.....	261
5.2.	Aspectos morfossintáticos.....	263
5.2.1.	Categorias típicas de nominalidade.....	263
5.2.1.1.	O gênero.....	263
5.2.1.2.	O número.....	265
5.2.1.3.	O grau.....	270
5.2.2.	A noção de <i>pessoa</i>	271
5.2.2.1.	A relativa neutralização da expressão morfológica da categoria <i>pessoa</i> nos verbos em função da gramaticalização de <i>você</i> ..	273
5.2.2.2.	Axionímia gramatical e lexical.....	276
5.2.2.3.	As séries de proformas coordenadas.....	281
5.2.3.	A noção de supletividade	282
5.2.4.	A contribuição do <i>caso</i>	291
5.2.4.1.	Caso e <i>pessoa</i>	295
5.3.	Aspectos sintáticos	297
5.4.	Aspectos semânticos.....	302
5.4.1.	Foricidade: <i>exófora</i> e <i>endófora</i> como traço de nominalidade em geral.....	302
5.4.2.	A (re)categorização	307
5.4.3.	A noção de <i>nome geral</i>	319
5.4.4.	A escala de prototipicidade das proformas nominais.....	321
	Considerações finais.....	324
	Referências bibliográficas.....	328
	Anexos.....	334

Lista de Quadros

Quadro I – Contraste conceitual de proformas e pronomes.....	27
Quadro II – Demonstrativo das ocorrências de <i>nemigalha</i>	50
Quadro III – Esquema geral do percurso de gramaticalização	58
Quadro IV – Esquema geral de gradualidade e unidirecionalidade de gramaticalização.....	59
Quadro V – Conceitos de léxico conforme as abordagens lexicográfica, gramatical e cognitiva, segundo Himmelman.....	62
Quadro VI – Conceitos usuais de gramaticalização, segundo Himmelman.....	65
Quadro VII – Usos básicos de lexicalização para Himmelman.....	65
Quadro VIII – Raízes sincronicamente semânticas vazias.....	66
Quadro IX – Mudanças do demonstrativo de 3ª pessoa latino para Himmelman.....	69
Quadro X – Quadro dos itens lexicais ou morfológicos de Carone.....	77
Quadro XI – Contraste de itens morfológicos de estatuto lexical e gramatical com base em aspectos fonológicos, morfossintáticos e semânticos.....	80
Quadro XII – Distribuição dos processos de formação de palavras por lexicalização ou gramaticalização.....	84
Quadro XIII – Percurso de unidirecionalidade	86
Quadro XIV – Exemplo de supletividade lexical	99
Quadro XV – Conceitos de item lexical em âmbito fonológico, morfológico, sintático e semântico..	108
Quadro XVI – Quadro sinótico de classes e categorias da NGB	117
Quadro XVII – Demonstrativo da ausência de correlação de terminações e gênero substantival.....	119
Quadro XVIII – Classes de palavras conforme Chaves	126
Quadro XIX – Diferenças fundamentais entre léxico e gramática	146
Quadro XX – Razões da inserção das proformas na gramática <i>stricto sensu</i>	146
Quadro XXI – Macroclasses de Halliday	146

Quadro XXII – Gênero dos substantivos	152
Quadro XXIII – Sufixos substantivais e traços semânticos.....	153
Quadro XXIV – Variação léxico-gramatical para a expressão dos numerais multiplicativos.....	161
Quadro XXV – Contraste do estatuto de gramaticalidade da classe macroclasse adverbial com as macroclasses nominal e relacional.....	169
Quadro XXVI – Critérios da GT para a classe adverbial	170
Quadro XXVII – Contraste entre formações adverbiais em – <i>mente</i>	173
Quadro XXVIII – Quadro das macroclasses de Camara Jr.	177
Quadro XXIX – Análise da gramaticalidade vertical entre as macroclasses pleriformais.....	179
Quadro XXX – Expressões pleriformais nominais confrontadas com tipos de campo mostrativo e natureza de acesso referencial.....	188
Quadro XXXI – Parâmetros e tipos de referência nominal.....	195
Quadro XXXII – Macroclasses proformais e suas proformas prototípicas.....	205
Quadro XXXIII – Formas homônimas do artigo definido: contraste do caráter sintático-semântico.	207
Quadro XXXIV – Quadro resultante dos demonstrativos não-articulares.....	215
Quadro XXXV – Contraste quantitativo dos dêiticos locativos	223
Quadro XXXVI – Demonstrativo do uso de <i>cá</i> em Portugal e no Brasil	223
Quadro XXXVII – Contraste do uso de <i>aqui</i> em Portugal e no Brasil com base nos gêneros de texto.....	226
Quadro XXXVIII – Contraste do uso de <i>aqui</i> , precedido da preposição <i>para</i> , em Portugal e no Brasil com base nos gêneros de texto.....	226
Quadro XXXIX – Emparelhamento de pleriformas gerais nominais e proformas adverbiais por filiação semântica.....	229
Quadro XL – Quadro morfologizado em razão de traços semânticos comuns para diferentes classes proformais em Esperanto.....	229
Quadro XLI – <i>Continuum</i> de pro- e pleriformas relacionais preposicionais.....	235
Quadro XLII – Valores sintático-semânticos e classes-fonte de preposições acidentais.....	237

Quadro XLIII – A preposição <i>de</i> do latim ao português.....	238
Quadro XLIV – Contraste quantitativo entre as proformas relacionais conjuncionais <i>e</i> e <i>que</i>	242
Quadro XLV – Contraste quantitativo das proformas conjuncionais prototípicas no séc.XX.....	243
Quadro XLVI – <i>Continuum</i> de formas conjuncionais adversativas	245
Quadro XLVII – Contraste quantitativo das conjunções concessivas.....	246
Quadro XLVIII – Sinopse morfológica do <i>que</i>	248
Quadro XLIX – Macroclasses e metafunções de Camara Jr.....	251
Quadro L – Quadro geral das macroclasses e seus movimentos <i>inter-</i> e <i>intraclasse</i>	258
Quadro LI – Legenda do quadro geral das macroclasses.....	260
Quadro LII – Quadro ilustrativo da expressão do gênero dos pronomes.....	264
Quadro LIII – Análise componencial de <i>eu</i>	266
Quadro LIV – Combinações ou associações personativa ou não-personativa de <i>nós</i>	267
Quadro LV – Quadro ilustrativo dos valores referenciais não-marcados de <i>nós</i>	268
Quadro LVI – A codificação da categoria <i>pessoa</i>	271
Quadro LVII – <i>Continuum</i> da codificação da categoria <i>pessoa</i> entre as pleri- e proformas nominais..	273
Quadro LVIII – Demonstrativo histórico quantitativo de <i>Vossa Mercê</i>	274
Quadro LIX – Demonstrativo histórico quantitativo de <i>você</i>	274
Quadro LX – Contraste histórico quantitativo dos usos de <i>tu</i>	274
Quadro LXI – Pronomes de tratamento de Cunha & Cintra	277
Quadro LXII – Traços semânticos otimizados (interlocução-localização) enfeixados pela categoria <i>pessoa</i>	281
Quadro LXIII – Quadro das proformas nominais indefinidas substantivas e proformas adverbiais....	289

Quadro LXIV –Contraste entre pleri- e proformas quantificadoras.....	290
Quadro LXV – Pronomes substantivos para Camara Jr.....	292
Quadro LXVI – Quadro das proformas nominais pessoais <i>grammaticae tradictionis sensu</i>	293
Quadro LXVII – Pronomes substantivos, segundo Monteiro (1994).....	294
Quadro LXVIII – Funções sintáticas de proformas nominais substantivais (herdadas e lusigeradas)	294
Quadro LXIX – Demonstrativo de gramaticalidade prototípica das proformas nominais substantivais.....	322

LISTA DE ANEXOS

1. EXEMPLOS DE <i>NEMIGALHA</i>	333
2. EXEMPLOS DO PREFIXÓIDE <i>EURO</i>	335
3. USO DE <i>TUDO</i>	335
4. USO DE <i>ALGUM</i>	336
5. USOS DE <i>ALÍ E LÁ, AQUI E LÁ</i>	337
6. USO DE <i>LÁ</i> COM VALOR NEGATIVO.....	338
7. USOS DE <i>ASSIM</i>	338
8. EXEMPLO DE CRASE	338
9. EXEMPLOS RELATIVOS AO GÊNERO DOS SUBSTANTIVOS	338
10. CASOS DE CONVERSÃO.....	341
11. CASOS DE PLURAL DE SUBSTANTIVOS	342
12. USO DO DEMONSTRATIVO <i>AQUESTE</i>	342
13. CASOS DE HOMONÍMIA DE <i>SÃO</i>	342
14. <i>FEITO</i> COMO PREPOSIÇÃO	343
15. EXEMPLOS DE <i>EMBORA</i>	343
16. USO DE <i>CONQUANTO</i>	345
17. USO DE <i>PELO O</i>	345
18. USOS DE <i>ZINHA</i> COMO BASE LEXICAL	345
19. EXEMPLOS DE MORFEMA FONOLÓGICO	345
20. USOS DO <i>E</i>	346
21. USOS DO <i>E COM OUTRA CONJUNÇÃO</i>	350
22. EXEMPLOS DE <i>CONCORDÂNCIA REDUNDANTE</i>	350
23. EXEMPLOS DE USOS DE ADVÉRBIOS	352
24. VALÊNCIA DE <i>TRAZER</i>	353
25. USOS DE <i>AQUI</i>	353
26. USOS DE <i>CÁ</i>	353
27. EXPRESSÕES DE CARÁTER SUPERLATIVIZADOR	358
28. FORMAÇÃO DE PLURAL DE SUBSTANTIVOS – FORMAS SIMPLES, COMPLEXAS E/OU COMPOSTAS	359
29. EXEMPLOS DE PROFORMAS VERBAIS	360
30. NUMERAIS	360
31. <i>TUDO</i> COMO QUANTIFICADOR UNIVERSAL	360
32. USOS DO SINTAGMA NOMINAL – <i>O HOMEM</i>	361
33. OS AXIÔNIMOS	362
34. VOCÊ E FORMAS CONCORRENTES (VOSSA MERCÊ, VASSUNCÊ, VANCÊ, OCÊ E CÊ).....	368
35. USOS POLIFÓRICOS DE <i>VOCÊ</i>	369
36. USOS DE <i>CADA</i>	370
37. USOS DE <i>IS(T)(S)O</i>	370
38. USOS DE <i>VIZINHO</i>	373
39. USOS DE <i>VIA</i>	374
40. USOS DE <i>A EM CONCORRÊNCIA COM DE</i>	376
41. USOS DE <i>ACONTECE QUE</i>	376
42. USOS DE <i>SÓ QUE</i>	376
43. USOS DE <i>AGORA</i>	377
44. USO DE <i>MIL</i>	377
45. USOS DE PRONOMES NOMINATIVOS EM FUNÇÃO DE COMPLEMENTO.....	377
46. USOS NOMINALIZADOS DE <i>EU</i>	378

*Multa renascentur quae jam cecidere cadentque
Quae nunc sunt in honore vocabula, si volet usus
Quem penes arbitrium est et jus et norma loquendi*¹.

INTRODUÇÃO

Este trabalho principiou com o propósito de descrever a classe pronominal, suas formas, funções e sentido.

Sempre nos provocou a curiosidade de saber o porquê de a tradição conservar a classe pronominal e abrigar nela um conjunto de formas e funções aparentemente muito díspares. Motivava-nos a impressão de que algo teria de justificar o conservadorismo da tradição. Autores de relevo no decurso de tanto tempo não afirmariam a autonomia da classe sob apreço sem que houvesse nenhum fundamento. Não nos conformávamos, enfim, com a anulação pura e simplesmente da classe em razão da aparente inexistência de traço ou traços constituintes de uma uniformidade rígida da classe.

Então, a idéia que nos ocorreu foi de que as formas da classe poderiam ser, de modo escalar, distribuídas conforme graus diferentes de manifestação prototípica dos traços definitórios. Assim, uma vez estabelecidos os traços usualmente apontados como próprios da classe pronominal, as funções e suas respectivas formas seriam mais ou menos tipicamente pronominais em razão da maior ou menor incidência desses traços. Em sendo assim, por exemplo, as formas sobre as quais incidissem os traços de *supletividade nominal*, de *genericidade referencial*, do *gênero neutro*, da noção de *pessoa*, do *caso remanescente*, determinadas restrições sintáticas e peculiaridades referenciais, seriam mais ou menos tipicamente pronominais, caso cumulassem com maior ou menor intensidade tais traços.

O ideário lingüístico-metodológico funcionalista, ao se acentuar o contato com nossa orientadora, a profa. Dra. Márcia Teixeira, assumia um papel estrutural para a confecção desta tese. A idéia de composição de *continua*, com base nos traços tradicionais, não foi levada a termo, vez que nos surgiu uma nova compreensão do arranjo da classe e, na verdade, das classes. O aprofundamento crescente dessas discussões levou-nos a compor o capítulo introdutório. Esse primeiro capítulo pode ser tachado de demasiado especulativo, ou até de filosófico, mas não nos parece que as especulações de cariz epistemológico sejam dispensáveis, nem que o termo ‘filosófico’ represente demérito. Afinal, em seu germinadouro, a gramática é devedora dos grandes pensadores helênicos, de diversas tendências de

¹ Renascerão muitas palavras que desapareceram, e morrerão outras que agora estão em moda, pela simples vontade do uso, cujo arbítrio define o bom falar.

pensamento, dos pré-socráticos, aos estóicos, aos platônico-aristotélicos e aos gramáticos alexandrinos.

Nosso esforço então se direcionou para discutir um referencial teórico-metodológico apropriado para fundamentar a tese de que a tradição, ainda que de modo aparentemente assistemático, via uma coerência mais radical do que qualquer teorização formalista essencialista considera caótico pela suposta ausência de um traço enfeixador de todos os membros da classe pronominal. A suposta *petitio principii* destruidora da classe pronominal cedeu espaço para uma *petitio principii* construtora de macroclasses pleri- e proformais.

Em perseguição desse princípio, encontramos nas reflexões funcionalistas abrigo para uma abordagem, de algum modo, pró-tradição. Os autores ancilares nessa empreitada foram Eco (1998), Givón (1995), Taylor (1992), Halliday (2004), *inter alii*, que contribuíram grandemente para o alargamento de nossa compreensão da fenomenologia em geral, mas, em particular, do comportamento das formas e funções dos sistemas lingüísticos naturais. Nossa conclusão foi a de que as relações sistêmicas, coordenadas sempre, não apenas declaratoriamente, mas operacionalmente, por motivações pragmáticas, devem ser compreendidas à luz de um amálgama de categorizações discretas e escalares. Acatamos, portanto, uma fusão de modelos de análise lingüística.

Ocorreu-nos então o entendimento de que a genericidade semântica encontrada na classe pronominal não era privativa dos pronomes. Parecia-nos, então que a *pronominalidade*, por assim dizer, era uma categoria fundamental de todas as classes. Mas essa denominação já não condizia com a natureza da categoria, afinal não se tratava de uma categoria privativa dos pronomes. Essa categoria pode, de algum modo, até ter sido discutida, mas não devidamente nomeada e descrita.

O contato com leituras sobre as proformas levou-nos ao encaixe final para batizar a categoria de *proformalidade*. Dessa forma, a categoria adquiriu um estatuto mais geral, aplicável a cada macroclasse e suas respectivas subclasses. Tornou-se imperioso, então, re discutir os traços categoriais das classes a fim de reordenar ou recompor as classes em macroclasses e subclasses com vistas a prover uma nova configuração sustentável fundada na proformalidade. Sentimo-nos obrigados a percorrer todo o trajeto de constituição de classes e categorias, com um breve esboço da destituição e da reabilitação da palavra morfossintática. Finda essa discussão, urgia descrever a categoria proposta e os efeitos de sua manifestação entre as classes.

Concomitantemente era imprescindível uma distinção sustentável entre léxico e gramática. Empreendemos, então, o esforço, com base em Halliday, Himmelman *et alii* de

discrepar, considerando a natureza tipológica de nossa língua, sempre em confronto com outras, os níveis de lexicalidade e gramaticalidade, em sentidos estrito e amplo.

Novamente, uma discussão de base funcionalista, referente ao estatuto de gramaticalidade das classes e suas formas, tornou-se indispensável. Eis o motivo de ter-se travado um debate das categorias constitutivas das classes em termos escalares e prototipificadores, admitindo a incidência de processos em estágios diferenciados de gramaticalização, de tal sorte que os fenômenos de fronteira e as manifestações de persistência de traços multicategoriais ou pluriclassemáticos não representem um problema, mas, muito pelo contrário, um achado.

O segundo capítulo nasceu da necessidade de uma demarcação das classes e categorias relevantes para a defesa de nossa tese. A teorização deveu necessariamente ter em mente a conjunção de modelos de categorização supra-referida, sem a qual haverá a impressão de insuficiência categorial. Fizemos, então, escolhas. Convém destacar que não se levou a cabo uma exaustiva análise de classificatórias circulantes, mas cremos ter levado analisado e criticado algumas formulações tomadas como de maior relevo da gramaticologia e da lingüística brasileira.

O terceiro capítulo procurou revisar, criticamente, o que normalmente se considera fundamental para tipificar as macroclasses nominal, verbal, adverbial e relacional. Nosso intuito era identificar os parâmetros fundamentais que justificassem o agrupamento em quatro macroclasses. Com esse propósito, cotejamos autores propositores de macroclasses e encontramos pontos de convergência que nos proveram segurança considerável de que essa divisão não é arbitrária, conquanto não se possa declará-la universal ou necessariamente a melhor entre todas. Representa, na verdade, a que nos parece mais apropriada para os propósitos desta tese.

O quarto capítulo abriga a tese fundamental. Nele se consubstanciam, em termos teóricos, os fundamentos de nossa propositura categorial. Trata-se de uma categorização que, em última análise, orienta-se semanticamente. Novamente, devemos reconhecer que a construção de uma escala de protótipos de todas as macroclasses por que optamos é impossível para um trabalho desse porte.

O quinto capítulo pode sofrer a crítica de não ter sido distribuído como demais as macroclasses, isto é, as proformas nominais substantivais não seguiram a seqüência de análise de cunho morfossintático e semântico como sucedeu com as demais. Conferimos, sem dúvida, algum crédito à crítica, em razão de uma disposição igual à descrição das demais proformas, aparentemente, seria a mais elegante e, talvez, a mais pedagógica. Porém, para validar o

enquadramento das proformas nominais como o protótipo das proformas, não poderia ser diferente. Ademais, a proforma nominal é, sem dúvida, uma das mais problemáticas em razão da miríade de perspectivas e da extensão em qualidade e quantidade de trabalhos publicados.

Finalmente, ainda nestúltimo capítulo, discorreremos sobre as categorias comumente levadas em consideração para a configuração da dita classe pronominal. Cremos ter mostrado que, na verdade, são categorias próprias da classe nominal e não de uma classe pronominal. A pronominalidade é, em suma, tão somente um correlato proformal que não se manifesta privativamente entre os nomes, conquanto os nomes, por conta de sua condição de protoclasa, ou classe geratriz originária evolutiva e correntemente (dia- e sincronicamente), gerou a falsa impressão de que a proformalidade lhe era privativa.

A sensação de incompletude nos perseguiu durante todo o trabalho e, agora, com a sua entrega, mais do que nunca. Não há a expectativa ingênua e pretenciosa de substituição da terminologia vigente, muito bem-sucedida em termos relativos, a despeito das incongruências e insuficiências. Mas, se assim é, a propositura ficaria então restrita a esta tese? Não, nosso público-alvo é, inicialmente, a comunidade acadêmica, a qual, naturalmente, pode ser expandida, caso se desenvolva interesse pela terminologia aqui adotada. A configuração aqui proposta representa um esforço de compor uma teorização terminológica e conceptualmente coerente, o que não sucede com a descrição gramaticológica tradicional, nem mesmo entre os lingüistas novecentistas.

Temos clara consciência de que uma boa tese não é apenas um trabalho compilatório ou volumoso. O volume desta tese deve ser atribuído às nossas limitações em compactar os conteúdos aqui estudados, não a uma profundidade e a uma complexidade inexcedíveis.

A internet nos proveu todas as ocorrências apresentadas nesta tese. Não nos restringimos, porém, a uma única fonte. A principal fonte se encontra no seguinte endereço eletrônico, www.corpusdoportugues.org. Trata-se de um corpus organizado pelos professores Mark Davies, Professor de *Corpus Linguistics*, da Brigham Young University, e Michael J. Ferreira, do Departamento de Línguas Portuguesa e Espanhola, da Universidade de Georgetown. Esse corpus apresenta exemplos ilustrativos de ocorrências do séc.XIII ao séc.XX. Contém 45 milhões de palavras, extraídas de mais de 50.000 textos em português, do séc.XIV ao XX.

O www.corpusdoportugues.org segmenta sua recolha em quatro macrogêneros. Essa divisão em macrogêneros somente se aplica para o séc.XX. Permite também comparações entre os usos lusófonos brasileiro e português, mas, novamente, apenas no século XX. Eis o motivo de, ao longo de nossas análises, haver indicação do país e do gênero apenas entre as

ocorrências novecentistas. Quatro tipos são os gêneros textuais eleitos, a saber: o falado, a ficção, o jornalístico, e o acadêmico. Finalmente, importa ressaltar que, por seu caráter diacrônico, permite a avaliação relativa da produtividade e persistência de determinados fenômenos ao longo de mais de seis séculos de existência da língua portuguesa. Com efeito, o caráter diacrônico contribuiu grandemente para ilustrar a contento nossas teorizações e análises.

Quando não conseguimos localizar ocorrências abonadoras de nossas teorizações, recorremos a *blogs* e jornais virtuais, devidamente identificados.

A análise realizada neste trabalho é eminentemente qualitativa. Contudo, essa preponderância analítica não nos impediu de realizar algumas quantificações e, com base nelas, procurar chegar a determinadas conclusões.

Advertimos, contudo, que nossas leituras, infelizmente, em razão de limitações pessoais, não foram integralmente atualizadas e nem sempre suficientemente críticas. Desde já, portanto, desculpamo-nos pelas eventuais insuficiências e redundâncias encontradas ao longo da tese. Nosso intuito é, oportunamente, ampliar a discussão teórica com vistas a promover enlaces ou interfaces entre modelos teóricos e aplicados de análise lingüística. Esse trabalho representa, esperamos, um grande exercício nessa direção.

Finalmente, cumpre dizer que a nossa cultura gramatical nos tem impedido de perceber a emergência contínua de novas formas, em todas as classes e subclasses, como uma tendência à generalização e à abstratização a cada nova sincronia, por meio de operações miméticas próprias do espírito humano, nos termos em que vamos expor ao longo da tese. O aspecto negativo da sedimentação da descrição tradicional não nos permitiu a percepção da dinâmica de disputas de léxico e gramática, sempre recriadas em cada sincronia. A descrição satisfatória dessas disputas nunca foi descrita a contento. Aqui, nesta tese, propomos uma descrição da construção de gramática, por meio de uma abordagem sociocognitiva, ou, melhor ainda, pragmático-cognitiva.

O arcabouço epistemológico adotado não impinge nenhum estigma sobre a formalização teórica. Ao contrário, procura lidar conscienciosamente com seus limites e suas virtudes.

1. Categorização lingüística: o confronto de modelos epistemológicos

1.1. Introdução

Nesta seção, nosso objetivo fundamental é cotejar, em linhas gerais, os parâmetros de teorias relativas ao problema da categorização, ou seja, ao modo por meio do qual codificamos e ordenamos nossas experiências de toda ordem. Naturalmente, como se trata de uma investigação de cunho lingüístico, as discussões mais gerais a respeito de categorização são aproximadas ao nosso objeto de análise.

1.2. Os conceitos de denotação e designação em cotejo com a noção de prototipia.

A impossibilidade de se operar, de forma considerada coerentemente tolerável, com designações de classes reside, em larga medida, na concepção de conhecimento por que se orienta o analista.

A requisição de categorias absolutas, ou seja, de uma hierarquização rígida, com propriedades e atributos que se estendam à totalidade dos fenômenos que são abrigados pelo mesmo rótulo ou tipificação, inviabiliza, em última análise, qualquer tentativa de classificação em nível aprofundado.

Convém, a respeito do problema da representação, sumariar conceitos fundamentais. Para tanto, valemo-nos, *modo summario*, da companhia de Eco (1998).

Eco (1998, p.332-359) historia o uso dos termos *denotação* e *designação* pela tradição filosófica e lingüística. Retoma conceituações de Aristóteles, de Mill, de Bacon, de Ockham, Russel, Morris, Husserl, Barthes, Peirce, Lyons, etc. Em linhas gerais, sustenta-se que o par *denotação/designação* corresponderia às noções de *significar* e *nomear*, ou *Bedeutung* e *Sinn*, de Frege, ou, para a lingüística corrente, às de *extensão* e *intensão* semânticas. Porém, não há uma associação a expressões referenciais estritamente nominais. Ambas podem referir no âmbito proposicional. Para Aristóteles (*apud* Eco, 1998, p.336), aliás, a significação somente pode referir um estado de coisas em termos proposicionais.

Segundo Eco (1998, p.334), o termo *denotação* sofreu maior variação conceitual. Em uma primeira relação de significados, denotação refere:

- (i) uma classe de indivíduos; (ii) um indivíduo efetivamente existente; (iii) cada membro de uma classe de indivíduos; (iv) o valor de verdade contido numa proposição assertiva (de modo que em cada um destes campos o *denotatum* de uma proposição é aquilo que é a verdade, ou o fato de que *p* seja verdade). (ECO, 1998:334).

A segunda acepção, de caráter referencial factual ou ostensível, também costuma ser referida por meio do termo *designação*. A última costuma limitar o problema da referência à vericondicionalidade. Essa vinculação entre verdade lógica e expressão denotadora ou referidora foi perseguida muito mais por lógicos do que por lingüistas. Também com base nessas acepções, o conceito de denotação contemplaria tanto a relação de *signos-conceitos-coisas individuais* quanto a correlação entre *enunciados-conteúdo proposicional-estado de coisas extralingüístico*.

Mais à frente, a perquirir as significações de pensadores diversos de nomeada, Eco (1998, p.338) relaciona outras acepções do termo *denotatio*:

- (i) sentido intencional *forte* (a denotação está em relação com o significado); (ii) sentido extensional forte (a denotação está em relação com as coisas ou o estado de coisas); (iii) sentido fraco (a denotação permanece suspensa entre intensão e extensão, com bons motivos para tender para a intensão). (ECO, 1998, p.38)

Mutatis mutandis, as acepções (i) e (ii) da última citação correspondem ao uso de expressões referenciais que podem comportar, conforme a predicação e a situação comunicativa, uma referência ou uma proposição genéricas, mais propensas à denotação em (i), ou uma referência ou proposição específicas, próprias da acepção em (ii). A admissão da tradição de (iii) indica os pontos intermediários entre referência e proposição genéricas e específicas.

Para nós, a noção de designação deve estar conectada ao empacotamento lingüístico de todas as acepções listadas acima para *denotação*. O que, por conseguinte, sem uma explicação direta, gera uma opacidade para os termos dada a sua patente polissemia. Parece-nos ainda que o termo último é de uso mais corrente no meio filosófico ou no meio gramatical com a acepção de significação imanente fixa de uma dada expressão referencial, por oposição a uma significação derivada (conotação) para a mesma expressão referencial.

Importa para nós declarar que, para a composição de uma abordagem funcionalista, todas essas acepções de *denotação* e *designação*, ou de *significar* e *nomear*, devem estar associadas a necessidades cognitivo-pragmáticas dos usuários da língua. À guisa de enquadramento em um paradigma funcionalista, valemo-nos das metafunções de Halliday para essa adaptação. Em sendo assim, a tarefa cognitivo-lingüística de representar atende a

motivações subjetivas do usuário em interações concretas. Por outras palavras, a referência ou designação em âmbito geral, particular, ostensivo ou proposicional, está sempre condicionada a fatores metafuncionais ideacionais, interacionais e textuais.

Essas reflexões sobre as noções de termos correntes na Gramática, na Filosofia e na Retórica objetivam apenas introduzir o problema da categorização. O interessante, em conformidade com a orientação que nos norteia, é uma aplicação das conceituações dos termos *denotação* e *designação* a parâmetros funcionalistas, de tal sorte que o problema da representação não desprezasse fatores cognitivos e pragmáticos.

A tradição, ressalte-se, ocupava-se principalmente da primeira metafunção de Halliday, de modo que não consorciava a função ideacional a fatores pragmáticos ou estritamente lingüísticos. O problema da categorização, em razão disso, voltava-se para a delimitação de universais, sem a consideração de fatores culturais² e intersubjetivos ou mesmo subjetivos. Esses fatores de ordem cognitiva, pragmática e lingüística são caros para a adoção de um modelo de categorização que leve em consideração a noção de protótipo, conforme nos interessa.

À guisa de ilustração, em primeiro lugar, para se referir, em termos denotacionais e extensionais, por exemplo, a classe das *aves*, categoriza-se o significado denotado geral, ainda que não se evoquem todos os traços de classe. Naturalmente é possível construir uma lista dos traços pertinentes aos membros dessa categoria, mas esse tipo de denotação não necessariamente evoca todos os traços de generalidade do que poderíamos chamar de *ornitologicidade*. Em suma, o termo *ave* pode ser usado para indicar a classe, denotada e extensionalmente. Em segundo lugar, pode-se ainda referir uma ave específica, em uma referência factual ou presencial, por meio do mesmo signo, *ave*. Finalmente, é possível referir todos os membros da categoria como *aves*, *emas*, *pingüins*, *pavões*, *galinhas*, *águias*, etc. Em resumo, em termos estritamente representacionais, a mesma expressão referencial (em nosso exemplo, *ave*) pode indicar a classe de indivíduos, um indivíduo identificável ostensiva ou factualmente, os indivíduos específicos da classe³.

Ficaram de fora, porém, dessa problematização, para efeito de composição de uma teorização sobre categorização com base na relação entre as expressões lingüísticas, a

² Lakoff (1987, p.87) cita o exemplo de uma categorização de casamento. Haveria, por exemplo, três tipos fundamentais de casamento: bem-sucedidos, bons e fortes. Os primeiros são aqueles em que os cônjuges têm seus objetivos plenamente atingidos; os segundos, os que em que os parceiros consideram o relacionamento mutuamente benéfico; os últimos, os que simplesmente são duradouros. Essa pesquisa demonstra a dependência cultural da categorização.

³ Os possíveis problemas decorrentes das noções de denotação e sua extensão no âmbito proposicional não serão discutidos nesta tese senão perfunctoriamente.

referência e os referentes, os problemas de fronteira. Primeiramente, é preciso mencionar que há referências construídas com base em suposições ou hipóteses; não têm, portanto, caráter factual. Em segundo lugar, há aves⁴ de fronteira quanto à manifestação marginal de traços categoriais típicos. Em terceiro lugar, não há uma ave modelar que reúna todos os traços da categoria, ou seja, a ave das aves. A noção de protótipo torna-se imprescindível, desde que se admita haver uma ave que se considera mais representativa da classe e não haver, nem no mundo sensível nem em um universo imaginário, uma ave das aves⁵. Desenvolvamos, sumariamente, essas aproximações da noção de protótipo⁶.

A primeira problematização não atinge a noção de prototipia. A segunda sim. Ainda que se possa objetar que a compreensão marginal, supostamente característica do senso comum, é solúvel por meio de categorizações científicas mais rigorosas, isso não elimina propriedades da categorização por prototipia em geral.

Rosch (1975) utilizou, pioneiramente, o já clássico exemplo das aves/pássaros, para ilustrar aspectos relevantes da teoria dos protótipos, como a centralidade ou exemplaridade e a marginalidade, com base na manifestação de traço(s) mais ou menos típico(s). Como resultado, em relação ao conceito de ‘pássaro’, entre animais como *pardais, águias, galinhas, patos e gansos, pingüins e pelicanos, morcegos e vacas*, os pardais são tipicamente pássaros; as águias, possivelmente por serem predadores, seriam menos típicas; as galinhas, os patos e os gansos seriam ainda menos; os pingüins e os pelicanos com um grau ainda menor; os morcegos ainda menos; as vacas não são categorizadas como pássaros de forma alguma.

Essa gradualidade da construção cognitiva do referente permite fazer a distinção entre os mais centrais e os periféricos. Assim, no tocante à categoria ‘pássaro’, o pardal ocuparia a posição central; ao passo que as galinhas, os patos e os gansos ocupariam um lugar periférico próximo; os pingüins e os pelicanos seriam mais periféricos; os morcegos mais ainda, com a partilha apenas da capacidade de voar; e vacas, por exemplo, integralmente fora, sem nenhuma identificação com a categoria. A referida gradualidade admite, sem implicar ausência de rigor analítico, a imprecisão, a fluidez ou a relatividade categorial. Significa dizer que a vagueza ou a ausência de encaixe categorial pleno não é tomada como uma debilidade

⁴ Há uma diferença digna de nota entre o português e o inglês quanto à categorização de aves, porque o termo *ave*, em português, é um hiperônimo de pássaro. Essa relação hierárquica não existe em inglês, vez que ambos os termos, *ave* e *pássaro*, em inglês, seriam traduzidos por um único termo, *bird*.

⁵ Tal ser teria de reunir traços como as asas de uma águia, a penugem de um pingüim, as pernas de uma avestruz, o bico de um pombo, para falar apenas de itens anatômicos externos.

⁶ Na matemática, uma importante teoria desenvolvida no mesmo sentido da teoria dos protótipos, a *teoria de conjuntos difusos* de Lotfi A. Zadeh, a qual também se vale do aprovisionamento de uma doutrina categorial fundada em escalaridade, em que se consideram elementos típicos, mais centrais, e elementos menos típicos, mais marginais.

descritiva ou deficiência analítica. Importa, então, identificar os traços que podem demarcar o centro e as fronteiras de uma dada categoria.

Lakoff (1987, p.137) adverte do risco, contudo, de se tomar a noção de protótipo como base exclusiva para a construção de um modelo de categorização. Assim, conforme o autor, muita vez, em lugar de se tomar como parâmetro definitivo de uma categoria um item modelar por reunir os traços mais genéricos, toma-se o protótipo, que pode ser um esquema ou conjunto de traços, ou simplesmente um exemplar da categoria.

Nesta tese, advertimos desde já, a teoria dos protótipos não é vista acriticamente, nem é tomada como parâmetro absoluto de análise das classes, subclasses ou categorias lingüísticas. A circunscrição conceitual adotada aqui das teses sobre prototipia não é pura, na medida em que, explicitamente, com base em Givón (1995), recorremos a uma concepção que leva em consideração, concomitantemente, o esforço categorial binarista aristotélico e as noções de optimalidade e escalaridade próprias das teses relativas à prototipia⁷.

1.3. A resistência do referente, a percepção subjetiva e o *continuum* do real.

O problema da categorização reserva mais ranhuras e escarpas que planuras para o analista. Em seu tentame de configurar o problema da fundação do conhecimento, Eco (1998, p.38) convida o leitor para uma ‘experiência mental’:

Construamos um modelo elementar que contenha um Mundo e uma Mente que o conhece e o nomeia. O Mundo é um conjunto composto de elementos (por comodidade chamemo-los átomos, sem nenhuma referência ao sentido científico do termo, mas de preferência ao sentido de *stoicheia*) estruturados segundo relações recíprocas. Quanto à Mente, não é necessário concebê-la como humana, como cérebro, como uma *res cogitans* qualquer: ela é simplesmente um dispositivo apto a organizar proposições que valham como descrições do mundo. Este dispositivo é dotado de elementos (poderemos chamá-los neurônios ou *bytes*, ou *stoicheia* também, mas para comodidade chamemo-los *símbolos*). (ECO, 1998, p.38)

Assim, haveria uma disposição de entes em um sistema qualquer. Esses entes seriam portadores de traços identitários fundamentais. Essa relação entre mente e mundo se assemelha ao problema kantiano da relação entre o sujeito cognoscente e as coisas cognoscíveis. Porém, essa configuração da relação entre mente e mundo parece demasiado ordenada, porque os entes teriam os limites de suas identidades bem demarcados e a mente teria a capacidade e a habilidade fundamentais de discrepar essas identidades bem seccionadas e compartimentadas. Por isso o autor apõe um questionamento à ordenação demasiado simples dessa relação entre a Mente e o Mundo:

⁷ Há uma série de discussões sobre as implicações filosóficas do confronto das teses aristotélica e prototipista que não poderão ser alvo de discussão aqui.

Uma advertência fundamental para garantir-nos contra o esquematismo do modelo. Se o Mundo fosse um *continuum* [grifo nosso] e não uma série de estados discretos (e assim segmentável mas não segmentado), não poderíamos falar de *stoicheia*. Se por acaso fosse a Mente que, por limitação própria, não pudesse pensar no continuum senão segmentando-o em *stoicheia* – para torná-lo homólogo à natureza discreta do seu sistema de símbolos. Digamos, então, que os *stoicheia*, mais que estados reais do Mundo, são possibilidades, *tendências* [grifo nosso] do Mundo a ser representado através de seqüências discretas de símbolos. (ECO, 1998, p. 38)

A advertência vai ao encontro de nossas reflexões porque não nega a existência de traços bem delimitados dos referentes, ainda que de forma ressalvada. Não há uma negação plena dos entes demarcados ou da potência gnoseológica de demarcar as identidades e diferenças dos entes. Não se afirma, contudo, que haja apenas o *continuum* sem delimitações quaisquer. O *continuum* atua dentro de um universo de identidades e diferenças mantenedoras de estabilidade identitária de alguma ordem. Os *stoicheia* são construtos resultantes de tendências dos referentes de se estabilizarem. Nunca é demais frisar que a mente humana é impotente para absorver os fenômenos *onticamente*. Nosso conhecimento formal somente é possível *ontologicamente*. A apreensão ontológica se funda em traços de resistência dos referentes considerados invariantes ou generalizáveis.

Convém assinalar, ainda, que o referido autor baseia a fundação de um Mundo na cognição humana e suas limitações. A nosso ver, o teorema kantiano da relação entre o mundo cognoscível e o sujeito cognoscente é razoavelmente elucidado pelos postulados da fenomenologia, segundo os quais não se pode asseverar o império absoluto da subjetividade nem tampouco da objetividade. Em sendo assim, filosofemas que postulem o triunfo pleno do idealismo subjetivista ou objetivista são insuficientes e, para os nossos dias, primários. Importa reconhecer que o modelo tem limites, porque os sujeitos e os objetos igualmente os têm. Um modelo mais rigoroso deve buscar uma atenta intermediação entre as resistências do referente e as inclinações do observador. Deve igualmente questionar o referente e o observador, sob pena de recair em rigorismos e ortodoxias.

Cumprir advertir que as considerações de Eco (1998) têm um escopo bem mais amplo, ou objetivos bem mais ambiciosos que os da corrente pesquisa, visto que se voltam para especulações ontológicas, ontogenéticas e epistemológicas. Não temos interesse em levar seus encaminhamentos teóricos às últimas conseqüências em nossa pesquisa, do contrário não seria uma pesquisa estritamente lingüística. Por outro lado, é inegável a necessidade de reflexões de base epistemológica para uma aproximação apropriada do referente que nos interessa pesquisar.

A comprovação da tendência à estabilidade dos referentes torna-se irrefutável em não raros casos da existência dos entes em geral. Observe-se:

Aprendemos por experiência que a natureza parece apresentar tendências estáveis. Não é necessário pensar em leis obscuras e complexas, como aquelas da gravitação universal, mas em experiências mais simples e imediatas, como o pôr e o nascer do Sol, a gravidade, a existência objetiva das espécies. Os universais serão também fingimento e enfermidade do pensamento, mas uma vez identificados como espécie um cão e um gato, aprendemos logo que se unimos um cão a um cão nasce um cão, mas se unimos um cão a um gato não nasce nada – e se nascesse seria incapaz de reproduzir-se. Isto não significa ainda que se colocou em prática uma certa realidade (quero dizer ‘darwiniana’) dos gêneros e das espécies. **Quer apenas sugerir que falar por *generalia* será efeito da nossa *penuria nominum*, mas que algo resistente nos levou a inventar termos gerais (cuja extensão podemos sempre rever e corrigir) [grifo nosso].** Não vale a objeção de que a biotecnologia um dia possa tornar obsoletas estas linhas de tendências: o fato de que para violá-las ocorra uma tecnologia (que por definição altera os limites naturais) significa que os limites naturais existem. (ECO, 1998:50)

Significa dizer que há estabilidades relativas. Essa estabilidade identitária relativa proviria de enquadramento categorial e possibilidade de universalização sem óbices. No entanto, o problema da categorização não se resumiria a simplesmente desvendar a identidade fundamental de cada ente. E esse desvendamento enfrentaria sérios transtornos, porque muitos entes não se subordinam facilmente a categorizações rígidas. O autor declarou que o pendor para universalizar tanto é construção da cognição quanto sua enfermidade. Noutros termos, a tentativa contínua de universalizar é responsável tanto pela criatividade científica quanto pela morbidade científica. Uma ciência que pleiteie achados sempre regularmente universalizáveis estará fadada a um enfraquecimento. Essa carência de firmeza heurística apresenta implicações positivas e negativas.

Se o mundo não é composto apenas de continuidade e pluralidade fenomênica sem nenhuma possibilidade ou aspiração por uma dualidade ou segmentação mais rígida, muito menos o seriam as partes do discurso, em especial a dita *classe pronominal*, para nós, a classe prototípica de todas as proformas. Seria sustentável uma segmentação em classes, mas não enrijecida. O fato de a tradição ter conservado e operado, de forma relativamente satisfatória no decurso dos séculos, revela uma funcionalidade que não deve ser simplesmente desprezada e muito menos descartada.

Podemos interpretar também a insuficiência terminológica com relação à classe pronominal nos seguintes termos: 1) iconicidade entre as classes para representar, na língua, a tendência à generalização cognitiva humana; 2) referência limitada. Assim, em primeiro lugar, é interessante observar que essa tendência a generalizar, conquanto não haja êxito em apresentar generalizações sempre coerentes e de compatibilidade identitária plena entre

membros de uma classe ou espécie, é própria da cognição humana. Os pronomes, porque são nomes gerais, seriam ícones, na língua, dessa propensão cognitiva a regularizar, sistematizar, ordenar, por meio de generalizações, entes de toda ordem. Possivelmente a pronominalidade ilustre bem, de forma icônica, a tentativa sisífrica da mente humana de generalizar, mas sem apresentar uniformidade caracteriológica. Os pronomes são formas tendentes à generalidade, mas de usos e funções múltiplas. Em segundo lugar, os pronomes sobrepõem-se, apõem-se, supõem, pospõem e antepõem nomes, expressões nominais e nominalizações em razão de mera suplência nominal (em usos não marcados), de carência referencial ou de insuficiência designativa ou simplesmente ignorância apelativa⁸. A língua em uso não se vale de uma precisão referencial plena entre os termos referidores e os entes referidos. Não há uma relação paritária e biunívoca entre referente e expressão referencial⁹. Para tanto, os objetos do mundo teriam de dispor de identidade claramente segmentável. Se assim fosse, as designações lingüísticas poderiam corresponder, sem marginalidade referencial, aos entes referidos com máxima e devida precisão de categorização. A atuação de formas de intensão referencial baixa – formas pronominais ou candidatas a pronominais – em lugar de formas de intensão referencial alta – os nomes – provaria a relação de constante déficit na relação entre referência e linguagem. Inclusive a apresentação de problemas filosóficos de radicalidade gnoseológica ilustra a recorrência à nominalização de caráter geral. Eco (1998, p.38), ao tratar do Ser, prefere dizer Algo¹⁰. Lingüisticamente esse termo é categorizado como um pronome, ou um nome geral.

A língua, o sistema semiótico que, por excelência, nos serve para cifrar e decifrar quaisquer outros (música, matemática, etc), apresenta um reflexo da tendência da cognição humana de generalizar, de enquadrar os entes em taxionomias ou esquemas teóricos abstratos e genéricos. As formas representativas, por prototipicidade, dessa característica da cognição humana são as proformas nominais. Eis, desde já, a principal propositura desta tese.

⁸ O que denominamos ‘ignorância apelativa’ é a recorrência a proformas nominais, pronomes, à falta de conhecimento, da parte do usuário da língua, da designação específica de um dado referente, vide o emprego abundante de formas de significação geral como *isso, coisa et similia*.

⁹ Nunca é demais lembrar que não estamos saindo em defesa de uma visão ‘realista’, em que há motivação plena entre os objetos do mundo, entendidos como todo e qualquer ente de todo e qualquer mundo possível, não estritamente os entes perceptíveis ou designáveis *ad oculos*. Os referentes são construídos discursivamente, conquanto admitamos a resistência dos entes. O fato de os entes serem dispostos pela linguagem, de modo interdiscursivo, não significa dizer que a percepção se funda estritamente em uma *adequatio intellectui rei*. Principalmente em ciência, o caminho deve ser uma *adequatio intellectus rei*, a despeito de o sujeito cognoscente, em última análise, regular as condições de possibilidade do entendimento.

¹⁰ É interessante lembrar que um dos mais importantes filósofos novecentistas, Heidegger, refere uma de suas principais noções ontológicas com um pronome indefinido substantivo *das Nichts*.

Convém, a seguir, aclarar, de modo explícito, os modelos de conhecimento que, a princípio, se rivalizam e contrapõem, mas, se feita uma análise mais detida, na verdade, se complementam.

1.4. Categorização aristotélica

A Lingüística não se tem furtado ultimamente aos debates epistemológicos, conforme se pode verificar nas considerações teóricas e nos empreendimentos analíticos de inúmeros grupos de pesquisa. Há uma polarização inicial entre modelos aristotélico, de cariz essencialista, e o protopista, de natureza escalar. O primeiro modelo é, em geral, excludor de variações, de zonas de fronteira ou cinzentas, em razão da dificuldade de enquadramento típico. O segundo, ao contrário, considera a possibilidade de referentes típicos, que constituem os pólos de escalas de manifestação. Assim, o comportamento dos entes de um dado fenômeno não é regido por uma matização binária simples, mas, a partir de um binarismo, percebem-se variações múltiplas, as quais, a bem do rigor descritivo, não podem ser ignoradas. Em suma, a fim de preservar a propriedade de fenômenos que se manifestam caleidoscopicamente, urge complexificar a abordagem, ou seja, os modelos de conhecimento devem obedecer à natureza do fenômeno, e não o contrário.

Em razão da observância da multiplicidade ou variação de comportamento dos fenômenos lingüísticos, muitos autores têm aderido a uma categorização científica não-aristotélica ou não exclusivamente tal, vide a citação abaixo de autores da lingüística cognitiva:

O assim chamado modelo clássico de categorias conceituais define-as em termos de um conjunto de traços necessários e suficientes. Os traços são necessários na medida em que nenhuma entidade que não possua o conjunto inteiro é um membro da categoria, e eles são suficientes na medida em que essa posse de todos os traços garante a filiação. (CROTT & CRUSE, 2004, p.76).¹¹

Fundamentalmente, o problema pode ser enfocado, conforme dissemos, sob dois prismas: aristotélico e prototípico. Do ponto de vista da epistemologia, isto é, da forma de concepção de organização do conhecimento, essas duas perspectivas rivalizam-se por causa

¹¹ The so-called classical model of conceptual categories defines them in terms of a set of necessary and sufficient features. The features are necessary in that no entity that does not possess the full set is a member of the category, and they are sufficient in that possession of all the features guarantees membership. (CROT & CRUSE, 2004, p.76).

do tipo de categorização. Taylor (1989, pp.23-26)¹² descreve os traços típicos da abordagem clássica, ou seja, da categorização aristotélica e a implicação de cada traço:

1. Categorias são definidas em termos de uma conjunção de características necessárias e suficientes.
Implicação: *“A lei de contradição declara que uma coisa não pode ao mesmo tempo ser e não ser, ela não pode possuir uma característica e não a possuir, ela não pode pertencer e não pertencer a uma categoria.”*
2. Características são binárias.
Traços ou características são um problema de tudo ou nada. Ou uma característica está envolvida na definição de uma categoria, ou não está; uma entidade possui essa característica, ou não (23)”.
3. Categorias têm limites claros.
“Uma categoria, uma vez estabelecida, divide o universo em dois conjuntos de entidades – aquelas que são e as que não são. Não há casos ambíguos, nem entidades que ‘de algum modo’ ou ‘em alguma medida’ pertencem à categoria, se forem de outra natureza, não pertencem”.
4. Todos os membros da categoria têm estatuto equivalente.
“Qualquer entidade que exibe todas as características definitórias de uma categoria é um membro pleno dessa categoria; qualquer entidade que não exibe todas as características definitórias não é um membro. Não há graus de filiação a uma categoria, ou seja, não há entidades que sejam membros melhores da categoria do que outras”.
5. Características são primitivas.
“Fonemas são decompostos em características. Características, supõe-se, não são mais decomponíveis em elementos mais básicos da estrutura sonora. Características são os ‘constituintes últimos’, ‘os componentes atômicos’ da fonologia”.
6. Características são universais.
“Por isso se significa que as categorias fonêmicas ou fonológicas de todas as línguas humanas devem ser definidas em termos de características provindas de um acervo de características universais. O conjunto de características universais pode ser pensado como a caracterização das habilidades humanas de produção sonora. Reconhecidamente, a escolha de características a compor o conjunto universal tem sido uma questão controversa, e muitos fonólogos têm sentido necessidade de revisar os acervos existentes e propor seus próprios. Desacordo sobre a escolha de características, entretanto, não oculta o consenso geral concernente à exequibilidade e desiderato do objetivo ”.
7. Características são abstratas.
 - a. *“O relato abstrato é preferido, porque permite ao lingüista fazer declarações econômicas sobre as relações entre categorias dentro de um sistema lingüístico”*
 - b. *“Relatos abstratos de sistemas sonoros não estão sujeitos à validação empírica, em qualquer sentido habitual do termo. A única evidência ‘empírica’ em seu favor é o fato de que eles parecem funcionar, o que significa dizer, eles tornam possíveis relatos elegantes e econômicos de uma gama ampla de fenômenos diversos”*.
8. Características são inatas.

Essa propriedade se segue logicamente às precedentes. Se características são abstratas (i.e., elas portam apenas uma relação indireta com os fatos físicos da fala), e ao mesmo tempo são universais (ou seja, cada língua seleciona traços de um acervo fixo finito), e se, além disso, o lingüista atribui algum tipo de realidade psicológica às suas abstrações (i.e. o relato abstrato não é apenas um exercício de elegância formal, mas objetiva descrever, em algum sentido, aspectos de um conhecimento do falante sobre sua língua), o problema que se apresenta é como uma criança que adquire sua língua mãe pode vir a ganhar conhecimento de um conjunto de características peculiares à sua língua. (TAYLOR, J. 1992, p.23-28).

¹² É digno de nota observar que, nesta tese, a flexibilização categorial é aplicada predominantemente a formas, mas Taylor (1989) discute a aplicação de modelos não-aristotélicos para fenômenos de construções regulares, como, v.g., pode ser verificado em Nogueira (1999), que estuda a categoria da *aposição*, com base na percepção de que a referida categoria somente pode ser satisfatoriamente descrita com base em um feixe de traços e não com base em discreção pura.

Givón (1995) declara que a cognição humana lança mão tanto de expedientes embasados em procedimentos cognitivos racionais e proposicionais quanto de operações analógicas. Nesse caso, não se poderia, caso se concorde com essa perspectiva de definição da matriz do conhecimento, exigir respostas puramente racionais ou exclusivamente analógicas. O primeiro extremo produziu, em Lingüística, as aspirações da gramática de Port-Royal e do gerativismo, que, *mutatis mutandis*, se constitui sua versão contemporânea. São perspectivas que abraçam uma descrição muito rígida porque, epistemologicamente, seu intuito mor é prover a teoria com princípios ou regras constitutivas capazes de discrecionar, de forma teórico-dedutiva, atualizações nos mais diferentes sistemas lingüísticos. Já as operações analógicas podem nos levar a um labirinto sem fio de Ariadne desde que as conexões ou interseções entre os entes não obedeçam a limites categoriais de pretensão generalista ou universal. Noutros termos, o excesso de analogismo nos conduziria a um percurso associativista infinito, o que, igualmente, não sustentaria a operacionalidade de qualquer conhecimento.

A fim de sanar eventuais impasses gerados por posturas excessivas, convém ter em mente uma visão do conhecimento científico que não lide estritamente com elementos discretos, nos moldes herdados da lógica platônico-aristotélica, nem aposte em uma explosão total dessa categorização. A esse respeito, partilhamos do mesmo ponto de vista de Givón (1995, p.12), que afirma que *“tanto a categorialidade quanto a não- discretude têm sido sempre ingredientes necessários na representação e na comunicação da experiência – no contexto apropriado”*¹³.

Por outro lado, o mesmo autor considera que a não-discretude e a gradualidade, isto é, modos de categorização que não se fundam em dicotomias ou dialéticas de contrários excludentes, são fundamentais para a ereção de qualquer forma de categorização mais condizente com a natureza numênica e fenomênica:

Não-discretude e gradualidade são necessários porque:

Razões pelas quais categorias naturais devem conter uma margem de flexibilidade:

- a) processamento dependente de contexto não pode começar/acontecer sem alguma flexibilidade e gradualidade ao se construir e ajustar interpretações ao contexto relevante;
- b) aprendizagem e extensão diacrônica de categorias não podem acontecer sem gradualidade sombreada.¹⁴

¹³ (...) both categoriality and non-discreteness have always been necessary ingredients in the representation and communication of experience – in the appropriate context. (1995, p.12)

¹⁴ Non-discreteness and graduality are needed because:

Reasons why natural categories must retain a margin of flexibility:

O contexto mais apropriado para não-discretude é assim o de nova aprendizagem, mudança diacrônica e extensão analógica. **Esses processos dependem sobremaneira da analogia e da similaridade, que são, em princípio, não discretas e logicamente ilimitadas¹⁵ [grifo nosso].**

A reivindicação de uma abordagem teórico-metodológica distinta da discreção herdada do aristotelismo não é absoluta. Significa dizer que não se pode simplesmente substituir a discretude pela gradualidade categorial. A esse respeito Givón (1995) declara:¹⁶

Razões pelas quais categorias naturais devem conter rigidez considerável:

- a) processamento mental sem limites de tempo real não podem ocorrer sem tal rigidez;
- b) muito do processamento rápido está/é automatizado, e assim depende pesadamente de módulos de processamento neurológico on-off.

Ao dirigir essas considerações de caráter cognitivo-epistemológico para o funcionamento da gramática, Givón (1995) afirma¹⁷:

O equilíbrio entre processamento automatizado (mais categorial) e atento (mais contextual e flexível) é um tanto quanto de um domínio específico, mas é atestado na gramática, na ativação léxico-semântica e no reconhecimento da forma de palavras. Não-discretude na língua não é assim uma alternativa para categorias discretas, mas muito mais **seu complemento em um sistema complexo e híbrido [grifo nosso]**. (1995, p. 13)

Entende-se, destarte, que se, de um lado, não se deve depositar muito crédito em teses muito rígidas, não se deve, de outro lado, ignorar a possibilidade de erigir teses mais estruturais. A estruturação não deve padecer de rigidez excessiva. Há a admissão de que a língua apresenta formas e funções sedimentadas, mas esse assentamento não se dá de modo regular, pleno de correspondências ordeiras entre as diferentes componentes da língua. Não houvesse a discreção, não seria possível referir a escalaridade. A escalaridade aparece nas zonas de interseção, nas acomodações oriundas de constantes mudanças dos sistemas lingüísticos. A discreção é possível em razão do uso reiterado de relações entre formas e funções, que não obedecem a regramentos simétricos, em razão de incidirem processos analógicos per si refratários a princípios constitutivos inteiramente regrados. De todo modo, o

a) context-dependent processing cannot proceed without some flexibility and graduality in construing and adjusting interpretations to the relevant context.

b) Learning and diachronic extension of categories cannot proceed without shaded graduality. (p.13)

¹⁵ The context most appropriate to non-discreteness is thus that of new learning, diachronic change and analogical extension. These processes depend heavily on analogy and similarity, which are in principle non-discrete and logically unconstrained.

¹⁶ But equally, some categorial rigidity is indispensable, because:

Reasons why natural categories must retain considerable rigidity:

- a) mental processing within realistic time constraints cannot proceed without such rigidity;
- b) much of rapid processing is automated, and thus depends heavily on rigid on-off neurological processing modules.

¹⁷ The balance between automated (more categorial) and attended (more contextual and flexible) processing is somewhat domain-specific, but is attested in grammar, lexical-semantic activation and word-form recognition. Non-discreteness in language is thus not an alternative to discrete categories, but rather its complement in a complex hybrid system. (1995:13)

que comanda tais relações entre formas e funções semânticas, sintáticas, lexicais e fonológicas é o uso dos falantes de um dado sistema.

Além do referido autor, citemos ainda o seguinte trecho de Croft & Cruse (2004, p.77) ao propor o modelo de prototipia da estruturação categorial, o que se dá por meio da proposição da categoria de **centralidade graduada**:

Nem todos os membros de uma categoria têm o mesmo estatuto dentro da categoria. As pessoas têm intuições que alguns membros da categoria são exemplos melhores da categoria do que outros. Membros que são julgados ser os melhores exemplos de uma categoria podem ser considerados os mais centrais da categoria. Tem havido considerável quantidade de trabalho experimental por psicólogos cognitivistas a respeito da noção de Otimidade-do-exemplar¹⁸. (CROFT & CRUSE, 2004, p.77).

Isso significa dizer que não se pode pôr por terra inteiramente o sistema de classificação tradicional, o qual já se encontra discretizado por automatismo, em que não se leva em consideração categorias discretas rígidas organizadas por uma parametrização coerente. A tradição representa o triunfo desse automatismo pela recorrência e pela frequência de um dado tipo de categorização. Noutros termos, houve uma testagem relativa entre os responsáveis pelo erguimento de categorias, que proveram as categorias hoje reconhecidas como pronominais¹⁹. A nosso ver, há uma razão para esse estado de coisas consagrado pela tradição gramatical, a qual será discutida mais detidamente no capítulo 3²⁰. Resta declarar, no entanto, que em um período pré-NGB houve muita diversidade terminológica e taxionômica entre os gramáticos de língua portuguesa. O que não invalida por inteiro o que declaramos vez que, a despeito das diferenças, é possível evidenciar identidades profundas entre os diversos membros da tradição gramaticológica de língua portuguesa e, de um modo geral, ocidental. Não vamos, contudo, nos estender muito a respeito das considerações relativas à tradição gramaticológica, porque o trabalho adquiriria uma orientação divergente da que nos interessa.

Bidermann (2001) parece concordar com esse ponto de vista, embora assuma uma linha de problematização diferente, não cognitiva ou epistemológica de forma declarada, ao enunciar:

Em suma, nenhuma das propostas modernas que foram aqui consideradas revelou-se ideal no tratamento da classificação dos elementos do léxico. Parece que não encontraremos tão

¹⁸ Not all members of a category have the same status within the category. People have intuitions that some category members are better examples of the category than others. Members that are judged to be the best examples of a category can be considered to be the most central in the category. There has been a considerable amount of experimental work by cognitive psychologists on the notion of Goodness-of-Exemplar. (CROFT & CRUSE, 2004, p.77).

¹⁹ O nosso experimento, em termos cognitivos, é cotejar os gramáticos e lingüistas, porque a categorização da classe remanescente representa a escolha de categorias ótimas, ou assim consideradas.

²⁰ Convém assinalar que a noção de centralidade nos será cara ao discutirmos o estatuto de protótipo das proformas para os pronomes, e, dentro da classe das proformas pronominais, das proformas substantivais como os mais típicos exemplos de expressão de proformalidade.

facilmente uma solução válida para enquadrar todos os aspectos heterogêneos da classificatória gramatical do léxico. (2001, p.299).

Eis o motivo pelo qual não consideramos sensato desvencilhar-se inteiramente da contribuição nomenclatural e conceitual da tradição, conquanto lhe falte maior explicitude teórica e generalidade das categorias empregadas para explicar a identidade e a natureza de cada classe²¹.

O reconhecimento das formas pronominais é automático, porque a tradição se incumbiu de incutir a identificação das formas, ainda que a categorização não tenha sofrido um rigoroso processo de depuração teórico-metodológica. Noutros termos, os gramáticos souberam como sedimentar e aparelhar o ensino das categorias, ainda que imperfeitas, provavelmente porque as formas foram agrupadas por traços relativamente comuns ou lateralmente comuns. Os pronomes, em especial, espelham esse hibridismo *in extremis*. A classe comporta formas com funções as mais diversas entre si e com funções que não lhes são privativas, isto é, com funções que também se aplicam a outras classes. Para efeito de ilustração introdutória, sob a denominação de **pronome**, encontramos as formas pessoais e os conectores relacionais. Os primeiros designam as pessoas do discurso, ao passo que os últimos designam termos referidos e, simultaneamente, atuam como elementos de junção interoracional ou intraoracional. A habitualmente combatida definição (para muitos, combatida e escusada de uso), de **pronome** como termo substitutivo do nome, pode se estender aos nomes e a sintagmas nominais. Então, a crítica já corriqueira que se faz é que tais formas também poderiam, a se observar estritamente o que diz a definição, ser classificadas como pronominais (MONTEIRO, 1994).

Em sendo assim, aparentemente, não seria possível definir a classe, porque ela seria um balaio ou um guarda-chuva, em que se abrigam formas e funções de natureza muito diversa. No entanto, essa destruição da categorização habitual somente será reclamada por uma descrição categorial demasiado aristotélica, que não se valha de analogias minimamente, nem tampouco considere relevante o legado da tradição. As noções normalmente avocadas para discrecionar a classe dita pronominal de *dêixis*, de *pessoa*, *gênero neutro*, *genericidade* ou a *propriedade de substituir* nomes não responderiam a contento pela configuração da classe. Supomos, contudo, que a avocação desses traços para a configuração da classe tem uma razão de ser, conquanto não aparente, em termos categoriais aristotélicos, ser inteiramente coerente.

²¹ À ausência de considerações teóricas mais claras Perini (1999:18) denominou de *Doutrina da Gramática Implícita* (DGImp).

Neste trabalho, conforme já enunciamos, propomos uma nova categoria a qual, presume-se, será capaz de elucidar parte significativa dos impasses referentes à classe pronominal e aos mecanismos e procedimentos disponíveis na língua para seu funcionamento, inclusive uma teorização acerca da irrupção de novas formas. Essa categoria está subordinada a injunções de ordem pragmática, semântica e morfossintática.

1.5. Prototipia: por uma gramática de categorias não-discretas

Atualmente, há vários autores proponentes de modelos gramaticais que contemplem, de modo o mais integrado possível, diversas componentes da língua e da linguagem. Não raro outros ramos afins são convocados para lançar luzes sobre os fenômenos lingüísticos, como a psicologia, neurolingüística, a informática, a semiótica, etc.

Principiemos nossa discussão com as categorias que Lakoff (1987, p.12) apresenta como fundamentais para descrever um modelo cognitivista:

1. **Semelhanças de família:** A idéia de que os membros de uma categoria podem estar relacionados um com o outro sem que todos membros tenham propriedades em comum que definam a categoria.
2. **Centralidade:** A idéia de que alguns membros de uma categoria podem ser ‘exemplos melhores’ dessa categoria do que outros.
3. **Polisssemia como categorização:** A idéia de que significados relacionados de palavras formam categorias e que os significados portam semelhanças de família uns com os outros.
4. **Geratividade como um fenômeno do protótipo:** Essa idéia diz respeito às categorias que são definidas por um gerador (um membro particular ou subcategoria) mais regras (ou um princípio geral tal com similaridade). Em tais casos, o gerador tem o *status* de um membro central, ou prototípico, da categoria.
5. **Gradiência de filiação:** A idéia de que, no mínimo, algumas categorias têm graus de filiação e não têm limites claros.
6. **Gradiência de centralidade:** A idéia de que membros (ou subcategorias) que estão claramente dentro dos limites de uma categoria podem ainda ser mais ou menos centrais.
7. **Corporificação conceitual:** A idéia de que as propriedades de certas categorias são uma consequência da natureza das capacidades biológicas humanas e da experiência de funcionamento em um ambiente físico e social. Ela contrasta com a idéia de que conceitos existem independentemente da natureza corpórea de quaisquer seres pensantes e de sua experiência.
8. **Corporificação funcional:** A idéia de que certos conceitos não são meramente entendidos intelectualmente; mais, eles são usados automaticamente, inconscientemente, e sem esforço digno de nota como parte de um funcionamento normal. Conceitos usados dessa forma têm um status psicológico, e mais importante, diferente do que aqueles que são considerados apenas conscientemente.
9. **Categorização de nível básico:** A idéia de que categorias não estão meramente organizadas em uma hierarquia do mais geral para o mais específico, mas também se organizam de tal modo que as categorias cognitivamente básicas estão ‘no meio’ de uma hierarquia do geral para o específico. A generalização procede de cima a partir do nível básico, e a especialização principia de baixo.
10. **Primazia de nível básico:** A idéia de que categorias de nível básico são funcional e epistemologicamente primárias com relação aos seguintes fatores: percepção gestaltiana, formação de imagem, movimento motor, organização de conhecimento, facilidade de processamento cognitivo (aprendizado, reconhecimento, memória, etc), e facilidade de expressão lingüística.
11. **Raciocínio de ponto de referência ou ‘metonímico’:** A idéia de que uma parte de uma categoria (isto é, um membro ou subcategoria) pode representar a categoria como um todo em certos processos de raciocínio.²²

22

1. **Family resemblances:** The idea that members of a category may be related to one another without all members having any properties in common that define the category.

As noções supra são imprescindíveis para a compreensão tipológica, teórica e metodológica desta tese. Analisemos, de modo geral ²³, a contribuição de cada uma dessas teses que consideramos relevantes para nossa tese a seguir.

A **semelhança de família** importa para compreender a filiação de formas e funções aparentemente não conectáveis serem agrupadas dentro da classe pronominal. Nosso grande exercício será o de construção de pontos de interseção entre os diferentes grupos de proformas pronominais²⁴.

O conceito de **centralidade** também é fundamental para compreender por que os pronomes estiveram, para a tradição como os principais representantes das proformas. No entanto, essa noção não transparece uma explicação apreensível facilmente. Há, conforme vamos verificar, questionamentos a respeito de que tipos de traços devem ser levados em consideração para definir um protótipo. Um risco aparente reside em considerar o protótipo de uma categoria como resultado da impressão difusa ou uma percepção turva da opinião do senso comum, ou considerá-lo como fruto da perseguição de traços identitários generalizáveis,

-
2. **Centrality:** the idea that some members of a category may be ‘better examples’ of that category than others.
 3. **Polysemy as categorization:** The idea that related meanings of words form categories and that the meanings bear family resemblances to one another.
 4. **Generativity as a prototype phenomenon:** This idea concerns categories that are defined by a generator (a particular member or subcategory) plus rules (or a general principle such as similarity). In such cases, the generator has the status of a central, or ‘prototypical’, category member.
 5. **Membership gradience:** The idea that at least some categories have degrees of membership and no clear boundaries.
 6. **Centrality gradience:** The idea that members (or subcategories) which are clearly within the category boundaries may still be more or less central.
 7. **Conceptual embodiment:** The idea that the properties of certain categories are a consequence of the nature of human biological capacities and of the experience of functioning in a physical and social environment. It is contrasted with the idea that concepts exist independent of the bodily nature of any thinking beings and independent of their experience.
 8. **Functional embodiment:** The idea that certain concepts are not merely understood intellectually; rather, they are used automatically, unconsciously, and without noticeable effort as part of normal functioning. Concepts used in this way have a different, and more important, psychological status than those that are only thought about consciously.
 9. **Basic-level categorization:** The idea that categories are not merely organized in a hierarchy from the most general to the most specific, but are also organized so that the categories that are cognitively basic are ‘in the middle’ of a general-to-specific hierarchy. Generalization proceeds ‘upward’ from the basic level and specialization proceeds ‘downward’.
 10. **Basic-level primacy:** The idea that basic-level categories are functionally and epistemologically primary with respect to the following factors: gestalt perception, image formation, motor movement, knowledge organization, ease of cognitive processing (learning, recognition, memory, etc), and ease of linguistic expression.
 11. **Reference-point, or ‘metonymic’, reasoning:** The idea that a part of a category (that is, a member or subcategory) can stand for the whole category in certain reasoning processes.

²³ Considerações mais específicas serão feitas nas seções subsequentes do trabalho.

²⁴ Importa ressaltar que, ao considerar as semelhanças de família, Lakoff (1998, p.16) apresenta uma outra propriedade das categorias: sua extensibilidade. Significa dizer que as categorias podem admitir novas formas de manifestação, os **limites extensíveis**. De todo modo, a extensibilidade não é infinita, porque supõe a confinabilidade. Portanto, as categorias não são fechadas, mas conservam limites relativos.

o que caracteriza o conhecimento dito estritamente científico, falseável, mas propenso a buscar identidades para além da demodologia.

A polissemia como categoria merece uma ressalva conceitual. Polissemia, nesse contexto, concerne a categorias que não apresentam unicidade ou unidade definitória ou tipificatória.

Geratividade como fenômeno de protótipo, a nosso ver, precisaria, a rigor, de uma discussão prévia sobre o conceito de *protótipo*. A noção de protótipo carece de mais refinamento para o entendimento desse tipo de geratividade. Apesar de o protótipo poder ser considerado, a um só tempo, o membro que reúne os traços mais gerais de uma categoria e o membro mais representativo ou identificado como tal de uma categoria (ainda que apresente traços muito específicos), seu conceito nos é vital. É-nos cara a condição de membro central, qualquer que seja a conceituação subliminar de *protótipo*.

A gradiência de filiação é extremamente relevante porque há formas em curso de pronominalização. Em sendo assim, há formas mais caracteristicamente enquadradas como proformas pronominais e há formas em curso de aquisição de um estatuto mais característico de proforma pronominal.

A categorização de nível básico é igualmente vital porque responde pelo entendimento, por exemplo, do conceito de *eficiência semiótica* de Lyons (1977), o qual declara ser desnecessário ter uma consciência lingüística detalhada para operar satisfatoriamente com a língua. Mais, em se tratando especificamente das análises sintáticas, não é necessário ter uma definição minudente e incontroversa de palavra em nível infra- e suprafrástico para viabilizar sua operacionalidade.

O último item, **o raciocínio de ponto de referência ou metonímico**, aplica-se perfeitamente ao modo de pensar a tradição relativamente às proformas pronominais. Sempre houve a percepção de que determinadas formas na língua corporificam, na tessitura textual, a vacuidade semântica ou a indefinidade necessária para a progressão discursiva sem a sobrecarga de recategorizações lexicais (nominais, verbais ou de qualquer outra espécie) contínuas e constantes. No entanto, não houve uma delimitação muito precisa dessa tendência nas diferentes macroclasses. Eis o motivo de a classe pronominal ter reunido elementos de macroclasses discerníveis, isto é, segmentáveis com base em determinadas categorias de classe (ainda que não disponham, também essas classes e suas categorias, de limites rígidos e estritamente gramaticais).²⁵

²⁵ Parece-nos que o grande exercício tipológico ou taxionômico é de rever as classes e as suas subclasses sempre com base em reflexões voltadas para o modelo de prototipia. Assim, não há uma renúncia às classes, mas um

Isso não implica, naturalmente, a ausência de formalização, desde que se entenda que qualquer esforço de sistematização representa uma formalização. No entanto, essas formalizações procuram amparar-se em componentes que excedem a lingüística frástica ou puramente estrutural. A consequência, porém, não é a mudança de foco apenas para fenômenos suprafrásticos, mas a elucidação de problemas estruturais, fonético-fonológicos, morfológicos, lexicais, sintáticos com base em modelos mais flexíveis, que levem em consideração categorias fluidas.

Entre as diversas propostas mais flexíveis de categorização gramatical, podemos citar, à guisa de rápida ilustração, a Gramática Funcional de Dik; a Gramática Emergente de Hopper (*inter alii*); a Gramática de Construção Radical, de Croft; a Gramática de Construção Fluida, de Luc Steels.

Não pretendemos fazer uma exaustiva discussão a respeito das possibilidades dessas propostas. Importa definir balizas teóricas a fim de compreender o alcance de nossa perspectiva de cariz funcionalista. Assim, em conformidade com diversos autores funcionalistas, também reconhecemos como pressupostos fundamentais: *a iconicidade, a marcação, o subprincípio da quantidade, o subprincípio da integração, o subprincípio da ordenação linear, a pancronia*. A seguir, conceituamos, sumariamente, cada um desses pressupostos.

A **iconicidade** pode ser definida como “*a correlação natural entre forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu designatum (conteúdo)*.” (CUNHA, COSTA & CEZARIO, 2003, p. 29-30). Significa dizer que, de algum modo, a língua espelharia a experiência. A organização cognitiva humana compreende a linguagem e a língua, estas, portanto, de algum modo, repercutem os parâmetros constituintes da cognição humana. Trata-se de um problema cratiliano clássico, cujas consequências últimas não têm lugar de discussão aqui. De todo modo, esse pressuposto é aceito por nós como heurísticamente operacional, ainda que não valha de modo irrestrito. É mister, no entanto, ter em mente as limitações heurísticas da iconicidade. Valhamo-nos da dição de Neves (2006, p.23):

(...) tem de ficar descartado um isomorfismo, ou relação biunívoca, nas relações entre forma e significado, já que nada justifica defender que um signo seja a imagem de seu referente, concepção que levaria a que se deixasse de admitir sinonímia ou homonímia nas línguas. Também é fácil descartar uma ‘iconicidade imagética’, mas muitas evidências conduzem à admissão de uma ‘iconicidade diagramática’, ou seja, à admissão de que os arranjos estruturais refletem relações análogas existentes na estrutura semântica, afastada a noção de uma semelhança entre os signos e os seus referentes: assim, em princípio, mais material lingüístico corresponderia a mais conteúdo informativo, maior distância entre os elementos corresponderia a maior afastamento conceptual entre eles, e assim por diante. (2006, p.23)

entendimento de que têm de obedecer a um paradigma de prototipia amalgamada com a discreção polar ou diádica.

A noção não abriga, portanto, qualquer noção ‘realista’ ingênua de codificação lingüística, como se a língua pudesse espelhar traços do referente em sua constituição imanente. A ‘iconicidade imagética’, supomos, também enfrenta entraves porque não há referentes imagináveis para todo e qualquer conceito admissível. Por exemplo, podemos conceber que um polígono como um triângulo, qualquer que seja sua conformação e distribuição angular, apresenta três lados e a soma de seus ângulos, para concepções tradicionais, é de 180 graus. Contudo, não nos é possível conceber um triângulo geral, ou seja, não há uma imagem para o triângulo dos triângulos. Em suma, a iconicidade somente é cabível quando se discute o relevo informacional e o seu empacotamento. Por outras palavras, a posição e a quantidade de material lingüístico em relação ao conteúdo informacional referido.

O **subprincípio da quantidade** correlaciona a previsibilidade e a complexidade de um conteúdo com o volume de material lingüístico utilizado para codificá-lo. Assim, quanto mais complexo um dado conteúdo, maior será a quantidade de material lingüístico para codificá-lo. Naturalmente, esse princípio igualmente pode ser questionado, vez que há quem advogue a tese de que a abundância de material lingüístico não necessariamente expressa complexidade conteudística, mas apenas dificuldade de expressão de modo direto, por propósitos pragmáticos deliberadamente de *bona* ou *mala fide*.

Convém ressaltar a co-incidência nas línguas entre o princípio de economia e a geração de formas concorrenciais. Assim, disputam lugar entre as escolhas dos usuários a usança de formas de suplência e de formas mais específicas, maiores representantes consubstanciadores do princípio da iconicidade. Não se pode, portanto, propugnar uma inclinação da língua em direção à economia, nem tampouco defender uma correspondência estreita entre forma e função. Há, em suma, uma oscilação e uma co-incidência, o que constitui uma tensão harmônica nos sistemas sincrônica e diacronicamente, entre precisão ou geração de procedimentos lingüísticos de economia e suplência ou geração de procedimentos funcionais alternativos na relação entre formas e funções.

O **subprincípio da ordenação linear** mostra que a informação considerada mais relevante tende a ocupar a posição inicial em um dado enunciado. Assim, a distribuição sintática revelaria o interesse do usuário da língua em salientar ou narcotizar determinado referente. Esse princípio é uma das formas de corporificação da iconicidade.

O **princípio da marcação** compreende três aspectos fundamentais, a saber: a) complexidade estrutural: as formas marcadas, em regra, são mais extensas ou complexas que

as não-marcadas²⁶; b) frequência: as formas marcadas tendem a ser menos freqüentes; c) complexidade cognitiva: as formas marcadas cobram maior comprometimento cognitivo, ou seja, demandam maior esforço de compreensão. *Mutatis mutandis*, a marcação corresponde às noções gestaltianas de *fundo* e *figura*. No relevo discursivo, *figura* responde pelo que é marcado, naturalmente. Alinham-se os aspectos cognitivos e lingüísticos para determinar o que é mais usual, não marcado, e o que é inusual, marcado.

A **pancronia** é relevante porque não se admite estudar um fenômeno da língua de modo a desconsiderar o processamento no decurso do tempo, ou seja, na sincronia e na diacronia. A aliança dessas duas perspectivas temporais é tida como fundamental para a compreensão de postulados e hipóteses de análise e sua ulterior possibilidade de validação ou rejeição. Esse princípio contraria a visão estruturalista que privilegia o sincronismo por entender o sistema lingüístico como um conjunto de regularidades que se organizam por oposições enrijecidas. A mutação no decurso do tempo não ignora as reordenações a que se submete o sistema periodicamente. Observe-se o que diz a respeito Bybee, Perkins and Pagliuca (1994, p.4):

A língua não provê uma organização estática do significado. O significado gramatical muda constantemente. O estudo de apenas uma diminuta parte da sincronia não nos permite entender e explicar o leque de significados cobertos por formas gramaticalizadas específicas. A visão de uma seção da sincronia como simplesmente um estágio em uma longa série de desenvolvimentos nos ajuda a explicar a natureza da gramática em qualquer momento particular. (1994, p.4)²⁷

A visão de caráter diacrônico lança luzes sobre a sincronia. Não significa, no entanto, uma retomada dos parâmetros da lingüística historicista do final do século XIX, mas sim uma conjugação de olhares analíticos a fim de compor uma interpretação apropriada tanto para a diacronia quanto para qualquer sincronia.

Os autores prosseguem ainda a esclarecer que “*a razão final e mais importante para adotar uma abordagem diacrônica é que as similaridades entre as línguas são mais facilmente percebidas de uma perspectiva diacrônica.*” (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.4).

²⁶ Essa característica não é extensível a toda e qualquer ocorrência de forma automática ou mecânica. Se observarmos as ocorrências ‘**euzinho**’ e ‘**agorinha**’, o primeiro postulado definitório da marcação está devidamente espelhado. Porém, se observarmos o uso de ‘**tudo**’ como quantificador universal em lugar de todo(a)(s), não há maior materialidade lingüística. O que se pode argumentar é uma maior complexidade gramatical em razão de um maior sincretismo funcional a fim de salvaguardar a validade do primeiro postulado para essa ocorrência. As supra-referidas ocorrências serão alvo de análises mais detidas na seção 4.

²⁷ Language does not provide a static organization of meaning. Grammatical meaning is changing constantly. Studying only a thin synchronic slice does not allow us to understand and explain the range of meanings covered by particular grams. Viewing the synchronic slice as simply one stage in a long series of developments helps us explain the nature of grammar at any particular moment. Bybee, Perkins and Pagliuca (1994, p.4)

As considerações, conjugadas, de ordem pancrônica e interlingüística, serão, para nós, igualmente vitais para a compreensão de nossa tese e suas implicações.

No que tange a considerar funções cognitivas, a nosso ver, a *Gramática de Construção* elucida pontos relevantes, como o esforço de integração das componentes constituintes da língua. Em primeiro lugar, no entanto, convém ter explícito o que entendemos fundamentalmente por gramática de construção:

No coração do que configura a Gramática de Construção reside a seguinte questão: o que os usuários de uma dada língua têm de saber e o que podem perceber com base nesse conhecimento, a fim de usá-la satisfatoriamente? O apelo da Gramática de Construção como uma estrutura holística baseada no uso reside em seu compromisso em tratar todos os tipos de expressão como igualmente centrais para captar a padronização gramatical (isto é, sem suposição de que certas formas são mais ‘básicas’ do que outras) e em considerar todas as dimensões da língua (sintaxe, semântica, pragmática, discurso, morfologia, fonologia, prosódia) como contribuintes paritários para formar as expressões lingüísticas.²⁸

Representa um modelo oportuno por conciliar propostas cognitivistas e funcionalistas. Observe-se o que diz Fried (s/d):

Gramática de Construção tem desenvolvido atualmente uma estrutura madura, com uma arquitetura estabelecida e um formalismo de representação assim como uma sólida fundamentação cognitiva e funcional. Ela é um modelo gramatical baseado em delimitações, gerativo, não-derivacional, mono-estratificado, comprometido com a incorporação de fundamentos cognitivos e interacionais da língua. Ela está também inerentemente ligada a um modelo particular da ‘semântica do entendimento’, conhecida como Semântica de Estrutura, que oferece um modo de estruturação e significação representativa ao mesmo tempo em que leva em consideração a relação entre significado lexical e padronização gramatical. A característica fundamental da Gramática de Construção, tal como

²⁸ At the heart of what shapes Construction Grammar is the following question: what do speakers of a given language have to know and what can they ‘figure out’ on the basis of that knowledge, in order for them to use their language successfully? The appeal of Construction Grammar as a holistic and usage-based framework lies in its commitment to treat all types of expressions as equally central to capturing grammatical patterning (i.e. without assuming that certain forms are more ‘basic’ than others) and in viewing all dimensions of language (syntax, semantics, pragmatics, discourse, morphology, phonology, prosody) as equal contributors to shaping linguistic expressions.

originalmente se desenvolveu, consiste no achado de que **a língua é um repertório de padrões mais ou menos complexos – Construções – que integram forma e significado de maneiras convencionalizadas e frequentemente não-composicionais [grifo nosso]**. Forma em construção pode referir qualquer combinação de padrões sintático, morfológico ou prosódico e significado é entendido em um sentido amplo que inclui semântica lexical, pragmática e estrutura discursiva. Uma gramática por esse prisma consiste de redes intrincadas de sobreposições e padrões complementares que servem como ‘pegadas’ para codificação e decodificação de expressões linguísticas de todos os tipos.²⁹

A gramática emergente merece considerações específicas. Teceremos sumários comentários com base no artigo seminal redigido por Hopper (1998).

A tese fundamental defendida por Hopper (1998) constitui-se de uma inversão de primazia no que diz respeito à relação entre gramática e discurso. Para o autor, o discurso não é decorrente de complementos de arranjos cognitivos previamente dispostos para os usuários da língua por meio de estímulos das línguas naturais. Ao contrário, o discurso, com base em repetições de construções consuetudinariamente triunfantes, constrói a gramática. Não há, por conseguinte, uma prévia moldura gramatical. A gramática torna-se, assim, um epifenômeno do discurso. Com base na dição do próprio autor, essa inversão consigna-se nos termos seguintes:

A noção de Gramática Emergente pretende sugerir que a estrutura, ou regularidade, provém do discurso e é formada pelo discurso em um processo contínuo. A gramática é, por esse prisma, simplesmente o nome para certas categorias de notória repetição no discurso. Ela, por isso, não deve ser entendida como um pré-requisito para o discurso, uma disposição prévia atribuível em idêntica forma tanto ao falante quanto ao ouvinte. Suas formas não são moldes fixos, mas emergem da interação face-a-face de tal modo que refletem a experiência pretérita dos falantes individuais dessas formas, e sua avaliação do contexto presente, incluindo especialmente seus interlocutors, cujas experiências e avaliações podem ser muito diferentes. (1998, p.156)³⁰

²⁹ Construction Grammar has now developed into a mature framework, with an established architecture and representation formalism as well as solid cognitive and functional grounding. It is a constraint-based, generative, non-derivational, mono-stratal grammatical model, committed to incorporating the cognitive and interactional foundations of language. It is also inherently tied to a particular model of the ‘semantics of understanding’, known as Frame Semantics, which offers a way of structuring and representing meaning while taking into account the relationship between lexical meaning and grammatical patterning. The trademark characteristic of Construction Grammar as originally developed consists in the insight that language is a repertoire of more or less complex patterns – CONSTRUCTIONS – that integrate form and meaning in conventionalized and often non-compositional ways. **Form** in constructions may refer to any combination of syntactic, morphological, or prosodic patterns and **meaning** is understood in a broad sense that includes lexical semantics, pragmatics, and discourse structure. A grammar in this view consists of intricate networks of overlapping and complementary patterns that serve as ‘blueprints’ for encoding and decoding linguistic expressions of all types. *Mirjam Fried, Princeton University* <http://www.constructiongrammar.org/>

³⁰ The notion of Emergent Grammar is meant to suggest that structure, or regularity, comes out of discourse and is shaped by discourse in an ongoing process. Grammar is, in this view, simply the name for certain categories observed repetitions in discourse. It is hence not to be understood as a prerequisite for discourse, a prior possession attributable in identical form to both speaker and hearer. Its forms are not fixed templates but emerge out of face-to-face interaction in ways that reflect the individual speakers’ past experience of these forms, and their assessment of the present context, including especially their interlocutors, whose experiences and assessments may be quite different. (1998, p.156)

Essa mudança de vetor na relação entre gramática e discurso, com uma subordinação da primeira ao último, provoca alterações na análise e avaliação dos signos e do próprio sistema como um todo.

Os signos também se subordinam radicalmente aos usos (aos seus contextos de uso), de tal modo que os signos têm significações e funções provisórias e instáveis. Os sistemas, da mesma forma, são vistos como naturalmente fraturáveis e disputáveis. As mutações permanentes das relações entre formas e funções são vistas também como fruto de confrontos políticos entre os usuários da língua, que não se utilizam da língua de forma ordeira, solidária ou harmônica. Se as sociedades organizam-se por disputações diversas, na língua, construída pelos membros dessas sociedades, as formas e funções refletem tais disputas. Essa imbricação entre língua e sociedade não é negada, de tal modo que se revela a inspiração para a cunhagem de gramática emergente provir de especulações sociológicas:

‘A cultura é temporal, emergente e disputada’. O mesmo pode ser considerado verdadeiro a respeito da gramática, e, portanto, é temporal; sua estrutura está sempre por ser feita, sempre em um processo para nunca ultimar-se, e, portanto, emergente; e porque eu somente posso optar por uma diminuta fração de dados a descrever, qualquer decisão que eu tome sobre meu campo de investigação (por exemplo, em relação à seleção de textos, or ao privilégio de uso de uma etnia, classe, idade ou grupo genérico particular), é muito provável que seja uma decisão política, que se posiciona contra os interesses de alguém, e é, portanto, discutível. (1998, p.156)³¹

Em que pese o autor apresentar uma visão hobbesiana das relações sociais, estamos concordes com o caráter político dos inevitáveis recortes epistemológicos e metodológicos. A gramática não pode ser una, a não ser para os ideólogos da unidade societal, o que, em última análise, não passa de escamoteio da pluralidade lingüística, sociológica, camuflada por ideologias acadêmicas ou extra-acadêmicas. Uma implicação, já se percebe, da assunção de que a gramática é fruto de disputas políticas dos grupos complexamente constituídos de uma sociedade é que a Lingüística estritamente não tem poder heurístico para explicar a organização das relações entre formas e funções dos sistemas lingüísticos.

A nosso ver, em conformidade com esse ponto de vista, a língua é, como qualquer sistema semiótico, *estruturóide* ou *estruturiforme*³², ou seja, ela tende a estruturar, mas nunca

³¹ “‘Culture is temporal, emergent, and disputed’ The same can be said to be true of grammar, and therefore is temporal; its structure is always deferred, always in a process by never arriving, and therefore emergent; and because I can only choose a tiny fraction of data to describe, any decision I make about limiting my field of inquiry (for example in regard to the selection of texts, or the privileging of the usage of a particular ethnic, class, age, or gender group) is very likely to be a political decision, to be against someone else’s interests, and therefore disputed. (1998, p.156)

³² Convém escudar-nos, desde já, de qualquer possível objeção para os neônimos *estruturóide* e *estruturiforme*, com base em uma crítica a uma concepção de estrutura muito rígida. A nosso ver, a rigor, a estrutura regente dos sistemas lingüísticos não pode ser entendida como um arcabouço rígido e estável. Essa noção não nos parece defensável. Contudo, entre os autores da tradição da filosofia da linguagem e da própria lingüística platônico-

tal sucede de modo definitivo. Essa tendência é construída por intermédio de adoções relativamente sistemáticas. A continuidade consagradora de determinados usos gera a impressão de que há estabilidade gramatical. Hopper (1998) apresenta essa visão nos seguintes termos:

Do ponto de vista da emergência, não há estrutura fixa natural para a língua. Mais, os falantes tomam pesadamente de empréstimo de suas experiências prévias de comunicação em circunstâncias similares, sobre tópicos similares, e com interlocutores similares. Sistematicidade, por esse prisma, é uma ilusão produzida pelo **assentamento parcial ou sedimentação de formas freqüentemente usadas em subsistemas temporários [grifo nosso]**. Como um resultado não pretendido de um comportamento comunicativo, a gramática é um produto de ‘estruturação’ (Giddens, 1984) mais do que um objeto vinculado ao pensamento como uma estrutura.³³ (1998, p.158)

Uma conseqüência, a nosso ver, possivelmente nociva porque excessiva, desse ponto de vista é a suposição de que não há estruturação alguma. Estruturação há, mas não se pode ter em mente uma aceção nem demasiado volátil, nem demasiado rígida. A propósito de radicalismos, Givón (2002, p.123) adverte contra os radicalismos ou posições extremadas que gravitam entre o extremo ‘emergentismo’ e o extremo inatismo.

Outra conseqüência é o reconhecimento de que um sistema tem subsistemas em seu bojo. De todo modo, ainda se concebe que se fale em um sistema, desde que se leve em consideração uma parametrização mais ampla. Se os casos específicos de cada dialeção forem alçados à condição de paradigmas gramaticais, então seria necessário compor múltiplas gramáticas em conformidade com a região ou grupo de usuários. Novamente, Givón (2002) ocupa uma posição de mediação que nos parece mais viável, porque não intenta descrever a(s) gramática(s) emergente(s) de Hopper nem a gramática algorítmica de Chomsky.

A nosso ver, contudo, sem desmerecer a validade última dessa argumentação de que a especificidade de cada gramática de subsistemas deve ser avaliada no confronto com as diversas variáveis sociais, é possível postular balizas gerais encontráveis de funções (não das formas) nas diversas gramáticas das diversas variedades de um dado sistema. Esse

cartesiana, há a suposição de que exista uma essência monista de caráter universal atemporal e imutável. Em confronto com essas correntes, para as quais ainda afluem muitos lingüistas, torna-se oportuna a designação dos sistemas lingüísticos e de seu processo de constituição de estruturóides ou estruturiformes, ou seja, pendentes à estruturação, mas não a uma estratificação transtemporal e universal. Em suma, é cabido falar de estruturação instável porque se admite que exista uma estruturação estável. Finalmente, em um outro sentido da oportunidade dos neônimos, talvez *estruturiforme* seja ainda mais próprio, vez que o sufixo semi-gramaticalizado indicia os significados de estrutura em formação e algo similar a uma estrutura. Por esse motivo, doravante, estúltimo será usado de modo exclusivo.

³³ In the emergence view, there is no natural fixed structure to language. Rather, speakers borrow heavily from their previous experiences of communication in similar circumstances, on similar topics, and with similar interlocutors. Systematicity, in this view, is an illusion produced by the partial settling or sedimentation of frequently used forms into temporary subsystems. Grammar is a vast collection of such subsystems. As an unintended outcome of communicative behavior, grammar is a product of ‘structuration’ (Giddens, 1984) rather than a bounded object to the thought of as structure. (HOPPER, 1998, p.158)

entendimento, a nosso ver, não se incompatibiliza com a visão de uma gramática emergente, mas não leva essa noção, conforme a citação acima e seu comentário, a uma ortodoxia da singularidade gramatical de cada dialeto, pulverizando a possibilidade de postulações minimamente gerais sobre um dado diassistema³⁴.

De todo modo, concordamos com a noção de que o sistema é fruto de incorporações do uso, a ponto de sofrerem uma irradiação funcional em círculos de isoglossas³⁵. Naturalmente, esses círculos de usuários podem compor subsistemas com derivas mais ou menos distantes de um sistema de origem. Os recortes demarcatórios de origem serão sempre, em alguma medida, fruto de arbítrio do analista, mas, a nosso ver, esse procedimento é absolutamente inalienável, como o próprio autor supra-admitiu.

Resta declarar que concordamos integralmente que a formação de uma gramática é fruto de reiterações prestigiadas entre formas de dizer concorrentes e que, em verdade, não há uma gramática, mas gramáticas dentro de cada sistema de língua natural³⁶.

Os modelos supra-expostos fundamentam-se em diretrizes cognitivistas e funcionalistas. Por outras palavras, postulam que os sistemas lingüísticos amoldam-se à estruturação cognitiva e às necessidades expressivas dos usuários. Essa moldagem configura o que se chamou de *padronização*. Essa padronização não é uma estruturação rígida e perpétua, porque ela é fruto das opções sedimentadas pelo uso. Esses processos de padronização estão, portanto, em constante remodelamento e reconfiguração. Desempenham um papel fundamental para a padronização lingüística os processos de gramaticalização. São eles que vão consolidando formas e funções em razão das urgências pragmáticas e cognitivas dos usuários. A conceituação de gramaticalização merece um aprofundamento em virtude de seu papel estabilizador e configurador da gramática dos sistemas lingüísticos, com matizes específicos a depender da componente e subcomponentes da língua, em especial, em se tratando do problema da proformalização. Também importa porque põe em relevo as disputas do princípio da quantidade (já discutido) e o jogo de definitude e indefinitude na tessitura de todo e qualquer texto.

³⁴ O termo é de Coseriu (1979) e se encaixa perfeitamente na noção de língua como construto histórico por intermédio dos usuários da língua. Aliás, a bem da verdade, essa noção precede em muito os estudos da gramática emergente.

³⁵ A propósito, a noção de norma em Coseriu (1979) já contemplava, com brilhantismo, as variações como fruto da organização da língua em diferentes grupos sociais. Ademais, Coseriu (1979) insta a fundação de toda e qualquer mudança lingüística na interação, ou seja, as considerações de Hopper (1998) não podem ser consideradas inteiramente inéditas à luz da leitura de Coseriu (1979), cujos escritos são anteriores. A diferença capital reside em Coseriu não ter sugerido uma denominação específica como fez Hopper ao enunciar a sua *Gramática Emergente*.

³⁶ O que corresponderia, *mutatis mutandis*, às diferentes normas sob o prisma da teoria de Coseriu (1979).

1.5.1. Problemas da noção de protótipo

Eco (1998, p.171) questiona a definição da centralidade de uma categoria com base na noção de protótipo, que, segundo ele, seria confundido com o item que reúne o maior número de traços da classe, quando, em verdade deveria ser o item com os traços mais genéricos da classe. Discute, então, que

(...) o protótipo não é nem o membro de uma categoria nem uma estrutura mental precisa, quanto mais o resultado de uma experiência que tem em vista recolher e quantificar juízos sobre o grau de prototipicidade. O que significa grau de prototipicidade? Teríamos uma identificação de prototipicidade quando o maior número de atribuições que este possui em comum com os outros membros da categoria é destinado ao membro de uma categoria. (1998, p.171)

Essas considerações são muito interessantes, porque põem em xeque o modo de configuração do protótipo. Em seguida, argumenta que “*em qualquer ordenação categorial, o gênero superordenado deve ter menos traços que a espécie subordinada, e a espécie menos ocorrências individuais que permite reconhecer.*” (1998, p.171) Eis o motivo de ele ter questionado a escolha de ‘automóvel’ como protótipo da categoria de ‘veículo’, porque reúne vinte e cinco traços tidos como característicos, ao passo que ‘elevador’ apresenta apenas dois traços, tidos como fundamentais: mover-se e transportar pessoas. Pela definição última, o protótipo de veículo não deveria ser ‘automóvel’, mas ‘elevador’. Como decorrência de sua argumentação, declara que “*o protótipo possui extensão mínima e intensão máxima.*” (1998, p.171) Se é assim, o protótipo, conquanto reúna a maior quantidade possível de traços, intensão máxima, ele ainda assim seria o representante de uma classe. O protótipo guarda especificidades múltiplas, mas é reconhecido como o representante principal de uma dada classe. Essa definição é de extrema valia para a tessitura de nossa argumentação sobre as proformas.

Eco (1998, p.171) pondera ainda que a noção de protótipo pode ser mais elucidativa para pesquisas antropológicas do que para descrever o funcionamento da cognição. Principalmente se as considerações de prototipicidade forem fruto de pesquisas empíricas, que refletem fatores de ordem etnológica:

Parece-me que a noção de protótipo **tenha um valor para esclarecer quais são as ‘margens’ de uma categoria de base** [grifo nosso]: se decidimos que os traços salientes da categoria superordenada dos pássaros são bico, plumas, asas, duas patas e a capacidade de voar, é natural que haja embaraço para definir plenamente como pássaro a galinha, que não voa, mas que, no máximo, bate as asas (e não a excluimos, porque admitimos que os outros pássaros também não deixem de ser pássaros mesmo quando não voam). Mais discutível parece a identificação do protótipo de forma positiva, porque acredito que dependa de experiências ambientais e que os juízos de prototipicidade tenham mais valor para uma

pesquisa de antropologia cultural que para determinar mecanismos cognitivos em geral. (ECO, 1998, p.171)

Fundamental, no entanto, para nosso trabalho, é a consideração inicial de que a noção de protótipo serve para esclarecer o comportamento de itens marginais, ou seja, que não se ajustam de modo canônico em um dado quadro taxonômico, mas que podem ser reconhecidos simplesmente como membros ou itens exemplares ou centrais de uma dada classe. Assim, não vamos propor um traço unificador de forma a compor uma noção de superordenado de macroclasses gramaticais. Nesse sentido, a noção de protótipo que abraçamos é a mencionada na crítica de Eco (1998) ao protótipo de veículo, porque os traços mais gerais representariam prototipicamente uma classe. Porém, ao mesmo tempo, essas macroclasses, para a tradição, ainda que apresentem elementos com traços múltiplos, foram agrupadas sob o rótulo de pronome, em diferentes modelos gramaticais, o que demonstra que a noção de protótipo como o item de menor extensão e maior intensão é aplicável.

A fim de delimitar melhor o alcance dessas denominações e conceitos, urge firmar algumas decisões teóricas. Em primeiro lugar, a noção de protótipo como o item que apresenta os traços mais gerais de uma dada classe, para nós, será útil para definir as proformas em geral. Em segundo lugar, a noção de protótipo como item que reúne o maior número de traços de uma dada classe, noção oposta à primeira, é aplicável à inclusão na classe pronominal de formas de comportamento díspar. Essa ausência de segmentação apropriada se deu em razão da não apresentação de uma categoria que permitisse distribuir melhor as formas e as funções proformais pronominais.

Será, portanto, mais interessante restringir a designação de *protótipo* apenas para a segunda conceituação. Essa segunda noção, frise-se, explica também o título desta tese. A primeira noção será designada como *superordenado*. Em sendo assim, esquematicamente:

Contraste conceitual de proformas e pronomes

Noção de protótipo e de superordenado	Proformas	Pronomes
1. Como item exemplar por reunir os traços mais gerais – noção de superordenado	Aplicável para agrupar de modo mais coerente, com base no traço da <i>proformalidade</i> , as proformas correlatas das macroclasses	----
2. Como item representativo por reunir (a maior quantidade de) traços tidos como típicos da	----	Aplicável para justificar a inclusão sob o rótulo de <i>pronome</i> de proformas de funções diferentes.

categoria – noção de protótipo		
--------------------------------	--	--

Quadro 1

Esse quadro será reconsiderado no quarto capítulo, aquando da discussão mais específica sobre a natureza das proformas.

Parece-nos, em suma, que convém, conforme já enunciamos, diferenciar *protótipo* de *superordenado*. O primeiro termo refere um membro de uma categoria que, conquanto não abrigue os traços mais genéricos, é identificado como o melhor representante de uma dada classe ou categoria. O segundo termo refere não necessariamente um dos membros de uma dada classe, mas um modelo ou um exemplo modelar por contemplar ou manifestar os traços mais genéricos, porque constantes em todos os membros (ou em sua maioria) de uma dada classe. Em sendo assim, a classe das proformas pronominais deve ser entendida como um protótipo das proformas em geral. Mas, as proformas, como duplo da língua, deve ser entendida como um superordenado das macroclasses manifestantes de proformalidade. Isso porque os pronomes não apresentam todos os traços mínimos da proformalidade. Ao contrário, apresentam uma gama complexa de traços com a proformalidade de fundo. Já as proformas se identificam exatamente porque, de modo típico, em sentido aristotélico, manifesta o traço mais geral: a *proformalidade*.

O termo *protótipo* pode abrigar duas noções fundamentais, em última análise, a saber: 1) o de melhor representante de uma categoria; 2) e o de representante que apresenta os traços típicos dos membros da categoria. Para nós, as proformas eleitas vão sobrepor as duas noções, ou seja, elas vão ser os melhores representantes de sua macroclasse ou subclasse de uma dada macroclasse exatamente porque conservam os traços mais típicos de cada classe ou subclasse (traços que, mais à frente, denominamos traços otimizados). Aclara-se, com a observação acima, a significação pretendida para o termo *protótipo* com relação às proformas de toda ordem.

1.6. Gramaticalização: seu estatuto teórico e sua validade operacional, metodológica e heurística

1.6.1. Considerações teóricas gerais.

O conceito de gramaticalização apresenta diversidade terminológica e conceitual. Seleccionamos autores fundamentais para seu esclarecimento em razão de seu relevo para a compreensão de nossa proposição fundamental.

Em primeiro lugar, convém declarar que o termo ‘gramaticalização’ sofre concorrência de ‘gramaticização’³⁷. Nesta tese, contudo, empregaremos sempre o primeiro.

Em segundo lugar, é imperioso mencionar o trabalho de Meillet (1948), apontado por muitos como um precursor dos estudos de gramaticalização.

Não é possível discutir problemas relacionados à gramaticalização sem uma perspectiva histórica. Em razão disso, os trabalhos relativos aos processos de gramaticalização sempre apresentam um cotejo de períodos diferentes da formação de um dado idioma. Essa característica se compatibiliza integralmente com a visão pancrônica dos estudos funcionalistas, que observam sincrônica e diacronicamente um dado fenômeno pesquisado.

A mudança lingüística é uma reordenação imperiosa das línguas naturais. Noutros termos, os sistemas lingüísticos sofrem reorganizações periodicamente. As razões motivadoras últimas da tensão de mudança e conservação podem ser buscadas na pragmática ou na interlingüística. Os usuários inovam ao empregar as formas correntes com funções múltiplas, constituindo, destarte, adoções que se impõem, provisoriamente, ao quadro léxico-gramatical de uma dada língua³⁸.

1.6.2. Definições de gramaticalização

A gramaticalização é um processo corriqueiro nas línguas. Inúmeras formas gramaticalizadas existem em qualquer língua como resultado de um processo de caráter cognitivo, pragmático e sistêmico.

Para o usuário leigo letrado em geral ou mesmo para o gramático prescritivo, os processos em curso de gramaticalização não interessam muito, vez que ele mais se ocupa da gramática assentada e não das construções desestabilizadas ou em curso de gramaticalização. Para o especialista importa, segundo Hopper (1991), *inter alia*, destacar ou analisar as formas cuja gramaticalização se principia, muito embora não haja certeza de que vão efetivamente concluir-se todos os estágios caracterizadores da gramaticalização³⁹.

³⁷ O termo ‘gramaticização’ costuma ser usado para designar a tradição gramatológica e/ou o pensamento gramatical. Por esse motivo também nos parece melhor usar ‘gramaticalização’ para tratar dos fenômenos que analisamos nesta tese: não haverá evocação do conceito retromencionado.

³⁸ A noção de mudança que nos norteia é a oriunda de Coseriu (1979), em que se consigna a mudança como resultante de uma vocação natural dos signos lingüísticos para a polissemia, o que produz sucessivas mutações nas significações e funções vigentes. Mais à frente, após a descrição de princípios formadores da gramaticalização, tomamos posição a respeito do que cremos fundamental para fundar as alterações: câmbios de natureza metonímico-metafórica de diretriz abstratizante.

³⁹ A gradualidade e o recurso a categorias não-discretas são vitais para a apreensão de fenômenos de gramaticalização em curso ou para a descrição reconstitutiva de processos já conclusos, visto que as formas de

Observemos, a princípio, o conceito geral de Traugott e Heine (1991) sobre gramaticalização:

Gramaticalização é o processo lingüístico, tanto diacrônico quanto sincrônico, de organização de categorias e de codificação. O estudo da gramaticalização, portanto, explica a tensão entre uma relativamente ilimitada expressão lexical e uma mais limitada codificação morfossintática, e aponta para uma relativa indeterminação na língua e para a não discreção básica de categorias. (Introduction, p.1).⁴⁰

A definição contempla noções múltiplas. Entre elas, podemos frisar a necessidade de uma perspectiva panorâmica, porque recortes polarizados de sincronia ou diacronia não capturam derivas nem sedimentações triunfantes. Abriga também uma distinção entre gramática e léxico, cujos limites serão discutidos ainda neste capítulo. Finalmente, agasalha um modelo epistemológico não-aristotélico, em que as categorias não são estanques ou rígidas. A nosso ver, todos esses tópicos são prestantes para uma apreensão mais apropriada do funcionamento da gramática em geral, seus limites, suas derivas, sua constituição.

Halliday (2004, p.47) define *gramaticalização* assim:

É uma condição necessária da língua que alguns significados devam ser gramaticalizados. Esses não necessitam ser os mesmos significados em toda língua; e de fato não o são – categorias de lugar, tempo, grau, valor, número, gênero são muito variáveis a esse respeito. De qualquer forma, há graus diferentes de gramaticalização; não se trata de um fenômeno de tudo ou nada. Entretanto, alguns significados (polaridade é um dos mais delimitados) sempre parecem ser gramaticalizados, e muitos outros são extremamente tendentes a se gramaticalizar. Se um significado é gramaticalizado, isso significa que ele é organizado na língua: 1) como um sistema fechado de termos mutuamente excludentes; 2) associado com alguma categoria geral; 3) exibidor de proporcionalidade. Essas são as três propriedades: fechamento, generalidade, proporcionalidade. (HALLIDAY, 2004, p.46)⁴¹

Essas considerações deixam claro que a gramaticalização é um fenômeno constitutivo, fundacional, de todo e qualquer sistema lingüístico. O autor não postula que significados tendem mais a se gramaticalizar em termos universais, mas inclina-se a crer que há significados mais propensos a serem expressos gramaticalmente do que lexicalmente. As

referência mais específica (os itens lexicais, em sentido geral) sofrem uma reorientação em direção a uma ampliação referencial (com viés de genericidade), ou as formas já gramaticalizadas pergramaticalizam-se.

⁴⁰ Grammaticalization is the linguistic process, both through time and synchronically, of organization of categories and of coding. The study of grammaticalization therefore highlights the tension between relatively unconstrained lexical expression and more constrained morphosyntactic coding, and points to relative indeterminacy in language and to the basic non-discreteness of categories.

⁴¹ It is a necessary condition of language that some meanings should be grammaticalized. These need not be the same meanings in every language; and in fact they are not – categories of place, time, size, value, number, sex are quite variable in this respect. In any case there are differing degrees of grammaticalization; it is not an all-or-nothing phenomenon. Nevertheless some meanings (polarity is one of the most clear-cut) always seem to be ‘grammaticalized’, and many others are extremely likely to be so. If a meaning is ‘grammaticalized’, this means that it is organized in the language: i) as a closed system of mutually exclusive terms; ii) associated with some general category; iii) displaying proportionality throughout. These are the three properties – closure, generality and proportionality – that characterize a grammatical system. (HALLIDAY, 2004, p.46)

propriedades indicam que uma regularidade está estabelecida desde que uma gramaticalização esteja instituída⁴².

Observe-se a concisa definição de Bybee, Perkins & Pagliuca (1994, p.4):

A gramaticalização principia com a observação de que morfemas gramaticais desenvolvem-se de morfemas lexicais ou combinações de morfemas lexicais com morfemas lexicais ou gramaticais. O processo por meio do qual isso ocorre exhibe um número de características regulares relativamente a exemplos independentes de gramaticalização.⁴³

Significa dizer que se aposta em uma universalização de movimentos intralingüísticos de gramaticalização⁴⁴. Naturalmente, a formalização gramatical nas diferentes línguas obedece a parâmetros particulares por força de pressões culturais. Por outras palavras, o que vai ser reiterado a ponto de compor uma estrutura gramatical depende de cada cultura e de seu respectivo sistema lingüístico.

A gramaticalização atua em diversas partes da gramática, isto é, pode ocorrer na componente fonético-fonológica (com a fonologização de sons); na componente lexical, com a ressemantização do significado lexical; na componente sintática, com a alteração ou fixação da ordem. Todos esses processos são, por exemplo, facilmente identificáveis nas alterações sofridas do latim vulgar para as línguas românicas⁴⁵.

Cumprido advertir, com Halliday (2004, p.47), que o termo ‘gramaticalização’ pode suscitar dois significados básicos: de processo concluso e de processo em curso. A respeito desse último caso, Halliday indica três tipos de gramaticalização:

Podemos reconhecer gramaticalização como um processo que se situa no tempo – de fato em três dimensões distintas de tempo: 1) podemos vê-la no tempo ontogenético quando observamos o desenvolvimento lingüístico inicial de crianças, que é construído em torno da criação de sistemas protogramaticais e em seguida gramaticais; 2) não podemos observá-la diretamente em tempo filogenético, a evolução da língua humana; mas podemos rastrear exemplos na história de línguas particulares; 3) podemos vê-la no tempo logogenético, o

⁴² As línguas naturais organizam diferentemente a expressão de funções de toda ordem da estrutura lingüística. Assim, as línguas flexivas e aglutinantes valem-se de morfemas derivacionais e flexionais, ao passo que as línguas isolantes valem-se, majoritariamente, de formas do léxico *stricto sensu*. Isso não significa dizer que os morfemas derivacionais e flexionais respondam privativamente pela expressão de determinadas categorias da língua. Indicam apenas que há categorias para as quais há expressões gramaticalizadas, mas não exclusivamente gramaticalizadas. Léxico e gramática mantêm contínua tensão em conformidade com as derivas construídas pelos usuários.

⁴³ Grammaticization theory begins with the observation that grammatical morphemes develop gradually out of lexical morphemes or combinations of lexical morphemes with lexical or grammatical morphemes. The process by which this occurs exhibits a number of characteristics that are regular over independent instances of grammaticization.

⁴⁴ Ao longo do trabalho, vamos apresentar objeções a algumas teses funcionalistas a respeito do funcionamento da gramaticalização, quer de natureza epistemológica ou conceitual (vide 2.2.1). Por outras palavras, interpostos objeções sobre a possibilidade de a gramaticalização ser considerada uma teoria e a natureza de suas características ser pertinente aos fenômenos sob análise. No entanto, não aderimos, adiante-se, às críticas de que a gramaticalização é meramente um epifenômeno, não representando uma teoria ou modelo para explicar modificações rumo a ordenações mais abstratas.

⁴⁵ Um estudo de caráter mais universal, porque compreende diferentes matrizes de grupos de línguas, foi o levado a cabo por Heine & Kuteva (2002).

desdobramento do discurso, quando uma passagem de alguma extensão – uma sentença ou mais – é recapitulada em uma única palavra ou grupo. Assim quando falamos de um ‘sistema’ de língua, como o potencial subjacente que é instanciado na forma de texto, estamos de fato teorizando a língua como o resultado de uma contínua gramaticalização em todas essas dimensões de tempo.⁴⁶ (2004, p.47)

A citação última enquadra-se perfeitamente no entendimento pancrônico das análises funcionalistas, com o ganho de um refinamento dos tipos de constituição gramatical no tempo. Assim, a observação da aquisição de processos de gramaticalização e as alterações em línguas particulares necessariamente radicam-se no tempo⁴⁷. Mais, a gramaticalização, na 1ª. acepção, é uma tendência inata, haja vista a noção de protogramática, a qual se ‘preenche’ com a aquisição de um sistema de língua natural. Ao mencionar a 2ª. acepção, o autor exime-se, tal como fez Meillet (1948) da resolução do problema adâmico e babélico do surgimento das línguas, mas reconhece que, entre as línguas geradas, há a possibilidade de identificar os percursos de gramaticalização. A 3ª. acepção menciona a propriedade das línguas de ‘jogar’ com formas mais específicas e genéricas, o jogo de referencialidade em que se alternam definitude e indefinitude. De modo terminologicamente mais específico, ele mencionou o que se intitula *encapsulamento* (v.FRANCIS, 1994), ou seja, a retomada referencial de um trecho frástico ou multifrástico por meio de um sintagma nominal ou um nome simples.

Com base nessas definições introdutórias, percebe-se que a gramaticalização é uma transformação ou atualização de determinadas formas lexicais em formas com funções de caráter gramatical. Ou ainda, de formas gramaticais em formas ainda mais gramaticais. Abstrai-se ainda dessa definição que os limites demarcadores do inventário aberto do léxico e fechado da gramática não se firmam sempre em bases bem determinadas, dado que há formas que transitam de um componente para outro da língua. Noutros termos, os usuários das línguas naturais recorrem a termos extraídos do léxico geral para a reestruturação e recomposição de suas formas categoriais, sem que esses procedimentos impliquem uma gramaticalização simétrica e extensível a todos os contextos de ocorrência desses mesmos termos. Quedam-se, portanto, muitas formas em curso de gramaticalização em uma zona

⁴⁶ We can recognize grammaticalization as a process taking place in time – in fact in three distinct dimensions of time: 1) we can see it in ontogenetic time when we observe children’s early language development, which is built around the creation of protogrammatical and then grammatical systems; 2) we cannot observe it directly in phylogenetic time, the evolution of human language; but we can track examples in the history of particular languages; 3) we can see it in logogenetic time, the unfolding of discourse, when a passage of some extent – a clause or more – is recapitulated in a single word or group. So when we talk of the ‘system’ of language, as the underlying potential that is instantiated in the form of text, we are in effect theorizing a language as the outcome of ongoing grammaticalization in all these three dimensions of time. (2004, p.47)

⁴⁷ As considerações de Halliday (2004) apresentam vantagem em relação às radicais noções de Hopper (1998) de gramática emergente, porque admitem uma propensão inata para gramaticalizar.

limítrofe entre o léxico e a gramática. Outras gramaticalizam-se efetivamente, conquanto não percam funções mais estritamente lexicais, conforme ilustraremos.

Meillet (1948) também nos indica, de forma precursora, as características gerais presentes nos processos de gramaticalização. Com efeito, observemos a seguinte passagem em que ele sumaria os processos incidentes e declara sua principal hipótese a respeito da motivação fundamental para a irrupção da gramaticalização:

A constituição de formas gramaticais por degradação progressiva das palavras autônomas tornou-se possível pelos procedimentos que se acabou de descrever sumariamente, e que consistem, vê-se, em **um enfraquecimento da pronúncia, da significação concreta das palavras e do valor expressivo das palavras e dos grupos de palavras** [grifo nosso].⁴⁸ (MEILLET, 1948, p.139).

A despeito de os traços configuradores da gramaticalização apresentados por Meillet possuírem validade heurística, não são aceitos sem criticidade, principalmente no que diz respeito à noção de “enfraquecimento” semântico. Esse ponto de vista caracteriza o que Heine (1991) chama de “modelo de apagamento”. Segundo Heine (1991), para os adeptos desse ponto de vista, entre os quais se pode relacionar Meillet, a “*gramaticalização é vista do ponto de vista do conceito fonte, que carrega o ‘significado pleno’, enquanto o resultado do processo é interpretado como uma forma empobrecida, uma forma que foi esvaziada, cujas especificidades semânticas de sua fonte foram apagadas*”⁴⁹. (HEINE, 1991, p.40).

Indiscutivelmente o assim chamado ‘modelo de apagamento’ compreende bem o câmbio semântico que as formas gramaticalizadas sofrem. Porém, o que é questionável é o entendimento negativo de que essa mutação semântica implicaria uma anulação de significação. Na verdade, outros aspectos de ordem semântico-pragmática devem ser levados em consideração para uma avaliação mais rigorosa, a qual exigirá igualmente uma terminologia mais adequada para a remodelação semântica a que se sujeitam determinadas formas em vias de gramaticalização ou cujo processo já se consumou. À intervenção de aspectos de ordem cognitiva e pragmática deve ser dado um relevo especial, e não exclusivamente ao aspecto semântico do ponto de vista estritamente léxico-estrutural. É a isso que se refere Heine (1991) ao questionar a suficiência heurística do modelo de apagamento quando declara que, em seu estágio inicial, na verdade, há um incremento de significação,

⁴⁸ La constitution de formes grammaticales par dégradation progressive de mots jadis autonomes est rendue possible par les procédés qu’on vient de décrire sommairement, et qui consistent, on le voit, en un affaiblissement de la prononciation, de la signification concrète des mots. Mais ce qui en provoque le début, c’est le besoin de parler avec force, le désir d’être expressif.

⁴⁹ Grammaticalization is viewed from the perspective of the source concept, which carries the ‘full meaning’, whereas the output of the process is interpreted as an impoverished form, one that is emptied of, or has bleached out, the semantic specificities of its source.

porque o hibridismo bifuncional – lexical e gramatical – da mesma forma gera maior dependência contextual:

Enquanto o ‘modelo de apagamento’ captura um aspecto importante da gramaticalização, parece que ele ignora outras características desse processo. No processo de gramaticalização, o significado fonte pode desaparecer completamente, ou pode ser substituído pelo que – do ponto de vista sincrônico – parece não estar de modo algum relacionado com os significados ou funções originários, tais como as formas negativas do francês **pas**, **personne**, **point**, e **rien** (que derivam de substantivos que denotam, respectivamente, ‘passo’, ‘pessoa’, ‘ponto’ e ‘coisa’), que em certos usos coloquiais, onde **ne** é omitido, formam a única expressão de negação. Considerando-se o contexto apropriado, a gramaticalização pode tomar direções difíceis de se conciliar com o modelo de apagamento. (HEINE, 1991, p.40)⁵⁰

Não se trata, portanto, de uma dessemantização, sinônima de uma vacuidade semântica, mas da aquisição de outros traços semânticos, de caráter gramatical, ao mesmo tempo que se mantêm, ao menos com relação a algumas formas, traços semânticos de ordem lexical. Outrossim, a gramaticalização implica uma relativa roteirização, ou seja, uma maior dependência contextual. Em sendo assim, não é admissível considerá-la um processo de anulação semântica. Melhor seria, portanto, falar de ressemantização. Há, de todo modo, um desvio da referência habitual da expressão gramaticalizada⁵¹.

Para Traugott & Heine (1991), a frequência assume uma importância capital para a consumação de um processo de gramaticalização. Para os referidos autores, “*as sementes da gramaticalização estão, portanto, em um conjunto correlacionado de fenômenos: adequação semântica, saliência e frequência. Apenas o terceiro realmente conduz à gramaticalização e, em seguida, à fixação, ao congelamento, à idiomatização, etc*”.(HEINE, 1991, p.9)⁵².

É bem verdade que a própria frequência de uso das formas lingüísticas responde pela depreciação lingüística, a qual, segundo Meillet (1948, p.135), provoca um desgaste cujo resultado final é a redução de seu valor expressivo extralingüístico. Por esse prisma, a frequência tanto é o elemento responsável pela afirmação de uma forma lexical ou gramatical

⁵⁰ While the ‘bleaching model’ captures one important aspect of grammaticalization, it would seem that it ignores certain other characteristics of this process. In the process of grammaticalization, the source meaning may disappear completely, or it may be replaced by what – from a synchronic point of view – appear to be totally unrelated meanings or functions, such as the French negative **pas**, **personne**, **point**, and **rien** (which derive from nouns denoting, respectively, ‘step’, ‘person’, ‘point’, and ‘thing’), which in certain colloquial uses, where **ne** is omitted, form the only expression of negation. Given the right context, grammaticalization may take directions that are difficult to reconcile with this model. (HEINE, p.40-41).

⁵¹ Essa noção de desvio nos será cara, porque constitui conceito fundamental para demonstrar que a gramaticalização se sujeita a processos metonímico-metafóricos ao ocorrer. Exatamente porque há um reconfiguração da forma gramaticalizada.

⁵² The seeds of grammaticalization are therefore in a correlated set of phenomena: semantic suitability, salience, and frequency. Only the third actually leads to grammaticalization and hence to fixing, freezing, idiomatization, etc.

nascente quando pela desapareição, face à crescente corrosão expressiva provocada pelo uso reiterado. Mas, tratando-se estritamente da gramaticalização, a frequência cristaliza um uso lexical de tal modo que ele perde o seu valor expressivo corrente e se gramaticaliza:

Se então um grupo de palavras se torna freqüente, se ele é freqüentemente repetido, ele deixa de ser expressivo, e é reproduzido cada vez mais automaticamente pelos falantes. Houve um tempo em que *eu deixo vir* constituiu duas palavras verdadeiramente distintas e em que *deixar* teve em uma expressão desse tipo seu valor semântico pleno. (...) Se uma palavra está agrupada a uma outra de uma maneira que tende a se tornar fixa em determinados casos, resulta para essa palavra uma **perda [grifo nosso]** de uma parte de seu sentido concreto nesses contextos. (MEILLET, 1948, p.136).⁵³

A constância de uso de um dado som, uma dada palavra ou seqüência de palavras em um mesmo ambiente sintático-semântico e pragmático engendra uma gramaticalização com uma conseqüente alteração de sua condição meramente sonora, lexical ou sintática em direção a uma maior abstração. Por conseguinte, sons gramaticalizados passam a ter valor sistêmico, ou seja, a marcar oposições de sentido; os itens lexicais ampliam sua extensão semântica; as sentenças apresentam nova distribuição preferencial⁵⁴. O problema da definição de Meillet (1948) se dá em admitir que há uma perda de seu valor expressivo. No caso específico do léxico, o foco é a perda de determinada carga semântica lexical, mas não necessariamente uma perda de valor expressivo, dado que essa forma assume outras funções dentro do sistema, de menor extensão semântica, desde que se considerem referências extralingüísticas. Representa, conforme Heine (1991), uma perda de significado auto-semântico. A expressividade ou validade semântica não se limita à referenciação extensional. Isso porque o significado gramatical estritamente sistêmico não pode ser mensurado como inferior ao significado lexical ou referencial. Nesse sentido, convém ter cautela ao se falar em perda de significado. É preciso, portanto, especificar que tipo de significado uma dada forma está perdendo ao se gramaticalizar. Referir a mudança de estatuto referencial como perda não é, por conseguinte, inteiramente despropositado, mas é convinável apender explicações a respeito da medida.

⁵³ Si donc un groupement de mots devient fréquent, s'il est souvent répété, il cesse d'être expressif, et il est reproduit de plus en plus automatiquement par les sujets parlants. Il y a eu un temps où *je laisse venir* a constitué deux mots vraiment distincts et où *laisser* a eu dans une expression de ce type toute sa valeur sémantique. (...) De ce qu'un mot est groupé avec un autre d'une manière qui tend à devenir fixe dans certains cas, il résulte pour ce mot la perte d'une partie de son sens concret dans ces constructions. (MEILLET, 1948, p.136).

⁵⁴ Os romances surgiram de reordenações fonológicas, lexicais e sintáticas: as perdas fônicas se processaram a ponto de anular diferenças morfossintáticas entre as diferentes terminações dos paradigmas declinacionais e verbais, com o efeito concreto de abaular o caso, que, por conseguinte, tornou a distribuição frástica mais rígida do que no latim.

Para Bybee, Perkins & Pagliuca (1994, p.8), a frequência também é um fator determinante, quiçá gerador, de processos de gramaticalização:

Um fenômeno associado com a gramaticalização é o aumento de frequência, que, como supra-sugerimos, tem continuidade mesmo depois que o status de forma gramaticalizada é atingido. A alta frequência de formas gramaticalizadas é, em parte, devido a sua genericidade semântica, que lhes permite ocorrer em um amplo espectro de contextos, mas é também devido ao uso de formas gramaticalizadas em contextos onde sua contribuição é realmente redundante. Isto é, formas gramaticalizadas chegam a ser usadas não apenas nos contextos cujos significados supridos são estritamente necessários, mas também toda vez que um significado é compatível com o contexto geral e as intenções do falante.⁵⁵

As considerações supra são vitais para compreender o comportamento múltiplice, em termos semânticos principalmente, das proformas em geral. Naturalmente, a depender da macroclasse e da própria forma, há uma variação substancial de atuação pragmática, semântica e morfossintática.

Heine (1991, p.29) considera que a gramaticalização deve ser compreendida com referência a uma escala de distância egocêntrica. Para ele, a gramaticalização é o resultado de um processo de resolução de um problema por meio do emprego de uma significação através de uma forma já circulante. Algumas suposições fundamentais devem ser consideradas, segundo Heine (1991), para a questão da resolução desse problema:

Subjacente a nossa afirmação de que a gramaticalização é o resultado da resolução de um problema estão algumas suposições básicas. A primeira é que a formação de um conceito e a nomeação são dois objetos diferentes e que no processo de gramaticalização o primeiro precede o último. A segunda suposição é que o uso de um dado termo lingüístico para um novo conceito envolve um processo em que dois processos são metaforicamente equiparados e em que o termo usado para um dos dois é igualmente estendido para referir o outro. Esse processo é designado como uma transferência conceptual e as entidades envolvidas como conceitos fonte e conceitos alvo, respectivamente. A terceira suposição é que a transferência conceptual é um ato criativo. (HEINE, 1991:29)⁵⁶

Sai em defesa, em primeiro lugar, de uma semasiologia, dado que concebe que a conceptualização antecede a concepção do nome. Por outras palavras, há, cognitivamente, a princípio a formação de um conceito, o qual, em um estágio subsequente, se materializa ao ser lingüisticamente codificado. Além disso, o processo de formação lexical se diferencia do

⁵⁵ One phenomenon associated with grammaticization is frequency increase, which, as we suggested above, continues well after grammatical status has been reached. The high frequency of grams is in part due to their semantic generality, which allows them to occur in a wide range of contexts, but it is also due to the use of grams in environments where their contribution is actually redundant. That is, grams come to be used not just where the meanings they supply are strictly necessary, but also any time that meaning is compatible with the general context and the speaker's intentions. Bibee, Perkins & Pagliuca (1994, p.8)

⁵⁶ Underlying our claim that grammaticalization is the result of problem solving are a few basic assumptions. The first is that concept formation and naming are two different things and that in the process of grammaticalization the former precedes the latter. The second assumption is that the use of a given linguistic term for a new concept involves a process whereby two different concepts are metaphorically equated and that the term used for one of them is extended also to refer to the other. This process is referred to as conceptual transfer and the entities involved as source concepts and target concepts, respectively. The third assumption is a creative act. (HEINE, 1991, p. 29).

processo de gramaticalização, isto é, esses processos obedecem a ditames sistêmicos e pragmáticos diversos, ainda que se possam admitir zonas de interseção, com uma apropriação das formas já circulantes. Em segundo lugar, o autor alça a metáfora (depois insere a metonímia e a equipara à metáfora⁵⁷) à condição de mecanismo ou estratégia cognitiva modelar para a consecução de um processo de gramaticalização. Logo abaixo expomos sucintamente a argumentação de Heine (1991) sobre os conceitos de abstração, quando ele se vale da metáfora e da metonímia para explicar o funcionamento da abstratização provocadora e fundadora da gramaticalização. No que diz respeito à criatividade, Heine (1991) se ocupa da criatividade⁵⁸ requerida para o advento de processos gramaticalizadores. A esse respeito, ele assevera:

Limitar-nos-emos estritamente a um aspecto da criatividade, a saber, à capacidade de conceptualizar domínios abstratos de cognição em termos de domínios concretos, por exemplo, o domínio do espaço em termos de conceitos temporais, etc. O resultado lingüístico desse ato criativo é que as estruturas lexicais são empregadas para expressar significados gramaticais, e as estruturas gramaticais servem para expressar significados ainda mais gramaticais. Assim, o tipo de criatividade na qual nós estamos interessados aqui é **unidirecional** [grifo nosso], aquela que leva de conceitos concretos para abstratos e de expressões lexicais para gramaticais. Essa atividade não é usual porque requer, em primeiro lugar, que uma nova conexão seja estabelecida entre domínios cognitivos inteiramente diferentes e, em segundo lugar, que as expressões para conceitos de um domínio sejam transferidas para um outro domínio. (HEINE, 1991, p.31).⁵⁹

⁵⁷ São processos de analogia ou contigüidade similares no que diz respeito ao procedimento de aproximar signos próximos ou distantes na cadeia semiótica circulante na língua. Eco (1997) prefere alçar a metonímia à conta de metatropo porque entende que os signos, distantes ou próximos na rede semiótica, são contiguizados, isto é, são aproximados para dispor novos processos significativos. Essa operação, naturalmente, pode ser entendida como uma analogia. Por isso, para nós, a distinção, nesse nível de discussão da diferença entre metáfora e metonímia deveria convergir para uma junção dos processos e não para uma predileção por um necessariamente em detrimento do outro.

⁵⁸ A criatividade lexical difere substancialmente da gramatical, porque, no âmbito lexical, são engendradas novas formas em função de demandas referenciais (novos referentes ou novos conceitos), ao passo que as gramaticalizações são abstratizações de formas circulantes. É bem verdade que se pode falar de criações lexicais estritamente semânticas, mas não representam necessariamente abstratizações. À guisa de ilustração, observe-se a acepção de ‘paraguaio’ ou ‘tapioca’ no vocabulário político cearense, em que esses termos referem, respectivamente, ‘falso’ e ‘vira-casaca’. Não se podem considerar tais criações lexicais de cunho semântico abstratizações do porte das gramaticais. Podem ser consideradas, contudo, abstratizações de caráter lexical, vez que o primeiro item lexical migrou do domínio referencial de *pessoa* para *qualidade* (*paraguaio*, de indivíduo natural do Paraguai para indivíduo falso), e o segundo item transitou da referência de *objeto* para *qualidade* (*tapioca*, alimento para indivíduo sem fidelidade política). Observe-se a escala de unidirecionalidade a seguir a fim de comprovar o trânsito de referências lexicais mais concretas para mais abstratas.

⁵⁹ We will be confined to but one aspect of creativity, namely the ability to conceptualize abstract domains of cognition in terms of concrete domains, - for example, the domain of space in terms of that of physical objects, the domain of time in terms of spatial concepts, the domain of logical relations in terms of temporal concepts, etc. The linguistic result of this creative act is that lexical structures are employed to express grammatical meanings, and grammatical structures serve to express even more grammatical meanings. Thus, the kind of creativity we are concerned with here is unidirectional, leading from concrete to abstract concepts and from lexical to grammatical expressions. This activity is unusual in that it requires, first, that a new link be established between entirely different domains of cognition and, second, that expressions for concepts from one domain be transferred to another domain. (HEINE, 1991, p.31)

A unidirecionalidade é um dos aspectos marcantes da gramaticalização, porque implica um processo crescente de abstração. Vale ressaltar, contudo, que a abstratização não implica necessariamente gramaticalização⁶⁰. A unidirecionalidade se manifesta por meio de uma ascendente escala de abstratização. Assim, a criatividade, embora muitas vezes se conectem as acepções desse significante a um descontrole ou a uma ruptura de regras, está submetida a regulações. A criatividade no processo de gramaticalização se direciona, geralmente, para uma maior abstração expressiva⁶¹.

No que diz respeito à organização formal e funcional, o percurso de gramaticalização trilharia uma escala de unidirecionalidade, a qual obedeceria ao seguinte esquema:

ITEM LEXICAL > PALAVRA GRAMATICAL > CLÍTICO > AFIIXO FLEXIONAL

Correlativamente, os processos cognitivos correlacionados incidentes em razão da modificação do estatuto categorial do item em processo de gramaticalização, segundo Heine, Claudi & Hünemeyer (1991) atenderia ao seguinte direcionamento de abstratização:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

À guisa de ilustração do pendor imanente para a abstração, Givón (1995) argumenta que a expansão do vocabulário somente se torna possível em razão de um contínuo processo de abstração. Noutros termos, assinala que a abstratização é *conditio sine qua non* para uma expansão da percepção. Além disso, em uma sociedade complexa e atravessada por múltiplas competências, é natural que os códigos de comunicação sejam maleáveis o suficiente para se ajustar a processos complexos de referenciação, os quais se encontram abertos para contínuas expansões e absorções de novos padrões representacionais. Eis a razão pela qual Givón (1995)

⁶⁰ HEINE (1991, p.4) cita o caso de mudança de significado de ‘grasp’ de seu sentido original – mais concreto – de ‘agarrar’, para um mais abstrato, ‘entender’. Esse fenômeno não representa uma gramaticalização modelar, mas é incontroversa a abstratização semântica. Vale lembrar que há exemplos similares em português, v.g., o que se passa com o verbo ‘pegar’, que pode ser empregado para designar ações concretas de ‘apanhar’, ‘tomar’, como também o processo de ‘compreender’, ‘perceber’. Outros exemplos podem ser as expressões ‘ir para frente’, ‘ficar ao lado’, que, originalmente referidoras de espaço, contraíram significado mais abstrato de ‘melhorar de vida’ e ‘apoiar’, respectivamente.

⁶¹ Assim, v.g., as proformas adverbiais, juntas, *aqui e ali*, originalmente designadoras de espaço, podem referir tempo. Isso indica um processo de abstratização em que expressões referenciais de espaço passam a referir tempo. Nesse caso, um tempo referidor de ocasionalidade, em razão de os locativos indicarem uma descontinuidade espacial. A descontinuidade espacial foi metafórica para se transformar em uma descontinuidade temporal.

declara que o vocabulário está se expandindo continuamente por via de processos de abstração.⁶²:

Uma vantagem própria de mudança de uma modalidade de codificação icônica para uma simbólica é que a última pode abrigar um mais amplo e mais abstrato vocabulário. A necessidade para tal vocabulário está, por seu turno, motivada pela complexidade crescente de organização cognitiva e sócio-cultural. Assim, tornar-se-ia desnecessário tornar um desses dois fatores – codificação não-icônica e vocabulário abstrato – precedente um relativamente ao outro por efeito de uma relação de causalidade. Os dois desenvolvimentos mais provavelmente convergiram e então reforçam um ao outro, mas tinham provavelmente distintas procedências. A pressão pela abstração, esquematização e ritualização de um código – qualquer código – é inerente ao próprio processo de criação de um código confiável (válido): repetição, redução, convencionalização. Módulos de detecção de sinal automatizados não rastreiam procuram por similaridades icônicas entre sinais e seus referentes. Eles procuram por gatilhos de ativação automática. (1995, p.433)⁶³

A propósito da propensão para a abstração da cognição humana ao tratar do cenário de evolução, Givón (1991) apresentou vários argumentos. Por meio desses argumentos, percebe-se que esse processo conhece padrões de abstração em vários campos da cognição humana.

Com base nos argumentos apresentados por Givón (1995), torna-se perceptível que ocorre, na língua, um processo contínuo de abstração. Percebe-se nitidamente uma deriva de processos de representação mais icônica – regulados por uma motivação presa ao referente – para processos mais simbólicos – regidos por uma representação desvinculada do referente originalmente motivador da formação lingüisticamente codificadora. Esses argumentos são reveladores da abstratização que perpassa vários âmbitos da cognição humana e de suas manifestações etnológicas:

1. O argumento da língua escrita – O modo pelo qual os humanos ouvintes podem mudar a modalidade perceptual em sua aquisição de letramento teria sido improvável a menos que ela se abastecesse – apoiada – por um canal de processamento pré-existente. Não se sugere disso que a adaptação seja trivial. Diferentemente da aquisição da linguagem gestual, que se funda pesadamente nos estados iniciais de iconicidade natural, a aquisição de um código escrito visual totalmente arbitrário é um empreendimento cognitivo complexo. Na evolução natural da escrita em todos cinco centros conhecidos onde tal processo ocorreu independentemente (China, Índia,

⁶² Vale lembrar, no entanto, que há uma reciprocidade entre abstração e concreção para a captação icônica e possível posterior representação mais abstrata, ou para o processo inverso de representação mais abstrata por intermédio de formas representativas de entes mais concretamente visualizáveis, mais ao alcance da percepção mais ocular – ou ainda de uma percepção regulada pelo corpo humano (construção referencial antropofórica). Assim, se termos mais abstratos são usuais para explicitar ou expressar juízos sintéticos/factuais ou hipotéticos sobre fenômenos concretos, em contrapartida, termos mais concretos são empregados para referir entidades mais abstratas.

⁶³ One adaptive advantage of switching from an iconic to a symbolic coding modality is that the latter can now accommodate a larger and more abstract vocabulary. The need for such vocabulary is in turn motivated by the increasing complexity of cognitive and socio-cultural organization. It would be thus unnecessary to make either one of these two factors – non-iconic coding and abstract vocabulary – causally prior to the other. The two developments most likely converged and they reinforce each other, but probably had distinct ontologies. The pressure for abstracting, schematizing and ritualizing a code – any code – is inherent in the very process of creating a reliable code: repetition, reduction, conventionalization. Automated signal-detection modules do not scan for iconic similarities between signals and their referents. They scan for automatic activation triggers.

Mesopotâmia, Egito e Maia), a progressão histórica começou invariavelmente de uma iconicidade inicial para um posterior simbolismo. Todos cinco sistemas de escrita começaram como representações pictóricas. Seu movimento gradual em direção a um código mais arbitrário – ou ideográfico (maia, chinês) ou fonológico (Mesopotâmia, Egito, Índia) – veio mais tarde. Como em qualquer outro lugar, a ascensão inicial de um novo código beneficia-se/vale-se de máxima iconicidade e naturalidade cognitiva. Apenas mais tarde um código – talvez inevitavelmente – gravita em direção ao simbolismo.

2. O argumento do desenvolvimento – Em um sentido amplo, a ontogênese da lexicalização infantil recapitula a rota evolutiva proposta aqui. O vocabulário primordial é sempre mais concreto e sensorio-motor. Abstração incrementada se segue mais tarde. Também é verdade no que diz respeito ao desenvolvimento da gramática tanto na aquisição de primeira quanto de segunda língua. As regras cognitivamente transparentes e mais icônicas de protogramática pavimentam o caminho – e integram-se – a um sistema mais arbitrário de comunicação gramaticalizada.
3. O argumento diacrônico – No desenvolvimento histórico dos sentidos das palavras, o processo mais comum é a extensão metafórica dos sentidos espaço-visuais concretos em direção a sentidos mais abstratos (Lakoff and Johnson, 1980). A mesma tendência geral se observa na ascensão da morfologia gramatical, onde significados espaço-lexicais mais concretos invariavelmente dão origem a funções temporais e eventualmente a funções gramaticais mais abstratas (Heine et al. 1991); Traugott and Heine 1991). Similarmente, ao longo da ascensão de regras gramaticais, regras icônicas mais cognitivamente transparentes invariavelmente precedem regras simbólicas mais abstratas. (1991, p. 442)⁶⁴

Atente-se para a proximidade dessa argumentação de Givón (1995) com a de Halliday (2004), principalmente quando este último trata da protogramática. Em suma, com base nessa convergência de teses, a gramaticalização enquadraria ou consubstanciaria, de modo mais específico, uma tendência geral de usar a língua, a partir de referências concretas e corpóreas em direção a referências mais abstratas. A nosso ver, em última análise, conforme já declaramos alhures nesta tese, há uma relação recíproca entre as referências concretas e abstratas, ou seja, referentes abstratos podem ser aproximados, por meio de metáforas e

⁶⁴ The written language argument – (...) the way in which hearing humans can shift perceptual modality in their acquisition of literacy would have been unlikely unless it capitalized – piggy-backed – on a pre-existing processing channel. This is not to suggest that the adaptation is trivial. Unlike the acquisition of gestural language, which relies heavily at the early states on natural iconicity, the acquisition of a totally arbitrary visual written code is a complex cognitive undertaking. In the natural evolution of writing in all five known centers where such process is known to have occurred independently, the historical progression proceeded invariably from early iconicity to later symbolism. All five writing systems began as pictorial representations. Their gradual move toward a more arbitrary code – either ideographic (Maya, China) or phonological (Mesopotamia, Egypt, India) – came later. As elsewhere, the initial rise of a new code benefits from maximal iconicity and cognitive naturalness. Only later does a code – perhaps inevitably – gravitate toward symbolism. (441)

2) The development argument – In a broad way, the ontogenesis of child lexicalization recapitulates the evolutionary route proposed here. Early vocabulary is always more concrete and sensory-motor. Increased abstraction follows later on. The same is true in the development of grammar in both first and second language acquisition. The more iconic, cognitively-transparent rules of proto-grammar eventually give way to – and integrate into – a more arbitrary system of grammaticalized communication.

3) The diachrony argument – In the historical development of word-senses, the most common process is the metaphoric extension of more concrete spatial-visual senses toward more abstract senses (Lakoff and Johnson, 1980). The same general trend is observed in the rise of grammatical morphology, where more concrete, spatial lexical meanings invariably give rise to temporal and eventually more abstract grammatical functions (Heine et al. 1991); Traugott and Heine 1991). Similarly in the rise of grammatical rules, more cognitively-transparent iconic rules invariably precede more arbitrary symbolic rules. (442)

metonímias, a referentes concretos, e estes, por sua vez, podem contrair acepções por meio de procedimentos similares, mas de viés ou vetor oposto ou diferente.

1.6.3. Etiologia e teleologia da gramaticalização

Convém ressaltar ainda aspectos etiológicos e teleológicos que constituem alvo de reflexão do fenômeno gramaticalização.

O processo de assunção de uma forma lexical de uma função gramatical com uma possível subsequente assunção de uma forma estritamente gramatical se motiva, segundo Heine (1991, p.29), por “*necessidades comunicativas não preenchidas ou pela presença de conteúdos cognitivos para os quais designações lingüísticas adequadas não existem.*”⁶⁵ Contudo, além dessas possibilidades, tem-se comprovado que formas em processo de gramaticalização surgem a despeito de já existirem formas usuais para o cumprimento de funções idênticas.

A respeito das razões propulsoras da gramaticalização, a teoria da insuficiência expressiva já havia sido propugnada por Meillet (1948). Contudo, a ponderação apresentada por Traugott & Heine (1991) procede, dado que nem todas as formas expressivas criadas por usuários específicos da língua se transformam em formas gramaticalizadas. A necessidade de inovar lingüisticamente não é capaz de engendrar um processo de gramaticalização. Não se pode elucidar, por conseguinte, de forma inteiramente satisfatória, a teleologia da gramaticalização meramente com base na criatividade dos usuários. É mais acertado pensar em um feixe de motivações a compor um quadro favorável para a gramaticalização. A esse respeito, observem-se as considerações de Traugott & Heine (1991):

É a pressão pragmático-discursiva, vale dizer, a necessidade de ser informativo, processável e expressivo ao mesmo tempo, o fenômeno das lacunas em paradigmas gramaticais ou no universo de conceitos abstratos, uma ‘propensão natural’ para assinalar relações metalingüísticas por meios não-lexicais, ou algum outro fator ou fatores? Essas perguntas todas apontam para a resolução lingüística de problema como uma pista para as motivações para a gramaticalização.⁶⁶ (TRAUGOTT & HEINE, 1991, p.9).

Se assim é, a gramaticalização representa uma forma de economia discursiva, uma vez que os elementos lingüísticos que se repetiriam lexicalmente se tornariam morfemas

⁶⁵

⁶⁶ What motivates the beginning of the process. Is it discourse-pragmatic pressure, that is, the need to be informative and processable and expressive all at the same time, the phenomenon of gaps in grammatical paradigms or in the universe of abstract concepts, a ‘natural propensity’ for signaling metalinguistic relations in non-lexical ways? These questions all point to linguistic problem-solving as a clue to motivations for grammaticalization. (TRAUGOTT & HEINE, 1991, p.9)

gramaticalizados. Nesse sentido, a concepção de gramaticalização como forma de economia discursiva é fundamental para esta tese. Por outro lado, de forma aparentemente contraditória, as formas gramaticalizadas irrompem, inicialmente, em um cenário em que já existem formas prévias para designar as funções que hão de codificar. Significa dizer que há uma indicação de que a economia é ferida, vez que as formas correntes para designar determinadas funções passam a sofrer concorrência de novas formas.

Os autores recomendam que “(...) a gramaticalização não necessariamente acontece em qualquer caso de potencial gramaticalização, cautela considerável necessita ser considerada ao se propor explicações teleológicas” (TRAUGOTT & HEINE, 1991, p.9) ⁶⁷. Há, portanto, mais apontamentos ou indicações das razões possíveis do que afirmações categóricas ou princípios bem determinados. Significa dizer, igualmente, que a gramaticalização ocorre de forma aleatória, ou, ao menos, a opção pela gramaticalização de determinadas formas em detrimento de outras não está inteiramente ao alcance de nossa compreensão corrente do fenômeno⁶⁸.

O que Heine (1991) intenta ressaltar são aspectos de ordem lingüístico-tipológica, etnológica, pragmática e cognitiva que não podem ser satisfatoriamente explicados com base estritamente no modelo de apagamento. Com efeito, formas hoje assentes como pronominais derivam, em línguas como o francês e o alemão, de um substantivo masculino, por razões culturais. Assim, as proformas pronominais *on* (com erosão fônica), em francês, deriva de *homme*, e *man* (sem erosão fônica, mas alteração do estatuto gramatical), em alemão, por razões de ordem etnológica. O substantivo ‘homem’, nessas línguas, assumiu um caráter

⁶⁷ (...) grammaticalization does not necessarily happen in any given instance of potential grammaticalization, considerable caution needs to be taken in proposing teleological explanations. (TRAUGOTT & HEINE, 1991, p.9)

⁶⁸ À guisa de ilustração, não sucedeu com formas de tratamento candidatas ou aspirantes à gramaticalização tais como *Vossa Senhoria* ou *Senhor*, o que sucedeu com *Vossa Mercê* (cujo resultado final ainda desconhecemos, em razão de a gramaticalização, ao menos em se tratando da corrosão fônica, ainda estar em curso). Outrossim, poderíamos discutir a transformação de ‘dona’ em forma de tratamento, ao passo que a forma masculina correlata, ‘dono’, não contraiu essa função (Pode-se contrapor, contudo, que *Dom* representaria o par de *dona*. Ainda que se aditasse esse emparelhamento, seria um par pragmaticamente assimétrico, porque *Dom* tem uso nobiliárquico, ao passo que *dona* é uma forma ordinária). A ausência de uma orientação predizível mostra-se, por conseguinte, inquestionável. O senhorio doméstico, onde as senhoras eram mais facilmente encontradas, pode ter produzido essa acepção de tratamento privativa do signo ‘dona’, ao passo que poucos são, ou eram, os homens ‘donos’ locais onde eram normalmente encontráveis (a maior parte dos homens sempre atuou profissionalmente como trabalhadores, não como ‘donos’ (isto é, senhores ou patrões, que se conservou com carga semântica cheia, porque específica a um leque diminuto de indivíduos identificáveis como tais), diferentemente da maioria das mulheres, que eram donas de casa. A generalidade e a frequência de uso, portanto, responderiam pela gramaticalização de ‘dona’, sem o acompanhamento de seu correlato de gênero masculino. Mais à frente, na seção de análise, considerações mais específicas serão feitas a esse respeito.

hiperonímico, isto é, de referidor de todo e qualquer ser humano em razão da prevalência dos interesses masculinos ou patriarcais na cultura desses povos⁶⁹.

As conclusões gerais de Heine, Claudi & Hünemeyer (1991, p.179-180) a respeito do que mais importa compreender em se tratando de gramaticalização são bastante elucidativas:

- a) Gramaticalização pode ser concebida como um processo mapeado na estrutura da língua. É difícil compreender a estrutura sem compreender o processo que deu origem a ela;
- b) A dinâmica desse processo se reflete, p.e., na forma de cadeias de gramaticalização que se apresentam na estrutura sincrônica da língua. Uma descrição 'adequada' dessa estrutura tem de prover informação específica sobre:
 - O número e tipos de cadeias de gramaticalização que se manifestam nessa língua;
 - O número de membros envolvidos em cada uma dessas cadeias;
 - O tipo de contextos associados com cada um dos membros;
 - As propriedades semânticas, morfológicas e sintáticas de cada um dos membros.
- c) Além de suas características discretas, as cadeias de gramaticalização comportam-se como *continua* sem fronteiras nítidas, e elas são, portanto, fugidias a uma abordagem taxonômica de descrição da língua em termos de ordens descontínuas como tipos constituintes, categorias de palavras ou classes de morfemas.
- d) A sobreposição, em que um estágio inicial coexiste lado a lado com um estágio subsequente, é uma propriedade intrínseca de cadeias de gramaticalização. A sobreposição tem várias implicações para a gramática sincrônica. Um efeito é que ela cria ambigüidade, porque ou uma forma manifesta vários significados, ou então um significado está associado com várias formas;
- e) Uma vez que a mudança conceitual precede a mudança morfossintática e fonológica, o resultado é assimetria entre significado e forma. Todas as línguas com as quais nos familiarizamos apresentam exemplos de morfemas ou construções que adquiriram um novo significado ou função, embora elas ainda retenham a antiga morfossintaxe. Dessa forma, a gramaticalização pode, e de fato freqüentemente é assim, interferir na estrutura de iconicidade que se firma entre forma e significado⁷⁰.

⁶⁹ Em português, conforme registram Ali (2002) e Matos (1989, p.231), a forma 'homem' também se gramaticalizou como proforma nominal, mas essa gramaticalização desapareceu.

- a) Grammaticalization can be conceived as a process mapped onto language structure. It is hard to understand the structure without understanding the process that has given rise to it.
- b) The dynamics of this process are reflected, e.g. in the form of grammaticalization chains figuring in synchronic language structure. An 'adequate' description of that structure has to provide information in particular on:
 - the number and types of grammaticalization chains occurring in that language;
 - the number of members involved in each of these chains;
 - the type of contexts associated with each member;
 - the semantic, morphological and syntatic properties of each member.
- c) In addition to their discrete characteristics, grammaticalization chains behave like *continua* without clear-cut boundaries, and they are therefore elusive to a taxonomic approach to language description in terms of discontinuous taxa like constituent types, word categories, or morpheme classes.
- d) overlapping, where an earlier stage coexists side by side with a subsequent stage, is an intrinsic property of grammaticalization chains. Overlapping has various implications for synchronic grammar. One effect is that it creates ambiguity, whereby either one form shows several meanings or else one meaning is associated with two or more different forms.
- e) Since conceptual shift precedes morphosyntactic and phonological shift, the result is asymmetry between meaning and form. All languages we are familiar with show examples of morphemes or constructions which have acquired a new meaning or function although they still retain the old morphosyntax. In this way, grammaticalization may, and in fact frequently does, interfere with the iconicity structure holding between form and meaning. (HEINE, CLAUDI AND HÜNNEMEYER, 1991, p.180).

Assim, no que diz respeito ao primeiro tópico, compreender o processo de gramaticalização implica, em certa medida, compreender o próprio processo de estruturação fundamental da língua, já que a estrutura da língua se formou por meio de gramaticalizações. Ressalte-se, porém, que a captura do processo fundador é, em última análise, uma empreitada infrutífera, dado que não se podem recuperar as formações originárias da linguagem. Corresponde ao tempo filogenético referido por Halliday (2004). Contudo, em termos relativos, é possível refletir sobre as possíveis implicações cognitivas e lingüísticas fundadoras da estrutura da linguagem por meio da gramaticalização. Da mesma forma, em termos sincrônicos é possível compreender processos de gramaticalização em curso, embora não se possa prescindir de informações de caráter diacrônico, o que, novamente, nos conduz à adoção de parâmetros pancrônicos. O segundo tópico, relativo à dinâmica da gramaticalização, não é tarefa de uma descrição isolada, mas de um esforço conjunto, vez que projetaria a descrição das cadeias de gramaticalização em toda a língua. O terceiro tópico reconhece a fragilidade de categorias insulares, que se tem mostrado impotentes para visualizar ou apreender as peculiaridades de comportamento das funções e formas na língua. O quarto tópico coincide com os conceitos com os conceitos de ‘nivelamento’, ‘divergência’ e ‘persistência’ apresentados por Hopper. A sobreposição responde pela aproximação de novos itens formais para cumprir funções para as quais já há formas circulantes, assim como pela duplicação funcional de uma dada forma, sem que suas funções já estabilizadas deixem de existir. Finalmente, o último tópico refere a discrepância gerada entre forma e função em razão da atuação de processos de gramaticalização, destituindo e constituindo regularidades, quebrantando e afirmando o princípio da iconicidade.

Meillet (1948) criticava os lingüistas historicistas que não viam razão de ser nos estudos gramaticais porque eles não podiam recuperar as analogias gramaticais, dado que não há registro das matrizes das línguas em sua formação primitiva. Em razão disso, segundo ele, os processos analógicos se limitam às criações lexicais, mas não aos processos gramaticais. Eis um problema, também há processos analógicos nas formações gramaticais, isto é, a analogia, por se tratar de um procedimento eminentemente metafórico, mas também metonímico, também se faz presente nas gramaticalizações. De qualquer forma, a argumentação de Meillet (1948, p.132) é-nos extremamente vaga no que diz respeito ao procedimento que se deve adotar quanto à etiologia da gramaticalização, ainda que seja necessário imprimir uma interpretação diversa dos dois procedimentos que ele considera fundamentais para descrever a constituição das formas gramaticais.

Todas as línguas conhecidas não apareceram senão por um tempo mais ou menos recente, a maior parte somente na época moderna e todas formas acabadas, que supõem um longo desenvolvimento anterior; as línguas dos povos de civilização inferior têm estruturas muitas vezes delicadas; elas não têm atrás delas uma história menos longa que as das línguas dos povos mais civilizados. Qualquer idioma, qualquer que ele seja, não dá minimamente a menor idéia do que pôde ser uma língua primitiva, e, por conseguinte, nenhum dado positivo permite resolver ou abordar o problema da origem primeira das formas gramaticais. Os lingüistas estudam as transformações dos sistemas gramaticais; eles não se ocupam da criação desses sistemas.⁷¹ (1948, p.132).

Essas considerações de Meillet (1948) são recuperadas, no que diz respeito ao reconhecimento de que as gramáticas são sistemas, pela teorização de Halliday (2004); no que concerne à análise das mutações incidentes sobre os sistemas lingüísticos, por Hopper (1998), para o qual mais interessa investigar as gramaticalizações em curso do que as constituídas.

Em última análise, os dois procedimentos que Meillet (1948) trata em separado são complementares: a objeção que ele levanta para aqueles que se limitaram a analisar as formações analógicas⁷², olvidando as formações gramaticais, isto é, “*a passagem de palavras autônomas para o papel de agentes gramaticais*”⁷³ (1948, p.133). Por outras palavras, para o concurso da gramaticalização, tanto os processos analógicos, próprio dos estudos historicistas, flagrantemente de relativa assistemática, como as análises recuperadoras de processos estruturantes das derivas de um dado sistema, co-participam. É possível que o estruturalismo de Meillet (1948) o impedisse de reconhecer muito relevo ou grande interesse investigativo em processos analógicos, aparentemente menos controláveis ou menos predizíveis para o racionalismo estruturalista.

Consideramos suficientes as considerações expostas acima para um entendimento genérico da complexidade da gramaticalização, muito embora haja ainda aspectos específicos sobre os quais discorreremos a seguir, a saber: os princípios de diferentes autores a respeito da gramaticalização. Para nós, importará destacar a relação entre a *abstração* e os *metatropos*⁷⁴ para a composição de uma teoria da gramaticalização.

⁷¹ Toutes les langues connues n'apparaissent qu'à une date plus ou moins basse, la plupart seulement à l'époque moderne et toutes sous des formes achevées, qui supposent un long développement antérieur; les langues des peuples de civilisation inférieure ont des structures souvent délicates; elles n'ont pas derrière elles une histoire moins longue que celles des langues des peuples les plus civilisés. Aucun idiome, quel qu'il soit, ne donne ni de près ni de loin l'idée de ce qu'a pu être une langue 'primitive', et par suite, aucune donnée positive ne permet, non pas de résoudre, mais même d'aborder le problème de la première origine des formes grammaticales. Les linguistes étudient les transformations des systèmes grammaticaux; ils ne s'occupent pas de la création de ces systèmes. (MEILLET, 1948:132)

⁷² É convinável assinalar que o papel da analogia, sua repercussão, para a constituição do sistema é controverso.

⁷³ (...) Le passage de mots autonomes au rôle d'agents grammaticaux. (MEILLET, 1948, p.133).

⁷⁴ O que se pretende assinalar aqui como *metatropos* são as figuras mais relevantes do quadro tradicional das figuras de estilo e linguagem, ou seja, a *metáfora* e a *metonímia*.

1.6.4. Os princípios de gramaticalização propostos por Lehmann, Hopper, Bybee, Perkins & Pagliuca.

Um dos primeiros recentes teóricos de relevo sobre gramaticalização foi Lehmann (1995). A gramaticalização não é tratada de forma uniforme em relação às diferentes componentes da língua. Em razão disso, ele subdivide a gramaticalização em: 1) parâmetros paradigmáticos; 2) parâmetros sintagmáticos; 3) interação de parâmetros.

Os parâmetros paradigmáticos são os seguintes: i) integridade; ii) paradigmática; iii) variabilidade paradigmática.

Os parâmetros sintagmáticos são os seguintes: i) escopo estrutural; ii) coalescência; iii) variabilidade sintagmática.

Quanto à integração dos parâmetros, são: i) quantificabilidade dos parâmetros; ii) correlação entre parâmetros; iii) falta de correlação.

Tratemos, então, sumariamente, de cada um deles.

Nos termos do autor, a *integridade* se define como

O peso paradigmático ou a integridade de um signo representa sua posse de uma relativa substância que lhe permite conservar sua identidade, sua distintividade de outros signos, e garante-lhe uma certa proeminência em contraste com outros signos no sintagma. É por meio desse fator de gramaticalização que aspectos fonológicos e semânticos podem ser mais claramente distintos. Redução da integridade semântica de um signo é desemantização; redução da integridade fonológica é atrito fonológico. O paralelismo entre esse dois processos tem sido enfatizado repetidamente pela literatura ⁷⁵ (1995, p.126).

Mais à frente em suas considerações a respeito da noção de *integridade*, Lehmann (1995, p.129), ao discutir o enfraquecimento do significado lexical, pondera sobre as díades concretude/abstração e apresentacional/relacional como oportunas para assinalar gramaticalizações:

Aqui nos defrontamos com os mesmos pares ‘concreto/abstrato’ e ‘apresentacional/relacional’. Parece que, ao passo que a primeira oposição é correta, a segunda não tem nada a ver com gramaticalização. Uma vez que o significado inicial é mais rico, mais específico, ele é também mais palpável, mais acessível à imaginação (‘anschaulich’) e, nesse sentido, mais concreto; enquanto os significados de signos fortemente gramaticalizados, tais como ‘de’, ‘haver (auxiliar de futuro posposto)’ ou ‘e’, não provêm imagens mentais, não podem ser ilustrados e são, nesse sentido, mais abstratos. Por outro lado, se ‘relacional’ não é apenas uma outra palavra para ‘gramatical’, mas tem significado técnico de ‘consustanciar uma relação, i.e., ter uma grade aberta para um argumento’, então parece claro que a relacionabilidade não é afetada pela gramaticalização. Mais especificamente, nos casos mais diretos, lexemas relacionais provêm formativos

⁷⁵ The paradigmatic weight or integrity of a sign is its possession of a certain substance which allows it to maintain its identity, its distinctness from other signs, and grants it a certain prominence in contrast to other signs in the system. It is this factor of grammaticalization in which semantic and phonological aspects can be most clearly distinguished. Decrease in the semantic integrity of a sign is desemantization; decrease in the phonological integrity is phonological attrition. The parallelism between these two processes has been emphasized repeatedly in the literature (1995, p.126).

gramaticais absolutos. Cruzamentos podem ocorrer, mas não são parte do processo de gramaticalização. Exemplos típicos incluem: *de* latino > *de* francês, ambos relacionais; pré-latim ‘ne-hilum’ ‘sem fio’ > Lat. *Nihil* ‘nada, ambos absolutos; *ille* latino > *le* francês, ambos relacionais, se determinantes, ambos absolutos (ou apenas anaforicamente relacionais), se pronomes; etc⁷⁶. (LEHMANN, 1995, p.129)

Uma inclusão no corpo da gramática implicaria um maior grau de relacionabilidade e, por conseguinte, uma menor participação mais livre ou autônoma da sintaxe frástica.

Lehmann (1995, p.132) define *paradigmaticidade* nos seguintes termos:

O que se quer dizer aqui por coesão paradigmática ou paradigmaticidade é a integração formal e semântica tanto de um paradigma como um todo quanto de uma subcategoria simples em um paradigma de categoria mais genérica. Isso requer que os membros do paradigmas sejam ligados um ao outro por relações paradigmáticas bem delimitadas, especialmente oposição e complementaridade. O mais superficial e evidente aspecto da paradigmaticidade é o grau simples do paradigma.⁷⁷

Conquanto a noção de paradigma gramatical suscite inúmeras discussões, como se pode verificar nesta tese na seção 1.6.5, *inter alia passim*, admite-se a existência de paradigma de classes de palavra e categorias correlatas que permitam a sustentação teórica de tais classes. Lehmann (1995, p.134) arrisca-se a apresentar uma divisão geral entre as classes com base em maior ou menor gramaticalidade:

A distinção entre conjuntos abertos de itens lexicais e conjuntos fechados de itens gramaticais(lizado)(i)s está relacionada a categorias maiores ou menores ou classes de palavras. Um item lexical pertence, aproximadamente, a uma das classes maiores dos substantivos, adjetivos, numerais e verbos. As classes menores de itens gramaticais são, essencialmente, pronomes, auxiliares (e os demais similares), preposições e conjunções (partículas e interjeições permanecem não-classificadas). Todas as classes maiores têm sido consideradas provedoras de itens que entram em canais de gramaticalização, e todas as classes menores têm-se evidenciado ser constituídas, ou no mínimo receber membros, através de gramaticalização. Por exemplo, temos visto verbos cheios se transformando em

⁷⁶ Here we meet the same pairs ‘concrete/abstract’ and ‘presentational/relational’. It appears that while the first opposition is correct, the second has nothing to do with grammaticalization. Since the initial meaning is richer, more specific, it is also more palpable, more accessible to the imagination (‘anschaulich’) and, in this sense, more concrete; whereas the meanings of strongly grammaticalized signs, such as ‘of’, ‘will’ or ‘and’, do not yield mental images, cannot be illustrated and are, in this sense, more abstract. On the other hand, if ‘relational’ is not just another word for ‘grammatical’, but has its technical meaning of ‘embodying a relation, i.e., having an open slot for an argument’, then it seems clear that relationality is not affected by grammaticalization. More specifically, in the most straightforward cases relational lexemes yield relational grammatical formatives, and absolute lexemes yield absolute grammatical formatives. Cross-overs may occur, but are not part of the grammaticalization process. Typical examples include: Latin *de* > French *de*, both relational; pre-Latin ‘ne-hilum’ ‘not a thread’ > Lat. *Nihil* ‘nothing’, both absolute; Latin *ille* > French *le*, both relational, if determiners, both absolute (or only anaphorically relational), if pronouns; etc⁷⁶. (LEHMANN, 1995, p.129)

⁷⁷ What is meant here by paradigmatic cohesion or paradigmaticity is the formal and semantic integration both of a paradigm as a whole and a single subcategory into the paradigm of its generic category. This requires that the members of the paradigm be linked to each other by clear-cut paradigmatic relations, especially opposition and complementarity. The most superficial and evident aspect of paradigmaticity is the sheer size of the paradigm. Consider the grammaticalization of local relational nouns to adpositions.

auxiliares, e substantivos se tornando classificadores numerais. (LEHMANN, 1995, p.133-134)⁷⁸

A despeito de não ter discutido, até as últimas conseqüências, a diferença entre *léxico* e *gramática*, apresenta uma noção crítica a respeito:

Tanto a distinção entre conjuntos abertos e fechados e a entre categorias maiores e menores são graduais [grifo nosso]. Se uma palavra já pertence à categoria menor de preposições ou ainda à categoria maior de verbos transitivos é um problema de grau de gramaticalidade. Conjuntos não são abertos nem fechados, mas quanto menos membros eles têm, mais eles fechados eles são. Além disso, a distinção entre categorias maiores e menores reflete apenas certos segmentos no início de uma escala de gramaticalização, uma vez que ela pressupõe palavras. O processo, entretanto, em que os conjuntos desenvolvem paradigmas e se tornam cada vez menores e mais fechados continua em metade direita de uma escala de gramaticalização e diz respeito tanto a morfemas presos assim como aos morfemas livres. (LEHMANN, 1995, p.135)⁷⁹

Essas considerações são muito oportunas para o entendimento da configuração das classes de palavras a ser proposto, de modo mais minudente, nos capítulos 3 e 4. Importa ressaltar que não há classes bem segmentadas. Mesmo a gramática tradicional contempla esse entendimento, ainda que não o alce a uma posição de relevo, vez que admite as formas nominais do verbo e o trânsito entre formas por diversas classes, nominalizações ou adjetivações, ou ainda adverbializações; ou ao contemplar a subdivisão da classe das preposições em essenciais e acidentais. O mais relevante, contudo, deve ser alçar esse entendimento à condição de princípio estrutural de organização gramatical. Assim, não se pode negar que haja classes mais gramaticais e outras mais lexicais. No entanto, tais classes não se manifestam, em contraste, de forma estanque, e, no interior de cada macrogrupo, não se comportam de forma estritamente discreta. Importa ainda destacar a relação entre a produtividade dos termos lexicais e gramaticais e número de membros de suas respectivas classes, ou seja, quanto mais gramatical é um macrogrupo de itens lexicais, menor é a quantidade de membros constituintes em contraste com o macrogrupo de itens lexicais

⁷⁸ The distinction between open sets of lexical items and closed sets of grammatical(ized) items is related to that between major and minor categories or word classes. A lexical item belongs, roughly, in one of the major classes of nouns, adjectives, numerals or verbs. The minor classes of grammatical items are, essentially, pronouns, auxiliaries (and the like), adpositions and conjunctions (particles and interjections remain unclassified). All the major classes have been shown to furnish items which enter into grammaticalization channels, and all the minor classes have been shown to be formed, or at least to receive members, through grammaticalization. For example, we have seen full verbs becoming auxiliaries, and nouns becoming numeral classifiers. (1995, p.133-134)

⁷⁹ Both the distinction between open and closed sets and that between major and minor categories are gradual. Whether a word belongs already in the minor category of adpositions or still in the major category of transitive verbs is a matter of degree of grammaticality. Sets are not either open or closed, but rather the fewer members they have the more closed they are. Furthermore, the distinction between major and minor categories reflects only certain segments at the beginning of a grammaticalization scale, since it presupposes words. The process, however, in which sets develop into paradigms and become ever smaller and more closed continues on the right half of a grammaticalization scale and concerns bound morphemes just as much as free morphemes. (1995, p.135)

considerados estrita ou tipicamente lexicais. Não vamos, contudo, antecipar de todo a discussão do capítulo 3.

O último aspecto destacado por Lehmann (1995, p.137) é a *variabilidade paradigmática* que se define nos seguintes termos:

Variabilidade paradigmática é a liberdade com que o usuário da língua escolhe um signo. As principais alternativas para escolher algum signo são ou escolher um outro membro do mesmo paradigma ou não escolher nenhum membro desse paradigma, i.e., deixar toda a categoria genérica não especificada. (LEHMANN, 1995, p.137-138)⁸⁰

Lehmann (1995, p.138) distingue a variabilidade intraparadigmática e a transparadigmática. O mais relevante a respeito desse tópico é destacar que a variação livre propriamente não importa, porque não define uma gramaticalização em curso. No entanto, a oposição de formas dentro de um mesmo paradigma pode representar uma gramaticalização: “(...) *variabilidade intraparadigmática reduz-se com uma crescente gramaticalização*”.⁸¹

Os parâmetros de âmbito sintático não serão considerados aqui.

Hopper (1991) considera esses princípios fundamentais, mas os entende como explicativos de processos de gramaticalização consumados. Para ele, torna-se mais interessante não apenas conhecer os processos já constituídos por meio de análises interlingüísticas e pancrônicas, mas capturar gramaticalizações em curso. Os princípios a seguir se prestam, de uma maneira geral, a esclarecer o estágio de gramaticalização em que se encontram formas gramaticalmente firmadas, mas, principalmente, as formas candidatas.

Os cinco princípios sugeridos por Hopper (1991) são os seguintes:

- 1) *Estratificação* – Dentro de um amplo domínio funcional, novos níveis estão continuamente emergindo. Quando isso acontece, os níveis mais antigos não são necessariamente descartados, mas podem continuar a coexistir e interagir com os níveis mais novos.
- 2) *Divergência* – Quando uma forma lexical sofre gramaticalização para um clítico ou um afixo, a forma lexical original pode continuar como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças dos itens lexicais ordinários.
- 3) *Especialização* – Dentro de um domínio funcional, em um dado estágio, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível; quando a gramaticalização acontece, essa variedade de escolhas formais se estreita e o menor número de formas selecionadas assume os significados gramaticais mais gerais.
- 4) *Persistência* – (No caso de *pessoa*, os traços de história lexical dizem respeito, possivelmente, à própria noção de pessoa, com uma ressemantização). Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, logo alguns traços viáveis de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em limites de sua distribuição gramatical.
- 5) *Decategorização* – formas que sofrem gramaticalização tendem a perder ou neutralizar os marcadores morfológicos e privilégios sintáticos característicos das categorias primárias Substantivo e Verbo, e a

⁸⁰ Paradigmatic variability is the freedom with which the language user chooses a sign. The principal alternatives to choosing some sign are either choosing another member of the same paradigm or choosing no member of that paradigm, i.e., leaving the whole generic category unspecified. (1995, p.137-138)

⁸¹ “(...) intraparadigmatic variability decreases with increasing grammaticalization.” (LEHMAN, 1995, p.138)

assumir atributos característicos de categorias secundárias tais como Adjetivo, Particípio, Preposição, etc.⁸²

Cumpra advertir que a gramaticalização está sujeita a fatores variacionistas, significa dizer que podem suceder gramaticalizações entre determinadas variedades e em outras não pertencentes ao mesmo sistema lingüístico.

Também convém ressaltar que *divergência* pode ser considerada uma forma de nivelamento:

A Divergência talvez deva ser entendida como um caso especial de nivelamento. Nivelamento é de algum modo diferente porque ele envolve graus diferentes de gramaticalização em domínios funcionais similares, geralmente de formas lexicais muito diferentes, enquanto a Divergência é aplicável a casos em que um e o mesmo item lexical autônomo se gramaticaliza em um contexto e não se torna gramatical em outro.⁸³ (HOPPER, 1991, p.24)

Ressalte-se ainda que a *decatégorização* se acompanha de uma perda de autonomia discursiva. Trata-se de uma discursivização ou pragmaticalização.

Esses princípios serão úteis para compreender as acomodações das proformas pronominais forjadas em português, ou seja, diferenciá-las das herdadas do latim. É necessário, porém, investigar as diferenças de comportamento morfossintático e semântico entre as proformas nominais. Para tanto, contribuirão não apenas os princípios apresentados, mas outras categorias que marcam de modo mais específico o quadro das proformas nominais, conforme veremos no quarto capítulo. Servirão também para discutir as proformas candidatas, as quais serão analisadas no capítulo 5.

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) reconhecem, em primeiro lugar, três níveis de manifestação do processo de gramaticalização:

82

- 1) *Layering* – within a broad functional domain, new layers are continually emerging. As this happens, the older layers are not necessarily discarded, but may remain to coexist with and interact with the newer layers.
 - 2) *Divergence* – when a lexical form undergoes grammaticization to a clitic or affix, the original lexical form may remain as an autonomous element and undergo the same changes as ordinary lexical items.
 - 3) *Specialization* – within a functional domain, at one stage a variety of forms with different semantic nuances may be possible; as grammaticization takes place, this variety of formal choices narrows and the smaller number of forms selected assume more general grammatical meanings.
 - 4) *Persistence* – when a form undergoes grammaticization from a lexical to a grammatical function, so long as it is grammatically viable some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution.
 - 5) *De-categorialization* – forms undergoing grammaticization tend to lose or neutralize the morphological markers and syntactic privileges characteristic of the full categories Noun and Verb, and to assume attributes characteristic of secondary categories such as Adjective, Participle, Preposition, etc. (HOPPER, 1991, p.22).
- ⁸³ Divergence is perhaps to be understood as a special case of Layering. Layering is somewhat different in that it involves different degrees of grammaticalization in similar functional domains, usually of quite different lexical forms, while Divergence is applicable to cases where one and the same autonomous lexical item becomes grammaticized in one context and does not become grammaticized in another. (1991, p.24)

A correlação de maior generalidade de significado com uma apropriação ampliada e, portanto, um uso em uma gama mais ampla de contextos parece, destarte, se firmar por três níveis: para itens lexicais dentro de um dado domínio; para morfemas gramaticais opostos a morfemas lexicais em geral; e por meio de estágios iniciais ou últimos de material já gramaticalizado. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.6)⁸⁴

Disso os autores concluem que:

Uma vez que em todos os níveis vemos *generalidade crescente ou perda de especificidades* levando a uma aplicação de uso mais ampla, a evolução de material gramatical é mais bem vista como um continuum simples ao longo do qual os mesmos processos se operacionalizam [grifos nossos]⁸⁵. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.6)

Em suas considerações gerais, ainda mencionam a relevância da *freqüência* para firmar formas gramaticalizadas (cf. p.21).

Para os referidos autores (1994, p.9-14), há um conjunto de hipóteses para determinar a natureza de uma teoria da gramaticalização, a saber:

1) *a determinação da fonte;*

A respeito dessa hipótese, convém considerar, em primeiro lugar, que os caminhos de gramaticalização não manifestam processos de abstratização de forma simétrica. Significa dizer que determinadas formas são eleitas e outras preteridas no percurso de gramaticalização. No português arcaico, por exemplo, entre as formas para reforçar a negação ou mesmo valer como um advérbio de negação, havia *nemigalha*⁸⁶ (cf. anexo: ocorrências n.º. 1 e 2). Tal

⁸⁴ The correlation of greater generality of meaning with increased appropriateness and therefore use in a wider range of contexts thus appears to hold on three levels: for lexical items within a given domain; for grammatical as opposed to lexical morphemes in general; and across earlier and later stages of already grammaticized material. (1994, p.6)

⁸⁵ Since at all levels we see increasing generality or loss of specificities leading to wider applicability of use, the evolution of grammatical material is best viewed as a single continuum along which the same processes are operative. (1994, p.6)

⁸⁶ Importa considerar que, em uma análise superficial, constatamos, com base no corpus analisado, que a forma em tela, *nemigalha*, passou a incidir isolada à medida que os séculos avançaram. Esse comportamento comprovaria um grau razoável de decategorização (vide considerações de Hopper). No **séc. XIII**, das 14 ocorrências, 11 apresentam-se como reforço de negação (non), o que representa 78%;, do **séc. XIV**, das 14 ocorrências, 2 como reforço de negação, 8 como negação sem o advérbio típico, e 4 como formas substitutas ou co-referenciais de 'nada'. Assim, há um percentual de 14% como reforço, 57% como substituto do advérbio típico e 28% como co-referencial de nada; no **séc.XV**, último século em que as ocorrências aparecem, 15 ocorrências acompanham a negativa típica, o que representa 65% de uso reforçativo; 2 ocorrências, 8%, podem ser apontadas como substitutas da negativa típica; 2 como substitutas da forma indefinida; 1, 4%, como vinculada ao contexto originário. O quadro final apresenta a seguinte configuração:

Valores referenciais – total de ocorrências	Reforçativo de partícula negativa		Substituto de partícula negativa		Substituto de forma indefinida		Uso contextual original	
Séc. XIII – 14	11	78%			3	21%	–	–
Séc. XIV – 14	2	14%	8	57%	4	28%	–	–
Séc. XV – 23	15	65%	2	8%	2	8%	1	4%

Quadro 2

Julgamos, a princípio, que a co-referencialidade com 'nada' ou 'coisa sem valor' é o estágio inicial, ao qual se segue a substituição da forma indefinida negativa, a adjunção à negação (posposta ou anteposta ao verbo) e, finalmente, a suplência do advérbio de negação típico. É preciso ressaltar, contudo, que *nemigalha*, como forma constitutiva de negação não funciona exatamente como o 'não' típico no português arcaico, porque seu percurso de gramaticalização não se consumou. Em sendo assim, abriga ainda noções típicas da expressão

forma, contudo, não sobreviveu aos séculos. Segundo o *corpus* consultado, há ocorrências nos séculos XIII, XIV e XV. Portanto, teve voga apenas durante o português arcaico, mas findou-se no português moderno. Outro caso interessante de descarte são os referentes às perífrases verbais com o auxiliar *ter* ou *haver* no pretérito perfeito e as formas demonstrativas de primeira pessoa *aqueste, aquesta, aquisto*.⁸⁷

2) a *unidirecionalidade*;

Esse traço pressupõe que haja um percurso linear do léxico para a gramática. A respeito, os autores declaram, após mencionar casos de gramaticalização de formas verbais resultativas geradoras de afixos flexionais de perfeito, formas verbais desiderativas engendradoras de afixos flexionais de futuro, que:

A consistência interlingüística de tais resultados encoraja-nos a ver a criação de material gramatical como uma evolução de substância do mais específico para o mais geral e abstrato. (...) A mudança por inferência assim como por generalização **parece** [grifo nosso] ser unidirecional. Na medida em que a mudança metafórica principia a gramaticalização, ela também produz mudança semântica predizível, unidirecional. (1994, p.13)⁸⁸

Convém ressaltar que, ao contrário do que declaram os adversários de uma teoria autônoma da gramaticalização, os autores não são taxativos a respeito da unidirecionalidade, conforme se pode comprovar por meio do grifo, muito embora, sem dúvida, considerem-na de difícil negação.

coalescida '*nem migalha*'. Passa, contudo, pelo estágio de desvinculação de seu contexto semântico originário (campo semântico da alimentação) e migra para uma referência negativa genérica. Daí, com a repetição em contextos sintáticos relativamente fixos, passa a desempenhar, ocasionalmente, o lugar sintático-semântico da partícula negativa. Antes, houve, porém, uma paradigmaticização (cf. Lehman, 1995), ao se reiterar o uso e fixar nessa ambiência sintático-semântica. Essa gramaticalização poderia ter avançado para um estágio mais radical tal como sucedeu com o 'pas' em francês, mas se suspendeu o percurso, tendo sido a forma, por conseguinte, abandonada.

O quadro ilustra que, no séc. XIV, há indícios de que o processo de gramaticalização marchava ascensionalmente, em razão do decréscimo de ocorrências reforçativas e do crescimento de ocorrências substitutivas.

Há ocorrências que acumulam a expressão da negação e a expressão da aceção de 'sem valia alguma' (vide anexo, 3). Convinhável é considerar igualmente que, mormente no séc. XV, os contextos de uso se repetem, o que pode indiciar uma relativa idiomatização (vide as ocorrências 4 e 5). Tais ocorrências tornam difícil uma delimitação categorial discreta. Um estudo mais criterioso, portanto, merece ser feito para que resultados mais conclusivos possam ser inferidos e que seja firmado um *continuum* com base nos contextos sintáticos e na carga semântica. De todo modo, parece inequívoca a ocorrência de uma gramaticalização da construção em apreço, à qual, no entanto, os usuários da língua não garantiram sobrevivência. Isso prova, ao menos, que as gramaticalizações são seletivas e processos iniciados podem ser abandonados antes de a gramaticalização atingir um grau mais elevado de abstratização e de constituição fonética.

⁸⁷ É interessante observar, contudo, que, na variedade do português europeu, há registros contemporâneos dessas formas demonstrativas de 1ª pessoa. No português brasileiro, no entanto, não há registro algum. Na seção relativa às proformas pronominais vamos ilustrar esse caso com mais vagar. No português brasileiro, assim como no europeu, as formas demonstrativas típicas seguidas de locativos correlatos são comuns, caracterizando uma inversão da distribuição de outrora. Assim, são comuns ocorrências com 'Este aqui'; 'esta aqui'. Ainda a respeito, as demais pessoas se fazem acompanhar de dêiticos locativos, ou seja, 'esse aí' e 'aquele lá'.

⁸⁸ The cross-linguistic consistency of such results encourages us to see the creation of grammatical material as evolution of substance from the more specific to the more general and abstract. (...) Change by inference as well as by generalization appears to be unidirectional. To the extent that metaphorical change enters into grammaticization, it also produces predictable, unidirectional semantic change. (1994, p.13)

3) *os caminhos universais*;

Os estudos interlingüísticos têm mostrado regularidades relativas entre as línguas no tocante à gramaticalização:

O grau de similaridade interlingüística que estudos recentes têm descoberto sugere que forças na língua estão dirigindo a seleção de material e movimento de fonte particular por meio de caminhos específicos propulsionadas por certos mecanismos de mudança. ⁸⁹ (1994, p.15)

Poder-se-ia, por um determinado prisma, criticar o emprego de termos cujas acepções não foram suficientemente explicitadas, a ponto de imprimir um caráter impreciso ao texto. Tais termos são ‘forças’ e ‘mecanismos’ cuja vagueza não contribui para identificar as condições gerativas da gramaticalização. Apesar disso, concordamos que haja, em um grau relativo, uma propensão dos sistemas lingüísticos das línguas naturais para a gramaticalização. Naturalmente, não estamos saindo em defesa da concepção de sistema como um universo de oposições alheio aos usuários da língua. Contudo, ainda que a língua seja o resultado de contribuições dos usuários, resultantes de interações concretas, pode ser considerada um sistema, na medida em que não se intente uma descrição higienizada, com a exclusão dos usuários, quer se adote uma linha de cariz estruturalista, quer de cariz gerativista.

Há, explicitamente, um fundamento de cunho cognitivista a dirigir essa suposição:

Atribuímos o fato a certos caminhos de gramaticalização que são comuns em grupos genéticos e conexos à existência de padrões cognitivos e comunicativos comuns subjacentes ao uso da língua.⁹⁰ (1994, p.15)

A nosso ver, estribados em uma concepção similar à abraçada por Dik (1997, p.7), não há incompatibilidade entre a admissão de mecanismos inatos de organização cognitiva da linguagem e a construção da gramática e dos sistemas lingüísticos por meio de mecanismos históricos e pragmáticos. A hipótese inatista não é derribável no que diz respeito à pré-existência de um aparato biológico para o aprendizado lingüístico. O que Raposo (1992, p.35) denomina de *planta arquetônica*. Ela se torna discutível se suas ilações pretendem alcançar os comportamentos e os procedimentos lingüístico-cognitivos, por meio de parâmetros de dedução, desconsiderando-se os fatores históricos, pragmáticos e mesmo idiossincráticos (variacionistas em termos individuais e grupais). Outrossim, é problemática se não admite alterações sistêmicas por meio da contribuição concreta dos usuários, como se o aparato

⁸⁹ The degree of cross-linguistic similarity that recent studies have uncovered suggests that forces in language are pushing toward the selection of particular source material and movement along particular paths propelled by certain common mechanisms of change.⁸⁹ (1994, p.15)

⁹⁰ We attribute the fact that certain grammaticization paths are common in diverse genetic and areal groups to the existence of common cognitive and communicative patterns underlying the use of language. (1994, p.15)

biológico ficasse intacto ao sofrer as pressões de uso. Observem-se os comentários de Raposo (1992, p.36):

A concepção racionalista não nega o papel do meio ambiente na aquisição da linguagem. Em primeiro lugar, a fala das pessoas que rodeiam a criança e as suas experiências verbais são determinantes para iniciar o funcionamento do mecanismo de aquisição, **sem no entanto determinar as propriedades finais atingidas pelo sistema gramatical** [grifo nosso]. Ou seja, sem estar imersa num ambiente lingüístico, uma criança não aprende a falar. Em segundo lugar, os meios lingüístico, emocional e educativo são factores que determinam o grau de desenvolvimento da linguagem pela criança sem que isso signifique, de novo, que determinam a direcção do desenvolvimento ou o conteúdo final do sistema. (1992, p.36).

Conquanto seja teoricamente admissível, não concordamos com o alcance último dessa teorização, que empresta muita força à organização biolingüística, desconsiderando que ela própria também pode sofrer reordenações por obra das pressões de uso. Estranha é a adoção dessa perspectiva rígida, de base biológica, se a própria Biologia reconhece que o ambiente produz alterações sobre os indivíduos. Essa discussão, contudo, será retomada aquando da discussão sobre a gramática emergente.

De todo modo, ainda que por caminhos diversos, há concordância da existência de percursos universais de gramaticalização:

Não apenas caminhos inter-lingüisticamente, mas caminhos de fontes diferentes, tendem a convergir quando o significado gramatical se torna cada vez mais geral e abstrato nos últimos estágios de gramaticalização. Assim, a maioria dos significados gramaticais são inter-lingüisticamente muito comuns e muito similares mesmo se eles se desenvolvem de fontes diferentes; isto é muitas línguas têm um passado geral, perfectivo, presente, imperfectivo, ou futuro cujas funções são muito similares. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.15)⁹¹

4) *a retenção de significados primitivos;*

Esse princípio coincide com o da persistência de Hopper (cf. p.30), ao considerar que uma dada forma gramaticalizada conserva o significado lexical, ou traços e propriedades característicos de seu uso como item lexical, ao mesmo tempo em que se gramaticaliza. De modo particular, tais formas sofrem restrições de uso. Em português, o verbo *haver* se gramaticalizou para constituir as formas simples do futuro do presente. Isso, no entanto, não o impede de constituir o mesmo tempo não como um aparente sufixo flexional, mas como um auxiliar em perífrases em que ele se encontra anteposto:

(1) Cantarei.

(2) Hei de cantar.

⁹¹ Not only are paths cross-linguistically, but paths from different sources tend to converge as grammatical meaning grows more general and abstract in later stages of grammaticization. Thus the most general of grammatical meanings are very common cross-linguistically and very similar even if they developed from different sources; that is, many languages have a general past, perfective, present, imperfective, or future whose functions are very similar. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.15)

De todo modo, além de inúmeros outros usos não mencionados, o verbo conserva usos bem diversos ainda que seja gramaticalizado de forma mais estrita, como afixo verbal, nos futuros do presente e do pretérito.

5) *as conseqüências da retenção semântica;*

Uma das principais conseqüências é a recorrência a métodos pancrônicos de análise, porque a identificação das mutações resultantes da gramaticalização e as resistências semânticas apontadas acima somente são, não raro, perceptíveis por intermédio de análises históricas. Isso, naturalmente, não invalida análises sincrônicas, mas estas contam com ferramentas para localizar processos candidatos, não consumados. A consumação excede uma dada sincronia. Considerem-se, inicialmente, os seguintes apontamentos:

A evidência de gramaticalização sugere que não é válido procurar por um significado abstrato de cada item gramatical, o menor denominador comum que subjaz a todos seus usos, mas é melhor estudar os usos diferentes de itens gramaticais como se eles fossem elos de uma cadeia, um a engendrar o outro. Nosso entendimento da natureza do significado gramatical então irromperia de um entendimento dos mecanismos que conduzem um item gramatical de um contexto de uso para outro. (1994, p.17)⁹²

Percebe-se que a construção do caráter êmico de uma dada função gramatical não sucede isoladamente. Esse caráter êmico formula-se em uma série, ou em um eixo de sentido. Por exemplo, a assunção do sintagma *a gente* de um caráter pronominal somente se torna possível em razão de sua retenção de um traço humano genérico, ainda como expressão substantival. Essa expressão, em um outro momento da diacronia, alinhou-se com as designações tipicamente pronominais. Esse alinhamento paradigmático responde pela sua admissão entre as proformas pronominais pessoais correntes.

A ambição última a respeito desse percurso seria a formulação de um modelo de descrição da constituição do significado gramatical nos moldes da mudança do estatuto de sons em fonemas, que é muito mais controlável e evidente.

6) *as reduções semântica e fonológica:* uma implicação inicialmente admitida da concomitante redução fônico-semântica é a dependência contextual:

(...) quando a forma gramaticalizada reduz-se fonológica e semanticamente, ela se torna mais dependente de material circundante e começa a fundir-se com outros morfemas lexicais e gramaticais em seu ambiente. Mesmo se tal fusão não leve, eventualmente, à afixação, ela pode levar a mudanças fonológicas na forma gramaticalizada condicionada por material

⁹² The evidence from grammaticization suggests that it is not worthwhile to search for the one abstract meaning of each gram, the least common denominator that underlies all its uses, but rather it is better to study the different uses of grams as though they were links on a chain, one having given rise to another. Our understanding of the nature of grammatical meaning then would arise from an understanding of the mechanisms that lead a gram from one context of use to another. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.17)

adjacente; e onde o material adjacente varia, alomorfia é gerada. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p. 7)⁹³

Mais à frente adita ainda os seguintes esclarecimentos a respeito dessa dependência contextual:

Paralela a uma crescente dependência fonológica de material circunjacente se dá uma crescente dependência semântica do material circundante. Quando uma forma gramaticalizada perde mais e mais seu conteúdo original, sua interpretação se torna mais e mais dependente do significado contido no contexto, e ele é eventualmente afetado por esse contexto. (1994, p.7)⁹⁴

Essas considerações nos levam a enxergar uma relação recíproca entre gramática e discurso. Por outras palavras, as formas gramaticalizadas surgem a partir de recorrências de uso, e, por fim, em uma das pontas de uma gramaticalização bem sucedida, há o regresso ao discurso por meio de cristalizações relativas de uso e de uma dependência maior dos contextos de uso. Assim, a gramaticalização e a discursivização mutuamente se implicam e explicam na medida em que a sedimentação de uma dada forma depende de fatores pragmáticos e a sua fixação gramatical ultimada gera uma aderência relativamente rígida a determinados contextos de uso. Oportunamente, em nossas análises concretas, vamos ilustrar como determinadas formas gramaticalizadas, ou em curso de gramaticalização, fixam-se discursivamente. Ou, por outras palavras, as limitações ou restrições de uso amparam ou ancoram as formas gramaticalizadas, que, por natureza, sofrem uma modificação de seu estatuto referencial, corporificando tão somente os traços mais genéricos das formas de cada macroclasse (cf.2.2).

Por outras palavras, o contexto passa a ser imprescindível em um grau considerado avançado de gramaticalização. Essa suposição é bastante defensável em se tratando de, por exemplos, proformas nominais herdadas do latim ou forjadas em português, porque não guardam, fora de contexto, muitos traços semânticos específicos. Isto é, a referência dessas formas não é inteiramente destituída de significação intensional (ver seção 3), mas tal significação é semanticamente esgarçada, abrigando estritamente os mais genéricos traços da classe ou subclasse a que elas pertencem. Por outras palavras, tais formas abrigam apenas, e em grau elevado de despojamento sêmico, *traços otimizados* de determinadas categorias.

7) *a estratificação;*

⁹³ (...) as the gram reduces phonologically and semantically, it becomes more dependent on surrounding material and begins to fuse with other grammatical or lexical morphemes in its environment. Even if such fusion does not eventually lead to affixation, it may lead to phonological changes in the gram conditioned by adjacent material; and where the adjacent material varies, allomorphy is created. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.7)

⁹⁴ Parallel to the growing phonological dependence on surrounding material is a growing semantic dependence on surrounding material. As the gram loses more and more of its original semantic content, its interpretation is more and more dependent on the meaning contained in the context, and it eventually is affected by this context. (1994, p.7)

Essa noção é coincidente com a de Hopper e diz respeito à multiplicidade de formas para representar, aproximadamente, a mesma função. Por exemplo, para designar uma ação, processo ou estado, anterior a uma ação, estado ou processo pretérito, o uso do mais-que-perfeito, é possível usar as formas simples do mais-que-perfeito, do mais-que-perfeito composto e do próprio pretérito perfeito simples. Se assim é, não há uma paridade forma/função para assinalar esse tipo de preteridade. Ressalte-se que, naturalmente, as formas assumem um caráter sociolingüístico diverso, com um grau decrescente de formalismo com base na seqüência ilustrada. Os autores destacam que a *estratificação* é o resultado de processos concorrentes de escolha lingüística, quais sejam: grupos de itens lexicais de um dado âmbito semântico; idiomatismos ou lexias frasais, que mostram um grau de soldagem mais ou menos fixo; estruturas sintáticas. Discutem essa multiplicidade referencial principalmente no âmbito da modalidade, em que construções de diversa matriz podem expressar os mais distintos matizes modais.

O interessante é que declaram haver mais concorrência entre formas de expressão de funções e categorias nas línguas do que propriamente itens gramaticais específicos:

A existência de gramaticalizações múltiplas ao longo do mesmo caminho e a retenção de substância lexical dos estágios iniciais são duas das razões pelas quais consideramos 'sistema' ou 'estrutura' como epifenomênicos mais do que básicos à natureza da substância ou exponência gramatical. **Níveis sucessivos de gramaticalização ao longo de percursos similares produzem itens gramaticais com significados similares mais do que itens gramaticais participantes em contrastes máximos.** [grifo nosso] Deveria estar claro então que mais do que estudar a 'estrutura' da expressão gramatical em uma língua, defendemos o estudo do modo por meio do qual o significado gramatical e a expressão estão unidos nas línguas como uma forma de entendimento das propriedades inerentes das línguas naturais. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.22)⁹⁵

Por outras palavras, a constituição de formativos gramaticais bem contrastados e otimizados não parece ser o mais comum nas línguas naturais, em que as funções gramaticais estão, a todo tempo, sofrendo reconfigurações e são expressas por formas de diversa matriz estrutural (morfológica, lexical ou sintática). De todo modo, os autores supõem uma estrutura geratriz universal, a qual se organiza de formas mui particulares entre os diversos sistemas lingüísticos naturais. Não se pode identificar nisso nenhuma aparência programática com o

⁹⁵ The existence of multiple grammaticizations along the same path and the retention of lexical substance from earlier stages are two of the reasons we regard 'system' or 'structure' to be epiphenomenal rather than basic to the nature of grammatical substance and exponence. Successive layers of grammaticization along similar paths produce grams with similar meanings rather than grams participating in maximal contrasts. It should be clear now that rather than studying the 'structure' of grammatical expression in a language, we advocate the study of the way that grammatical meaning and expression are attained across languages as a way of understanding the inherent properties of natural languages. (BYBEE, 1994, p.22)

gerativismo, porque o percurso investigativo não ignora as línguas naturais. Ao contrário, em seu estudo, mais de setenta línguas, de troncos diversos, foram levadas em consideração.

8) *a relevância*;

Conceituam *relevância* nos seguintes termos:

(...) é a extensão a que o significado de uma categoria gramatical afeta o significado inerente da matriz lexical com a qual ele está associado. O grau de relevância prediz a probabilidade de uma expressão lexical ou derivacional da categoria gramatical, a ordem dos afixos com relação à raiz, e o grau de fusão morfofonológica entre o item gramatical e a raiz. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.22)

Com relação à gramaticalização, a relevância contribui para a predição da probabilidade de uma dada afixação ocorrer, considerando que a afixação é mais provável em contextos em que um radical e um item gramatical compõem uma unidade semântica coerente.

Declararam que a relevância incide em categorias de âmbito lexical, derivacional, flexional e perifrástico. Estabelecem, em seguida, que a generalidade distingue a flexão de todos os demais processos, supõe-se, gramaticais, como *derivação* e *perífrase*. Observe-se:

Assim generalidade é uma necessária característica definidora da flexão. Categorias derivacionais tendem a ser lexicalmente específicas e a desenvolver idiosincrasias de significado. Categorias perifrásticas tendem a ter significado mais específico e, frequentemente, restrições lexicais também. Apenas a flexão é necessariamente completamente geral. Um modo de ver o presente estudo é dizer que ele se preocupa com a forma por meio da qual a generalidade é atingida no desenvolvimento de morfemas gramaticais. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p.22)⁹⁶

Em suma, essa declaração última nos leva a crer que a gramaticalização, em seu estágio mais refinado, ou seja, a gramaticalidade por excelência ou prototípica, é aquela em que determinados conceitos ou funções, de toda ordem, codificam-se por intermédio de morfemas específicos regulares e constantes. As línguas, caso fossem mais perfeitamente gramaticalizadas, expressariam de forma mais regular seus significados por meio de morfemas e não por meio de morfemas, expressões lexicais gramaticalizadas, perífrases ou ordem frasal. Hipoteticamente, possivelmente, línguas muito morfologizadas flexibilizariam inclusive a sintaxe intralexical, o que sucede com línguas aglutinantes em alguma medida.

1.6.5. As diferenças entre gramaticalização e lexicalização: gramaticalização como um epifenômeno

⁹⁶ Thus generality is a necessary defining feature of inflection. Derivational categories tend to be lexically specific and to develop idiosyncrasies of meaning. Periphrastic categories tend to have more specific meaning and often lexical restrictions as well. Only inflection is necessarily completely general. One way of viewing the present study is to say that it concerns the way that generality is achieved in the development of grammatical morphemes. (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994:22)

A polêmica em torno da diferenciação entre lexicalização e gramaticalização responde por uma abordagem em favor da autonomia do fenômeno gramaticalização ou por outra em favor de uma decorrência periférica como epifenômeno da lexicalização.

A principal motivação, cremos, dessa problemática reside, em primeiro lugar, em uma diferenciação conceitual deficitária entre os termos técnicos *lexicalização* e *gramaticalização*. São usados sem uma delimitação conceitual muito clara. Em segundo lugar, interferem no processo decisório do analista suas próprias crenças a respeito do fenômeno. Se um dado analista, conquanto haja evidências de caráter histórico e um arrazoado justificador, não se convence, não há muito o que fazer a não ser tolerar-lhe a diferença de análise.

A fim de dirimir a contento os pontos de convergência e divergência dos rótulos *lexicalização* e *gramaticalização*, recorremos aqui a Himmelmann (2004), cujo artigo intenta, de forma minudente, distinguir os diferentes conceitos que têm em mente os analistas, sem, no entanto, ter o devido cuidado de explicitá-los. Antes, porém, apresentamos e discutimos as teses de um importante opositor da autonomia da noção de gramaticalização.

É bem possível que a perspectiva crítica abraçada por Newmeyer (2000) seja motivada por sua formação de cunho gerativista, a qual propende o analista a buscar diretrizes de formalização muito rígidas, conquanto os modelos recentes contemplem, à sua moda⁹⁷, fenômenos relativos à gramaticalização⁹⁸. Para o referido autor, a gramaticalização não passa de “*um rótulo para uma conjunção de certos tipos de mudanças lingüísticas de ocorrência autônoma*”⁹⁹ (2000, p.37).

Newmeyer é um crítico geral dos postulados sobre gramaticalização como fenômeno independente. Em primeiro lugar, denomina as teorizações sobre gramaticalizações como uma ‘descrição cápsula’, a supor que os analistas fundam seu próprio objeto, na medida em que vergariam as análises e os resultados aos seus postulados fundamentais. Em segundo lugar, identifica apropriadamente os critérios fundamentais da gramaticalização em nível lexical, a saber: **reanálise morfossintática**; certos tipos de **mudança semântica**; **redução fonética**. Discutamos suas objeções a cada um desses critérios.

⁹⁷ Raposo (1999, p.20-21) nos instrui a respeito da inclusão, com uma equivalência heurística, de princípios de ordem semântica, na teoria de Princípios e Parâmetros de Chomsky. Isso é prova de um câmbio significativo no curso das investigações gerativistas em direção a uma concepção mais integrada das componentes da estrutura de um dado sistema lingüístico, em lugar da originária prevalência da sintaxe sobre as demais componentes.

⁹⁸ Uma proposta que nos parece interessante a respeito das possíveis motivações para as eleições de formas a gramaticalizar é a Teoria da Checagem, a qual intenta forjar categorias preditivas de procedimentos da língua de caráter aparentemente randômico.

⁹⁹ (...)a label for the conjunction of certain types of independently occurring linguistic changes. (NEWMAYER, 2000, p. 237)

Em primeiro lugar, demonstra estar ciente da concordância sobre o percurso de reanálise:

Categorias lexicais	Categorias funcionais e elementos pronominais	Clíticos	Afixos derivacionais	Afixos flexionais
--------------------------------	--	-----------------	---------------------------------	--------------------------

Quadro 3

Em seguida, ilustra os referidos processos constitutivos de uma gradual abstratização de reanálise morfossintática.

Em segundo lugar, expõe seu conhecimento de que o último estágio do percurso de gramaticalização morfossintática é uma mudança semântica em favor de uma perda semântica. Menciona a fortuna crítica refratária ao emprego da expressão ‘perda semântica’ para a contração de significados puramente gramaticais. Exibe ainda estar a par de que as mudanças semânticas são motivadas por processos de ordem metonímico-metafórica. Apresenta ainda a motivação pragmática para explicar o abandono de formas vigentes e a gramaticalização de outras como o ponto de partida, o que ele intitula *convencionalização*. Demonstra, destarte, estar ciente do arrazoado empregue para explicar o câmbio semântico. É criticável, contudo, a nosso ver, o menosprezo relativo à abstratização. A nosso ver, conforme tornaremos patente na seção 2.2.4, ao confrontar mais detidamente as diferenças de lexicalização e gramaticalização, essa discussão de fulcro semântico é crucial para assegurar a propriedade em se considerar gramaticalização um dispositivo ou um processo imanente dos sistemas lingüísticos naturais.

Finalmente, Newmeyer (2000:231) observa com percuciência a incidência da redução fonética, que, no caso de verbos auxiliares, implica, primeiramente, em uma perda de tónus acentual e, em seguida, em uma corrosão fonética.

Finda essa exposição, menciona casos de gramaticalização em nível frasal. Reconhece, então, que, ele próprio emprega o termo para referir o aprisionamento sintático em uma determinada estrutura distribucional. Essa obrigatoriedade, segundo ele, engendra um caso de subordinação da pragmática à gramática, vez que os usuários não poderiam livremente cambiar essa ordenação compulsória. Apresenta, em seguida, sua principal crítica que, em verdade, é um confronto de teses. Para ele, a gramaticalização não representaria um processo histórico a requisitar sua própria teoria, mas sim um resultado epifenomênico de outros processos.

Exposto seu confronto fundamental, questiona, em primeira mão, a própria validade do termo ‘processo’, que define assim: “*fenômeno a ser explicado*”¹⁰⁰(2000, p.232). Ao expor, criticamente, a respeito da processualidade da gramaticalização, menciona a gradualidade e a unidirecionalidade e seu itinerário de abstratização:

Discurso → Sintaxe → Morfologia → Morfofonêmica → Zero

Quadro 4

Findo esse trajeto, quando se atinge a perda, inclusive, da flexão, a língua promoveria um novo ciclo de destituições e constituições gramaticais.

Em seguida, novamente, alude à significação supostamente emprestada por funcionalistas (Hopper e Traugott) ao termo ‘processo’ como um conjunto de fenômenos:

A implicação de que a gramaticalização é um processo distinto cujos efeitos devem ser atribuídos a uma ‘teoria’ distinta contrasta com muitas outras referências que sugerem que é essencialmente um resultado epifenomênico de desenvolvimentos históricos independentes, cada um dos quais cabe em alguma teoria independente. (2000, p.235)¹⁰¹

A nosso ver, a indisposição patente do autor em tela de reconhecer em um conjunto de fenômenos um fenômeno particular revela suas opções de ordem epistemológica. Um autor de procedência demasiado formalista, em que pese ser, indubitavelmente, um leitor criterioso das teses funcionalistas sobre gramaticalização, não escamoteia sua visão compartimentada dos fenômenos, a qual não lhe permite conceber que a interseção ou a co-incidência de fenômenos possa compor um outro particular. Isso porque sua percepção está orientada para a compartimentação em categorias o mais discretas possível, sem conceber a possibilidade de que a partilha poderia consubstanciar outro fenômeno. Não surpreende, portanto, que ele empreste à análise funcionalista um cariz nitidamente formalista ao intitulá-la de ‘*cenário cápsula*’. (2000, p.235).

Há ainda dois pontos criticados: 1) a gramaticalização como resultado de um preenchimento de necessidades comunicativas; 2) a postulação de uma linha inflexível da unidirecionalidade. O primeiro ponto concerne à tese de que o uso reiterado necessariamente corrói o sistema flexional vigente a ponto de chegar a um desgaste expressivo extremo. A essa altura de depreciação expressiva, haveria a convocação de formas circulantes para cumprir o papel das formas que entram em declínio ou desuso até o absoluto desaparecimento. Newmeyer (2000, p.236) faz três objeções: 1) não há evidência de que as línguas em geral reclamem afixos flexionais para expressar tais necessidades, ou seja, a permuta poderia

¹⁰⁰ Phenomenon to be explained. (2000, p.232)

¹⁰¹ The implication that grammaticalization is a distinct process whose workings are to be attributed to a distinct ‘theory’ contrast with many other references that suggest that it is essentially an epiphenomenal result of independent historical developments, each of which falls out of some independent theory. (2000, p.235)

sucedem sem necessariamente implicar uma gramaticalização¹⁰²; 2) essas necessidades não geram uniformidade expressiva e não eliminam formas concorrentes de expressão, o que se poderia esperar de uma teoria da suplência expressiva; 3) a relação de causa e efeito não se funda em uma teoria embasada na necessidade. Ele declara: “*nenhuma erosão é geralmente necessária de um velho marcador flexional antes que um novo assuma*” (2000, p.236)¹⁰³.

No tocante à unidirecionalidade, argumenta que o percurso proviria de princípios mais amplos da cognição e do comportamento humanos, os quais explicariam, por exemplo, que a redução fonética se constitui do desejo do usuário da língua por facilidade de produção. Em suma, recorre a outros autores que partilham de sua tese de que a gramaticalização é um epifenômeno, ou seja, uma consequência de (um) fenômeno(s) mais centra(l)(is) e mais determinante(s).

Newmeyer (2000, p.238) não é contra o emprego do termo, mas não entende que ele represente ou corporifique uma teoria. Segundo ele, a gramaticalização sucederia, de fato, quando incidirem, simultaneamente, a mudança semântica e a redução fonética, excluindo, assim, a reanálise morfossintática como traço pertinente para identificá-la:

Argumento que a reanálise morfossintática, as mudanças semânticas e as reduções fonéticas podem ocorrer independentemente; e apenas quando as duas últimas sucedem juntamente com um certo tipo de reanálise falamos de ‘gramaticalização’ a acontecer. (2000, p.238)¹⁰⁴

A distinção, em alguma medida, acaba sendo de saliência, porque os funcionalistas não afirmam que toda e qualquer mudança semântica ou redução fônica devam, inelutavelmente, implicar uma gramaticalização. Com efeito, porque tais alterações lingüísticas não são privativas de processos estritamente gramaticais, mas igualmente os que se restringem aos domínios do léxico em sentido estrito (cf 3.2.). A seguir, valemo-nos de Himmelmann (2004) para delimitar mais claramente o que pertenceria ao âmbito lexical e ao gramatical.

Himmelmann (2004, p.22), convém assinalar, em primeiro lugar, identifica os principais problemas da distinção entre lexicalização e gramaticalização na chamada *metáfora*

¹⁰² Essa crítica poderia ser relativamente validada em se tratando da voz em português. Com efeito, em latim, conquanto não houvesse uma correlação plena da voz e das referências concretas, nem uma extensão dos afixos a todos os tempos, havia marcas adjungidas às bases verbais. Em português (nas línguas românicas em verdade), tais marcas desapareceram, em que pese admitir-se que o se representa uma morfologização da voz. De todo modo, considerando a escala de unidirecionalidade de gramaticalização, representaria um grau de morfologização menor em relação ao latim.

¹⁰³ No erosion is generally necessary of an old inflectional marker before a new one takes over. (2000, p.236)

¹⁰⁴ I argue that the morphosyntactic reanalysis, the semantic changes and the phonetic reductions can occur without each other; it is only when the latter two happen to converge with a certain type of reanalysis that we speak of ‘grammaticalization’ having taken place. (2000, p.238)

da caixa de Lehmann (1982). Essa metáfora supõe a existência de níveis de incidência e de uma hierarquia de funcionamento. Contudo, uma delimitação criteriosa não foi erguida a contento, conforme os trechos a seguir pretendem comprovar.

O autor supra-referido (2004, p.22-23), em um esforço delimitador, apresenta o quadro a seguir a respeito do que seria mais pertinente ao léxico:

Conceitos de léxico conforme as abordagens lexicográfica, gramatical e cognitiva, segundo Himmelman

Léxico do gramático	Todo emparelhamento forma/significado que não pode ser derivado por regras produtivas; além disso, lexemas simples e idiomatismos. Isso pode ou não incluir: formativos gramaticais (palavras funcionais, formativos flexionais); formativos derivacionais e regras de formação de palavra.
Léxico do lexicógrafo	Todo emparelhamento forma/significado que é o ‘uso comum’ (o convencional, modo padronizado de referir um conceito) independente da complexidade morfológica e da produtividade da formação; além disso, lexemas simples e idiomatismos que incluem: a) Formações complexas transparentes (i.e. teste sanguíneo; *esquecibilidade ¹⁰⁵); b) Formativos derivacionais (e.g. <i>-mente</i> ; <i>-dade</i>); c) (às vezes) formativos flexionais (e.g. <i>-ste</i> , <i>-s</i>)
Léxico mental	d) significados lexicais mais formas associadas que se podem supor estar permanentemente arquivados no cérebro, possivelmente em formatos de modalidade específica <i>input/output</i> ; e) os processos incidentes quando determinadas associações forma/significado são ativadas durante a produção ou a compreensão linguística.

Quadro 5

Himmelman (2004, p.23) flagra contradições no texto sobre gramaticalização de teóricos bem reputados, como Hopper e Traugott, que ora se valem de afixos derivacionais para mencionar processos lexicais, ora como mecanismos de gramaticalização. Alhures (2004, p.24), menciona a dificuldade, segundo ele, confessada pelo próprio Lehmann, de tipificar a mudança de estatuto de *-ly* e *-mente*, sufixos formadores de advérbios de modo, respectivamente, em inglês e português, como um processo de gramaticalização ou lexicalização.

Com base no primeiro quadro, segundo o autor, para o gramático, não há distinção de processos flexionais e derivacionais para marcar limite entre *gramática* e *léxico*. Isso pode nos autorizar a inferir que, para autores enquadrados assim, tanto a derivação como a flexão pertencem ao âmbito do léxico e da gramática. O léxico compreenderia tanto os morfemas flexionais mais regularmente distribuídos entre os membros de uma classe ou paradigma de

¹⁰⁵ Ainda que se trate de forma neológica, julgamos melhor experimentar uma tradução mais literal. ‘Esquecimento’ não espelharia a formação substantival abstrata deadjetival correlata em inglês.

palavras, quanto os morfemas lexicais, os quais seriam mais irregularmente atualizados entre os membros de classes mais sujeitas à ampliação lexical, ou à produtividade. Repare-se também que lexias complexas (*teste de sangue*) e formações sufixais comuns (**esquecibilidade*) são abonadas indistintamente. O autor, contudo, não explicitou se representariam entradas dicionárias específicas ou simplesmente parte interna de um dado verbete. Se a abonação disser respeito apenas ao reconhecimento da lexia complexa dentro de um dado verbe (do substantivo núcleo da forma), não implicaria o reconhecimento de um estatuto lexicalizado de modo explicitamente autônomo.

Com base no léxico do lexicógrafo, parece-nos, segundo o autor, há uma ampliação do quadro, vez que não apenas os morfemas ou formativos derivacionais e flexionais se incluem, mas também as chamadas *lexias complexas* (formas em vias de soldagem) ou *lexias frasais* ou *textuais* (também chamadas de *idiomatismos* ou *provérbios*).¹⁰⁶

O ponto de inflexão, ou a localização fulcral do problema, parece residir no enquadramento dos processos derivacionais como mais tipicamente gramaticais ou lexicais:

Ao mesmo tempo muitos autores que lidam com gramaticalização e lexicalização não parecem acreditar que essas questões (relativas à diferenciação entre os limites do léxico e da gramática) tenham de ser assentadas antes de a problemática da inter-relação entre os dois fenômenos poder ser utilmente encaminhada. Ao contrário, a questão real parece ser se a emergência de formativos derivacionais partilha mais similaridades com exemplos prototípicos de gramaticalização ou com exemplos prototípicos de lexicalização, um ponto de vista que apela para a metáfora do processo mais do que para a metáfora da caixa. (2004, p.24)¹⁰⁷

O autor reivindica uma distinção mais sutil que permita a admissão de formativos derivacionais como constituintes mórficos do léxico do gramático (v. quadro 5). Nesse sentido, ele conclui que a metáfora da caixa não cobre satisfatoriamente as possíveis diferenças. Recorde-se que o léxico do gramático não diferencia processos de derivação e flexão. Então, ambos compõem o léxico para esse gramático apresentado pelo autor. Eis o motivo de ele questionar a possibilidade de processos derivacionais, consumados e produtivos

¹⁰⁶ Biderman (2001) assume posição taxativa a respeito, como lexicógrafa, julgando que formações coalescidas pelo uso não são abonadas pelos dicionários por comodismo ou conservadorismo dos dicionaristas. Pelo seu ponto de vista, por conseguinte, tanto as chamadas lexias complexas, sintagmas nominais em vias de soldagem que apresentam unicidade referencial (*salário mínimo*, *medida cautelar*, *cesta básica*, etc), quanto às lexias textuais merecem entradas dicionárias próprias.

¹⁰⁷ At the same time most authors dealing with grammaticization and lexicalization do not seem to believe that these issues have to be settled before the issue of the interrelationship between the two phenomena can be usefully addressed. Instead, the real issue appears to be the question of whether the emergence of derivational formatives shares more similarities with prototypical instances of grammaticization or with [grifo nosso] prototypical instances of lexicalization, a point of view which appeals to the process metaphor rather than to the box metaphor. (HIMMELMAN, 2004, p.24)

em uma dada sincronia, poderem, em uma análise diacrônica, ser entendidos como gramaticalizações:

Se esse ponto de vista for rigorosamente aplicado, deveria, em princípio, ser possível reivindicar que por boas razões teóricas e empíricas formativos derivacionais são parte do léxico (do gramático), mas, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento histórico é mais um exemplo de gramaticalização do que de lexicalização. Obviamente a metáfora da caixa e a metáfora do processo não conduzem às mesmas soluções aqui (daí não serem co-extensivas ou equivalentes).¹⁰⁸

A metáfora da caixa admite uma hierarquização sincrônica em que se incluem formativos derivacionais e flexionais, ou classes de palavras mais gramaticais, formas mais gramaticais. Ela contrapõe-se à metáfora do processo, porque aquela leva em consideração regularidades sincrônicas estabelecidas, ao passo que a estúltima reporta-se à migração de estatuto de itens lexicais do âmbito tipicamente lexical para o âmbito gramatical (p.e.o substantivo latino *mens*, sempre usado em forma ablativa, acabou por compor-se, sincronicamente, como sufixo adverbial de modo). Nesse sentido, a análise do sufixo *-mente*, com base na metáfora da caixa, enquadrá-la-ia como um processo de lexicalização (porque formativos derivacionais e flexionais compõem o léxico para o gramático, segundo o autor), e, ao mesmo tempo, enquadrá-la-ia como um processo de gramaticalização por causa da sua mudança de estatuto morfológico, vez que migrou de forma substantival livre para um formativo derivacional adverbial.

De um modo semelhante, o manuseio de formativos gramaticais (primeiramente palavras funcionais e afixos flexionais) também causa problemas para a metáfora da caixa. Para alguns gramáticos, palavras funcionais e afixos flexionais pertencem ao léxico porque eles são emparelhamentos forma-significado arbitrários, para outros, eles aparentemente não pertencem. Para o primeiro grupo, muitos processos de gramaticalização são ao mesmo tempo processos de lexicalização desde que processos de gramaticalização, estritamente falando, levam a novos itens lexicais quando quer que a divergência ocorra. Por esse prisma, lexicalização e gramaticalização não são processos opostos, mas paralelos (2004,p.24-25).¹⁰⁹

A citação recém-apresentada demonstra que um mesmo item lexical, designação morfológica geral, pode prestar-se a uma análise de lexicalização ou de gramaticalização.

Himmelman (2004, p.25), ainda em seu esforço de demarcar as zonas de distinção típicas de léxico e gramática, declara:

¹⁰⁸ If this point of view is rigorously applied, it should in principle be possible to claim that for good theoretical and/or empirical reasons derivational formatives are part of the (grammarians's) lexicon but at the same time their historical development is an instance of grammaticization rather than lexicalization. Obviously the box metaphor and process metaphor do not lead to the same solutions here (and hence are not commensurate).

¹⁰⁹ In a similar way, the handling of grammatical formatives (primarily function words and inflectional affixes) also causes problems for the box metaphor. For some grammarians function words and inflectional affixes belong in the lexicon because they are arbitrary form-meaning pairings, for others they apparently don't. for the first group, many processes of grammaticization are at the same time processes of lexicalization since strictly speaking grammaticization processes lead to additional new lexical items whenever divergence occurs. In this view, lexicalization and grammaticization are not opposite processes, but parallel ones. (2004, p.24)

Em relação à gramaticalização, pode-se distinguir dois tipos básicos de uso: um muito amplo e não específico em que o termo basicamente significa ‘ser/tornar-se parte da gramática’, e um mais estreito e específico em que ele se refere aos processos que conduzem em direção a maior gramaticalidade de itens lingüísticos. O uso amplo não necessariamente se refere aos processos históricos nem ele supõe que se esteja lidando com algum tipo de desenvolvimento direcional. O uso estreito, por outro lado, faz exatamente isso: ele especificamente se refere aos processos direcionais de mudança ao longo do tempo.¹¹⁰ (HIMMELMAN, 2004, p.25)

A partição, recém-discursivizada, mostra-se esquematicamente. Apresenta, então, uma nova tabela:

Conceitos usuais de gramaticalização, segundo Himmelman

	Amplio	Estrito
Definição	‘ser/tornar-se parte da gramática’ no sentido de ‘uma distinção gramatical é formalmente expressa na língua L.’	Processos direcionais que conduzem a uma maior gramaticalidade de itens lingüísticos
Pertence a	Funções-traços-categorias gramaticais- cognitivas-pragmáticas, itens/construções lexicais e gramaticais.	Itens, construções gramaticais e lexicais
exemplos	f) número (aspecto, etc) não está gramaticalizado na língua L. g) “Pragmática é o estudo dessas relações entre língua e contexto que são gramaticalizadas, ou codificadas na estrutura de uma língua”(Levinson 1983:9) h) a distinção entre substantivos e verbos é apenas fracamente gramaticalizada na língua L.	i) Inglês <i>will</i> originalmente significava apenas ‘querer’, mas foi gramaticalizado como um verbo auxiliar a significar ‘futuro’” (Campbell 2001:114). j) Latim <i>ille</i> > Francês <i>le</i> k) Latim <i>amare habē-o</i> [amar tenho] > Francês <i>j’aimerai</i> , Espanhol <i>amarei</i> (anteriormente <i>amar he</i> [<i>he</i> < <i>habē-o</i>]) Eu amarei. (Campbell, 2001:115)

Quadro 6

É oportuno destacar que as reflexões de Himmelman (2004) são muito proveitosas porque não se restringem a pensar a diferença entre léxico e gramática em uma língua ou grupo de línguas particulares. O autor reflete a respeito de modo interlingüístico, o que, a nosso ver, permite-lhe uma apreensão mais relativa e, portanto, por um lado, mais precisa da distinção que se busca firmar.

Em seguida, o autor apresenta um quadro de cinco usos básicos de *lexicalização*:

Usos básicos de lexicalização para Himmelman

	I Univerbidade Idiomatização	II Fossilização/ Cessação de produtividade	III Emergência de formativo derivacional	IV Splits – Deslizes	V Padrões de lexicalização
Definição	Criar um novo lexema através de dois ou mais existentes, que podem continuar a existir independentemente.	Um formativo outrora produtivo é reanalisado como parte de uma raiz.	Criar um (tipicamente preso) formativo que pode ser usado produtivamente para a formação de novos	Derivar um novo lexema de um simples já existente, que pode continuar a existir independentemente	Padrões de traços semânticos que são sistematicamente ‘codificados’ no léxico

¹¹⁰ As for grammaticalization, one may distinguish two basic usage types: a very broad and unspecific one in which the term basically means ‘be/become part of the grammar’, and a more narrow and specific one where it refers to processes leading towards greater grammaticality of linguistic items. The broad usage does not necessarily refer to historical processes nor does it presuppose that one is dealing with some kind of a directional development. The narrow usage on the other hand does exactly that: it specifically refers to directional processes of change over time. ¹¹⁰(HIMMELMAN, 2004, p.25)

			lexemas.		
compreende	Colocações	Raízes+formativos	Colocações, compostos, formativos flexionais (?) ^a	Itens lexicais individuais, formativos gramaticais	Traços semântico-cognitivos.

Quadro 7

O primeiro tipo de processo de lexicalização não causa estranheza e poderia corresponder ao que se configura tradicionalmente como *composição*. Naturalmente, os processos de composição não são simples, porque envolvem soldagens consumadas e outras mais flexíveis. As primeiras são as tradicionais aglutinações e justaposições, contributos para o tesouro da língua de reitarações diacrônicas, e as acronímias¹¹¹, resultantes de sobreposições em que as partes constituintes originais são reconhecíveis; as últimas são as lexias complexas, em que as partes não estão coalescidas, conforme os exemplos já supramencionados.

No que diz respeito ao segundo tipo, ocorre-nos o que sucedeu com determinadas raízes em português, tais como *-ceb*, *-stru*, cuja produtividade cessou. Assim, permanecem paradigmaticamente como uma raiz, mas não apresentam mais produtividade isoladamente e seu próprio significado parece opaco para os usuários das normas fluentes:

Raízes sincronicamente semânticas vazias

<i>-ceb</i>	<i>-stru</i>
Perceber	Construir
Conceber	Obstruir
Receber	Destruir
	Instruir

Quadro 8

O terceiro tipo seria representado por formativos a meio caminho entre o léxico e a gramática. A noção de *prefixóide* ilustraria bem esse caráter. Os exemplos a seguir com o prefixóide *euro* demonstrariam, em que três traços, a descaracterização de uma base estritamente lexical, uma relativa fixidez de sintaxe intralexical e a produtividade da ocorrência, configurariam esse estatuto intermediário de léxico e gramática:

- (3) eurocontinental; euroescapada; eurofabulosa; eurofantasia; eurofascinação; euroférias; euroferta; euroharmonia.¹¹²

Por *split*, o autor compreende o que bem podemos denominar de ‘neologia semântica’, ou seja, a tomada de um signo circulante para designar um novo referente. Tal designação passa a ser de tal modo freqüente que pode engendrar modificação mórfica. Trata-

¹¹¹ Um trabalho mui interessante sobre acronímia foi realizado por Melo (2000), porque refina a tipologia sobre a neologia acronímica proposta por Guilbert (1975).

¹¹² Todas as ocorrências foram retiradas da mesma fonte. Preferimos considerar a série como um único exemplo e não cada ocorrência como um exemplo.

se de uma deriva semântica que também poderíamos designar, juntamente com a tradição semanticista, de ‘divergência’¹¹³.

O autor reconhece que o *split* não é usual para explicar a lexicalização de itens gramaticais, mormente os afixos flexionais:

O termo lexicalização não é geralmente aplicado para *splits* a não ser nos exemplos em que o elemento fonte é um formativo gramatical, por exemplo uma preposição (*acima* → *para cima*, *altos e baixos*), uma conjunção (*ses* e *poréns*) ou um afixo derivacional (os *ismos*). Isto é, quando formativos gramaticais são usados em encaixes usualmente reservados para itens lexicais plenos (basicamente substantivos ou verbos, mais raramente como adjetivos (Ramat aduz o exemplo uma conclusão se)) isso é chamado lexicalização ou gramaticalização. Ambos termos pretendem apresentar esse fenômeno como distinto da gramaticalização, que, por seu turno, implica que essa mudança é algo muito especial quando sucede com formativos gramaticais. Essa idéia pode igualmente ser atribuída à forte tendência de pensar os dois processos em termos das duas seguintes extremamente reducionistas e facilmente desviantes fórmulas:

Gramaticalização: item lexical > item gramatical

Lexicalização: item gramatical > item lexical¹¹⁴ (2004, p.29)

O autor desqualifica a necessidade de qualquer tratamento especioso para esse tipo de conversão, isto é, para as conversões de formas gramaticais (preposições e conjunções) e afixos derivacionais e flexionais em substantivos. Considera que qualquer tipo de construção da língua pode ser lexicalizada. A nosso ver, a nominalização é uma espécie de primitivo semântico, eis o motivo pelo qual pode otimizar a língua na medida em que todo e qualquer item do léxico, *lato sensu* (lista de todos os itens constituintes), podem ser nominalizados.

A conclusão do autor, a esse respeito, é de que não há diferenciação entre lexicalização e gramaticalização sustentável com base em *splits* (2004, p.30). A noção de ‘split’, a nosso ver, por abrigar a neologia semântica e a conversão de elementos gramaticais nominalizados, é demasiado ampla na medida em que trata de fenômenos de natureza diversa. A neologia semântica pode implicar mudança mórfica (caso de *mouse* – *mice*, plural de ratos/*mouse* – *mouses*, plural de periférico de computador), mas não necessariamente. Em razão dessa diferença, a noção nos parece imprecisa. Interessante é destacar processos de mudança semântica entre os itens circulantes e a conversibilidade de elementos gramaticais em nomes.

¹¹³ O autor estende esse rótulo para as reanálises de formas gramaticais em outras formas gramaticais, ao citar a mutação sofrida dos demonstrativos de 3^a do latim para os artigos definidos nas línguas românicas.

¹¹⁴ The term lexicalization is generally not applied to splits except in those instances where the source element is a grammatical formative, for example a preposition (*up* → *to up*, *ups and downs*), a conjunction (*ifs* and *buts*) or a derivational affix (the *isms*). That is, when grammatical formatives are used in slots usually reserved for full lexical items (basically as nouns or verbs, more rarely as adjectives (Ramat adduces the example an *iffy conclusion*)) this is called lexicalization or degrammaticalization. Both terms are intended to convey that this phenomenon is an opposite of grammaticization, which in turn implies that this change is something very special when it happens with grammatical formatives. (...) This idea may also be due to the strong tendency to think about the two processes in terms of the following two extremely reduced and easily misleading formulas:

Grammaticitization: lexical item > grammatical item

Lexicalization: grammatical item > lexical item (HIMMELMAN, 2004, p.29)¹¹⁴

Além disso, não vemos muito proveito nessa cunhagem. Como o próprio Himmelman (2004, p.30) admite, a noção de ‘split’ está contida na noção de ‘estratificação de Hopper, a qual, assim nos parece, ser mais elucidativa.

A última conceituação é deveras problemática por admitir formativos sistemáticos no âmbito do léxico. Se houver, a nosso ver, uma distinção entre léxico estrito e amplo, não veríamos objeção possível. Contudo, a simples admissão de formativos flexionais, dada a sistematicidade, sem uma diferenciação, nos parece imprópria. Essa inclusão ignoraria notórias diferenças de comportamento morfossintático entre os formativos derivacionais e os flexionais. Em suma, somente seria admissível sua inclusão em processos de lexicalização desde que se trate de uma noção ampla de léxico, não a estrita.

A conclusão do autor, ao cabo de sua exposição sobre a lexicalização, é que essa designação, *lexicalização*, restringe-se tão somente ao que ele denominou de ‘fossilização’ e ‘univerbidade’ (2004, p.31).

A tese fundamental de Himmelman (2004, p.31) radica-se em uma base sintática. Para o autor, a gramatização, com as mudanças de ordem semântica e fonética, não é devidamente definida. O contexto sintático deve assumir um papel de relevo:

A visão de elemento-base sobre gramaticalização é, por vezes, inofensiva, mas freqüentemente é ficção muito problemática. Falando estritamente, não é nunca exatamente o elemento que se gramatiza que sofre gramaticalização. Ao contrário, é o elemento que se gramatiza em seu *contexto sintagmático* que é gramaticalizado. Ou seja, a unidade a que a gramaticalização propriamente se aplica são *construções*, não itens lexicais isolados. (grifos do autor).¹¹⁵

Para ilustrar sua tese, Himmelman (2004, p.31) opõe a visão costumeira de que a especialização do demonstrativo latino *ille* em artigo definido, pronome pessoal, pronomes complemento, marcadores de orações relativas, não deve ser encarada como uma mudança de um demonstrativo em um artigo, mas de um demonstrativo em um adjunto adnominal:

Daí, o desenvolvimento deveria ser minimamente representado como DEM SUBST → ART SUBST, mais do que simplesmente DEM → ART. O contexto sintático determina o resultado tanto quanto o próprio elemento que se gramatiza. Eis o motivo pelo qual a fórmula (gramaticalização = item lexical → item gramatical) desorienta.¹¹⁶

¹¹⁵ The element-based view on grammaticization is a sometimes harmless, but often quite problematic fiction. Strictly speaking, it is never just the grammaticizing element that undergoes grammaticization. Instead, it is the grammaticizing element in its *syntagmatic context* which is grammaticized. That is, the unit to which grammaticization properly applies are *constructions*, not isolated lexical items (HIMMELMAN, 2004, p.31)

¹¹⁶ Hence, the development minimally should be represented as DEM NOUN → ART NOUN rather than simply DEM → ART. The syntactic context determines the outcome at least as much as the grammaticizing element itself. This is why the formula (grammaticization = lexical item → grammatical item) is misleading. (HIMMELMAN, 2004, p.31)

Himmelman (2004, p.32) apresenta o entendimento de que a gramaticalização deve ser compreendida como uma construção, mas apenas em termos declaratórios. Noutros termos, as avaliações relativas à gramaticalização efetivamente não se pautam por contextualizações criteriosas.

Assim, a primeira principal consequência dessa abordagem é a vinculação da análise de processos de gramaticalização ao seu contexto de incidência. Em segundo lugar, há um refinamento da noção de gramaticalização *como um processo de expansão de contexto* (2004, p.32). Apresenta três níveis de manifestação da expansão de contexto, a saber:

- i.expansão da classe hospedeira;
- ii.expansão do contexto sintático;
- iii.expansão do contexto semântico-pragmático.

Ele se vale, novamente, da especialização dos demonstrativos de 3ª pessoa latinos:

Mudanças do demonstrativo de 3ª pessoa latino

Tipo de expansão	Transformação incidente
Expansão da classe hóspede	Os demonstrativos passaram a ser usados, inicialmente, como co-ocorrentes com nomes a indicar entidades únicas
Expansão do contexto sintático	Uso da construção com o artigo se restringe à posição adnominal
Expansão do contexto semântico-pragmático	A contrastar com os demonstrativos adnominais que apresentam referência exofórica e discursiva, os artigos apresentam referência mais genérica e usos anafóricos associativos.

Quadro 9

Himmelman (2004, p.33) reconhece que há particularidades semânticas e sintáticas no interior das expansões das classes hóspede, cujas análises devem ser realizadas com maior minúcia. A esse respeito, estamos inteiramente concordes, vez que há comportamentos idiossincráticos cujas peculiaridades somente análises específicas conseguem flagrar. O autor, no entanto, crê que esses tipos de expansão devem ser conjugadas ou integradas, mas não necessariamente fundamentam a distinção de gramaticalização como processo autônomo:

Por ora, eu não sustentaria que a expansão de contexto semântico-pragmático é a característica central definidora do processo de gramaticalização. Ou seja, analisar um dado exemplo de mudança como um exemplo de gramaticalização pressupõe que seja possível mostrar que os contextos de uso semântico-pragmáticos da construção em análise se tenham expandido. Frequentemente, mas não necessariamente, será possível mostrar que a expansão de contexto semântico-pragmático é acompanhada por expansões de classe hóspede e de contexto sintático (2004, p.33)¹¹⁷

¹¹⁷ For the time being, I would not hold that semantic-pragmatic context expansion is the core defining feature of grammaticization process. That is, analysing a given instance of change as an instance of grammaticization presupposes that it is possible to show that the semantic-pragmatic usage contexts of the construction at hand

Himmelman (2004, p.33) critica ainda noções de erosão e fusão fonética como suficientes para garantir propriedade à gramaticalização. Condiciona, também, a identificação de processos de gramaticalização ao tipo de língua (isolante, flexiva ou aglutinante). Menciona, ainda, que a fusão, em determinados tipos de língua, propende a incidir nas categorias TAM (tempo, aspecto, modo), mais do que nas assim chamadas *formas gramaticais* (artigos, conjunções, preposições)¹¹⁸. A conclusão a que chega o autor é que a gramaticalização mais se aproxima de uma definição como um processo de expansão do que com a metáfora da caixa.

Em seu esforço por marcar uma distinção, Himmelman (2004, p.36) descreve um dos tipos de lexicalização como uma soldagem ou soldamento gradual, por vezes inconspícuo para os usuários em geral. Destaca que a direção semântica da lexicalização é imprevisível e não direcional. Por outras palavras, os princípios eletivos dos usuários a governar processos de lexicalização não estão sujeitos à predição. Isso posto, o autor se sente mais à vontade para estabelecer uma distinção entre os dois processos:

Estamos agora em uma posição para comparar gramaticalização e lexicalização, definidas em termos da abordagem de processo. **A maior identidade dos dois processos é um ponto de origem comum, isto é, a combinação espontânea e produtiva de itens lexicais no discurso** [grifo nosso]. Eles diferem com relação ao que acontece no(s) passo(s) seguinte(s): na lexicalização, apenas um membro da classe A (dos substantivos) dá início a uma formação de uma unidade com o elemento B (um determinante adjetivo), o contexto sintagmático pode ou não mudar, e as mudanças contextuais semântico-pragmáticas são não-direcionais. Na gramaticalização, por outro lado, o elemento (o determinante adjetivo) começa a formar uma unidade com um conjunto de itens da classe A (expansão da classe hóspede), o contexto sintagmático geralmente é expandido, e as mudanças contextuais semântico-pragmáticas são direcionais uma vez que elas sempre envolvem uma expansão. (2004, p.36)¹¹⁹

Ressalte-se que o autor esquivou-se de definir a contento os elementos da classe A e da classe B. Sabemo-los por meio da leitura do texto em que ele indica a forma alemã *grosser*

have been expanded. Often, but not necessarily, it will be possible to show that semantic-pragmatic context expansion is accompanied by syntactic context and host-class expansion. (2004, p.33)

¹¹⁸ O romeno é a única língua românica a ter fundido os artigos com os nomes, em razão de os demonstrativos originais terem-se posposto aos nomes.

¹¹⁹ We are now in a position to compare grammaticalization and lexicalization, defined in terms of the process approach. The major commonality is that the two processes have a common point of origin, i.e., the spontaneous and productive combination of lexical items in discourse. They differ in what happens in the next step (s): In lexicalization, only one member of the A-class of items starts to form a unit with the B-element, the syntagmatic context may or may not change, and the semantic-pragmatic contextual changes are non-directional. In grammaticization, on the other hand, the B-element starts to form a unit with a set of A-class items (host-class expansion), the syntagmatic context usually is expanded, and the semantic-pragmatic contextual changes are directional in that they always involve an expansion. (HIMMELMAN, 2004, p.36)

*Wurf*¹²⁰, como um exemplo de formalização de um processo de lexicalização. Por outras vias, Himmelman (2004) acaba por concluir que as lexicalizações não são regidas por regularidade alguma, ao passo que as mutações fônicas e semânticas em curso de gramaticalização obedecem a uma paradigmática¹²¹ relativamente estrita. Por outras palavras, as identidades deixam de existir não com relação às mutações fônicas e semânticas pura e simplesmente, mas por causa do enquadramento categorial. As formas candidatas a gramaticalização aproximam-se das funções reservadas às assim chamadas *palavras gramaticais* e aos *afixos derivacionais e flexionais*. Ao dar-se tal processo, elas tendem a compor um paradigma, ou seja, formam ou conformam-se ao já estabelecido em direção a uma maior regularidade morfossintática e semântica. Ao contrário disso, as formações que se restringem a lexicalizações são semanticamente imprevisíveis, o que lhes confere a sua lexicalidade mais típica.

Frise-se ainda que, no âmbito sintagmático, as formas que entrariam em processo de paradigmática, de modo privilegiado, seriam as adjacentes a uma das macroclasses abertas, ou seja, o substantivo. Essa argumentação, contudo, não é, a nosso ver, inteiramente sustentável, vez que existem formas gramaticalizadas na posição de substantivo e não há indício de que sua gramaticalização se tenha sucedido por ocupar uma posição intra-sintagmaticamente periférica. Nesse caso, o principal revés da vinculação da gramaticalização a uma dependência sintática, em um nível inicial de manifestação, parece-nos, ser a causa de uma insuficiência dessa explicação para dar conta da natureza das proformas em geral.

Maior proveito há, a nosso ver, em considerar gramaticalização a inclusão de itens lexicais em paradigmas gramaticais estabelecidos na língua ou em vias de se estabelecer. Isso significa dizer que a gramaticalidade de uma dada língua não está necessariamente conclusa, vez que novos paradigmas, de regularidade em gestação, podem compor-se, transitando determinados itens de um estatuto de lexicalidade para o de gramaticalidade.

Valhamo-nos, por exemplo, do esperanto para ilustrar a abertura à gramaticalidade. Suponha-se que, como em Esperanto, em português estabelecer-se-á, de modo estritamente regular, um sufixo para a diátese, ou um sufixo para a indicação de lugar. Em esperanto, tais designações são sufixais, respectivamente, por *-ig*, *-iĝ*, e *-ej*. Representam, portanto, formativos flexionais, conquanto, em português não haja correlação possível em razão de não haver regularidade para designação. Em latim, ainda que sem regularidade plena, havia, ao menos, no tocante à diátese, os formativos sufixais da voz ativa e da voz passiva para os

¹²⁰ Originalmente *Wurf* significava, em separado, ‘lance’, ‘arremesso’. Na expressão fossilizada, contraiu a significação de ‘grande acontecimento’, ‘grande sucesso’, ‘grande indivíduo’. Afastou-se, portanto, de sua significação matricial e não constituiu um paradigma regular de formação de palavras.

¹²¹ Ressalte-se que tal paradigmática comporta-se de modo diferenciado nos diferentes sistemas linguísticos.

tempos do *inflectum*. Com relação à designação de lugares, em português, contamos com formações sufixais e basóides (*-eiro*, *-douro* e *-tório* para o primeiro caso e *land-*, *pólis* para o último). Não há, portanto, uma regularização possível. Esse caráter aleatório não permite enquadrar a noção de lugar no quadro de formações gramaticais, diferentemente do que sucede em esperanto. Isso não significa dizer, contudo, que a língua portuguesa não possa ‘regularizar’, isto é, gramaticalizar a noção de lugar, ao construir um paradigma específico formalmente codificado por palavras gramaticais ou afixos derivacionais ou flexionais, conferindo-lhe, então, um estatuto de gramaticalidade. A gramaticalidade, portanto, não é, definitivamente, uma condição fechada¹²².

Percebe-se, portanto, que é o deslocamento de itens lexicais para funções mais regulares da língua, as assim chamadas *gramaticais*, que, naturalmente, dependem do tipo de constituição do sistema lingüístico, o que se pode efetivamente designar como processo de gramaticalização.

Himmelman (2004, p.37) leva em consideração ainda outro ponto problemático para marcar a diferença entre os dois processos: a produtividade ou verbigeratividade. Ele está de acordo com o ponto de vista de que “a gramaticalização envolve um aumento e a lexicalização um decréscimo de produtividade”¹²³. O autor assinala, contudo, que o que cresce ou decresce nos diferentes processos diz respeito a fenômenos diversos:

Entretanto, aspectos diferentes de produtividade são focalizados em cada caso. O decréscimo de produtividade que ocorre na lexicalização refere-se ao fato de que uma dada expressão não é mais ‘frescamente’ agregada de suas partes constituintes em cada ocasião de seu uso.¹²⁴ O aumento de produtividade que ocorre na gramaticalização, por outro lado, pertine ao fato de que um dado padrão de expressão torna-se mais amplamente aplicável, isto é, ele é usado em mais contextos e por um conjunto mais amplo de itens lexicais. Esses dois usos muito diferentes do termo *produtividade*, como também mostrado pela seguinte observação. O aumento de produtividade encontrado na gramaticalização manifesta-se também como um aumento em frequência (uma construção que se gramaticaliza torna-se mais freqüente). Mas frequência é uma não-questão para lexicalização (uma expressão lexicalizada pode ser de igual, maior ou menor frequência do que sua expressão-fonte). Consequentemente, (...) não

¹²² Novamente, para reforçar esse entendimento, do latim para as línguas românicas, gramaticalizaram-se os artigos e os pronomes pessoais de 3ª, uma vez que tais subclasses não existiam em latim. Significa, por conseguinte, que constituíram novos paradigmas, o que comprova a condição de que a gramática, como o sistema em geral, está aberta a novas parametrizações.

¹²³ There is some truth to the claim that grammaticization involves an increase and lexicalization a decrease in productivity. (2004, p.37)

¹²⁴ However, different aspects of productivity are focused on in each instance. The decrease in productivity which occurs in lexicalization refers to the fact that a given expression is no longer ‘freshly’ assembled from its constituent parts on each occasion of its use. The increase in productivity which occurs in grammaticization, on the other hand, pertains to the fact that a given expression pattern becomes more widely applicable, i.e., it is used in more contexts and for a larger set of lexical items. These are two fairly different uses of the term productivity, as also shown by the following observation. The increase in productivity found in grammaticization is also manifest as an increase in frequency (a grammaticizing construction becomes more frequent). But frequency is a non-issue for lexicalization (a lexicalized expression can be of equal, greater or lesser frequency than its source expression). Consequently, (...) there is no strict opposition between grammaticization and lexicalization with regard to productivity. (2004, p.37)

há estrita oposição entre gramaticalização e lexicalização no tocante à produtividade. (HIMMELMAN, 2004, p.37)

A nosso ver, convém acompanhar apenas parcialmente o entendimento de Himmelman (2004). Concordamos no que diz respeito a uma não-restrição da produtividade aos processos de gramaticalização e ao caráter diferenciado. Contudo, parece-nos, que, ao proceder assim, exatamente porque a produtividade se manifesta de forma díspar se sustenta a diferenciação entre os processos. Parece-nos convincente, em primeiro lugar, apresentar uma definição, sumária que seja, de produtividade.

A produtividade está relacionada com a aparição de novos itens típicos do léxico estrito ou da gramática estrita. Nesse sentido, há geração de formas nos dois grupos de itens ou formas do léxico *lato sensu* (inventário geral). A diferença fundamental reside em uma maior limitação de formas candidatas para a gramaticalização, ou de formação de novos paradigmas ou de substituição e recomposição entre as existentes. Vale dizer que a geração de novos paradigmas gramaticais se dá de forma mais restrita, em contraste com a geração contínua de contribuições dos usuários para o tesouro lexical da língua, em sentido estrito. Partilhamos, assim, conforme Lyons (1975), da opinião da tradição:

Vários critérios têm sido propostos para a distinção entre itens lexicais e gramaticais. A mais satisfatória foi formulada por Martinet, Halliday e outros em termos de oposição paradigmática dentro de conjuntos abertos ou fechados de itens alternativos. Um conjunto fechado de itens é um de filiação fixa e normalmente restrita: i.e. o conjunto de pronomes pessoais, tempos, gêneros, etc. Um conjunto aberto faz parte de um grupo irrestrito, indeterminadamente amplo; i.e., a classe de substantivos ou verbos em uma língua.¹²⁵

Discordamos também no que tange a considerar a frequência como um fator alheio aos processos de lexicalização. Muito nos estranha tal posicionamento, porque a idiomatização ou a composição de provérbios ou lexias frasais depende exatamente de uma adoção maciça, a ponto de, em casos específicos, como sucede com a gramaticalização, com repercussões diversas para o sistema, o usuário da língua não ser capaz de recuperar o percurso conotativo original. Em sendo assim, não nos parece admissível desconsiderar de modo tão perempto, a frequência como fator operador de lexicalizações. Ademais, é oportuno mencionar que sintagmas muito usuais modificam sua pauta acentual. Em sendo assim, é mais uma prova de que a frequência de uso traz repercussões claras para a constituição dos processos de lexicalização. Ainda é mister ressaltar que a desvinculação contextual é muito

¹²⁵ Various criteria have been proposed for the distinction of grammatical and lexical items. The most satisfactory has been formulated by Martinet, Halliday and others in terms of paradigmatic opposition within either closed or open sets of alternatives. A closed set of items is one of fixed, and usually small, membership: e.g. the set of personal pronouns, tenses, genders, etc. An open set is one of unrestricted, indeterminately large, membership; e.g. the class of nouns or verbs in a language. (LYONS, 1975, p. 436)

característica dos idiomatismos ou lexiás frasais, o que contradiz frontalmente a afirmação de que a descontextualização seria mais própria de processos de gramaticalização constituídos ou em curso¹²⁶. Finalmente, há estudos comprobatórios de que as palavras gramaticais, tais como preposições, são de uso muito mais freqüente que quaisquer outros itens lexicais.

Para Himmelman (2004, p.37), ao fim e ao cabo, o fator distintivo fundamental entre os dois processos é a generalidade:

(...) gramaticalização sempre envolve um conjunto de itens e leva em direção a uma maior generalidade do elemento que se gramaticaliza (ele se torna compatível com mais e mais elementos da classe A). mudanças na generalidade lexical é o que a gramaticalização e a lexicalização essencialmente têm em comum com relação à formação de classe-hóspede e à produtividade, e, assim, a generalidade lexical é o ponto real de oposição entre gramaticalização e lexicalização.. (2004, p.37)¹²⁷

Ressalvada a crítica já desferida contra a argumentação de que a origem de um processo de padronização gramatical se dá em nível estritamente sintagmático, com a aposição gramatical de um dado elemento gramaticalizável a um substantivo, todo o restante da citação corresponde à teorização corrente sobre a temática de que processos de generalização semântica, ou seja, abstratizações regularizadas ou em vias de se regularizar, decorrentes de escolhas de usos, em função de mecanismos cognitivos de metaforização ou metonimização, respondem pela diferença substancial entre os processos de lexicalização e gramaticalização. Destarte, ainda que haja, e efetivamente há, pontos de superposição entre os dois processos, eles merecem distinção.

Convém assinalar que o autor sob análise pondera que há pontos intermediários entre os processos de generalização lexical e gramatical, de modo que “há uma quantidade de possibilidades intermediárias, isto é, padrões que são mais gerais que uma frase lexicalizada fixada mas menos gerais do que um padrão gramatical típico.”(2004, p.37)¹²⁸ Demonstra, destarte, estar em consonância com paradigmas afeitos ao modelo de protótipos, em que a gradiência e a escalaridade na manifestação dos fenômenos são balizas indispensáveis para a categorização ou para o estabelecimento de qualquer classificação ou taxonomia.

As conclusões fundamentais aditam-se a seguir:

¹²⁶ Com efeito, provérbios ou idiomatismos não se prendem a contextos específicos de uso. Ao contrário, são multigenéricos, na medida em que são usuais em diferentes gêneros de texto.

¹²⁷ (...) grammaticization always involves a set of items and leads towards greater generality of the grammaticizing element (it becomes compatible with more and more A-class items). Changes in lexical generality is what grammaticization and lexicalization essentially have in common with regard to host-class formation and productivity, and thus lexical generality is the actual point of opposition between grammaticization and lexicalization. (2004, p.37)

¹²⁸ (...) there are a number of intermediate possibilities, i.e., patterns which are more general than a fixed lexicalized phrase but less general than the typical grammatical pattern. (2004, p.37)

(...) gramaticalização e lexicalização são ambos processos de convencionalização. Elas principiam de um ponto de origem comum, nomeadamente, a combinação espontânea e produtiva de itens lexicais no discurso, e levam a tipos de expressão convencional, i.e., expressões que são amplamente usadas e partilhadas em uma comunidade de fala e reconhecidas como formas idiomáticas (i.e. peculiares a uma dada língua) de auto-expressão. Nesse sentido, lexemas, idiomatismos, fórmulas de fala e construções gramaticais são todos semelhantes, uma vez que eles são produtos de convencionalização. Na medida em que gramaticalização e lexicalização são ambos processos de convencionalização, não deveria surpreender que eles tenham tanto em comum.¹²⁹

As considerações supra atestam os pontos de convergência ou os fatores de sobreposição entre processos de lexicalização e de gramaticalização. De algum modo, contudo, o autor se mostrou contraditório ao ressaltar a lexicalização como um tipo de convencionalização, dado que negou que a frequência significasse um fator gerador fundamental para a caracterização da lexicalização. A despeito da contradição, estamos concordes com o caráter de sedimentação proporcionada por uma difusão ampliada, o que se denominou de *convencionalização*.

A diferença essencial entre gramaticalização e lexicalização pertence à generalidade lexical. Na lexicalização um conjunto específico de itens é convencionalizado. Na gramaticalização o processo de convencionalização se aplica a um padrão de expressão que consiste, no mínimo, em um item fixado (o elemento que se gramaticaliza transforma-se em um marcador de construção crescentemente geral) e uma classe crescente de itens que entra nesta construção. (2004, p.38)¹³⁰

O autor parece situar, assim, a diferença entre os dois processos, lexicalização e gramaticalização, na constituição de um padrão, o que temos denominado uma paradigmáticação, que se consubstancia por intermédio de uma regularização freqüencialmente construída. Himmelman (2004) não dedica, contudo, maiores considerações a problemas de ordem semântica que julgamos decisivos para compreender a natureza da gramaticalização. A omissão a esse respeito compromete a contribuição do autor para definir uma distinção bem fundamentada entre os dois processos. De todo modo, suas considerações são muito valiosas por explicitar, em primeiro lugar, a negligência conceitual geral com relação à demarcação dos dois processos; em segundo lugar, por desmistificar a aparente

¹²⁹ (...) grammaticization and lexicalization both are processes of conventionalization. They start out from a common point of origin, namely, the spontaneous and productive combination of lexical items in discourse, and lead to conventional expression types, i.e., expressions which are widely used and shared in a speech community and recognized as idiomatic (i.e. peculiar to a given language) ways of expressing oneself. In this sense, lexemes, idioms, speech formulas and grammatical constructions are all similar in that they are products of conventionalization. Inasmuch as grammaticization and lexicalization are both processes of conventionalization, it should not come as a surprise that they also have much in common (HIMMELMAN, 2004, p.38)

¹³⁰ The essential difference between grammaticization and lexicalization pertains to lexical generality. In lexicalization a specific string of items is conventionalized. In grammaticization the process of conventionalization applies to an expression pattern consisting of at least one fixed item (the grammaticizing element which becomes the increasingly general construction marker) and a growing class of items which enter into this construction. (2004, p.38)

hierarquia da metáfora da caixa, que, na verdade, oculta ou camufla insolvências teóricas e tipológicas; em terceiro lugar, por permitir, com a apresentação, principalmente, de definições de lexicalização e das identidades e diferenças entre os dois processos, que se reconheça, em termos próprios para uma categorização funcionalista, a localização dos processos de gramaticalização e lexicalização no léxico; e por admitir a existência de uma diferenciação, ainda que em bases limitadas a uma localização de contexto estritamente sintático do início da gramaticalização. A respeito desse argumento derradeiro, é devido reconhecer que o autor admite, em última análise, a incidência decisiva da frequência e da paradigmáticação como fatores geradores determinantes.

Por outro lado, além dos problemas já mencionados – ênfase demasiada na origem em contextos sintáticos e omissão de considerações semânticas mais específicas –, Himmelman (2004) não discute a possibilidade de processos específicos apresentarem um pendor maior ou menor para a lexicalização, em sentido estrito, ou para a gramaticalização. Talvez porque seu artigo verse de modo genérico, e tal diferenciação compita a análises de línguas específicas. Com efeito, porque não nos parece próprio, mesmo entre línguas indo-européias, postular o enquadramento de determinados processos de formação no âmbito da lexicalização ou da gramaticalização. Seria difícil, por exemplo, comparar o comportamento dos prefixos do alemão com os do português, com a requisição de traços comuns conceituais e funcionais.

As diferenças substanciais de entendimento mostram bem como formativos derivacionais podem ser enquadrados ora no léxico, ora na gramática, por razões convergentes e divergentes.

Carone (2003, p.35) propõe uma divisão inicial de morfemas em lexemas e gramemas. As distinções se firmam com base em critérios semântico, distribucional, fonológico e lexicoproductivo (verbigerante):

O lexema é uma unidade mórfica que implica significados, distribuição e peculiaridades articulatórias. É um pressuposto para a ocorrência de prefixos e sufixos; semanticamente, comporta significados que o relacionam com uma realidade extralingüística. Pode ser uma forma livre (anel, flor, feliz, mês) ou presa (entr-a-r, re-flet-or), ouv-i-nt-e, re-des-cont-a-r). (...) O inventário de lexemas é aberto, podendo sempre ser acrescido de novas criações e aquisições.

Os gramemas, cujo número é limitado, constituem um inventário fechado e estável. Nem todos, porém, têm a mesma natureza e o mesmo comportamento, sendo possível reconhecer diferentes tipos de gramemas. (2003, p.35)

Percebe-se que a autora abraça, explicitamente, segmentações fonológica, morfossintática e semântica aparentemente incontroversa para demarcar o terreno do léxico e da gramática. Fraciona, inclusive, de modo estanque os gramemas. De todo modo, fica muito

bem descrita uma visão divergente da exposta por Himmelman (2004) de determinados lexicógrafos e gramáticos, pois as palavras ditas gramaticais e os formativos derivacionais e sufixais enquadram-se como formas gramaticais ou gramemas. Observemos o quadro montado por Carone (2003, p.35):

Morfemas	Lexemas		
	Gramemas	Palavras gramaticais	Endofóricas
			Exofóricas
	Formas presas	Derivativas (prefixos e sufixos)	
Flexionais (vogal temática e desinências nominais e verbais)			

Quadro 10

Para complementar, os lexemas apresentam maior autonomia fonológica, ou seja, se compõem grupos de força superiores à extensão do vocábulo formal, sempre sua tonicidade determina o comportamento satélite das formas dependentes. Por outra, os lexemas são as bases às quais se adjungem as formas presas derivacionais e/ou flexionais. Além disso, por esse mesmo prisma, na condição de itens hemilexemáticos (noção intermediária entre lexema e lexia), apresentam maior mobilidade tática, o que significa dizer que transitam mais livremente pela sentença, em contraste com a maior limitação das formas gramaticais e com o engessamento intralexical dos formativos de toda ordem. Esse quadro, portanto, não prevê fenômenos de fronteira entre léxico e gramática, ou entre formas gramaticais e formativos gramaticais. Por outras palavras, não contempla os lexemas em vias de se transformar em formas gramaticais, nem as formas gramaticais em vias de se transformar em formativos derivacionais ou flexionais, nem tampouco as conversões de formativos gramaticais em itens do inventário aberto.

Embora não fosse seu intuito distinguir mais clara ou explicitamente entre léxico e gramática, logo após propor o quadro de separação entre lexemas e gramemas, Carone (2003, p.36) trata o que chamou de *gramática* como *léxico*:

O léxico de uma língua pode ampliar-se por empréstimo de palavras de outras línguas. Mas os recursos mais atuantes são internos ao sistema, sempre prontos para entrar em processo e desencadear **a formação de novas palavras**. [grifo nosso] (CARONE, 2003, p.36)

Léxico, para a autora, pode contemplar as bases, a lista circulante de palavras, a que se adjungem os afixos de toda ordem, e os próprios mecanismos de ampliação das virtualidades não necessariamente adotadas ou aproveitadas pelos usuários da língua nas mais diversas variedades de um dado sistema.

Rosa (2000) apresenta também conceitos de palavra, cuja caracterização parece variar em conformidade com a interseção com um e outro componente da estrutura da língua, acaba por definir o léxico, conforme Bloomfield (1933, p.182) como uma “*lista de irregularidades*”. Ela parafraseia essa definição e contrasta léxico e gramática, *ipsis verbis*: “*Faz-se uma lista daquilo que não pode ser captado (ou descrito) por uma regra, porque é excepcional de algum modo. O que pode ser apreendido por regras pertence à gramática.*” (2000, p.88)¹³¹ Léxico, nesses termos, parece simplesmente o acervo circulante de itens hemilexemáticos e suas lacunas opositivas de toda ordem.

Mas ela fundamenta a irregularidade do léxico com base no princípio da arbitrariedade do signo, isto é, não há uma relação motivada entre os signos verbais e seus referentes¹³². Em seguida, a autora menciona que a língua portuguesa tem dispositivos formais passíveis de generalização para indicar o grau dos substantivos. Tal propriedade, por ser generalizável, já que apresenta um rol limitado de sufixos nominais, não comporia o léxico, mas, quando muito, apenas a fronteira entre morfologia e léxico. Nesse sentido, a derivação está excluída da lexicalização em sentido estrito. A variância de formas para a expressão de uma categoria implicaria não uma insubordinação às regras da gramática, mas uma expressão plural. A unicidade morfológica, tida como própria da flexão, representaria um grau mais elevado de gramaticalidade.

Apresenta, em seguida, três noções para definir o léxico, a saber:

Compreender o léxico como o lugar da irregularidade, do que é imprevisível, nos leva a considerar que contém palavras existentes na língua, mas não todas. Os requisitos necessários pedem, pelo menos, que sejam: a) palavras primitivas, que representam a arbitrariedade do signo, como PEIXE, PEDRA; b) palavras complexas que apresentam alguma parte que não é reconhecida pelo falante: se um falante desconhece CAÇO ou uma regra que forme aumentativos em -oila, dificilmente reconhecerá CAÇOILA; c) palavras cujo significado não é deduzível de sua estrutura, como AMÁVEL, por exemplo. Também serão incluídas no léxico expressões idiomáticas cujo significado não se segue de suas partes formadoras: *chutar o pau da barraca* (‘dizer ou fazer tolices’), *tirar uma pestana* (‘dormir’) e assim por diante, como também formas flexionadas irregulares.

O problema demarcatório passa a ser governado pela *irregularidade*, que, cremos, em última análise, servirá, para nós também, para distinguir *léxico* e *gramática* em bases minimamente razoáveis, sem ignorar os problemas que circundam a delimitação. Entenda-se que a regularidade impingida à gramática não é absoluta. Trata-se de uma propensão à regularidade, ou, por outros termos, uma tendência a compor paradigmas, os quais podem se mostrar mais ou menos regulares, com uma morfologização específica ou não.

¹³¹ Essas formas que se cristalizam formal e semanticamente são tipificadas, de um modo geral, por Rocha (2000) como lexicalizações. O referido autor, no entanto, especifica os vários tipos de lexicalização.

¹³² A arbitrariedade do signo é questionável em termos absolutos, porque os sistemas linguísticos conservam pontos nítidos de motivação calcada na experiência com referentes concretos, como as onomatopéias.

É bem possível admitir uma gramaticalização atípica nas cristalizações dos provérbios ou idiomatismos, em função do enrijecimento sintático e semântico. No entanto, a referência dessas construções não assume papéis funcionais em sentido estrutural. Em sendo assim, o enquadramento como uma espécie de lexicalização, que partilha traços similares ao de gramaticalizações (soldagem ou perda fônica, cristalização sintático-semântica), nos parece mais acertado. Parece-nos ainda que as cristalizações frásticas merecem distinções. Assim, os provérbios, os verbos delocutivos ou verbos-suporte e as nominalizações frásticas apresentam graus diferentes de estagnação morfossemântica.

Aduz ainda duas definições que nos parecem elucidadoras de determinados pontos de insolvência: “*O léxico representa o conjunto de palavras que está disponível para a atuação das regras da morfologia. A morfologia lida, portanto, segundo esta visão, ‘com a estrutura interna das palavras complexas potenciais de uma língua’*”. (2000, p.88) Fica clara a demarcação de que os processos derivacionais não devem compor o léxico, conquanto lhe sejam fronteiros e dependentes de suas bases. Portanto, não se compreendem no léxico e nos processos de lexicalização os processos de formação de palavras, mas apenas os seus resultados. É necessário, pois, pensar em um acervo lexical diferenciado de suas condições de produção. As condições de produção compõem o léxico, isto é, as formas resultantes constituem o léxico, mas tais condições geratrizes não representam processos de lexicalização. São processos de gramaticalização com estatuto de gramaticalidade variável. Se mais regulares, flexionais. Se mais irregulares, derivacionais.

A outra definição é a seguinte:

As palavras no léxico – ou lexemas ou, uma vez que pensamos numa lista, os itens lexicais – pertencem a classes abertas, isto é, a classes que, sincronicamente, podem admitir novos membros e apresentam significado lexical. Estamos, portanto, focalizando a interação da morfologia com o léxico como o fundamento da formação de palavras (2000, p.88).

Essa definição, conquanto pareça resolver uma zona penumbrina por um lado, lança sombras por outro, porque gera a pseudo-compreensão de que a gramática se opõe ao léxico porque este é mais produtivo do que aquela. Em termos parciais, contudo, cremos que é aceitável postular que as formas assim consideradas tipicamente gramaticais, quer em nível mórfico (morfemas ou formativos derivacionais ou flexionais), quer em nível lexical (classes gramaticais), sejam menos produtivas que as tipicamente lexicais. Convém, entretanto, refinar esse entendimento, visto que, parece-nos incontroverso, tais formas ou formativos tidos como tipicamente gramaticais não pertencem, sincronicamente, a um inventário fechado. O que nos interessará é definir se há uma regra ou uma quantificação possível do grau de produtividade a fim de postular uma distinção em termos relativos. Em termos absolutos, tal diferenciação não

é sustentável, porque, sincronicamente, reiteramos, as formas e formativos gramaticais se constituem, mormente as formas.

Para sumariar toda a problemática, procuremos enxergar as distinções mais ou menos típicas em um quadro que contemple as diferentes componentes:

	Critério fonológico (fonotático)				Critério morfosintático			Critério sintático	Critério semântico	
	FL	FD	FP	Endófora	Exófora					
	Intercalação inversão inseparabilidade (soldagem) irreversibilidade (inversão contígua)				FL	FD	FP		Endófora	Exófora
Lexemas (item hemilexemático) ¹³³	S	s	n	N	s			Potencialidade de composição de qualquer tipo de sintagma nominal ou preposicional	S	s
Funções das formas gramaticais (proformas nominais, verbais e adverbiais)	S	s	n	N	s			Potencialidade de composição de qualquer tipo de SN ou SP Restrições distribucionais, em termos intraoracionais, com dependência de nomes, verbos e advérbios; em termos interoracionais, restrições táticas.	S	s
Funções das formas gramaticais relacionais (pleri- e proformais)	S	n	S	S	N	S	N	Há restrições mais rígidas de posicionamento das preposições. As conjunções, de modo muito complexo, variam bastante quanto à possibilidade de encabeçamento introdutório ou não de itens simples, sintagmas nominais ou sintagmas verbais.	Apresentam funções fônicas diferentes da referencialidade dêitica ou endofônica.	
Funções dos formativos derivacionais					S	S	S	—		S
Funções dos Formativos flexionais					S	S	S	—		S

Obs: O S ou s e o N ou n, servirão para assinalar, se minúsculo, o uso típico, se maiúsculo, o uso marcado.

Quadro 11

Legenda: FL: forma livre; FD: forma dependente; FP: forma presa.

¹³³ Lexema aqui deve ser entendido como uma noção relativamente assentada conforme a conceituação de Lyons. Não estamos levando em consideração a noção mais abstrata, nem uma noção muito concreta a que se confere, descuidadamente, o termo, mas há uma noção estabelecida por contraste com os itens mais gramaticais, quer de âmbito morfológicamente autônomo (preposições e conjunções), quer de âmbito estritamente intralexical (em uso típico), caso dos morfemas derivacionais e flexionais.

O mais importante a se perceber do quadro 11 é o que se enuncia a seguir. Quando as bases lexicais constituintes do quadro forem pleriformais, isto é, quando dispuserem de carga semântica cheia, inclusive os lexemas, estarão mais próximos do que se chama de léxico em sentido estrito. No entanto, à medida que as pleriformas lexicais transitam, por incidência de mecanismos metafóricos de abstratização, para uma significação mais geral (genérica não apenas no sentido de compor um gênero em sua classe de referentes, cf.3.2.), inclusive o quadro de lexemas ficará mais gramatical. Finalmente, entre os lexemas, se suas bases forem constituídas de significações puramente genéricas, ou seja, proformas nominais, verbais e adverbiais (*proformalidade* entre as classes ditas abertas, ou proformas correspondentes às classes ditas abertas), todo o quadro lexical estará mais próximo da gramática. Significa dizer que todo o quadro se sustenta, mas haverá, para cada função, a depender de as formas empregues para a sua expressão estarem mais próximas do léxico, aqui entendido como bases lexicais semanticamente mais carregadas ou mais específicas, uma maior ou menor gradiência de gramaticalização. Todo nosso esforço, doravante, será o de recompor os quadros 10 e 11 de modo o mais fidedigno possível em relação ao uso. Naturalmente não será exequível, nesta tese, nenhum intento que ambicione esmiuçar cada uma das componentes, categorias e classes da língua.

Importa declarar igualmente que vemos uma relação vertical e horizontal de gramaticalidade entre as classes de palavra. Isto é, em sua duplifestação pleriformal e proformal, a língua se mostra escalarmente mais ou menos gramatical, de modo simétrico e assimétrico, em termos fonológicos, morfossintáticos e semânticos. A apresentação desse quadro será feita na seção referente à nossa proposta de configuração das classes.

1.6.6. O enquadre de processos de formação de palavras como processos lexicais ou gramaticais

Talvez seja mais operacional, sem, no entanto, admitir um regresso à metáfora da caixa, que preconiza uma compartimentação muito bem demarcada, supor que as gramaticalizações, em sentido estrito, são processos de inclusão de formas lexicais entre as assim chamadas *palavras gramaticais* e *formativos derivacionais e flexionais*. São também gramaticalizações os procedimentos recorrentes de organização lexical, muito embora os resultados constituam o léxico, não a gramática.

Importa dizer que temos ciência de que as assim chamadas *palavras gramaticais* não constituem um grupo fechado e estável (a não ser contrastado com as palavras lexicais), nem

mesmo sincronicamente, e, por esse motivo, convém firmar critérios mais bem definidos. Apostamos, então, no cumprimento de funções mais gramaticais, as quais, já sabemos, não são cumpridas privativamente pelas palavras gramaticais ou formativos derivacionais ou flexionais já consagrados. Por outras palavras, itens lexicais que transitem para o âmbito funcional das palavras gramaticais ou formativos compõem gramaticalização. As mudanças semânticas de determinados signos não serão tomadas aqui como gramaticalizações. Nem tampouco os engessamentos sintáticos de lexias frasais ou textuais, as quais, conforme vimos, compõem, as colocações ou univerbações que podem ser tidas como lexicalizações típicas. Ademais, todos os processos derivacionais produtivos na língua serão, aqui, quadrados como expressões de gramaticalização *lato sensu* operante com base nos itens lexicais e mórficos já sedimentados.

Contudo, as formações lexicais originais resultantes do emprego de afixos derivacionais constantes da sincronia de determinada variedade da língua farão parte do léxico, conquanto sua formação seja originária da gramática. Assim, as lexias resultantes de lexicalização estrita, vez que não se subordinam às condições de produção lexical de base derivacional ou flexional, provêm de: 1) neologias semânticas; 2) empréstimos lingüísticos; 3) cristalizações de construções sintagmáticas ou frasais.

O léxico, em geral, portanto, ainda que apresente formações sem obediência a paralelismos sistêmicos, se atender às condições de produção da gramática estabelecida, está sujeito a processos de gramaticalização em sentido amplo. Nesses casos, o léxico resultante é fruto de processos gramaticais, porque está em conformidade com os padrões de formação léxico-gramatical da língua. A parcela do léxico, conforme ilustramos acima, que não se ajustar ou não se acomodar aos expedientes formacionais gramaticais representa processos de lexicalização para a constituição do léxico.

Os tradicionais processos de formação derivacional necessitam, contudo, de considerações específicas, ainda que de modo sumário para esta tese. O que queremos dizer é que os processos tradicionais de formação devem ser separados quanto ao seu enquadramento como formações de lexicalização ou de gramaticalização. Propomos, em primeiro lugar, o quadro 12, a respeito do qual teceremos considerações com vistas a explicar as opções nele firmadas¹³⁴:

Distribuição dos processos de formação de palavras por lexicalização ou gramaticalização

Processos de	Gramaticalização	Lexicalização	Justificativa
--------------	------------------	---------------	---------------

¹³⁴ Nos processos em que não houver subtipos, assinalamos um X para indicar se o processo está mais ao léxico ou mais à gramática.

formação			
Derivação	Prefixal		Opera com processos mais regulares e estáveis da língua, isto é, com elementos indisponíveis para o léxico aberto, a não ser nos casos de nominalizações características da referência de menção e em nominalizações excepcionais. ¹³⁵
	Sufixal		Como a prefixação, opera com afixos indisponíveis, em termos de verbigeratividade ou de produtividade, no chamado léxico aberto, a não ser nos mesmos casos alusivos aos prefixos.
	Parassintética		Desconsiderando as especificidades da parassíntese, apresenta-se regularidade formacional, no sentido de que se vale de afixação prefixal e sufixal.
	Regressiva	Regressiva	Apresenta regularidade relativa na medida em que suas formas resultantes sempre terminam com as vogais temáticas típicas: a , e , e o (falha, saque, emprego). Realmente relativa porque os verbos de uma mesma conjugação podem constituir formas regressivas com vogais temáticas diferentes, conforme o exemplo ilustra. Além disso, não há regularidade de formas deverbais entre os diferentes dialetos da língua, de tal sorte que se formam em uns, em outros não; e podem assumir valores semânticos diferenciados por oposição a formas sufixais de mesma cognção (cf. informe, informação, informativo); (deforme*; deformação; deformativo*).
	Imprópria ou conversão ¹³⁶	Imprópria ou conversão	Poderá ser incluída entre as formações lexicais típicas desde que as conversões transformem palavras gramaticais ou afixos derivacionais e flexionais em nominalizações ou em verbos. E, o contrário sucederá quando formas nominais e verbais cumprirem funções gramaticais.
Composição (fundamentalmente devem ser inseridas em processos de lexicalização porque agregam duas bases léxicas em lugar de uma base léxica ladeada por formativos derivacionais) ¹³⁷		Justaposição	A diferença substancial entre a justaposição, a aglutinação e a lexia complexa diz respeito ao grau de soldagem fonética. A justaposição permite ainda a identificação das palavras primitivas.
		Aglutinação	A aglutinação funde as palavras primitivas, de tal modo que muitos usuários

¹³⁵ Novamente, tenho ciência da complexidade de cada uma dessas unidades mórficas. Por exemplo, somente para os prefixos já se apresentou a noção de prefixóide com vistas a suprir a dificuldade de categorização de itens que se posicionam no início dos vocábulos, sofrem perda fônica, mas apresentam correlatos radicais ou raízes, como *tecno-*, *eletro-*, etc. A designação já intenta contemplar noções intermediárias, que se situam a meio caminho entre um prefixo típico, quase inteiramente indisponível, comumente, para o léxico aberto como *re-*, *a-* ou, mais ainda, por seu uso muito restrito a formações eruditas ou lítero-experimentais, *pen-* e *cis-*, e elementos que, por razões pragmáticas (uso reiterado e perda de materialidade fonética e/ou prosódica), vão assumindo a condição de prefixo.

¹³⁶ Parece-nos que o processo de formação de palavras aglutinogênico ou aglutiniforme mais característico em português é a conversão, vez que esse processo responde pelo trânsito de formativos derivacionais ou flexionais para o âmbito referencial característico dos lexemas. A contração de traços lexicais, no sentido referencial do termo, por elementos mórficos muito gramatizados como formativos derivacionais ou flexionais enseja um questionamento sustentado por data do princípio da unidirecionalidade. Assim, o caráter de irreversibilidade, com todas as implicações possíveis, desse princípio pode ser posto em suspensão ou sob suspeita relativa.

¹³⁷ Essa classificação das composições como processos estritamente lexicalizacionais pode ser turbada pela noção de vocábulo-morfema, uma vez que há itens lexicais que são de tal modo regulares que se comportam como se morfemas gramaticais fossem. Não cremos, contudo, que radicais muito regulares possam ser agrupados como formativos gramaticais porque conservam nítida referência extralingüística, o que não sucede com os gramemas relacionais (conjunções e preposições) e os formativos gramaticais derivacionais e flexionais.

			não se apercebem de que se trata de forma compósita.
		Lexias complexas	As lexias complexas constituem-se de modo diferenciado apenas em razão de uma unicidade referencial inicial, nos primórdios de sua formação. Representariam, contudo, um estágio primitivo de soldagem dos processos composicionais. Em uma escala, do mais coalescido para o menos: Aglutinação – justaposição – lexia complexa
		Lexias textuais/idiomatismos/ provérbios	Distinguem-se por sua proveniência frasal. Representam, no entanto, em muitos casos, construções mais estáveis semanticamente do que aglutinações.
Abreviação		X	Conquanto apresentem perda de massa fônica, não indicam mudança semântica (a não ser que fatores diafásicos sejam levados em consideração), nem se valem de terminações com vogal temática. Apresentam, aliás, a esse respeito, terminação refratária a qualquer sistematização. Essa ausência de predição condiz com seu enquadramento como formação lexical típica. Ex: rebu (rebulição); ju/ juju (jumento).
Acronímia		X	Os truncamentos são junturas tipicamente lexicais, não lidando com os afixos já estabilizados na língua em uso. Algumas formações sofrem processos de adoção e chegam a ser abonadas por obras dicionariais, tais como <i>aprochegar</i> e <i>inteligimento</i> . A maioria, contudo, enquadra-se como <i>nonce words</i> ou <i>happax legoumena</i> , isto é, palavras uniusuais ou oligopragmáticas.
Siglonimização (siglas típicas e siglóides)		X	Não podem ser desprendidas das bases substantivais originais. Portanto, são processos lexicais típicos. Podem, contudo, tornar-se bases para processos gramaticais de formação lexical, tais como <i>udenista</i> , <i>celetista</i> , etc.
Hibridismo		X	Talvez devesse simplesmente ser enquadrado como um tipo de acronímia. Guarda, contudo, traços dos xenismos, vez que sua composição não tornou opaca a percepção de proveniência estrangeira.
Heteronímia		X	Sua formação define o gênero do referente por meios supletivos, ou seja, são bases diferentes que assinalam referentes bissexuados. Diverge, portanto, dos substantivos de referentes sexuados consideráveis regulares pela adjunção de formativos flexionais (o/a) e derivacionais restritos (ês-esa, o-inha, <i>et pauca cetera</i>). Em razão de sua não obediência ao padrão dos formativos flexionais prototípicos ou derivacionais restritos marcadores de gênero de substantivos de referentes sexuados, justifica-se sua inclusão como processo de lexicalização.
Empréstimos lingüísticos, estrangeirismos/ xenismos		X	São importações que sofrem, quando muito, apenas ajustes ao aparato fonético do sistema lingüístico receptor. Não há, portanto, a incidência de processos de formação por meio de palavras gramaticais ou afixos derivacionais ou flexionais.
Neologia semântica		X	Não há adjunção de nenhuma forma gramatical ou afixo derivacional ou flexional. Por outras palavras, não há índices de formas codificadoras de regularidade expressional. Ademais, a sua impossibilidade de predição torna ainda mais característica a sua inclusão como processo típico de lexicalização estrita.

Com base no quadro 12, optamos por inserir entre os processos de gramaticalização, em sentido estrito, todas as formações que contarem com afixos derivacionais e afixos flexionais. As expressões de funções similares às expressas por esses afixos por meio de construções lexicais são expressões candidatas à gramaticalização. Mas somente podem ser consideradas formas alternativas do léxico para essas funções ou candidatas à gramaticalização caso cumpram funções já expressas no léxico por meio de afixos derivacionais ou flexionais. Outros processos como antroponímia (hipocorísticos), abreviaturas, braquismias, não foram levados em consideração por ausência de tempo para um debate mais profundo. De um modo geral, como se pode perceber, a classificação dos processos de formação lexical obedece aos parâmetros da gramática tradicional, muito embora tipos não previstos pelos compêndios estejam listados (acronímia, neologia semântica).

Em culturas em que a metalinguagem se encontra mais difundida, é possível circunstanciar a otimização de processos de formação, em que pode haver maior mobilidade entre os diferentes itens lexicais. Há formações, ainda sobre a conversão, demonstrativas dessa otimização:

- (4) O jornal de quem pensa **ãõ**.
- (5) **Inho** é motoserra.
- (6) **Ãõ** é preservação.
- (7) Fosse ele, o temido Coronel Libório, trazer uma **zinha** pra dentro de casa que a mulher mandava capá-lo no dia seguinte.

Os usos de *êmico* e *ético* na terminologia lingüística mostram a conversão de itens puramente gramaticais em bases para itens lexicais. Esses termos provêm apenas de uma parte dos radicais de *fonêmica* e *fonética*. Representam, portanto, sufixos de radicais secundários. Tais sufixos, contudo, servem de base para a formação de termos técnicos. Significa dizer uma produção inversa à gramaticalização habitual, como as desinências constitutivas dos futuros do pretérito e do presente.

Esse processo de conversão, contudo, a despeito dos exemplos apresentados, não é muito produtivo, se comparados aos processos de expansão de bases estritamente lexicais. A transformação de afixos ou palavras gramaticais em bases lexicais é, portanto, em tese, menos produtiva¹³⁸.

¹³⁸ A definição das línguas em *aglutinantes*, *flexivas* e *isolantes* não representa um impediendo absoluto de comportamentos próprios de um tipo de língua se manifestarem em outro tipo. Trata-se, novamente, de uma preponderância. Em se tratando do português, língua tipificada como flexiva, as conversões apresentadas por último indicam formações características de línguas aglutinantes. Contudo, a produtividade diminuta desse processo não nos permite considerar o português uma língua aglutinante, nem aglutinoide.

Seria convincente igualmente propor, entre os processos aqui considerados mais gramaticais, uma escala de gramaticalidade, que, *mutatis mutandis*, corresponde à escala de unidirecionalidade, como a seguir:

Percurso da unidirecionalidade

palavras gramaticais > formativos derivacionais > formativos flexionais
--

Quadro 13

Destarte, pode-se pensar que o estatuto de gramaticalidade desses itens morfológicos tem regularidade crescente da esquerda para a direita. Naturalmente, é mister ressaltar que tais itens apresentam, em cada macroclasse, comportamento diferenciado, cuja matização compete a análises específicas. Por exemplo, a configuração da macroclasse nominal depende das categorias nominais do *grau*, *gênero* e *número*, mas o gênero apresenta comportamento diverso entre as classes nominais e, mesmo dentro de uma subclasse, manifesta-se de forma diversificada, conforme análise aqui proposta relativamente ao gênero dos substantivos no capítulo 2.

2. Uma teoria das classes de palavras

A psicologia cognitiva fala com frequência da nossa capacidade de pensamento como fundamentada sobre a possibilidade de uma organização categorial. A idéia é que o mundo de que temos experiência é composto de uma tal quantidade de objetos e eventos que, se tivéssemos de caracterizá-los todos e nomear cada um deles, seríamos subjugados pela complexidade do ambiente; por isso, o único modo de não nos tornarmos ‘escravos do particular’ reside na nossa capacidade de ‘categorizar’, isto é, de tornar várias coisas equivalentes, reagrupando objetos e eventos em classes. (ECO, 1998, p.127)

Nunca é demais destacar que nosso intuito é propor uma descrição das classes que se torne mais operacional, sem que implique menoscabo das especificidades das próprias classes em geral e de suas subclasses. Essa operacionalidade, parece-nos, é construída com base na articulação de parâmetros aristotélicos e escalares. Esse princípio epistemológico preside toda teorização erigida nesta tese.

A proposta apresentada no capítulo 4 de uma face semanticamente mais genérica da língua não nos priva de um tratamento mínimo de uma problemática complexa: a definição de palavra e a definição de critérios ou princípios para a organização das partes do discurso¹³⁹.

¹³⁹ Essa distinção corresponde à clássica diferenciação entre as partes do discurso e os acidentes gramaticais, ou aos categoremas e sincategoremas, ou, mais recentemente, aos morfemas lexicais e aos morfemas gramaticais.

Voltamos a advertir de que não consideramos que as classes de palavra organizam-se de modo estanque. Temos procurado mostrar, ao contrário, que as fronteiras não são sempre muito nítidas, principalmente entre determinadas classes (como advérbios e pronomes, ou advérbios e preposições, ou nomes substantivos e adjetivos, ou mesmo entre nomes e formas verbais nominais) em que a partilha de traços é ainda mais intensa. O que se pode depreender dessas considerações é que, ao fim e ao cabo, teremos de abraçar uma proposta de configuração das classes, ainda que admita princípios conflitantes ou insuficientes, na medida em que não se estendam a todos os membros de cada classe de modo sistemático.

O problema assume, não raro, reflexos caleidoscópicos com a geração de impressão de que a angulação revela classificações e não há uma classificação de fundo objetivo. Nesse caso, o problema das classes evidencia a impossibilidade radical de uma apreensão bem compartimentada de seus membros. Essa impossibilidade, no entanto, não nos deve levar a uma desistência absoluta de tipificação. A tipificação é problemática, mas não é tarefa sem préstimo, tanto em termos teóricos como em termos aplicados. Biderman (2001, p.217-229) sumaria as propostas herdadas da tradição greco-latina e, em seguida, apresenta sete propostas modernas de classificação das classes de palavras, além de mencionar, de modo específico, o que denominou de “*os classificatórios do português e a Nomenclatura Gramatical Brasileira*” (2001, p.243-246), com o intuito de sumariar as propostas, em regra conflitantes e destituídas de uma instância de arbitragem para fins pedagógicos ou mesmo acadêmicos, relativas às partes do discurso. Nenhuma dessas propostas apresenta o perfil constante desta tese.

A configuração das partes do discurso sempre interessou à tradição gramaticológica, desde sua fundação, em nossa cultura ocidental, entre os gramáticos gregos. Não há interesse em historiar aqui o percurso das considerações dos gramáticos greco-romanos e medievais. Recorremos a autores contemporâneos e modernos, não exaustivamente, para especular sobre parâmetros e suas respectivas propostas de configuração das classes. Esses parâmetros também são chamados aqui de *categorias*, ou seja, traços tipificadores de um conjunto ou subconjunto de membros de uma dada classe. Conceitos conexos relevantes para determinar a descrição, tais como *palavra*, *paradigma*, *classe*, são discutidos e posições são tomadas. Não nos interessa, portanto, adotar interpretações iconoclásticas, que não contribuam para uma

Aqui adotamos a designação de classes para a série de itens constituintes de um grupo (parte do discurso, categorema)

configuração minimamente razoável, como, por exemplo, a de Perini (1999), a qual será discutida e criticada sucintamente ¹⁴⁰.

O importe fundamental dessa discussão reside em demonstrar o percurso das investigações novecentistas filogenéticas, que, inicialmente, desceu ao nível de unidades intralexicais, mas acabou por reconhecer a operacionalidade da conservação do conceito de palavra, ainda que este último não seja unívoco. Importa declarar ainda que toda a discussão travada ao longo dos segundo e terceiro capítulos não representa a propositura da tese, mas apenas uma propedêutica dela.

2.1. Da palavra ao morfema

Ao se pensar no conceito de palavra, o primeiro esforço é distinguir as acepções circulantes entre os usuários leigos e os especialistas. Para os primeiros, a noção de palavra está intimamente relacionada com a modalidade escrita da língua. Mais especificamente, basta que os itens lexicais estejam separados, graficamente, por um espaço para que constituam uma palavra.

Entre os especialistas, o problema assume contornos, naturalmente, muito mais complexos. Tradicionalmente, a noção de palavra aproxima-se muito das noções leigas, ou seja, a gramática tradicional (doravante GT) vale-se, em alguma medida, de critérios similares aos dos usuários leigos para tipificar as palavras correntes, em razão de a segmentação gráfica assumir muito relevo. Não se pode desconsiderar, naturalmente, que a GT adota uma tipificação das classes fundadas em uma determinada tradição com contribuições específicas da gramaticologia nacional. Concordamos com Rosa (2000, p.92) que a configuração da GT das classes não é acreditável para fins de uma descrição que pleteie maior generalidade e rigor.

Já entre os lingüistas, principalmente os morfólogos, o conceito de palavra se problematiza sobremaneira, vez que aspectos fonológicos, sintáticos e semânticos turbam a possibilidade de uma segmentação simples. Do ponto de vista fonológico, por exemplo, os limites distintivos não são tão nítidos se consideradas as realizações orais, com variações significativas a depender das características do sistema fonético-fonológico e morfossintático de cada língua. As palavras, então, não podem ser apreendidas tão facilmente, apenas pelo

¹⁴⁰ A propósito, teremos oportunidade de discutir os impasses e irresoluções das noções de palavra e de paradigma tais como traçados por Perini (1998) e (1999).

recorte reducionista da segmentação gráfica, que, aliás, oculta problemas e, não raro, arbitra secções ou junções sem respaldo teórico rigoroso¹⁴¹.

A noção de palavra, contudo, padeceu de um progressivo abandono, no decurso do século XX, quer entre os estudos morfológicos estruturalistas, quer entre os gerativistas, a ponto de ceder lugar para as noções de *morfema* e *morfe*, fundadas, em linhas gerais, para os respectivos modelos, em análises distribucionalistas e em Regras de Formação de Palavras e de Análise Estrutural. O estudo da forma, então, passou a observar outros parâmetros, de natureza sintagmática intralexical. A unidade, portanto, de análise de interesse migrou da *palavra* para o *morfema*. A esse respeito, com base em Rosa (2000), quadraremos sumariamente os morfemas e diremos da sua contribuição para a compreensão geral de nosso trabalho. Finda a exposição presente em 2.1., retomaremos a discussão especificamente relativa à *palavra*.

A discussão sobre os modelos de descrição morfológica nos parece indispensável em virtude de as categorias morfologizadas manifestarem-se em âmbito intralexical. Destarte, necessária é tal discussão para descrever de forma minimamente satisfatória as formas por meio das quais se manifestam funções morfologizadas em seu grau máximo de gramaticalidade. Ademais, a tese aqui proposta se estende a todo e qualquer nível de manifestação lingüística, o que se pode atestar inclusive entre formativos derivacionais e flexionais.

2.1.1. O morfema

As dificuldades decorrentes dos estudos de segmentação mórfica resultaram, então, na substituição do foco de análise da palavra para o morfema. A análise centrou fogo na sintaxe intralexical, ou seja, no estudo do comportamento das partes do vocábulo. Conforme a descrição de Rosa (2000), surgiram três modelos de análise morfológica, com base em unidades intralexicais mais abstratas, aspirantes a prover os estudos com maior rigor, a saber: o modelo palavra e paradigma; o modelo item e arranjo; e o modelo item e processo.

Sumariamente, o primeiro modelo não discriminava os elementos mórficos, ou seja, não havia a segmentação intralexical característica dos estudos estruturalistas novecentistas.

¹⁴¹ Referimo-nos a determinadas expressões adverbiais ou preposicionais, que, graficamente, segmentam-se em alguns casos e não se segmentam em outros: embaixo – em cima; depressa – de repente. Naturalmente, o arbítrio dessas decisões de segmentação se reflete por hiper- ou hipossegmentação entre os aprendizes da modalidade escrita. Essas dificuldades e impasses de segmentação, aparentemente surpreendentes para avaliadores ortodoxos, sofreram muita oscilação no decurso da história da língua escrita de língua portuguesa. Os exemplos acima, fruto de arbítrios desprovidos de um princípio geral regulador, são prova do que afirmamos.

Valendo-nos do exemplo das entradas dicionariais gregas para as formas verbais e nominais. Entre os verbos, a forma modelar, a partir da qual se orienta o consulente, é a primeira do singular do presente do indicativo. Ao seu lado, acostam-se as formas do futuro, do aoristo e do perfeito. Entre os nomes, a forma modelar é a nominativa singular, juntamente com a genitiva singular. Elas funcionam como espécies de lexemas, sem haver preocupação minuciosa de discriminar os morfemas flexionais que se acrescentam a bases lexicais verbais ou nominais. Por esse motivo, abundam as listas. A GT recorre a esse modelo ainda hoje, conquanto não de modo exclusivo.

No segundo modelo, *Item e Arranjo*, as unidades mínimas obedecem a um padrão geral de disposição intralexical. Esse padrão discrimina a organização da sintaxe intralexical com base na adjunção de morfemas flexionais ao morfema lexical. As unidades mínimas são os morfemas que se identificam por meio da substituição ou comutação. O cruzamento do eixo das sucessões com o eixo das equivalências, isto é, o eixo sintagmático com o paradigmático, permite a identificação das formas e das funções mórficas mínimas. Esse expediente se coaduna perfeitamente com a perspectiva estruturalista de que o sistema funcional se rege por meio de oposições estruturais. Vai ao encontro, portanto, da própria noção de *valeur*, de Saussure. O contraste, por conseguinte, entre as formas é determinante para a verificação do estatuto de cada morfema. Suas identidades e diferenças dentro de cada vocábulo determinam sua identificação morfêmica.

O terceiro modelo, *Item e Processo*, compõe uma análise mais abstrata, por meio da qual as lacunas das lexias são teoricamente sanadas por meio de procedimentos abstratos de regularização. Desse modo, as formas teóricas suprem as eventuais insuficiências morfológicas concretas. O contraste digno de nota é que no modelo anterior, *Item e Arranjo*, recorre-se muito mais a formas correntes, isto é, às lexias, ao passo que, no modelo *Item e Processo*, as formas mais abstratas são validadas, ou seja, os lexemas. As lexias, neste modelo, são explicadas à luz de processos de regularização, conforme supradissemos. As lexias, as ocorrências portadoras de afixos derivacionais e flexionais, são transformações ou manifestações da multiface concreta do lexema abstrato.

2.1.1.1. A definição de morfema e os seus tipos

O morfema, entre os lingüistas novecentistas, passou a representar a unidade mínima de análise mórfica. Sua definição fundamental conjuga forma e sentido irredutíveis e a sua

combinatória intralexical. Contudo, a delimitação das unidades mínimas não transcorre sem percalços, de tal modo que os morfólogos, de qualquer perspectiva, não distinguem sempre nitidamente o âmbito morfológico e o sintático. Biderman (2001, p.133) conceitua-o assim: “(...) *uma seqüência fonológica recorrente tendo um significado constante.*” Ressalte-se que tal seqüência deve ser abstrata, porque, concretamente, os morfemas podem ser variações, que respondem pelo fenômeno da alomorfia.

Fundamentalmente, os morfemas se bipartem em radicais e afixos. Os primeiros, considera-se, pertencem a um inventário aberto, por portarem significado lexical, e os últimos a um mais restrito, por portarem significado mais gramatical. A tipologia de morfemas para a definição do comportamento dos constituintes da sintaxe intralexical varia conforme o autor. Podem ser agrupados da seguinte maneira: **aditivos** (radicais, afixos em geral (prefixos, sufixos, infixos, circunfixos); **reduplicativo** (muito comum no fenômeno conhecido como redobro em grego e latim, em determinadas formas verbais do pretérito); **alternativos ou suprafixos** (alteração da qualidade ou quantidade de vogais ou consoantes, com mudança de acento ou de tom), respondem pelos fenômenos incidentes em português da apofonia (alteração da vogal de um dado radical em razão do prefixo) e da metafonia (alteração do timbre da vogal do radical em formações de feminino e de plural)¹⁴²; **cumulativos**, representados por morfemas que codificam mais de uma categoria simultaneamente, como os sufixos verbais de segunda pessoa do pretérito perfeito, que indicam as categorias número-pessoais e modo-temporais; **zero**, uma noção que não tem acolhida unânime entre os lingüistas, em razão de pressupor, no caso da análise do estatuto das vogais dos nomes masculinos (o,e), uma definição de gênero imanente que desconsidera a possibilidade de desinência de gênero para os substantivos masculinos. O zero também seria criticável por transformar-se em um dispositivo vulgarizado por explicar toda e qualquer potencialidade de formação mórfica não atualizada na superfície lingüística; **subtrativos**: são morfemas que sofrem uma perda fônica para marcar uma oposição funcional.

Naturalmente, o funcionamento dos morfemas para atender à conceituação de Biderman (2001) não é simples, porque, mesmo em uma língua flexiva¹⁴³ como o português,

¹⁴² A metafonia também pode ser classificada como um morfema **redundante**, isto é, ela pode indicar mudança de gênero ou número nominal juntamente com determinantes marcadores de gênero e desinências de gênero (quando for o caso).

¹⁴³ Convém mencionar o que Camara Jr declara a respeito dos sufixos flexionais: “(...) *os sufixos flexionais são em número relativamente pequenos em português. Acrescentemos que só se encontram entre os nomes e os verbos, a rigor*”. Com efeito, não há em português, terminações específicas regulares para assinalar outras classes de palavra. Conforme expomos no capítulo 3, seção 3.4., os nomes e os verbos e seus correlatos proformais estão sujeitos aos mecanismos de formação derivacional ou flexional, ao passo que as demais

os morfemas não guardam relações forma-função rígida, a não ser, arriscamo-nos a declarar, entre as formas verbais, em que parcela de suas categorias são expressas por morfemas gramaticais muito estáveis, se contrastados com os morfemas gramaticais das formas nominais. Referimo-nos aos morfemas indicativos de tempo, modo, número e pessoa, não os de voz e aspecto (não expressos tão bem definidamente em português, como, por exemplo, em grego, latim ou esperanto, principalmente no tocante aos morfemas marcadores de voz). Essa discussão, contudo, será retomada aquando da definição das macroclasses no capítulo seguinte.

Estamos, certamente, deixando de mencionar problemas teóricos referentes a essas noções, mas nosso trabalho não pretende vistoriar e inventariar, de modo minudente, as teorias morfológicas, a não ser que no que compita à área que nos interessa para nossa propositura teórica fundamental. Ademais, em concordância plena com Rosa (2000, p.69):

O redimensionamento do conceito de morfema significou retirar dele o papel central na análise morfológica. Na busca de explicação para a **competência lexical** (grifo da autora) dos falantes, o que passa a ser necessário não é o estabelecimento de listas de elementos mínimos, mas a resposta a questões acerca de que palavras os falantes podem formar, que tipos de palavras, novas ou antigas na língua, são capazes de analisar, que relações estabelecem no âmbito do vocabulário. (2000, p.69)

A principal crítica reside na exigência, na morfologia lingüística novecentista clássica, de uma relação biunívoca entre forma e sentido entre os morfemas. Assim, a suposição original de que para cada morfema flexional haveria uma contraparte de significado foi abaulada severamente. Essa relação, conforme já mencionamos, é assimétrica em nível lexical, com a concepção tradicional clássica de palavra intuitiva e pré-teórica, mas em nível intralexical igualmente. Para efeito de ilustração, basta pensar em qualquer categoria nominal e verbal, cuja expressão semântica não é exclusiva de morfemas flexionais ou categoriais, ou ainda derivacionais. Por exemplo, para expressar noções modais, a língua portuguesa não provê apenas a categoria do *modo verbal*, expressa cumulativamente ou não por determinadas desinências ou sufixos verbais. Outro exemplo, para indicar a primeira pessoa, em português, há os sufixos pessoais verbais: *o* (amo); *i* (amei); *e* (ame); *Ø* (amava, amara, etc)¹⁴⁴. Assim, o

proformas, em razão de seu estatuto de gramaticalidade maior, ainda que pleriformas, não apresentam alteração mórfica rígida pelas formações derivacionais ou flexionais nem referência extralingüística.

¹⁴⁴ Naturalmente essa classificação poderia sofrer ainda questionamentos. Por exemplo, por que não houve inclusão do ‘e’ da terminação da forma ‘amei’, se é privativa dos verbos da primeira conjugação? Em lugar de se classificar o ‘e’ como alomorfe da vogal temática, ele poderia ser classificado como parte integrante da desinência número-pessoal de primeira pessoa do pretérito perfeito privativa dos verbos da 1ª conjugação. Poderia ainda ser questionado o estatuto de desinência número-pessoal do ‘e’ do subjuntivo, o qual serviria tão somente para indicar as desinências modo-temporais. No entanto, a contra-argumentar, se são morfemas privativos de tempo e modo da 1ª conjugação, como não lhes imputar mais de uma classificação? Mais, se as

paradigma da primeira pessoa apresenta várias expressões mórnicas. Por outro lado, uma mesma expressão mórnicica pode ter diversas funções, como o sufixo verbal *-ste*, que cumula a indicação da 2ª pessoa do singular, do pretérito perfeito, do modo indicativo. Uma mesma forma pode manifestar ainda diferenças derivacionais ou flexionais, como no caso de *derrube*. Nesse caso, ressalte-se, há uma alteração paradigmática, porque não se trata da mesma classe de palavra. Nessa forma, o *-e* final pode ser uma vogal temática nominal (formação deverbal) ou uma desinência número-pessoa e modo-temporal cumulativamente da forma verbal do presente do subjuntivo.

Essa assimetria complexa na relação entre as formas e suas funções, levou os morfólogos a proporem novas categorias para explicar o seu comportamento heterogêneo. Os morfemas passaram a ser bipartidos em **formativos** e **expoentes** (ROSA, 2000, p.71). Os formativos respondem pelo comportamento formal, as alterações fonológicas relativas às raízes e afixos. Os expoentes respondem pela estrutura semântica distinguidora de raízes e categorias gramaticais.

Ao fim e ao cabo, essas problematizações reabilitaram as discussões relativas à palavra, a ponto de surgir uma distinção da morfologia centrada na palavra ou lexema, e uma outra fundada em morfemas (constituintes intralexicais).

Essas noções basilares vão sustentar considerações sobre as classes a seguir e, principalmente, sobre as proformas em geral e a categoria que lhe dá sustentação, a proformalidade.

2.1.1.2. Morfema e morfe

Cabe ainda uma diferenciação entre unidades puramente morfológicas mais abstratas e sua atualização lexical. Os morfemes correspondem à contraparte atualizada e podem compactar-se em uma única unidade morfológica. Assim, por exemplo, nas formas contratas de preposição e artigo, *no*, *pelo*, há uma junção fonética que gera a impressão de uma única forma, como em (8), ou a sobreposição de dois morfemas em um, como em (9):

- (8) - **Pelo** o que o senhor falou, a informação tecnológica não tem só um valor científico, tem também um valor econômico.
- (9) Um dia meu pai não teve condições de ir **à** reunião e eu fui representá-lo. (Brasil/Oral)

classificações se ajustam às conceituações e aos dados lingüísticos analisados, torna-se difícil restringir a tipificação a um quadro restrito.

Biderman (2001, p.130) conceitua morfes como “*variantes mórficas, ou alomorfes, do mesmo morfema.*” E conclui, em seguida, a respeito da relação entre morfemas e morfes: “*Estamos considerando, portanto, a noção de morfema como um conceito teórico que se manifesta concretamente na forma de morfes.*”

Essa distinção é cabível no quadro geral dos estudos estruturalistas, que, a propósito, sugeriu distinções êmicas e éticas para as componentes lingüísticas, como *semema*, *tagmema* e mesmo para signos extralingüísticos, como *gustema*, *comportamentema*, ou *movimentema*, conforme nos instrui Crystal (1973, p.186). Trata-se de uma correlação assídua, ao se investigar um dado fenômeno, entre uma noção mais geral, mais sistêmica e abstrata, uma noção, portanto, *êmica*; em confronto com sua correlata noção mais específica, plural e concreta, portanto, *ética*.

2.2.As noções de palavra: reconhecimento e refinamento conceitual e operacional

A respeito da palavra gráfica, já tecemos considerações introdutórias a questionar sua valia para as investigações lingüísticas. O percurso de formação da corrente ortografia não nos interessa descrever aqui. Contudo, convém mencionar que é eivado de arbítrios, o que, conforme mencionamos, explica diferenças ortográficas em uma mesma língua românica ou entre línguas românicas diferentes¹⁴⁵. As oscilações gráficas eram constantes e, atualmente, servem tão somente para fixar um padrão entre os membros pertencentes a uma mesma comunidade lingüística letrada. Passemos, então, às noções mais interessantes para a descrição lingüística. A orientação discricionária adotada aqui segue o mesmo percurso de Rosa (2000).

Perini (1999, p.27) opta por estabelecer a distinção entre item lexical em uso como *palavra*, e seu correspondente abstrato como *paradigma*.

Biderman (2000, p.167) opta por um emprego terminologicamente mais minucioso, que nos parece de tal modo oportuno que, doravante, vamos empregar, privilegiadamente, esses termos. Por isso, em lugar de *palavra*, prefere *lexia*, isto é, para a palavra mais concretamente localizável; e, para a sua contraparte mais abstrata, que se serve da analogia da *forma de citação*, vale-se da designação de *lexema*. A razão aventada pela autora é, como

¹⁴⁵ Em português, em contraste com o espanhol, os pronomes oblíquos, quando em posição enclítica, são separados por hífens, ao passo que em espanhol são grafados juntos.

dissemos, a impressão de um caráter científico a esses referentes. Em suma, em lugar do par palavra/vocábulo, a autora adota o par lexia/lexema. Interessa também assinalar a distinção firmada pela sobredita autora entre *léxico* (estoque de lexemas de um dado sistema lingüístico) e *vocabulário* (conjunto de lexias coletadas de realizações idioletais ou dialetais).

2.2.1. A palavra fonológica

A primeira observação digna de nota diz respeito ao confronto desse ponto de partida de análise com relação a outros níveis de investigação. O vocábulo formal de Camara Jr. (1997, p.69) gera dois problemas fundamentais: 1) o vocábulo fonológico pode compreender dois ou mais vocábulos formais; 2) um vocábulo formal pode abrigar mais de um vocábulo fonológico.

Para o primeiro caso, basta citar os clíticos em geral, artigos, preposições e pronomes oblíquos¹⁴⁶, que se tornam formas apenas fonologicamente, o que as destitui, do ponto de vista fonológico, de autonomia vocabular.

Com relação ao segundo caso, há afixos, prefixos e sufixos, que guardam autonomia acentual, de tal modo que, em termos fonológicos, funcionam como vocábulos à parte. Observem-se os exemplos:

Afixos prefixais:

(10) **Pró**-candidatura

(11) **Pós**-mandato

Afixos sufixais:

(12) Candida**mente**.

(13) Personal**íssimo**

Essa dificuldade gera problemas classificatórios morfológicos. Para os prefixos, surgem noções como prefixóides, com vistas a distinguir dos prefixos presos, prefixos com formas dependentes correlatas e prefixos semanticamente nulos¹⁴⁷. De todo modo, o comportamento fonológico autônomo desses morfemas geraria muitos impasses

¹⁴⁶ É bem verdade que essa dependência fonológica dos clíticos pronominais é mais característica do português europeu.

¹⁴⁷ Curiosamente, em nível intralexical, há um esvaziamento semântico de morfemas intralexicais. À guisa de ilustração, observem-se o caso do prefixo protético *a-*, cujo valor semântico, ao menos em determinadas ocorrências é nulo pelo contraste com formas de emprego concorrente; e a raiz *-ceb*, que, sincronicamente, não carrega qualquer significação. Isso provaria que o esvaziamento semântico pode suceder em nível intralexical, conquanto não haja um comportamento parelho com o que sucede em nível lexical ou frasal.

classificatórios em cotejo com abordagens que partam da sintaxe ou da morfossintaxe. Para nossa análise, a palavra fonológica não será levada em consideração, a não ser em aspectos ocasionais relevantes para o entendimento do comportamento de proformas pronominais. Por exemplo, há diferenças entoacionais das proformas pronominais que determinam um estatuto semântico-pragmático diferente. Se não-marcadas, apresentam atonicidade; se marcadas, contudo, adquirem contornos entoacionais próprios de itens lexicais portadores de autonomia fonológica.

Convém mencionar, respeitante a esse critério, com base em citação de Carone (2003, p.34):

A forma dependente é um vocábulo formal que não é vocábulo fonológico, mas o conjunto é apenas um vocábulo fonológico, mas o conjunto é apenas um vocábulo formal. Quando os elementos do composto se aglutinam, dá-se o encontro: passam a coincidir vocábulo fonológico e vocábulo formal. (CARONE, 2003, p.34)

Fatores fonológicos são determinantes para marcar diferenças de classes de palavras, como a *intensidade*, observem-se os exemplos a seguir:

(14)- O que escrevi em O jogo (diário esportivo) e repeti no **Sabiá** (jornal da Casa do Brasil de Lisboa).

(15)Na formulação da Constituição foi tomada a **sábria** decisão de incluir um artigo.

(16)Eu **sabia** que o basquete tem um tempo limitado e que eu precisaria ter outra atividade.

A distinção das classes em jogo, *substantivo*, *adjetivo* e *verbo*, é marcada pela diferença de intensidade silábica. Destarte, importa para a delimitação filogenética das classes o acento. Porém, os fatores de ordem fonológica intervenientes para a configuração filogenética das classes não serão aprofundados nesta tese.

2.2.2. A palavra sintática

Cumprir advertir, em primeiro lugar, que nesse nível não há preocupação em determinar as regras regentes da sintaxe intralexical, quer no tocante à morfologia flexional, quer no que concerne à morfologia derivacional. Sintaxe, nesse caso, não significa um princípio ordenador geral da língua, nos termos postulados por Apolônio (*apud* NEVES, 1987).

A sintaxe se vale de unidades lexicais cuja apreensão independe da definição racional e explicitamente satisfatória de suas subunidades. É bem verdade que as classificações sintáticas são auxiliares para as definições de classe, mas não necessitam de informações intralexicais para operar taxionomicamente. À sintaxe, em sentido mais estrito, importa determinar a

distribuição lexical possível. Por outras palavras, ocupa-se de definir as regras de ordenação das frases, sentenças ou enunciados.

Não há, contudo, um desprezo do léxico, em sentido lato. O léxico é a matriz das distribuições sintáticas de toda ordem. Mas o léxico que importa não alcança os níveis de uma sintaxe infrafrástica. Trata-se, assim, da hipótese lexicalista, em torno da qual trabalhos de linhas de investigação bem diferentes têm sido construídos. À guisa de ilustração, Dik (1997) e outros funcionalistas acolhem a hipótese lexicalista. Seu arcabouço de descrição pragmático-semântico-sintático parte do léxico. Os autores de orientação gerativista também se valem de uma estruturação lexicalista para a definição da organização frástica. O que os funcionalistas denominam *projeção argumental*, os gerativistas chamam de *subcategorização*. De todo modo, convergem no que diz respeito à hipótese lexicalista. As implicações das teses são, naturalmente, bem diferentes.

Importa assinalar que se estabelece uma distinção fundamental entre níveis de análise. Os estudos sintáticos entendem, portanto, que há uma ordenação em nível frástico diferente da ordenação dos constituintes intralexicais. A sintaxe supralexical não pode ser, portanto, estudada com base nos mesmos princípios que governam a sintaxe intralexical.

A fundamental diferenciação entre a sintaxe frástica e a sintaxe intralexical é a diferença de mobilidade entre os seus constituintes. A mobilidade sintática frástica é muito maior do que a mobilidade intralexical. Há gramaticalização da ordenação frástica, sem dúvida. Para tanto, basta refletir sobre a alteração da ordem preferida do latim (supostamente língua de ordem livre)¹⁴⁸ para as línguas românicas. Houve uma mudança de mobilidade sintática, concomitante à perda do caso entre os nomes. Há, portanto, gramaticalização em nível frástico. Porém, a fixidez ou as restrições de âmbito frástico não são restritivas tais como as de âmbito intralexical. Os sufixos não podem antepor-se às bases lexicais da mesma forma que um complemento com relação a um dado termo predicador.

Acresce-se o problema das possibilidades combinatórias. Entre os morfemas intralexicais, há possibilidade de construção de novos vocábulos a partir de arranjos dos morfemas derivacionais e flexionais, contudo essas possibilidades são finitas. Diferentemente das possibilidades combinatórias entre os constituintes frásticos que não têm limite. Em suma,

¹⁴⁸ Observe-se o comentário de Bourciez (2000, p.20): “Como as flexões eram suficientemente claras e significativas por si mesmas (§ 12), é evidente que em princípio os vocábulos podiam se suceder em qualquer ordem, segundo as variações do pensamento que se pretendesse exprimir ou o encadeamento que se desejasse marcar no discurso. Todavia, certos hábitos de construção prevaleceram e o uso ordinário em latim era colocar o complemento antes do termo completado (*vincendi cupidinem*), o que é, aliás, uma característica das línguas denominadas sintéticas.”

a sintaxe intralexical não importa para a apreensão dos mecanismos atuantes na sintaxe frástica.

No entanto, há zonas de fronteira, em que as informações sintáticas somente são garantidas por meio de morfemas flexionais. A esse respeito, Rosa (2000, p.82) afirma:

Podemos entender que a formação de palavras está em interação com o léxico; a flexão, por sua vez, representa a interação entre a morfologia e a sintaxe, ou morfossintaxe. Por conseguinte, nossa asserção acerca de a sintaxe ser cega para a estrutura da palavra, para não ser facilmente falsificada, necessita de um ‘ajuste’ que distinga os processos flexionais daqueles que formam vocabulário na língua.

A linha divisória entre a flexão e a derivação, conforme tivemos oportunidade de ilustrar na seção anterior, não é sempre muito nítida. Há, com efeito, cremos, sedimentações mais compactas que respondem por afixações de caráter, aparente ou parcialmente, flexional na língua portuguesa. Contudo, tais morfemas afixionais não respondem, de modo inequívoco, por uma distinção entre gramaticalizações flexionais, ou derivacionais, ou ainda lexicais.

Acerca desse ponto, Lyons (1977, p.378) igualmente teoriza a respeito das relações entre os morfemas intralexicais, os lexemas e as formas correlatas concretas dos lexemas, as lexias, em nível frástico:

Não há língua humana, podemos estar certos, que seja totalmente supletiva em sua estrutura morfológica. Mas seria suficientemente fácil construir uma. Tudo que teríamos de fazer seria apanhar palavras morfossintáticas do inglês e o conjunto de formas de palavras reais e mapear o primeiro conjunto sobre o último aleatoriamente. Uma instantânea reflexão mostrará que poderíamos ainda referir cada lexema por meio de uma forma de citação convencional (a forma singular para substantivos, a forma infinitiva para verbos, etc), mas não haveria razão para chamar a forma de citação de uma raiz ou pensar nela como parte constituinte ou subjacente de outras formas de um mesmo lexema. O fato de não haja língua que seja totalmente supletiva desse modo pode sem dúvida ser atribuído a um conceito de eficiência semiótica. É fácil ver que um sistema lingüístico desse tipo seria difícil para crianças aprenderem e impor uma carga considerável sobre a memória. Mas isso não justifica nossa exclusão, em princípio, da possibilidade de haver tal sistema lingüístico; e a contemplação da possibilidade não realizada revela um pouco mais claramente a natureza da relação entre morfologia e sintaxe nos sistemas lingüísticos com os quais estamos familiarizados. (1977, p. 378)¹⁴⁹

A noção de supletividade, neste caso, refere-se aos casos de lexicalização do vocabulário das línguas naturais, por exemplo, quando há uma mudança de radical para

¹⁴⁹ There is no human language, we can be sure, that is totally suppletive in its morphological structure. But it would be easy enough to construct one. All we would have to do is to take the morpho-syntactic words of English and the set of actual word-forms and to map the former set onto the latter set at random. A moment's reflection will show that we could still refer to each lexeme by means of a conventional citation-form (the singular form for nouns, the infinitive form for verbs, etc.), but there would be no reason to call the citation-form a stem or to think of it as being part of, or as underlying, the other forms of the same lexeme. The fact that there is no language that is totally suppletive in this way can no doubt be accounted for in terms of some concept of semiotic efficiency. It is easy to see that a language-system of this kind would be difficult for children to learn and would impose a considerable burden upon memory. But this does not justify our excluding in principle the possibility of there being such a language-system; and contemplation of this unactualized possibility reveals a little more clearly the nature of the relationship between morphology and syntax in the language-systems with which we are familiar. (1977, p.378)

indicar possibilidades referenciais dentro do mesmo campo semântico. Em lugar de ser utilizada a mesma matriz ou base lexical, emprega-se uma outra. Um exemplo simples de *supleção* nos termos de Lyons (1977, p.376) são os adjetivos correlatos e as suas formas comparativas e superlativas supletivas herdadas do latim:

Adjetivo	Bom	Mau	Grande	Pequeno
Forma comparativa	Melhor	Pior	Maior	Menor

Quadro 14

O uso de formas supletivas representa uma quebra de padrões mais gramaticais, ou mais abstratos, de expressão referencial. O autor argumenta que essas gramaticalizações representam meios de economia lingüística, o que nos parece sensivelmente razoável, vez que, não fosse assim, todas as categorias teriam de ser expressas por meio de morfemas lexicais e não por intermédio de um sistema heterogêneo, que combina expressões categoriais por meio de morfemas gramaticais e lexemas.

2.2.3. A palavra para a morfologia e a morfossintaxe

Rosa (2000, p.83) distingue três noções circulantes para o polissêmico termo *palavra*: 1) forma de palavra; 2) lexema; 3) palavra morfossintática ou gramatical.

Para a primeira noção, forma de palavra, empresta uma natureza fônica, vez que a define como uma “*seqüência sonora*” (2000, p.83). No bojo dessa noção de espectro fonológico aninham-se tanto as noções de Bloomfield (1984) de formas livre e presa, assim como a noção complementar de Camara Jr.(1989) de forma dependente¹⁵⁰. Em suma, com essa acepção, o foco da identificação e classificação de palavra centra-se nas relações de fonotática, ou seja, no grau de mobilidade sintática definida com base em parâmetros fonológicos. A noção sintática empregue para esse entendimento abarca unidades infrafrásticas. Implica, portanto, uma noção mais ampla de sintaxe.

Para a segunda noção, lexema, Rosa (2000, p.83) recorre a uma analogia entre a conceituação de unidade lexical abstrata e **forma de citação**¹⁵¹. A forma de citação é uma

¹⁵⁰ A discussão a respeito dos critérios de Camara Jr. (1989) para definir o caráter de formas livre, presa e dependente será apresentada, de modo mais sistemático, na seção das proformas pronominais, aquando da discussão das restrições sintáticas das referidas proformas.

¹⁵¹ Lyons adverte, de modo muito claro, que a forma de citação não deve ser, de modo algum, confundida com a noção de *lexema*. Esta última é muito mais abstrata. A *forma de citação* é uma eleição, culturalmente convencionalizada por meio de obras dicionariais, para indicar um paradigma de classe de palavra. Não representa, contudo, a noção mais abstrata que se deve enxergar no termo *lexema*. A *forma de citação*, enfim, funciona como uma espécie de protótipo a fim de concretizar a percepção de um paradigma, mas, ela própria, não representa a matriz abstrata desse paradigma. Indica apenas que há um paradigma e que há uma fonte geratriz cuja origem última, de tão abstrata, não pode ser apreensível a não ser por meio do expediente da eleição de uma

entrada dicionarial, que também pode ser chamada de *lema* ou de *verbete* (uso mais difundido), conforme a preferência terminológica. O lexema representa as virtualidades de um dado paradigma lexical. Para ilustrar esse modelo de cada unidade lexical abstrata, o lema encaixa-se muito bem, porque, ao consultar o significado de uma forma verbal ou nominal em um dicionário, o consulente não procura, necessariamente, a forma concreta, mas a considerada mais representativa. Nos dicionários de língua portuguesa, as formas eleitas para representar o paradigma verbal são as formas infinitivas. Assim, o dicionário de língua não informa as formas conjugadas de um dado verbo, mas tão somente a forma infinitiva. O consulente, então, identifica o significado por meio de uma entrada geral, não a partir da forma geradora de sua dúvida. Trata-se, portanto, de um significado modelar, com base em um aparelhamento cognitivo prototípico, a informar o interessado da significação das realizações concretas, as *lexias*.¹⁵²

Cumpramos, contudo, advertir que, não raro, o termo *lexema* é usado indistintamente para referir o modelo de formação de um dado paradigma e as ocorrências individuais deste paradigma. Exemplarmente, o termo *lexema* pode ser empregado para referir o verbo *cantar* (como unidade abstrata do paradigma conjugacional desse verbo) e as suas ocorrências particulares (canto, cantarei, cantaste, etc).

Biderman (2001, p.170), por exemplo, relata que unidades lexicais como “guarda-roupa”, “antes de ontem”, “de sorte que”, “tirar o pai da força”, embora constituam uma unidade de significação, ainda são classificadas indevidamente na língua, ou como *lexias* compostas (hifenizadas), ou como *lexias* complexas (sem hífen), quando deveriam ser categorizadas como *lexias* simples. Essa inadequação ocorre, segundo a autora, por influência da grafia. Biderman (2001) diferencia também *lexema*, *lexia* e *lema*. Enquanto *lexema* é uma entidade abstrata (por exemplo, “menino”), *lexia* é toda manifestação concreta do *lexema* em um contexto (por exemplo: menino, menina, meninos, meninas) e *lema* é a forma canônica (sem flexões) do *lexema* no dicionário.

À morfologia caberá um papel de importância variável em conformidade com o tipo de língua em apreço. No tocante ao português, parece-nos incontroverso que a morfologia ocupa um papel central por se tratar de uma língua flexiva. Muito embora em contraste com o latim,

forma prototípica entre as formas possíveis correntes constituintes de um mesmo paradigma ou classe. A **forma de citação** é um representante do *lexema*, que, em última análise, não pode ter representação ou substância formal concreta.

¹⁵² Naturalmente o consulente deve conhecer as diferenças entre a forma infinitiva e as formas flexivas conexas sob pena de o dicionário de língua não lhe trazer nenhum préstimo para sanar suas dúvidas quanto ao significado das *lexias* verbais conjugadas.

o português apresente uma morfologia simplificada, trata-se de uma língua de morfologia rica, mormente em determinados paradigmas ou classes.

Perini (1998, p.02) identifica problemas classificatórios ao reconhecer funções nominais ou adverbiais entre formas tidas como verbais, respectivamente, *correr* e *correndo*. Ademais, confronta lexias e lexemas, de modo que enxerga um impasse entre os níveis de análise. Qual deve ser focado: o âmbito das realizações ou das virtualidades léxicas?

As perguntas são instigantes, mas, parece-nos, não são tão enigmáticas. A primeira pode ser respondida com a noção de prototipia aplicada às classes de palavra, ou partes do discurso. Na verdade, as classes, conforme já dissemos no decorrer desta tese, não conservam fronteiras rígidas, nem resistentes, nem mesmo entre os formativos infralexicais. Isso não representa, contudo, impediante radical para a manutenção da identidade de cada classe, ou mesmo dos formativos derivacionais ou flexionais. Bastaria reconhecer que são lexemas ou gramemas confinantes com uma margem de interseção ocasionalmente volátil. Ora mantêm uma relação hierárquica, de constituência; ora equiparam-se paradigmática ou sintagmaticamente (ao comporem uma sentença um formativo derivacional e um verbo). Naturalmente, a relação de gramaticalidade entre um formativo derivacional e uma lexia, ou um lexema, difere substancialmente, em termos de comportamento gramatical usual, portanto típico.

Lyons (1977, p.24) distingue formas, lexemas e expressões. Distingue, em primeiro lugar, a noção de *forma* para leigos, fundada na modalidade escrita da língua e seu padrão ortográfico. É a noção que serve de base para cômputo do número de palavras em telegramas ou mesmo para artigos acadêmicos. Tem, em suma, uma diretriz conceitual radicada na experiência padronizada da língua escrita. A segunda noção de forma, usual entre os lingüistas, refere “a uma palavra do vocabulário; e as palavras do vocabulário constituem uma sub-classe daquilo a que (procurando algum apoio no uso lingüístico corrente) chamaremos lexemas” (1977, p.25). Alude, em seguida, como expediente ancilar para lançar luzes sobre a noção que pretende aclarar, à noção de *forma de citação*. Ressalva a variação da forma de citação dicionarial, um verbete ou lema, conforme a língua em apreço. Destaca também o cuidado para que não se confunda a forma de citação com a noção de *lexema*: “É importante compreender que a forma de citação é de facto uma forma do lexema (usado com um fim relflexivo ou metalingüístico particular): não deve, pois, ser identificada com o próprio lexema.” (1977, p.25).

Com base em sua argumentação, há quatro entidades possíveis referíveis por meio do item lexical *palavra*, a saber: **i.** a ocorrência concreta de uma forma de palavra; **ii.** a forma de uma palavra; **iii.** o tipo de palavra; **iv.** o lexema.

A ocorrência concreta sobreleva o aspecto mórfico, ou, em verdade, fonomórfico, por considerar a identidade da seqüência fônica e morfológica. A forma de uma palavra é discernível simplesmente pela possibilidade de constar em uma lista dicionarial descontextualizada, para propósitos mencionais ou metalingüísticos. Tal possibilidade confere-lhe existência, ainda que mais abstrata que a primeira noção. O tipo de palavra reclama o aporte de noções paradigmáticas de ordem morfossintática, como a filiação a determinadas classes ou partes do discurso ou afinidade semântica no sentido de apresentar propriedades paradigmáticas minimamente generalizáveis (p.e., os nomes identificam os entes; os verbos constroem predicções, etc). Finalmente, os lexemas, porque são entidades abstratas amorfas, representam uma matriz lexical mais geral. Frisemos que se incluem entre os lexemas, para o autor em tela, os idiomatismos ou lexias textuais.

Falta-nos discutir a noção de *expressão referencial* proposta por Lyons (1977:28). Essa noção se presta, fundamentalmente, a identificar as relações não estritamente fonomorfológicas, fonotáticas, morfossintáticas ou morfosssemânticas, mas sim as noções precipuamente semânticas, no que tange ao problema da identificação dos referentes e do jogo de referenciação. A distinção se torna pertinente para facilitar a definição de foco descritivo de problemas lingüísticos de fulcro mais estrutural ou mais semântico. As duas noções iniciais, *forma e lexema*, prestam-se, principalmente, para o entendimento de entidades lingüísticas manifestas em âmbito descritivo mais estrutural. A noção de *expressão* presta-se para desbastar o caminho para aclarar problemas semânticos. A fim de corroborar o que acabamos de declarar:

Portanto, há um sentido em que desejamos poder afirmar que há uma entidade lingüística complexa subjacente às formas que, nas frases, são as suas realizações gramaticalmente determinadas; e é esta entidade subjacente, e não uma ou outra das suas formas, que funciona como uma expressão referencial. Ao mesmo tempo, é óbvio que a relação entre uma expressão e suas formas é semelhante, se não idêntica, à relação entre um lexema e suas formas. Além disso, (...) pelo menos alguns lexemas, em inglês como noutras línguas, podem funcionar como expressões referenciais ou predicativas. Por esse motivo, não será estabelecida qualquer distinção notacional entre lexemas e expressões: serão usadas aspas simples. (LYONS, 1977, p.29)

Observemos que essas considerações patenteiam a conclusão de que é uma noção de base semântica que governa a organização lexemática e referencial. Nesse sentido, a decisão teórica de Lyons (1977) coincide com a de Perini, Liberato *et alii* (1983), que, em última

análise, privilegiam a componente semântica como fator fundamental para a determinação de paradigmas de quaisquer naturezas.

A segunda pergunta é mais problemática, porque, se nos levar a extremos, põe-nos em aporia descritiva. Por outras palavras, essa aporia se consubstancia ao se supor que a descrição deve discrepar lexias concretas em minúcia, como o próprio Perini (1998, p.02) sugere, *caneta, canetas*, como itens distintos estruturalmente; ou, no pólo teórico oposto, recorrer a matrizes lexemáticas abstratas muito genéricas que abarcam itens lexicais de classes de palavras distintas. Neste último caso, quer por razões formais, filiação cognativa, ou por razões semânticas, pertencimento ao mesmo campo semântico, não poderíamos diferenciar *cano, caneta, canal, canaleta, pincel, giz*, etc.¹⁵³ Portanto, ter a expectativa de que a identificabilidade operacional do que convencionalmente se denomina *palavra* possa residir em excesso de concretude, as lexias em si, ou em excesso de abstração, os lexemas mais genéricos, é trilhar o caminho da insolvência teórica e operacional. Parece-nos que a própria tradição sempre soube desviar-se dessa trilha abissal, na medida em que lida com interseções das realizações concretas com o influxo de abstrações. A paradigmáticação morfossintática deve residir em uma noção hemitética, que conserve uma concretude relativa dos itens em uso e uma abstração relativa de seu pertencimento a um grupo mais amplo. Restringir ou ampliar em excesso é impossibilitar qualquer parâmetro classificatório.

Perini (1998, p.02), que opta por descrever lexemas e insistir em ver problema em manifestações interseccionadas entre diferentes classes, declara:

Isso não quer dizer que seja impossível classificar lexemas. Só que, pelo que vemos, os objetivos tradicionalmente colocados para a descrição morfossintática não teriam muito o que fazer dessas classes, pois seriam compostas de membros distribucionalmente muito diferentes. De outros pontos de vista, pode fazer sentido classificar lexemas; por exemplo, todas as palavras que compõem o lexema *correr* têm traços semânticos comuns, relacionados com a idéia de ‘deslocamento rápido’. **Essas diferentes classificações não são mutuamente exclusivas pois o sistema de classificação presente na competência do falante-ouvinte é complexo por natureza. Uma forma se associa paradigmaticamente a algumas segundo certos critérios, e a outras segundo outros critérios, ficando essas associações (e conseqüentes classificações) superpostas e simultaneamente disponíveis** [grifo nosso]. (PERINI, 1998, p.02)

O pertencimento a ambiências sintáticas, segundo o referido autor, muito diferentes, implicaria a impossibilidade de classificar lexematicamente. De acordo, porque, nesse caso, por esse prisma de organização categorial, estão-se levando em consideração unidades atomizadas. O resultado, naturalmente, é a ausência de qualquer possibilidade de

¹⁵³ Lyons (1977, p.23), ao discutir as distinções terminológicas e conceptuais entre *tipo* e *ocorrência*, já chamou atenção para o problema, conquanto não tenha optado por sugerir uma designação específica para cobrir a noção intermediária aqui exposta como necessária para a sustentação de análises morfossintáticas.

generalização, vez que o foco recai sobre o ocasional, o acidental em excesso. Ressalte-se ainda que, a rigor, a vizinhança sintática, em razão da mudança de número, não é necessariamente distintiva de classe. Podem os dois termos *caneta* e *canetas* desempenhar as mesmas funções sintáticas sem prejuízo para os demais constituintes frásticos, salvo se ocuparem a posição de sujeito, para a variedade padrão. Em razão do exposto, parece-nos, novamente, que houve uma exacerbação das diferenças em prol de uma concepção absolutamente iconoclástica, que não está em busca de construir um trajeto viável ou plurívio, mas uma situação ínvia.

Quanto ao trecho em grifo, a admissão de que as classificações são excludentes deve ser, a nosso ver, para ser bem aproveitada, tida como um reconhecimento de que as diferenças são asseguradas. O que salvaguarda esse entendimento é exatamente o período seguinte grifado, em que se reconhece um entrelaçamento ou cruzamento de traços entre as formas, o que representaria, parece-nos, a liminaridade comum às classes de palavras e, em verdade, aos itens lexicais em sentido lato (envolvidos, portanto, os formativos de toda ordem).

A pergunta, em última análise, pela forma e pelo lugar morfossintático dos termos é pela estrutura do léxico. Mas a noção que Perini (1998, p.03) de unidade de análise resulta no que ele denomina *potencialidade léxica*. Isso, porque ao não se analisar, operação teórica por excelência, não se estão levando em consideração as ocorrências em suas particularidades como lexias. Significa dizer que ele principia de uma determinada noção de lexema, cuja definição final é a de uma *potencialidade léxica*. Deliberadamente, aqui, apropriamo-nos dessa noção para afirmar que ela é mais bem preenchida pela noção de *item hemilexemático*. Essa noção prevê a operacionalidade da noção tradicional de palavra sem incorrer nos excessos particularistas ou generalistas. Os primeiros, conforme já estipulamos, resultam em uma atomização fragmentária; os últimos, em uma negação de identidades intermediárias. Nesse caso, vamos ao encontro de um reclamo de Perini (1998, p.5) de maior rigor nomenclatural, que discute o recurso da noção de classe de palavras para explicar aspectos sintáticos ao se falar dos adjetivos. O autor objeta que não se poderia reclamar uma noção paradigmática para explicar uma função sintagmática. A nosso ver, contudo, o termo, *adjetivo*, inequivocamente, comporta uma noção sintática. Afinal, *ad-jectum* é o que se lança ao lado. Em sendo assim, não haveria tamanha contradição, mas insuficiente elucidação da relação entre o nome e as funções morfossintáticas. O adjetivo, somente o é, pela reunião de traços mórficos, sintáticos e semânticos. Ao reivindicarmos a combinatória de traços para lançar luz sobre a definição das classes, discutiremos mais detidamente os traços definitórios em âmbito mórfico, sintático e semântico de cada macroclasse e suas subclasses.

Perini (1998) apresenta um interessante sistema de análise componencial e uma notação específica para tratar de formas específicas, com vistas a enquadrá-las, com a maior justeza possível em *classes*. O risco, antecipamos, parece ser uma proliferação excessiva de classes em função das particularidades dos itens hemilexemáticos levados em consideração de modo microscópico. As análises microscópicas são inteiramente cabidas, mas não para lançar luzes sobre problemas relativos a outro nível de manifestação da língua. Por outras palavras, à guisa de ilustração, é possível discutir peculiaridades do grau dos adjetivos divergentes da manifestação do grau entre os substantivos; contudo, tais divergências não devem ser alçadas à condição de traços demarcatórios de classes diferentes. Antes, porém, apresentemos sua notação.

Ele distingue três traços fundamentais a levar em consideração: natureza semântica; natureza morfossintática; e acepção. O primeiro a ser registrado por meio dos sinais < >; o segundo, []; e o terceiro, “ ”.

Porém, essa discussão, vamos reencetá-la mais à frente, ao discutirmos as macroclasses que consideramos fundamentais. Vale, de todo modo, ressaltar que a abordagem epistemológica aqui definida não nos conduz a uma opção radical, isto é, a fragmentação extrema em face da identificação de traços muito particulares entre formas de classes, subclasses e formativos mórficos derivacionais e flexionais.

2.2.4. Os conceitos de item lexical

Vasconcellos (2007) sumaria de modo muito claro os impasses relativos à noção de **item lexical**, que, *mutatis mutandis*, representa problemas similares aos da conceituação de palavra. Mas, primeiramente, a autora discute quão problemática é a definição de **item lexical**, desde que os critérios definitórios de âmbito fonológico, morfológico, sintático e semântico sejam usados ao mesmo tempo. Em seguida, com base em Di Suillo & Williams (1987), destaca que se assinalam por meio da expressão **item lexical** três entidades lingüísticas distintas, a saber: **objeto morfológico, átomo sintático e listema**. Valhamo-nos da dição da autora para conceituar esses entes lingüísticos:

(...) **objetos morfológicos** seriam os produtos das regras morfológicas da língua, flexionais ou de formação de palavras; **átomos sintáticos** seriam as unidades que ocupam uma única posição na estrutura sintática, o que significa que, mesmo que elas tenham estrutura interna, essa estrutura será invisível para a operação dos processos sintáticos; **listemas**, finalmente, seriam unidades já “prontas”, listadas no léxico mental dos falantes, antes da combinação “*on line*” de itens lexicais que é feita normalmente no discurso pela operação dos processos sintáticos; eles poderiam ser formados de vários vocábulos já independentemente existentes

na língua, que no entanto agissem “como um todo” sob algum aspecto, como acontece normalmente com as expressões idiomáticas, e com outros tipos de itens lexicais multivocabulares. [grifos nossos]

Essas definições *mutatis mutandis* correspondem às noções de palavra morfológica, palavra sintática e lexia textual. No entanto, não enxergamos nenhum impasse operacional em não haver integral correspondência ou interdependência entre formas e funções das componentes morfológica e sintática. Há, sem dúvida, uma interseção mais bem definida no âmbito flexional, porque as flexões indicam funções sintáticas. Adicione-se que os ‘listemas’ não implicam problema grave, vez que funcionam como nomes ou sintagmas nominais. Eles apenas apresentam um estatuto de lexicalização. Ou seja, são formas em curso de lexicalização, conforme discutimos na seção referente às diferenças de lexicalização e gramaticalização. O que nos parece mais complexo é demarcar o terreno de fronteira entre sintaxe e morfologia, isto é, quando a morfologia realmente importa para definir as funções sintáticas. O gênero e o grau dos nomes não têm relevo para concordância verbal. No entanto, o número importa, porque é a única categoria nominal relacionada à sintaxe de concordância.

Vasconcellos (2007) discute o conceito de Jackendoff (1997, apud Vasconcellos) que admite que todo e qualquer conjunto de vocábulos do conhecimento dos usuários da língua é um item lexical. Cabem sob sua guarda referencial, até mesmo o que, para uma categorização tradicional, se consideram textos, como poemas, ou textos inteiros que se conheçam como um todo. Nesse caso, o conceito, parece-nos, demasiado expandido. De todo modo, por uma perspectiva mais livre, seriam nominalizações não muito usuais, ou exemplos desusados ou idiossincráticos de lexias textuais, em razão de uma demanda incomum de poder mnemônico.

A autora critica, no entanto, a adoção do critério de listabilidade tão aberto, porque contraria a ‘intuição lingüística’ dos usuários da língua. Bem, a correr o risco de cobrar uma falta por *petitio principii*, vez que não delimitou conceitualmente o que representa essa ‘intuição lingüística’¹⁵⁴.

Critica também a pulverização do conceito de *item lexical* de Perini (1999):

Voltando à questão da dissolução do conceito de itens lexicais, que é o tema principal deste artigo, entre nós uma proposta desse tipo foi oferecida em Perini [1999], que sugeriu a substituição do conceito de item lexical unificado por tantos tipos de unidades quantos sejam os tipos de propriedades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, etc. a serem consideradas na descrição lingüística. Ele só não parece considerar a “listabilidade” como uma dessas propriedades, porque, na sua visão, a gramática estaria sempre estabelecendo

¹⁵⁴ Queremos crer que coincida com a noção de ‘eficiência semiótica’, ao menos em alguma medida, proposto por Lyons, em que o conhecimento epilínguístico do usuário da língua prescinde de uma demarcação conceitual precisa para operar satisfatoriamente com a língua. Adicione-se a isso a suposição de que todo e qualquer usuário teria uma noção de palavra entrevista que lhe imporá um limite extensional, o que bloquearia referentes como textos serem cunhados como ‘palavras’.

correspondências entre esses vários tipos de unidades postuladas, correspondências que nem precisariam ser biunívocas, entre uma unidade de um tipo com apenas uma dos outros tipos, do que resulta que os itens lexicais propriamente ditos, listáveis *a priori* com dada forma, dado sentido e dada classe gramatical, simplesmente não existiriam, seriam meras ilusões dos falantes.

A análise de Perini (1999) não condiz com a propensão muito característica das línguas de informar formas e funções com base em formas e formativos relativamente estáveis. Isso não significa dizer, no entanto, que tais formas e formativos sejam exclusivos de uma dada classe ou paradigma. A discussão relativa ao gênero dos substantivos de referentes sexuados, por exemplo, indicia que, em português, há uma tendência, isto é, uma inclinação, para a regularização, mas não uma regularidade absoluta, plena. Isso, novamente, representa um indício de que os dispositivos cognitivos de conformação da língua, que operam por meio de recursos cognitivos e pragmáticos, tendem à regularidade. Conforme supomos, a língua é um sistema estruturóide, ou seja, propende para a organização regular, mas não consubstancia tal estruturação de modo unívoco, parêlo, sistemático. Na verdade, queremos crer, há uma ordenação cujos limites e cuja flexibilidade ainda não aprendemos inteiramente a descrever¹⁵⁵. Novamente a autora declara que uma visão desse tipo lhe “(...) parece completamente anti-intuitivo.” (2007).

Ao citar Sapir, a autora confirma a validade da aproximação de sua indefinida ‘intuição lingüística’ com a noção de ‘eficiência semiótica’:

Sapir já mostrou há bastante tempo que, ao passo que os falantes nem sempre têm consciência dos morfemas da sua língua, eles costumam ter consciência das palavras, que são unidades lingüísticas com propriedades concretas, fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que normalmente vêm integradas entre si, propriedades essas que são conhecidas pelos falantes. E, salvo em alguns casos limítrofes, os falantes em geral não têm problemas em reconhecer e delimitar as palavras na frase, os lingüistas é que não conseguem determinar os critérios que permitem esse reconhecimento. A questão a ser resolvida é exatamente a de ver em que circunstâncias as diversas propriedades típicas dos itens lexicais podem se dissociar umas das outras. Separá-las arbitrariamente como caracterizadoras de unidades não relacionadas entre si é criar uma ficção teórica.

A tarefa que compete, então, aos lingüistas é conceber um modelo que se equipare, minimamente, aos procedimentos presentes na mente dos usuários da língua, ainda que não apreendidos metacognitivamente. A autora, de modo muito sugestivo, apresenta uma proposta com base nas concepções epistemológicas prototipizantes hoje muito acatadas no meio lingüístico:

O que proponho neste artigo como solução para o problema da definição dos itens lexicais é o reconhecimento de que há diversos “graus de lexicalidade”, e de que o conceito de item

¹⁵⁵ À guisa de ilustração, na matemática, especula-se a respeito da Razão Áurea, que tem demonstrado, por meio de modelos próprios da ciência matemática, que o aparentemente caótico, aleatório, randômico, estocástico ou indescritível à luz de modelos tradicionais pode ser explicado satisfatoriamente por modelos descritivos mais flexíveis conquanto rigorosos.

lexical funciona como uma categoria radial: os membros “prototípicos” da categoria apresentariam todas as propriedades dos itens lexicais tradicionalmente citadas, mas haveria membros “mais marginais”, que só teriam algumas dessas propriedades.

A proposta da autora é subscrita a seguir:

Ponto de vista	Teorização fundamental
Fonológico	O item lexical prototípico é dotado de um significante, ou, no caso das ditas “palavras variáveis”, de um conjunto de significantes relacionados entre si pelas regras flexionais da língua que a Gramática Tradicional chama de “formas da mesma palavra”, que podemos chamar de vocábulos, para distingui-las da própria palavra, que é uma unidade mais abstrata, não definível predominantemente por critérios fonológicos. Além disso, cada uma dessas formas tipicamente corresponde a uma única palavra fonológica.
Morfológico	O item lexical prototípico tem uma classe de palavras dada e se manifesta por meio de vocábulos formados por uma única raiz, acrescida ou não de vogais temáticas e de morfemas derivacionais e flexionais isso porque os compostos, e itens lexicais formados por outros tipos de processos morfológicos “menores”, não são tão regulares, tão potencialmente previsíveis pela morfologia da língua, quanto os derivados, embora também haja regularidades gramaticais que agem na sua formação.
Sintático	O item lexical prototípico apresenta as propriedades de atonicidade sintática e de coesão estrutural, o que significa que ocupa uma única posição na estrutura sintática e que não é “penetrável” à operação de processos sintáticos, e, em consequência, caso ele tenha estrutura interna, que “a ligação” entre as suas partes componentes não pode ser rompida pela omissão de nenhuma delas, nem pela troca da sua ordem ou pela inserção de nenhum outro elemento entre elas.
Semântico	Qualquer item lexical, não só os prototípicos, tem um significado (representa algo do mundo externo ou, no caso das palavras gramaticais, exerce uma função gramatical definida) que lhe é próprio, e de algum modo diferente do significado de qualquer outro item lexical da língua.
Conhecimento do falante	O item lexical prototípico é uma unidade “listada”, conhecida <i>a priori</i> pelos falantes antes do seu uso no discurso. Mesmo quando ele é formado de vários vocábulos independentemente existentes na língua, o conjunto é reconhecido pelos falantes como uma unidade a mais, sintática ou semanticamente diferente da que resultaria da mera combinação sintática dos vocábulos componentes.

Quadro 15

As conclusões da autora coincidem com as apresentadas nesta tese. A maior tipificação de um item lexical em cada componente da língua, fonológico, morfológico, sintático ou semântico, vai depender de uma consolidação pragmaticamente sedimentada. Essa sedimentação, no entanto, nas línguas naturais, não implica uma regularização plena, apenas uma tendência à regularização. Em última análise, para ela, o critério semântico é o dirigente dessa sedimentação sintática, morfológica e fonológica:

Segundo as concepções aqui defendidas, apenas o critério semântico seria necessário, no sentido lógico desse adjetivo. No meu entender, ele subjaz quer aos critérios de coesão estrutural e autonomia sintática quer ao de listabilidade. A coesão estrutural e a autonomia sintática de um dado complexo mórfico são consequências do seu uso unitário para realizar um dado ato de denominação ou uma dada função gramatical. No caso dos itens lexicais multivocabulares, tais propriedades resultam de um processo de consolidação que ocorre no tempo, donde o caráter sempre potencialmente gradual da coesão e da autonomia adquiridas. E é a repetição no uso desse ato de denominação ou dessa função gramatical que provoca a “cristalização” de uma nova unidade enquanto item listado no léxico mental dos falantes, e sua difusão pelo léxico de um número cada vez maior de falantes.

Essas noções aqui discutidas dão conta de questões de âmbito lexical, mas não alcançam os níveis gramaticais. Contribuem, contudo, para corroborar a imprescindibilidade de categorias mais flexíveis e para compreender melhor os rótulos circulantes destinados a

categorizar o léxico em sentido estrito. As considerações finais da autora apontam para o cume do processo de lexicalização, como resultado de sedimentações decorrentes do uso:

Pois, na verdade, admitir “graus de lexicalidade” significa aceitar uma visão dinâmica do Léxico, admitir que, em certos casos, opere um processo de lexicalização que transforme o que, no início, seria um conjunto de unidades lingüísticas separadas, num item lexical único, o qual venha a adquirir, com o tempo, e como resultado do seu uso efetivo no discurso, coesão estrutural e atonicidade sintática, e até, no limite, a sofrer contrações na sua forma original de modo a vir a corresponder a uma única palavra fonológica, ou seja, a apresentar um número progressivamente maior das propriedades caracterizadoras dos itens lexicais. Essa visão permite a aceitação de critérios para definir a lexicalidade, mas não de critérios absolutos, que possam ser usados como testes.

Por outras palavras, uma nominalização pode levar um item lexical listado originalmente como uma sentença ou texto a funcionar com a forma e a função típicas de um nome, a ponto de sofrer restrições sintáticas, mórficas e fonológicas típicas de um nome característico.

Conquanto não tenha feito nenhum vínculo com a gramática, no limite do léxico em sentido estrito, didaticamente pensando, inicia-se a gramática, como forma de apresentar regularidades mais rígidas ou, ao menos, menos abertas. Questiona, enfim, que os critérios definitórios não se estabelecem firmemente a ponto de permitirem testagens mecânicas.

Concretamente, os itens lexicais constroem-se integradamente, ou seja, todos os níveis atuam simultaneamente. No entanto, a nossa cognição, em termos analítico-descritivos, não percebe a atuação concomitante de todos os níveis a não ser segmentadamente. Ao incorrer nessa operação analítica, não raras vezes, tendemos a compartimentar sem enxergar os liames indissolúveis entre cada nível de manifestação em cada item lexical. Em sendo assim, ao se manifestar, o item lexical carrega informações fonológicas, morfossintáticas e semânticas. Cumpre ressaltar que essa multimanifestação não gera impressão de caoticidade entre os usuários. Ao contrário, gera-lhes uma impressão de familiaridade e de controle. O desafio se encontra em criar um sistema descritivo compatível com o processamento natural, sem uma rendição à insolvência descritiva ou à compartimentação formalista de qualquer cariz.

Para Biderman (2001, p.155), em última análise, “*para determinar as unidades léxicas de um discurso, ou de um corpus, o lingüista deverá operar, simultânea e sucessivamente, com os três critérios aqui estudados: a análise fonológica, a gramatical e a semântica.*” Não é outra a ambição de todo e qualquer analista. Cremos ter, com a noção proposta sustentadora da noção de *item hemilexemático*, inscrito limites demarcatórios prototípicos, a fim de assegurar uma noção de *palavra* mais ajustada ao exercício ou manuseio competente dos usuários. Os analistas, destarte, passam a dispor de uma noção que não ignora o uso, nem

sobrevaloriza as abstrações e minudências descritivas características de análises da atividade científica.

2.2.5. O vocábulo-morfema

Biderman (2001) destaca que há bases lexicais, ou seja, morfemas intralexicais, cujo comportamento paradigmático na sintaxe intralexical é de tal modo regular que os aproxima dos morfemas de caráter derivacional ou flexional, isto é, os formativos mais gramaticalizados. A autora se refere às tradicionalmente denominadas *raízes* de verbos regulares.

A nosso ver, essa regularidade não elimina o caráter lexical desses itens. Por outras palavras, radicais de verbos regulares não podem ser confundidos com morfemas gramaticais em sentido estrito em razão de sua referência extensional. Naturalmente, tais radicais podem ser compreendidos em um âmbito lexemático, ou seja, podem ser inseridos em um universo semântico mais geral, o que lhes conferiria um estatuto semântico mais abstrato. Ainda assim, não haverá equiparação semântica possível com os formativos estritamente gramaticais, pela razão semântica alegada. Isso porque o teor da abstração das bases lexicais regulares não equivale à abstração das categorias expressas pelos formativos derivacionais e flexionais. Além do mais, a abstração de um lexema implica apenas uma solubilidade semântica maior, ou seja, um alcance referencial mais amplo, mas nunca para além de um determinado universo semântico delimitado. No máximo, é admissível um trânsito para um universo semântico conexo, mas não uma expansão sistêmica similar à encontrada entre os formativos derivacionais e flexionais.

À guisa de ilustração, um radical verbal como *cant-*, conquanto regularíssimo em relação ao seu comportamento paradigmático formal, não excede, quer como lexema, quer como lexia sede de formativos flexionais e potencialmente derivacionais (prefixos e sufixos de radicais secundários), o universo semântico restrito da emissão sonora, quer refira pura e simplesmente *cantar*, ou *recitar*, *versejar*, *assediar*, *indicar*, etc.

Tais morfemas, contudo, servem para ilustrar que o léxico não pode ser definido consensualmente como acervo de irregularidades, dado que também comporta itens regulares.

2.2.6. O conceito de palavra e os tipos de língua

Parece-nos fundamental tecer algumas considerações sumárias a propósito da tipologia das línguas para uma visualização mais clara do conceito de palavra, do âmbito lexical e gramatical, da definição das classes e das fronteiras entre as classes.

A tipologia mais corrente, segundo Pria (2007), provém de Schlegel, e tem permanecido praticamente a mesma, salvo uma ou outra proposta cujo refino não necessariamente contribui para aprimorar substancialmente o entendimento sobre o tema.

O fundamental a ser declarado aqui a esse respeito concerne à identificação, entre os diversos estudiosos, de mecanismos configuradores das línguas como *isolantes*, *aglutinantes* e *flexivas*. A diferença parece fundar-se na preponderância de um ou outro modo de codificação nos diferentes sistemas lingüísticos. Por exemplo, o chinês e o inglês são tidos como sistemas lingüísticos isolantes, mas não deixam de contar com determinados sufixos de flexão, conquanto marginais ou minoritários para indicar ou marcar classes ou subclasses¹⁵⁶. A tipologia sobrevive, conquanto haja objeções, a nosso ver contornáveis, desde que não se alimente uma expectativa de pureza lingüístico-tipológica.

O português é considerado um sistema flexivo. Porém, conforme tem sido dito no decurso deste trabalho, o sistema flexivo é admissível por sua produtividade significativa, mas não exclusiva. As categorias não são expressas privativamente por meio de morfemas gramaticais, derivacionais ou flexionais, ou de palavras gramaticais. Além disso, importa reconhecer que o português apresenta construções características de línguas aglutinantes ou isolantes, para diversas categorias, conquanto marginais ou periféricas, ou ainda marcadas em diversos contextos.

O grau de flexividade, identidade de sistema lingüístico flexivo, em português, é seguramente variável, isto é, há categorias cuja expressão não-marcada se dá por meio de flexão, v.g., o tempo e o modo verbais. Porém, o tempo e o modo não são certamente expressos estritamente por meio de sufixos verbais. Observem-se, por exemplo, as ocorrências a seguir com relação à categoria *tempo*:

(17) Viajo amanhã.

(18) Viajarei amanhã.

A noção de futuridade não foi indicada por meio de um sufixo verbal em (17), mas pela forma adverbial *amanhã*. Nesse caso, a língua informa a categoria de tempo por meio de uma palavra gramatical, ou seja, um advérbio, não por meio de um morfema ínsito na forma verbal. Diferentemente de (18), em que a forma verbal *viajarei* materializa afixalmente a categoria de

¹⁵⁶ Bidermann menciona que em chinês há diversos sufixos indicadores de nomes.

futuridade. Essas categorias, quando expressas por afixos, indiciam uma regularidade codificada por meio de formativos flexionais. Porém, em razão da dinamicidade própria da língua, esses formativos sofrem concorrência de construções lexicais, similares às isolantes, e de construções em vias de gramaticalização.

Importa, finalmente, declarar que o português, assim nos parece, não se inclina a assemelhar-se, em um grau secundário de classificação, com línguas aglutinantes ou polissintéticas, mas sim com línguas isolantes, porque a concorrência para a expressão de categorias entre formativos flexionais e formas lexicais gramaticalizadas, ou em vias de gramaticalização, é muito mais usual do que a livre alternância mórfica entre morfemas gramaticais abundantes para a expressão de diversas categorias, o que caracteriza as línguas aglutinantes. Nas línguas flexivas, os morfemas não podem ser destacados das raízes ou bases a que se adjungem, senão excepcionalmente, como nos exemplos (04), (05), (06) e (07) (p.85), ou quando são usados para fins metalingüísticos.

Em línguas flexivas, a relação entre morfemas e categorias apresenta relativa estabilidade, o que permite generalizações satisfatórias. Segundo Biderman (2001, p.126)

(...) a análise morfêmica é particularmente adequada como procedimento na descrição de um corpus de uma língua flexiva. Assim, línguas como o português, o latim e o turco admitem uma descrição eficaz de seus processos gramaticais através dessa técnica. Nessas línguas podemos considerar os morfemas como constituintes imediatos dos lexemas. (BIDERMAN, 2001, p.126)

Traugott & Heine (1991, p.8-9) também julgam relevante a compreensão do estatuto tipológico de uma dada língua para analisar os processos de gramaticalização:

Pareceria que o ponto em que uma gramaticalização pára pode ser determinado por características tipológicas da língua envolvida. Há, por exemplo, um canal bem-estabelecido de gramaticalização que leva de posposições a flexões de caso nominal. Para nosso conhecimento, entretanto, tal desenvolvimento não tem sido documentado para línguas do tipo analítico-isolante, nas quais a gramaticalização é improvável de conduzir ao desenvolvimento de uma morfologia flexional. **Observações como estas sugerem que pode haver limites tipológicos imanentes às línguas que bloqueiam a gramaticalização para além de um certo ponto.** [grifo nosso] (1991, p.9)¹⁵⁷

Com base nas considerações acima, percebe-se quão relevante pode ser o enquadramento tipológico de um sistema para a compreensão de seus processos de constituição gramatical, tanto os já firmados, quanto os constituíveis.

¹⁵⁷ It would seem that the point at which grammaticalization stops may be determined by the typological characteristics of the language concerned. There is, for example, a well established channel of grammaticalization leading from postpositions to nominal case inflections. To our knowledge, however, such a development has not been documented for languages of the analytic-isolating type, where grammaticalization is unlikely to lead to the development of inflectional morphology. Observations like these suggest that there may be typological language-internal constraints that block grammaticalization from proceeding beyond a certain point. (TRAUGOTT & HEINE, 1991, p.9)

Em suma, a classificação das formas de um dado sistema lingüístico informa sobre suas funções sintático-semânticas.

2.3. Os níveis de análise como parâmetros ou critérios distintivos das classes

Para a caracterização das classes, os níveis de análise relativamente correspondentes às componentes da língua são usualmente avocados como critérios distintivos. São eles:

- a) O critério formal: as modificações da forma importam para definir o enquadramento;
- b) O critério distribucional: o lugar sintático ocupado pela forma na estrutura sintagmática de caráter nominal ou frasal;
- c) O critério semântico tradicional e o discursivo: que deve ser bipartido: 1) o significado concebido como um conceito sistêmico e intralingüístico, visão herdada da tradição filosófica (polêmica entre nominalistas e realistas); 2) o significado fracionado em extensão e intensão, ou, *mutatis mutandis*, definido em função de maior ou menor especificação referencial; 3) o significado concebido como um objeto do discurso;
- d) O critério da produtividade lexical: fundado na suposição de uma demarcação de morfemas de inventário aberto e fechado, ou seja, morfemas geradores de derivações de diverso cariz e morfemas de paradigmas improdutivos;
- e) O critério morfossemântico: conjuga noções de morfologia e referência. Em verdade, é uma mescla das letras a e c desta relação;
- f) O critério cognitivo: o significado entendido como um construto mental, fruto de relações corpóreas e mentais do indivíduo ao interagir com os entes de toda ordem¹⁵⁸. Nesse caso leva-se em consideração a localização das expressões lingüísticas no cérebro em zonas distintas correspondentes às seções ou às componentes da língua; e, além disso, leva-se, correlativamente, em consideração, para tipificar diferenças entre as classes, o tempo de processamento empregue para acessar cada tipo de informação lingüística, em função de um maior ou menor esforço sináptico;
- g) O critério fonológico: que define diferenças de classificação com base em traços segmentais ou supra-segmentais (intensidade silábica – termos ditos oblíquos e átonos). Entram em cena as noções de Bloomfield (1984), com a contribuição de Câmara Jr (1989), de formas presa, livre e dependente. A bem do rigor descritivo,

¹⁵⁸ As teses são múltiplas, desde as originalmente gerativistas em trânsito para a cognição, como as de Fillmore (1968), como as mais recentes de Givón (1991) e outras edições. A definição do termo que levamos em conta aqui, contudo, é aclarada mais à frente.

essas noções não são estritamente fonológicas, mas fonotáticas, visto que dependem de restrições de distribuição sintagmática;

- h) O critério do estatuto de gramaticalidade: diferencia as classes, ou macroclasses, com base em seu pertencimento ao âmbito lexical ou gramatical. Essa distinção está intimamente relacionada com partição fundada na noção de inventários aberto e fechado. Cabe a menção por uma questão de saliência. Há autores, como Melo (1981), que aludem ao estatuto de gramaticalidade e explicam com base na produtividade lexical e na esterilidade gramatical. Neves (2002) também identifica duas classes basilares, com base em noções funcionais, o nome e o verbo. O preenchimento dessas duas funções estruturais na superfície lingüística não se correlaciona com as classes tradicionais, vez que há diversas possibilidades de manifestação das duas posições, principalmente da função nominal, conforme veremos mais à frente, ao discutirmos esse critério de forma mais detalhada.

Analisemos um a um em relação com um cotejo de tipologias e esquemas teóricos circulantes. Em primeiro lugar, importa declarar que, em regra, os autores não se valem de critérios de modo exclusivo. O problema maior reside em não explicitá-los satisfatoriamente. Em segundo lugar, não temos interesse em discorrer exaustivamente sobre a temática; significa dizer, então, que não exporemos a respeito de todas as teses concernentes ao tema, nem sobre todas as suas implicações. O que interessa é compor um quadro panorâmico sobre os critérios usualmente adotados para categorizar as classes e, a partir disso, especular sobre as correlações e implicações possíveis com nossa tese fundamental relativa à categoria da proformalidade e às proformas em geral.

Basílio (2004) opta pelo enfeixamento de traços para compor uma descrição: “*para os propósitos de uma descrição gramatical, classes de palavras definidas em termos de um critério único não constituem a melhor opção*” (2004, p.22). Adita mais à frente: “*(...) para efeitos de descrição gramatical, as classes de palavras devem ser definidas simultaneamente por critérios morfológicos, sintáticos e semânticos.*” (2004, p.23) Não temos certeza igual à da autora, contudo, a respeito do arremate relativo à adoção de um feixe de critérios: “*Em suma, existe uma relação geral óbvia entre as propriedades semânticas e gramaticais das classes de palavras, que deve ser registrada na descrição lingüística*”. (2004, p.23)

Visto que os critérios expostos aqui excedem os apresentados por Basílio (2004), não julgamos possível, para esta tese, nunca é demais frisar, compreender todos os matizes relativos às diferentes abordagens. Contribuirão, por suposto, para erigir um entendimento mais plural da classificatória gramatical.

2.3.1. O critério da forma.

Em primeiro lugar, pode-se declarar que o critério formal é o que mais se compatibiliza com os procedimentos da GT, vez que estúltima pode ser reconhecida como uma “*técnica de descrição de formas*” (NEVES:1987). Justifica-se, assim, o apreço maior da GT por descrever formas, não raro de forma abusivamente arbitrária.

O critério formal pressupõe a existência de categorias gramaticais. Isso porque ele conta com a variação, no caso dos nomes, de gênero, número, grau, caso (com ressalvas), e, no caso dos verbos, de tempo, modo, aspecto, voz, conjugação, número e pessoa. Naturalmente, a expressão dessas categorias não se dá, conforme já declaramos, de modo privativo, por intermédio de morfemas gramaticais. Há uma coincidência da expressão dessas categorias nominais e verbais por meio de recursos gramaticais e lexicais.

A partição da análise formal em classes e categorias não é nova. As classes são as clássicas partes do discurso, ao passo que as categorias correspondem aos acidentes. É interessante observar, por exemplo, a exposição clara dessa distinção em um de nossos gramáticos tradicionais de nomeada, Ribeiro (1893), que denomina o estudo das palavras de *lexeologia*, a qual se subdivide em *taxeonomia*, seção responsável pelo quadramento classes de palavras, e *kampenomia* ou *ptoseonomia*, seção responsável pelos acidentes gramaticais.

Os problemas aparecem em razão de não haver uma simetria perfeita na relação entre as palavras, seu significado e sua referência. Aí residem os velhos problemas relativos à homonímia e à polissemia, cuja resolução, em regra, depende do arbítrio do lexicólogo ou lexicógrafo. Há, portanto, termos que desempenham, com forma igual, funções morfossintáticas e morfossemânticas diferentes, como:

(19)a do intelectual e do filósofo, pois estes **são** obrigados, por dever do ofício, a opinarem sobre o assunto.

(20)Dia 19 de março, Dia de **São** José (o patrono da Igreja) (...)

(21)Transferência directa ou indirecta de sangue ou seus derivados (plasma, glóbulos vermelhos) de um indivíduo **são** (dador) para a circulação de um doente (receptor).

A mesma em forma é um verbo fletido, em (19), uma forma de tratamento, em (20), um adjetivo, em (21).

Uma mesma função pode abrigar termos de matriz morfológica diversa. Assim, verbos como *cair* e *despencar* pertencem ao mesmo campo semântico, e, eventualmente, a critério do

usuário da língua, poderiam concorrer para referir o mesmo estado de coisas. Ou expressões correlativas como as preposições *como* (22) e *feito* (23) concorrem para construir expressões comparativas. Assim, a assimetria torna porosa a fronteira formal entre as classes.

- (22) (...) o vento soprava na minha cara, secando o suor, e por quase um segundo, outra vez, como quem de repente suspira ou pisca e segue em frente, veloz **feito** uma mariposa (...)
- (23) As vibrações foram reduzidas a níveis mínimos, pela aplicação de um peso de 500 gramas, próximo à alavanca, entre outras medidas, cuja finalidade é agir **como** amortecedor de vibração.

A verificação da porosidade entre as classes também é comum no processo de derivação denominado *conversão*, ou, conforme a terminologia da gramática tradicional, *derivação imprópria*. O trânsito das formas de uma classe para outra, sem falar do discurso de menção, característico do conhecimento metalingüístico, é extremamente freqüente. Para efeito de sumária exemplificação, observemos as ocorrências a seguir, que são invenções nossas perfeitamente encontradiças nos usos correntes:

- (24) Se assim, se o **amanhã** é incerto, por que não aproveitar este momento?. (Conversão de uma forma adverbial em substantivo);
- (25)- O Sr. padre Natário está a falar **sério**? (Conversão de uma forma adjetival em advérbio modal);
- (26) Considerado com o **Pelé** do antes da Guerra (II Guerra Mundial), Leônidas da Silva foi um dos mais brilhantes avançados-centro do futebol mundial. (nome próprio transformado em nome comum – antonomásia);
- (27) O trabalho deles foi muito facilitado, porque, há coisa de um **ano**, veio uma brigada (...)
- (substantivo transformado em base de locução prepositiva);
- (28) falou o **leva-e-traz**, com a cara mais lavada. (sentença substantivada);
- (29)(...) uma mulher **monstro** ou uma mulher encantadora. (substantivo convertido em adjetivo).

Convém ressaltar que há processos mais freqüentes, inter-classe, processos intra-classe, como no caso da antonomásia. Há também processos mais elaborados e de deriva mais delongada, a exigir uma maturação temporal, como no caso das gramaticalizações.

Nosso principal propósito aqui é determinar ou identificar, entre as formas típicas de (macro) (sub) classes, as formas que refletem maior genericidade por meio de gramaticalizações mais ou menos consolidadas.

Não é, portanto, nosso intuito propor uma resolução integral e integrada¹⁵⁹ de todos os problemas relativos às classes e às categorias.

¹⁵⁹ O que seria levar a cabo uma proposta de integração de componentes a partir dos usos, com o percurso pragmática ↔ gramática ↔ pragmática. Tal empreitada está para além das possibilidades e, quiçá, necessidades deste trabalho.

Não podemos, contudo, deixar de discorrer a respeito, porque, sem um quadro taxonômico mínimo das classes e das formas constituintes (em regra relacionado com a classificação da tradição gramatical, em virtude de apresentar, ao menos quanto às formas, homogeneidade maior do que as diversas propostas conflitantes e idiossincráticas de lingüistas¹⁶⁰) não seria possível destacar a propensão da língua para eleger formas prototipicamente genéricas de cada classe, subclasse e morfemas intralexicais.

A definição da NGB para a configuração das classes também se embasa na variação formal. Há, portanto, dois grandes grupos de palavras: 1) palavras variáveis; 2) palavras invariáveis.

As primeiras estão sujeitas a variação de caráter derivacional ou flexional. A diferença fundamental residiria no grau de obrigatoriedade da ocorrência de afixos marcadores das classes. Se a obrigatoriedade não existe, trata-se de derivação. Se há, trata-se de flexão. Não há, porém, uma demarcação tão clara que permita uma identificação simples dos morfemas gramaticais geradores de derivação e de flexão. De todo modo, as palavras variáveis são aquelas a que se adjungem; se nomes, os afixos indicadores de gênero, número e grau; se verbos, os afixos indicadores de tempo, modo, pessoa, aspecto. Os afixos de caráter flexional indicariam processos mais genéricos e sedimentados da língua do que os afixos de caráter derivacional. Bem, com base nessa definição, o quadro ficaria da seguinte forma:

Categorias	Palavras variáveis	Palavras invariáveis
Gênero, número, grau	Substantivo	
Gênero, número, grau	Adjetivo	
Gênero, número, grau	Pronome	
Gênero, número	Artigo	
Gênero, número, grau	Numeral	
Tempo, modo, aspecto, voz, pessoa, número.	Verbo	
Grau	Advérbio	Advérbio
		Conjunção
		Preposição

Quadro 16

Urge acrescer, antes de encetar a discussão sobre essa tipologia tradicional com base em modificações formais fundadas em categorias derivacionais e/ou flexionais, que essas mudanças formais não esgotam as considerações normalmente encontradas nos compêndios gramaticais sobre a morfologia das classes. Essas considerações, inicialmente, tratam do problema tipológico mais no âmbito do lexema do que das lexias. Ou seja, não vamos

¹⁶⁰ Isso não implica uma rendição acrítica à tradição e aos seus critérios e princípios, não raro inexistentes, de tipificação das classes e de descrição das categorias.

considerar os processos derivacionais das classes assim chamadas abertas por excelência, nomes e verbos¹⁶¹.

O comportamento das categorias em cada uma das classes obedece a especificidades que seguramente nos levariam além dos limites desta tese. A despeito dessa escusa, vamos tecer considerações sumárias sobre suas características.

O gênero dos substantivos é tema controverso. Para nós, contudo, interessa dizer que o consideramos, prototipicamente, uma categoria do âmbito flexional, por eleição dos substantivos alusivos a referentes sexuados como o parâmetro por excelência para a categorização da categoria. Desconsiderada essa visão, majoritariamente, a subclasse nominal dos substantivos somente pode ter seu gênero definido no âmbito sintático, porque não há, para a maioria dos substantivos, mudança de gênero com base na referência. A razão já foi apresentada por Camara Jr (1997, p.89), ao declarar que a imensa maioria dos entes não está sujeita à correlação gênero/sexo. Por outras palavras, a maior parte dos entes não pode ser sexuada, não contém em sua natureza sexualidade. Em virtude disso, as expressões referenciais que codificam tais referentes não indicam sexo e, portanto, não estão sujeitas à flexão. Não há, por exemplo, obrigatória mudança de gênero, o que seria a *conditio sine qua non* para assinalar o gênero substantival como flexional para substantivos como *mesa* ou *armário*, para os quais teríamos de, necessariamente, em caso de flexão, contar com as formas **meso* e **armária*. Nesses casos, o gênero é de cunho estritamente sintático, sem motivação de base referencial. De um modo geral, é assim que funciona.

Em português, com efeito, não há uma demarcação clara de gênero com base nas terminações dos nomes. Observe-se o quadro abaixo:

Demonstrativo da ausência de correlação entre terminações e gênero dos substantivos

Gênero	Tema em <i>-o</i>	Tema em <i>-a</i>	Tema em <i>-e</i>
Feminino	Tribo	Casa	Urbe
Masculino	Ovo	Poeta	Orbe

Quadro 17

A ausência de uma regularidade entre a terminação e o gênero leva autores como Graça Rio-Torto (2001) a postular o caráter estritamente sintático do gênero em português.

¹⁶¹ Não pretendemos, portanto, dar conta das especificidades de formação lexical substantival por afixação (prefixação, sufixação, parassíntese, conversão e regressão) ou composição (formações complexas ou compostas – aglutinadas ou justapostas), além de processos marginais como acronímia, empréstimos (xenismos ou barbarismos), hibridismos, abreviação, abreviatura e siglônimização; ou de formação lexical verbal, a distinguir questões relativas à conjugação (regularidade e irregularidade – defectividade, anomalia), formação dos tempos (tempos primitivos e derivados), distinção de formas nominais e verbais. Por conseguinte, os problemas de alomorfa e variação contingentes serão, explicitamente, suspensos para a discussão a ser tecida aqui, a não ser à guisa de ilustração de questão a ela pertinente. Em verdade, a complexidade de cada um desses temas, por si só, renderia teses em separado.

Não cremos, contudo, que essa linha de raciocínio seja sustentável de modo absoluto, porque há referentes para os quais a relação gênero gramatical/sexo é referendada pelo referente. Segundo Rocha (2000), o percentual de substantivos que admitem tal relação é minoritário, cerca de 5% do total dos substantivos da língua. De todo modo, não permite que represente uma regra categórica de funcionamento dessa categoria nominal, porque não se aplica à totalidade dos casos¹⁶². A confirmação da falibilidade da tese defendida por Graça Rio-Torto (2001) se verifica quando se levam em consideração ocorrências como as seguintes:

(30)E julgara Vasco por momentos que, ao expeli-la de tal modo das tenebrosas funduras onde a **monstra** se aninhara,

(31)Ai, a **sujeita** é matreira!

(32)a este, João, é que fora pouco mimoso da graça de Deus. Quando veio ao mundo, redondo como as pane-las de Vale de Ladrões, vestido de velo de rato, benzeram-se. O **crianço** papeava como se estivesse a dar a alminha ao Criador.

Observe-se ainda o caso a seguir, em que um termo, usualmente empregue para designar entes reificados, é usado para assinalar um ser humano e, possivelmente por esse motivo, sofre a derivação de gênero substantival, contrariando a norma vigente:

(33)- O Pinto Porto! - acudiu-lhe a Judite. - Isso, minha filha, o Pinto Porto.. A minha falta de memória para nomes.. Ora, nem esse **coiso**, o Pinto Porto, arranjava alguma da...

Há casos, porém, que contraditam argumentação supraconstruída, porque o exemplo representa uma quebra do gênero sintático padrão com uma referência não humana:

(34)Dá assim à coisa e, quer dizer, aquela máquina vai aproveitar o trigo grado e o partido vai à parte. Aquela máquina (..) INQ Separa? INF separa o **coiso**.

É possível, contudo, que, por se tratar de uma expressão referencial anafórica de um substantivo de gênero sintático masculino – o trigo – a expressão genérica capture seu gênero.

Observe-se mais um caso em que a forma em apreço funciona, cataforicamente, para indicar uma referência locativa:

(35)INQ1 E depois, ela dentro dessas tinas para onde é que se levava? INF Bem, bom, mesmo em cima de um carro. INQ1 Para onde? INF (..) Para o **coiso**, para o lagar (..). E depois lá no lagar...

¹⁶² Eis a razão de termos considerado a categoria prototipicamente de caráter flexional, definido por meio da vizinhança, ou seja, o gênero dos substantivos é sintático. Contudo, os substantivos cujos referentes são sexoados quadram melhor como deriváveis, porque sofrem alteração de sua base em função da natureza do referente. Para esses, então, não conviria tipificá-los como variações flexionais, mas derivacionais. Por conseguinte, a terminação também sofreria alteração terminológica, não sendo mais considerada vogal temática, mas sim desinência ou sufixo nominal de gênero.

A expressão ‘o coiso’, novamente, estaria a copiar o gênero do substantivo para o qual aponta, vez que não se trata de referente sexuado. Assim, essa derivação de gênero de substantivos de referentes não sexuados complexifica a descrição, porque contraria os casos típicos de derivação de base sintática ou genérica. Por outro lado, a ausência de uma definição clara de terminação, em língua portuguesa, para assinalar o gênero com base ou não na referência, sempre gerou oscilações a respeito da escolha de um dado gênero. Em sendo assim, outrora, as palavras *linguagem* (36) e *tribo* (37) tinham gêneros diferentes dos prescritos atualmente:

(36)Ca, segundo **o linguagem** grego, foy composto este nome per duas partes de leteras, convem a saber, de "es" e de "elleos", que quer dizer bathalhador honrrado e acabado em força e em lide.

(37)Depois da morte de El-Rei Saul, **o tribo** de Judá seguiu as partes de David, e os outros onze tribos obedeceram e juraram por seu rei a Isboseth, filho herdeiro do rei defunto.

Agora, palavras como *aguardente* (38), *agravante* (39), *poeta* (40), sofrem oscilações entre os usuários da língua.

(38)Ia-me esquecendo **o aguardente**, ou rum, como eles chamam.

(39)" Mas ele está preso, com **o agravante** de ser oficial superior; apesar da boa conduta em toda a vida profissional, ele passa a ser considerado um criminoso ", disse Alencar.

(40)**A poeta** faz o seu trabalho, toma do vazio algumas palavras, e humildemente espera, mas não sabe bem o quê.

Essas ocorrências de gênero estritamente sobrecomum, segundo a GT, conquanto de fontes de gêneros textuais de natureza diversa – o que não deixa de contribuir para uma relativa generalidade a respeito do que vamos declarar –, ilustram que, quando se trata de referentes sexuados, há uma tendência a identificar os relativos ao sexo masculino com a terminação ‘o’ e os ao sexo feminino com a terminação ‘a’. Em sendo assim, o gênero dos substantivos não seria categoria de cunho estritamente sintático, pois a natureza do referente pode influir no comportamento do gênero. A definição do estatuto mórfico das ditas vogais temáticas substantivais se torna problemática, porque, entre esses casos, não são estritamente parte da base lexical para a formação de outras formas, mas indicam o gênero (confundido com sexo) dos referentes codificados¹⁶³. De todo modo, a categoria do gênero não é inteiramente gramaticalizada, desde que se considerem esses morfemas desinências genéricas.

¹⁶³ Os casos de heteronímia (homem/mulher; bode/cabra; cavalo/égua), conforme a elucidativa exposição de Câmara Jr., não caracterizam derivação nem muito menos flexão, porque são bases léxicas de natureza diferente.

Isso porque a aposição de substantivos designadores de sexo – macho e fêmea – revela uma indicação, a se admitir a categoria como relacionada, nesses casos, explicitamente ao sexo, com bases puramente lexicais e não gramaticais. A aparição ou uso de casos como os listados abaixo com os termos *macho* e *fêmea* relaciona até mesmo sexualmente referentes humanos:

(41) Rita ainda teve forças pra pedir para o homem limpar o menino, ajeitar ele como pudesse ali mesmo pelo chão forrado de trapo, e lhe confirmar se ela tinha parido **um menino macho** a mais pra ganhar o mundo, ou uma mulher pra sofrer...

A indicação clara do sexo do referente parece não ser satisfeita com a terminação ou morfema intralexical de gênero dos substantivos codificadores de referentes sexuados.

A indicação do gênero dos substantivos de referentes sexuados apresenta ainda outros tipos de morfema além dos aditivos, os alternativos e os subtrativos. Os primeiros são metafônias e os últimos simplesmente supressões fônicas. Os exemplos abaixo esclarecem os casos minoritários de indicação mórfica do gênero de substantivos minoritários:

(42) avô – avó

(43) réu – ré

Mas, a nosso ver, o mais apropriado seria admitir que o gênero dos substantivos é heterogêneo, isto é, não reclamar uma condição categorial universal estritamente derivacional ou flexional. Em sendo assim, a maior parte dos substantivos atende ao quesito da derivação sintaticamente definida. No entanto, os substantivos cujos referentes são sexuados admitem a flexão de gênero, mesmo para aqueles cujo gênero, conforme as imposições prescritivas da GT, seria uniforme independentemente da natureza do referente ser masculina ou feminina¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Rocha (1998, p.213-219) também aposta em uma solução híbrida para o problema do gênero dos substantivos. Distingue, em primeiro lugar, os substantivos de gênero imanente e os substantivos de referentes sexuados, tal como fizemos. Revela que a maioria dos substantivos se insere no tipo imanente, sem sexualidade. Em seguida, demonstra que, entre os substantivos de referente sexuado, não há morfema único definidor de uma regularidade absoluta. Além disso, acresce que os substantivos portadores de referente sexuado, por razões pragmáticas, nem sempre atualizam formas substantivais para ambos os sexos, como é o caso de patentes militares. Esses alomorfos atestariam, juntamente com as lacunas de formas de um dos gêneros, o caráter derivativo dos substantivos. Mas, logo a seguir, o autor reconhece nisso um caráter flexivo-derivacional. Estamos concordes, em razão da irregularidade e da opcionalidade, que o substantivo, em relação aos imanentes, sejam categorizados como parte de um processo derivacional. Estamos concordes também que há uma oscilação para a definição do gênero dos substantivos, mas não concordamos com a admissão de que os substantivos de referentes sexuados apresentem um caráter flexivo-derivacional pura e simplesmente. Finalmente, há os casos completamente alheios aos alomorfos, compondo formações inteiramente aleatórias dos morfemas de gênero, isto é, muito idiosincráticas ou uniusuais, tais como *frade-freira*; *silfo-silfide*. Não se trata de amor à polêmica, mas admissão de que, para os referentes sexuados, é possível considerar as terminações o/a como desinências de gênero em razão da expectativa de regularidade, comprovada pelas ocorrências (30), (31) e (32). Como resultado, estamos de acordo com relação ao caráter flexivo-derivacional, mas o caráter derivacional é periférico. Ademais, as desinências o-a são o protótipo de morfemas de gênero substantival. Não raro, usuários infantis da língua questionam adultos sobre a propriedade de ‘fofura’ para designar bebês do sexo masculino. Essa propensão

A propensão da GT em considerar o gênero uma categoria do âmbito da flexão se deve, a nosso ver, à propensão dos estudiosos tradicionais de universalizar a categoria com base em um *parâmetro antropocêntrico*¹⁶⁵. Com efeito, os seres animados, em especial os seres humanos, são sexuados. A referência privilegiada natural conferida aos seres humanos proveu a tradição com o entendimento de que o gênero seria uma categoria flexional, porque, entre os substantivos cujos radicais se mantêm para referentes de ambos os sexos, pode-se falar em flexão de gênero efetivamente (embora com morfemas concorrentes).

Essa compreensão pode ser radicada em um percurso já mencionado do mais concreto para o mais abstrato, sem que, contudo, os níveis mais elevados de abstração se despreguem inteiramente de noções dos níveis mais concretos. Em sendo assim, é compreensível que a morfologização do gênero tenha ocorrido, de modo assistemático, apenas para os substantivos sexuados, especialmente os referentes aos seres humanos. Essa morfologização ou sedimentação mórfica gera a expectativa de que haja regularidade entre todos os substantivos, constituindo um falseamento explicável à luz de uma descrição governada, a um só tempo, por parâmetros universalistas e antropocêntricos¹⁶⁶.

Os substantivos apresentam outros problemas formais. Isto é, as categorias avocadas para explicar o seu enquadramento como classe não são simplesmente identificáveis porque não se encontram integralmente gramaticalizadas, isto é, morfologizadas. Aliás, a concorrência entre as formas gramaticalizadas e as formas lexicais para a expressão dessas categorias não poderia ser diferente, uma vez que as formas mais gramaticalizadas indicadoras de categorias de qualquer ordem, presume-se, em conformidade com nossas considerações introdutórias, surgiram de formas lexicais, as quais, por meio de abstratizações sucessivas,

revela a expectativa de regularidade que nos pode permitir a generalização para esse universo de substantivos com a aceitação da alomorfa para completar o quadro flexional de gênero. Porém, um trabalho interessante seria o cômputo rigoroso da produtividade de todos os morfemas indicadores de gênero entre os substantivos de referente sexuado, assim como uma varredura o mais possível exaustiva dos substantivos para os quais não há forma correlata por razões pragmáticas. A avaliação da lacunaridade do gênero dos substantivos de referentes sexuados permitiria a certificação do caráter periférico da derivacionalidade dos substantivos de referente sexuado. O autor, contudo, ao fim e ao cabo, opta pela flexi-derivação: “*Gênero é, portanto, um mecanismo lingüístico complexo sobre o qual atuam Regras Sintáticas de Concordância, Regras Morfológicas de Derivação (sobre o substantivo) e Regras Morfológicas de Flexão (sobre o substantivo e sobre os determinantes)*” (1998, p.219).

¹⁶⁵ A perspectiva antípoda desta é a da negação à subclasse substantival como um todo de qualquer vestígio de flexão, o que nos parece impróprio para o grupo minoritário de substantivos flectíveis em virtude da natureza do referente.

¹⁶⁶ Uma língua que conservasse uma parametrização formal/funcional bem definida entre os gêneros e os referentes deveria apresentar uma base lexical para os referentes sexuados, com morfemas de gênero distintivos em âmbito intralexical (morfemas aditivos, subtrativos ou alternativos) juntamente com possíveis concordâncias correlativas; e outras terminações para as bases lexicais de referentes desprovidos de sexo. Haveria, nesse caso, uma correspondência estrita para os morfemas dos gêneros masculino, feminino e neutro. O português não apresenta os mesmos radicais ou bases lexicais para referentes do mesmo campo semântico, e muito menos terminações privativas conforme a natureza do referente ser sexuada ou não.

correlatas de mudanças sintáticas (paradigmatização ou decategorização), semânticas (decategorização) e fonológicas (perda fônica), atingiram o estatuto de categorias flexionais ou derivacionais.

O número também não é expresso tão somente por meio da ausência ou presença do morfema sufixal flexional ‘s’ e seus alomorfes, os quais designam, respectivamente, o singular e o plural. Pode ser expresso apenas sintaticamente, para o caso dos substantivos terminados em ‘s’ ou ‘x’, como ilustrado, respectivamente em (44) e (45). Pode ser expresso lexicalmente, por meio de expressões quantificadoras indefinidas, por meio de repetição, ou uma relativa em vias de petrificação, o que se pode verificar, respectivamente, em (46), (47) e (48):

(44)(...) os **ônus** a cargo do consumidor, (...)

(45)- São então duas **fênix**.

(46)É **um monte** de coisa com **um monte** de dinheiro.

(47)Tio Lluís tem razão: **merda, merda, merda!**

(48)É isso que está acontecendo. “Bota a polícia!” Maravilha, podemos prender gente **que não acaba mais**.

Outra classe problemática para ser definida com base na forma é a dos advérbios. A gramática tradicional postula que se trata de uma classe invariável, quando, notoriamente, os advérbios variam, derivacionalmente, em grau.

Conforme adiantamos, não vamos discutir *pari passu* cada uma das classes tradicionais, mas apenas apontar problemas mais razoavelmente conhecidos e mostrar que não há expressão puramente gramatical para as categorias constituintes dessas classes.

É mister acrescer que as variações mórficas seriam mais definidas como morfossintáticas ou fonotáticas porque dependem de injunções sintáticas e fonológicas para tomar lugar.

2.3.2. O critério distribucional

A visão estruturalista radical, abraçada por Harris e Gleason (1985), por exemplo, cuja voga se deu até meados do século XX, definia os constituintes imediatos sintáticos com base na distribuição conjugada com a comutação. Mas, para esses autores, o problema das classes de palavras tornou-se secundário em virtude de emprestar maior relevo às unidades

lingüísticas intralexicais. De todo modo, a componente sintática é tomada como pedra de toque para a identificação e a rotulação das unidades formais e funcionais da língua:

A melhor maneira de formular a estrutura do significado numa frase é em termos de uma hierarquia de C.I. A estrutura imediatamente óbvia numa frase, tal como é articulada ou ouvida, é a de uma seqüência linear de elementos. As palavras (ou os morfemas) parecem suceder-se umas às outras, mas a verdade é que não se encontram relacionadas necessariamente de modo significativo com as palavras que as precedem ou que se lhes sucedem. (...) Para compreender a forma, o ouvinte deve, de alguma maneira, identificar essas relações. Isso equivale a ter que deduzir a estrutura dos C.I. ou de algo com propriedades idênticas. Doutro modo, o significado escapa-lhe-á. (GLEASON, 1985, p.159).

A perspectiva em favor da supremacia da sintaxe, abraçada pelos autores supracitados, não é mais abertamente defendida, nem mesmo, conforme já ilustramos, por adeptos do gerativismo. Marcou, contudo, um período de prolíficos estudos de estrutura com uma virtuosa busca de parâmetros descritivos rigorosos.

Segundo Perini, Liberato, Saraiva & Fulgêncio (1998), o critério distribucional parece sustentar tão somente em combinação, não hierarquizável, com fatores de ordem morfológica e semântica. Após periciar identidades e diferenças dos membros da classe nominal (substantivos e adjetivos), os autores apresentam proposta de taxionomia não radicada em traços excludentes, mas coincidentes, a não ser para a utilização de distinguir subclasses. Retornaremos às postulações desses autores aquando do debate sobre as particularidades das macroclasses e suas subclasses.

Se o critério distribucionalista for confundido com uma noção relacional geral, a concepção sintaticista de Apolônio Díscolo, em termos teóricos, contribuiria para, pelo menos, ampliar o potencial explicativo de ordem distribucional. Contudo, a segmentação e a valoração excessivas com base na sintaxe da frase representam uma análise reducionista, que, em suma, não responde à exigência de modelos voltados para uma descrição funcional.

Resta dizer, nesta revista sumariíssima, que o aspecto distribucional, no sentido estruturalista não é mais adotável, a não ser combinada e equitativamente com os demais aspectos.

2.3.3. O critério semântico tradicional e o discursivo

O que entendemos por critério semântico tradicional é o atrelamento do significado a noções estritas de referência sem o concurso de pactos ou acordos interdiscursivos e da relação entre significado lexical e gramatical definida em segmentações muito compartimentadas. Em primeiro lugar, cuidemos da noção tradicional de referência.

A noção tradicional é caudatária da visão saussureana de desvinculamento do signo lingüístico da referência extralingüística, não necessariamente sensível. Segundo Cardoso (2003), Saussure, ao definir o signo, extirpa o referente. Naturalmente, a declaração de exclusão não implicou, efetivamente, a exclusão do referente da relação triádica fundamental de significante, significado e referente. De todo modo, contribuiu para construir o entendimento de que o significado pré-existe às interações concretas, ou que, pior, prescinde das enunciações para sua formação. O esforço de erigir uma descrição formalmente rigorosa com base em predictibilidade similar à das ciências formais ou naturais seria o principal responsável pela exclusão do referente, por natureza onticamente polifenomênico. A língua, como resultado dessa empreitada epistemológica saussuriana, pôde ser considerada como um sistema autônomo, independente dos próprios usuários.

Não discutamos aqui todas as implicações desse expurgo do referente, mas Coseriu (1979) explica-nos que o mestre genebrino teria confundido metodologia com ontologia. Abstrair é uma operação inalienável de toda e qualquer investigação humana, mas essa operação não deve ser confundida com o próprio objeto investigado. Em sendo assim, a língua, inelutavelmente, será segmentada ao ser analisada por qualquer pesquisador, mas não significa dizer que será a língua o resultado de sua investigação. Um dado trabalho, por mais rigorosamente bem montado em termos metodológicos, não dirá o que é um dado fenômeno, a não ser que module sua dição para um sensato relativismo descritivo. Analisada a fundação e a implicação fundamental dessa concepção de significado puramente intralingüístico, discutamos a secção extrema entre léxico e gramática.

A distinção sectária de léxico e gramática acaba por desembocar na relação de produtividade ou de gramaticalidade, porque diz respeito ao problema da referencialidade mais ampla ou restrita como marco regulatório da fronteira entre léxico e gramática.

Para sediar apropriadamente o alcance dessa concepção de significado, importa, sumariamente, destacar que a tradição filosófica também tem seu contributo, na medida em que se recorre à dicotomia significado lexical como próprio da referência extralingüística e significado gramatical como próprio da referência intralingüística. Em primeiro lugar, há uma hierarquização dos dois tipos de significado, conferindo-se ao significado lexical uma posição superior em relação ao gramatical. A dicotomia é abertamente aceite por Chaves (1981, p.147), o que se pode atestar por meio da análise do quadro a seguir:

	Dicotomia fundamental	Classes	Subclasses
--	-----------------------	---------	------------

Espécies de palavras	Palavras lexicográficas	Nome	Substantivo Qualificativo Numeral Adverbial
		Pronome (enquanto substitui o substantivo)	Pessoal Demonstrativo Possessivo Indefinido Numeral Relativo
		Verbo	
	Instrumentos gramaticais	Determinante	Especificativo (artigo) Demonstrativo Possessivo Indefinido Numeral Adverbial
		Pronome	Relativo Morfema de pessoa
		Conectivo	Coordenante Subordinante Correlativo

Quadro 18

O quadro não pretende escamotear nada no tocante à bipartição fundamental de palavras lexicais e instrumentos gramaticais. Aliás, o estatuto de gramaticalidade impera de tal modo entre os ditos instrumentos gramaticais que não são sequer referidos como palavras. A designação de palavras lexicográficas também é instrutiva vez que indicia que os itens merecedores de abonação dicionarial são estritamente os portadores de estatuto lexical.

A nosso ver, a gramática não estaria destituída de significado, mas, relativa às componentes mais estruturais, fonológica, morfológica, morfossintática e sintática, seu significado não migraria para um universo extralingüístico, senão em ocorrências marcadas. Essa noção, contudo, não é a abraçada pela visão tradicionalista, que imputa à gramática uma estranha privação de significado, em razão de seu significado ser, supostamente, estritamente intralingüístico.

A referência do universo extralingüístico, entendido como todo e qualquer ente em qualquer mundo possível, não se restringiria a marcar as relações estruturais intralingüísticas,

conquanto estas últimas, é bastante crível¹⁶⁷, tenham seu sedimento profundo em metáforas oriundas de experiências não apenas ligadas a qualquer universo extralingüístico, mas ligadas ao mundo sensível, as quais, sucessivamente, sofreram abstratizações a ponto de erigir o que se concebe hoje como gramática. Esse entendimento coincide com as noções retrovistas de Halliday e Givón sobre o aspecto ontogenético da gramática. O significado lexical e o gramatical podem ser referencialmente tidos como diferentes desde que se compreenda que há níveis de abstração referencial distintos.

Para nós, em última análise, a distinção de léxico e gramática com base em estatutos diferentes de referencialidade é defensável, mas não de modo dicotômico, conforme propugna Melo (1981). Com efeito, é possível considerar que há estágios de referenciação mais concretos, vez que os entes são até mesmo demonstráveis ou apontáveis por meio de ostensão, e, em contrapartida, patamares bastante abstratos, em cuja base transitam entes para os quais não há sequer uma imagem ou conceito bem definido, como as preposições ou noções fonêmicas, ou ainda signos para os quais há amplitude referencial exponencial. Poder-se-ia objetar, com relação ao estatuto referencial dos dois últimos entes, que não se mencionariam tais entes a não ser em análises metalingüísticas, as quais não fariam parte das interações cotidianas comuns. Consideramos tal objeção insuficiente, uma vez que a possibilidade de referir tais entes não necessita pertencer ao âmbito popular para assegurar seu caráter ontológico. Um determinado ente não pode ser aferido ou ter sua existência reconhecida em razão de uma padronização ou massificação lingüístico-referencial. O que queremos dizer é que a distinção entre léxico e gramática é pertinente porque é concebível, em nosso uso corriqueiro, quer como leigos quer como especialistas, uma escala de concreção e abstração, desde entes identificáveis no universo extramental, ou seja, portadores de tangibilidade sensível, até entes cuja referência ou designação não tem nenhum parâmetro que não conceitos puramente teóricos. Não encerramos essa discussão aqui. O debate concernente à montagem de uma escala de referenciabilidade é travado no capítulo seguinte.

Julgamos problemático também entender que o léxico apresenta um inventário aberto e a gramática um inventário fechado. Essa diferenciação é admissível em termos quantitativos, desde que não se requeira uma imobilidade gestacional da gramática, o que torna essa

¹⁶⁷ A própria terminologia gramatical está repleta de metaforizações que se construíram de um percurso cognitivo concreto>abstrato, v.g., a noção do caso *ablativo*, oriunda de uma indicação de espacial originariamente concreta de afastamento, aplicável para muitos referentes concretos, mas que se estende a âmbitos espaciais mais abstratos. De todo modo, a espacialidade original presente no termo metalingüístico (ab-latum, afastado, retirado) indicia sua origem fundada em metáfora do espaço concreto. Uma outra designação gramatical, *objeto direto*, também parte de noções espaciais concretas, o que se lança em frente de forma direta, para designar entes mais abstratos como extratos das sentenças.

assunção insustentável. Não há que duvidar da maior produtividade do léxico em relação à gestação de formas gramaticais. No entanto, a germinação gramatical rende novas conformações ou atentados contra a constituição vigente da gramática. Significa dizer que é admissível uma produtividade maior do léxico, vez que seu inventário é, de antemão, mais numeroso, mas não uma esterilidade da gramática¹⁶⁸. A grade gramatical não cessa de sofrer reajustes, conforme já discutimos. Importa, em suma, apenas modalizar de modo mais ponderado acerca da diferença de produtividade entre léxico e gramática. A flutuação da gramática, que arregimenta novas formações do léxico, é inquestionável para os padrões de análise correntes.

A visão tradicional de significado estritamente gramatical também está consorciada ao atrelamento de traços semânticos categoriais rígidos para a definição das classes de palavra. Assim, os substantivos designam os seres; os verbos indicam ações, estados ou processos com um espectro temporal; os adjetivos apresentam qualidades aos nomes; os advérbios modificam os verbos; etc. Tais noções, conforme temos discutido ao longo desta tese, mostram-se insuficientes em razão do rigorismo categorial.

Naturalmente, há diversas teorias, de foco mais ou menos estruturalista, funcionalista ou filosófico, que esboçaram explicações sobre a natureza do significado em âmbito lexical ou frasal. Até a presente altura de nossa discussão, nesse tópico, o que nos interessa é o significado em âmbito lexical. Isso porque é o mais determinante para a fundamentação de questões relativas às classes de palavra ou partes do discurso.

Em Duarte (2003), há um sumário de determinadas teorias semânticas: imagística, behaviorista ou extensionalista. Ocupam-se fundamentalmente da relação de expressões nominais e seus referentes. Portanto, não se voltam para o problema das partes do discurso. Todas apresentam insuficiências. A primeira em virtude da ausência de correlação uma entre a expressão referencial e as possíveis imagens, vez que para uma dada expressão referencial, por razões culturais ou subjetivas, são possíveis inúmeras imagens e, ademais, para uma mesma imagem adequam-se diversas expressões referenciais. Em sendo assim, explicar o significado com base em uma correlação signo /imagem é impraticável. A behaviorista, cujo principal defensor entre lingüistas é Bloomfield (1984), também se torna vulnerável em razão

¹⁶⁸ Uma forma clara de atestar a produtividade lexical é simplesmente observar as abonações crescentes do VOLP em sua 4ª. edição publicada em 2004. Poder-se-ia contestar alegando ter havido incremento lexicográfico recentemente, mas não se trata estritamente disso, mas sim de uma ampliação do universo referencial nas sociedades ocidentais que são ininterruptamente evolventes em termos tecnológicos e socioeconômicos. Frise-se ainda que, ao nos referirmos à produtividade, queremos dizer verbigeratividade, ou seja, aparecimento efetivo de novos itens lexicais. O termo produtividade, se considerado em termos quantitativos, implicaria um maior uso das palavras ditas gramaticais, que, nesse sentido, são muito mais freqüentes ou mais produtivas.

de explicar o significado lexical à base de conceituações oriundas das ciências naturais. A mera oposição de conceitos das ciências naturais não implica nenhuma elucidação da relação entre os signos e seu significado. Finalmente, a teoria extensionalista é falha por reclamar existência dos referentes no mundo extramental, o que, notoriamente, é insustentável uma vez que inúmeros referentes não são ostensíveis, ou seja, não são passíveis de uma verificação *ad oculos*.

Teorias semióticas têm escopo muito mais amplo. Não se ocupam estritamente de problemas de categorização verbal. De todo modo, considerações de Eco (1998) foram aduzidas com vistas a deslindar conceitos fundamentais relativos à categorização.

Finalmente, a noção de objeto do discurso, a que nos parece mais plausível para a definição da relação entre os signos e os referentes, tem sido abraçada ultimamente. Uma discussão mais aprofundada é encetada na seção referente às proformas nominais.

2.3.4. O critério da produtividade

A discussão pertinente à produtividade já foi principiada na seção anterior. Ela se radica em uma maior ou menor cobrança designativa ou apelativa. Nesse sentido, naturalmente, os itens lexicais referidores de entes de qualquer mundo possível, exceto a metalinguagem, surgem em ritmo muito mais célere do que os formativos constituintes do que se concebe como gramática ou estrutura gramatical. Então, a produtividade a que se faz alusão aqui diz respeito à verbigeratividade, ou seja, ao surgimento de novos itens lexicais. Assim, o léxico, em sentido estrito, é mais produtivo, ou seja, mais verbigerante, do que a gramática, em sentido estrito, vez que o rearranjo dos dispositivos gramaticais é muito lento e raro, embora não inexistente.

Reside nessa bipartição a suposição de um campo de significação característico do léxico e outro da gramática. Os significados podem ser bipartidos, fundamentalmente, em dois tipos, os que referem qualquer entidade identificável por meio de uma imagem ou passíveis de ostensão (designação direta em uma possível situação comunicativa, ou seja, entes que apresentam concretude no mundo extramental), e os que referem entes desprovidos das propriedades semânticas mencionadas. Os primeiros são usualmente reconhecidos como signos lingüísticos portadores de significado lexical, os quais também são denominados de morfemas lexicais (MARTINET, 1983). Os últimos são elementos morfológicos que, em última instância de realização, não encontram sequer sobrevivência referencial isoladamente.

Por outras palavras, são mais abstratos uma vez que sua pronúncia isoladamente não é, na maioria dos casos, possível. Observemos a contribuição de Jakobson (1970):

Apesar da existência de algumas formações de transição ou limítrofes, há na língua, nítida e definida, uma discriminação entre estas duas classes de conceitos – materiais e de relação – ou, em termos mais técnicos, entre seu aspecto lexical e seu aspecto gramatical. O linguísta deve ser fiel a esta dicotomia estrutural objetiva e traduzir cabalmente em sua metalinguagem técnica os conceitos gramaticais de fato existentes numa dada língua, sem impor quaisquer categorias arbitrárias ou estranhas à língua observada. (JAKOBSON, 1970, p.66)

Importa ressaltar ainda, a respeito dos morfemas gramaticais, que eles são identificados por meio de contrastes funcionais com os demais. Por fim, conforme já dissemos na seção 1, a propósito da distinção léxico-gramática, a gramaticalização, em estágio avançado ou não, não se incompatibiliza com processos alternativos de referência por meios de morfemas lexicais. A rigor, eles convivem nos sistemas lingüísticos de qualquer língua natural. À guisa de ilustração, em português, a expressão do superlativo pode ser codificada por meio de afixos (prefixos ou sufixos) e por meio da repetição lexical¹⁶⁹.

Entre os lingüistas contemporâneos, o principal advogado da bipartição do léxico em uma dupla estruturação é Martinet (1983). Essas duas grandes vigas são intituladas de articulações da linguagem. A primeira articulação tem estatuto referencial pleno e apresenta, em virtude dessa maior representatividade referencial (potencial e real), um caráter aberto. Isso porque os referentes estão sujeitos a mudanças, ou ainda novos referentes, em uma civilização tecnologicamente inventiva como a nossa, estão constantemente a aparecer, demandando, destarte, novas designações lingüísticas. A segunda articulação da linguagem não estaria sujeita às mesmas pressões de mudança, em virtude disso seus itens constituintes teriam um caráter de fixidez ou estabilidade formal e semântica muito maior do que os da primeira articulação. Seus itens não teriam contraparte referencial do mesmo estatuto dos itens da primeira articulação. Assim, v.g., os fonemas não manifestam seu significado isoladamente, não podendo, em razão disso, referir (instaurar a identificação de um dado ente) ou compor significado em termos equivalentes aos de um nome ou um verbo.

Macambira (1981, p.22) também deposita algum crédito na produtividade para distinguir macroclasses de palavras em dois grandes grupos, um sistema aberto e um fechado:

Chama-se *aberto*, porque o número das palavras é ilimitado e tende a crescer no decorrer do tempo. Ao sistema aberto pertencem as quatro classes seguintes: o substantivo, o adjetivo, o verbo e o advérbio nominal, que de quando em quando agasalham novo termo.

Supõe, por conseguinte, que a produtividade seja privativa dessas quatro classes.

¹⁶⁹ A fim de analisar exemplos em abundância, vide o dicionário de gramaticalizações de Heine & Kuteva (2002).

Chama-se *fechado*, porque o número das palavras não tende a crescer, mas antes a se conservar como era no tempo de Pedro Álvares Cabral. Ao sistema fechado pertencem as sete classes seguintes: o artigo, o numeral, o pronome, o advérbio pronominal, a preposição, a conjunção e a interjeição. (1981, p.23)

É interessante chamar atenção para a bipartição das formas adverbiais em nominais e pronominais.

Subjacente a essa bipartição está a compreensão de que a língua apresenta um sistema motivado pela abertura referencial e um fechado por referir significados gramaticais. Por outras palavras, supõe-se que há uma demarcação nítida entre o significado referencial e o significado gramatical. Nem sempre, contudo, é fácil, parece-nos, provar que tal assertiva é verdadeira, ainda que também creiamos na sustentabilidade e operacionalidade dessa diferenciação.

Macambira (1981, p.24) adita um comentário interessante quanto à frequência de ocorrência dos dois grandes grupos de palavras da língua:

Embora numericamente inferior, o sistema fechado ocorre porém com maior frequência do que o sistema aberto. As preposições *em, de, a*, por exemplo, encontram-se, em geral, mais frequentes em qualquer trecho do que um substantivo, adjetivo ou verbo qualquer.

Esse comentário nos será caro, visto que vai ao encontro de nossa tese de que a generalização semântica decorre exatamente de uma espécie de usança acentuada. Não nos parece casual que as preposições mencionadas pelo autor não sejam as preposições acidentais, cujo caráter preposicional ainda se encontra em vias de assentamento. Diferentemente, as preposições citadas são formas antigas da língua, daí a sua plurivalência semântica, que, acresça-se, é mais abstrata e estritamente intralingüística (a não ser em usos marcados, como personagens apologéticos ou nominalizações metalingüísticas).

De modo que nos parece mais refinado, Rosa (2000, p.89) procura definir a produtividade com base na Regra de Formação de Palavras (doravante, RFP), porque a morfologia opera com virtualidades lexicais, as quais seriam previsíveis, em termos relativos. Nesses termos, tenta delimitar o âmbito do léxico e da gramática. Já discutimos em 1.1.1.2. que teóricos experimentados nem sempre demarcam com nitidez as fronteiras entre léxico e gramática. Para esse mister, a derivação ora é incluída no léxico, ora na gramática. No caso de Rosa (2000), inclui-se a derivação no âmbito do léxico, por julgar que a produtividade diz respeito às palavras de inventário aberto. Optamos, contudo, pela sua inclusão na gramática, em razão de apresentar regularidade relativa. O que entendemos por regularidade relativa é que as categorias nominais e as particularidades semânticas expressas por afixos apresentam relativa estabilidade. Assim, à guisa de ilustração, supondo-se que os afixos derivacionais

teriam, eles também, seus elementos prototípicos. Por exemplo, em termos prototípicos, isto é, como itens identificados como os melhores exemplares da subclasse de afixos derivacionais, o sufixo *-dade* formaria itens lexicais referidores de qualidade abstrata e o sufixo *-ense* comporia os adjetivos pátrios ou gentílicos. Naturalmente, tais afixos não evitam que outros afixos expressem as mesmas noções, mas eles configuram tipos, possivelmente pelo maior grau de incidência. Por exemplo, a concorrer com *-dade*, o sufixo *-eza*, com *-ense*, os sufixos *-eiro*, *-ano*, entre outras formas inteiramente idiossincráticas.

Lyons (1975, p.436), a princípio, não desqualifica a distinção entre significado lexical e significado gramatical:

O primeiro ponto a perceber é que os itens lexicais são tradicionalmente tidos como portadores tanto de ‘significado lexical’ como ‘significado gramatical’ (tanto significado ‘material’ quanto ‘formal’). Para empregar a terminologia da escolástica, uma gramática ‘especulativa’: um item lexical particular, e.g., *vaca*, não apenas ‘significa’ um ‘conceito’ particular (o significado ‘material’, ou ‘lexical’, do item em questão), mas ele significa de acordo com um ‘modo de significar’ particular, e.g., como uma ‘substância’, uma ‘qualidade’, uma ‘ação’, etc. Embora raramente os lingüistas refiram-se nesses termos atualmente, esta concepção geral da diferença entre o significado ‘lexical’ e ‘gramatical’ de itens lexicais é ainda corrente. Além disso, pareceria ter uma certa validade. (LYONS, 1975, p.436).¹⁷⁰

Importa observar a suposição de que há traços semânticos extensionais marcadores de classe. Tal concepção corresponde à visão tradicionalista de partição das classes, a qual é abraçada abertamente tão somente pelos adeptos da gramática tradicional em sua vertente mais ortodoxa.

Percebe-se a admissão da distinção com restrições. Isso se deve ao fato de a sustentação da diferença não ser inteiramente corroborada pelas línguas naturais concretas. De algum modo, esse assunto já foi mencionado nesta tese, ao se discutir as diferenças de léxico e gramática. Lyons (1975, p.438) retoma a discussão nos seguintes termos:

Considera-se tradicionalmente que os itens lexicais têm tanto significado ‘lexical’ (‘material’) e ‘gramatical’ (‘formal’). Itens gramaticais são geralmente descritos como possuindo apenas significado ‘gramatical’. Vimos que um certo número de itens que ocorrem na estrutura de superfície das sentenças como ‘verbos’ podem ser interpretados como a ‘realização lexical’ de distinções ‘gramaticais’ aspectuais, causativas e outras. Se essas sugestões estavam corretas ou não é uma questão que podemos deixar por um lado. No presente estado da teoria sintática, a distinção entre itens lexicais e gramaticais é de algum modo indeterminada. A razão é que a distinção entre conjuntos abertos e fechados de alternativos pode apenas ser aplicada com respeito às posições de ‘escolha’ na estrutura

¹⁷⁰ The first point to notice is that lexical items are traditionally said to have both ‘lexical’ and ‘grammatical meaning’ (both ‘material’ and ‘formal meaning’). To employ the terminology of scholastic, ‘speculative’ grammar: a particular lexical item, e.g., *cow*, not only ‘signifies’ a particular ‘concept’ (the ‘material’, or ‘lexical’, meaning of the item in question), but it does so according to a particular ‘mode of signifying’, e.g. as a ‘substance’, a ‘quality’, an ‘action’, etc. although linguists rarely express themselves in these terms nowadays, this general conception of the difference between the ‘lexical’ and ‘grammatical’ meaning of lexical items is still current. Moreover, it would seem to have a certain validity. (LYONS, 1975, p.436).

profunda das sentenças; e, como nós temos visto, há considerável espaço para desacordo em relação ao lugar em que essas posições de ‘escolha’ estão. (1975, p.438).¹⁷¹

É mister considerar que as posições de escolha em inglês são mais variadas que em português, que possui um sistema morfológico mais rico do que o inglês.

Finalmente, em termos absolutos, Lyons (1975) postula ser impraticável uma distinção essencial entre os dois tipos de significado:

O principal ponto que deve ser estabelecido aqui é que não parece existir diferença essencial entre o ‘tipo de significado’ associado com itens lexicais e o ‘tipo de significado’ associado com itens gramaticais naqueles casos em que a distinção entre esses dois tipos de classes de elementos de estrutura profunda pode ser firmada. As noções de ‘sentido’ e ‘referência’ são aplicáveis a ambos. Se existe qualquer generalização que possa ser feita sobre o significado de elementos gramaticais (e será lembrado que certos elementos ‘puramente gramaticais’ não têm significado), pareceria ser que ‘escolhas’ gramaticais têm a ver com noções gerais de referência espacial e temporal, causação, processo, individuação, etc(...) Entretanto, não podemos supor de antemão que tais noções, mesmo se forem claramente identificáveis, serão necessariamente ‘gramaticalizadas’, mais do que ‘lexicalizadas’, na estrutura de qualquer língua particular. (1975, p.438).¹⁷²

Inclina-se, ao menos em alguma medida, para uma visão de que a gramática está subsumida no léxico, e, por conseguinte, a gramaticalização poderia ser considerada um epifenômeno da lexicalização incidente de modo irregular nas diferentes línguas. Ou ainda de que procedimentos gramaticais ou lexicais concorrem para a expressão de funções gramaticais. Como se apresenta uma noção de fronteira, a opção do analista pode bandear para um ou outro lado da linha divisória ou de interseção dos pontos de controvérsia.

2.3.5. O critério morfossemântico

¹⁷¹ Lexical items are traditionally said to have both ‘lexical’ (‘material’) and ‘grammatical’ (‘formal’) meaning. Grammatical items are generally described as having only ‘grammatical’ meaning. (...) we saw that a certain number of items that occur in the surface structure of sentences as ‘verbs’ can be interpreted as the ‘lexical realization’ of aspectual, causative and other ‘grammatical’ distinctions. Whether these suggestions were correct or not is a question that we may leave on one side. In the present state of syntactic theory, the distinction between grammatical and lexical items is somewhat indeterminate. The reason is that the distinction between open and closed sets of alternatives can only be applied with respect to the positions of ‘choice’ in the deep structure of sentences; and, as we have seen, there is considerable room for disagreement as to where these positions of ‘choice’ are. (1975:438).

¹⁷² The main point that must be made here is that there seems to be no essential difference between the ‘kind of meaning’ associated with lexical items and the ‘kind of meaning’ associated with grammatical items in those cases where the distinction between these two classes of deep-structure elements can be drawn. The notions of ‘sense’ and ‘reference’ are applicable to both. If there is any generalization that can be made about the meaning of grammatical elements (and it will be recalled that certain ‘purely grammatical’ elements have no meaning), it would seem to be that grammatical ‘choices’ have to do with the general notions of spatial and temporal reference, causation, process, individuation, etc. (...) However, we cannot assume in advance that such notions, even if they are clearly identifiable, will necessarily be ‘grammaticalized’, rather than ‘lexicalized’, in the structure of any particular language. (1975, p.438).

O critério morfossemântico tem, como principal adepto, na doxologia lingüística brasileira, Camara Jr.. As teorizações de Camara Jr. estão distribuídas entre suas diversas obras, mas vamos centrar nossas considerações em sua obra mais completa, *Princípios de Lingüística Geral*. À sua concepção aderiram outros autores, como Melo (1981).

Consiste em associar o comportamento das formas a algum traço semântico, fundamentalmente. Os fatores distribucionais não são enfocados, ou, se o são, a reboque de traços formais e nocionais.

A aderência a esses critérios pode ser revelada em Camara Jr. (1997), v.g., ao classificar a prefixação como processo de formação por composição, ao contrário do que prescreve a maioria das gramáticas correntes. A opção por essa classificação reside exatamente na suposição de que os prefixos portam carga semântica suficiente para lhes conferir um estatuto de lexicalidade. Como resultado, a prefixação é considerada um tipo de composição.

Outro exemplo de sua adesão ao critério morfossemântico se encontra na própria configuração da classe pronominal como uma macroclasse. Para ele, o que conecta pronomes substantivais, pronomes adjetivais e pronomes adverbiais é o caráter de pronominalidade, cuja definição é essencialmente semântica. A pronominalidade em Camara Jr. (1989, p.157) é entendida como propriedade substitutiva de matiz genérico. É o significado gramatical que mais importa para definir o estatuto do pronome como tal.

Mas a tripartição dos tipos de significado em semantemas e morfemas com subtipos fundamenta sua concepção salientemente morfossemântica, conforme se pode depreender do seguinte trecho:

A significação lingüística, *lato sensu*, pode ser de três espécies: 1) uma referência permanente às coisas e fenômenos do mundo exterior e às sensações, volições e idéias o nosso mundo interior; 2) um enquadramento desses 'significados' nas categorias mentais que a língua em apreço leva em conta; 3) um índice da relação que nas frases da língua se estabelece entre as formas constituintes.

O primeiro tipo de significado é próprio do semantema, que se morfologiza por meio de raízes, as quais não estão sujeitas a uma restrição referencial. De todo modo, a noção se funda em traços mórficos e semânticos. Os dois outros tipos são morfemas. Notemos que tanto aspectos de ordem cognitiva quanto sintática (que ele chama de *morfema de posição* (1989, p.112)) estão quadrados no âmbito mórfico e semântico. Essas noções vão sendo elicitadas mais claramente à medida que o autor avança em suas perquirições, conforme podemos verificar a seguir.

Câmara Jr. (1989, p.117) também partilha do ponto de vista da maior verbigeratividade dos ‘semantemas’ ou itens lexicais em sentido estrito:

Os semantemas numa língua não se encerram, como os morfemas, num quadro limitado e praticamente fechado, de que a gramática poder dar uma exposição cabal; eles constituem um conjunto aberto e ilimitado (que facilmente se restringe ou amplia com as mudanças da vida social) e não é possível enumerar exaustivamente as raízes, ou semantemas primários, de uma língua dada. (CAMARA JR, 1989, p.117)

É interessante verificar que Camara Jr. (1989, p.118) já se valia da noção de continuum para explicar a natureza do semantema:

Podemos dizer que a significação de um semantema abrange um contínuo significativo e não é uma significação pontual. Há uma significação básica e inerente ao segmento fônico, independentemente dos contextos em que pode aparecer; mas é uma significação fluida e cambiante, que assume vários ‘modos’ de ser. Pode-se compará-la a um pano furta-cor, do qual cada tonalidade precisa depende da posição em que nos colocamos em relação a ele, assim como para o semantema cada significação precisa depende do contexto em que se acha. (CAMARA JR, 1989, p.118)

Assinale-se ainda que Câmara Jr (1989) não tinha uma visão ingênua a respeito da morfologização das categorias em um dado sistema lingüístico. Para o referido:

(...) há, ao lado das categorias sistematizadas e plenamente desenvolvidas na língua, outras meio incertas e obumbradas, que podem escapar a um exame um tanto perfunctório, prejudicando-lhe as conclusões. (1989, p.127)

A concepção mattosiana sobre o comportamento dos signos é muito instrutiva. A nosso ver, ainda é a mais aceitável, conquanto mereça aditamentos de noções pragmáticas provindas de modelos funcionalistas mais recentes. O autor patenteia, contudo, grande acuidade analítica, ainda que os estudos interlingüísticos e funcionalistas não tivessem atingido o grau de maturidade e profundidade dos dias correntes.

2.3.6. O critério cognitivo

Convém, em primeiro lugar, postular uma delimitação conceptual do termo cognitivo, em razão de seu uso abundantemente polissêmico. Uma sugestão inicial para encetar essa delimitação é proposta por Cuenca (1999), em obra pretendida como resenha de teorias mais assentadas a respeito da relação entre língua e cognição. Parece-nos perceber que há diferenças de custo de processamento em conformidade com o tipo de signo verbal empregue, ou ainda, que não há relações estanques entre “*a organização conceitual e os mecanismos de processamento*” (CUENCA, 1999, p.14).

Há, portanto, uma interdependência entre as formas, as funções constantes do sistema lingüístico e o aparato cognitivo-conceitual. Importa ainda acrescer que a visão cognitivista se

ampara em noções experimentais para a construção do pensamento. O pensamento não se forma de símbolos puramente abstratos, desvinculados da experimentação concreta. Ao contrário, sua formação se consubstancia por intermédio do confronto com a experiência corporal e ambiental. Ainda com Cuenca (1999, p.16), o pensamento não se organiza com base em módulos compartimentados, sem interação entre si. Ainda que se admitam seções para a localização de estruturas neurolingüísticas no lado esquerdo do cérebro, com as zonas de Broca e Wernicke, a formulação lingüística não atua de modo segmentado.

Em prol de nossa tese, há uma hipótese de que as proformas pronominais representam menor custo de processamento. Em razão disso, haveria um acesso informacional mais célere, por causa de uma construção de caminhos cognitivos reiterados. Assim, o uso reiterado vinca trilhas sinápticas de sorte que o processamento se torna menos oneroso cognitivamente. A esse respeito, observemos as considerações de Almor (2000):

Expandindo o trabalho de Ariel, Almor resume a Hipótese da Carga Informacional (doravante HCI), que declara de um modo geral que o custo de processamento adicional deve servir a uma função discursiva adicional: custo é definido em termos de representação conceitual (baseada na distância semântica entre a representação da anáfora e a representação do antecedente) e não apenas em termos de forma anafórica. A função discursiva inclui identificar o referente mas também aditar nova informação. **A intuição por trás da noção de custo de processamento é que quanto menos específica a representação da anáfora com relação à representação do antecedente, menos difícil é processar a anáfora.** [grifo nosso]¹⁷³

Em sendo assim, seria menos oneroso processar itens lexicais genéricos como hiperônimos e proformas em geral do que expressões referenciais pleriformais, ou seja, que guardam uma significação específica.

Uma implicação interessante possível dessa hipótese é que há expressões anafóricas intermediárias entre expressões referenciais de âmbito pleriformal, com uma possibilidade de gradação mais ou menos custosa, no que concerne ao processamento, conforme seu grau de genericidade. Essa consideração vai ao encontro de nossas discussões vez que procura, ao menos teoricamente, prever gradações de referenciabilidade das expressões referenciais sintagmáticas entre si e tais expressões e as proformas nominais¹⁷⁴:

¹⁷³ Expanding on Ariel's work, Almor (1996) outlines the Informational Load Hypothesis (ILH), which states more generally that additional processing cost must serve some additional discourse function: Cost is defined in terms of conceptual representation (based on the semantic distance between the representation of the anaphor and the representation of the antecedent) and not just in terms of anaphoric form. Discourse function includes identifying the referent but also adding new information. **The intuition behind the notion of processing cost is that the less specific the representation of the anaphor with respect to the representation of the antecedent, the less costly the anaphor is to process.**

¹⁷⁴ Clearly, anaphoric expressions from different classes tend to differ in their processing cost and functionality—pronouns bear a small computational cost by virtue of their impoverished conceptual representation, while definite NP anaphors accrue a higher computational cost but may have additional functionality in identifying the referent and in adding new information. However, according to the ILH, this difference is not an inherent property of the formal class of these anaphors but rather an outcome of the

De modo direto, expressões anafóricas de diferentes classes tendem a diferir em seu custo de processamento e funcionalidade — pronomes portam um pequeno custo computacional em virtude de sua representação conceitual empobrecida, enquanto anáforas de sintagmas nominais definidos acrescem um custo computacional mais elevado, mas podem ter funcionalidade adicional ao identificar o referente e ao acrescentar nova informação. Entretanto, de acordo com a HCI, essa diferença não é uma propriedade inerente da classe formal dessas anáforas, mas sim um resultado da representação conceitual subjacente e de princípios pragmáticos. De acordo com a HCI, o processamento de duas anáforas diferentes de SN podem ser tão diferentes como o processamento de uma anáfora SN e um pronome.

Significa dizer que o custo de processamento também está submetido a uma escalaridade, cuja determinação dos pontos constituintes depende de fatores de ordem pragmática. Ou seja, há construções sintagmáticas que cobram um esforço cognitivo menor em função de uma maior genericidade conceitual, mas esse dispêndio menor está relacionado às condições de produção textual.

A abordagem cognitiva representa um grande ganho para os estudos lingüísticos porque promove um estudo integrado para além das análises de tecnicismo puramente lingüístico ou de especulação estritamente lógica. Em sendo assim, não há dissociação entre a organização psicossomática ou mentecorpórea em que habita a experiência da linguagem e o Mundo. Neste trabalho, as achegas cognitivistas se fazem presentes tanto para teorizações como para análise de ocorrências, principalmente no que tange às considerações referentes à prototipia e à metáfora.

2.3.7. O critério da frequência

O critério da frequência assume uma relevância extraordinária nesta tese. Afinal, a definição do caráter mais ou menos lexicalizado ou gramaticalizado de um dado item lexical está diretamente relacionada ao seu uso mais ou menos freqüente. O que postulamos é que a frequência é o fator pragmático fundamental para a geração de operações cognitivas metafórico-abstratizantes produtoras de processos de lexicalização e gramaticalização. Nossa visão coincide com a de Bybee (2006) cuja proposta fundamental é de que:

A proposta apresentada é que as capacidades cognitivas gerais do cérebro humano, que lhe permitem categorizar e procurar por identidade, similaridade e diferença, vão operar sobre eventos lingüísticos com os quais uma pessoa se defronta, categorizando e inserindo na memória essas experiências.

É preciso, contudo, refletir o papel da frequência do ponto de vista do conceito aristotélico de *mimese*. Porque, assim nos parece, a frequência tem um papel de reprodução e assentamento de gramaticalizações herdadas assim como de produção de novas gramaticalizações, o que não é devidamente explanado pelos textos alusivos ao papel da frequência em processos de gramaticalização.

Para Aristóteles, segundo Sousa (1973), *mimese* é uma **imitação criativa** e uma **criação imitativa**. Assim, resolve-se que os seres humanos de uma dada sincronia, por imitação criativa, apropriam-se de processos gramaticais constitutivos pré-existentes e os reproduzem, reforçando, dessa forma, parcela significativa de formas circulantes, ou assegurando-lhes a permanência para as sincronias vindouras. Naturalmente, como não se trata de uma operação mimética puramente imitativo-criativa, há formas que são derogadas ou perdem em frequência de uso em favor de outras forjadas pelos mesmos membros de uma dada sincronia. Neste caso, a operação mimética que toma corpo é de caráter criativo-imitativo, porque os usuários de uma dada sincronia sacam formas do léxico em sentido estrito, ou pleriformas, para compor novas formas gramaticalizadas. No primeiro caso, formas da gramática herdada permanecem. No segundo caso, formas do léxico herdado são matrizes para a forja de novos itens gramaticais. Neste último caso, o **léxico**, em sentido estrito, funciona como *terminus ab quo* da **gramática**. Discutamos a seguir, mais detalhadamente, os efeitos da frequência com base nas noções gramaticais de Halliday (2004).

Em termos ontogenéticos, o léxico, em sentido estrito, é *terminus ab quo* da gramática, porque preenche, com base nos arranjos de cada sistema lingüístico natural, as disposições gramaticais paramétricas inatas. O **léxico** ocupa os dispositivos inatos constitutivos de todo e qualquer sistema lingüístico natural.

Em termos filogenéticos, o léxico, em sentido estrito, é *terminus ab quo* da gramática, porque todo e qualquer falante recupera, de modo condensado, o percurso evolutivo de constituição da linguagem humana, tal como sucede, *mutatis mutandis*, com processos evolutivos de natureza mais estritamente biológica, como, por exemplo, a formação embrionária.

Em termos logogenéticos, o léxico, em sentido estrito, é *terminus ab quo* da gramática, porque nos sistemas lingüísticos naturais, por obra e indústria dos usos, os movimentos de reconfiguração do léxico e da gramática não cessam de existir. O léxico, *stricto sensu*, é sempre a matriz de novas acomodações de expressão da gramática em sentido ontogenético.

Léxico, em sentido estrito, são bases lexicais (com ou sem afixos de toda ordem) e sintagmas fonte de gramaticalização. Isto é, incluem-se em paradigmas, mais ou menos regulares, conforme a classe, subclasse ou formativo, que expressam categorias de maneira *estruturiforme*.

Em razão da eleição de determinadas formas, quer para conservação da gramática herdada, quer para a forja ou criação de novas formas ou paradigmas gramaticais, há a gramaticalização, isto é o movimento de formas ou funções do léxico para a gramática. As conseqüências da gramaticalização são: *usança majoritária*, *redução mórfica*, *enrijecimento tático*, *genericidade semântica*. Percebe-se, por conseguinte, que a freqüência exerce um papel determinante para iniciar, reforçar e consolidar uma gramaticalização. Analisemos a seguir as relações entre os conceitos de gramática e a gramaticalização.

A relação entre a *gramática ontogenética* e gramaticalização representa um *terminus ab quo*, no nível ontogenético, vez que responde pelo enquadramento paradigmático em todos os níveis (p.e. processos de formação de palavras).

Com relação aos tipos de gramática *filo* e *logogenética* e a gramaticalização, a gramática se encontra mais diretamente sujeita a injunções de ordem pragmática, isto é, reflete a experiência sensível e corpórea dos usuários de uma dada sincronia. Como conseqüência, irrompem do léxico estrito (pleriformal por excelência) formas geradoras de disputas da gramática herdada com a léxico-gramática sincronicamente gestada para expressar os paradigmas da gramática ontogenética, em conformidade com o tipo de língua. A gramática, nesse sentido, é um *terminus ad quem* em virtude da movimentação de itens de âmbito semântico mais intensionalmente carregado e, portanto, com restrições referenciais, para o âmbito semântico mais intensionalmente genérico, com traços fônicos e glotossêmicos otimizados.

Concomitantemente, em conformidade com o paradigma (classe ou subclasse), outras alterações em direção à gramaticalização se operam nos níveis fonológico e morfossintático, conforme já salientamos.

Em suma, é possível concluir a respeito das diferenças entre *Léxico* e *Gramática*, em razão da incidência da freqüência de uso, que: 1) são, em última análise, discerníveis, desde que não haja ampliação excessiva do conceito de um ou outro nível de manifestação ou codificação lingüística de categorias e funções; 2) Gramática é, a um só tempo, ontogeneticamente *terminus ad quo* e filo- e logogeneticamente *terminus ad quem*.

A freqüência de uso é fundamental para compreender o caráter holonômico da categoria *proformalidade*. A *proformalidade* se funda em uma usança majoritária geradora de

abstratização semântica e outros efeitos característicos de gramaticalização exponencial (redução mórfica, dependência sintática), de tal sorte que o exemplar da classe, subclasse ou formativo apresenta um caráter supletivo eletivo. Noutros termos, por obra da *proformalidade*, conservam-se apenas os traços mínimos otimizados típicos de uma dada *classe*, *subclasse* ou *formativo*. Reitere-se que tal categoria opera mutações em pleriformas em prol da conservação de traços representativos do paradigma de cada item prototípico de uma classe, subclasse ou formativo, em todos os âmbitos de manifestação (formal, sintático e semântico-pragmático).

A proformalidade condiciona, em suma, a gramaticalidade otimizada por meio de proformas de cada paradigma. A proformalização representa a movimentação de pleriformas em direção ao seu correlato paradigma proformal. A atuação da proformalidade, geradora da proformalização, é diretamente condicionada pela frequência de uso.

3. A configuração das macroclasses

Reconhecer que as palavras de qualquer língua podem ser organizadas em classes é algo aceito por quase toda a literatura lingüística. Quantas e quais são, isto já é outra história. (ROSA, 2000, p.94)

O problema da classificação das palavras envolve uma série de complexidades paralelas. Em primeiro lugar, o próprio problema epistemológico da categorização, já discutido no primeiro capítulo. É preciso lançar um olhar sobre o fenômeno que admita uma conjugação de parâmetros da teoria de protótipos e do dualismo aristotélico tradicional. Em segundo lugar, a classificatória tradicional apresenta insuficiências sobre as quais muitos estudiosos têm debatido fundamentadamente. Alguns desses impasses são discutidos nesta tese. De todo modo, parece-nos, não podemos prescindir de uma classificatória ainda que restem pontos cegos. Em terceiro lugar, não há um emparalhamento estrito entre formas e funções, o que torna sempre instável o arranjo das formas e funções em determinadas classes. Finalmente, adite-se, ainda, que uma classificação mais criteriosa teria de ser validada com base em análise abundantemente calcada em ocorrências provindas de textos correntes da língua. As análises tradicionais, sabidamente, empreendem formalizações que não se estendem para além dos limites frasais. A execução de todos esses quesitos para a elaboração de uma classificatória mais rigorosa está para além das possibilidades deste trabalho. Não obstante, vamos procurar tecer considerações básicas sobre as classes a fim de compor um

cenário sustentável de movimentação de nossa proposta de refundição da classificatória tradicional.

Na esteira do que declara Neves (2002, p.124), fundamentalmente, haveria duas grandes classes de palavras, as quais são representáveis por P (relacionantes: verbos) e A (argumentos relacionados: nomes). São as duas macroclasses que emanam de uma estrutura radicada na transitividade. Essa bipartição não elimina, naturalmente, as zonas penumbrinas relativas à predicação de formas não verbais e à não predicação em sentido estrito de formas verbais, entre os verbos assim chamados *copulativos* e os *verbos-suporte*. De todo modo, impõem-se, na estrutura valencial, essas duas funções ou classes funcionais que, em regra, são preenchidas ou empacotadas na superfície lingüística por verbos e nomes, respectivamente. Neves (2002, p.125) resume assim:

Na estrutura sintático-semântica das línguas naturais, o sistema se resolve nas funções P e A, e podem prever-se regras que estruturam as classes em funções argumentativas, embora as classes de formas que realizam essas funções e por elas são delimitadas não constituam conjuntos isolados e, nem mesmo, conjuntos discretos. (NEVES, 2002, p.125).

Como vimos, o substantivo corresponderia, sem refinamentos, aos argumentos, incluso o sujeito sintático, que é confundido, em regra, com o tema ou o assunto. Em sendo assim, este não passaria de uma designação para o empacotamento lingüístico de um dado referente. Todas as demais opções morfológicas que ocupem a posição de um argumento desempenham um comportamento sintático similar ao da classe substantival e suas formas típicas. Em sendo assim, adjetivos, advérbios, orações substantivas são espécies de nominalizações que não agridem a função argumental tipicamente preenchida por nomes substantivais. Rosa (2000) também admite apenas essas classes ditas abertas como universais¹⁷⁵: “*Talvez a única distinção universal entre classes seja aquela entre o verbo e o nome.*” (2000, p.92)

Em geral, contudo, não vamos nos opor à classificação dessas macroclasses com base nas categorias ou acidentes gramaticais de que se vale a tradição. Faremos, todavia, as ressalvas que julgarmos oportunas no decorrer da análise, porque, conforme dissemos *passim*, as categorias gramaticais não são expressas exclusivamente por formas ou morfemas mais gramaticais (lexemas mais gramaticais ou morfemas, afixos flexionais ou derivacionais). Essas ressalvas pretendem, deliberadamente, escudar-nos de críticas à adoção de uma criteriolgia simplista ou enigmática.

¹⁷⁵ Julgamos procedente a modalização porque a bipartição pura e simples de base produtivista não espelha o comportamento heterogêneo da relação entre as formas abertas e fechadas da língua.

Vale dizer, portanto, que não há um cenário simples para a terminologia e a classificação. A despeito disso, optamos pela manutenção de quatro macroclasses, que, por um esquema mais econômico contempla: *nome* (substantivo, adjetivo e numeral), *verbo*, *advérbio* e *palavras relacionais* (preposições e conjunções).

Halliday (2004, p.51) destaca que as gramáticas gregas e latinas, não de modo sistemático, fundaram a partição das classes com base nos tipos de flexão sofridos pelas palavras em geral. Contudo, mesmo em tais línguas, não se pode depositar suficiência heurística estritamente na flexão. O problema agrava-se se línguas isolantes, como o inglês ou chinês, forem levadas em consideração. E, para tornar o quadro interessante, não há paralelismo entre os critérios mórfico, sintático e semântico para quadrar as palavras em grupos ou classes específicos:

Às vezes critérios mais claros e definidos se apresentam, como flexões gramaticais com significados substancialmente consistentes; mas freqüentemente eles não o fazem, e em tais exemplos, os critérios por meio dos quais as classes são definidas tendem a ser mais misturados, e o agrupamento das classes mais indeterminado, com alguns itens claramente integrados e outros de estatuto duvidoso. (HALLIDAY, 2004, p.51)¹⁷⁶

De algum modo, a GT contempla os casos fronteirços, ora de modo descritivamente explícito e fundamentado, ora de forma oculta ou truncada, muito embora os últimos sejam mais freqüentes que os primeiros. Entre os primeiros casos, admitem-se as preposições acidentais, as formas nominais dos verbos; entre os últimos, as instabilidades classificatórias entre advérbios e determinadas preposições, as dificuldades de delimitação do lugar das palavras denotativas, as controvérsias referentes ao estatuto de classe de determinadas conjunções coordenativas (ora admitidas como conectivos, ora como advérbios)¹⁷⁷. Além disso, importa recordar o processo de conversão, embora não seja ressaltado como um dos processos centrais ou mais produtivos. De todo modo, nota-se que a gramática tradicional não é omissa a respeito, mas não apresenta uma criteriologia explícita nem uma análise mais radical fundada em uma orientação teórica ou metodológica rigorosamente científica.

Halliday (2004, p.52) divide suas macroclasses em três grupos: nominal; verbal; e adverbial. Importa destacar que a classificatória tradicional é pressuposta de algum modo, pois

¹⁷⁶ Sometimes rather clear and definite criteria do present themselves, like grammatical inflexions with fairly consistent meanings; but often they do not, and in such instances the criteria on which classes are defined tend to be rather mixed, and membership of the classes rather indeterminate, with some items clearly belonging and others whose status is doubtful. (HALLIDAY, 2004, p.51)

¹⁷⁷ Neves (2000, p.755) distingue com clareza os casos em que as ditas conjunções conservam caráter adverbial. As mais adverbializadas ainda apresentam propriedades fônicas intratextuais não mais encontradas entre as conjunções. A perda de propriedades referenciais intratextuais representa um traço de gramaticalidade avançada ou consumada. Essa percepção nos é cara, porque indicia que o trânsito das pleriformas adverbiais para elementos relacionais está vinculado à perda da referencialidade textual. A referencialidade dêitica é totalmente excogitada da caracterização dos elementos relacionais, mesmo entre as pleriformas relacionais.

representou um sedimento construído mais por automatismo do que por princípios e procedimentos claramente expostos. Pondera ainda que o esforço tipológico não implica um estreitamento da funcionalidade concreta dos itens lexicais de cada macroclasse:

A classe de um item indica, de um modo geral, seu alcance potencial de funções gramaticais. Daí, as palavras podem ser designadas como classes em um dicionário, como parte de sua definição contextualizada. Mas o rótulo de classe não mostra a que papel o item está desempenhando em qualquer estrutura real. Por isso temos de indicar sua função. As categorias funcionais provêem uma interpretação da estrutura gramatical em termos de um potencial semântico geral da língua. (HALLIDAY, 2004, p.52)¹⁷⁸

A admissão de que toda e qualquer palavra conserva um traço gramatical radical, de tal forma que um usuário consulente de uma obra lexicográfica possa identificar seu significado com base em categorias gerais, não desqualifica a distinção de léxico e gramática, sobre a qual nos debruçamos na terceira seção do primeiro capítulo.

Convém ressaltar que o léxico não se distingue da gramática de forma estanque, absoluta. Torna-se urgente apresentar noções de léxico em sentido estrito e amplo, e de gramática nos mesmos moldes. Assim, o léxico, em sentido amplo, está contido na gramática na medida em que ele se subordina a enquadramentos de classe com base em categorias relativamente estáveis, em conformidade com condicionamentos herdados ou construídos em uma dada língua natural ou artificial falada. A gramática, em sentido amplo, por sua vez, está inserida no léxico, na medida em que contribui para a ampliação e aplicação do léxico. A gramática, nesse sentido, condiciona e acondiciona o léxico em sentido amplo e estrito. A gramática delimita as disposições fonológica, morfológica e sintática do léxico, por isso o condiciona. A gramática faculta uma distribuição e organização do léxico por um determinado conjunto de parâmetros consubstanciados complexamente em sistemas já relativamente estáveis nas línguas naturais. A gramática representaria o processo de constituição do léxico, os mecanismos de geração. Em termos gerativistas, poderíamos mencionar as Regras de Formação de Palavras (RFP) e as Regras de Análise Estrutural (RAE). Esses dispositivos processuais condicionam o léxico, conforme dissemos por regular sua geração; acondicionam por distribuir os itens lexicais em posições paradigmática e sintagmaticamente aceitáveis e normais para o sistema da língua.

O léxico em sentido amplo também alcança os itens gramaticais, mas tal alcance não será considerado válido nesta tese (vez que essa noção pode ser usada para indistinguir léxico

¹⁷⁸ The class of an item indicates in a general way its potential range of grammatical functions. Hence, words can be assigned to classes in a dictionary, as part of their decontextualized definition. But the class label does not show what part the item is playing in any actual structure. For that we have to indicate its function. The functional categories provide an interpretation of grammatical structure in terms of the overall meaning potential of the language. (HALLIDAY, 2004, p.52)

e gramática), tal como o conceito de *listema* visto nas considerações de Vasconcelos (2007). Nesse sentido, nada pode constar fora do léxico, por causa da amplitude do conceito de item lexical como *listema*.

O problema é que nem toda função gramatical se morfologiza ou se sintaticiza, isto é, nem sempre assume contornos formalmente marcados ou identificáveis. Nesse caso, expedientes lexicais são convocados para cumprir funções consideradas gramaticais. O estatuto gramatical de tais funções pode ser claramente identificado com base no cotejo com outras línguas. Por exemplo, a voz em português, morficamente, não tem marcas flexionais, embora possa ser admitida por meio de perífrases verbais ou pelo comportamento detransitivizado de determinados verbos com a perda de participantes sitos à sua direita, ou com a manifestação de traços semânticos atípicos para os participantes de construções formalmente tidas como ativas. Porém, em latim, em grego ou em esperanto, há morfemas de voz passiva; em regra, de voz média. Não nos parece defensável, no entanto, não admitir por inteiro a voz em português apenas em razão da ausência de morfemas específicos¹⁷⁹. Nesse caso, chegamos à conclusão de que é preciso admitir funções morfologizadas e funções expressas sintático-semanticamente. Por outras palavras, há gramaticalidade morfológica e sintático-semanticamente identificável.

Naturalmente, o estatuto gramatical, concebido como construído com base em termos sem referência extralingüística, torna-se mais facilmente reconhecível desde que a língua codifique funções por meio de morfemas derivacionais ou flexionais (estes últimos representantes do ápice de gramaticalidade formal de uma dada língua). Tentemos, então, sistematizar as reflexões últimas com base no quadro a seguir:

Diferenças fundamentais de léxico e gramática

	Estrito	Amplio	Implícito	Explícito
Léxico	Formas de significado referencial pleno, conquanto conservem, em termos morfossintáticos, um estatuto de filiação gramatical.	Todo e qualquer item lexical, com base na noção de listema.		
Gramática	Formas sem significado referencial pleno, a não ser por processos de conversão para o léxico. Entre tais formas estão os formativos derivacionais, flexionais e as palavras gramaticais pleriformais e todas as proformas. Não condiciona a sintaxe supraleixal a não ser no que diz respeito às categorias	Expressa no léxico por meio de categorias morfossintáticas que condicionam lugares para os itens lexicais de qualquer natureza. Não se relaciona com a sintaxe intralexical, a não	Codificada por meio de comportamentos e condicionamentos sintático-semânticos	Codificada por meio de palavras gramaticais, morfemas derivacionais e flexionais.

¹⁷⁹ Posição parcialmente assumida por Luft ao declarar que, sintaticamente, o que classifica normalmente como agente da passiva é um adjunto adverbial (2002:44).

	morfossintáticas. Relaciona-se com a identificação de morfemas intralexicais e sua produtividade para determinados processos de formação de palavra. Condiciona as possibilidades formacionais fonológicas.	ser no que tange à identificação de funções supralexicais ou frásticas.		
--	---	---	--	--

Quadro 19

Todas as proformas vão estar inteiramente inseridas na gramática, em sentido estrito:

Razões da inserção das proformas na gramática *stricto sensu*

Morficamente	Conservam, em geral, os traços das categorias de cada uma das macroclasses de que são correlatas. Ou seja, derivam ou flexionam-se com base nas mesmas categorias caracterizadoras das macroclasses.
Sintaticamente	Ocupam os lugares sintáticos reservados aos membros das macroclasses pleriformais de que são correlatas.
Semanticamente	Apresentam traços semânticos gerais mínimos como representantes gerais de seus correlatos proformais, a não ser quando funcionam marcadamente. Ou ainda, as formas candidatas perdem, com gradações variadas, o seu significado lexical.

Quadro 20

Halliday (2004, p.52) também apresenta uma proposta de classificação de macroclasses:

Palavra	Nominal	Substantivo	Comum
			Próprio
			Pronome
		Adjetivo	
		Numeral	
		Determinante	
	Verbal		Lexical
		Verbo	Auxiliar
			Finito
		Preposição	
	Adverbial	Advérbio	
		Conjunção	
			Conector
Conjuntor			
	Continuativo		

Quadro 21

É claramente perceptível que o autor não altera as subclasses da tradição gramatical, isto é, as dez classes tradicionais estão distribuídas entre as três macroclasses. A inclusão das preposições na macroclasse verbal se deve ao caráter de recção também identificável entre as formas preposicionais. A nosso ver, contudo, tal admissão, com base nesse critério, implicaria a inclusão de formas nominais ou adverbiais que apresentam caráter reccional.

Em última análise, conforme vimos, ao contrário do que se postula, originalmente, mesmo as classificações tidas como de cunho fundamentalmente morfológico ou sintático, radicam-se em motivações semânticas, ou sintático-semânticas.

3.1. A macroclasse nominal

Podemos principiar a demarcação geral das formas nominais com uma argumentação muito similar a de Camara Jr (1997, p.78), visto que enquadramos como uma macroclasse nominal os substantivos, os adjetivos e os numerais da GT. A razão fundamental dessa decisão provém de critérios morfossintático e semântico. A respeito dessa orientação, discrepamos de Câmara Jr (1997, p.78), o qual, ao menos declaratoriamente, afirma que se orienta por um “*critério compósito, que podemos chamar morfo-semântico, parece ser o fundamento primário da classificação*”. (1997, p.78)

Para nós, o agrupamento morfológico se justifica em razão de as categorias de *gênero*, *número* e *grau* incidirem sobre as formas substantivais, adjetivais e numéricas. Naturalmente, não ignoramos, conforme temos discutido ao longo da tese (vide a exposição sobre o gênero dos substantivos), que a codificação concreta dessas categorias entre as subclasses da classe nominal é repleta de peculiaridades definíveis tão somente por meio de análises especificamente orientadas. No entanto, preferimos destacar as identidades mórficas em lugar de submetê-las a uma concepção tipificatória atomística, cujos efeitos heurísticos não são necessariamente os mais elucidativos. Ademais, a ênfase sobre as identidades entre as subclasses não gera nenhum empecilho para que as especificidades internas de cada subclasse assim como as fronteiras entre elas sejam analisadas de forma particular e rigorosa. Então, admitimos que nas três subclasses nominais, substantivo, adjetivo e numeral, estão inclusas as categorias características dos nomes, a saber: *gênero*, *número* e *grau*.

O comportamento do gênero, do número e do grau em cada subclasse da macroclasse nominal, naturalmente, merece especificações, cuja descrição, sumariamente, vamos expor aqui. Para concluir essas considerações introdutórias, observemos o que Biderman (2001) declara:

No português, diversamente (do inglês), só dentro da classe nominal pode ocorrer permuta entre o substantivo e o adjetivo mas nunca entre a classe nominal e a classe verbal, pois são numerosos e distintos os morfemas que se aplicam a uma ou outra classe. (BIDERMAN, 2001, p.147)

A rigor, o agrupamento sob o rótulo de *nome* de classes tradicionais como *substantivo*, *adjetivo* e *numeral* não implica desconsiderar as especificidades de cada paradigma. A diferença reside em destituí-las da posição de classes autônomas para a inclusão na macroclasse nominal. Cabe novamente a escusa de que nossas considerações relativas a cada

subclasse seguramente não serão exaustivas, uma vez que cada subclasse apresenta especificidades cuja descrição, em última análise, demanda análises pontuais. Nosso esforço se dirige para a configuração de um perfil minimamente satisfatório que seja, a um só tempo, geral, sem os pecados de generalizações reducionistas, e específico, sem a obrigação de observar todos os matizes atinentes a cada subclasse.

3.1.1. A subclasse substantival

A discussão seguirá a análise dos critérios mórfico, sintático e semântico e o enquadramento das categorias nominais: *gênero*, *número* e *grau*.

Importa declarar, inicialmente, que, em linhas gerais, não consideramos estáveis as categorias nominais entre as formas da subclasse substantival. Por outras palavras, não podem ser agrupadas, a não ser em casos específicos (cf. discussão sobre gênero dos substantivos), como formas resultantes de processos flexionais. Essa decisão contraria frontalmente a GT que postula a condição de categorias flexionais para a subclasse substantival.

Importa afirmar que, para nós, a codificação e a acomodação das categorias nominais dependem da construção da referência da parte do usuário da língua. Não se pode negar, contudo, que há limites para a construção da referência nominal, ou seja, não se pode, substantivamente, em termos não-marcados, construir um substantivo típico com todo e qualquer afixo disponível na língua. No entanto, as nominalizações (processo de construção referencial com base nos lugares sintáticos reservados tipicamente aos substantivos) podem responder por formas cujas terminações são próprias de qualquer classe ou expressões supraclasse, como orações.

3.1.1.1. Critério mórfico

Em termos mórficos, em regra, os substantivos são divididos em biformes ou uniformes. Macambira (1973, p.31) sugere uma quadripartição, por causa da adjunção dos formativos de gênero e número. Curiosamente, ele próprio questiona a validade dessa classificação. Por outro lado, a quadripartição procede porque revela que as formas substantivais podem abrigar junto de suas bases os morfemas de gênero e de número. Diferentemente da GT que, em regra, considera para a classificação quanto à forma tão somente a categoria do gênero. Nesse sentido, há um maior rigor descritivo. Ela peca, contudo, por ausência de emparelhamento com a categoria derivacional do grau. Se houvesse

paridade de tratamento, a partição seria fracionada em razão dos morfemas disponíveis para a formação do grau dos substantivos.

A incidência entre diversas classes, do ponto de vista tradicional, das categorias de gênero, número e grau, para Macambira (1973, p.31) impediria que tais categorias sejam flexionais:

Esta divisão não classifica formalmente o substantivo; pois se aplica também ao **artigo, ao adjetivo, ao numeral e ao pronome** [grifo nosso]; adverte porém para o que se chama de critério morfico ou formal. (...) Se não podemos classificar o substantivo com base no paradigma flexional, pode-se porém fazê-lo com base no paradigma derivacional, lançando mão de oposições formais. (MACAMBIRA, 1973, p.31)

Concordamos quanto à impossibilidade de inclusão das categorias nominais substantivais no âmbito flexional, salvo no caso já discutido de uma flexão restrita do gênero, assim como do número. Discordamos, porém, da negação de um estatuto de nominalidade flexional à categoria *gênero* em razão de se tratar de categoria partilhada pelas supostas classes *artigo, adjetivo, numeral e pronome*. Não vemos impediente de um alinhamento classificatório em razão das mudanças mórficas, sintáticas ou semânticas específicas de cada subclasse. Ademais, a ausência de flexão não nos parece motivo suficiente para negar-lhe a partilha da mesma macroclasse. O que importa é a partilha das categorias, não o estatuto flexional restrito a uma das ditas classes, ou a cobrança de um caráter flexional rígido da categoria (o que significaria ter uma paridade estreita forma/função, extensível à totalidade dos membros). Importa ressaltar ainda que o grifo da citação resalta que essas categorias são partilhadas pelas subclasses, porém, para nós, em um sentido divergente do do autor, não para separá-las, mas para agregá-las.

Os formativos de número, se definidos com base na referida partilha de categorias (MACAMBIRA, 1977), não podem ser igualmente enquadrados como derivacionais. Contudo, para nós, o número é uma categoria flexional, em razão de sua regularidade majoritária de formação. Em regra, a formação do plural, salvo casos específicos a mencionar, obedece ao padrão de sufixação do morfema /s/, com seus alomorfes. A marca geral do formativo flexional de número entre os substantivos, extensível às outras subclasses nominais, é o morfema /s/. As explicações das mudanças sofridas por bases terminadas em *-ão, -l, -x (-ce)* não serão apresentadas aqui, em razão de não gerarem dissensão descritiva digna de nota. Convém, contudo, mencionar a incidência da metafofia sobre determinadas formas concomitantemente à adjução do morfema típico /s/. Essa alternância compõe, para esses substantivos, uma indicação dupla da flexão de número. No entanto, é necessária uma investigação mais exaustiva a fim de compor um entendimento mais alentado a respeito do

atual estatuto desse morfema alternativo no português brasileiro, vez que nem sempre os usuários respeitam as metafônias recomendadas pela GT¹⁸⁰.

Quanto aos compostos, o plural ainda é indicado pelo morfema /s/ e variantes mórficas, ainda que haja casos em que sucede apenas em uma das formas constituintes. As nominalizações de sentenças ou de sintagmas verbais, contudo, não indicam o plural senão por meio dos determinantes. Trata-se, portanto, de casos de indicação sintagmática do número, vide os exemplos abaixo:

- (49) Todos os bichos que eu observara até então eram puros objectos mecânicos, como os grilos, os ralos, os **louva-a-deus**; ou matéria, lama com movimento, como os vermes, as rãs, os sapos (...) (Port – Fic)
- (50) O impacto foi maior do que o normal porque os **pára-quedas** não abriram satisfatoriamente. (Brasil – Not)

Cumprir verificar, adite-se, se as nominalizações de sentenças e de sintagmas verbais são espontaneamente refratárias ou se se trata de um fenômeno mais geral de indicação do número sintagmaticamente, o que se denomina, na nomenclatura sociolinguística, de concordância redundante. Convém acrescentar ainda que os processos composicionais representam bem estágios diferenciados de gramaticalização. Em (49) e (50) não houve ainda uma soldagem plena, diferentemente do que sucedeu com as ocorrências a seguir:

- (51) Porque descendem de pretensos **fidalgos** de cuja linhagem nunca se ouviu falar, em parceria com índias, mulatas ou mesmo negras retintas?
- (52) Até circuladores de ar e **ar-condicionados** coloquei na minha casa, na catedral e em todos os eventos, para que o clima em torno do papa seja sempre agradável.

Em (51) a coalescência não permite mais sequer o reconhecimento, para o usuário comum, de uma formação compósita. Em (52), contudo, há oscilação entre a forma da ocorrência e ‘ares-condicionados’, o que revela um grau menor de soldagem. Trata-se de exemplo que reflete um grau em curso de gramaticalização, cujo resultado último é um apagamento da identidade das bases originárias.

Os formativos de grau, em regra, também não são considerados flexionais. Em primeiro lugar, pela razão apresentada por Camara Jr. (1997), da não-obrigatoriedade. Por outras palavras, o grau depende das preferências do usuário, não de uma imposição da natureza do referente, como no caso do número. O grau está mais à mercê do livre alvedrio do

¹⁸⁰ As razões históricas são balizas relativamente seguras para apontar a metafoia, mas, conforme dissemos, é necessário um estudo mais minudente para aferir a produtividade e a representatividade desse morfema para indicar o número dos substantivos.

usuário, que codifica com designações comparativas ou superlativas exaltadoras ou detratórias em conformidade com sua mundividência. Ademais, os afixos de grau concorrem pré- e sufixalmente.

No tocante à categoria *gênero*, julgamos que Câmara Jr acerta ao declarar:

(...) a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: **lob (o) + loba; autor + a = autora**. (1997, p.90-91).

Destaque-se, portanto, que o autor identifica o gênero flexional estritamente entre os nomes cujos referentes são sexuados. A nossa tese vai ao encontro exatamente da de Camara Jr. (1997), que, sem declará-lo de modo explícito, acaba por erigir um modelo em que o gênero se manifesta de forma plurívoca. Por outras palavras, quando se refere a entes não sexuados, o gênero somente é definido sintaticamente; quando se refere a referentes sexuados, comporta-se flexionalmente com uma tendência a regularizar e a estabilizar a manifestação da categoria pela oposição dos formativos *o/e*, para os nomes masculinos, e *-a*, para os nomes femininos. Camara Jr. (1997) identifica, ainda, alomorfes constituintes do gênero substantival: a) o morfema alternativo proporcionado pela metafonia; b) o morfema alternativo /N/, arquifonema indicador de feminino, por exemplo, no par *órfão/ órfã*; o formativo *-éia* correlato do sufixo *-eu*. Reconhece, portanto, que há outros formativos de gênero. Essa pluralidade implicaria um caráter derivacional inclusive entre os referentes sexuados, vez que nem todos os substantivos obedecem ao padrão mórfico *o-a* para designar o gênero. Camara Jr. não teoriza, contudo, a respeito desse problema. Rocha (1998) opta por uma tipificação como flexivo-derivacional, embora não teça as considerações, aqui propostas, relativas à prototipia.

Isso não significa dizer, no entanto, que todos os referentes sexuados apresentam formativos flexionais de gênero entre as possibilidades retrocitadas. Isto é, há referentes sexuados cujas designações substantivais obedecem ao padrão geral de identificação do gênero com base na sintaxe, como no caso de *obstetra*, *cinasta*, etc. O quadro de classificação dos substantivos, com base no critério da sexualidade dos referentes, poderia ser descrito assim:

Gênero dos substantivos

Tipos de referentes e nomes correlatos		Definição do gênero quanto ao critério estrutural	Processo de formação	
Nomes de referentes não sexuados (gênero imanente)	Uniformes	Sintático	Derivacional e sintagmático	
Nomes de referentes sexuados	Uniformes	Comum-de-dois/epicenos	Derivacional, por causa da dependência sintática	
		sobrecomuns	Derivacional, por causa da dependência sintática	
	Bifórmes		Mórfico – mesma base para indicação do sexo do referente	Flexional e derivacional (produtividade restrita), com a eleição dos morfemas o/a para marcar, prototipicamente a oposição de gênero.
	Heterônimos		Mórfico por supleção – bases diferentes de indicação do sexo do referente	Nem derivacional, nem flexional, porque não se parte da mesma base.

Quadro 22

Entre as formas sexuadas típicas, concordamos com Camara Jr. (1997, p.91) que

O mecanismo da sua flexão de feminino obedece à regra geral do acréscimo da desinência –a. A vogal da forma geral masculina, não-marcada, em o, átono final, como partícula proclítica, é suprimida regularmente. Obtém-se assim um feminino a, que é teoricamente (o) + a, com cumulação de radical e desinência.

A maior parte dos substantivos não admite a correlação entre gênero e sexo porque os referentes, em sua maioria, não são sexuados. Entre esses substantivos, não cabe uma correlação originária e fundadora do gênero, que se funda na relação entre sexo e gênero gramatical. Essa correlação somente é sustentável entre os referentes sexuáveis, factual ou ficticiamente. No entanto, conforme já discutimos, o gênero dos substantivos bifórmes de caráter flexional com base no par mórfico *o-a* foram eleitos, pela tradição gramatical, como os melhores exemplares da categoria do gênero, o que nos autorizaria a declarar o gênero dos substantivos de referente sexuado (com base no aludido par mórfico) como os morfemas prototípicos dessa categoria nominal. Ressalte-se que o pleno entendimento da prototipicidade da categoria nesses termos deve necessariamente contar com a primazia de uma categorização antropocentricamente regida.

Os formativos derivacionais indicadores de *generalidade*, *coletividade*, *lugar*, etc, em português são muito mais instáveis que os formativos derivacionais de *gênero*, *número* e *grau*, que apresentam maior estabilidade, em termos contrastivos. O que queremos dizer é que, se o grau maior de gramaticalidade é atestável por uma morfologização mais ou menos regular, tais noções são menos gramaticais dada a multiplicidade de formativos para designá-las.

Experimentemos, à guisa de ilustração, a composição de um quadro mínimo a fim de verificar quanta concorrência há entre os formativos derivacionais indicativos de outros traços semânticos. Por outras palavras, a padronização derivacional é muito mais instável, em virtude da pluralência semântica de determinados afixos e da concorrência entre eles.

Sufixos substantivais e traços semânticos

Traço semântico	Afixos	Exemplário				
Coletividade	-mento -eiro(a) -ário -al	<i>Armamento</i> <i>Faqueiro</i> <i>Relicário mostruário</i> <i>Milharal festival</i> (lexicalização)				
Lugar	- eiro(a) -ário -ório -douro	<i>Celeiro, banheiro;</i> <i>Relicário</i> <i>Consultório</i> <i>Sangradouro</i>				
Nomes de planta	-eiro(a)	<i>Abacateiro; juazeiro; macieira; noqueira</i>				
Qualidade	-ância -ança -dade	<i>Jactância</i> <i>Abastança</i> <i>Fidelidade</i>				
Ação ou processo	-ação -mento	<i>Realização</i> <i>Pensamento</i>				
Instrumento	- eiro(a)	<i>Chuveiro; chaveiro; chaleira; batedeira</i>				
Profissão	- eiro(a) -ista -dor -or -tor	<i>Padeiro</i> <i>Ascensorista jornalista</i> <i>Lavrador</i> <i>Professor</i> <i>Escritor</i>				
Movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos.	- ismo	<i>Concretismo</i> <i>Cristianismo</i> <i>Despotismo</i> <i>Sebastianismo</i> <i>Abstracionismo</i>				
Formador de subst. abstratos	-(t)(s)ura	<i>Brandura</i> <i>Bravura</i> <i>Candidura/candura</i> <i>Chatura</i>				
Origem, naturalidade	-aico -ão -ano -ense -eiro(a) -ista -aio	<i>Hebraico</i> <i>Bretão</i> <i>Goiano</i> <i>Brasiliense</i> <i>Brasileiro</i> <i>Nortista</i> <i>Malaio</i>	-enho -eno -ense -ês -eu -eta -ino	<i>Porto-riquenho</i> <i>Chileno</i> <i>Fluminense</i> <i>Gaulês</i> <i>caldeu</i> <i>lisboeta</i> <i>platino</i>	-ol -oto	<i>Espanhol</i> <i>Paivoto</i>
Agente ou experienciador em geral	- eiro(a) -dor	<i>Doleiro jornaleiro</i> <i>Seqüestrador sofredor</i>				
Agente ou experienciador depreciativo	-astro -esco - eiro(a)	<i>Poetaastro medicaastro</i> <i>Sempre em oposição a uma forma corrente já circulante</i>				

Quadro 23

A gramaticalidade dessas noções é muito inferior e a norma de uso perpetua a assistemática, conquanto um trabalho de quantificação de que afixos são mais ou menos típicos deva ser realizado, de tal sorte que se possa postular a existência de afixos prototípicos

dessas noções semânticas. É provável que muitas formas sejam mais regulares que outras, o que, repetimos, somente pode ser atestado após uma investigação sociolingüística quantitativamente bem alentada. De todo modo, a maior incidência de determinados formativos derivacionais para codificar essas noções revelaria, ao menos, uma tendência a formações com este ou aquele afixo em função de fatores sociolingüísticos a designar.

Verifique-se que, ainda que se trate de uma amostra tão diminuta, é fácil constatar que *-eiro(a)* é multifuncional, vez que apresenta inúmeros valores referenciais (entre os listados, não aparece apenas em uma minoria). Ademais, por ser também sufixo adjetival e numérico (ainda que sejam poucas as ocorrências restritas aos ordinais), apresenta, provavelmente, uma produtividade majoritária como sufixo nominal. É possível, portanto, admitir que o sufixo mais representativo da formação nominal seja *-eiro(a)*, em razão de sua maior produtividade e, concomitantemente, plurivalência semântica. Por outras palavras, esse formativo derivacional seria o protótipo dos sufixos nominais.

É interessante notar também que determinados substantivos portadores de afixos derivacionais, mormente os de grau, perdem a noção de grau e adquirem unicidade referencial, como nos casos de *cartaz, versículo, flautim, sacola*, etc.

A lista poderia alongar-se muito mais, em conformidade com os traços semânticos postulados. Seria, contudo, interessante verificar, inicialmente, os afixos mais produtivos. Ressalte-se ainda que os usos derivacionais especializados de áreas como a Química e a Biologia também não estão contemplados nessa listagem sumária.

3.1.1.2. Critério sintático

Sintaticamente, os substantivos podem ocupar as seguintes funções sintáticas, com base na terminologia da GT, como forma isolada ou núcleo de um SN: 1) sujeito; 2) complementos verbais: objetos direto e indireto e complemento relativo; 3) predicativo; 4) adjuntos adnominal e adverbial; 5) agente da passiva; 6) aposto; 7) vocativo. As propriedades predicacionais ou predicativas de substantivos não são levadas em consideração em regra para sua tipificação. Ao contrário, tais propriedades são tidas como tipicamente verbais. Importa dizer que, caracteristicamente, a distribuição sintagmática oracional não compete ao nome, vez que se comporta, em larga medida, como ocupantes de lugares sintático-semânticos distribuídos pelo predicador por excelência, o verbo. Não se pode ignorar, contudo, que também os nomes podem predicar, conquanto não seja sua função característica.

Em termos de ocupação ou colocação, o substantivo também pode assumir funções de focalização ou perspectivação, na medida em que pode ocupar posições extrafrasais.

Quanto à recção, conforme já enunciamos, pode reger de modo semanticamente complexo. A gramática tradicional reconhece atribuições regenciais diversas na medida em que distingue o complemento nominal do adjunto nominal. No primeiro caso, o substantivo portaria traços de ação/processo tidos como típicos de transitividade. No segundo caso, a locução adjetiva abrigaria o traço semântico de *agente*, não de *alvo*, de modo que não portaria transitividade característica por estar destituída de *alvo*. Observemos os exemplos:

(53) A construção do edifício.

(54) A construção de João.

No primeiro caso, o termo *edifício* é o *resultado* ou o *alvo* do termo predicador nominal construção. No segundo, *João* é o *instigador*, o *promovente* da ação de construir e, em razão disso, representaria em termos classificatórios um adjunto adnominal.

Há expressões lingüísticas que, formalmente, podem abrigar, conforme o contexto, traços semânticos marcadores de uma e outra classificação:

(55) O medo de João.

Se *João* for considerado a *origem* do medo, seria complemento nominal; por outro lado, se for o *experenciador* da sensação de temer, se for ele o amedrontado, seria um adjunto adnominal. De todo modo, a tipificação não residiria exatamente em uma função distribucional, porque cobra o aporte de noções semânticas. Ademais, essas noções semânticas são plúrimas, isto é, não carregam traços sistemáticos para as mesmas posições. Conforme vimos, o adjunto adnominal acolhe os traços semânticos de *agente* ou de *experenciador*.

Ainda em termos reccionais, os substantivos, como comandantes sintático-semânticos de grupos ou sintagmas nominais podem ter complementos oracionais ou adjetivos oracionais, que correspondem, na terminologia tradicional, às orações substantiva completiva nominal e às adjetivas. Halliday (2004, p.435) refina essas expansões, a combinar a presença de conectivos e as categorias TAM para classificar as orações de expansão de um *head* nominal. Oliveira (2000) também analisa de forma interessante o comportamento de relativas, a propor uma escala de encaixamento em função de uma gramaticalização crescente do pronome relativo, principalmente nas restritivas típicas.

Quanto ao fenômeno da concordância, o substantivo, motivado pela escolha do falante em confronto com a experiência de referir, obriga, em linhas gerais, os termos à sua volta a se solidarizarem no âmbito do sintagma nominal e do sintagma verbal. Quanto ao gênero, há

oscilações em função dos problemas já discutidos aqui. Problemas alusivos ao número costumam gerar maior controvérsia.

Em linhas gerais, porque no PB incide o fenômeno da assim chamada *concordância redundante*¹⁸¹, nominal e verbal, que destitui o substantivo de centro de acolhimento do número, transferindo-se a identificação do número para determinantes, sem acompanhamento da desinência número-pessoal, como na primeira ocorrência de (58), ou com a flexão do verbo, ainda que tenha ocorrido uma aférese, na segunda ocorrência de (58):

(56)- É a cumadre Vitorina com **as filha**, assinalou nhá Andreza. (Brasil-Fic)

(57)(...) para ver se realmente os pais, ah, mandassem os filho às escolas. (Port.-Oral)

(58)- **os cara** não **entende** nada - do do Balé Popular do Recife faz sucesso na China por que é que faz sucesso na China? - porque **os caras tão** mostrando as origens dele as raízes - então desde que o estrangeiro também mostre(...) (Brasil-Oral)

(59)(...) ser desbravada - carrapicho **aquelas coisa toda** que você: não / olha assim de longe e tal - então quando a gente comprou o terreno e:: mandamos o pessoal aqui desmatá-lo. (Brasil-Oral)

Esse fenômeno não está sujeito a uma dicotomização simplória com base em categorias sociolinguísticas de estrato social ou escolaridade, vez que inúmeros trabalhos têm demonstrado que, mesmo entre os usuários sociolinguisticamente cultos (os portadores de nível superior), não há respeito absoluto às prescrições de concordância nominal e verbal. Convém ainda declarar que esse fenômeno está consorciado a fatores outros de natureza sociolinguística, tais como a presença de superstratos alóctones africanos. Nesse caso, pode haver uma tendência de mudança interna da língua reforçada por contributos estrangeiros¹⁸².

Nosso *corpus* indica ocorrências indiciadoras de que o fenômeno representa uma variação estável na história da língua. Observem-se as ilustrações de séculos diferentes:

(60)ca creede que hua das boas vistas que se no monte pode fazer he quando os moços son muytos e bem apostados pera tal officio e os caães son fermosos quando **os homem** assi vee ir ao monte todos juntos. Séc.XV

(61)E **os dinheiro** por natal E estas pagas ham de fazer. Séc.XV

(62)Parece me jemte de tal inocencia que se **os homem** emtendese e eles a nos que seriam logo christãaos porque eles nom teem nem emtendem em nenhũa creemça segundo parece. Séc. XVI.

(63)As moça de hoje não valem **as velha** daquele tempo! (Séc.XIX)

(64)Era como se el não pertencesse a este mundo, como se **os homem** nada significassem para ele, como se fosse gatos ou cães. (Port-Fic)

¹⁸² A tese de que pode ser uma mudança interna pode ser reforçada pela observação de que a anulação da marca de plural dos substantivos já se consumou em francês, outra língua românica.

A sobrevivência do fenômeno, ao longo de tantos séculos, dos dois lados lusófonos do Atlântico, atesta a durabilidade e extensão da chamada concordância redundante.

A despeito da argumentação supra, a norma urbana rejeita, com base na chamada norma laboviana subjetiva (ou seja, os juízos dos usuários sobre seu uso e o uso em geral), a transgressão das regras de concordância de qualquer tipo. Assim, ainda que os usuários, em sua norma objetiva (em seu uso efetivo da língua), transgridam a regra, em termos subjetivos, não a acatam conscientemente para si nem para os demais utentes.

3.1.1.3. Critério semântico

Normalmente a GT não discreciona as classificações estritamente mórficas das semânticas. Assim, os substantivos são fracionados em pares de abstração/concretude; especificidade/generalidade (próprios e comuns) e quantificadores coletivos.

A primeira subclassificação não é construída com base em noções referenciais pautadas na tangibilidade dos referentes, mas em sua autonomia ou independência de sujeitos cognoscentes. Eis o estratagema usual para impedir que substantivos sem sustentáculo referencial no mundo sensível, como ‘fada’, ‘caipora’, ‘iara’, sejam considerados concretos.

A segunda subclassificação, em regra, demarca-se entre as designações específicas, supostamente unireferenciais, próprias de antropônimos, topônimos, etnônimos, oneônimos¹⁸³ e as designações de alcance referencial generalizável ou extensível a grupos de espécimens. O trânsito de formas próprias para comuns se chama de *antonómásia*. Não há, contudo, um rótulo específico para apontar as transformações de nomes comuns em nomes próprios, o que sucede mormente com sobrenomes: *leitão*, *carvalho*, *nogueira*, etc.

Finalmente, a terceira subclassificação diz respeito à noção de quantificação coletiva. Originam-se, por suposto, de motivações culturais, que arbitram designações específicas para grupos de referentes quantificáveis de modo específico ou geral. Os quantificáveis especificamente apresentam correlação numérica, como *quinzena*, *século*, *centúria*, *decênio*, *grosa*, *biênio*, *centenário*, *sesquicentenário*, etc. As quantificações indefinidas referem grupos: *alcatéia*, *fato*, *girândola*, *plêiade*, *antologia*. Essas quantificações indefinidas também admitem substituições por proformas quantificadoras genéricas, conforme analisamos na seção correspondente às proformas pronominais do capítulo seguinte.

¹⁸³ *Onionímia* ou *oneonímia* representa a seção dos estudos lexicológicos responsável pelo estudo dos nomes de produtos ou estabelecimentos comerciais.

3.1.2. A subclasse adjetival

Neves (2000, p.173), tal como Perini *et alii* (1993), bipartem o grupo dos adjetivos em dois grupos fundamentais, os qualificativos e os classificatórios. Essa divisão fundamental de ordem semântica determina diferenças de ordem formal, conforme veremos a seguir.

3.1.2.1. O critério mórfico

Morficamente, o adjetivo conserva distinções com relação ao substantivo. Assim, os formativos derivacionais que se adjungem ao adjetivo são diferentes dos do substantivo. Essa diferença se materializa mais claramente na categoria grau.

Em regra, a indicação do grau dos adjetivos se limita à relação de sufixos herdados do latim e à adjunção dos advérbios de formação analítica de comparativo e de superlativo, respectivamente como *mais*, *menos*, *tão* e *muito*. Entre as formas comparativas, por teimosia da GT, conservam-se formas supletivas comparativas e superlativas para um restrito grupo de pares antinômicos de adjetivos (bom/mau, grande/pequeno). Entre as formas superlativas, realça-se, em regra, apenas o papel dos sufixos herdados do latim para a formação do superlativo absoluto, a saber: *-íssimo*; *-érrimo*; *-imo*, desconsiderando-se o papel de outras possibilidades de expressão do superlativo por meio de prefixos. Observem-se os exemplos a seguir:

(65)E assim dizendo o Super-Sapo com sua força **super-incrível** saiu voando carregando o rex, enquanto Sapiana olhava admirada para ele e dizia.

(66)Mas como é da Apple, vão logo inventar algum motivo para dizer que ele é **hiper incrível inteligentérrimo** e revolucionário.

(67)Faz pouco tempo que conheci o blog dela, e ontem no encontro só pude confirmar algo que já tinha percebido pelo blog: o quanto a Lilith é bonita por dentro e por fora, e está **super magrinha** !!!! Ela é **super meiga, simpática**, um doce de menina.

Há casos ainda de adjunção pré- e sufixal simultânea, a primeira ocorrência de (67). Acresçamos, finalmente, que há ainda os procedimentos da repetição lexical e da modulação entoacional como procedimentos de expressão do superlativo dos adjetivos.

3.1.2.2. O critério sintático

Em português, o uso consagrou uma distribuição preferida, ou seja, a forma adjetival em regra pospõe-se ao substantivo. Essa definição, contudo, pode ser problematizada porque nem tudo que se põe à direita de um substantivo necessariamente corresponde ao que se denomina de adjetivo, em termos formais. Além disso, os adjetivos podem ocupar funções distribucionais não estritamente adnominais, como predicativos do sujeito e do objeto. Nesses últimos casos, podem compor núcleo de predicação juntamente com as formas verbais.

É mister ressaltar também que a fronteira entre nomes substantivos e nomes adjetivos depende muita vez meramente de posição. Um adjetivo pode facilmente converter-se em núcleo sintagmático pela simples anteposição a um outro adjetivo ou pela anteposição de determinantes substantivais, tais como artigos definidos ou outros pronomes adjetivos.

3.1.2.3. O critério semântico

Um dos traços fundamentais caracterizadores do adjetivo é sua função atributiva. Significa dizer que creditamos a diferença entre referência e predicação como processos de construção diversos de codificação. Ainda que se empregue um substantivo em posição tipicamente atributiva, como núcleo de um SN constituinte de um predicativo do sujeito ou do objeto, o caráter atributivo prevalece. Neves (2000, p.567) é de idêntico parecer. Isso não significa dizer, contudo, que a instauração de uma recategorização por meio de SN ou adjetivo em posição de complemento ou predicativa, isto é, como parte de uma predicação, não possa implicar uma recuperação anafórica ulterior ao longo do texto. A esse respeito, entendemos que o caráter referencial em posição predicativa ou predicacional, como complemento (mesmo de construções cristalizadas), permanece em uma posição de fundo, o que representa um estado de latência em termos referenciais. Se essa expressão referencial adjetiva ou substantiva, ou SN de caráter adjetivo-predicativo, for recrutada por uma anáfora de qualquer espécie, sairá, então, da posição de fundo e assumirá a posição de relevo. O que postulamos então é que, no interior da predicação, a instauração do referente é constituída, mas não ocupa uma posição de relevo.

3.1.3. A subclasse numeral

A inclusão dos numerais entre os nomes não é nova. Camara Jr. acolhe esse ponto de vista. Observemos, sucintamente, as razões mórficas, sintáticas e semânticas de sua condição nominal. Tradicionalmente, a sua admissão como classe autônoma provém de uma saliência conferida ao critério semântico, ou seja, a codificação de quantificação, ordenação, multiplicação ou fração responde pelo seu alçamento à condição de classe.

3.1.3.1. Critério mórfico

Os numerais estão morficamente sujeitos às categorias nominais de gênero, número e grau. É bem verdade que a incidência do grau não é costumeira entre as formas numéricas, tanto é que em nosso corpus poucas foram as ocorrências como a do exemplo a seguir:

- (68) Em relação aos outros termos empregados, como câmara aberta, plano aberto, grande plano, primeiro e **primeiríssimo** plano, o sentido estará claro na argumentação. (Brasil – Acad)

Há, contudo, restrições ou peculiaridades quanto a essas categorias. Por exemplo, não há formações femininas para maioria das pleriformas numéricas cardinais. Há igualmente afixos quase exclusivamente privativos dessa subclasse, como *–uplo* e *–ésimo*.

É interessante observar a usança corrente do sufixo *–ésimo* para compor superlativos absolutos sintéticos de adjetivos, mormente em contextos jornalísticos colunáveis:

- (69) Outono inverno 2007 **chiquerésimo**!!! <http://canaldamoda.blogspot.com/2007/04/outono-inverno-2007-chiquersimo.html>

- (70) É isso mesmo... nem uma, nem outra... Escolhi a melhor de todas, uma **super-ultra-mega-plus poderosésima** Janome. É a novíssima Memory Craft 6600. <http://arteemanhasdatialili.blogspot.com/>

A provável razão da migração do sufixo numérico *–ésimo* para formar superlativos é a impressão de quantificação abundante. Entre as pleriformas numéricas, ele tem um papel neutro compor os ordinais das dezenas, centenas e milhares.

Outras formas também são controversamente inclusas na classe dos numerais porque partilham apenas o traço da quantificação, tais como *lustro*, *semana*, *grosa*, *anuênio*, *quinqüênio*, etc, ou ordenação, tais como *último*, *penúltimo*, *derradeiro*, *estreme*, *anterior*, *posterior*. A presença de formas estritamente lexicais comprova a tese de que há uma disputa constante entre léxico e gramática para expressão de classes, subclasses e categorias.

Outro exemplo concreto entre os numerais diz respeito às formas de expressões dos numerais multiplicativos, os quais podem ser expressos por meio da adição de sufixos ou por meio do acompanhamento do substantivo *vez*. Observem-se os exemplos a seguir:

Variação léxico-gramatical para a expressão dos numerais multiplicativos

duplo ou dobro	Duas vezes
triplo ou tríplice	Três vezes
sêxtuplo	Seis vezes
séptuplo	Sete vezes
décuplo	Dez vezes
duodécuplo	Doze vezes

Quadro 24

Outros quadros poderiam ser montados com outros numerais. Por exemplo, os próprios ordinais podem ser expressos por meios lexicais, com a utilização de substantivos como posição, lugar, etc, adjungidos aos cardinais, em lugar das formas específicas. Porém, nesta tese, o que mais importa é apresentar a disputa entre *léxico* e *gramática* como demonstração da atuação de processos de gramaticalização e de exemplarização relativa a cada categoria, subclasse e classe de palavra.

3.1.3.2. Critério sintático

Sintaticamente, as pleriformas numéricas funcionam como pleriformas substantivais ou adjetivais. Por outras palavras, podem ocupar posições típicas de substantivos e de adjetivos.

3.1.3.3. Critério semântico

O que garantiu às expressões pleriformais numéricas a condição de classe foi exatamente a função de quantificadores por excelência. A subclasse é a principal indicadora, em termos de referência especificadora, de quantidade e de ordenação.

É interessante observar como a concretude do uso se reflete entre os numerais: os numerais usuais são apenas os primeiros, isto é, os que mais usualmente são perceptíveis ou

numerificadores da experiência humana¹⁸⁴. Referentes que representam uma numerificação maior do que dez são lexicalizados, tais como os ilustrados acima, isto é, *decênio*, *milênio*, etc. E essas formas numéricas lexicalizadas ainda apresentam correlatos imprecisos, como *a maioria*, *uma ruma*, etc.

No entanto, alguns numerais, que muito quantificam, prestam-se a referir indefinidamente, como mil ou milhão:

(71)A sala grande estava enevoada pelo - Patricia - Márcia berrou, um feitor ordenando cem chibatadas, salguem-lhe as costas. - Não falei **mil** vezes que não admito nenhum estranho por perto em hora de gravação? (Brasil – Fic)

Naturalmente, uma avaliação de usos lexicais precisos (*grosa*, *resma*), em confronto com quantificações lexicais gerais e as quantificações numéricas precisa de estudos específicos.

3.2. A macroclasse verbal

A macroclasse verbal, a nosso ver, representa a classe cujos afixos flexionais se comportam de modo mais regular. Por outras palavras, trata-se da classe em que os afixos indicadores de categorias tidas como tipicamente verbais se encontram mais gramaticalizadas, conquanto, naturalmente, apresentem variações. Por esse motivo, é dizível que a macroclasse que melhor recepciona a gramaticalidade típica (correlação mais estrita entre forma, função e sentido) é a verbal.

As categorias tidas como tipicamente verbais são *tempo*, *modo*, *pessoa*, *número*, *aspecto*, *voz*¹⁸⁵. Em português, não há morfemas flexionais específicos para o aspecto e a voz. Com relação aos demais, nem sempre as formas verbais manifestam suas categorias por meio de morfemas específicos, o que pode ser solucionado com a noção de marcação e com o morfema *zero*, com base nos cotejos característicos de modelos descritivos vistos na seção deste mesmo capítulo. Mais especificamente, o presente é um tempo não marcado,

¹⁸⁴ Não nos parece casual que o grego codificasse gramaticalmente a numerificação binária, por meio do *dual*. O tupi codificava a quantificação por meio das palavras alusivas aos dedos das mãos e dos pés. Por outras palavras, a sua quantificação mais exata alcançava apenas vinte, dois pés e duas mãos, o que corresponde igualmente a vinte dedos.

¹⁸⁵ Bechara (1999) contempla a categoria *gênero* como própria da classe verbal. A nosso ver, o gênero não é tipicamente verbal, porque, a rigor, aparece entre as formas nominais, as participiais, do verbo. Em sendo assim, não são formas verbais típicas, mas sim formas de fronteira, o que não se compatibilizaria com um rol categorial típico.

sabidamente multifuncional. Por esse motivo, não teria, salvo para alguns autores, morfemas flexionais privativos¹⁸⁶.

3.2.1. Critério mórfico

As formas verbais dispõem ainda de morfemas que lhes são privativos em português, como os morfemas indicadores de *conjugação, número, pessoa, modo e tempo*. Tirante a conjugação, nenhuma outra categoria é expressa estritamente por meio de morfema adjungidos ao verbo. Assim, a relativa neutralização do paradigma verbal implica a utilização ainda mais marcada de mecanismos de supleção das categorias de número e pessoa. Em relação à categoria verbal *número*, a sua indicação pode ser extraverbal, quando ocorrer a chamada ‘redundância de número’, vez que o número é codificado por meio de itens do sintagma nominal nominativo. No segundo, a noção de pessoa passa a ser privativa das proformas pronominais pessoais. Quanto ao tempo e o modo, há inúmeros trabalhos mostrando a instabilidade da expressão do modo em português. É bem verdade que não se pode advogar, com seriedade, a tese de que as formas subjuntivas estejam a caminho da extinção, como Perini se arrisca a fazer. Os usos populares não atestam uma produtividade escassa, mas uma produtividade diferenciada, cuja investigação não nos cabe neste momento. Quanto ao tempo¹⁸⁷, também não é sustentável adotar uma perspectiva de exclusividade para a designação temporal. Além dos problemas de múltipla referência das formas verbais, a indicar matizes diversos de tempo e aspecto, o tempo pode ser indicado por meio de formas substantivais, adverbiais ou relacionais.

De todo modo, a língua portuguesa sedimentou morfemas específicos para essas categorias entre as formas verbais, a nosso ver, porque as formas verbais são as mais determinantes para a distribuição sintático-semântica. Por outras palavras, as categorias marcadas no verbo dizem respeito à predicação como um todo. Talvez seja o motivo pelo qual apresenta os formativos mais tipicamente flexionais, ou seja, os mais regulares entre as diversas classes existentes. Prova disso é que mesmo os verbos irregulares e anômalos

¹⁸⁶ Considera-se o morfema *-o* como sufixo flexional indicador do presente do indicativo, vez que ele aparece tão somente nesse tempo. Em sendo assim, é defensável que se o considere como morfema flexional temporo-modal do indicativo.

¹⁸⁷ Uma das críticas de Llorach (2000, p.197) é que, como cada tempo apresenta muitas nuances expressivas (por exemplo, presente histórico, onitemporal, indeterminado; pretérito como pretérito típico, como mais-que-perfeito; mais-que-perfeito típico e optativo, etc) não se deveria tratar por tempo, mas por “*perspectiva temporal*” (2000, p.197)

obedecem a adjunções dos sufixos verbais típicos, ainda que de modo sociolinguisticamente complexo, porque multiforme e multissignificativo.

3.2.2. Critério sintático

O problema da predicação verbal é demasiado complexo para ser discutido em toda sua extensão no âmbito desta tese. De todo modo, faremos alguma consideração sumária a respeito do caráter sintático do verbo.

Em primeiro lugar, em conformidade com a proposta de descrição sintática, o verbo pode desempenhar uma função de predador central ou de distribuidor exclusivo de todos os demais termos ou constituintes frásticos, ou pode ser um termo que concorda com o sujeito. As propostas da gramática tradicional e gerativista apóiam-se na tese logicista, que se funda em uma estrutura bimembre caudatária da aplicação à gramática de filosofemas platônico-aristotélicos acerca do problema da representação ou da referência. Aqui adotamos uma perspectiva lexicalista, conquanto julgemos que o sujeito não pode ser equiparado aos demais termos em função de solidarizar-se com o verbo por meio da concordância.

O papel de termo regente por excelência, de um modo geral, compete ao verbo. Como predador oracional, o verbo implica a existência de *n* argumentos; seleciona itens para preenchimento de argumentos; rege ou controla tais itens. Naturalmente, não ignoramos que outras subclasses podem desempenhar um papel regencial. A gramática tradicional prevê que substantivos, adjetivos e advérbios podem ter complementos, os quais são designados como complementos nominais. Além disso, dedica seção específica para tratar da regência nominal. Significa dizer que dá guarida a um entendimento de que regência não é privativa dos verbos. De todo modo, considerada a perspectiva lexicalista, não há termo que predique ou que reja outros à sua direita e à sua esquerda. Por outras palavras, o verbo distribui termos de macroclasses de modo central¹⁸⁸. Também não ignoramos que verbos-suporte¹⁸⁹ transferem carga semântica para seus complementos à direita em termos semânticos, conquanto conservem a expressão das categorias de tempo, modo, número e pessoa. Contudo, ainda nesses casos, o verbo, ou o complexo indissociável verbo-complemento desse tipo de verbo,

¹⁸⁸ Escudamo-nos assim de objeções referentes à hierarquia ou constituência interna dos sintagmas nominais, em que à volta do substantivo orbitam, regidos, determinantes de diversas subclasses, artigos, adjetivos, numerais.

¹⁸⁹ Benveniste (1995, p.306) apresenta uma tipologia de verbos: “*Um verbo se diz ‘denominativo’ se deriva de um nome; ‘deverbativo’ se de um verbo. Chamremos delocutivos a verbos que nos propomos estabelecer como derivados de locuções.*”

rege os demais termos constituintes ou participantes da sentença. Em última análise, voltamos a dizer que consideramos o verbo o termo predicador e regente por excelência¹⁹⁰.

A definição dos verbos-suporte é fundamental para a caracterização, na gramática tradicional e em modelos recentes, do estatuto de transitividade de uma dada forma verbal. A chamada predicção nominal é qualificada como um tipo de formação delocutiva ou de verbo-suporte, vez que o verbo esmaece seu significado lexical, o qual se mostra de modo mais visível ou patente na forma predicativa. Naturalmente, os verbos-suporte ou delocutivos compreendem um leque muito mais amplo do que os verbos de ligação previstos pela gramática tradicional. Borba (1996) e Neves (2002) apresentam tipos diversos de verbos delocutivos, a respeito dos quais, a seguir, teceremos considerações sumariantes.

A postulação de Neves (2002, p.190-191) define o comportamento da relação entre verbo e complemento com base em um *continuum*. Em uma extremidade, situam-se os verbos inteiramente coalescidos com seus complementos, constitutivos de expressões formulaicas, tamanha a rigidez da soldagem. Em outra extremidade, relações verbo-complemento sem previsibilidade possível. A meio caminho, postar-se-iam os verbos-suporte:

Uma seqüência de graus medeia entre os dois extremos, e nesse espaço intermédio situam-se os verbos-suporte, comumente enquadrados entre os verbos gerais, verbos com certo grau de esvaziamento do sentido lexical (revestidos da característica semântica de superordenados), mas que conservam uma acepção cuja contribuição para o significado total da coligação pode ser explicitada. (2002, p.191).

A análise com base em uma noção escalar alumia melhor a problemática. Ademais contribui para pavimentar o entendimento de proverbos, cujo comportamento é heterogêneo, mas manifesta o traço de representante supraordinal da classe. Neves (2002, p.191) adita quatro critérios com base em Gross & Vives (1986), os quais não serão discutidos aqui. Configurado o caráter de gramaticalização intermediária dos verbos-suporte, considerações mais minudentes a respeito do esgarçamento semântico de verbos auxiliares e verbos gerais serão avocadas na seção referente aos proverbos ou proformas verbais.

3.2.3. Critério semântico

A transitividade é tida como uma das marcas fundamentais para a identificação da classe verbal. Hopper & Thompson (1980), ao formularem a sua hipótese de transitividade,

¹⁹⁰ A tese da centralidade do verbo se apresenta principalmente em modelos de descrição predicacional lexicalistas, como a Gramática de Valências ou a Gramática Funcional de Dik.

destituem o caráter estritamente verbal da transitividade, o qual se consubstanciaria na relação entre os termos constituintes da sentença, com base em fundamentos sintático-semânticos.

Dik (1997, p.107) apresenta uma espécie de análise componencial para identificar os diferentes tipos de noção fundamental de cada núcleo de predicação verbal. Fundamentalmente, há verbos ação (+ ação; + controle), processo (+ação; - controle) e estado (- ação; - processo). Também ele identifica, na relação entre os itens constituintes, a natureza da predicação ou da transitividade. Ressalte-se que há uma subordinação das componentes semântico-sintáticas (seleção de traços semânticos e de papéis sintáticos) em função da natureza do estado de coisas. Para definir o estado de coisas, ele propôs uma tipologia de traços semânticos: *dinâmico, télico, momentâneo, controle, experiência*. A análise torna-se, por conseguinte, muito mais complexa, porque não há assunção de predicação previamente assentada, mas uma predicação definida a partir da natureza do estado de coisas codificado pelo usuário. Se assim é, mesmo um suposto *agente* pode ser interpretado como um *instrumento*, desde que a codificação assim o pretenda. Por exemplo:

(72) **Joana** agiu em favor dos interesses de seu grupo.

Admita-se, neste caso, que *Joana* não atua em conformidade com sua vontade individual, mas sob pressão ou como mera porta-voz de interesses alheios aos seus, ao contrário do que a sentença, em uma leitura inicial, levaria a crer. Em sendo assim, pragmaticamente não contrairia o traço de + controle característico de uma predicação de maior transitividade com uma agentividade mais marcada na posição de sujeito sintático. Não se trataria de uma agentividade típica, desde que sejam levados em consideração fatores de ordem pragmática. Em sendo assim, conforme dissemos, a análise sintática torna-se muito mais dinâmica e reclama a consideração de fatores que excedem noções cristalizadas de sintaxe e semântica, conforme os padrões de análise da GT.

De todo modo, o verbo, como distribuidor de lugares sintático-semânticos, por excelência, muito embora os predicados possam ser “*verbais, adjetivais e substantivais*” (DIK, 1997, p.117). Nessas circunstâncias, Dik (1997, p.118) postula traços característicos para cada posição sintática, sempre em uma estrutura de predicação regulada pelo predicador verbal, adjetival ou substantival. Não vamos esmiuçar aqui todos os traços semânticos que podem assumir todos os termos de uma estrutura de predicação. Assumimos apenas que, por excelência, o verbo costuma ser o núcleo de predicação. E, nos casos dos verbos delocutivos,

ainda conserva papel central de distribuidor, mesmo coalescido mais ou menos em função do caráter da locução verbal ou verbo-suporte ser de soldagem mais ou menos fundida.

3.3. A macroclasse adverbial

3.3.1. O critério mórfico

Do ponto de vista da forma, a primeira problemática, tomando-se como ponto de partida a classificatória da NGB, é a suposta invariabilidade dos termos adverbiais. No tocante à maior parte das categorias, sem dúvida, os advérbios são invariáveis. Contudo, há pontos de discussão.

Em primeiro lugar, o problema do grau. Sabidamente, a maior parte dos advérbios provém de formas substantivais, as quais sofrem processos de gramaticalização com o deslocamento ou o alocamento em posições e funções não-características dos nomes. As formas adverbiais conservam um traço categorial típico de suas bases nominais de formação, o grau. Quanto ao número e ao gênero, não há o que dizer, vez que são suprimidos das formações adverbiais, salvo no caso das formações de modo com *-mente*, em que, curiosamente, a concordância própria da construção ablativa latina se conserva, conforme os exemplos abaixo demonstram, de gêneros de texto variados, o que comprova tratar-se de um dispositivo vivamente produtivo, independentemente do grau de escolaridade dos usuários. Naturalmente, uma avaliação mais minudente do comportamento dessas construções, em termos estritamente morfossemânticos, merece tratamento específico.

(73)Claramente, a qualidade de instrução não pode ser a mesma, a menos que o governo comece a transferir recursos aos mais pobres. (Brasil-Oral)

(74)Alguns objectivos já estão definidos e eu espero que no primeiro trimestre de 97 todas as candidaturas do PS, pelo menos a nível dos municípios, estejam claramente definidas. (Port.-Oral)

Em (73), a forma adverbial, deslocada para a introdução da oração, cumpre uma função proposicional, não meramente epirremática. Já em (74), a forma homônima conserva a função modalizadora típica das construções em *-mente*.

3.3.1.1. A formação dos advérbios

É relevante ressaltar que as pleriformas adverbiais têm origem entre formas nominais. Autores diversos reconhecem essa filiação, como Melo (1981) e Macambira (1973), que os bipartem em advérbios nominais e pronominais. Halliday (2004, p.362) biparte as expressões adverbiais em dois grupos: advérbios e conjunções. Os advérbios atuam como submodificadores de grupos nominais; *head* ou núcleo e modificadores de grupos adverbiais; submodificadores de grupos conjuncionais; e modificadores de grupos preposicionais. Já as expressões adverbiais de caráter conjuncional funcionariam como ligadores, juntores e continuativos, sempre integrantes de grupos preposicionais.

Com efeito, a maioria das expressões adverbiais tem matriz nominal. Não surpreende, portanto, sua proximidade de significação substantival e adjetival. Queremos dizer que ele se despede de traços categoriais tipicamente nominais, tais como gênero e número, mas conserva propriedades de significação coesiva e de grau. Há, contudo, controvérsia quanto à implicação classificatória da manutenção de traços marcadamente nominais. Bonfim (1988, p.09), por exemplo, reconhece, com base em uma saliência do traço semântico intensificador, a forma adverbial típica de intensidade *muito* como pronome indefinido mais gramaticalizado, dada a perda da concordância.

Ainda sobre o problema classificatório, Rosa (2000, p.107) menciona questionamentos sobre o desvinculamento dos advérbios da classe adjetival. Os que têm sido forjados sincronicamente têm base nominal, ao passo que os herdados não atestam claramente sua origem nominal (*hoje* e *agora*, por exemplo, permitem uma recuperação de seu percurso de gramaticalização em termos morfológicos e semânticos básicos, como *hoc dies* e *haec hora*).

Esses comentários nutrem a tese de que os advérbios são nomes mais gramaticais. Explicaria, de um modo geral, igualmente, a proliferação de funções dentro dessa classe, já que eles representariam bem o trânsito de formas nominais para um estatuto mais gramatical. De um lado da fronteira de uma macroclasse mais aberta, há a liminaridade ou partilha de traços ou categorias residuais nominais como o *grau*; de outro lado dessa condição de classe trânsito, os problemas de liminaridade com as preposições e com conjunções. Por esse prisma, é defensável a tese de um estatuto de gramaticalidade transitória ou liminar típica na classe adverbial. Entre as macroclasses pleriformais, a macroclasse adverbial ficaria assim:

**Contraste do estatuto de gramaticalidade da classe macroclasse adverbial com as macroclasses
nominal e relacional**

Macroclasses pleriformais	Nominal	Adverbial	Relacional
Gramaticalidade	- gramatical	+ gramatical	+ gramatical
Mórficos	Gênero, número, grau manifestantes do caráter flexivo da língua.	Conservação assistemática do grau.	Desaparição de traços nominais mórficos
Sintáticos	Recção ou predicação abundante, concordância oscilante, alta mobilidade consorciada à multifuncionalidade	Mobilidade relativa como modificador de sentenças, SNS, verbos, advérbios e de adjetivos. Recção mais restrita que a nominal e a verbal. Inexistência de concordância.	Mobilidade mínima (caso de algumas conjunções como <i>pois</i>) e imobilização sintática crescente ou inteiramente estratificada. Recção constituinte e co-dependente das macroclasses nominal, verbal e adverbial. Ausência de concordância.
Semânticos	Foricidade extensional e intensional instauradora e recuperadora de referentes, quer de modo anafórico ou catafórico.	Manutenção de traços nominais semânticos (funções endo- e exofóricas) e mórficos (grau) para a predicação, proposição ou atos de fala	Manutenção, em alguns casos, de funções endofóricas estritamente textuais ou marcação tão somente de referencialidade intralingüística independentemente de relações de referência intratextual (cf. Neves, 2000, p.602). Restrição ao âmbito metafuncional estritamente textual.

Quadro 25

A análise do quadro acima intenta trazer a lume o caráter intermediário de manifestação de gramaticalidade da macroclasse adverbial. Implica também a conservação da classe, a despeito de sua aparente ausência de identidade de classe por se tratar de zona de fronteira ou zona interclasse.

3.3.2. O critério sintático

As formas adverbiais têm um comportamento sintático heterogêneo. Postula-se, em geral, que sua posição canônica seja pós-verbal. Dik (2001), em sua descrição de predicação central, nuclear e expandida, identifica os lugares potenciais de advérbios, lá denominados de *operadores*, à direita do predicador verbal. Esses lugares referem, principalmente, em uma ordenação tida como canônica, uma seqüência hierarquizada de aparição. Assim, teríamos a seqüência típica: *tempo, lugar, modo, causa*. Ilari, Castilho, Castilho *et alii* (2002) reconhecem que a mobilidade tática e a ocupação de uma posição preferida intrafrástica não necessariamente se contraditam, desde que haja uma ampliação da análise do que se refere por *advérbio*.

Os referidos autores sugerem duas depurações para sanar a descrição dos advérbios: a) uma exclusão dos dêiticos da classe dos advérbios; b) dação de um tratamento problematizador da tradicional atribuição semântica de termos circunstanciais para os advérbios, de sorte que os tidos como tais são ausentados. Como diretriz classificatória, assumidamente, os autores julgam prioritário o critério semântico, como fator determinante de aspectos sintáticos. Da mesma forma, o fator semântico define as subclasses adverbiais. Não há menção quanto à relocação dos advérbios dêiticos. De nossa parte, entendemos que representam a contraparte semanticamente genérica ou indefinida das pleriformas adverbiais, ora em debate.

Em termos sumários, o quadro representativo da configuração dessa classe para a gramática tradicional pode ser exposto assim:

Crítérios da GT para a classe adverbial

Crítérios	Traços definitórios
Crítério morfológico	Invariabilidade formal
Crítério sintático	Relação com verbo, adjetivo ou outro advérbio
	Modificação de não-substantivos
Crítério nocional	Indicador de circunstância
	Modificador semântico

Quadro 26

Travemos algumas polêmicas de modo sucinto. Em primeiro lugar, não há integral invariabilidade mórfica, conforme já se ilustrou no corpo deste trabalho. Em segundo lugar, a relação dos advérbios não se limita aos consignados tradicionalmente, isto é, verbos, adjetivos e advérbios. Prova disso são os exemplos abaixo:

(75) É mulher, é muito **mulher**... (Séc.XIX)

(76) Mantinham uma posição de neutralidade, muito **embora** Val, principalmente, estimulasse a conversa sobre o tema. (Brasil – Fic)

Pode-se objetar, primeiramente, que, em (75), não se trata exatamente de um substantivo. Porém, somente seria possível admiti-lo se não fosse levada em consideração a forma. Em termos de enquadre classemático, trata-se de uma forma substantival. Quanto a (76), poder-se-ia, à guisa de sugestão, investigar se não há uma herança de uma espécie de automatismo dos idos em que *embora* funcionava tipicamente como locução adverbial temporal. Em nossa fonte, há inúmeros exemplos dessas construções antecessoras da adverbialização corrente da conjunção concessiva:

(77) Respondeo que seria bom, e fosse sua reverencia muito **embora**. (Port. Séc.XVI.)

Isso posto, fica claro que o ambiente morfossintático dos advérbios, caso os ditos advérbios de intensidade tenham guarida entre os advérbios, não é privativo das classes usualmente relacionadas.

Finalmente, em termos sintático-semânticos, a tipificação dos advérbios como argumentos, membros da valência central do verbo, ou como circunstantes, participantes periféricos, não é terreno pacificado. Naturalmente, abusos término-conceituais têm sido corrigidos, com a admissão de noções do modelo lexicológico de descrição da transitividade, a permitir a inserção de categorias como complemento locativo, por exemplo. A introdução dessas categorias, próprias da gramática de valências¹⁹¹, incrementa a descrição, mas não necessariamente sana todos os impasses, mormente em função da ausência de estreito paralelismo dos traços mórfico, sintático, semântico e pragmático na composição das sentenças. Observemos o exemplo a seguir:

(78) Mas, arrependendo-se em seguida de sua rudeza para com o judeu, foi até a cozinha e **trouxe** de lá um prato com uma fatia de pessegada e outra de queijo... referência

O verbo **trazer** poderia ser classificado, valencialmente, como tetravalente (alguém transfere algo, para alguém, de um lugar, para outro lugar), com os traços semânticos de agente, A1, alvo, A2, destinatário, A3, locativo de origem (A4), locativo de destino (A5). A gramática tradicional reduziria a descrição acima apenas à transitividade puramente morfossintática posta à direita do verbo. Seguramente, **lá** seria classificado como adjunto adverbial e, portanto, termo acessório. Em suma, o aporte de teses lexicológicas para a descrição da sentença não necessariamente elimina impasses descritivos acerca dos traços morfossintáticos e semânticos demarcatórios de actantes e circunstantes, aos quais, *mutatis mutandis*, correspondem os clássicos complementos e adjuntos adverbiais.

O caráter actancial ou circunstancial das expressões adverbiais gera dissensão mesmo entre os adeptos do modelo sintaticista lexicalista. Isso porque a definição do caráter actancial de noções atribuídas pela gramática tradicional como *circunstanciais*, *locativos* (*origem*, *destino*), *modativos*, *instrumento*, podem ser encaradas, contextualmente, como centrais e não circunstanciais. A definição de um estatuto gramatical, compreendido como uma estrutura valencial pré-fixada por reiteraões consuetudinariamente consagradas, não é incontroverso.

¹⁹¹ Neves (2002) radica o nascimento do modelo lexicalista entre os estóicos. Na modernidade, identifica os alemães como os principais articuladores ou revitalizadores do mencionado modelo.

Destarte, atribuir a uma dada expressão adverbial ou circunstante, um caráter periférico se torna muito problemático.

Com efeito, Dik (2000) reconhece que os termos ora podem desempenhar o papel de argumento, membro da predicação central, ou satélite, assim como as de lugar e de tempo:

A distinção entre argumentos e satélites seria uma questão fácil se pudéssemos simplesmente dizer: argumentos são obrigatórios, satélites são constituintes opcionais da oração, e: argumentos são caracterizados por um conjunto de funções semânticas, satélites por um outro conjunto, e esses dois conjuntos não se superpõem. Na verdade, os problemas são menos claro do que isso, de modo que em certos casos pode ser in difícil de decidir se um dado termo tem o estatuto de um argumento ou de um satélite.¹⁹² (DIK, 2000, p.87).

No entanto, em sua descrição léxico-sintática, confere um estatuto diferente às noções de modo, lugar e tempo, vez que enquadrrou o modo como um satélite do predicado e as demais noções (lugar e tempo) como satélites da predicação central. Por outras palavras, a incidência do satélite de modo sobre o predicado leva-o à condição de predicação nuclear, e, por sua vez, a incidência dos satélites de lugar e tempo sobre a predicação nuclear a conduz ao estatuto de predicação central. Nesse sentido, é admissível supor que Dik (2000) institui, em uma análise introdutória, valores diferentes a essas noções enquanto satélites incidentes sobre a predicação. Mas, ao descrever a natureza dos tipos de predicação, há uma natural complexificação, conforme se pode depreender do trecho citado.

A fim de compor um quadro mais rigoroso do comportamento dessas noções empacotadas por argumentos ou satélites, seria necessária uma pesquisa em um dicionário de valências verbais. Esse dicionário teria, a nosso ver, de tipificar os verbos modativos, temporativos e locativos. Com essa discriminação, seria possível demarcar de modo mais criterioso o revestimento como complemento ou argumento, ou como advérbio ou circunstante das referidas noções. É possível antecipar, todavia, que não há correlação estreita entre os níveis sintático, semântico e pragmático para determinar, com regularidade, o comportamento das distribuições valenciais e das formas e seus paradigmas.

Dik (2000, p.66) também apresenta designações interessantes para pleriformas adverbiais em âmbito externo da predicação. Ele as denomina de *operadores ilocucionários* e *satélites ilocucionários*. Para o autor, a primeira designação responde pela entoação responsável pela definição do caráter declarativo, interrogativo, imperativo ou exclamativo da sentença; a segunda responde pelo modo por meio do qual o emissor deseja que seu ato de fala

¹⁹² The distinction between arguments and satellites would be an easy matter if we could simply say: arguments are obligatory, satellites are optional constituents of the clause, and: arguments are characterized by one set of semantic functions, satellites by another set, and these two sets do not overlap. In fact, however, matters are less straightforward than this, so that in certain cases it may be difficult to decide whether a given term has the status of an argument or a satellite.¹⁹² (DIK, 2000, p.87).

seja entendido. A atuação dessas pleriformas adverbiais, simples ou locucionais, para Dik (2000), define o âmbito proposicional, ou seja, a esfera de representação de um dado estado de coisas revestido do juízo ou da atitude do usuário da língua em relação ao que declara.

3.3.3. O critério semântico

As indicações nocionais fundamentais da classe adverbial podem ser limitadas às de *circunstante*¹⁹³ e a de *modificador*. Com base nessas noções, os teóricos de diverso cariz relacionam variegadas noções cujo desempenho sintático, em regra, é epirremático, tais como: modo, lugar, tempo, intensidade, dúvida, afirmação, negação, referência, assunto, preço, instrumento, veículo, etc. O caráter plurívoco das classificações, correlacionado com a ausência de marcas formais específicas, pode estar relacionado ao estatuto de gramaticalidade debaixo de determinadas noções, porque infreqüentes. Em virtude disso, as noções não são apreendidas de sufixos, mas das bases substantivais originadoras das pleriformas adverbiais simples ou locucionais. Em sendo assim, o que estamos postulando é que, dentro da classe adverbial pleriformal, há igualmente uma gradiência de gramaticalidade.

As pleriformas em *-mente* são seguramente as mais usuais. Ressalte-se que esse contraste é limitado às pleriformas adverbiais. Se comparadas às proformas adverbiais de lugar e tempo, as pleriformas adverbiais terminadas em *-mente* são mais usuais. Observemos a amostra a seguir de ocorrências em *-mente*:

				Total
Clara-	1531	Alegre-	383	
Real-	3476	Fiel-	222	
Rica-	230	Ávida-	72	
Sincera-	379	Freqüente-	921	
Verdadeira-	1706	Certa-	2.091	
Atenta-	237	Final-	3997	
Feliz-	1100	Aberta-	234	
Infeliz-	973	Legal-	182	
				17.727

Quadro 27

Esse número é inferior ao das proformas adverbiais, mas seguramente não encontra paralelo entre as pleriformas adverbiais, vez que tem um grau de gramaticalidade mais

¹⁹³ Os termos *circunstante* e *modificador* não são transparentes, porque, para o primeiro, nem sempre há uma compreensão cristalina de que represente um lugar sintático-semântico situado fora da predicação nuclear, muito embora seja essa expectativa que seja gerada em relação ao termo; e, quanto ao segundo, há maior vagueza porque a natureza da modificação não é suficientemente descrita. Em regra, esses termos são tidos, no entanto, como auto-explicativos.

elevado que as demais pleriformas adverbiais, que não dispõem de nenhum morfema específico. É interessante observar que o correlato proformal das formas em *–mente*, isto é, a proforma adverbial *assim*, não é superada por nenhuma outra proforma adverbial. Por outras palavras, as indicações com a forma genérica portadora do traço modal são mais usuais em nosso *corpus*¹⁹⁴. Esse grau elevado de uso talvez explique também o fato de, em línguas diferentes, a representação de pleriformas adverbiais modais apresentarem um morfema específico, como o *–ly* em inglês, o *–lich* em alemão, ou o *–e* e *–ter* em latim, os quais, como nas línguas românicas (exceto o romeno), são itens lexicais gramaticalizados¹⁹⁵.

Por outras palavras, a inclusão do satélite ou argumento *Modo* no nível da predicação nuclear revela quão recorrente é a expressão gramaticalizada da categoria do modo por meio de pleriformas adverbiais. O estatuto de gramaticalidade da categoria *modo* nesse âmbito morfossintático-semântico se encontra, em português, mais gramaticalizado que seus correlatos nocionais de tempo e lugar, para os quais não há um morfema específico.

Convém aditar que, em português, a expressão do modo mais gramatical se encontra no interior das formas verbais, conquanto haja teses em favor de uma aparente dissolução do modo verbal em termos funcionais. Seria, portanto, possível postular uma gradação de expressão gramaticalizada do modo desde os operadores intraverbiais (sufixos ou desinências modo-temporais), passando pelos argumentos ou satélites de modo (actantes ou circunstantes), pelos operadores argumentativos em âmbito proposicional, até os verbos modais dos atos de fala (achar, crer, etc) e, finalmente, a própria situação comunicativa. Em sendo assim, o morfema *–mente*¹⁹⁶, expressão morfológica da gramaticalização em nível pleriformal adverbial, ocuparia uma posição intermediária de gramaticalidade para expressar o modo, quer em sua função típica de acompanhante verbal, quer em sua função de operador argumentativo proposicional¹⁹⁷.

¹⁹⁴ A proforma adverbial *assim* tem 43.472 registros. É bem verdade que os usos de *assim* não são uniformes. Precisaria, portanto, de uma pesquisa específica a fim de tipificar as diferentes funções e seu grau de ocorrência. Vamos admitir que se trate da proforma adverbial modal porque, de todo modo, ela seria a forma-função matriz de outros usos, como os da locução conjuntiva *assim que*, ou da profrase *assim*. Supomos, com uma argumentação pré-analítica, que subsista o princípio funcionalista da persistência, a garantir os traços modais em outras funções derivadas da forma em apreço.

¹⁹⁵ É bem verdade que a função adverbial modal apresenta expressões concorrentes, como a conversão dos adjetivos e as locuções verbais com substantivos do campo semântico do modo (maneira, jeito, forma, etc). Reconhece-se inclusive valores sociolingüísticos diferenciados de uso com *–mente* ou suas formas concorrentes, em especial a conversão adjetival, que representaria um uso mais distenso. Uma diferenciação a respeito pode ser encontrada em Hummel (s/d).

¹⁹⁶ É bem verdade que os advérbios em *–mente* cumprem outras funções de caráter modalizador (modificadores frasais) e estritamente adverbial (ordem, tempo, etc), e essa multiplicidade funcional remonta os primórdios da fundação da língua, conforme Cavalcante (1998).

¹⁹⁷ No âmbito proposicional, as expressões pleriformais adverbiais também concorrem com seus correlatos adjetivos adverbializados e com locuções de base substantival.

Por fim, cumpre lembrar que há ainda formações adverbiais modais simples destituídas do sufixo *-mente*¹⁹⁸, como *depressa*, *destarte*. Mas parecem representar apenas uma ilusão gráfica de gramaticalização, vez que a base lexical originária ainda é muito evidente. Seriam, portanto, simplesmente locuções adverbiais típicas, constituídas de preposição e substantivo. Por outro lado, uma análise quantitativa sumária demonstra que *depressa* (2605 ocorrências) é mais usual que *rapidamente* (1864 ocorrências), isto é, que seu correlato semântico de base em *-mente*, o que poderia representar um indicativo de que se trata, efetivamente, de uma forma adverbial mais gramaticalizada do que as locuções adverbiais constituídas de preposição e substantivo.

3.3.4. A exclusão dos dêiticos

Ilari, Castilho *et alii* (2002) advogam a tese de que os dêiticos como *aqui*, *assim*, *et similia* não podem ser considerados advérbios comuns. Reproduzamos, antes, o exemplo e a citação que o comenta:

l) Isso *aqui* é entrada.

A construção surpreende, aliás, e parece mostrar que *aqui* não é um mero determinante do SN, já que, em condições normais, isso, como núcleo de SN não admite qualquer determinante. Trata-se (...) de um mecanismo que parece corresponder a um processo de planejamento verbal e sinalização pelo qual uma expressão genérica antecipa o tipo de função sintática e semântica que se vai realizar na expressão que segue; esse mecanismo se estende a outros dêiticos como os pronomes e clíticos redobrados; as alternativas de uso desses ‘catafóricos’ não se restringem ao adjunto adnominal: abrangem ora adjuntos adverbiais, cp. (ILARI, CASTILHO *et alii*, 2002, p. 58)

Os comentários mais específicos atinentes aos dêiticos integram a seção das proformas adverbiais. Importa, todavia, declarar que a designação dessas formas como estritamente

¹⁹⁸ É interessante lembrar a posição de Câmara Jr. (1989) a respeito da forma *-mente*, a qual, segundo ele, não representaria um afixo, mas sim uma base nominal em razão da persistência da concordância de gênero das formas adjetivais como gênero feminino de *mens-mentis*, inclusa a coordenação de concordância de adjetivo sem série. Alude também a fatores de ordem fonológica. Representa, portanto, uma forma livre e constitui o processo de formação por composição. A nosso ver, no entanto, representa um caso de gramaticalização não integralmente concluso. Traços da base nominal ainda persistem, de tal sorte que a concordância de gênero se conserva, inclusive em construções de adjetivos coordenados. Contudo, em termos semânticos, não é possível sustentar a conservação do significado de *mente*, como *intelecto pensamento*, *entendimento*, etc. Restrições de ordem distribucional, quando funciona de forma adverbial modal típica ou mesmo como intensificador, bloqueiam a assunção de que se trata de uma forma nominal nos mesmos moldes da construção ablativa latina. Além disso, a adjunção à base adjetival representa transcategorização ou câmbio de classe. Desconsiderada a falsa aporia metodológica de obrigatória opção por uma sincronia corrente ou pretérita e admitida uma análise pancrônica, o problema se dilucida com base no entendimento de que se trata de uma gramaticalização parcialmente conclusa para a formação de uma pleriforma adverbial modal. Em termos contrastivos, se compararmos o sufixo *-mente* com seu correlato em inglês *-ly*, estúltimo se encontra mais gramaticalizado em razão de ser um formativo derivacional típico, tendo sofrido a erosão fônica de um processo de gramaticalização mais avançado.

dêiticas não aclara muito suas funções, vez que, em regra, a noção de dêixis está atrelada à referência situada em contextos enunciativos. As proformas adverbiais ditas dêiticas não referem estritamente enunciativamente.

3.3.5. A função textual-discursiva

A função textual-discursiva de garantidor da organização do fluxo de informação não é abonada pela tradição gramatical. É bem verdade que a verificação das funções textual-discursivas são mais comuns às proformas adverbiais do que às pleriformas, dado o seu grau mais elevado de gramaticalidade, o que lhes permite exercer funções outras que a de dêitico ou item endofórico. Em razão disso, considerações sobre o comportamento discursivo serão tecidas na seção das proformas adverbiais.

A propósito, Neves (2000) distingue conectivos de caráter fórico dos que não apresentam. Justificativa similar levou Bechara (1999) a excluir as conjunções coordenativas conclusivas e explicativas e parte das adversativas do rol das conjunções, por considerá-las formas adverbiais.

3.4. A macroclasse relacional

Novamente, coincide a nossa opção classificatória com a de Camara Jr. (1997, p.79), que, conquanto não os tenha inserido em seu quadro geral, após um tópico específico:

Restam certos vocábulos (o mais das vezes formas dependentes), cuja função essencial é relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes. Estabelecem entre dois ou mais termos uma conexão e podem-se chamar, portanto, os vocábulos conectivos. (1997, p.79)

O principal problema é não ter inserido, em seu quadro classificatório geral, um lugar próprio para as formas relacionais. Contudo, podemos considerá-las contempladas na classificatória de Câmara Jr., cujo quadro, com a sua inserção ficaria extremamente semelhante ao nosso, salvo pela desconsideração dos advérbios como classe específica. Teoricamente, seria o seguinte:

Macroclasses	Funções paradigmáticas	Funções sintagmáticas
Nome	Substantivo	Termo determinado
	Adjetivo	Termo determinante de outro nome

	Advérbio	Termo determinante de um verbo
Verbo		
Pronome	Substantivo	Termo determinado
	Adjetivo	Termo determinante de outro nome
	Advérbio	Termo determinante de um verbo
Conectivos	Coordenativos	
	Subordinativos	De vocábulos (preposições)
		De sentenças (conjunções)

Quadro 28

O âmbito de especulação fundamental para a construção do esquema do nome é, a nosso ver, o sintagma nominal. Difere, contudo, no que diz respeito à inclusão dos nomes adverbiais, em razão da filiação nominal da grande maioria dos construtos adverbiais.

Peca também pelo aprisionamento dos conectivos preposicionais à recção nominal e aos conectivos conjuncionais à recção oracional. Ora, as preposições também podem reger termos oracionais, e as conjunções, por seu turno, também podem relacionar termos nominais. Em sendo assim, o quadro ficaria mais completo caso permitisse os conectivos preposicionais e conjuncionais, em termos sintagmáticos, tanto em relação aos lexemas, em sentido estrito, quanto às orações.

É interessante também a sua partição dos elementos relacionais em função de parâmetros paradigmáticos e sintagmáticos, conquanto não tenha erigido o seu esquema exatamente nesses termos.

Pode ser tecida uma crítica quanto à manutenção da terminologia dos elementos relacionais tradicional, isto é, conservamos os rótulos de *preposição* e *conjunção*. Defendemo-nos a argumentar que não estamos invalidando as rotulações da tradição, mas apenas apresentando uma outra proposta, com base em uma determinada concepção epistemológica e lingüístico-estrutural (em sentido lato). Nesse sentido, não nos sentimos obrigados a desbancar inteiramente a terminologia tradicional.

3.4.1. O critério mórfico

As preposições e as conjunções são tidas como elementos invariáveis. Seu estatuto de gramaticalidade mais acentuado explicaria a ausência de adjunção de formativos derivacionais ou flexionais.

As preposições são divididas em três grupos fundamentais: *essenciais*, *acidentais* e *compostas*. As primeiras não teriam outra função que estritamente preposicionar. As segundas

representam um reconhecimento da gramática tradicional de que há uma deriva de pleriformas nominais ou verbais, ou verbo-nominais, para a classe das pleriformas relacionais preposicionais.

Se fizermos um cotejo sumário entre autores estudiosos do português arcaico, como Huber (1986), Ali (2001), Matos (1989) e (2006), é simples verificar que o quadro das preposições essenciais sofreu alterações fonéticas cosméticas, sem afetar grandemente o seu reconhecimento, a despeito dos séculos. Parece-nos natural a ausência de grandes transformações porque as preposições e as conjunções representam o último ponto de gramaticalização morfológicamente apreensível dos sistemas lingüísticos, entre os que conservam o estatuto de itens lexicais. Já entre as preposições acidentais tem havido acréscimos oriundos de classes diversas, como participios presentes (*durante, mediante, consoante, tirante*), participios passados (*visto, salvo, exceto, feito*), adjetivos (*conforme, incluso, excluso*), conjunção (*como*), numeral (*segundo*).

Sucedo o mesmo entre as conjunções no tocante à emergência de novas construções provenientes do âmbito das classes pleriformais mais universais, nome e verbo. Porém, entre as conjunções houve uma ampliação mais significativa do rol de formas. Além disso, há conjunções que se extinguiram ou foram substituídas, como *ca*. Formas como *embora, só que, porém* apresentam longa história na língua, mas não haviam sofrido o enrijecimento sintático e semântico promotor de sua gramaticalização como conjunções de caráter semântico concessivo. De todo modo, uma varredura mais exaustiva é necessária para atestar uma produtividade maior das conjunções com relação às preposições de toda ordem. Essa análise poderia permitir ainda especulações a respeito de diferenças de grau de abertura à gramaticalização entre as duas subclasses de pleriformas relacionais.

3.4.2. O critério sintático-semântico

Neves (2000) empreende uma análise detalhada de formas relacionais preposicionais com base em um critério de transitividade. A fecundidade da análise nos obriga simplesmente a remeter ao seu texto, sem discutir aqui os contextos múltiplos de cada uma das preposições em conformidade com seu caráter participativo ou não da predicação básica. No tocante à análise minudente de usos de conjunções, sugerimos compulsar a retromencionada obra da referida autora. Retornaremos às formas relacionais na seção referente às proformas relacionais.

3.5. Súmula da seção

Sobre o estatuto de gramaticalidade das pleriformas, importa dizer que, a nosso ver, deve ser conservado tal como o entende a tradição, ou seja, que as formas nominais e verbais têm um estatuto menos gramatical do que o das pleriformas adverbiais e relacionais, conforme se pode verificar com base no quadro abaixo:

Análise da gramaticalidade vertical entre as macroclasses pleriformais

		Gramaticalidade crescente de cima para baixo.
Nomes	Pleriformas menos gramaticais Abrigo das categorias nominais com propriedades semânticas originárias de experiências concretas.	Fonte de emergência original de formas gramaticais que podem compor as pleriformas mais gramaticais ou migrar para sua contraparte proformal.
Verbos	Pleriformas menos gramaticais Receptáculo das categorias verbais com propriedades semânticas originárias de experiências concretas.	Fonte de emergência de formas gramaticais constituintes de pleriformas gramaticais, com possível abstratização de desempenho proformal verbal (casos de auxiliaridade e delocutividade verbal).
Advérbios	Elementos de trânsito Perda de categorias nominais e conservação de atribuições semânticas de vária ordem em termos referenciais.	Formas nominais gramaticalizadas pela perda de categorias típicas e, assistematicamente, formas fonte para composição de prefixos.
Elementos relacionais	Pleriformas mais gramaticais por ausência de referência extralingüística, a não ser em casos de conversão.	Formas oriundas de diversas classes para composição de preposições e conjunções. As conjunções, contudo, podem gerar-se de pleriformas preposicionais acidentais.

Quadro 29

O intuito fundamental dessa seção era compor um quadro relativo às macroclasses, a partir do qual poderemos discutir sua contraparte semanticamente genérica, ou seja, o quadro correlato das macroclasses proformais.

Repare-se que as proformas relacionais podem se gramaticalizar a ponto de simplesmente concorrer com o zero. O que queremos dizer é que há construções em que o morfema zero, ou um vazio relacional substitui as formas relacionais. Tal assertiva pode ser verificada em construções em que articulações oracionais omitem os conectivos¹⁹⁹ ou em formações compostas em que as relações de determinante e determinado se manifesta intralexicalmente; além disso, considere-se a mera justaposição de termos para dispor relações que poderiam ser manifestas por meio de elementos relacionais²⁰⁰. O quadro mais completo apresenta-se no final da seção seguinte.

¹⁹⁹ Bechara (1999) denomina tais supressões de *haplologia sintática*, como, por exemplo, os complementos oracionais de verbos como *precisar*, *crer*, os quais não são, usualmente, precedidos da preposição que lhes é própria quando têm complementos não oracionais.

²⁰⁰ É bem verdade que tais disposições sintagmáticas concorrentes de construtos nominais com elementos relacionais nem sempre apresentam unicidade referencial. À guisa de ilustração, homem de valor e homem valoroso, homem de palavra e homem apalavrado, homem de coragem e homem corajoso; iguais.

4. Proformas: aspectos conceituais, tipológicos e funcionais

Apresento apenas a suspeita de que os fenômenos gramaticais sejam com frequência discutidos como fenômenos de classificação – o que joga uma suspeita sobre tantas investigações, em que se pressupõem classificações familiares pelo experimentador, mas que os sujeitos delas não compartilham, ou o experimentador se cansa, em vão, deduzindo classificações em que os sujeitos não classificam nada e seguem apenas automatismos gramaticais. (ECO, 1998, p.173)

Nosso principal esforço ao elaborar esta tese é fugir desse propósito meramente classificatório e da mera perpetuação da classificatória vigente em favor de uma elucidação mais coerente, ainda que implique, eventualmente, a complexificação da descrição em razão da convocação de vetores funcionalistas e sociolingüísticos.

4.1. Insuficiências terminológicas e conceituais

É curioso observar que os gramáticos e lingüistas em geral simplesmente ignoram as proformas. Não há muitos autores de relevo que mencionem a noção de proforma como válida para lançar luzes sobre diversos problemas gramaticais, desde a classificatória geral das partes do discurso até problemas mais pontuais sobre o comportamento morfossintático e semântico de itens lexicais ou mórficos particulares.

Entretanto, parece-nos, o emprego dessa terminologia, com o viés conceitual que imprimimos, é a mais indicada para tratar de modo mais coeso e coerente o comportamento das classes e suas subclasses gramaticais em função de aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos.

A fim de comprovar a carência de terminologia e conceituação atinente ao termo, observemos as categorias propostas por Nida (s/d, p.166). Essas categorias, de natureza variada (mórfica, sintática e semântica) levadas em consideração para a configuração das classes são as seguintes: *posse; tangibilidade; identificação; definitude/indefinitude*²⁰¹; *próprio/comum; número; espaço; grau; valor; causação; forma; animacidade; gênero; relações gramaticais; caso; tempo; aspecto; voz; modo; pessoa; movimento*. Não se encontra a categoria aqui proposta, a *proformalidade* e seu caráter holonômico.

²⁰¹ São as únicas categorias que se aproximam da categoria aqui proposta, mas sem o mesmo alcance teórico e operacional.

Basílio (2004) também não discute a inclusão dessa classe no quadro geral das classes gramaticais, embora admita a imprescindibilidade da partição das classes em grupos regidos por critérios ordenadamente distribuídos.

Não há nada, de todo modo, que determine especificamente a propriedade ou traço responsável pela caracterização das proformas em geral. Em regra, conforme veremos a seguir, as proformas são simplesmente confundidas com o que aqui denominamos de proformas nominais. Ou seja, representa uma mera substituição terminológica do clássico termo *pronome*, sem maiores conseqüências teóricas para deslindar sua especificidade.

Inicialmente, essas considerações servem apenas para atestar o caráter periférico dessa classe ou dessa designação entre a maioria de nossos estudiosos, qualquer que seja a sua vertente de análise.

4.2. Delimitação conceitual de proforma

Parece-nos, em primeiro lugar, relativamente indiscutível que, com base em princípios da hipótese evolucionária, de gramaticalização, de abstratização e de manifestação latente ou patente do par definitude/indefinitude, existam palavras de conteúdo e palavras funcionais²⁰². De todo modo, convém frisar os pontos fundamentais para Givón (2002, p.124) que proviriam sustentação teórica para a hipótese evolucionária:

Dois ciclos distintos de simbolização – ou desenvolvimento de código – devem ter ocorrido na evolução da linguagem humana. O primeiro envolveu a ascensão de um *léxico* bem-codificado e seu instrumento de codificação, a fonologia. O segundo envolveu a ascensão de uma gramática e seu instrumento de codificação, uma estrutura morfossintática. Em cada ciclo, uma fase inicial de um código mais natural (icônico, não-arbitrário) se seguiu por uma mudança em direção a um código mais arbitrário, simbólico. Em cada uma, tanto a iconicidade inicial quanto a mudança ulterior em direção a um simbolismo tiveram motivações adaptativas incontornáveis. A fim de entender a ascensão de ambos os códigos ('estruturas') como processos evolucionários adaptativos mais do que como um fortuito lançamento de dados genéticos, deve-se, primeiramente, interpretar a comunicação humana como um instrumento funcional-adaptativo. (GIVÓN, 2002, p.124).²⁰³

Ainda a esse respeito, conquanto menos elaborados, observem-se os seguintes comentários de Hopper & Traugott (1993, p.4):

²⁰² Tais palavras gramaticais, *advérbios*, *preposições*, *conjunções* e *pronomes*, também são denominados *sincategoremas*, porque são não podem ser empregues como termos independentes.

²⁰³ Two distinct cycles of symbolization – or code-development – must have taken place in the evolution of human language. The first involved the rise of a the well-coded *lexicon* and its coding instrument, phonology. The second involved the rise of grammar and its coding instrument, morpho-syntactic structure. In each cycle, an initial phase of a more natural (iconic, non-arbitrary) code was followed by a shift toward a more arbitrary, symbolic code. In each, both the early iconicity and the later shift toward symbolism had unimpeachable adaptive motivations. To understand the rise of both codes ('structures') as adaptive evolutionary processes rather than as a serendipitous cast of the genetic dice, one must first interpret human communication as a functional-adaptive instrument. (GIVÓN, 2002, p.124).

É geralmente aceito que algum tipo de distinção pode ser feito em todas as línguas entre palavras de ‘conteúdo’, também chamadas ‘itens lexicais’, e palavras de ‘função’, também chamadas palavras ‘gramaticais’. As palavras *exemplo*, *aceitar* e *verde* (i.e. substantivos, verbos e adjetivos) são exemplos de itens lexicais. Tais palavras são usadas para reportar ou descrever coisas, ações e qualidades. As palavras *de*, *e*, *ou*, *ele*, *isto*, isto é, preposições, conectivos, pronomes e demonstrativos são palavras de função. Elas servem para indicar relações de expressões nominais umas com as outras (preposições), para ligar partes de um discurso (conectivos), para indicar se entidades e participantes em um discurso já estão identificados ou não (pronomes e artigos), e para mostrar se eles estão próximos do falante ou do ouvinte (demonstrativos). Frequentemente pode-se mostrar que as palavras funcionais têm suas origens em palavras de conteúdo. Quando uma palavra de conteúdo assume as características de uma palavra funcional, diz-se que a forma está ‘gramaticalizada’. Muito frequentemente, o que é gramaticalizado não é uma simples palavra de conteúdo, mas uma construção inteira que inclui essa palavra, como, por exemplo, a forma do inglês arcaico. (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.04)²⁰⁴

Essas citações são extremamente oportunas, porque reforçam um entendimento geral de que há palavras mais gerais, exatamente porque mais gramaticais. Gera-se igualmente a impressão de que tais palavras pertencem a um circuito mais restrito (o que teria inclinado gramáticos e lingüistas a postular seu enquadramento em um inventário fechado). Contudo, uma análise mais cuidadosa demonstra que tais formas tendem a ser geradas em menor escala em contraste com as classes do assim chamado inventário aberto, mas não compõem um inventário fechado. Ademais, conforme vamos procurar demonstrar, elas não se limitam a um grupo restrito de classes de palavras, mas a todas as classes! Por outras palavras, o que pretendemos mostrar é que o quadro das assim consideradas palavras gramaticais não se restringe aos *advérbios*, *conjunções*, *preposições* e *pronomes*, consoante a descrição gramatical tradicional. Segundo nosso postulado fundamental, todas as macroclasses têm uma contraclasse de estatuto semântico genérico com a reprodução de comportamentos morfossintáticos. Eis a principal definição de *proformas*, ou seja, são as formas modelares de gramaticalidade otimizada de cada classe. Em cada classe, subclasse e até mesmo em nível intralexical, há exemplares concretos representativos de maior gramaticalidade daquele nível de organização lingüística. Cada exemplar, por reunir os traços mais otimizados de sua classe ou subclasse, constitui-se em proforma. A proforma, então, representa e é representada, a um

²⁰⁴ It is usually accepted that some kind of distinction can be made in all languages between ‘content’ words, also called ‘lexical items,’ and ‘function’ words, also called ‘grammatical’ words. The words *example*, *accept*, and *green* (i.e. nouns, verbs, and adjectives) are examples of lexical items. Such words are used to report or describe things, actions, and qualities. The words *of*, *and*, *or*, *it*, *this*, that is, prepositions, connectives, pronouns, and demonstratives, are function words. They serve to indicate relationships of nominals to each other (prepositions), to link parts of a discourse (connectives), to indicate whether entities and participants in a discourse are already identified or not (pronouns and articles), and to show whether they are close to the speaker or hearer (demonstratives). Frequently it can be shown that function words have their origins in content words. When a content word assumes the grammatical characteristics of a function word, the form is said to be ‘grammaticalized’. Quite often what is grammaticalized is not a single content word but an entire construction that includes that word, as for example Old English *pa hwile pe* ‘that time that’ > *hwile* ‘while’(a temporal connective). (HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.04)

só tempo, uma forma e um modelo de classe, subclasse, morfema intralexical. A frequência de uso, com todos os efeitos já discutidos de gramaticalização em estágio último, vai constituir as proformas e, estas, por seu turno, compõem o macrogrupo proformal em cada nível de manifestação lingüística.

4.2.1. Os macrogrupos de macroclasses: pleriformas e proformas

A definição das macroclasses estabelecida aqui conta, antes, com uma bipartição de fundamento semântico, qual seja, as macroclasses são divididas em *pleriformas* e *proformas*.

As formas portadoras de carga informacional referencialmente (endo- e exoforicamente) mais específica são as *pleriformas*.

À guisa de advertência acerca de um dos princípios gerais de governança das relações entre as componentes da língua, não cremos que haja uma correlação estreita entre os diferentes níveis de constituição da língua para a configuração das classes. Isto é, não existe uma correlação estrita entre as componentes mórfica, sintática, semântica e pragmática para constituir e delimitar as classes ou para expressar as categorias.

Não há lugar aqui para uma revisão exaustiva de todas as categorias para todas as classes, conquanto fosse o ideal para uma discussão relativa às proformas. Isso porque, em última análise, as proformas guardam os traços mais genéricos de cada classe. A diferença substancial, em termos não marcados, entre as proformas e as suas correlatas formas plenas, ou pleriformas, é a genericidade semântica. Em razão disso, a discussão relativa ao enquadre das proformas de toda ordem entre os tipos de referencialidade é fundamental. Essa genericidade, contudo, precisa ser diferenciada da genericidade presente entre as pleriformas. Significa dizer que a genericidade semântica não é privativa das proformas, mas apresenta um caráter diferenciado da genericidade presente entre as pleriformas. Aliás, a condição de possibilidade de forja de novas proformas conta com a genericidade semântica das pleriformas. Juntamente com a incidência de fatores frequenciais e a genericidade semântica, uma dada pleriforma genérica pode ser candidata ou aspirante a proforma. Essa análise receberá um tratamento mais minucioso à frente.

Importa dizer que o quadro das pleriformas se correlaciona com o quadro das proformas, mas não de modo rigorosamente sistemático. Isso quer dizer que há uma componente aparentemente aleatória na escolha das pleriformas que, por adoção sistemática e processos de gramaticalização retro discutidos, transformam-se, paulatinamente, no decurso do tempo, em proformas. As proformas também adquirem valores semânticos condicionados

por fatores estritamente pragmáticos, isto é, que não são apreensíveis senão em contextos muito específicos. Há, portanto, condicionamentos e automatismos que promovem a aparição de novas proformas e a expressão de determinadas significações das proformas em contextos muito restritos.

Essa distinção é fundamental em nosso trabalho a fim de indicar que a língua apresenta um duplo referencial, isto é, um aspecto de caráter semântico mais específico, outro de caráter semântico mais genérico. De um lado, situam-se as pleriformas, de outro, as proformas. Naturalmente, as macroclasses pleriformais e as proformais manifestam graus diferenciados de gramaticalidade. A proposta de configuração desse quadro e o seu arrazoado são apresentados na corrente seção.

Essa análise permitirá um esclarecimento maior do comportamento tido como desviante ou escorregadio ou até patológico (*borderline*) da dita classe pronominal, que sempre abrigou, de modo problemático e parcial²⁰⁵, as proformas nominais e adverbiais²⁰⁶.

Conforme procuramos descrever, em conformidade com diversos autores, julgamos que as quatro macroclasses são o *nome* (substantivo, adjetivo e numerais), o *verbo*, o *advérbio* e os *elementos relacionais*. Essa partição também se aplica, correlativamente, às macroclasses proformais. Naturalmente, o que intentamos mostrar aqui é o fundamento de nossa tese, mas não analisar todas as proformas das macroclasses proformais.

4.2.2. A conceituação corrente de proforma

Rosa (2000, p.103) adere ao critério de classificação das partes do discurso com base na produtividade das classes. Para ela, o problema da geração contribui decisivamente para a configuração das classes. Assim, entre as formas das classes abertas, estão inclusas as classes do *nome*, *verbo*, *adjetivo* e *advérbio*. Coincidimos, portanto, quase totalmente, no que concerne às macroclasses. Sua visão, contudo, de partição das classes com base na produtividade nos interessa também para a construção de um entendimento mais claro do rótulo *proforma*.

²⁰⁵ Dentro da classe pronominal, muitos linguistas e gramáticos recebem proformas nominais e adverbiais. Em francês, por exemplo, os itens *y* e *en* são tidos como *pronomes*, muito embora sejam substitutos de expressões adverbiais, vide Denis & Sancier-Chateau (1994, p.409).

²⁰⁶ Naturalmente há pontos de aproximação vez que as formas adverbiais provêm das formas nominais. Esses pontos de convergência, mormente semântica, conservam-se, mutatis mutandis, entre as proformas nominais e adverbiais.

Rosa (2000, p.109) é uma autora de relevo para a corrente discussão, em virtude de ser um dos poucos morfólogos a tratar da classe das proformas. Há, porém, problemas no tocante à sua teorização relativa às proformas.

Em primeiro lugar, a inserção das proformas entre as classes fechadas. Tal inclusão não condiz com a natureza das proformas, as quais, por força do uso (com a incidência mais ou menos acentuada das implicações características de gramaticalizações), transmutam pleriformas correntes. Para ilustrar, podemos citar, sumariamente, a perda do verbo ‘haver’ de seu significado de ‘ter’, em português; ou ainda a sua gramaticalização acentuada como verbo auxiliar para compor o futuro do pretérito, vez que houve perda de massa fônica (da antiga perífrase *falar havia* para *falaria*); a inserção de *você* no quadro dos ditos pronomes pessoais do português em razão de um sacramentado processo de gramaticalização; a gramaticalização em curso do advérbio *agora*, a funcionar como uma conjunção adversativa. Poderíamos citar ainda a formação de diversas conjunções ou locuções conjuntivas, tais como *porém*, *só que*, *embora*, *pois*²⁰⁷. Todas citadas formas resultam de processos de gramaticalização. Enfim, os exemplos são abundantes, o que não permite, de forma alguma, a inclusão das proformas no grupo das classes fechadas de modo absoluto. É admissível em termos contrastivos com a produtividade lexical, conforme já discutimos.

Em segundo lugar, Carlota (2000, p.109) define proforma como “*as palavras que substituem ou uma palavra lexical, ou um sintagma, ou mesmo uma oração ou sentença.*”, o que confere à conceituação um caráter eminentemente sintático. Não discordamos de que o caráter sintático seja relevante. Porém, julgamos insuficiente a definição, vez que, concomitantemente ao traço definitório de cariz sintático, deve se sobrepor o traço semântico da genericidade, cujos limites conceituais especificamos em 4.3.2..

As proformas não podem ser bem definidas apenas com base no traço sintático da suplência ou substituição. Novamente, é inequívoca a função de substituir, mas não privativa. Cumpre inserir o traço semântico a fim de se prover um entendimento mais próprio das proformas e da categoria que julgamos fundamental introduzir para a compreensão do comportamento das proformas, qual seja, a ***proformalidade***.

Em terceiro lugar, a subdivisão das proformas, a nosso ver, apresenta problemas. A autora apresenta seis tipos de proformas: *pronomes*; *pro-adjetivos*; *pro-advérbios*; *proverbos*; *pro-oração*; *pro-sentença*; *proformas interrogativas*.

²⁰⁷ Vide as análises judiciosas de Ali (2000) sobre o quadro histórico de formação das conjunções em português.

Parece-nos que a principal preocupação da autora é demonstrar ter tido contato com essa terminologia nova, mas não explorar todo o seu alcance teórico-conceitual. A diferença entre as proformas oracionais e sentenciais é de caráter puramente posicional. As primeiras correspondem ao que se chama, em inglês, de *tag question* (Em português, a formação mais usual é o *não é (né)*); as últimas correspondem às respostas afirmativas ou negativas (Um *sim* ou um *não*). Parece-nos que, de todo modo, ambas as construções recuperam ou põem-se no lugar de uma oração. A diferença posicional não deveria implicar a apresentação de uma nova categorização. Parece-nos que simplificaria classificar apenas como proformas sentenciais de comportamento variado. Apresenta ainda outro problema: o de considerar a porção lingüística substituída a base para a classificação do tipo de proforma e não a matriz de classe de palavra da forma substituidora. Destarte, não se atentam para as propriedades proformais de maior ou menor alcance substitutivo de determinadas proformas em relação a outras.

A exemplificação no tocante às proformas adjetivais, adverbiais e verbais é inexistente ou sumária. Não há ilustração das duas primeiras proformas, e quanto às últimas, apenas um único exemplo é apresentado. Com base em sua argumentação, por conseguinte, ignoramos quais são as proformas adjetivais e adverbiais.

A discussão referente às proformas nominais não distingue a necessária escalaridade entre as proformas nominais e suas diferentes especificidades, o que nos propomos fazer, não de modo exaustivo, no presente trabalho, a não ser com a inclusão de proformas interrogativas, os chamados elementos *qu-*, inspirados, contemporaneamente, na língua inglesa (*who, what, where, when, mas how*)²⁰⁸. Novamente, julgamos que essa categorização é desnecessária, porque bem tais itens poderiam inserir-se no quadro geral das proformas nominais.

Não se menciona a existência de proformas relacionais, o que julgamos impróprio em conformidade com a tipologia que vamos apresentar na seção seguinte. Para finalizar essas considerações propositivas e críticas introdutórias, convém asseverar que as *proformas*, na doxologia lingüística em geral, não passam de novas designações para o tradicional rótulo de *pronome*. Observe-se, por exemplo, o documento oficial de língua galega. Nele, propõem-se a designação de *proformas léxicas* as quais abarcam os *pronomes*, os *verbos* e os *advérbios*. Não há, no entanto, nenhuma especificação teórica a respeito da natureza das proformas nem seu condicionamento a uma categoria específica.

²⁰⁸ Em português, na atual sincronia, não há paralelismo fonético pleno entre essas formas: *quem, que, onde, quando, como*. Porém, historicamente, todas elas apresentam paralelismo formacional. Segundo Macambira (1973, p.127), as formas *como, cujo e quando* “*se mutilaram na longa viagem milenária*”, porque provêm, respectivamente, de *quomodo, quujus e quunde*.

Urge definir **proformalidade**. Trata-se de uma categoria sintático-semântica que responde pela ocupação de uma função distributiva com foricidade (exo- e endo-) ou significação intralingüística genérica. Essas características asseguram às proformas seu caráter de substituição coringa ou praticamente absoluta, dentro da macroclasse ou subclasse a que a proforma pertença. Essa genericidade referencial ou semântica permite que, por exemplo, o verbo *fazer*, como vicário, seja o suplente de qualquer outro verbo; ou que as conjunções *e* ou *que* equivalham a quaisquer outras; etc. As restrições referenciais ou semânticas são ditadas por especificidades da classe e da subclasse a que a proforma pertença. É mister frisar ainda que a proformalidade está vinculada à prototipicidade. Significa dizer que determinadas formas (também extensível a classes) são eleitas como mais representativas de uma dada função, em razão de seu uso recorrente neutralizar especificações semânticas ou fóricas de qualquer natureza.

Face ao exposto, há necessidade de um tratamento mais criterioso concernente aos aspectos terminológicos e conceituais. Adite-se ainda que não ignoramos que elementos puramente substitutivos em subclasses ou categorias da língua possam também ter uma função proformal. À guisa de ilustração, referimos de modo mais específico a possibilidade de o presente substituir todos os outros tempos verbais. Esse caráter supletivo de um tempo em relação aos demais atesta uma função protemporal do presente. Naturalmente, seu uso implica uma expressão não marcada, mas, ainda assim, revela que a proformalidade não se manifestaria estritamente em relação às classes de palavra, conforme temos discutido com o gênero dos substantivos, os sufixos formadores de pleriformas nominais e a categoria tempo entre as formas verbais. Ela teria um caráter holonômico na constituição dos sistemas lingüísticos naturais.

Importa declarar, ainda, que a proformalização é um fenômeno interclasse e intraclasse, ou seja, pleriformas podem ser convocadas para tomar o lugar de uma dada proforma corrente, transitando de uma classe para outra, ou transitando no interior da mesma classe a conservar tão somente os traços categoriais mais típicos da macroclasse a que pertence. Ao longo da exposição sobre as macroclasses proformais, esperamos ilustrar satisfatoriamente os percursos intra- e interclasse de gramaticalização geral e, mais especificamente, de proformalização.

4.3. A constituição da referência das pleriformas nominais

Em regra, a nosso ver, assinala-se diferença entre a constituição da referência, entendida como designação ou denotação de qualquer ordem: expressão referencial que remeta para um campo dêitico situado contextualmente, dêixis clássica; para um locus textual, referência intratextual; para uma identificação referencial puramente cognitiva, dêixis de partilhamento mnemônico; ou ainda para a sobreposição dessas possibilidades mostrativas. Ademais, conforme exposto no primeiro capítulo, a identificação do referente por meio de uma expressão referencial nominal pode ser genérica, específica, e, ao mesmo tempo, para essas indicações do gênero e da espécie, ostensiva, intratextual ou cognitiva. Acresça-se, finalmente, que essas designações podem sobrepor-se e admitir zonas fronteiriças. Assim, esquematicamente, podemos ter como dispositivos disponíveis na língua para identificação referencial por meio de pleriformas nominais:

Quadro 30 – Expressões pleriformais nominais confrontadas com tipos de campo mostrativo e natureza de acesso referencial

	Campo mostrativo	Natureza da referência
Expressões pleriformais nominais	Dêixis clássica – ostensão	Genérica Específica Mnemônica
	Dêixis textual	Genérica Específica Mnemônica
	Recuperação mnemônica	Genérica Específica

Quadro 30

À falta da localização de um exemplo concreto em nosso corpus, a dêixis ostensiva construída com uma expressão pleriformal genérica se situa no campo mostrativo do exemplo que vamos sugerir. Imagine-se a cena de um repórter policial diante de dois delinquentes. Relatada a ocorrência em que se envolveram os infratores, o jornalista declararia: “**O homem** é um animal atroz.” Nesse caso, conquanto porte um significado genérico, a expressão referencial em destaque reporta-se aos delinquentes também. Esse exemplo, representaria a possibilidade de uma expressão pleriformal nominal referir genericamente em um campo mostrativo ostensivo ou classicamente dêitico. Nesse caso, o referente codificado está acessível situacionalmente, mas a sua designação é construída por meio de uma significação geral.

Em (79), da mesma forma, trata-se de um referente acessível situacionalmente, mas cuja indicação é específica, isto é, com base em traços internos referidores de ser humano masculino e de noivo da filha disposta a tudo.

- (79) (...) o português com os anseios da do meio, insistente no noivado: - Apenas com Paulo Bento, se não for com ele, eu fujo. O pai conhecia Sofia, tratou de enfrentar **o homem**. (Brasil – Ficção)

Em (80), finalmente, novamente, o referente é apontável ou localizável *ad oculos*, mas depende do recrutamento de informações étnica e cognitivamente compartilhadas.

- (80) E a imagem de Hebe cresce em seus olhos: arrasta os longos cabelos de algodão na terra escura. Todos a viram, doida caminhante, a gritar que mataram os passarinhos de Deus. Como **o homem** que ali está, o quase enforcado, ela também conhecera Cajango no ar noturno, porém, volta a vibrar a voz. (Brasil – Ficção)

A dêixis construída textualmente também pode ser genérica, como em (81), porque indica o referente de modo geral em um universo construído textualmente. Nesse caso, destaque-se, o sema mais saliente para a expressão pleriformal nominal é o de *humanidade*, porque não refere privativamente os seres humanos masculinos. Em (82), o texto da inscrição refere um feito da humanidade. A escrita com letra maiúscula destaca o caráter de genericidade referencial da expressão pleriformal sob investigação.

- (81) Que, por sua vez, estão a ceder espaço aos cafés virtuais, pontos de encontro onde a ausência de geografia não impede que se cumpra o ancestral ritual de comunicação. # **O homem** é um animal gregário e a comunidade, enquanto prolongamento ou mesmo substituto da família, foi um ingrediente fundamental no avanço da Humanidade. Na caverna, à volta da fogueira, no largo do pelourinho, no adro da igreja (Portugal – Noticiário).
- (82) A placa mostrava uma vista da Terra com a Lua entre os dois hemisférios, com os dizeres: " Aqui **o Homem** completa sua primeira exploração da Lua, dezembro de 1972. Que o espírito de paz no qual viemos seja refletido na vida de toda a humanidade ". (Brasil – Acadêmico)

Em (83), trata-se de um exemplo de instauração específica de um dado referente intratextual. É bem verdade que se pode argumentar haver um grau relativo de genericidade, se levarmos em consideração o conjunto dos seres humanos masculinos. Se, no entanto, levarmos em conta o conjunto dos seres humanos em geral, representa a construção de um referente mais específico. Nesse sentido, entendemos que se trata de uma referência textualmente mais específica.

- (83) Enquanto a mulher for responsável pela educação dos filhos e de fazer a comida, vai ser muito difícil ela conseguir entrar em igualdade com o homem. **O homem** ganha mais em todas as profissões, ele consegue ter uma poupança maior do que qualquer candidata e consegue ter acesso a crédito mais facilmente que as mulheres. (Brasil – Oral)

Em (84), conquanto aparente um grau de genericidade específica, a expressão evoca um conhecimento construído na civilização ocidental européia judaico-cristã. A expressão, portanto, ainda que tenha sua significação construída intratextualmente, recruta um conhecimento etnológico para além das fronteiras estritamente intratextuais. Ela implica a

transposição do mandamento, cujo acesso transcende o texto, ao assunto em tela, isto é, a relação entre vinhos e populações de Portugal.

(84)O vinho e o vinho fino sempre uniu todas aquelas populações. Ora, não separe **o homem** aquilo que a natureza uniu. (Portugal – Oral)

Em (85), igualmente a (86), o referente codificado pela expressão pleriformal nominal em análise é recuperado com base no recrutamento de informações étnica e cognitivamente compartilhadas. Trata-se de um dado jogador de futebol, que atua para uma determinada equipe, durante uma determinada temporada.

(85)É disparado o melhor atacante do Brasileirão e certamente terá um lugar nas próximas convocações para a Seleção. # E **o homem** Edmundo? Tem solução? Claro que tem, a partir do momento que deixar de se achar perseguido, vítima, mal amado. (Brasil – Oral)

(86)O industrial carregou a luneta, e longo tempo, colérico, exigiu do livro insultos que lá não estavam. - Nada feito, - repetia o juiz. - **O homem** chamou-lhe, corretamente, "pessoa incapaz de fazer mal a alguém". - Mas há a intenção, - opôs o advogado, mais tarde, quando se voltou ao assunto. (Portugal – Ficção)

Em (87), parece-nos, o referente é consabido. Significa dizer que os interlocutores sabem de quem estão tratando, mas não se trata de referente ostensível, mas recuperável pelo conhecimento compartilhado.

(87)ôh ôh ôh - e ele na aparente solidão ele tava - ele tava consigo no mínimo - () tá certo tá certo eu aceito () não mas acontece () quando eu digo **o homem** precisa de solidão é pra ficar consigo mesmo - dizem que a pior das solidões é aquela que você tem no meio da multidão né? - no meio da multidão - é a solidão de massa - ou não? - (Brasil – Oral)

É interessante observar que os usos genéricos cobram o tempo presente, como um correlato de indeterminação, em razão de se apresentarem definições.

Pode-se argumentar, de forma suspicaz, que, em (79), (80) e (86), trata-se de um espaço da ficção. Mas, de todo modo, reproduzem plenamente situação comunicativa de dêixis ostensiva pura. O *alter spatium* da ficção serve para ilustrar a dêixis clássica, conquanto indique, a bem da verdade, uma outra natureza de construção dêitica ostensiva, por mimese.

Cumpramos ressaltar, ainda, que há universos intermediários de genericidade e especificidade. Por exemplo, em (83), refere um grupo, conquanto esse grupo possa ser enquadrado em um universo referencial ainda mais amplo.

A discussão supra-exposta tem como propósito fundamental demonstrar que a genericidade referencial também é própria das pleriformas nominais. Esse entendimento é

fundamental para frisar as diferenças de genericidade das proformas em geral relativamente às suas correlatas pleriformas, e, de modo mais específico, das proformas nominais contrastadas com as pleriformas nominais.

4.3.1. A relação do par definitude/indefinitude e a categoria da proformalidade

Inicialmente, é mister declarar que depositamos crédito em uma dupla manifestação de especificidade e generalidade no traçado ou na constituição de textos da língua. Essa perspectiva é abraçada por Givón (1995, p.47), conquanto insira o problema da definitude em um quadro complexo de relações sintático-semânticas, vez que leva em consideração os participantes sentenciais e seus papéis semânticos no jogo de construção das relações referenciais. De todo modo, ele reconhece a díade definitude/ indefinitude operante nas línguas:

Não há fundamento incontroverso para considerar SNs definidos plenos estruturalmente mais complexos do que indefinidos, ao menos em línguas que marcam um e outro com artigos. Tem-se dito que em muitas línguas a expressão indefinida é morfologicamente não-marcada. Um exame mais cuidadoso dos fatos revela que ela é apenas não-referencial – não-tópica – as expressões indefinidas não são marcadas.²⁰⁹ (1995, p.48)

Givón (1995, p.48), ao discutir a distribuição de frequência, cruza as noções de marcação e não-marcação com as de definitude/indefinitude e as noções sintático-semânticas das expressões referenciais:

Os fatos distribucionais, tomados como valor direto, não apóiam a marcação cognitiva de expressões definidas. (...) Os três papéis casuais mais comuns – sujeito, objeto direto e dativo-benefactivo – tendem a ser expressões definidas, referenciais e tópicas, uma tendência que é esmagadora para sujeitos e dativos-benefactivos. Entretanto, o conjunto de sujeitos, objetos diretos e dativos-benefactivos definidos que respondem por isso são pronomes anafóricos ou anáforas-zero. Esses dois artificios gramaticais codificam referents cognitivamente ativados – assim altamente acessíveis. Qualquer que quer seja sua resolução última, o estatuto de marcação de expressões nominais definidas vs. indefinidas não é independente de papéis casuais, do estatuto anafórico e da topicalidade.²¹⁰ (GIVÓN, 1995, p.48).

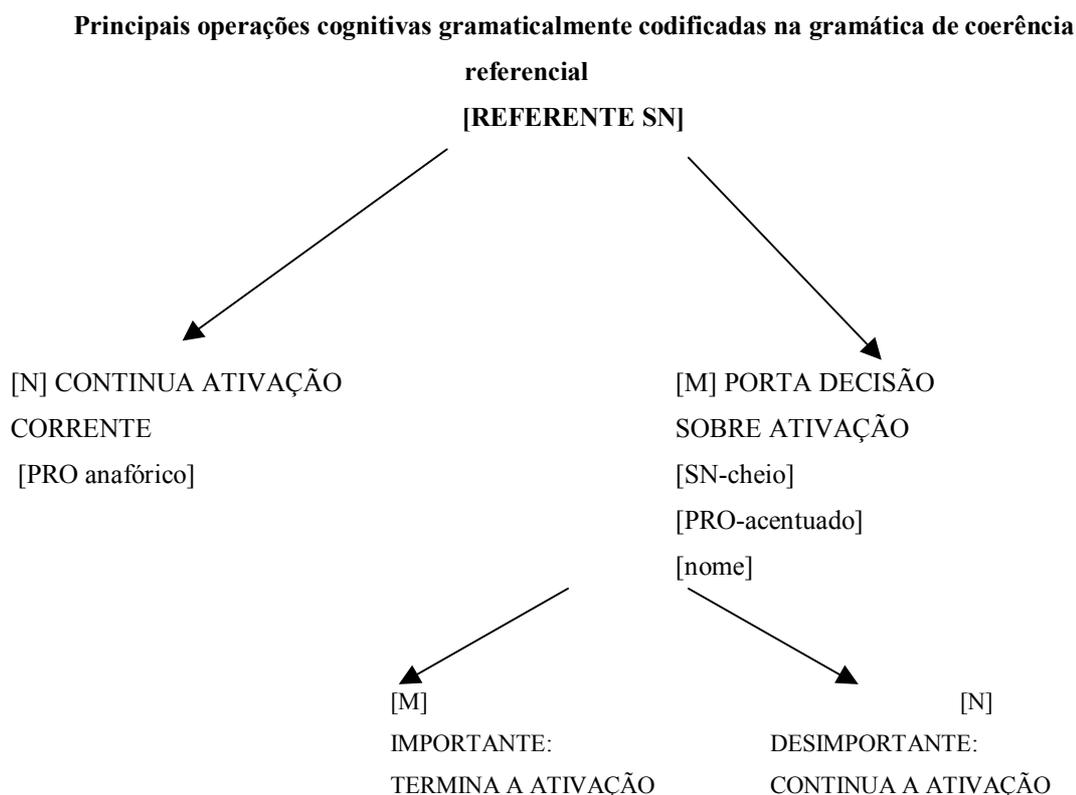
²⁰⁹ There are no overwhelming grounds for considering definite full NPs structurally more complex than indefinites, at least in languages that mark both with articles. It has been said that in many languages indefinite are morphologically unmarked. A closer examination of the facts reveals that it is only non-referring – non-topical – indefinites that are unmarked. (1995, p.48)

²¹⁰ The distributional facts, taken at face value, do not support the cognitive markedness of definites. (...) The three most common case-roles – subject, direct object and dative-benefactive – tend to be definite, referring and topical, a tendency that is overwhelming for subjects and dative-benefactives. However, the bulk of the definite subjects, direct objects and dative-benefactives accounting for this are either anaphoric pronouns or zero anaphors. These two grammatical devices code cognitively activated – thus highly accessible – referents. Whatever its ultimate resolution, the markedness status of definite vs. indefinite NPs is not independent of case-roles, anaphoric status and topicality. (GIVÓN, 1995, p.48)

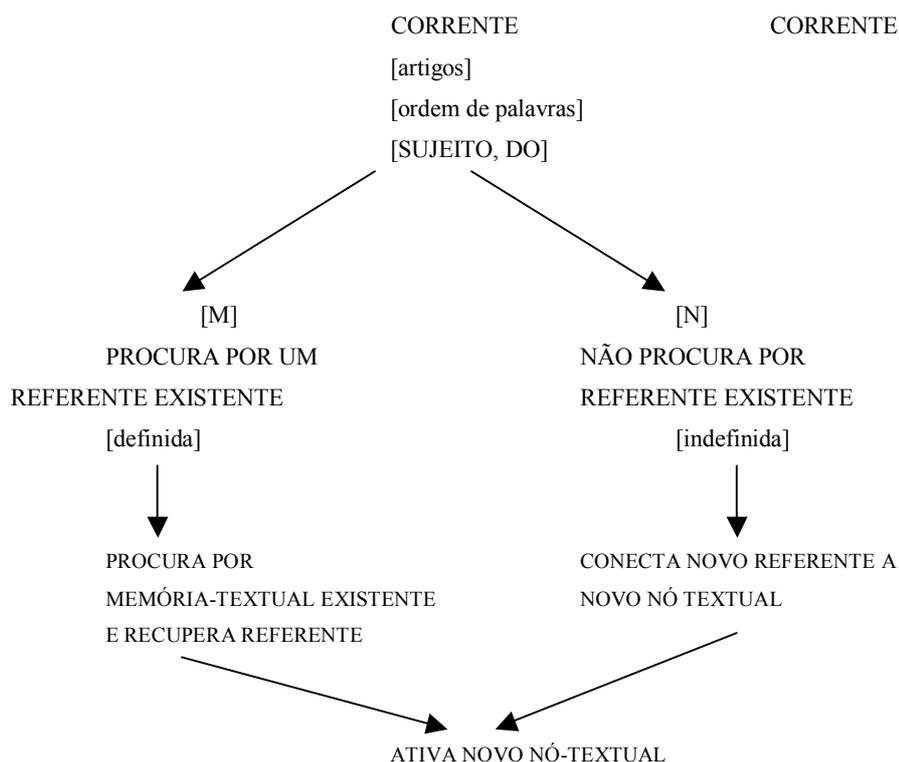
É importante ressaltar que essas discussões são travadas sob o rótulo de ‘marcação como metaiconicidade’.

A esse respeito, julgamos que trabalhos muito específicos têm de ser empreendidos, cruzando ainda a hipótese da transitividade, o fluxo de informação, articulações oracionais e categorias TAM para sugerir hipóteses mais fundadas sobre a relação entre definitude e indefinitude. Por outras palavras, parece-nos, em última análise, para que haja descrições mais precisas, ser necessário levar em consideração todos esses fatores intervenientes. A análise de relações de processos de referenciação, contudo, não nos interessa nesta tese, conquanto, reiteramos, reconhecamos sua importância para, em termos concretos de uso, definir o comportamento de referencialidade das proformas em geral e, em especial, das proformas nominais. De todo modo, é interessante avaliar o que Givón declara a respeito das diferenças de expressões mais ou menos referencialmente definidas:

O argumento para considerar SNs definidos cognitivamente mais complexos do que os indefinidos dependia do número e complexidade de operações cognitivas requeridas para processamento de referentes definidos e indefinidos no discurso coerente. Um sumário das operações cognitivas sugeridas provocadas pela gramática de coerência referencial é dado [no esquema abaixo]²¹¹:



²¹¹ The argument for considering definite NPs cognitively more complex than indefinite NPs hinged on the number and complexity of the cognitive operations required for the processing of definite and indefinite referents in coherent discourse. A summary of suggested cognitive operations triggered by the grammar of referential coherence is given in (GIVÓN, 1995, p.49)



Com base no quadro acima, pode-se perceber que o estatuto informacional das proformas nominais é móvel, porque ora pode carrear informação não-marcada, ora marcada. Os dispositivos recorríveis dos usuários compõem-se de elementos prosódicos e propriamente segmentais. Porém, no esquema acima, importa apenas o acento para determinar o caráter marcado de uma proforma. A exposição desse quadro serve, fundamentalmente, para mostrar a permuta de referências definidas e indefinidas na tessitura textual, não para discutir, em profundidade, os comportamentos das proformas nominais. Em primeiro lugar, interessa mostrar que cumprem um papel fundamental de composição textual-discursiva estrutural. Em segundo lugar, percebe-se igualmente com base nesse quadro, que as proformas nominais não apresentam um comportamento sintático-semântico unívoco. A discussão mais aprofundada a esse respeito será travada na seção seguinte desta tese. Vimos, porém, que o jogo de definitude/indefinitude na tessitura textual pode ser construído com as pleriformas nominais, vez que uma mesma expressão referencial nominal pode assumir valores genéricos e específicos a depender da construção da referência. Acresça-se, ainda, a contribuição de dispositivos semânticos calcados na hiper- e hiponímia, os quais diferem dos recém-mencionados por se constituírem de outras bases lexicais, ainda que partilhem um mesmo campo semântico.

Bloomfield (1984) e Lyons (1977) também partilham de ponto de vista comum, isto é, de que há um jogo de definitude/ indefinitude na organização textual. Os itens lexicais mais

genéricos aparelham a progressão textual, com um comportamento regido por uma relativa regularidade de referência genérica. O comportamento da referência genérica dessas proformas, no entanto, em última análise, somente pode ser descrito por intermédio de análises circunscritas a contextos específicos de uso. Isso não impede, contudo, de intentar definir traços não-marcados prototípicos como base para as investigações ulteriores. Estamos, portanto, interessados em analisar de que modo pleriformas se transformam em proformas e de que modo as próprias proformas contribuem para a constituição da referência²¹² dentro de seu âmbito categorial ou classemático.

Essas considerações introdutórias não representam uma indicação de equivalência do traço *definitude/indefinitude* com a categoria da *proformalidade* aqui proposta. Esta não se define estritamente com base em um traço semântico de *definitude*²¹³. Ela é definida a um só tempo pela superposição de potencialidade classemática supletiva (com a conservação de traços morfossintáticos típicos da classe ou subclasse) e genericidade semântica relativa a um traço saliente especificador de classe e de subclasse. Em razão disso, não é possível identificar a categoria aqui proposta tão somente com traços sintáticos, tal como procedeu Rosa (2000), nem com traços preponderantemente semânticos, tal como os autores supra-referidos.

4.3.2. Tipos de referência nominal: confronto da foricidade nominal pleri- e proformal

Segundo Neves (2006) a referência é construída por duas motivações principais: 1) empacotar linguisticamente um dado estado de coisas; 2) partilhar esse empacotamento com um dado interlocutor. Essa construção somente é possível por condicionamentos bioétnicos.

Neves (2006, p.122) compõe uma categorização básica para a compreensão dos tipos de referência. Adverte, antes de tudo, que a noção de *definitude* é dependente dos contratos interacionais firmados entre os usuários da língua. Reconhece uma escala de referencialidade entre os sintagmas nominais, que reproduzimos a seguir:

definido > referencial indefinido > não-referencial indefinido > genérico

²¹² As noções de referência são questionadas, nesta tese, a fim de contribuir para a distinção de proformas de macroclasses consideradas aperiformes e macroclasses oclusiformes.

²¹³ A *definitude* pode, em última análise, ser identificada como traço formal relacionado à identificabilidade (cognitiva) dos referentes.

Naturalmente, a expressão concreta dessas possibilidades é muito complexa, porque depende da análise da construção dos sintagmas nominais com determinantes definidos ou indefinidos e de sua atuação contextual. De todo modo, importa-nos aqui frisar que a referência nominal teria dois tipos fundamentais:

São dois os tipos referenciais básicos, o genérico e o individual, geralmente assinalados pelo tipo de determinante que ocorre no sintagma nominal. Para Fant (1984), a ocorrência de um sintagma nominal permite sempre uma identificação genérica do referente, isto é, uma referência ao gênero da entidade. Entretanto, a referência implicada por um sintagma nominal pode ser não apenas genérica (ou seja, fazer alusão a características do gênero), mas também individual, e, nesse caso, ela pode ter maior ou menor extensão, isto é, pode referir-se a todos os indivíduos do gênero, ou a algum (alguns) indivíduo(s). (NEVES, 2006, p.83)

Com base nesse entendimento geral, compusemos um quadro a fim de permitir uma visão abrangente a respeito e de como esses tipos de referência se comportariam para a macroclasse nominal pleriformal. Esse assentamento é fundamental a fim de que compreenda em que medida se distinguem as expressões nominais pleri- e proformais. Também é crucial para compreender as possíveis construções em trânsito de uma macroclasse nominal para a outra. Em primeiro lugar, no entanto, analisemos o quadro a seguir:

Parâmetros e tipos de referência nominal

Parâmetros	Tipos		
Genericidade	Individualidade	Factualidade – Determinação	Identificabilidade
1. Genérico	Não individual		
	Individual	Hipotético	
		Não-hipotético	Não-identificável
			Identificável
2. Não-genérico		Determinado	Identificável
3. Não-genérico		Indeterminado	Hipotético para o ouvinte
			Não-identificável para o ouvinte

Quadro 31

A expressão das possibilidades de referir por meio de expressões de base nominal é detalhadamente discutida por Neves (2006, p.84-89). Não vamos aqui recuperar as formas de expressão, as quais se manifestam por antropônimos, por SN constituídos por artigos definidos e indefinidos, quantificadores gerais, uso do plural, ausência de artigos. O que mais nos interessa é identificar as bases distintivas das pleriformas nominais, as quais estão

compreendidas em todas essas diferentes expressões referenciais nominais, em relação às proformas nominais.

A genericidade descrita por Neves (2006) entre sintagmas nominais genéricos e as proformas não pode ser tida como equivalente. A nosso ver, a genericidade pleriformal, ou seja, das expressões nominais, não é equiparável à das proformas nominais²¹⁴. As proformas em geral apresentam uma amplitude referencial maior tanto no âmbito estritamente nominal, quanto em esferas mais amplas de recuperação ou introdução de referentes. Porém, as proformas que apresentam maior amplitude referencial para além de suas categorias típicas de classe são, em especial, as proformas nominais. Muito embora a amplitude referencial supraclasse também seja identificável entre as proformas adverbiais, conforme destacaremos mais à frente.

As proformas nominais podem ocupar todos os lugares sintático-semânticos dos nomes, qualquer que seja seu estatuto referencial. Essa flexibilidade fórica, que consideramos uma maior amplitude fórica, não pode ser considerada equiparável à genericidade nominal. Se assim é, propomos a designação de formas *holofóricas*, isto é, de uma referência ainda mais geral.

Por outras palavras, **um sintagma nominal pode referir o *type* e o *token* de um dado referente, mas uma proforma nominal pode referir o *type* e o *token* de qualquer referente**. Assim, convém discernir a genericidade semântica própria das proformas, em especial as nominais, da genericidade semântica dos sintagmas das pleriformas nominais. Estes últimos circunscrevem, de todo modo, um universo referencial, ao passo que as proformas têm alcance muito mais amplo. Eis, então, o motivo de reivindicarmos aqui uma denominação específica para esse tipo de genericidade semântica das proformas nominais, a qual chamamos de *holoforicidade*. Para efeito de ilustração, observemos a sugestão de permuta abaixo.

Neves (2006, p.128) aponta cinco expressões referenciais nominais indiciadoras ou configuradoras de genericidade em língua portuguesa, a saber:

- a. *O livro* é um instrumento de conhecimento – definido
- b. *Um livro* é um instrumento de conhecimento – indefinido
- c. *Livros* são instrumento de conhecimento – plural sem determinante
- d. *Os livros* são instrumentos de conhecimento – plural definido
- e. *Livro* é instrumento de conhecimento – singular sem determinante

²¹⁴ Há, contudo, pleriformas em vias de gramaticalização que têm estatuto referencial similar, como, p.e., do SN *a coisa*.

Há diferenças de extensão de genericidade entre as expressões nominais genéricas retrocitadas. A principal, segundo Neves (2006, p.129) diz respeito à diferença entre os sintagmas nominais definidos e indefinidos. Os definidos podem referir coletiva e distributivamente, ao passo que os indefinidos apenas coletivamente. Assim, com base no exemplo citado, *o livro* pode reportar-se a *cada um dos livros* ou a *todos os livros*. Mas, *um livro* pode indicar apenas *a coletividade dos livros*. Porém, o que mais nos interessa ressaltar é que as expressões nominais destacadas, conquanto refiram genericamente, são todas permutáveis por proformas nominais. O que significa dizer que a genericidade proformal apresenta um alcance referencial ainda mais amplo. Esse alcance referencial não é devidamente aclarado, ou é confundido com a expectativa de manifestação de uma foricidade privativa. O problema é que as relações fóricas das proformas nominais não diferem com base na manifestação de dêixis ou endófora. A diferença reside em uma amplitude fórica ou semântica tal que compreende tanto referências exo- quanto endofóricas. A distinção se aninha no tipo de foricidade sistemicamente definida. As proformas nominais, potencialmente, não têm campo semântico limitado, vez que seus traços internos se reduzem às categorias de classe. O fundamento da holoforicidade é uma foricidade de tal modo genérica que não há restrição semântico-referencial, mas tão somente categorial ou classemática.

A holoforicidade, no entanto, não deve ser confundida com o que pretendemos denominar de *panforicidade* ou *onirreferencialidade*. Essas duas últimas noções dizem respeito a uma outra modalidade de genericidade semântica própria das proformas nominais. A holoforicidade está restrita ao âmbito de cada macroclasse, ao passo que a panforicidade ou a onireferencialidade diz respeito a um contraste do alcance ou potência fórica genérica das diferentes macroclasses proformais para além de sua própria classe. Corresponde a panforicidade ao encapsulamento ou rótulo das nominalizações de base pleriformal.

Advogamos a tese de que a proforma nominal é mais amplamente substituidora, ou seja, tem um potencial de ocupar ou referir porções de língua não estritamente correlatas à sua macroclasse nominal. Em sendo assim, ela ostenta um alcance referencial inquestionavelmente mais abrangente que a das demais formas das diferentes macroclasses proformais. Observemos os seguintes exemplos:

- (88) Sorridente feito criança que acaba de ganhar um presente, sacudia no ar a capa do disco de Márcia, gritando: - Você não me contou que tinha **isso**, bofe. Ela é mulher, mas é uma deusa. Posso ouvir? (Brasil - Fic)

- (89) Talvez não consigamos empenhar-nos numa grande guerra, mas seguramente que podemos lançar um conflito de baixa intensidade durante muitos anos. É **isso** que querem? Temos ainda tempo para pensar racionalmente e salvar o processo » (Portugal – Not)
- (90) Não tardou, dava eu por mim a desenhar um peixe na tábua de cera.. #140 Capítulo IX - É **isto**, um mouro? O cadáver ensanguentado e coberto de lama vinha sacolejado numa padiola de madeira que, numa das extremidades, rolava sobre rodas toscas. (Portugal – Fic)
- (91) NASA deram-se no momento em que Grissom fez a Gemini " voar ". Ele tinha à sua disposição os computadores de orientação, mas acabou tomando o controle total da espaçonave durante toda a missão. **Isto** significou que as complicadas manobras orbitais que seriam necessárias nas missões Apollo eram possíveis. Por quatro horas e cinquenta e dois minutos, a Gemini 3 alcançou o apogeu de duzentos e vinte e quatro quilômetros e o perigeu de cento e (...) (Brasil-Ac)
- (92) Apenas, Jesus está adormecido dentro do seu corpo enganado, da sua alma cativa. Nem você mesmo sabe **disso**. Mas eu posso ajudar você a despertá-lo, estou aqui para isso. Atrás do vidro, exatamente na altura do coração de Filemon, a mulher de tailleur antiquado fechou o guarda-chuva branco, sacudiu-o lentamente no ar, como se quisesse livrá-lo das últimas gotas de chuva. (Brasil – Fic)
- (93) Só nela mesma. Mas a gente nunca pode julgar o que acontece dentro dos outros. Ela queria outra coisa. - Que coisa? - Nem ela sabia. Repetia **isso** o dia inteiro: " Quero outra coisa, eu quero encontrar outra coisa ". (Brasil – Fic)
- (94) Distinguindo-se da maneira cosmogônica de pensar, característica de uma apreensão mitológica do real, os filósofos milésios desenvolvem um saber cosmológico acerca da natureza. **Isto** quer dizer: procuram descrever, pelo pensamento (lógos), a unidade desde a qual a multiplicidade disso que compõe a realidade - o mundo (cosmos) - pode aparecer, ao afirmar que tudo é água (Tales) (Brasil – Ac)
- (95) (...) horas para coisa nenhuma, e uma ou outra criada mais sobrecarregada de serviço; à noite também ninguém adormecia sem ter rezado pelo menos um Padre Nosso. Ela não se esquecia dos seus deveres. **Isto** foi dito em tom seco, que encrespou um tanto o gênio manso da tia; para vingar-se do médico, de quem supunha emanar toda a alteração dessa família tão sua, ela exclamou com ironia, voltando-se para ele: (...) (Brasil – Fic)
- (96) Ele abriu uma gaveta com o pé, depois fechou-a com estrondo, empurrou os óculos para a testa e acariciou os chifres do boi nordestino. **Isso** eu lembrava: era o sinal de que não tínhamos mais nada a conversar. Enquanto levantava, eu disse: - Toma cuidado, guerreiro, quando os dedos do grande mestre acariciarem os chifres do bovino. (Brasil – Fic)

Essas ocorrências ilustram que a proforma nominal em apreço pode operar deiticamente, (88), e endoforicamente (anafórica, (89)²¹⁵, e cataforicamente (90)). Podem, portanto, operar como substitutos de seus correlatos pleriformais, ou seja, holoforicamente. E podem operar como substitutos de porções lingüísticas mais extensas do que seu correlato pleriformal, ou seja, panforicamente. A panforicidade da proforma nominal **isso** pode ser exercida anaforicamente, como em (91) e (92), quando substituem o segmento discursivo

²¹⁵ É bem verdade que em (89) pode-se reconhecer uma função não apenas holofórica, a recuperar ‘um conflito de baixa intensidade’, mas uma função panfórica, vez que a proforma pode recuperar toda a oração imediatamente anterior.

anterior. E também pode ser consubstanciada cataforicamente, como em (93) e (94), quando remetem, respectivamente, para o período seguinte de coordenadas e para o período complexo constituído de orações subordinadas adjetivas e adverbial. Nesse caso, cumprem papel de *properíodo*. Já em (95), a proforma retoma tudo o que foi dito antes, o que significa dizer que exerce uma função *protectual*. Em (96), apresenta-se uma ocorrência interessante em que a proforma nominal recupera o período anterior, a operar anaforicamente, e, a um só tempo, pode ser reconhecida como anunciante do seguinte. A proforma apresenta, então, dupla endoforicidade, a funcionar anafórica e cataforicamente simultaneamente.

Há ainda ocorrências panfóricas interessantes, em que a proforma não apenas recupera uma porção lingüística profrasal ou protectual, mas parece referir a cena comunicativa ou a situação da enunciação, como a seguinte ocorrência:

(97) Pois bem, exato naquele terreiro, o ai-jesus de Sofia, arengava uma fanfarra. Paulo Bento se assustou: - Meu Deus, mas o que é **isto**? Músicos e partituras, pistons, tambores, trombones. Os artistas de uniforme, o ouro dos alamares mais dourados sob o sol.

A proforma em apreço não aponta para nenhum ente específico da cena comunicativa. Aparenta, na verdade, compreender toda a cena. A não especificação referencial somente poderia ser unificada referencialmente por uma proforma nominal não apenas genérica, em termos holofóricos, porque implicaria a recuperação ou recrutamento de um dos entes constantes da cena enunciativa (textual ou deiticamente previamente codificado por meio de uma expressão pleriformal nominal), mas uma proforma nominal panfórica, que congrege a cena como um todo.

Isso posto, poderíamos dar curso às nossas especulações a especificar que a panforicidade das proformas nominais substantivais prototípicas, ou seja, *isso* e *isto*, pode ser dividida em: prooracionalidade; properiodicidade; protectualidade; e pro-situacionalidade. Os exemplos acima atestam o caráter panfórico dessas proformas²¹⁶.

²¹⁶ A panforicidade, a rigor, deve ser entendida como o correlato proformal da nominalização intitulada por Francis (1994) encapsulamento ou rótulo. Diferem, naturalmente, porque a nominalização rotuladora implica uma restrição axiológica. Contudo, a delimitação axiológica pode ser impressa entre as proformas desde que suceda um uso marcado de ordem suprasegmental e paralingüístico. É possível estabelecer um paralelo entre rotulação ou encapsulamento pleriformal e a panforicidade proformal. A distinção, novamente, recai na ausência de carregamento de informação axiológica ou categorização (a não ser constituída mnemônica, situacional ou suprasegmentalmente) da parte das proformas nominais, ao passo que os encapsulamentos assumem valores avaliativos mais ou menos marcados intratextual e discursivamente. Francis (1994), estribado em Halliday e Hasan, denomina de *proformas* os nomes gerais que cumprem funções retro ou prospectivas de encapsular ou rotular. Não se alonga, contudo, para além da menção meramente substitutiva, não mencionando as distinções de base semântica entre as proformas e os sintagmas nominais gerais, assim como outros que arrola cumpridores de funções encapsuladoras, tais como os rótulos metalingüísticos (ilocucionários, languageiros, de processo mental, textuais) e rótulos restrospectivos avaliativos. Não nos interessa aqui, contudo, discutir longamente a respeito dos possíveis efeitos de formulação da progressão textual decorrentes da opção por este ou aquele tipo de pleriforma

É interessante observar que as ocorrências da proforma *isso*, em termos absolutos, ao menos no *corpus* consultado, são bem mais freqüentes que as de *isto*. Apenas um estudo ulterior, mais detido, pode aventar hipóteses relativas à maior freqüência de uso da primeira proforma.

4.3.2. Referencialidade e foricidade

A hipótese evolucionária de Givón (2002), novamente, pode ser convocada para fundamentar, em termos teóricos, a progressão de referentes e referências mais concretas para referentes e processos de referenciação mais abstratos. Em sendo assim, postulamos, sem nenhuma presunção novidadeira, que há construções referenciais independentemente da identificação de qualquer ente proposicional ou analogicamente descritível. Os estados de coisa designáveis por meios proposicionais são codificados por intermédio de enunciados. Os entes designados analogicamente são designáveis por meio de sintagmas nominais que especificam ou instauram os referentes. Há autores, como Neves (2006), que entendem o primeiro processo referencial como muito diverso do segundo, a ponto de merecer uma denominação outra, a de *predicação*.

A principal diferença que encetamos aqui consiste em admitir que há expressões que não cumprem funções referenciais extralingüísticas a não ser em caráter excepcional, ao passo que outras, mais gramaticais, destinam-se a referir intralingüisticamente.

Em sendo assim, é mister diferenciar, em primeiro lugar, que há uma referencialidade extralingüística e outra estritamente intralingüística. A respeito da primeira, cremos ter feito as considerações fundamentais na seção anterior. Acerca da última, é necessário admitir que há itens gramaticais, isto é, pleriformas conjuncionais e preposicionais sem contraparte em

nominal encapsuladora. Interessa reconhecer que o tipo de construção referencial que promove a recuperação ou projeção de porções lingüísticas superiores aos limites formais da própria expressão referidora ocorre tanto entre as pleri- quanto entre as proformas. Ou seja, o encapsulamento ou panforicidade é próprio das formas nominais. Interessa igualmente destacar que tipo de natureza semântica é capaz de discrepá-las. E, finalmente, seria interessante, embora esteja para além dos propósitos desta tese, cotejar ou avaliar a possibilidade de uma escala de pleriformas rotuladoras e proformas panfóricas, de tal sorte que se pudesse identificar possíveis diferenças de tessitura textual ou de influência da tessitura textual como determinante do uso de um e outro tipo de expressão nominal (pleri- ou proformal). De antemão, é suponível que o recurso maior a proformas nominais represente uma cobrança menor de cooperação do conhecimento enciclopédico e, principalmente, do conhecimento partilhado do leitor, em razão da ausência de avaliações ou categorizações mais especificadoras. Isso porque restrições axiológicas são características das pleriformas nominais. Por outro lado, é possível dizer exatamente o contrário, ou seja, que os referentes ou as porções lingüísticas codificadas pelas proformas são solúveis com base no co-texto. Por outras palavras, as nominalizações ou rótulos encapsuladores cobrariam maior conhecimento de mundo justamente em virtude de apresentarem informação lexical mais definida. Em última análise, a organização textual e a instância de uso do texto vão definir o alcance da cobrança de conhecimento co-textual, enciclopédico e compartilhado de qualquer que seja a expressão nominal encapsuladora ou panfórica.

qualquer mundo possível tal como sucede entre os nomes e verbos. Certamente as preposições e as conjunções contribuem para a localização ou emolduramento de referentes e da referência, mas não indicam propriamente os referentes. Se houver admissão de referencialidade entre os itens dessa classe, trata-se de uma referencialidade de estatuto diverso das macroclasses nominal e verbal. Ou ainda melhor, se referencialidade houver, ela é resquicial ou perdida à medida que a forma se gramaticaliza e sofre um alinhamento paradigmático.

No tocante às conjunções e às preposições, os elementos jutores, a possibilidade de situar qualquer referente inexistente. O estatuto referencial dos jutores, portanto, não admitiria nenhuma designação ontológica de qualquer espécie. Por outras palavras, nenhum ente de qualquer mundo possível é assinalável por intermédio de jutores. Essa constatação, no entanto, não nos deveria conduzir à conclusão de que tais formas não portam nenhuma significação ou nenhum tipo de foricidade. Naturalmente, se quisermos garantir que as conjunções portam foricidade, é imperioso discriminar o tipo de foricidade ou significado que lhes é próprio. O que queremos dizer é que os jutores também apresentam carga semântica mais ou menos destacada. Por outras palavras, podem guardar, quando ainda em curso de gramaticalização, reflexos ou ecos de sua pretérita condição lexical. O caráter fórico original, próprio de matrizes lexicais, vai-se esgarçando em prol de funções sintático-semânticas estritamente intralingüísticas. Quanto mais acentuada a gramaticalização, menor a evocação mínima de traços sêmicos de uma matriz fórica de base lexical.

A foricidade, portanto, não desaparece completamente nas construções relacionais em vias de gramaticalização, mas não cumpre a função de instaurar referentes textualmente ou indicá-los deitivamente. A foricidade persiste apenas em baixo-relevo, com traços motivacionais mais gerais se conservando para fins puramente relacionais e não mais fóricos, quer dêitica, quer endoforicamente.

Neves (2002, p.125) enxerga nas palavras gramaticais fundamentalmente um papel ancilar. Define seu estatuto com base na noção frástica de transitividade, que tem, contudo, matriz léxica, ainda que reconheça, porém, que se trata de um recorte em que se prioriza a função frástica. Nesse sentido, as preposições contribuem para a formação do 'caso' e as conjunções para a manutenção de relações de seqüenciação, com ou sem anaforicidade (em virtude de determinadas expressões, consideradas conjunções ou locuções conjuntivas pela GT guardarem valor referencial de base adverbial).

Neves (2002, p.127) adverte que o papel das conjunções é determinado pelas relações textuais. Eis as suas considerações gerais sobre as palavras gramaticais:

(...) as preposições (da esfera das relações e processos) são (como os nomes e os verbos) peças da organização semântica frasal (são, na verdade, operadores de mudança de nível dentro do sistema de transitividade); os coordenadores, porém, (também da esfera das relações e processos), atuam em uma organização semântica que independe da estrutura frásica. Já na esfera dos participantes, enquanto os indefinidos e os chamados *numerais* operam processos semânticos não-fóricos (e, por eles, definem o seu estatuto), o artigo definido, bem como os pessoais (falo tanto dos tradicionalmente chamados *pessoais* como dos possessivos) podem ser, privilegiadamente, depreendidos de definidos na visão da organização semântica textual, já que são referenciadores, são fóricos textuais, isto é, instruem para recuperação da informação em outra parte do texto. Para os pessoais de 1ª e 2ª pessoa (estes, já, basicamente, fóricos situacionais), bem como para os modalizadores (atitudinais de 1ª ou de 2ª pessoa) essa visão semântica necessita ser especialmente conjugada com a visão do texto enquanto organização da interação. (NEVES, 2002, p.127-128)

Da citação acima, pode-se depreender também que a foricidade está consorciada à geração de procedimentos de recuperação ou introdução genérica de referentes, quer situacional, quer intradiscursivamente. Pode-se aduzir também que a manifestação de foricidade distingue subclasses de palavras, vez que não se empresta estatuto fórico aos numerais e aos seus correlatos proformais, ou seja, as proformas indefinidas.

Lopes (2003, p.08) apresenta uma escala operacional de referencialidade, sem, contudo, maior detença a respeito da concepção de foricidade em jogo. Ela propõe uma escala de referenciabilidade para justificar o trânsito de construções que aqui denominamos pleriformais para proformais, em especial, casos de gramaticalização proformal pronominal. Formulou a escala assim:

Referencial > genérico > impessoal

Concomitantemente a essa alteração de referencialidade, há uma mudança do estatuto categorial interclasse, a transformar uma pleriforma em proforma. Essa escala é interessante para explicar, por exemplo, a amplitude fórica atingida pelas proformas nominais pessoais forjadas em português, a saber: *você* e *a gente*. Tais proformas não se limitam a referir o interlocutor e o locutor com ou sem o interlocutor. Elas podem referir, de forma marcada, de modo genérico e impessoal. Na seção das proformas nominais, vamos retomar essa análise com ocorrências concretas. Pode-se inferir que o uso de ‘referencial’ parece estar vinculado ao caráter instaurador de referentes mais específicos, com uma posterior migração para indicar o gênero, e, finalmente, a contração de uma noção ainda mais abstrata, de tal modo que a expressão adquire possibilidades fóricas marcadas. Por outras palavras, *você*, oriundo de *Vossa Mercê*, a princípio, indicava referentes antropofóricos distintos (o que significa um uso mais referencial, porque mais adstrito a referentes específicos); em seguida passou a referir não apenas tais referentes antropofóricos distintos, mas todo e qualquer referente antropofórico, isto é, passou a indicar o gênero dos referentes antropofóricos indistintamente;

finalmente, essa expressão referencial passou a significar, marcadamente, para além do caráter dêitico, assumindo valores fóricos não estritamente vinculados à referência ao interlocutor situacionalmente identificável.

As noções definitivas de foricidade e referencialidade vão-se aclarando ao longo do trabalho quer por meio de exposições teóricas, quer por meio de análises específicas. Na seção corrente, com base no quadro 30, construído a partir das considerações de Neves (2006), explica-se, de modo esquemático, o funcionamento das possibilidades de construção referencial.

Importa destacar que o direcionamento crescente de expressões referenciais de base lexical rumo à não facticidade (disponíveis para a codificação de distinções categoriais e classemáticas), com a intercessão de mecanismos cognitivos e pragmáticos de abstratização, apresentam resultados lingüísticos, entre as formas escolhidas pelos usuários, de maior extensão semântica.

4.4. Proposição de uma tipologia de proformas

Aparentemente, a princípio, nossa propositura geral revelaria uma equiparação de proformas às quatro macroclasses propostas como fundamentais e mais representativas da organização geral do sistema da língua portuguesa e das próprias línguas em geral. Noutras palavras, haveria uma correspondência equilibrada entre as proformas nominais e os nomes (inclusos os numerais), as proformas verbais e os verbos, as proformas adverbiais e os advérbios, as proformas relacionais e as conjunções e as preposições²¹⁷. A língua se orientaria nesse sentido porque é *estruturiforme*, ou seja, ela tende a tornar-se sistema estável, mas não de estabilidade rígida a ponto de gerar estaticidade e imobilidade. Há, portanto, um pendor para estruturar-se, mas essa estruturação não é de modo algum fixa e ordeiramente distribuída de modo mecânico. Não há, portanto, correspondência entre formas proformais e as funções generalizadoras próprias dos itens lexicais constituintes dos subtipos da classe das proformas. Em sendo assim, há proformas cujo desempenho referencial apresenta um escopo de referência mais amplo do que as proformas típicas de cada subclasse das proformas.

Exemplifiquemos a fim de aclarar esse tópico fundamental. A proforma nominal *isto* refere, de modo caracteristicamente proformal, itens lexicais de estatuto morfossintático substantival, isto é, encontra-se inteiramente apta para substituir, anafórica ou

²¹⁷ Sabidamente não há correspondência equilibrada entre as componentes da língua. Uma descrição integrada e inteiramente orgânica, que consiga mostrar os liames entre as diferentes camadas componentes ainda está por ser concebida.

cataforicamente, sintagmas de base substantival ou simplesmente formas substantivais. No entanto, a mesma forma pode recuperar ou apontar para itens lingüísticos de natureza frástica ou mesmo textual. Por outras palavras, *isto* pode ser uma proforma frasal ou textual.

Mas onde pretendemos chegar com essas considerações relativas ao maior poder de fogo referencial de determinadas proformas? O que queremos dizer é que há proformas de maior alcance referencial, que não se limitam a pró-referir ou pró-significar estritamente as formas típicas de sua matriz de classe. Há mais: as proformas de maior fôlego referencial são exatamente as proformas nominais, mormente as de base morfossintática substantival. São proformas protoreferidoras porque a classe de palavras que, por excelência, codifica os entes é a dos nomes, em especial, a dos substantivos. Ora, uma designação geral somente poderia ser formalizada lingüisticamente, em conclusão, por uma proforma substantival. Daí a maior referencialidade das proformas dessa subclasse. Observe-se o quadro 31 e as formas genericamente referíveis para cada subclasse de proformas. A macroclasse que pode referir porções de linguagem mais amplas que seu correlato gramatical é a dos nomes, quer de natureza pleri- ou proformal. Porém, a potencialidade nominalizadora vai responder pela eleição da classe pronominal como representante por excelência da proformalidade na tradição dos estudos gramaticais.

Convém recuperar a definição de **proformalidade**. Trata-se de uma categoria sintático-semântica que responde pela ocupação de uma função distributiva com foricidade ou significação genérica (*onirreferencialidade* ou *onissignificação*). Essas características asseguram às proformas seu caráter de substituição coringa ou praticamente absoluta, dentro da macroclasse ou subclasse a que a proforma pertença. Essa genericidade fórica ou semântica permite que, por exemplo, o verbo *fazer*, como vicário, seja o suplente de praticamente qualquer outro verbo; ou que as conjunções *e* ou *que* equivalham a quaisquer outras; etc. As restrições referenciais ou semânticas são ditadas por especificidades da classe e da subclasse a que a proforma pertença. Ressalte-se, novamente, o caráter prototípico e aristotélico, a um só tempo, da categoria, de tal sorte que representa um traço estruturiforme, ou seja, há um pendor para representar um traço extensível a todos os membros de uma classe, subclasse, morfemas intralexicaís ou categorias, mas não necessariamente de modo absoluto. Destarte, torna-se possível eleger uma classe como melhor representante da categoria, ainda que não seja ela a classe que privativamente a manifesta; eleger uma forma no interior da classe, como a melhor representante de seus atributos ou características, ainda que não seja ela a que exclusivamente a manifesta; eleger um determinado morfema intralexical como melhor representante de uma dada categoria, ainda que não seja ele sua única e exclusiva forma de expressão.

De modo mais específico, haverá discussão e descrição mais aprofundadas apenas das proformas nominais, conquanto, conforme já dissemos, ilustrativamente, sejam consideradas as proformas de outras macroclasses e suas subclasses. Abaixo, o quadro fundamental que defendemos aqui de composição das proformas em correlação com as pleriformas.

Macroclasses proformais e suas proformas prototípicas

Macroclasses	Proformas correspondentes	Formas prototipicamente representativas e indiciadoras de relativa correspondência forma/função	
Nome – Substantivos	Nominais – pronominais	O – demonstrativo	
Adjetivos	Idem ao anterior	O – articular	
Verbo	Verbais ou proverbais	Fazer	
Advérbio	Adverbiais ou proadverbiais	Assim	
Relacionais	Relacionais ou prorrelacionais (pró-conjunção e pró-preposição)	Conjunção	Coordenativa – e Subordinativa – que
		Preposição	de

Quadro 32

Cientes dessa maior ou menor concentração e manifestação de traços prototípicos no interior das classes e subclasses das proformas, o nosso propósito fundamental é estabelecer, com base em critérios de ordem gramatical e pragmática, escalas para organizar o estatuto gramatical e semântico das diferentes proformas e suas sub-proformas.

As subclasses das macroclasses também apresentam proformas. Nas seções subseqüentes, algumas análises ilustrativas são empreendidas a fim de mostrar a incidência da proformalidade no interior das macroclasses.

Finalmente, cumpre-nos enfatizar que a proformalidade não é uma categoria adstrita à categorização das partes do discurso. Ela funciona como uma propriedade holonômica da língua que elege determinadas formas como prototípicas porque são mais usuais e mais representativas de uma categoria, de uma classe, de uma subclasse, de um afixo de base derivacional ou flexional.

4.4.1. As proformas nominais

As proformas nominais serão aqui divididas entre as proformas nominais substantivais e proformas nominais adjetivais. Não há correlação de proformas com as pleriformas numéricas, por sua contraparte está inclusa entre os quantificadores proformais substantivais

ou adjetivais. No tocante às proformas nominais adjetivais, haverá o realce, nesta seção, da proforma nominal adjetival considerada prototípica. As demais não serão consideradas de modo aprofundado.

4.4.1.1. Proformas nominais substantivais

A discussão relativa às proformas nominais substantivais será constituída na seção 5, reservada às proformas nominais em sua designação clássica, ou seja, como pronomes. A elaboração de um capítulo à parte é imprescindível porque o pronome é o protótipo das proformas, ou seja, entre as proformas, a mais reconhecidamente típica como proformal desde os primórdios da gramática ocidental, são as proformas nominais.

4.4.1.2. Proformas nominais adjetivais

As proformas nominais adjetivais também se incluem entre as proformas nominais, por esse motivo, sua análise também será acomodada na seção referente aos pronomes. Contudo, parte da discussão das proformas nominais adjetivais é travada na subseção a seguir, vez que o problema da demonstratividade entre as referidas formas é debatido. As demais proformas nominais adjetivais, indefinidas e possessivas, são abordadas na seção já aludida.

4.4.1.2.1. O problema da demonstratividade: artigos, demonstrativos *stricto sensu* e pessoal de terceira

Em termos mórficos, os artigos têm em comum com suas formas homônimas, os pronomes demonstrativos reduzidos e os oblíquos de terceira pessoa, a origem. Todos eles provêm dos demonstrativos de terceira pessoa do latim.

Essas identidades etimológica e mórfica não liquidam, contudo, as diferenças de ordem sintática e semântica. Permitiriam, no entanto, especular em torno de uma escala específica de gramaticalização de uma forma originalmente comum, embora com derivas divergentes.

Formas homônimas do artigo definido – contraste do caráter sintático-semântico

Pronome demonstrativo	Clítico	Artigo definido
Manutenção da referência demonstrativa, mas mais abstrata e genérica, porque relativa a um conteúdo textual ou cognitivo, vide os exemplos (92) e (96). Sofre restrições sintáticas ao aparecer tão	Manutenção de referência dêitica ou anafórica, com restrições sintáticas.	Manutenção de referência dêitica de localização marcada ou esmaecida e de referência identificatória não-marcada, generalizadora ou específica, a depender do contexto de uso.

somente como item antecessor geral de orações relativas.		
--	--	--

Quadro 33

A nosso ver, uma exposição ponderada e, por conseguinte, aceitável a respeito é feita por Ali (2001). Ele subdivide os artigos em demonstrativos de natureza diferenciada e artigos propriamente ditos.

A implicação final será uma acomodação dos artigos entre as proformas nominais adjetivais e as suas formas congêneres entre as proformas nominais substantivais, com base em um fundamento sintático.

Neves (2002, p.127) inclui o artigo como item integrante dos participantes da predicação, em razão de sua perspectiva de análise calcar-se na transitividade. Segundo ela, o artigo definido “*é um item que se resolve por uma investigação interna ao grupo nominal.*” Para a autora, no entanto, o estudo dessa classe transcende o sintagma, alcança o enunciado e a enunciação e, finalmente, as costuras de referência textuais.

Nossa opção da inclusão dos artigos como proformas nominais adjetivais prototípicas se fundamenta no fato de o artigo cumprir funções referenciais de amplitude considerável, a ponto de ainda conservar a possibilidade de referir ostensivamente, referir genérica e especificamente, endofórica e exoforicamente. Naturalmente, ele se distingue das demais formas oriundas dos demonstrativos de 3ª pessoa latinos, *aquela, aquela, aquilo e ele, ela*, em razão de sua função primordial ater-se a identificar, não a situar espacialmente um dado referente (demonstrativos *stricto sensu*) e referir privilegiadamente seres humanos (proformas nominais pessoais de terceira pessoa²¹⁸).

É preciso considerar também que as formas demonstrativas são expressões de mundividências definidas na cultura. Noutros termos, a depender das urgências referenciais de uma dada comunidade lingüística, engendram-se formas específicas para explicitá-las, para codificá-las. Em razão das especificidades referenciais de cada sistema lingüístico, evidencia-se a dificuldade de conceber um sistema de referência universal dos demonstrativos em geral.

Para tratarmos dessa problemática aqui, dividi-la-emos nas seguintes partes:

- identificação e caracterização formal e funcional geral dos demonstrativos;
- os demonstrativos:
 - b.1) de natureza articular – o artigo definido;
 - b.2) de natureza não-articular – os de natureza substantiva, adjetiva e locativa.

²¹⁸ Esse entendimento acerca da manutenção das proformas nominais de 3ª pessoa entre as proformas nominais substantivais pessoais é discutido na seção 5.

Não nos deteremos nesta seção sobre a dêixis temporal. Mesmo porque, a nosso ver, ela se manifesta de forma mais plenamente semântica²¹⁹ do que a presente nas formas locativas, governadas pela noção de pessoa, as quais possuem correlatos mais ou menos na mesma medida nas séries substantiva e adjetiva. Talvez por isto Camara Jr. (1988,1976) tenha hesitado em colocar os advérbios de tempo entre os demonstrativos, oscilando entre inseri-los em meio ao nome ou ao pronome. Por outras palavras, a oscilação de Camara Jr. talvez se possa atribuir à percepção de que as proformas temporais podem preencher argumentos de ordem nominal ou adverbial, em termos sintáticos. Em termos semânticos, a oscilação poderia ser atribuída à ausência de correlação estreita na marcação do tempo com a noção de *pessoa* (tal como sucede com as proformas adverbiais locativas (a série *aqui, aí, lá* e variantes) e os demonstrativos *stricto sensu, este, esse e aquele* e variantes), a qual o referido autor toma como privativa da classe dita pronominal.

4.4.1.2.2. A identificação e caracterização formal e funcional geral dos demonstrativos

A propósito das distinções do quadro dos demonstrativos em diferentes sistemas lingüísticos, observe-se o que declara Lyons (1977):

Distinções de proximidade são lexicalizadas ou gramaticalizadas nos sistemas pronominais de muitas línguas; assim também são distinções de gênero, número e, como vimos, de status. Outras línguas lexicalizam ou gramaticalizam distinções de gênero que são baseadas, não em sexo, mas em tamanho, forma, função, textura, etc; distinções espaciais que são baseadas em visibilidade, o habitat normal do falante, os pontos de compasso, alguma marca de propriedade saliente, etc. **A função do pronome demonstrativo é chamar a atenção do destinatário para um referente que satisfaça a descrição implicada pelo uso do pronome em termos de gênero, número, status, etc.** (grifo nosso) (1977, p.648).

As considerações feitas acima enunciam um traço comum dos demonstrativos, a saber: o de orientar os interlocutores quanto à localização da referência²²⁰. Mas essa orientação não se limita a apontar ou indicar estritamente localização, dado que outros traços podem apor-se ou sobrepor-se ao indicativo do par proximidade/distância. A localização da referente significa a sua identificação, não apenas em termos de mera situação espacial, mas também

²¹⁹ As formas temporais não se sujeitam às mesmas oposições formais encontradas na série demonstrativa (demonstrativos *stricto sensu* e advérbios locativos), relativas aos campos do falante e do ouvinte. Mesmo o artigo tem oposições de gênero e número.

²²⁰ A localização da referência por meio dos demonstrativos, conforme veremos sumariamente na seção seguinte, não se manifesta estrita e sistematicamente apenas por intermédio de determinadas formas da língua, mas por meio de fatores cognitivos e culturais. É interessante observar também que as crianças reproduziriam, de forma compacta, a hipótese evolucionária de organização léxico-gramatical. Lyons, sem designar esse percurso como uma demonstração ou manifestação da referida hipótese, descreve-o.

em termos de outras distinções lexicalizadas ou gramaticalizadas, nos moldes assentados por Lyons (1977). A caracterização de Lyons (1977) procura abarcar possibilidades fóricas – dêiticas e endofóricas – manifestas por séries relativamente sistemáticas de formas demonstrativas, amparadas por outras marcas lingüisticamente dependentes.

O sistema dos demonstrativos nas línguas indo-européias, inclusas então as línguas germânicas e neolatinas, produziu os pronomes pessoais de terceira pessoa e os artigos definidos. No tocante a estes, o lingüista britânico considera-os uma abstratização de formas dêiticas demonstrativas primárias:

A função dêitica dos demonstrativos é muito mais complexa do que nosso relato um tanto quanto esquemático pode sugerir. Mas o que tem sido dito deveria ser suficiente para estabelecer no mínimo a plausibilidade inicial da hipótese que os demonstrativos são mais básicos do que os pronomes de terceira pessoa ou artigos definidos dado que eles podem ser todos derivados de um elemento dêítico que pode ser primeiramente usado e entendido, na aquisição da linguagem, como tendo função quase-referencial. Não se está sugerindo que os cinco estágios de desenvolvimento propostos aqui correspondem a cinco períodos cronologicamente distintos na aquisição infantil do inglês. O que é essencial para a hipótese é meramente a suposição de que a função de pronomes demonstrativos nas línguas é primeiramente aprendida em situação de enunciação real com referência a entidades presentes no contexto situacional. Tomando isso como sua função ontogeneticamente primária e básica, nós podemos ver como eles – os demonstrativos – podem mais tarde vir a ser usados com referência a entidades descontextualizadas no espaço e no tempo da situação de enunciação. (LYONS, 1977, p.657).

Como conseqüência do supra-exposto, Lyons (1977) define o sistema de demonstrativos em três grupos, o dos demonstrativos, o dos assim chamados *pronomes de terceira pessoa* e dos *artigos definidos*. Assinala-lhes, todavia, as diferenças. Os demonstrativos referem proximidade, mas não gênero; os pronomes de terceira assinalam o gênero, mas não definem proximidade; e os artigos definidos comportam-se sintaticamente como os demonstrativos adjetivos, mas teriam como função principal identificar o referente²²¹. Ressalte-se apenas que o autor considera os dêíticos pronominais mais complexos (possivelmente pela maior abrangência fórica, isto é, por possuírem um grau elevado de possibilidades extensionais e um grau mínimo de intensionalidade, porque apresentam apenas o traço de gênero. Tirante essa característica, podem referir, dêitica ou anaforicamente, qualquer ente):

A situação com respeito aos dêíticos pronominais é mais complexa: os assim chamados *pronomes de terceira pessoa do singular (ele, ela)* distinguem-se por gênero, mas não por proximidade, enquanto os pronomes demonstrativos distinguem-se por proximidade e número, mas não gênero, e suas formas são idênticas às formas

²²¹ Na verdade, o emprego do artigo definido não marca per si identificação genérica ou não-genérica. É preciso contar com o enunciado e a enunciação para avaliar de forma apropriada a marcação, ou não, de genericidade. Ressalte-se ainda que a função de correferenciar é comumente atribuída aos artigos definidos. Novamente isso não é regra, isto é, nem todo referente já dado textualmente é co-significado por meio de um grupo nominal constituído por artigo definido. Além disso, um referente pode ser introduzido com uma expressão nominal que apresente um artigo definido, desde que se considere o referente como conhecido para o interlocutor.

dos adjetivos demonstrativos. O artigo definido comporta-se sintaticamente como os adjetivos demonstrativos, mas é neutro com respeito à proximidade, gênero e número: e ele deriva, historicamente, do adjetivo demonstrativo não-próximo ‘that’. (LYONS, 1977, p.650)

Em português, a situação se mostra mais complexa. Em primeiro lugar, porque suas formas demonstrativas assinalam não apenas proximidade, mas gênero (masculino, feminino e neutro). No entanto, com relação aos assim chamados *peçoais de terceira pessoa*, o português não conta com uma forma para designar neutralidade (o *it* do inglês). Mas, apresenta uma forma com masculino e feminino, que “concorda” com o núcleo da expressão referencial, copiando-lhe o gênero e o número, de tal maneira que a oposição *ele/ela* é fronteira entre a flexão e a derivação, enquanto a oposição *mestre/mestra* se enquadra no âmbito de uma flexão restrita²²² (cf. Rosa, 2000). **Finalmente, os artigos definidos representariam, de forma equivalente, funções fóricas similares às dos demonstrativos adjetivos** [grifo nosso]. Ademais, como, *mutatis mutandis*, em inglês²²³, os artigos definidos provêm das formas de terceira pessoa do latim. Convém acrescentar ainda que os artigos definidos em português conhecem diferença de gênero e número. Essas diferenças são dignas de nota porque a marcação da genericidade por meio de sintagmas nominais com o artigo definido em português é assinalada conforme aspectos relativos ao gênero e ao número.

Passamos agora, a propósito do que expusemos brevemente acima, a discorrer sobre os demonstrativos. Cabem aqui algumas considerações, por esta denominação, na linha de Câmara Jr. (1976), vamos entender as formas articulares (o artigo) e as formas demonstrativas mais plenamente opositivas e os advérbios locativos. Assinalamos que também consideramos os advérbios de tempo como proformas demonstrativas, apesar de menos formalmente marcadas que as anteriores.

4.4.1.2.2.a. Os demonstrativos articulares

²²² É bem verdade que, considerada a análise aqui empreendida do gênero dos substantivos de referentes sexuados, a oposição o/a marcaria uma flexão restrita por prototipicidade. A designação de *derivação* apenas se conformaria à versão crítica de Câmara Jr. de uma noção pré-teórica da GT. É, possivelmente, uma das análises mais assentada hoje acerca do tema. Não vale, contudo, como conclusão teórica para nós, em razão do já exposto a esse respeito.

²²³ Isso porque, em inglês, não há distinção ternária, entre os participantes do eixo da interlocução e o que se situa fora do referido eixo. A oposição não é, portanto, entre primeira/segunda e terceira, como tradicionalmente se supõe que seja em português, mas entre primeira e segunda/terceira. *This* é empregue exclusivamente pelo enunciador. *That* serve para indicar, adjetiva ou substantivamente, o que está espaço-temporalmente próximo do interlocutor ou distante destúltimo e do locutor.

Em português, a depender da perspectiva teórica e do autor, os artigos definidos e os advérbios dêiticos de espaço e tempo podem ser inclusos entre os demonstrativos. Um dos autores que acolhem as referidas formas é Câmara Jr.(1988). O autor insere os artigos definidos numa quarta série de formas demonstrativas. Ele declara:

Uma quarta série neutraliza a posição definida no espaço e introduz em seu lugar a noção gramatical da ‘definição’. É a série ***o, a, os, as***, cuja forma assinalada pelas três marcas acima (os demonstrativos *stricto sensu*) referidas é a partícula invariável ***o***. É o **pronome meramente definidor** (grifo nosso) ***o, a, os, as***, que em função adjetiva, como determinante de um nome substantivo, recebe tradicionalmente em nossas gramáticas o título do *artigo definido* e vimos ter um papel essencial na marcação do gênero dos nomes substantivos. (CAMARA JR., 1988, p. 123).

A problemática em torno do artigo definido em termos referenciais é complexa. O artigo definido pode compor sintagmas nominais que transitam de uma referência genérica a referências específicas, de foricidade dêitica ou anafórica.

Os artigos definidos podem compor grupos nominais (*nominals* para Lyons) com valores de referencialidade e definitude distintos. Ora podem compor sintagmas nominais definidos, ora sintagmas nominais genéricos. Contudo, para que o artigo definido componha um sintagma nominal definido, a informação veiculada por essa expressão referencial definida de que ele faz parte deve integrar o chamado arquivo ativo dos interlocutores. A esse respeito, Neves (s/d), valendo-se de Givón (1984, p.404), trata do conceito de arquivo de discurso ativo como toda informação disponível para o ouvinte por pertencer ao/à:

contexto dêitico imediato	Referência relacionada	arquivo permanente
---------------------------	------------------------	--------------------

Grosso modo, esses três modos de ativação do arquivo de discurso dependem da situação (no primeiro caso), o tipo de interação (segundo caso) e da cultura dos interlocutores (terceiro caso).

O artigo definido apresenta usos anafórico e dêitico. No primeiro caso, o emprego do artigo definido “*implica uma forma de instrução para que o ouvinte una um referente lingüístico a um objeto particular em sua memória, objeto esse que terá sido mencionado naquela ou em outras conversas com um falante específico*” (Neves, s/d, p.17).

De toda forma, é preciso supor que haja a partilha da referência. No segundo caso, de uso imediato, “*o artigo definido funciona como uma forma de instrução para o ouvinte localizar o objeto na situação de interação; ser a visibilidade, ao mesmo tempo, necessária, ou não, depende de fatores estranhos ao significado do artigo, propriamente*” (Neves, s/d, p.18).

Há dois componentes do artigo definido. O primeiro refere-se ao papel pronominal de simplesmente prover o ouvinte com uma identificação do referente, sem apor nenhuma informação locativa ou qualitativa. O segundo componente é a adjetivação do advérbio ‘there’. *Mutatis mutandis*, poderíamos dizer que se trata, respectivamente, das possibilidades anafóricas e dêiticas de referencialidade do artigo definido.

O artigo definido, em inglês, não informa o ouvinte sobre gênero ou lugar, atribuições dos de terceira pessoa e dos demonstrativos *stricto sensu*, mas apenas identifica o referente:

O componente pronominal deiticamente neutro do artigo definido inglês pode ser pensado como tendo simplesmente esta função: **ele informa ao destinatário que alguma entidade específica está sendo referido sem, entretanto, prover qualquer informação locativa (ou qualitativa) sobre ela**” (grifo nosso) (1977, p.654).

A função precípua do artigo é, reiteramos, identificar o referente ou mostrar a existência de um referente no universo do discurso. Nesse sentido, ele refuta a tese de implicação ou pressuposição de unicidade do referente por causa da presença do artigo definido. A determinação da unicidade do referente, ou seja, a sua identificação e especificação não é privativa do artigo definido. A esse respeito, Lyons (1977) declara:

Não há razão para associar qualquer implicação ou pressuposição de unicidade com o artigo definido como tal. Quando o falante se refere a um ente específico, por qualquer meio, ele tacitamente aceita a convenção de que ele proverá qualquer informação (não dada no contexto) que é necessária para o destinatário identificar o ente em questão. Unicidade de referência, entendida nesse sentido, é sempre dependente do contexto; e ela se aplica simplesmente tanto para o uso de pronomes pessoais e demonstrativos (e mesmo para o uso de nomes próprios), as para o uso do artigo definido. **A componente pronominal do artigo definido tem exatamente a mesma função que tem a mesma componente no significado dos demonstrativos e dos pronomes pessoais: a de informar o destinatário que um ente específico (ou um grupo de entes) está sendo referido** (grifo nosso). (LYONS, 1977, p.655).

Lyons (1977) tem razão porque, conforme vimos sumariamente com Neves (s/d), os artigos definidos não têm estritamente valor dêitico e não-genérico. Os usos anafóricos se reportam a uma informação alojada na memória dos interlocutores, ao passo que o uso dêitico apela para a situação.

A unicidade do referente não é garantida apenas pela presença do artigo, porque os artigos podem, conforme vimos acima, compor sintagmas nominais genéricos. No exemplo abaixo, v.g.:

(98) **O homem** é um animal racional.

Não há como declarar a unicidade de referência, uma vez que a sentença não se refere a um homem específico. Seria inteiramente diferente da seguinte:

(99) **O homem** foi visto pela última vez ontem à noite.

Nesse caso, aludiria a sentença a um determinado homem, no qual se pode reconhecer unicidade referencial por ser, de algum modo, interconhecido pelos falantes que a ele se refiram. De qualquer forma, são usos que não podem ser aprisionados à forma²²⁴.

Como componente ‘adverbial’ (foricamente dêitico), o artigo definido guarda outra característica importante: não contribuir para rastrear um lócus específico do ente sobre o qual se refere o locutor em uma dada interação. Lyons (1977, p.656) declara a respeito o seguinte ao contrastar os demonstrativos e o artigo definido:

Os demonstrativos ingleses ‘this’ e ‘that’, usados como dêiticos, podem ser entendidos como instrutivos ou convidativos do destinatário para dirigir sua atenção para uma região particular do ambiente a fim de encontrar o ente (ou o grupo de entes) a que se está referindo. O artigo definido, quando é usado deiticamente (com ou sem acompanhante modulação paralingüística da expressão de que ele faz parte), deve ser entendido como item que instrui, ou convida, o destinatário para encontrar o referente no ambiente, sem, entretanto, dirigir sua atenção para qualquer região particular dele. (LYONS, 1977, p.656)

Essa descrição se assemelha à provida por Neves(s/d), porque, ainda que remeta para a situação imediata, o artigo não localiza o ente referido. Ou não necessariamente informa a localização de modo sistêmico, mas sim por via contextual.

Pode-se declarar que não é estritamente a forma dos artigos que vai garantir a identificação e o provimento de determinadas informações de foricidade ou genericidade acerca do referente, mas fatores de ordem cognitivo-pragmática, tais como o conhecimento mútuo dos interlocutores, o seu grau de conhecimento acerca do referente e a cultura de que fazem parte.

A diferença fundamental do tratamento de Neves (s/d) e de Lyons (1977) é que a primeira distingue além da referencialidade geral (dêixis e anáfora), a genericidade como atributo relevante para a categorização distintiva dos artigos definidos de outras formas demonstrativas. Ressalte-se que esses traços co-ocorrem, isto é, a referencialidade e a genericidade.

²²⁴ Um outro problema advindo daí é a função que se atribui ao artigo de codificar referentes já introduzidos, ou seja, referentes que, em alguma medida, já são conhecidos. Contudo, essa atribuição não se aplica à totalidade das possibilidades de uso, porque, conquanto não tenha sido lingüisticamente expresso um dado referente, ele pode ser considerado implicitamente como apresentado. Em sendo assim, não há necessidade de introduzir-se um referente em primeiro lugar genericamente para haver uma recuperação por meio de um artigo definido. Noutros termos, a introdução do referente pode ser feita por intermédio de um artigo definido, uma vez que ele pode ser considerado como dado, como previamente conhecido. Esse enquadramento de um referente codificado por uma expressão referencial definida vai depender de vários fatores: a natureza do referente; a natureza da interação; a natureza da expressão lingüística.

Lyons (1977) estabelece um esquema por meio do qual, sem rigidez, sugere um escalonamento de percepção dêitica, que caminha de representações mais concretas, ditas quase referenciais inicialmente (semelhantes a expressões como *eis*, do português, e *voici*, do francês), para referências mais complexas e abstratas, tais como as constituídas por intermédio do uso anafórico dos artigos definidos e das formas de 3ª pessoa. Aliás, a abstratização sofrida pelos artigos definidos é que impede que sentenças como a seguir:

(100) **O gato** está aqui.

não sejam consideradas contraditórias. A contradição proviria de o artigo – forma proveniente de demonstrativos **de terceira** – carrear informação adverbial (dêitica, portanto) e vir predicado com um dêitico adverbial de primeira pessoa. Contudo, porque o artigo se abstraiu de sua função adverbial originária, de indicador localizador de um ente distante do eixo de interlocução, ele pode compor um sintagma nominal como o da sentença acima. O valor adverbial de localização se perdeu e permanece o valor pronominal, para colocar o problema nos termos de Lyons (1977), dado que ele se presta tão somente para identificar o referente (essa identificação pode ser dêitica, anafórica ou mnemônica). Isso não impede, contudo, que, nesse caso, se possa admitir que o artigo, a funcionar deiticamente, construa uma expressão referencial definida, em que o referente goza de unicidade referencial. Trata-se, enfim, de qualquer maneira, de uma forma portadora de foricidade dêitica distinta da foricidade de sua matriz originária, a série *ille, illa, illud* (cujos correlatos em português são *aquela, aquela, aquilo*).

Ressalte-se que não intentamos destrinçar as nuances do artigo definido em profundidade, dado que a complexidade de seus usos, como um tipo especial de demonstrativo, merece considerações verticais em um trabalho outro, municiado, principalmente, de ilustrações para a verificação mais atida de suas especificidades.

Cumprir dizer que o artigo não é uma classe universal, dado que, em várias línguas, tais como o japonês e o tupi, não há. De qualquer forma, em japonês, o meio supletivo de cumprir as funções do artigo definido se dá com o emprego de demonstrativos, em alguns casos de referência particularizante e anafórica. Em casos de genericidade, não há marcação. Essa característica não é privativa de línguas altaicas ou autóctones, visto que línguas próximas ao português, como o latim, também não possuíam artigo. E mesmo entre as línguas que a possuem, há diferenças específicas; por exemplo, no inglês, não há marcação de gênero, nem de número (o que acarreta implicação no que tange à genericidade). No romeno (cf

Dobrinescu, 1992), é marcado por um sufixo *-ul* e alomorfe *-l*, no masculino. No basco, o artigo se marca com um prefixo.

4.4.1.2.2.b. Os demonstrativos não-articulares

Seguimos de perto, nesta seção, a lição de Câmara Jr. (1988), que insere os dêiticos adverbiais no quadro dos pronomes demonstrativos²²⁵:

A nossa língua tem também um sistema de locativos, ou seja, de demonstrativos em função adverbial (grifo nosso). Uma primeira série corresponde a *este, esse e aquele*: a) locativo da área do falante: *aquí*; b) locativo da área do ouvinte: *ali*; c) locativo de uma terceira área, distante do falante e do ouvinte: *ali*. (CAMARA JR, 1988, p.124)

Diante do exposto acima, o quadro resultante dos demonstrativos não-articulares se constitui da seguinte forma:

Demonstrativos não-articulares

Tipos de demonstrativos não-articulares		Formas de 1ª pessoa	Formas de 2ª pessoa	Formas fora do eixo da interlocução
Demonstrativos <i>stricto sensu</i>	Substantivos	Isto	isso	aquilo
	Adjetivos ²²⁶	Este/esse;	Esse/este	aquele
Demonstrativos locativos		Aquí/cá	Aí	ali; lá/acolá.

Quadro 34

Câmara Jr. (1988) ainda chama a atenção para a existência de variação livre das formas supracitadas com as formas *cá*, próximo do falante, e *lá*, distante do falante, com a existência ainda de *acolá*, para marcar maior distância. Acresce ainda que *lá* pode ser empregue opositivamente a *ali* para marcar uma distância dos participantes da interlocução mais acentuada. Em outra obra, Câmara Jr.(1976) postula a existência de dois sistemas para a língua portuguesa dos adverbiais, um tripartido (*aquí, aí, ali*), outro bipartido (*cá, lá/acolá*). Acrescenta, contudo, a informação de que indicam não apenas situação, mas também direção.

Além disso, o autor aduz que o falante pode “*tomar para centro de referência não a sua posição mas um ponto adiante de si.*” (1976, p.119) Nesse caso, o ponto à sua frente é designado como o par *aquém/além*.

Outro ponto a que se deve chamar a atenção é a neutralização na língua em uso dos demonstrativos *stricto sensu*. Consagrou-se uma mudança de um sistema tripartite dos

²²⁵ Na próxima seção, discutiremos o enquadramento dos demonstrativos de Camara Jr. um pouco mais detidamente.

²²⁶ Deve-se levar em conta também a neutralização existente hoje no PB entre as formas de 1ª e 2ª pessoa. Não se observa mais a proximidade do locutor ou interlocutor quando do emprego das formas demonstrativas. Por outras palavras, o quadro dos demonstrativos em sentido estrito está se transformando em um sistema bipartite, com variação livre entre as formas herdadas de 1ª e 2ª pessoas.

demonstrativos para um sistema bipartite (cf. Cavalcante s/d) do tipo este/esse, isto/isso, o que traz as seguintes conseqüências:

- i. Quebra do isomorfismo entre os demonstrativos estritos e os locativos;
- ii. Doravante, as escolhas das formas remanescentes se dão por razões de ordem estilística e não funcional.

Pairam as seguintes indagações para um futuro trabalho de pesquisa:

- i. Quando começou esta mudança?
- ii. Por que começou tal mudança?
- iii. Como começou tal mudança?

Tal trabalho demandaria uma investigação não apenas lingüística, mas filológica e pragmática.

Ainda observando o trinômio de formas demonstrativas de matriz comum (mas que adquiriram funções fônicas distintas na evolução da língua inglesa), Lyons (1977), ao ponderar que provavelmente estruturas dêitico-compostas (como em latim) são universais, admite maior complexidade para as assim chamadas *formas pronominais*.

Em português, há formas, conquanto não coalescidas, que combinam os demonstrativos estritos e locativos, formando expressões do seguinte jaez: *este aqui; esse aí; aquela lá*. Em francês, estruturas similares sucedem, tais como: *celui ci; celui là; cette ci; ce la*.

Convém atentar que a correlação espaço/pessoa não tem o mesmo estatuto referencial que a correlação tempo/pessoa. No primeiro caso, o emissor determina bem, com relação a si e ao seu interlocutor, as diferenças que são corporificadas na língua por meio dos demonstrativos e dos advérbios de lugar. No segundo caso, no entanto, não há uma dimensão de tempo que não seja simultaneamente partilhada entre o emissor e o ouvinte. Noutros termos, não é possível demarcar o tempo do falante, o tempo do ouvinte e o tempo fora da interlocução, como se o faz com o espaço do falante e o espaço do ouvinte e o espaço fora da interlocução. Ao mencionar um acontecimento que sucede hoje, sucedeu *ontem*, ou sucederá *amanhã*, o emissor não tem um tempo privativamente seu, um tempo privativamente do ouvinte para designar. O tempo anterior, tipicamente designado por *ontem*, é construído em partilha pelos dois interlocutores. Ambos participam dessa elaboração enunciativa, ambos acordam em situar um determinado estado de coisas em uma dimensão temporal pretérita. Em sendo assim, não há paralelismo possível entre as formas e funções semânticas dos dêiticos locativos e dos dêiticos temporais.

As proformas nominais adjetivais indefinidas e possessivas (inclusa a forma relativa *cujo*) têm, ao contrário do que leva a entender a GT, um comportamento variado, com especificações de uso cuja determinação depende ainda de estudos mais aprofundados. À guisa de ilustração, contudo, observamos a existência de expressões cristalizadas:

- (101) - Tenho mais para fazer do que conversar tolices com um marido à-toa. Saiu da sala largando Paulo Bento desconcertado: - Dona Sofia inventa **cada uma**. Inventava mesmo.
- (102) Como se construísse a cidade, retocando-a pacientemente, completando a criação. Sua e de mais ninguém, tirante Deus. **Cada coisa** trazia seu nome numa inscrição, numa placa, num retrato, qualquer sinal de sua passagem, a marca de sua presença benfeitora.

Em (101) se encontra um uso relativamente coalescido da proforma nominal adjetival indefinida em pauta. Já (102) é um caso de uso não-marcado, quando a forma desempenha a função de um especificador de uma série.

Um dos usos, contudo, mais interessantes correntes entre as proformas adjetivais indefinidas é o de *tudo*²²⁷, como quantificador universal a competir com *tod-* e suas variantes portadoras dos morfemas de gênero e número.

- (103) Aquele pé grosso, (..) o bago, a casca, as pevides vai **tudo** fazer a fermentação ali para dentro. (Portugal – Oral)
- (104) (...) beira do rio abaixo, assim já de noite. Que era assim: as pessoas vinha **tudo** aos ranchos. (Portugal – Oral)
- (105) Uns poucos que espiaram de perto disseram também que eles são de duas empresas. Uma tal de DDP Mineração e uma outra, Agropecuária do Araguaia. Mas a verdade é que é **tudo** soldado disfarçado. Cê já viu mineração e agropecuária trabalhar junto, Zé Geraldo? ah, aah, aaah - gargalhou ele, feliz.

As demais proformas nominais adjetivais indefinidas, *vário(a)(s)*, *algum(a)*, *nenhum(a)*, *qual(is)quer*, etc, mereceriam análises específicas, mas essa tarefa será empreendida em outras oportunidades de investigação. Isso porque carecem de análise de suas restrições sintático-semânticas e pragmáticas. À guisa de ilustração, a proforma *algum* tem como posição não marcada a anteposição do substantivo, quando indica indefinição positiva. Porém, uma vez posposto ao substantivo, indica indefinição negativa. Contrastem-se os seguintes exemplos:

- (106) As conquistas referentes ao voto dizem respeito ao direito à cidadania, ao direito de interferir nas decisões da comunidade, através de representantes escolhidos, e este direito não deveria ser deixado de lado por motivo **algum**. (Brasil – Ac)

²²⁷ É bem verdade que é discutível que esse movimento em direção a um gramaticalização maior dos quantificadores proformais nominais de *tod-* para *tudo* não destitui a forma emergente de um caráter adjetival em sentido morfológico. Com efeito, as categorias nominais adjetivais morfológicamente codificadas desaparecem, e resta apenas a posição para assinalar funções próprias de proformas nominais adjetivais, como predicativos em (103) e (104), e como adjunto adnominal, em (105).

- (107) Porém, em sua manifestação negativa, seu desmedido desvelo e sua tendência à superproteção, pode tornar-se amiúde manipulador, principalmente quando, por **algum** motivo, a ajuda que oferece é rejeitada, enchendo-se então de auto-piedade. (Brasil – Ac)

As diferenças são facilmente reconhecíveis. Em (106), o significado do sintagma expressa claramente valor negativo. Em (107), em seu uso marcado, opera como quantificador indefinido afirmativo.

Importa considerar que as proformas adjetivais indefinidas organizam-se em uma escala de quantificação genérica, cujos traços residuais são apenas a quantificação presente (positiva) indefinida (*algum*), a quantificação máxima ou universal (*todo*) e a quantificação ausente (negativa) definida (*nenhum*), quantificação afirmativa indistintiva (*qualquer*). Essa mesma correlação de quantificação genérica cumulada com os traços indicados é extensível para as proformas nominais substantivais correlatas. Cumpre-nos acrescer que essas considerações aplicam-se aos usos não marcados das referidas proformas.

Resta, ainda, declarar que o contraste dos indefinidos como quantificadores genéricos não lhes subtrai a possibilidade de serem contrastados com outras pleriformas adjetivais ou substantivais que não refiram quantificação de qualquer espécie.

4.4.2. Proformas verbais

As proformas verbais características do português, em nível estritamente lexical, são os verbos *fazer*, *ser* e *ter*, o primeiro a substituir verbos causativos; os últimos, verbos ou locuções verbais delocutivas existenciais.

A gramaticalidade pode variar em conformidade com aspectos mórfico, sintático ou semântico. No caso das proformas verbais, em termos mórficos, identificam-se os verbos que já se transformaram em afixos como os do futuro do pretérito²²⁸. Em termos sintáticos, os verbos auxiliares protagonizam a cena e expressam uma gramaticalização relativa, em termos contrastivos. Finalmente, as proformas verbais, semanticamente, mostram-se portadores de traços categoriais gerais, despidendo-se da carga pleriformal, funcionando como suplentes ou substituintes de formas verbais pleriformais.

²²⁸ A condição de afixos forjados em português para o futuro do presente é controverso porque, de todo modo, as formas do verbo *haver* são foneticamente idênticas ((h)ei; (h)ás; (h)á; (h)emos; (h)eis; (h)ão). Pode-se, contudo, entender que tais construções não evocam nem mesmo o verbo *haver* como auxiliar e sofre concorrência, em estilo muito cuidado, do próprio verbo *haver* + *de* anteposto ao verbo principal para compor a expressão de futuridade.

A nosso ver, há duas discussões que vamos tão somente introduzir aqui, mas não vamos levar às últimas conseqüências. Aparenta haver um traço de proformalidade presidente dos três tipos fundamentais de *proverbalidade*, a *proformalidade verbal*, a saber: a *auxiliaridade*; a *proverbalidade estrita*; e a *delocutividade verbal*. A auxiliaridade verbal manifestaria a proformalidade na medida em que os verbos auxiliares podem ser usados, em sua circunscrição semântica, em lugar da perífrase verbal de que fazem parte. à guisa de ilustração, observemos os seguintes exemplos:

- (108) - Você vai **sair**?
- (109) - **Vou**.
- (110) - Tenho de **executar** a tarefa de modo satisfatório.
- (111) - **Tem** mesmo.
- (112) - Tenho **empreendido** esforços para dar cabo do trabalho a contento.
- (113) - **Tem** sim.
- (114) - Você está **lendo** os relatórios com o devido cuidado?
- (115) - **Estou**.

Em todos os exemplos citados acima, a perífrase é substituída pelos verbos auxiliares. O verbo auxiliar, portanto, funciona como um proverbo da perífrase. Conserva as categorias verbais típicas e representa semanticamente o verbo principal. Analisemos, a seguir, exemplos de verbos delocutivos portadores de proverbalidade.

- (116) Pesquisas conduzidas por psicólogos informam que um número expressivo de mulheres não pára de fumar apenas porque **tem medo** de engordar - um fenômeno detectado por vários endocrinologistas brasileiros. (Not. Brasil)
- (117) - Você **tem saudade** de jogar? (Ficção - Brasil)
- (118) - " Amor, amor, **tem compaixão** de mim " (Ficção - Port.)

Observemos que (116) e (117) podem ser encarados como proverbos porque são construções substituintes de verbos inexistentes no vernáculo corrente²²⁹. Não circulam formas verbais de significado equivalente. Em (118), contudo, há uma forma correlata de significado equivalente, *compadecer*, ao menos em termos teóricos. Assim, esse preenchimento de uma lacuna verbal ou a suplência com um traço de informalidade assinalam

²²⁹ É bem verdade que, conforme estudo monográfico de tema sugerido por nós para uma orientanda de graduação, os verbos-suporte ou delocutivos que possuem verbos simples correlatos marcam diferença de formalidade. O estudo constatou, com base em análise de gêneros de texto jornalísticos (notícia, editorial, crônicas), que há maior incidência de verbos-suporte entre os gêneros tidos como menos tensos. Destarte, o verbo-suporte pode servir como indicativo gramatical de exploração discursiva. Um dado usuário pode marcar menor tensão comunicativa ao se valer de verbos-suporte com maior freqüência. Naturalmente, a constatação desse estudo pode sofrer aprofundamentos ao se aplicar método similar para aferir a freqüência de uso desse tipo de verbo em outros gêneros, mormente os orais distensos.

um comportamento proformal específico. É possível, no entanto, levantar algumas objeções ao que se disse com expressões como as se seguem:

- (119) Parece que elas têm consciência de que a Revolução de 64 não foi um movimento unilateral dos militares, mas uma solicitação da própria sociedade civil para que nós interviéssemos para **dar cobro** à situação de caos político, social e econômico a que nos estava levando João Goulart (...) (Brasil – Ficção)
- (120) Alguém tinha que fazer alguma coisa para **dar cabo** desse ser execrável, detona PC. (Brasil – Notícia)

Os dois casos acima representam formações verbais delocutivas ou verbo-suporte de uso tenso, porque raro e limitado a suportes ou situações mais formais. A sua raridade é atestada pelo número pífio de ocorrências em nosso corpus. Para o primeiro, aparecem apenas 3; para o segundo, 94. Destaque-se ainda que ambos possuem formas verbais semanticamente equivalentes, *cobrar* e *acabar*. É bem verdade que representam casos minoritários de substituição em que a informalidade seria expressável por meio da forma simples, como um contraexemplo da tese retro-anunciada de efeito comunicativo mais distenso. De todo modo, parece-nos, a tese da informalidade por intermédio de verbos-suporte precisa de estudos mais detidos, conquanto as análises iniciais indiquem que, majoritariamente, seu uso revela maior distensão comunicativa.

O verbo eleito como proverbo prototípico cumpre as funções de verbo-suporte e proverbo. Observemos os exemplos a seguir:

- (121) Com a nossa colaboração poderiam **fazer as queimadas** em segurança. (Portugal – Noticiário)
- (122) O exército começou a testar os V-2 em 1946. Cientistas e técnicos alemães, encabeçados por Wernher von Braun (o " pai " do V-2) trabalharam ao lado dos americanos no sentido de **fazer uso** dos V-2 para pesquisa. (Brasil – Acadêmico)
- (123) Andamos muito, naquela penetração, até que topamos o rancho. Oito léguas para dentro meu rancho de caçador. Eu o **fiz** com os braços na elevação do morrote.

Nos dois primeiros casos, o verbo *fazer* cumpre a função de verbo-suporte. Em ambos os casos, poderia haver substituição por formas verbais simples, como *queimar* ou *usar*. Em (123), o verbo sob análise se comporta como um proverbo típico, ou seja, um copiadore das categorias verbais de um verbo previamente enunciado com o esvaziamento de seu significado originário de *produzir*, *realizar*. Conviria verificar ainda usos do verbo, com a proverbalidade típica, anafórica e cataforicamente.

Uma observação interessante é que o uso do verbo *fazer* não é suplantado por nenhum outro. Ou seja, numericamente, o verbo *fazer* (47.876) é o mais usual em uma análise primeira, em se comparando com verbos extremamente usuais do cotidiano humano, tais

como *comer* (5.212), *beber* (1.926), *olhar* (8.481), *ver* (23.398), *sentir* (3.026). É bem verdade que analisamos tão somente as ocorrências com a forma infinitiva, mas, de todo modo, serve como parâmetro de avaliação.

Outro ponto interessante da proverbalidade, que nos leva a especular que a proformalidade não se manifesta estritamente no âmbito das macroclasses, é a observância do caráter geral do tempo presente. O fato de o presente ser considerado um tempo não marcado e capaz de referir eventos ou estados de coisa sucedidos no passado ou projetados no futuro, além, naturalmente, da referência presente *stricto sensu*, nos autoriza a postular uma condição de **protemporalidade** para o tempo presente. Por outras palavras, o tempo presente é a proforma dos tempos verbais por ser o mais geral e efetivamente capaz de pôr-se no lugar de qualquer outro tempo.

4.4.2. As proformas adverbiais

O reconhecimento de atribuições outras que não a de expressões adjacentes sintática e semanticamente aos verbos, adjetivos e advérbios não implica a destituição de seus traços originários gerais de lugar, tempo e modo. Quanto à classificação sintática, estamos concordes com Duarte e Lima (2003) que simplesmente os consideram adjuntos adnominais além de adjuntos adverbiais. Essas considerações, conquanto sem a mesma orientação teórica e terminológica, contribuem para a nossa propositura fundamental, vez que reconhecem a genericidade e a polivalência de usos das proformas adverbiais:

A existência do fenômeno aconselha que se considerem os elementos dêiticos como possuindo propriedades sintáticas e distribucionais próprias, que os distinguem dos outros ‘advérbios’; na realidade, os dêiticos invariáveis a que se tem chamado tradicionalmente de ‘advérbios de lugar/ advérbios de tempo’ admitem usos bastante variados, além das observações já feitas sobre seu uso como flags.(...) (ILARI, CASTILHO et alii, 2002, p. 59)

Nesses casos, os dêiticos adverbiais, proformas adverbiais, como chamamos, assumem papéis não previstos ainda pela gramática tradicional, nem mesmo pelos estudos descritivos lingüísticos. Parece haver alternância entre os dêiticos para designar tempo e espaço, com valores mais ou menos subjetivos de proximidade e distância, a implicar conotações múltiplas de repulsa ou aceitação, promoção ou rejeição. De todo modo, os significados conotados derivam de movimentos originalmente demarcados no universo espacial, em seguida temporal. Seus usos adnominais revelam também a maior flexibilidade morfossintática:

(124) Isso é sempre.. Nasce sempre ao pé da água. ptCord_ALV01## INQ1 Portanto, o senhor sabe **aqui** que fala numa maneira diferente, por exemplo de, das pessoas **aqui** dos

Montes de Alvor, ou das pessoas ali de Portimão.. INF Pois, nós falamos.. É claro, isto **aqui** há (..) três tons de fala: há na baixa.. (Port – Fic)

Em (124) é perceptível os usos catafóricos de referência múltipla. A nosso ver, conforme já dissemos, tal possibilidade se relaciona com seu caráter proformal. O primeiro uso de **aqui** aparente referir a localidade imediata em que vive o locutor; o segundo uso designaria uma comunidade diferente da do locutor, mas considerada, por alguma razão, não necessariamente locativa, próxima do locutor; o terceiro uso seria adnominal de *isto*, para assinalar uma espécie de reforço dêitico de proximidade do locutor, diferentemente dos usos catafóricos locativos dos dois casos anteriores. Poderíamos dizer que seria semanticamente equivalente ao adjetivo *local* ou *próximo*. Não guardaria, de todo modo, um caráter catafórico, mas anafórico de *isto*. Analisemos outras ocorrências.

(125) INQ2 Come-se? INF Come-se **cá** nada! A gente **aqui** não tem nada que aproveitar disso. A gente (..) o que aproveita é, quando ele se chega à borda, matar e assoprar. E ele vai como um balão em cima da água. (Port – Oral)

(126) INQ1 Que era uma tábua que se prendia.. INF1 É sim senhor. É uma tábua que a gente põe **aqui** assim. INQ2 No trincho? INF1 (..) E a gente **daqui** fazia assim (..) um recortezinho INQ2 Sim. INF1 (..) e botava **aqui** (..) INQ2 O cachorro. INF1 o cachorro do moinho. É o cachorro. E então (..) ia **aqui** uma (...) (Port – Oral)

A construção adnominal encontrada em (125) aparece como uma construção locucional preposicional mais característica de construções adnominais na segunda ocorrência de (126). Isso demonstra uma possível oscilação em construções adnominais, mas não suprime o caráter originalmente locativo. Na primeira e terceira ocorrências de (126), parece tratar-se de uso como dêitico puro, sem caráter anafórico, dependente inteiramente de referente identificável situacionalmente. O segundo uso em (126) parece apontar para uma designação locativa não identificável *ad oculos*, mas considerada próxima. Não nos parece defensável a exclusão do traço semântico locativo original, ainda que a forma em apreço adquira, discursivamente, diversas possibilidades semânticas e referenciais. A resiliência do traço matricial sustenta sua inclusão como proformas adverbiais prototípicas.

Não se devem, naturalmente, ignorar diferenças de ordem sociolinguística substanciais. Em primeiro lugar, é convincente assinalar que os dêiticos locativos de primeira pessoa são muito mais usuais que os demais. Isso se dá, supõe-se, em razão da centração da referência prioritamente no próprio locutor, o que se denomina *egodeiticidade*. Em sendo, à guisa de ilustração, em termos absolutos, o total de ocorrências de *aqui* e *cá* é muito superior ao de *aí*, *ali*, *lá* e *acolá*:

Contraste quantitativo dos dêiticos locativos

Dêiticos locativos	1ª		2ª	3ª		
	Aqui	cá	Aí	Ali	Lá	Acolá
	29.223	7.965	13.372	18.239	29.634	634

Quadro 35

Em segundo lugar, em um estudo criterioso, seria necessário destacar diferenças diatópicas. Poderíamos frisar, por exemplo, a diferença do Brasil e Portugal em relação aos locativos de 1ª pessoa. Em primeiro lugar, em Portugal, a usança do *cá* é muito maior do que no Brasil, conforme nos atestam os seguintes dados:

Demonstrativo do uso de *cá* em Portugal e no Brasil

	Ac	N	Fc	Or
Portugal	9	289	1181	960
Brasil	15	73	391	115

Quadro 36

Surpreende que haja maior uso no Brasil, mas a uma consulta do *corpus*, pode-se verificar que se trata de um uso mais restrito ou em vias de fossilização sintático-semântica no caso dos usos como complemento de verbos de movimento, como *viajar*, *vir*, *subir* e *transplantar*. Observemos os exemplos a seguir:

- (127) A colonização do Brasil foi feita com base no colonizador que para **cá** veio sem família, portanto na colônia havia uma escassez de mulheres brancas.
- (128) Não me levam a sério, por isso até fecharam os portões pra eu não falar com ninguém, inclusive pra não dizer que Sigmund Freud está viajando pra **cá**.
- (129) No entendimento de BENTO a maioria dos imigrantes que para **cá** veio trazia como única experiência de trabalho as atividades rurais, ou seja, as mesmas do ex-trabalhador escravo.
- (130) (...)as misturas étnicas a partir de meados de 30, como forma política de valorização nacional do povo brasileiro, quando não era mais possível acreditar que formariam um país branco, transplantando branco europeu para **cá**, ao mesmo tempo que acelerava o processo de genocídio para os indesejados que se encontravam **aqui** (negros e índios). (Brasil – Ac)
- (131) PROF B1 -- O que levou vocês a buscar esse curso? O que trouxe vocês para **cá**?
PROF D3 -- Acho que uma das primeiras coisas é porque, você pega lá a parte de planejamento, e vê lá: tópicos de Física Moderna. Meu Deus do céu! O que vou fazer?
- (132) Vamos supor que sejam dois níveis só. É possível você localizar dois padrões diferentes? Um degrau, por exemplo: estava **aqui** e subiu para **cá**?
- (133) Tem crianças **aqui** que cê vai no barraco, a maioria tem problema. As tábuas tudo furada, cê vê rato passando **pra lá e pra cá**.
- (134) O outro filho meu, esse garoto que cês viram pra lá, pra **cá**, é filho dele. Desde os 2 mês de idade, que se amigou com uma mocinha, aí, menina bonita, limpa, tudo.

Em (130) parece se estabelecer um interessante contraste entre *aqui* e *cá*. Percebe-se que um dos locativos representa um locativo de referência mais ampla ao passo que o outro

representa um locativo mais próximo do locutor. O contexto, contudo, não nos autoriza à tomada de uma decisão inequívoca.

Interessante a variação de deiticidade mais ou menos ostensiva, ou mais ou menos presencial ao se observar (133) em contraste com (134). Em (132) não se trata de deiticidade puramente ostensiva, porque a referência tem um escopo espacial mais amplo (refere a rua do locutor, tanto ao se usar o *aqui*, quanto o *cá*), ao passo que em (133) pode-se considerar a dêixis típica de 1ª pessoa (*cá* a indicar proximidade ostensiva do locutor). Nesse caso, a expressão *pra lá e pra cá* mantém seu valor dêitico-espacial de forma mais evidente.

Ocorrem muitos usos temporais com recuperação anafórica precisa ou genérica:

- (135) (...) "formada pelos que vêem anormalmente a natureza, e interpretam-na à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas *cá e lá* como furúnculos da cultura excessiva". (Brasil – Not)
- (136) De algum tempo *para cá* os homens atuam mais como alimentadores dessa máquina, espécie de dragão a ser sistematicamente abastecido com novos chips, novos programas, novos processos, sempre assustadoramente mais rápidos que os anteriores, mais capazes, mais amplos... (Brasil – Ac)
- (137) em 1997, a famosa clonagem da ovelha Dolly, a partir de uma célula somática, chegava ao público como um dos avanços da engenharia genética que revolucionaria o futuro da biotecnologia. *De lá para cá*, inúmeras experiências vêm sendo realizadas, sendo a criação de alimentos transgênicos e a clonagem de animais as que mais levantam polêmicas. (Brasil – Ac)
- (138) De fato, todo o desenvolvimento do pensamento científico de há um século *para cá* provém de tais generalizações dialéticas com envolvimento daquilo que se nega. Assim a geometria não-euclidiana envolve a geometria euclidiana; a mecânica não-newtoniana envolve a mecânica newtoniana; a mecânica ondulatória envolve a mecânica relativista. (Brasil – Ac)
- (139) "Aconteceu que há dias que vivia assim e ela aproveitou que eu estava doente e quando cheguei do hospital, de uns tempos *para cá*, ela regenerou e arrumou serviço de escolher plásticos e lá trabalhava tudo junto, homem e mulher e ela trabalhou um mês. (Brasil – Ac)

Essas ocorrências representam um terço do total das ocorrências encontradas da variedade brasileira. O locativo *cá*, consoante o quadro 36, somente ocorre em menor número em Portugal, nos textos acadêmicos. Importa declarar que a diferença é ínfima e as ocorrências, nesse registro, não são muito produtivas. Ressaltemos ainda que há diferenças de uso ao se contrastar os usos nos textos acadêmicos. Os textos acadêmicos, no Brasil, conservam as restrições sintáticas de vizinhança preposicional não compreendidas nos usos de Portugal:

- (140) Por fim, acabam por receber a G3. A G3, espingarda semi-automática que funciona por acção indirecta dos gases, nunca foi um exclusivo português. Por *cá*, para além de se fabricarem alguns dos seus componentes (o primeiro dos quais foi a bandoleira), apenas se

procedia à montagem. É que a fábrica-mãe, a Heckler&Hoch, nunca cedeu a patente.
(Portugal – Ac)

- (141) Em Portugal, esta espécie pode ser observada em grande número nos meses de Outono, se bem que as aves não reprodutoras por **cá** permaneçam durante todo o ano. As áreas mais frequentadas são os estuários do Tejo e do Sado e as salinas de Castro Marim.
(Portugal – Ac)

Em (140), **cá** é empregue como uma anáfora parcial ou indireta locativa. Em (141), é uma forma anafórica locativa típica. Os usos brasileiros de **cá** , conforme os exemplos supra atestam, são costumeiros a preceder a preposição **para** ou a compor a locução **para lá e para cá** , sem rigidez fórica e com contraste possível com **aqui** . Essa fixidez relativa indica que os usos dos locativos de primeira pessoa apresentam diferenças de uso entre os dois países lusófonos.

Parece-nos ainda que, no Brasil, não há recorrência de uso do **cá** em posição catafórica, diferentemente de Portugal. Observemos as seguintes ocorrências:

- (142) Requisitos mínimos - Pentium 133, 16Mb RAM, 150Mb disco rígido, SVGA 256 cores, CD-ROM 2x, Windows 95, DirectX 3.0, placas de som comuns. # Deathtrap Dungeon # Ora **cá** temos nós um jogo - também -, no feminino, com heroína a preceito, despida e armada para as mais duras batalhas. # Também porque existem dois protagonistas: ela e ele, um cavaleiro medievo normal, ao contrário (...) (Portugal – Not)
- (143) O mercado está saturado, a concorrência é muita, e ando em busca de novos nichos comerciais. # - Só se for na Lua, porque isto **cá** por baixo está muito mau. - comentou o Oliveira dando-se ares de quem estava perfeitamente dentro do assunto. # - É isso mesmo! Na Lua! O cavaleiro não imagina quantas pessoas há que ainda andam na lua em relação (...) (Portugal – Not)
- (144) De face enrugada pela curiosidade, o Maia não se conteve: - Que foi que aconteceu..? Como se só naquele instante tivesse dado pela sua presença, o Alba Grande fitou-o. Ouve **cá** - disse - o cavalo, claro, está incapaz de andar? O velho encolheu os ombros, despeitado: - Agoral.. Nem dá um passo: já esfriou.

Em (142) e (143), **cá** conhece um uso catafórico por contraste a um outro locativo cujo trecho da fonte não nos permite identificar. No Brasil, um uso similar repercutiria como um fato de estilo para audiências de diverso cariz. Em (144), apresenta-se como um dêitico reforçativo que igualmente geraria estranhamento caso fosse usado no Brasil.

No entanto, a maior usança novecentista de **cá** em Portugal não é compensada por um menor uso de **aqui** do que no Brasil. Observemos o quadro a seguir:

Contraste do uso de *aqui* em Portugal e no Brasil com base nos gêneros de texto

	Acadêmico	Noticiário	Ficcional	Oral
Brasil	575	807	2951	1481
Portugal	310	1170	2145	3512

Os usos de *aqui*, em Portugal, batem os usos brasileiros entre os gêneros noticiosos e orais.

Mais curioso ainda é observar os usos de *aqui* regido pela preposição *para*:

Contraste do uso de *aqui*, precedido da preposição *para*, em Portugal e no Brasil com base nos gêneros de texto

	Acadêmico	Noticiário	Ficcional	Oral
Brasil	1	1	28	-
Portugal	2	24	98	128

Quadro 38

Os usos de Portugal são muito mais numerosos dos que os do Brasil, principalmente na modalidade oral. Convém ponderar que as recolhas do corpus em análise não se fundam em *corpora* estritamente orais, mas em entrevistas, o que, possivelmente, responde pela produtividade inexistente do *aqui* precedido da preposição *para* no PB.

A baixa produtividade nos outros gêneros (noticioso, acadêmico e ficcional), contudo, apóia a hipótese de que os usos com *aqui*, precedido de *para*, são bloqueados pela preferência por *cá* no PB entre os usuários mais cultos.

Outro ponto interessante de pesquisa seria a avaliação dos valores semânticos e pragmáticos de *ali*, como um dêitico portador de uma posição intermediária entre *aí* e *lá* e não meramente como proforma equivalente ou concorrente de *lá*. Naturalmente, também ele funciona como proforma endo- e exofórica. Além disso, parece-nos, em função de uma designação intermédia adquiriria, por conta dessa medianidade, um traço semântico eufêmico e/ou indicador de localização imprecisa em determinados contextos, ou seja, funcionaria como um modalizador indicador de baixo comprometimento por incerteza. Observem-se as seguintes ocorrências:

- (145) Hoje em dia tenho cada vez menos paciência para ver ficção, vejo muito mais documentário, do que ficção e se eu pudesse só fazia documentário. Obviamente que arranjo mais facilmente subsídios **aqui e lá** fora para fazer ficção. Mas o que me apetece mesmo é fazer documentário, filmar com uma pequena equipa, andar por aí, com tempo e alguém que conduza que eu não tenho carta de condução.
- (146) Moreira Ferreira - Para compensar o déficit público, uma vez que as reformas que possibilitaram os ajustes necessários ainda não foram feitas, o governo entra remendando **aqui e ali** o buraco com o FEF, a CPMF, o aumento do IOF. Esse é um custo que a sociedade paga por falta de reformas.
- (147) - Ele sabia que tinha de concordar, e, embora já tivesse deixado de lado o linguajar roceiro, tinha, também, que cometer, **aqui e ali**, erros propositais de português, para não denunciar sua cultura universitária. - Tá muito bem, Simplício. Você está dispensado.

O *corpus* nos apresenta tão somente três ocorrências da combinação *aqui e lá*. Em todas elas, tal como sucede em (145), o *lá* não perde seu valor dêitico espacial concreto. Em termos contrastivos, para a combinação *aqui e ali*, podem ser destacados diversos valores fóricos além do de locativo concreto, conforme atestam as ocorrências (146) e (147). É interessante destacar também a produtividade muito maior desta última combinação, que conta com 241 ocorrências. Em (147), ainda que conserve uma referência de caráter espacial, não há determinação precisa dos referentes em jogo e imprime ainda um traço de aleatoriedade temporal à expressão.

Apareceu uma única ocorrência com inversão da combinação:

- (148) Aliás o trânsito pela coxia mexia-se desordenadamente em reticências diplomáticas, a certa altura um desejo de condecorações trespassou de morfina os mais engomados e a cavalgada ocupou aqui e ali, ali e aqui o apitar dos escuteiros em acampamento de sala. (Portugal – Ficção)

É bem verdade que esse uso pode muito bem ser atribuído estritamente a um experimento lingüístico do literato de onde a ocorrência foi capturada. Não representa, portanto, um padrão produtivo.

No entanto, as ocorrências com a combinação *aqui e acolá* são intermediariamente produtivas, com um total de 48 ocorrências. Observem-se os seguintes casos:

- (149) o agressor teve o lábio cortado por um caibro que se desprende do teto, marcando-o do mesmo modo que ele marcara Bilisa. Mas lá e cá, aqui e acolá descobriam uma vertente embora a léguas de distância. De qualquer forma servia, sob rigoroso raciocínio dava para suportar a estiagem. (Brasil – Fic)
- (150) « incurável estudante para toda a vida e viciado na escrita », aos primeiros anos de « reformista » confesso do sistema e à maturidade de « um pragmático crítico », diz Beatty, que o critica aqui e acolá de um ponto de vista mais à esquerda. # Mas quem é este personagem? (Portugal – Not)

Em (149), há um uso caracteristicamente locativo concreto, ao passo que em (150), a combinação expressa tempo.

Da análise das ocorrências dessas combinações de proformas adverbiais, parece-nos lícito inferir que as formas preferidas são as que deram ensejo para expressões menos precisas, em termos locativos, a perder a sua indicação de espacialidade concreta originária, assim como a expressão de valores temporais. Permite-nos supor também que *lá* e *ali* são permutáveis em termos relativos, quando aparecem isolados. Importa declarar que, isoladamente, *lá* é bem mais usual do que *ali*. Este conta com 18.239 ocorrências contra 29.634 daquele. Contudo, nas combinações analisadas, não são de modo algum permutáveis.

De todo modo, convém empreender análises mais aprofundadas a fim de que as ponderações tenham maior sustentabilidade empírica.

É reconhecido, mesmo por gramáticos como Bechara (1999), que a proforma adverbial *lá* porta um traço sêmico de negação. Provavelmente originário do traço de afastamento próprio dessa proforma locativa:

- (151) Oshima - Não, de jeito nenhum. JC - Depois de preso pela primeira vez, porque você continuou a insistir nos erros? Oshima - Sei lá, a cabeça da gente já é assim, voltada para essas coisas.

Rosa (2000) alude ao caráter profrasal das proformas adverbiais tradicionalmente conhecidas como de afirmação. Mas, a se considerar o mesmo critério de ocupação substitutiva da sentença, a proforma adverbial modal *assim* também pode ser tida como profrasal:

- (152) os propulsores de lançamento separam-se do veículo, sendo, mais tarde, recuperados no mar. Já a cento e dez quilômetros da superfície, o combustível dos tanques externos esgota-se. **Assim**, os tanques separam-se da nave, sendo então desintegrados na reentrada da atmosfera. Dois sistemas de manobras orbitais encarregar-se-ão da entrada em órbita.

Interessante observar que, conquanto sincronicamente diverjam semanticamente, provêm de uma matriz comum, *sic*. Esse caráter de proformalidade excedente de seu correlato pleriformal será novamente considerado na seção 4.5.

Em regra, as gramáticas se valem de noções de modificador verbal, de indicador de circunstâncias. Fundamentalmente, limitam-se a indicador tais conceituações e, em seguida, listam os tipos de circunstâncias consignadas pelas expressões adverbiais. A propósito, a quantidade e a qualidade dessas circunstâncias não é assunto bem delimitado entre os propositores. Macambira (1973, p.85) alude a uma certa circularidade da classificação dos advérbios com base na noção de circunstância. Porém, ele próprio não introduz nenhuma conceituação nova, além de proceder igualmente, ou seja, propor ele também uma lista de circunstâncias e suas respectivas formações adverbiais.

Conquanto possamos ser criticados por recorrermos à constituição de uma língua considerada artificial, porque não é aprendida por nenhum povo específico, cremos que, para efeito de ilustração de conexões entre proformas, é pertinente e, mais que isso, oportuno²³⁰. Isso porque o paralelismo entre as proformas pronominais, consideradas por nós prototípicas

²³⁰ Eco (1996) menciona quão engenhoso e instigante é o Esperanto. Esclareçamos também que nosso intuito aqui é discutir os problemas relativos às proformas, não realizar qualquer espécie de proselitismo das razões ideológicas vinculadas ao movimento esperantista.

da proformalidade, espraia-se entre as proformas adverbiais mais gramaticalizadas. As demais proformas adverbiais, em português ou nos sistemas linguísticos naturais, aproximam-se mais do léxico, vez que não apresentam o mesmo grau de genericidade referencial. Observemos, então, o comentário relativo ao quadro 39, em que advérbios e outras proformas ou expressões constituídas com pleriformas gerais (nomes gerais) são alinhados por filiação semântica²³¹:

Emparelhamento de pleriformas gerais nominais e proformas adverbiais por filiação semântica

Significados	Lugar	Tempo	Causa	Modo	Quantidade
Indefinidos	Algum lugar/ algures	Algum tempo	Por alguma causa/razão	Algum modo	Alguma coisa / um tanto
Demonstrativos	Este lugar	Este tempo	Esta causa	Assim	Essa Quantidade/ tanto
Interrogativos	Onde	Quando	Por que	Como	Quanto
Quantificadores	Todo lugar/ toda parte	Todo tempo/ qualquer tempo	Toda razão/ qualquer razão	Todo modo	Tudo
(Indefinidos) negativos	Em lugar nenhum/ nenhures	Nunca	Sem razão/ infundadamente	De modo algum/ de nenhuma maneira	Nada

Quadro 39

Em termos contrastivos, a tabela de formas adverbiais do Esperanto conserva um paralelismo formal muito mais regular do que a língua portuguesa, ou mesmo ou línguas ocidentais. Observe-se o quadro em Esperanto:

Quadro morfologizado em razão de traços semânticos para diferentes classes proformais em Esperanto

Signifoj	Loko	Tempo	Kauzo	Maniero	Quantidade
Nedifinaj	Ie	Iam	Iial	Iel	Iom
Montraj	Tié	Tiam	Tial	Tiel	Tiom
Demandaj	Kie	Kiam	Kial	Kiel	Kiom
Kolektivaj	Cie	Ciam	Cial	Ciel	Ciom
Negativaj	NENie	NENiam	NENial	NENiel	NENiom

Quadro 40

Mas, a nosso ver, o mais relevante, para efeito de comprovação de nossa tese da proformalidade prototípica entre as proformas nominais se encontra da seguinte passagem:

Zamenhof usou os radicais, sobre os quais se embasam os principais pronomes, para **construir por eles também os principais advérbios [grifo nosso]**. Para esses radicais *i-*, *ti-*, *ki-*, *ci-*, *neni-*, ele então proveu sílabas criativas diversas, das quais apenas uma (-e) encontra-se como terminação livre na língua, mas com outra significação: na tabela exprime lugar, enquanto com função livre, ela indica modo. (KALOCSAY & WARINGHIEN, 1985, p.117)²³²

²³² Zamenhof uzis la radikojn, sur kiuj bazigas la ĉefaj pronomoj, por konstrui per ili ankaŭ la ĉefajn adverbojn. Al tiuj radikoj *i-*, *ti-*, *ki-*, *ci-*, *neni-*, li do aldonis diversajn elpensitajn silabojn, el kiuj nur unu (-e) retrovigas kiel libera finaĵo en la lingvo, sed kun alia signifo: en la tabelo ĝi esprimas la lokon, dum en la libera funkcio ĝi signifas la manieron. (KALOCSAY & WARINGHIEN, 1985, p.117)

Cumpra-se assinalar que as formas adverbiais, originalmente, provêm de bases nominais, quer em um dado estágio sincrônico de uma dada língua encontrem-se como formas gramaticais ou formativos derivacionais.

Convém ressaltar que o quadro ilustra o que, entre as línguas ocidentais, se gramaticalizou, isto é, o que passou a compor formas gramaticais na língua, por causa, provavelmente, de motivações cognitivas e culturais. Isto é, nem todas as línguas apresentam proformas nominais e adverbiais tão bem correlacionadas ou otimizadas conforme o quadro descreve, nem mesmo as línguas indo-européias, mas se inclinam a isso. A propósito, ao menos em termos sintáticos, em seu modelo de descrição pragmático-semântico-sintático-lexical, Dik (2000, p.1) postula tais advérbios como satélites previsíveis na estrutura valencial (ou de termos, para Dik) de determinados predicadores verbais, ora como argumentos, ora como satélites.

Convém assinalar que as proformas adverbiais se coordenam com os demonstrativos, mas a correlação não é inteiramente parelha em se tratando da dimensão temporal pelos motivos já apresentados. Isso não significa dizer que proformas adverbiais não apresentem especificidades referenciais e não estejam igualmente a serviço das decisões dos usuários. Naturalmente, é possível identificar situações ou cenas em que posições intermediárias geram oscilações de uso das proformas adverbiais.

Outros tópicos relativos às proformas adverbiais, como os usos temporais e discursivos de ‘aí’ (quando funciona como seqüenciador temporal) que assume outras noções além de locativo dêitico de segunda, poderiam ter sido abordados, mas nos levariam muito além dos propósitos desta tese.

4.4.3. As proformas relacionais

Neves (2000, p.602), assim como Camara Jr. e Halliday, também subsume as tradicionais classes preposicional e conjuncional entre os juntores. Sua abordagem é, no entanto, mais teórica e analiticamente aprofundada no que diz respeito à língua portuguesa. Conduzimo-nos, então, por critérios de sua classificação, muito embora nos interesse discutir aspectos não suficientemente explicitados e apresentar distinções entre os elementos relacionais e suas subclasses com base na propositura geral desta tese.

Ressalta primeiramente o papel relacional como fundamental, muito embora não especifique o estatuto ou a natureza do significado dessa macroclasse:

Algumas palavras da língua que pertencem à esfera semântica das relações e processos atuam especificamente na junção dos elementos do discurso, isto é, ocorrem num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem (NEVES, 2000, p. 601).

Identifica que a GT percebe diferenças na natureza dos juntores, principalmente ao distinguir complementação de adjunção. Critica, contudo, a ausência de descrição dos efeitos semânticos do emprego das diferentes formas de articulação oracional. Finalmente, distingue-os, os elementos relacionais, e esclarece sua semântica como afórica, ou seja, não são referidores de natureza dêitica ou endofórica:

O uso dos coordenadores, que são seqüenciadores, por sua vez, constitui uma evidência da dimensão textual do funcionamento dos itens gramaticais. Possuindo efeito de progressão textual, um elemento como *mas*, por exemplo, se distingue de elementos de significação semelhante, como *todavia* e *no entanto*, que constituem, em si mesmos, satélites adverbiais, e que, além disso, têm caráter fórico, fazendo retomada de alguma porção anterior do texto (= apesar disso). (NEVES, 2000, p.602)

Perguntamo-nos, então, pelo seu estatuto semântico como itens de uma macroclasse da língua. Qual é a natureza semântica desses itens que contrasta com a de outras macroclasses? Uma pista interessante a respeito é indicada por Neves (2000, p.602), conforme a citação supra, ao destituí-los de caráter fórico. Resta ainda descrever a natureza ou seu estatuto semântico, porque nos parece insuficiente dizê-los afóricos, vez que, indubitavelmente, são elementos portadores de significado. A demarcação desses limites semânticos é-nos crucial para discutir as diferenças entre as pleri- e proformas relacionais, assim como para as diferenças entre as macroclasses outras da macroclasse relacional. Importa também para identificar gramaticalizações em curso dos elementos relacionais ou gramaticalizações já consumadas e desaparecidas.

A nosso ver, as formas relacionais, em especial, as proformas relacionais preposicionais representam o ápice de gramaticalidade na língua, em âmbito lexical (em âmbito intralexical os afixos representam um estágio mais acentuado de gramaticalização e, em determinados, concorrem com o morfema zero). Revisitemos os traços sumarizadores dos elementos mais gramaticais conforme Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991, p.28):

- i. Elas são mais abstratas do que outros conceitos;
- ii. Elas incluem tanto os conceitos derivacionais quanto os relacionais de Edward Sapir e assim contrastam com seus conceitos concretos ou básicos, tais como objetos, ações e qualidades;
- iii. **Enquanto ‘conceitos concretos’ são autosemânticos, isto é, eles ‘têm significado por si mesmos,’ conceitos gramaticais têm sido descritos como sendo sinsemânticos, isto é, adquirem significado ao se combinarem com outros conceitos;** [grifo nosso]
- iv. Enquanto os elementos lexicais contribuem para a maioria do conteúdo da representação cognitiva, os conceitos gramaticais tendem a determinar sua estrutura;
- v. Elas podem ser descritas em termos de estruturas topológicas e esquemas de imagem;
- vi. Elas tendem a ser codificadas linguisticamente como nonlexical formas não-lexicais tais como auxiliaries, partículas, clíticos, afixos, unidades suprasegmentais, distinções de

ordem de palavra, etc, e enquanto a filiação de ‘conceitos concretos’ está aberta is open ended, conceitos gramaticais são expressos por meio de categorias lingüísticas que formam classes fechadas. (HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991, p.28)²³³

Esses traços definitórios não representam, conforme temos ressaltado ao longo deste trabalho, uma compartimentação de léxico e gramática, ou, nos termos aqui firmados, pleriformas. Naturalmente não se dividem em seções desconectadas ou incomunicáveis porque há uma periódica reestruturação dos itens constituintes da gramática em sentido estrito com base em formas decalcadas do léxico. Naturalmente, porque novas formas candidatas a pleriformas relacionais preposicionais são recrutadas do léxico, de tal modo que muitas dessas pleriformas conservam valores referenciais residuais oriundos de pleriformas nominais fonte, tais como os exemplos aqui analisados de *vizinho* e *via*. A foricidade, portanto, é paulatinamente sombreada, a ponto de sua motivação lexical concreta originária ser completamente obnubilada no decurso do tempo. Essa obnubilção fórica originária é consumada no decurso do tempo, eis o motivo de as motivações fóricas de preposições antigas da língua, sabidamente provenientes de formas adverbiais (estas, por sua vez, de formas nominais), ficarem inteiramente opacas para os usuários atuais.

Supomos que, em português, como língua herdeira de uma civilização, as proformas relacionais mais resistentes ou mais gramaticais são herança ou espólio latino, tais como *de*, *em*, *a*, *com*.²³⁴ No entanto, locuções preposicionais provam a produtividade característica das metáforas inspiradas em experiências concretas ou em um grau maior de iconicidade, tais como *ao pé de*, *com a mão em*, *com as unhas e dentes*, *cabeça com cabeça*. Mesmo a GT

²³³ they are more abstract than other concepts;

- they include both the derivational and the relational concepts of Edward Sapir and thus contrast with his basic or concrete concepts, such as objects, actions, and qualities;
- whereas ‘concrete concepts’ are autosemantic, that is, they ‘have semantics by themselves,’ grammatical concepts have been described as being synsemantic, that is, as acquiring semantics by combination with other concepts;
- whereas lexical elements contribute the majority of the content of cognitive representation, grammatical concepts tend to determine its structure;
- they may be described in terms of topological structures and image schemata;
- they tend to be encoded linguistically as nonlexical forms such as auxiliaries, particles, clitics, affixes, suprasegmental units, word order distinctions, etc., and whereas the membership of ‘concrete concepts’ is open ended, grammatical concepts are expressed by means of linguistic categories forming closed classes. (HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991, p.28)

²³⁴ Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991, p.125), ao tratarem de padrão de transferência do léxico para a gramática entre línguas africanas, destacam que ‘*onde que quer haja informação histórica disponível, parece que esses conceitos derivam ou de marcas telúricas ou de partes do corpo*’. E, destacam, mais à frente, que a forma ou disposição ereta e frontal do corpo humano é a fonte fundamental para a construção das metáforas constituintes da gramática. À guisa de ilustração, em latim, como resquício recuperável do estágio pastoril da cultura romana, o substantivo *frons/frontis* (rosto, face), pode ser identificado como matriz para as expressões adverbiais e preposicionais correntes hoje tais como *em frente de*, *defronte de*.

reconhece muitas delas como construções, pelo menos, adverbiais, ou seja, admite-as como constituintes de formas de classes mais gramaticais.

O tópico grifado da última citação nos traz, novamente, para o centro do debate desta seção: a natureza do significado das formas relacionais. Ainda que admitamos a dependência semântica conforme descrevem os autores citados, não é possível negar um mínimo de intensão a determinadas formas relacionais.

As formas relacionais que conservam restrição juntora, isto é, que não têm poder substitutivo relacional amplo, consideramo-las pleriformas relacionais. Aquelas, contudo, que, de tão usuais e genéricas interligam elementos de natureza mórfica, sintática e semântica muito variada, consideramo-las proformas relacionais. Importa, ainda, naturalmente, identificar formas relacionais candidatas a suprir o papel destinado às proformas relacionais mais usuais, as herdadas do latim cuja sobrevivência a tradição assegurou.

4.4.4.1. As proformas relacionais preposicionais

Novamente, é possível refletir sobre um *continuum*. No quadro a seguir, vamos procurar, não de modo exaustivo, analisar uma escala de maior gramaticalidade no interior da subclasse proformal preposicional:

Continuum de pro- e pleriformas relacionais preposicionais

Valor semântico	Formas herdadas do latim com adaptações fônicas	Formas concorrentes correntes pelo alto grau de uso; formas forjadas em português resilientes (preposições acidentais)	Formas idiossincráticas ou sociolinguisticamente variadas (locuções prepositivas)
ESPAÇO (concreto ou abstrato, com derivas ulteriores para as demais noções semânticas abaixo relacionadas)			
Fonte	de	desde	a partir de
Destino	a/para ²³⁵	até direto	com destino a no rumo de/ rumo a em direção a em busca de a caminho de na cola de

²³⁵ A e para não são sempre permutáveis. Ainda que se considere muito sutil a diferença, Ali(2001, p.164) assinala diferença de aspecto ao se empregar uma ou outra preposição antes de infinitivo. Se usada *a*,

Proximal	ante diante perante	perto de junto de próximo de	em torno de ao lado de em redor de ao lado de ao pé de na barra da saia de de banda com vizinho (vizim) a
Proximal iminencial	para		a ponto de em tempo de na beira de
Posterior	pós	(a)trás	nas costas de no encaço de no calcanhar de em perseguição a de olho em depois de
Frontal	ante diante perante contra	em frente de/a defronte a na frente de em cima de para cima de	em face de na cara de nas fuças de nas ventas de na lata de de testa com debaixo do nariz de pra riba de
Intermediário	por entre com de	Através De través mediante via	por via de por meio de por intermédio de ao longo de
Interior	em	Dentro	no interior de no coração de
Superior	em sobre	em cima de em riba de	nas costas de
Substituição/ transposição	por	em lugar de	em vez de ao invés de
Tempo	de, em, por, até, sobre	durante mediante	

haveria imperfectividade cursiva, ou seja, a indicar algo em curso de realização ou processamento; se *para*, algo a ser realizado ou processado, ou seja, algo futuro.

Causa	de por com a	visto	por causa de em razão de por modo de em virtude de
Modo	de sem (privação) com	Como consoante visto como – feito (comparativos)	na qualidade de na condição de à conta de
Concessão		não obstante	
Conformidade		conforme segundo consoante	com base em em conformidade com de acordo com na base de
Inclusão		inclusive	
Exclusão	sem (exclusão)	salvo exceto tirante senão (a)fora exclusive	menos a não ser

Quadro 41

Esclareça-se que o inventário supra-exposto não é semanticamente exaustivo, vez que o uso bem pode ampliar os valores semânticos por via de processos metafóricos.

É possível ainda postular a tese de que no interior de cada tipo de preposição, distintas aqui com base em traços semânticos, haja uma que exerça a função de forma prototípica. Naturalmente, com base na mesma argumentação, ou seja, entre as formas de um grupo de preposições enfeixadas por um dado traço semântico, a mais proformal será a mais prototípica, ou seja, a que for mais capaz de permutar de posição com as formas mais ou menos gramaticalizadas.

Adite-se ainda que o reconhecimento, da parte da GT, de preposições acidentais representa, de um lado, a dificuldade de alocar determinados elementos entre as classes sedimentadas; de outro lado, a admissão de que as classes fechadas admitem a introdução de novos itens.

É necessário ressaltar que as preposições essenciais e as acidentais não são permutáveis livremente. Muitas das ditas acidentais são tipificadas como conjunções caso

introduzam orações e não constituam simplesmente sintagmas preposicionados de caráter adverbial²³⁶.

Cumprir dizer que as preposições sofrem restrições sociolingüísticas de toda ordem (diafásica, diatópica, diacrônica e diastrática) cujo alcance não pode ser divisado neste trabalho. A esse respeito, seria interessante a realização de estudos ulteriores para discriminar as preferências em conformidade com diferentes variáveis sociolingüísticas, os gêneros, o período, etc.

É interessante analisar com Neves (2000, p.732) que as formas relacionais consideradas preposições acidentais provêm de várias outras classes, representando seguramente uma classe de maior receptividade de movimentos de gramaticalizações interclasse, se não, vejamos:

Valores sintático-semânticos e classes-fonte de preposições acidentais, segundo Neves

	Valores sintático-semânticos	Classe fonte
Durante	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de tempo	Particípio presente
Mediante	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de meio	Particípio presente
Consoante	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de conformidade Restrita à condição de sintagmas preposicionais ou adjuntos adverbiais. No período composto, passa a funcionar como conjunção conformativa.	Particípio presente
Não obstante	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de concessão. Restrita à condição de sintagmas preposicionais ou adjuntos adverbiais. No período composto, passam a funcionar como conjunção concessiva.	Particípio presente
Tirante	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão	Particípio presente
Visto	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de causa	Particípio passado
Salvo	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão	Particípio passado
Exceto	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão	Particípio passado
Feito	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de comparação. Restrita à condição de sintagmas preposicionais ou adjuntos adverbiais. No período composto, passa a funcionar como conjunção modal.	Particípio passado
Inclusive	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de inclusão	Advérbio
exclusive	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão	Advérbio
(a)fora	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão	Advérbio
menos	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão	Advérbio
Incluso excluído	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de inclusão e exclusão, respectivamente.	Adjetivo (participios irregulares)
Conforme	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de conformidade. Restrita à condição de sintagmas preposicionais ou adjuntos adverbiais. No período composto, passa a funcionar como conjunção conformativa.	Adjetivo
Como	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de modo. Restrita à condição de sintagmas preposicionais ou adjuntos adverbiais. No período composto, passa a funcionar como conjunção conformativa, causal ou comparativa.	Conjunção
Senão	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de exclusão.	Conjunção condicional com o advérbio de negação não
Segundo	Introduz SN e estabelece relações semânticas circunstanciais de conformidade Restrita à condição de sintagmas preposicionais ou adjuntos adverbiais. No período	Numeral ordinal

²³⁶ Neves (2000, p.732) não identifica caráter argumental para os sintagmas preposicionados constituídos por preposições acidentais.

composto, passa a funcionar como conjunção conformativa.
--

Quadro 42

Conforme o quadro bem ilustra, a movimentação de gramaticalização interclasse manifesta-se de forma plural entre as preposições acidentais. É notória, porém, a prevalência da proveniência de formas nominais para compor esse quadro. No entanto, há gramaticalizações entre classes mais gramaticais que as nominais, como formas adverbiais a se converterem em preposições, e mesmo formas conjuncionais, a serem consideradas preposições em função de o ambiente sintático ser oracional ou não.

A essa relação, poderíamos apor uma série de locuções conjuntivas e expressões fixas constituídas de preposições, com valores sintático-semânticos relativamente equivalentes aos das preposições herdadas, forjadas e sedimentadas e das acidentais. Apresentam, contudo, grau menor de gramaticalidade, vez que os itens lexicais portadores de carga referencial pleriformal as compõem²³⁷. Naturalmente, nesse âmbito sintático-semântico, tais itens lexicais não cumprem o papel de instaurar referentes. É admissível, quando muito, uma referência esmaecida ou em baixo-relevo. Por outras palavras, os referentes não são instaurados, mas seus traços sêmicos internos são deslocados para o âmbito gramatical juntivo. É isso que permite a transcategorização de *vizinho* ou *via*, por conservação semântica do traço de *lateralidade* e de *instrumentalidade* ou *veiculação*, respectivamente.

Interessa-nos aqui, além de propor uma escala de gramaticalidade entre as proformas relacionais preposicionais, identificar a preposição mais representativa da macroclasse proformal. Ou seja, entre as preposições mais gramaticalizadas, isto é, aquelas que são mais antigas e mais usuais na língua portuguesa, representativas de diversos valores semânticos, aquela que teria maior suposta diversidade de valores semânticos. Na verdade, a presumida polissemia revela a proforma preposicional prototípica. A nosso ver, a preposição mais representativa de todas as proformas preposicionais é a preposição *de*, conquanto não abranja todas as possibilidades de uso preposicional e ela sofra concorrência de outras preposições antigas na língua, principalmente *a* e *com*. Ela é, quantitativamente, também a mais usual conforme os dados de nosso *corpus*²³⁸.

Ali (2001, p.154-157) registra uma série de ocorrências abonadoras do caráter preponderante de uso da preposição *de*, assim como sua ocupação de atribuições sintático-

²³⁷ No caso das expressões fixas, representam idiomatismos ou lexicalizações, tais como as citadas por Neves (2000, p.731).

²³⁸ *De* apresenta 1.834.130 ocorrências; *a*, 1.546.319; e *com*, 388.362. Naturalmente, não estão sendo levados em consideração os diversos contextos de uso. De todo modo, serve para uma quantificação bruta, que revela a preponderante frequência de uso da preposição em apreço. Essa preponderância vai ao encontro da tese aqui defendida de que essa preposição é a proforma relacional preposicional prototípica.

semânticas antes privativas de outras preposições. Abaixo, apresentamos o quadro simplificado das preposições excluídas do latim para o português e dos valores semânticos múltiplos correntes ainda hoje.

Do latim para o português		
Preposições latinas substituídas por <i>de</i> .	Ab - a indicar afastamento Ex - a indicar movimento de dentro para fora	
Valores sintático-semânticos substituidores do <i>ablativo</i>	m) Preceder expressões com valor de assunto, de referência, o que era próprio do caso ablativo; n) Agente da passiva ²³⁹	
Valores semânticos substituidores do <i>genitivo</i>	Subjetivo	<i>Amor de mãe</i>
	Objetivo	<i>Amor da vida</i>
	Possessivo	<i>Casa do patrão</i>
	Especificativo	<i>Vício da embriaguez</i>
	Qualidade	<i>Mulher de grande talento</i>
	Partitivo	<i>Muitas das fazendas</i>
	Peso	<i>Quilo de queijo</i>
	Medida	<i>Vala de dez metros</i>
	Grandeza	<i>Multidão de idéias</i>
Idade	<i>Menino de dez anos</i>	
Valores assumidos em português diacronicamente	Ponto de início no espaço e no tempo; propriedade ou pertinência; causa; separação; afastamento; etc.	

Quadro 43

Esse quadro é extremamente sucinto e não congloba todos os usos diacrônicos. O esquema do quadro foi montado com base nas recolhas e análises de Ali (2001, p.156-157). Quanto aos usos correntes, sua identificação, em boa medida, pode ser feita em Neves (2000, p.659), que identificou quase duas centenas de abonações de uso da preposição *de*²⁴⁰. Tal abundância de abonações, em regra tipificadas semanticamente, com base na carga semântica de termo adjunto à preposição (nomes e verbos em geral), revela que a significação é alheia à preposição em si. Se assim é, a preposição cumpre um papel meramente conector, não motivada por uma pregnância semântica resistente a diferentes contextos de uso, como sucede com muitas de suas correlatas construções preposicionais menos gramaticalizadas. Com efeito, as preposições acidentais e locuções prepositivas de base nominal, entre as quais a motivação referencial de base lexical ainda se mostra muito evidente, sofrem uma delimitação substancial de seus contextos de uso.

²³⁹ MATOS (1989, p.572) assinala o uso arcaico da preposição *de* como preposição supletiva da típica *per* para a composição do sintagma preposicionado do agente da passiva.

²⁴⁰ Tivemos o cuidado de verificar que a preposição *de*, conforme os achados de Neves (2000, p.644), suplanta os usos da preposição *a*.

Parece-nos, contudo, possível especular que haja um uso semântico prototípico da preposição *de*, isto é, que dentre suas abundantes possibilidades de uso, haja expectativa de que a preposição conserve um significado mais típico. Parece-nos que os significados decorrentes da adjunção a verbos dinâmicos denotadores de *afastamento*, *saída*, *partida*, *separação* e *origem* seriam os contextos privilegiados para revelar uso prototípico da preposição analisada isoladamente. A fim de aferir, de modo quantitativa e qualitativamente sustentável, seria necessária uma pesquisa específica.

O quadro com base nas ilustrações de Ali (2001) nos mostra, contudo, que não parece casual que a relação de valores semânticos carreados por intermédio dessa preposição seja tão extensa, desde há muito. A sua plurivalência semântica, em verdade, representa um grande esvaziamento semântico, isto é, uma intensão mínima, de tal modo que ela pode ocupar o lugar de preposições semanticamente mais densas. Eis o motivo de ela ser aqui considerada a proforma relacional preposicional prototípica: ela é a *propreposição* mais potente. Por outras palavras, a forma relacional de caráter preposicional que se mostrou e se mostra mais apta a substituir as mais diversas preposições é o *de*²⁴¹.

Naturalmente há certa oscilação entre as preposições ao longo do tempo, e o próprio *de* cedeu lugar para preposições concorrentes ou simplesmente deixou de ser usado. Em suma, seu caráter semanticamente múltiplo provém de uma usança abundante, o que acabou por lhe conferir um caráter de preposição multifacetada ou coringa. Por conseguinte, a perda considerável de motivação semântica responde pela multiplicidade semântica, pela recção variada e polissêmica, pela variação diacrônica e diatópica com outras formas ou com o vazio de junção preposicional²⁴².

²⁴¹ Fenômeno similar sucede em inglês com a preposição *of*, conforme nos instrui Hopper (1998, p.159). Segundo o referido autor, a aludida preposição assume valores semânticos os mais diversos por sua genericidade. Não houve, no entanto, nenhuma percepção de um alinhamento possível das diversas macroclasses com base em uma correlação de maior ou menor gramaticalização no interior de cada classe, tal qual temos proposto no curso desta tese. Não houve tampouco um alinhamento ou aproximação dos dois grupos de macroclasses aqui propostos com a intermediação de graus diferentes de gramaticalização *intra* e *interclasse*. A gramaticalização intraclasses responde, em um extremo, pela formação de proformas correlatas de pleriformas extraídas do léxico, em sentido estrito. A gramaticalização interclasses mostra que há uma gradação ou hierarquia de gramaticalidade entre as classes, que não cessa de se recompor, conforme as permutas de pleri- e proformas, quer de pleriformas por outras pleriformas, as quais podem se transformar em proformas intraclasses ou interclasses, ou de proformas intraclasses que podem se tornar proformas prototípicas, isto é, que atingem o ápice de gramaticalização no interior de sua macroclasse.

²⁴² É interessante observar que, em esperanto, há previsão de uma propreposição, ou seja, desde que não se saiba exatamente que preposição empregar, usa-se *je*. É uma preposição que não tem sentido definido, usa-se quando nenhuma das que têm sentido definido enquadrar. Nas línguas naturais, geralmente usam-se preposições arbitrárias quando nenhuma possui o significado exato, tal como sucede com o *de*, ou o *a*, em português em diversos contextos. A própria concorrência ou oscilação de uso revela a ausência de significado rígido entre preposições muito gramaticalizadas.

Não vamos analisar detidamente, mas a preposição **de** também pode preceder e seguir itens lexicais de classes diversas, tais como nomes (substantivos, adjetivos, numerais), verbos, advérbios e conjunções. Toda essa produtividade vai ao encontro de nossa postulação de que ela representa uma proforma relacional preposicional prototípica. Rosa (2000, p.101) vai ao encontro da tese aqui postulada de opacidade semântica daquela que consideramos a preposição proformal por excelência, ao declarar: “*É difícil definir o significado de de se excluimos o ambiente em que se insere.*”

Em Neves (2000), identicamos mais de uma centena de possibilidades de uso. A preposição, igualmente antiga na língua, cujo desempenho se aproxima muito de perto de **de** é **a**, que também conta com uma centena de usos, mas um pouco inferior ao de **de**. Não é casual que haja muita variação de uso das duas, em contextos diversos. À guisa de ilustração, apresentamos as seguintes ocorrências, em que não é identificável alteração semântica digna de nota:

- (153) tem varias utilidades - abelha mosca muriçoca - gafanhoto - que eu já falei no princípio que servia pra destruir as plantas - inclusive a gente tem um animalzinho - que todo mundo tem **horror a** ele que não foi falado ainda aqui que é o sapo (...) (Brasil – Oral)
- (154) Odete - Eu não entendia a morte, tinha **horror dela**. (Brasil – Oral)

Importa considerar que as formas candidatas a preposição mais recentes estão ligadas ao universo perceptual locativo. Esse é um percurso conhecido de abstratização, ou seja, de um universo referencial espacial, mais concreto, para universos referenciais mais abstrato, tempo, modo, causa, etc. À guisa de ilustração, vamos apresentar a análise de duas preposições em vias de consolidação tais como **vizinho** e **via**. Analisemos, primeiramente, o caso que julgamos menos gramaticalizado, isto é, **vizinho**:

- (155) Foi por isso que o Miranda comprou o prédio **vizinho a** João Romão. (Séc.XIX)
- (156) De um charco **vizinho** a casa palpitava, monótono como um relógio, o rouquenho coaxar das rãs. (Séc.XIX)
- (157) (...) que sabe dizer por informação do reclamante que esse recebia por mês R\$ 250,00; que o reclamante mora **vizinho** ao depoente; que acha que o reclamante trabalhava todos os dia; que não sabe dizer se o reclamante tinha um horário a cumprir; (...)
- (158) Local: Terreno da ASSEDIM (Associação Empresarial do Distrito Industrial de Mangabeira). Localizada **vizinho** a subestação da Saelpa.
<http://www.villaisp.com/modules.php?name=News&file=article&sid=192>

As primeiras ocorrências representam o uso estritamente adjetival. Não há possibilidade de se identificar aí uma gramaticalização de **vizinho**. Em (157), apaga-se o substantivo a que estaria vinculado **vizinho**, muito embora se possa admitir uma função

predicativa. Mas em (158), com a ausência de concordância do adjetivo com o sujeito feminino, é possível reconhecer o uso gramaticalizado ou transcategorizado da forma em apreço. Conserva-se o traço semântico de proximidade, mas os traços nominais desaparecem, vez que não houve concordância de gênero e número. Infelizmente, o *corpus* consultado não registra muitas ocorrências. Admitimos que essas recolhas não têm a última palavra a respeito, vez que supomos ser mais usual *vizinho*, e sua variante, *vizim*, funcionar como uma preposição, permutável por *perto de* ou *ao lado de*, entre usuários menos escolarizados ou mais interioranos²⁴³.

Com relação ao segundo caso, parece-nos que se encontra em um estágio mais avançado de gramaticalização e não apresenta restrições de uso quanto ao registro, conforme as ocorrências a seguir comprovam:

- (159) Se usadas para forçar uma remuneração superior à produtividade, instaura-se o desemprego e cresce a evasão **por via do** setor informal. (Brasil – Not)
- (160) No dia 27 passado, Marcelo mandou, **via** Internet, mensagem ao "Jornal da Cidade" dizendo que acessa o "JC" para ter notícias sobre a cidade. (Brasil – Oral).
- (161) Por volta das seis e meia da tarde, Grissom, **via** rádio, comunicava que havia fogo no "cockpit". (Brasil – Acad).
- (162) E não a aceita desde 1979, quando a direita inventou a fórmula de rever a Constituição **pela via do** referendo. (Portugal – Not)
- (163) Por esta razão, os espelhos parabólicos são utilizados como reflectores em telescópios de reflexão e como reflectores de microondas em sistemas de comunicação **via** satélite. (Portugal – Acad)
- (164) - Existem planos para a venda directa de PC 's (**por** telefone ou **via** Internet)? (Portugal – Not)
- (165) A CUC International (casa-mae), cotada na bolsa de Nova York, é fornecedora de bens e serviços a mais de 66 milhões de pessoas em todo o mundo, **via** telefone, televisão e Internet, incluindo viagens, automóveis e produtos financeiros. (Portugal – Not)
- (166) As inscrições terminam hoje, podendo ser feitas junto da Comissão Organizadora de Provas Desportivas de Obidos, **através do** telefone (062) 955000 ou fax (062) 955001. (Portugal – Not)
- (167) Ou seja, tornou o seu balcão virtual acessível **pelo** telefone - duas vezes. (Portugal – Not)
- (168) - Existem planos para a venda directa de PC 's (**por** telefone ou **via** Internet)? (Portugal – Not)

Em diversas línguas, itens lexicais conexos ao campo semântico de *percurso*, *caminho*, tornam-se preposições ou membros de locuções prepositivas. Em (159), ainda se trata de uma locução prepositiva característica, dada a intermediação do substantivo por duas preposições, *por e de*.

²⁴³ Em italiano, a forma *vicino* é tipificada como um advérbio ou preposição, desde que venha, para este último caso, seguida da reposição *a*, consubstanciando uma locução prepositiva.

Parece-nos que, em Portugal, o processo de gramaticalização se encontra em um estágio menos avançado, vez que não encontramos o uso preposicional de *via* isoladamente. Aparecem, contudo, locuções prepositivas com *via*. Construções fixas pela regularidade de uso como *via internet*, *via satélite* parecem excluir outras possibilidades. No entanto, os exemplos com *telefone* demonstram que pode haver variação livre entre as preposições e as locuções prepositivas consolidadas ou em curso de consolidação. Naturalmente, um estudo mais aprofundado pode mostrar mais detidamente o percurso de gramaticalização assim como seus contextos sociolingüísticos e gêneros textuais privilegiados de uso.

4.4.4.2. As proformas relacionais conjuncionais

Entre as proformas conjuncionais, como entre as proformas relacionais, as mais antigas são as mais genéricas, porque têm sofrido maior desgaste de uso e se tornam plurissignificativas. Perceba-se que a maioria das proformas conjuncionais são, comparativamente, mais recentes na história da língua. Uma breve incursão pelos exemplos a seguir dará cabimento ao que estamos declarando.

Vamos fracionar a análise entre as proformas conjuncionais coordenativas e as proformas conjuncionais subordinativas. Para nós, a proforma conjuncional coordenativa é *e*, e a subordinativa, *que*. Observemos o quadro abaixo:

Contraste quantitativo entre as proformas relacionais conjuncionais *e* e *que*

Conectivo	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	Total
Total de ocorrências								
E	62.803	159.693	181.098	72.819	54.598	318.788	935.643	1.408.942
QUE	70794	137017	193807	120034	87.576	330.833	516.007	1.456.068

Quadro 44

Outro quadro que poderia dar ensejo a análises ulteriores refere-se ao contraste de ocorrências absolutas de *e* e *que*, conectivos prototípicos, no decorrer do séc. XX. Os números ilustram praticamente um empate, em termos quantitativos, do uso dos dois conectivos. Vale recordar que a GT confere a uma e outra proforma relacional conjuncional atribuições juntas para além do seu uso tido como característico. Em sendo assim, o *e* também abrigaria noções para além da mera adição; assim como o *que* poderia funcionar inclusive como conetivo aditivo, *inter alia*.

Contraste quantitativo das proformas conjuncionais prototípicas no séc.XX

Uso do <i>e</i>	Ac	N	Fc	Or	Total
Portugal	93069	79351	99917	28731	301.068
Brasil	75792	71580	86015	24328	257.715
Uso do <i>que</i>	Ac	N	Fc	Oral	Total
Portugal	43867	85836	94316	41934	265.953
Brasil	55149	68343	87591	38971	250.054

Quadro 45

Em nosso *corpus*, não se registram juntores de maior produtividade do que os dois listados acima. É bem verdade que o *que* ainda pode ser considerado mais gramatical do que o *e*, em razão de cumprir funções próprias do conectivo coordenativo contrastado, entre outras. O que poderia ser considerado uma crítica aos números do quadro 43, isto é, a indeterminação das diversas funções do *que*, pode, em verdade, ser tomado como um demonstrativo de sua proformalidade por excelência. Mas comentários mais detidos serão feitos à frente, onde reconhecemos uma multifuncionalidade morfossintática ainda mais plúrima do *que* em relação ao *e*. Por esse motivo, propugnamos que, em última análise, entre todas as proformas conjuncionais, a mais prototípica é o *que*.

A análise empreendida aqui é despretensiosa. Seu intuito fundamental é ilustrar a tese de que a proformalidade se manifesta dentro da classe, das subclasses e até dentro dos grupos específicos de valores semânticos de diversas formas de articulação oracional. Assim, dentro da macroclasse relacional, há proformalidade para as preposições e para as conjunções. Entre as conjunções, há proformalidade para as coordenativas e para as subordinativas. Entre as coordenativas adversativas, há uma forma mais proformal, que se torna, assim, a representante ou protótipo desse grupo constituinte de um tipo de articulação oracional. Presidem sempre a expectativa de regularidade, a maior frequência de uso e a maior amplitude semântica como traços fundantes da proformalidade em cada um dos níveis de análise supra-expostos.

A suposta múltipla valência semântica é, em verdade, um patenteamento da genericidade da conjunção, mormente como instrumento de articulação interoracional. Com efeito, como conectivo intra- ou inter-sintagmático, a pregnância semântica de adição não desapareceu e constitui valor por oposição a outras conjunções mais semanticamente definidas. Há, portanto, esse caráter específico de genericidade em posição interoracional, não em qualquer posição em que apareça o conectivo sob apreço.

Feitas essas considerações, observemos as ocorrências a seguir de *e*, como conectivo internominal (inter-sintagmático, inter-substantival e interadjetival), interoracional e interperiódico.

i. **Ocorrências internominais:**

a) inter-sintagmáticas

(169) O contrato coletivo de trabalho que defendemos é uma forma nova de contratação em que os sindicatos e suas centrais sindicais, os patrões **e** suas entidades o governo e seus organismos(...) (Brasil – Not)

(170) Esses momentos são, para mim, sempre muito difíceis de atravessar, sentindo a confiança **e** a gentileza das pessoas e dando-me um lugar que me parece excessivo aos meus próprios olhos. (Portugal – Oral)

b) inter-substantival

(171) Rizomas **e** Corredeiras são exemplos de plantas que conseguem reproduzir a si mesmas. (Brasil – Ac)

c) interadjetival

(172) - Estou.. - respondeu ela baixinho, num sorriso débil **e** agradecido. (Portugal – Fic)

(173) (...)o superior de uma comunidade monástica, com poderes jurídicos **e** administrativos dentro dela. (Portugal – Ac)

d) entre sintagmas preposicionados

(174) De acordo com o critério do Eurostat, baseado nos consumos-tipo (segmentados pelos diferentes clientes do sector, pelo respectivo nível de consumo **e** pela actividade económica em que se enquadram)(...) (Portugal Not)

(175) « É o que a ETA chama socialização do sofrimento **e** do medo '. (Portugal – Not)

e) entre elementos pleri- e pronominal:

(176) Gottardo - Ficou claro que ele **e** a esposa não quiseram vir. (Brasil – Oral)

f) entre elementos proformais:

(177) (...)discutirmos lugares, pessoas, do que entrarmos em guerrilhas, do que dissermos que o presidente da Maia, de Gondomar, de Paços de Ferreira, do Marco ou de Baiao são isto **e** aquilo. (Portugal – Oral)

ii. **Ocorrências interoracionais**

(178) Em 1975, foi novamente nomeado primeiro-ministro de Jammu e Caxemira **e** aceitou a soberania da Índia. (Port-Ac)

(179) (...) se os espanhóis retirarem da factura da electricidade o custo das « externalidades » - que financiam o carvão para geração **e** apoiam a produção nuclear -, já têm a electricidade mais barata da Europa para os grandes clientes industriais. Port-Not.

(180) - Devia ter fôrças.. **e** já não as tenho... (Port-Fic)

(181) Aqui chegou um dia para frequentar o Liceu **e** chamou-lhe, também num dos seus escritos, de « cidade fria, reaccionária». (Portugal-Oral)

(182) Raízes são criadas **e** as novas plantas adquirem vida própria (...). (Brasil-Ac)

(183) O "quarto poder", como é chamada, deve zelar pelo bem público também **e** não confundir comércio de notícia com busca da verdade. (Brasil-Not)

(184) Vai cair uma tempestade, pensei, **e** comecei a caminhar rápido em direção ao Ibirapuera, à procura de táxi ou ônibus (...). (Brasil-Fic)

(185) A pauta era sobre o trabalho dos bóias-frias **e** nós acabamos enfocando as crianças, que trabalham em péssimas condições, em contato com veneno e fora da escola. (Brasil-Oral)

iii. **Ocorrências interperiódicas**

- (186) Até nesses pormenores parecia temer atormentá-lo. **E** assim permaneceram, calados, fitando-se, enquanto lá fora a noite descia, vagarosamente, sobre os telhados da cidade em sossêgo.

A suposta polissemia da conjunção em análise poderia ser verificada com base nos exemplos acima. Em (182), poderia ser substituída por uma locução consecutiva *de modo que*; em (183), por uma final, *a fim de*; em (184), por uma explicativa, temporal ou conclusiva, *por isso, quando, logo*; em (185), por uma adversativa, *mas, porém*.

A possibilidade de um preenchimento mais específico tão diversificado nos permite considerar o *e* uma proforma relacional prototípica das articulações coordenativas, em que se conserva equivalência de estatuto sintático entre os itens coligados.

Em consonância com o entendimento de que a proformalidade é uma categoria extensível a diversos níveis de manifestação ou organização categorial da língua, torna-se possível, compor dentro do quadro das adversativas, em um *continuum*, tal como o que se segue:

Continuum de formas conjuncionais adversativas

Conjunção herdada do latim, muito usual e, portanto, mais gramaticalizada	Conjunção antiga no português de tal sorte que a foricidade originária desapareceu	Locuções conjuntivas oriundas de expressões adverbiais ou advérbios, expressões verbais, com conservação de foricidade relativa.	Formas emergentes no estágio corrente da língua
mas	porém	no entanto, todavia, contudo	acontece que agora só que ²⁴⁴

Quadro 46

Não vamos, naturalmente, discutir aqui os diversos valores discursivos possíveis de cada uma dessas conjunções ou locuções conjuntivas, o que nos levaria para muito além do que pretendemos ilustrar. Para uma análise minuciosa, por exemplo, dos valores sintático-semânticos do *mas*, verifique-se Neves (2000, p.755).

Observemos as ocorrências ilustrativas de estágios diferenciados de gramaticalização de um dos valores característicos das coordenadas adversativas entre várias expressões conjuncionais:

- (187) Nem a ação política e administrativa deles é a mesma. É burrice você ser sempre o mesmo quando as coisas estão mudando. **Acontece que** o PSDB evoluiu com as mudanças que ocorreram no mundo e no próprio País. Mas ele não tem nenhuma análise de um governo liberal. (Brasil – Oral)

²⁴⁴ Loghin (2003) apresentou tese doutoral estritamente a respeito da perífrase conjuncional *só que*.

- (188) vai ser muito difícil a oposição ganhar, porque o povo, e nós todos do PT, estamos satisfeitos com a queda da inflação. **Só que** existe essa conexão entre inflação baixa, desemprego e o restante da situação de pobreza e exclusão social, de acúmulo de renda no país, (...) (Brasil – Oral)
- (189) Leda - Eu sempre achei que ninguém pode ficar parado, então parti para buscar coisas novas em São Paulo, **só que** isso não era fácil. Meu pai faleceu há 12 anos e eu não tinha muito respaldo. (Brasil – Oral)
- (190) Vânia - Meu pai apoiava muito, porque ele sempre gostou de esporte. **Agora**, mãe, sempre tem outros planos para filha. (Brasil – Oral)
- (191) Depois disso, ela começou a curtir e acabou se envolvendo. Aí eu fiquei muito tempo fora, **mas agora**, que estou aqui, toda a família faz parte da torcida.

Interessante observar o contraponto temporal proveniente do emprego de *agora* em (191). A supressão do conectivo que explicita prototipicamente a oposição argumentativa, *mas*, não ficaria prejudicada. Por outras palavras, essa ocorrência serviria para ilustrar um dos caminhos possíveis de absorção vindoura da forma *agora* de um aporte sêmico de oposição argumentativa.

Restrições sintático-semânticas e sociolinguísticas não estão sendo levadas em consideração aqui. Por outras palavras, prováveis diferenças de usos intra-sintagmáticas, intra-oracionais ou inter-periódicos das conjunções, locuções conjuntivas e locuções candidatas a conjunções adversativas, assim como variações decorrentes de gêneros textuais, comunidade lusófona, e outras variáveis sociolinguísticas não são nosso foco.

Ainda à guisa de ilustração da proformalidade intraclasse, verifiquemos as diferenças de uso entre conjunções e locuções conjuntivas concessivas. Parece-nos que, atualmente, a conjunção subordinativa concessiva prototípica é *embora*. Em primeiro lugar, analisemos as diferenças quantitativas:

conjunção	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	PtAc	PtN	PtFc	PtOr	BrAc	BrN	BrFc	BrOr	TOTAL
Embora		3	166	91	39	1991	1054	1154	1163	413	858	619	1286	326	9163
Ainda que	66	588	1398	1073	1077	1049	98	495	249	39	391	293	185	40	7041
Mesmo que	-	21	86	231	264	712	48	379	264	131	170	197	322	109	2934
Se bem que	-	-	-	4	7	102	29	47	65	13	3	5	47	48	370
Conquanto	1	9	2	-	149	-	-	1	37	-	9	6	50	-	264

Quadro 47

O conectivo *embora*, per si, demanda seguramente um estudo específico. No entanto, relativamente desconsideradas suas especificidades, é numericamente perceptível sua escalada ascendente de uso. Supomos em razão da crescente gramaticalização. As ocorrências mais antigas, contudo, atestam um uso concomitante de funções conjuncionais e adverbiais:

- (192) Por em tu te vay **embora** & dize a Abu (...) . Séc.XV.

- (193) o duque por sua vontade sem ser chamado d' el-rey, se foy aa tarde ao paço com tenção de se despedir delle e se hir **embora** pera suas terras (...) Séc.XVI.
- (194) e ele lhe respondeu, dizendo a causa de ir ter àquela parte, não trazendo cousa que mais desejasse ver que sua pessoa; mais pois o tempo lhe não deu lugar, quando **embora** tornasse da Índia, esperava em Deus de o ter melhor pera se ver com ele. Séc.XVI.
- (195) Que fosse **embora** santo, e muito santo, de suas portas adentro e pera consigo, como fazia, que isso era o certo e ele lho não podia desaconselhar; mas fora de casa não era indecente, antes convinha muito, mostrar brio (...) Séc. XVII.
- (196) Donde vás Mal onde ha mais Mal. **Embora** vás Mal, onde te poem bom cabeçal. Séc. XVIII.
- (197) São cinco horas e meia, queremos-nos ir **embora**! Séc.XIX
- (198) E ela agastara-se por força; na manhã seguinte tomaria outro caminho, **embora** mais longo ou custoso, só para não passar por ali. Séc.XIX.
- (199) Devia verberar então a liberdade da caça, no circuito do Terreiro do Paço, muito **embora** os caçadores furtivos empreguem sortes, em vez de balas. Séc. XIX.
- (200) É trabalho demais para um único magistrado, **embora** reconheçamos o esforço sobre-humano com que o juiz procura atender à sociedade "(...) Brasil-Oral.
- (201) Recordo claramente tudo, **conquanto** seja certo eu nunca ter estado antes em nenhum outro lugar do mundo.

Em (192) verifica-se a significação muito característica da língua em uso hoje, em que a original expressão adverbial de carácter temporal restringe-se, referencialmente, à designação do *momento de partir, de sair*. Diferentemente do que sucede em (194), que refere o *'momento oportuno'*, não apenas a hora de partir. Adite-se ainda que, neste último caso, não havia a restrição sintática que sagrou o uso constante em (197). Destarte, percebe-se que as fases de gramaticalização convivem, confirmando o princípio da *divergência* de Hopper & Traugot (1993).

Apenas no séc.XIX se observa o uso conjuntivo. Ainda no referido século, ocorre a sedimentação, em razão de ter-se, finalmente, tornado mais usual, conforme a pequena amostra sobrecitada ilustra.

Até o séc.XIX, pouco menos de um quarto das ocorrências se registraram. O quadro 47 indica que apenas com o início da gramaticalização de **embora**, quer como apêndice do verbo *ir*, quer como conjunção concessiva, a produtividade da forma vai crescer. Isso não significou, com base em nossos dados, uma progressão irrestrita nas duas grandes variedades e nos diferentes macrogêneros arbitrados. Em que pese, naturalmente, as formas de registro terem-se sofisticado grandemente e o número de usuários lusófonos ter crescido exponencialmente, a amostra representa, em termos absolutos, um crescimento substancial no decorrer do século XX, com oscilações quanto ao gênero e quanto à variedade diatópica. Uma análise mais minuciosa teria de peneirar todas as ocorrências dos três tipos de uso de **embora**, a saber: 1) com a significação de momento oportuno, sintaticamente livre; 2) com a

significação de partida, coalescido com o verbo ir; 3) como conjunção concessiva. Importaria mencionar ainda que o pico de uso ocorreu no séc.XIX, com um descenso mais ou menos acentuado no decurso do séc.XX nas duas variedades diatópicas da língua, a ponto de os números oitocentistas jamais serem repetidos.

Uma análise similar poderia ser empreendida, por exemplo, com as conjunções e locuções conjuntivas condicionais, ou finais, etc. Entretanto, a tarefa de compor tais escalas e análises correlatas ficaria a cargo de outras empreitadas. Ademais, estudos muito aprofundados, como os de Neves (2000), de cada tipo de articulação oracional têm sido publicados, mostrando a complexidade específica de cada tipo de articulação oracional.

Finda a análise dos *continuaa* das adversativas e das concessivas, concentremo-nos em alguns usos do *que*. Em primeiro lugar, analisemos as suas possibilidades classificatórias correntes a fim de aferir sua proformalidade:

Sinopse morfológica do *que*

Conector coordenativo		Aditivo		Explicativo		Alternativo	
Conector subordinativo	Substantivo	Integrante					
	Adverbial	Causal	Final	Consecutivo	Comparativo	Temporal	
	Adjetivo	Relativo em vias de gramaticalização					
Substantivo							
Pronome		Relativo		Indefinido		Interrogativo	
Advérbio		Intensidade					
Preposição							
Interjeição							
Partícula expletiva ou de realce							

Quadro 48

Ressalte-se que seu uso abrange construções inter-sintagmáticas e interoracionais.

A plurivalência semântica ou ausência de pregnância semântica específica se verifica no conectivo *que*, para o qual a própria GT contempla as múltiplas funções destacadas acima.

Oliveira (2000) identifica em sua análise de construções relativas um caminho de gramaticalização das relativas com *que*. Firma uma escala em que o estatuto semântico do SN da oração inicial, a interposição de quaisquer elementos, a pausa e o estatuto semântico da adjetiva são os traços marcadores de maior ou menor encaixamento oracional. A gramaticalização do *que* de relativas tem sido estudada no Brasil há muito. Um dos fenômenos característicos resultantes dessa gramaticalização é a chamada *oração relativa*

cortadora, com ou sem pronome lembrete ou resumptivo, cuja presença se justificaria em função da anulação gradual do papel anafórico *que* em favor do de conector.

Convém mencionar ainda que o *que* integra uma série de locuções conjuntivas, de modo que seu uso pode ser ainda mais amplificado, caso seja levada em consideração sua presença nas referidas locuções.

Todas essas possibilidades de uso corroboram a tese de que o conector *que* representa o protótipo das conjunções em geral, conquanto se lhe possa conferir preeminência prototípica no quadro das subordinativas.

Naturalmente, estudos específicos em relação às formas que se insiram no paradigma das construções relacionais devem ser empreendidos. À guisa de ilustração, Nogueira (2007a) analisa a transição de construções apositivas como *isto é, quer dizer, ou seja*, do âmbito lexical para o relacional. Primeiramente, assinala que o fenômeno não é privativo da língua portuguesa:

Observa-se que o demonstrativo está presente em expressões de valor equivalente quer dizer em outras línguas, tais como o inglês (*that is to say*), o francês (*c'est-à-dire*), o alemão (*das hei_t*). Heine, Claudi e Hünemeyer (1991, p.179-182) apontam o uso de demonstrativos como caso paradigmático de gramaticalização a partir da metáfora ESPAÇO-DISCURSO, que consiste na transferência de conceitos espaciais para organizar relações no universo discursivo. (NOGUEIRA, 2007, p.562)

É interessante, primeiramente, verificar que formas de estatuto equivalente em outros idiomas europeus sofrem processos metafórico-gramaticalizacionais similares. A autora historia as diversas noções com as quais se classificam as expressões em tela e, ao cabo, opta por sugerir um processo de gramaticalização em razão de essas construções apresentarem um caráter de *fórmula*. Observe-se o que declara a respeito:

A presente análise das expressões *isto é, ou seja e quer dizer* nos faz concluir que elas constituem formas gramaticalizadas (pelo caráter de fórmula) que encontram, na função essencialmente conectiva, um estatuto "mais gramatical" e, na função de preenchimento de pausas, no caso de *quer dizer*, uma utilização "mais discursiva".(NOGUEIRA, 2007, p.567)

Nogueira (2007) apresenta, portanto, um estudo muito interessante de expressões gramaticalizadas para o âmbito das formas relacionais. Na verdade, representam as três ocorrências um exemplo aplicado de proformalização interclasse, ou interparadigmática. O que é atestável pelos traços destacados pela autora, ou seja, a fixidez tática, o funcionamento em uma posição privilegiadamente destinada a conectores, o caráter fórico esmaecido ou perdido, conforme discutimos nesta tese. Caracteriza, portanto, um estudo proveitoso para a confirmação da tese aqui exposta de que as proformas relacionais apresentam traços residuais de classes mais lexicais, a manifestar residualmente seus traços originários de caráter mórfico,

sintático ou semântico. No caso das expressões em apreço, por fim, há um enrijecimento mórfico e sintático, assim como um obscurecimento de seu caráter referencial. Representam, por conseguinte, proformas relacionais, s quais se poderia estipular uma seqüência de genericidade semântica, a saber: *isto é, ou seja, quer dizer*. Justifica-se essa opção por ser, entre as três, a que mais conserva carga semântica pleriformal, em razão da natureza sêmica dos itens constituintes originais em separado (*quer* e *dizer*).

O relacionamento do estudo supradiscutido com as teorizações aqui desenvolvidas pode ser estendido seguramente a outras construções relacionais em vias de gramaticalizações, que, no entanto, não poderão ser abordadas no corpo deste trabalho.

4.5. A saliência das proformas pronominais

A maior relevância que sempre se prestou às classes tidas como mais universais, nome e verbo, explica a reunião de proformas de diferente cariz dentro tradicional classe pronominal. Essa mesma intuição levou Câmara Jr. a compor seu quadro de classes com uma macroclasse *pronome*. Ao fazê-lo, ele identificou a otimização categorial em séries distribuídas de modo relativamente parelho entre os substantivos, adjetivos e advérbios. Destarte, *pronomes substantivos, pronomes adjetivos e pronomes advérbios*.

Conquanto seja insuficiente e desequilibrada a composição do quadro das classes básicas entre *nomes, verbos e pronomes*, é clara a percepção de que a *pronominalidade* aí representa a proformalidade por excelência. A insuficiência terminológica e ausência de paralelismo do traço proformal é que causa disparidade e desequilíbrio à classificação. A proposta aqui apresentada traz a lume a propriedade inerente às línguas de, ao escolher determinadas formas e significar de modo otimizado, constituir macroclasses, subclasses e formativos de proformas.

A categoria engendradora dessas classes é a *proformalidade*. Convém, então, reajustar a terminologia e observar o comportamento específico das formas, vez que não há uma correspondência bem equilibrada entre as proformas e as quatro macroclasses com as quais operamos aqui. Isso porque há proformas cujo poder de referir excede os limites de formas menos genéricas correspondentes. Destarte, algumas proformas enquadráveis paradigmaticamente entre proformas substantivais, como *isto*, têm poder referencial mais amplo do que, por exemplo, as proformas que ocupam o lugar sintático de verbos plenos (em razão de restrições ou da superposição de categorias tipicamente verbais como tempo, modo, aspecto, número e pessoa, em português). Essa propriedade já foi discutida, com base na

noção de encapsulamento de Francis (1994). Não ressaltou, contudo, a propriedade de encapsular combinada com a capacidade de referir o mais genericamente possível, o que é característico das proformas nominais substantivais. Assim, o esquema original de Camara Jr. aproximou-se da propositura desta tese na medida em que alçou o *pronome* à condição de macroclasse. Para ficar mais claro, observe-se o esquema de Câmara Jr.:

Forma	Função
Nome	Substantivo Adjetivo Advérbio
Verbo	Verbo
Pronome	Substantivo Adjetivo Advérbio

Quadro 49

Esse esquema permite entrever que há uma manifestação na língua, em todas as classes propostas, de pronominalidade, em termos mattosianos. O que estamos fazendo é completando o esquema entrevisto por Câmara Jr, que caiu em aporia por não ter à mão uma categoria mais condizente com a natureza do duplo abstratizante do grupo de macroclasses da língua, ou seja, respectivamente, a *proformalidade* e as *proformas*. Fica notória a aporia ao se observar que houve equiparação de estatuto de classe para as pleri- e proformas nominais, cujas subclasses, *nome, adjetivo e advérbio*, são rigorosamente as mesmas. Por outras palavras, à classe pronominal não cabe um emparelhamento com os nomes e os verbos, mas tão somente com os nomes, em função do reconhecimento da proformalidade. Nome e pronomes partilham todos traços categoriais típicos da nominalidade. Diferem, no entanto, com relação à natureza semântica intensional, conforme já discutido. Se ele tivesse pensado em termos proformais, teria, possivelmente, enxergado a manutenção dos traços categoriais prototípicos em formas proformais, porque mais genéricas em virtude de seu uso freqüente.

Por outro lado, esse alçamento dos pronomes a uma macroclasse equiparável aos nomes e aos verbos revela o entendimento de que a função substitutiva generalizadora, fundada na otimização de traços categoriais, não era privativa dos nomes em sentido estrito.

Seria aceitável a distribuição, desde que se considerasse uma avaliação interclasse, ou seja, de que os *pronomes advérbio* são originários dos *pronomes* ou com eles estabelecem estreita relação de correspondência seriada. Contribui o esquema de Camara Jr. para entender por qual motivo a tradição conservou a classe pronominal e lhe reservou o papel exclusivo de classe substituidora. É mister, contudo, com o aporte teórico epistemológico e analítico aqui

proposto (conquanto ainda em desenvolvimento), reconfigurar as macroclasses e discriminar suas fronteiras e interseções com base em uma abordagem sempre atenta aos condicionamentos de uso e aos movimentos constantes inter- e intraclasse, dos dois lados dos macrogrupos de macroclasses.

A prototipicidade das proformas nominais se torna mais facilmente compreensível em razão da circunscrição categorial e referencial de suas formas. Isso porque as demais macroclasses não apresentam panforicidade. Diferentemente das demais macroclasses, parte das proformas nominais apresenta um alcance referencial mais amplo, a nominalização panfórica, conforme já expusemos. Essa propriedade teria contribuído para que a tradição identificasse entre as proformas nominais outras proformas (principalmente as adverbiais). De outro lado, impediu que se apercebesse de que a proformalidade existia em outras macroclasses (proformas verbais e relacionais).

Em última análise, o que estamos mostrando é que a língua apresenta um duplo semanticamente holofórico. De um lado, encontram-se as pleriformas, que cumprem funções morfossintáticas equivalentes a das proformas, mas portam maior especificidade referencial. Por outra, as pleriformas conservam os traços categoriais de cada classe e subclasse, mas prendem-se mais ao léxico em sentido estrito do que à gramática. O que significa dizer que, para a composição das classes mais lexicais, nome e verbo, há uma carga semântica especificadora dos referentes ou estados de coisas; e, para as pleriformas mais gramaticais, ou seja, pleriformas adverbiais e pleriformas relacionais, há, para o primeiro caso, manutenção de foricidade específica ou mais restrita e, para o segundo, recorrência ao léxico para composição de novas locuções prepositivas e conjuntivas aspirantes ou candidatas a ocupar o mesmo lugar paradigmático das proformas conjuncionais ou preposicionais correntes e mais antigas (e, portanto, mais frequentes e gramaticalizadas) na língua. De outro, as proformas que conservam traços categoriais otimizados (fonológicos, morfossintáticos e semânticos) de cada classe ou subclasse. Entre as proformas nominais, em contraste com as pleriformas nominais substantivais que apresentam propriedades de supleção nominal e de encapsulamento, as proformas nominais substantivais apresentam um estatuto fórico mais amplo, ou panfórico. E a diferença de foricidade não está relacionada ao tipo de campo mostrativo, exo- ou endofórico, mas ao tipo de significação sistêmica ou intralingüística, ou seja, ao modo de significar intensionalmente. Isto é, as proformas nominais substantivais, ao encapsularem, assumem um caráter panfórico porque referem porções lingüísticas para além de seu correlato de classe, isto é, as construções ou expressões nominais. No entanto, essa maior amplitude referencial, panfórica, somente é esperada de proformas nominais substantivais e de

proformas adverbiais modais. As demais proformas apresentam comportamento holóforico, ou seja, abrigam os traços otimizados de sua classe, porém, semanticamente, tornam-se genéricas por indústria, conforme já temos dito, de operações metafóricas em direção a uma abstratização em virtude da freqüência de uso.

Por outras palavras, a componente fundamental que distingue as proformas das pleriformas é a natureza semântica, ou seja, uma otimização de traços categoriais constituintes de cada classe. Entre as primeiras, há uma abstratização que lhes faculta uma maior extensão semântica. Tal amplitude holórica ou panfórica (no caso das proformas nominais e adverbiais) torna-se possível precisamente em razão da conservação otimizada de traços categoriais. Eis o motivo do compartilhamento, de modo relativamente sistemático e simétrico, das mesmas funções de ordem morfossintática e semântica (fórica ou estritamente *monoglotossêmica*)²⁴⁵, ou seja, sujeitam-se a categorias definitórias de suas macroclasses (nomes: *gênero, número, grau*; verbos: *aspecto, modo, tempo, voz*; advérbio: *noções de tempo, espaço, modo, mobilidade táctica, rejeição ou perda de categorias nominais de número e gênero*; elementos relacionais: *junção e recção – complementação e adjunção*).

Cumpramos advertir que não estamos, de modo simploriamente polarizado, afirmando que as pleriformas e proformas se antepõem ou dicotomizam de forma extrema. A bipartição é sustentável, mas não está sujeita a uma segmentação discreta, ou a uma polarização sem pontos intermediários refletores das disputas de léxico e gramática, de foricidade e monoglotossemia. Ao contrário, em consonância com nossa adesão ao pensamento de Givón (1995), de aliar teses prototipistas e aristotélicas, nossa proposta torna transparente o binarismo e as posições intermediárias das disputas entre léxico e gramática, em razão da incidência de operações miméticas de ordem criativo-imitativo e imitativo-criativa, para compor e recompor todas as macroclasses, classes, subclasses e categorias. Eis também o motivo de termos afirmado que a proformalidade é uma categoria *holonômica*, em virtude da construção, por obra da freqüência de uso e da conseqüente abstratização semântica com a manutenção apenas de traços de classe otimizados, de formas modelares em cada nível de manifestação da língua. Essas formas modelares são as *proformas*, ou seja, os melhores representantes de cada macroclasse, classe, subclasse e categorias.

²⁴⁵ À guisa de diferenciação nominalmente diferidora, cunhamos a significação de pura intensão, isto é, uma significação que se perdeu traços sêmicos de qualquer universo referencial que não sejam funções estritamente lingüísticas. A nosso ver, as formas da língua que manifestam esse tipo de significação puramente intralingüística, *monoglotossemia*, são as proformas relacionais, vez que os vestígios de foricidade (ainda presentes em conjunções, locuções conjuntivas, preposições ou locuções prepositivas em vias de gramaticalização) desapareceram.

4.5.1. Pronome: o protótipo das proformas

Para facilitar o entendimento da recuperação da categorização, convém frisar o vínculo da noção de proformalidade com as duas noções discriminadas por Eco, ou seja, como superordenado e como representante modelar. A proformalidade é uma categoria tida como uma propriedade geral da língua, isto é, ela é extensível a níveis diferentes de manifestação morfossintática e semântica. Representa uma propensão da língua em sistematizar, de modo prototípico, suas macroclasses, classes, subclasses e categorias. A prototipicidade da sistematização construída pelos usuários é radicalmente imanente aos sistemas lingüísticos naturais porque não há morfologização regular de traços funcionais de toda ordem. Ao contrário, conforme temos analisado ao longo desta tese, há uma rivalidade entre formas emergentes do léxico, formas intermediárias em curso de gramaticalização e formas mais sedimentadas ou gramaticalizadas com um grau de morfologicidade elevado.

A tradição gramatical, consoante temos afirmado, apenas reconheceu a genericidade semântica entre as proformas nominais substantivais, isto é, entre os assim chamados *pronomes*. A nosso ver, não surpreende, à luz de nossas considerações, que assim seja, vez que a classe responsável, por excelência, para a designação dos referentes é a nominal. Em razão disso, a percepção de que havia nomes capazes de referir de modo genérico a substituir todo e qualquer nome se tornou desde cedo muito clara na tradição gramaticológica. Para tanto, basta confrontar as teses dos gramáticos alexandrinos em Neves (2007). Ao pronome, portanto, sempre se conferiu atenção especial em relação ao caráter genérico e supletivo, em razão exatamente da genericidade.

É admissível igualmente que se tenha conferido especial relevo à classe nominal e seu correlato proformal, o pronome, em virtude de o problema da referência ter sempre sido um problema lingüístico-filosófico e, posteriormente, gramatical fundamental. A compreensão da capacidade humana de nomear sempre interessou prioritariamente os filósofos, os gramáticos e, nos últimos cem anos, os lingüistas, reconhecidos como técnicos ou cientistas da língua.

Quando nos referimos à recorrência às proformas nominais em razão de carência referencial, insuficiência designativa ou ignorância apelativa (desconhecimento de nomes específicos para apontar ou designar determinados referentes), queremos dizer que os seres humanos identificam os referentes, inescapavelmente, por meio da nomeação, da conferência de nomes. Os referentes cuja identificação não é clara ou simplesmente é desconhecida são nomeados de todo modo. Mas o são por meio de proformas, em razão de sua genericidade semântica. Conforme dissemos, nesta tese, à pág.08 da introdução, até os grandes autores da

filosofia, à falta de uma designação que lhes permita uma identificação específica dos entes ou referentes de natureza filosófico-semiótica de que tratam, como Eco e Heidegger, nomeiam esses conceitos ou noções fundamentais por intermédio de proformas nominais. A língua provê tais formas de nomeação geral, as proformas nominais. Como a inexorabilidade da experiência referencial nominal se impõe aos seres humanos, sempre se conferiu atenção especialíssima aos nomes e, por conseguinte, ao seu correlato genérico, os pronomes. Em razão disso, os pronomes se tornaram centro de muitos debates gramaticais, filosóficos e lingüísticos desde sempre. Isso posto, para nós, justifica-se plenamente a instituição ou conferência aos pronomes de protótipos das proformas, isto é, os melhores exemplares das macroclasses proformais e dos processos de proformalização são os pronomes.

Eis o motivo também de ser dedicada às proformas nominais, os tradicionais pronomes, uma seção específica (o próximo capítulo), dada a abrangência e a quantidade de teses desenvolvidas para sua caracterização como classe autônoma ou como apêndice de outras classes.

4.5.2. Aspectos funcionais das proformas

O princípio teórico norteador de nossa concepção de língua é de base funcionalista, significa dizer que, em linhas gerais, não se pretende subordinar a descrição a esquemas formais rígidos.

Compete-nos, portanto, empreender um esforço para construir descrições das classes, subclasses e formativos de toda ordem com base em um princípio funcionalista de escalaridade. Conjuntamente, a compreensão de que procedimentos cognitivo-pragmáticos, em virtude da ação da freqüência de uso, promovem a conceptualização metafórica em direção à abstratização (cujo efeito último é a manutenção de *traços otimizados* de intensão máxima e, por conseguinte, extensão amplificada) e à eventual morfologização mais ou menos acentuada produzem a *proformalidade*, deve presidir todas as análises e teorizações particulares dos itens constituintes de classes, subclasses e morfemas categoriais.

Isso posto, não há expectativa de que exista uma putativa correlação estreita entre as macroclasses pleriformais e proformais. Há expectativa de que haja proformas prototípicas em cada uma das macroclasses, subclasses e em outros âmbitos de formalização intraclasse.

É preciso reiterar, enfim, que não supomos as macroclasses de pleriformas e proformas apresentar um comportamento estanque. Entendemos que as conversões interclasse e intraclasse são freqüentes, conquanto guardemos a suposição de que a nominalização seja uma

derivação mais usual que as demais. De todo modo, não estamos postulando uma categorização rígida das classes, mas admitindo que há traços mais resistentes e duradouros para marcar determinadas classes, os quais são considerados *traços otimizados*. Essa compreensão nos parece fundamental, porque, em regra, a operação de reanálise é entendida como um empobrecimento semântico, quando, na verdade, implica a conservação de traços categoriais *otimizados*, formativos que expressam a tendência à fixação de um parâmetro, por indústria da exclusão de traços marginais por serem muito específicos em termos referenciais.

A conjugação de teses aristotélicas e prototipistas nos faculta o entendimento de que há uma estabilidade relativa. A admissão de um quadro paralelo cuja distinção fundamental reside nas componentes sintática e semântica já representa uma visão não rígida. Ademais, é mister ressaltar que, entre as duas contrapartes distintas pela marcação referencial ou semântica definida pela maior ou menor otimização de traços gramaticais e lexicais, há formas cujo comportamento sintático e semântico se mostra em variação livre, ou em variação estável livre no decurso do tempo. Esses comentários pretendem prevenir o leitor contra suposições de que entendemos a língua como um objeto de configurações rígidas e demarcações estáticas. Isso não nos deve impedir, no entanto, de conceber configurações e demarcações. O problema, a respeito desse esforço lineador reside na natureza de sua estruturação, se rígida ou maleável.

A noção de emergência é, portanto, fundamental para compreender o fenômeno da proformalização em macroclasses, classes e subclasses de toda ordem. Pode-se supor, para entender esse conceito, a existência de funções universais, hierarquicamente organizadas, ou modularmente distribuídas, que sofrem periódicas reacomodações formais. Porém, a eleição de formas para rearranjos gramaticais do sistema parece ser, em grande medida, randômica, vez que não garante previsibilidade absoluta²⁴⁶.

O conceito de pleriforma é apresentado satisfatoriamente por Bybee, Perkins & Pagliuca (1994, p.5), conquanto os autores não tenham tido nenhum intuito conceitual especificamente relativo ao nosso tema: “*Morfemas lexicais pertencem a classes maiores, abertas e tipicamente têm significados muito ricos e específicos que restringem seus contextos de uso mais ou menos estritamente*”²⁴⁷.

²⁴⁶ A esse respeito, é interessante observar a proposta da *Teoria da Checagem*, proposta por Chomsky. Uma vez que os sistemas lingüísticos não obedecem a uma parametrização rigorosa, possivelmente por causa da própria natureza intermóvil das classes do léxico, formula procedimentos para avaliar as filtragens que elegem as novas formas gramaticalizadas e repele outras candidatas. Parece-nos uma proposta interessante de formalizar os casos aleatórios.

²⁴⁷ Lexical morphemes belong to large, open classes and typically have very rich and specific meanings that restrict their contexts of use more or less narrowly.

Em uma perspectiva funcionalista, à medida que análises tornam-se minuciosas, os limites das macroclasses, das classes, das subclasses e dos formativos tornam-se mais visivelmente fluidos, em virtude de as formas, de âmbito gramatical, lexical ou frasal, no uso, apresentarem um comportamento competitivamente heterogêneo. As formas mais gramaticalizadas representam exemplares prototípicos de uma sistematização estruturiforme, cujos traços funcionais são o mais otimizados possível para configurar uma macroclasse, uma classe, uma subclasse ou formativos de toda ordem.

4.6. Quadro geral das macroclasses e seus movimentos *inter-* e *intraclasse*

Se o conteúdo lexical costuma estar expresso nas raízes, e o gramatical nos afixos, é bom frisar, no entanto, como fez Sapir, que isso nem sempre acontece, e que as línguas podem tratar um mesmo conceito de modos diferentes. (ROSA, 2000, p.102)

O quadro abaixo procura ilustrar, esquematicamente, os movimentos de gramaticalização no interior das classes e entre as classes (*intraclasse* e *interclasse*), assim como as formas em trânsito. Procura mostrar também que a expressão desses movimentos está sendo sempre produzida por uma disputa de *léxico* e *gramática*, no sentido de uma maior ou menor redução fônica, sedimentação e restrição morfosintáticas e ampliação de extensão semântica. É preciso ainda especificar que a expressão do léxico e da gramática, em disputa permanente, sofre sujeições relativas de âmbito mórfico, sintático ou semântico em conformidade com a macroclasse em análise e o seu estatuto pleri- ou proformal.

Interclasse Intraclasse		No	Pron	FT Inter	Verbo	Prov	FT Inter	Adv	Proa d	FT Inter	Rel	Prorrel	FT Inter
Mórf	Léx	MACN		> TC	MACV		< No	MAAP MAAS		<No	LCIPH	LHG	<No.V; adv, Rel
		IRM	RM	+G	VS VA	VS VA	<No	PCN		<No	LCPPH	LCPPH	<No.V; adv, Rel
	Gram		LHG TONT			PV			LHG		SEMP	SEMP	UE > FFP
Sint	Léx	TFSN PP			TE			PP			LCIPH VCM/ IPH		
		TFSN	TFSN		IDS	DS					LCPPH	LCPPH	
	Gram		TFSNC			TR						VCM	
Sem Prog	Léx	CRA - BI			CELPE				TDA A		CSLR		
		IP UC	TAR UEFH UMH		TL Aux	VS VA		CPSO					GDCSL R
	Gram		TONT - AI	GMP R		TOVT			TOA T			SCSD e/ou CSP	

Quadro 50

Legenda (organizada por macroclasse)

Geral	FT = Formas em transição categorial, transcategorização ou gramaticalização < provém de > provê a TC = todas as classes	
No Pron	Mórfico	<ul style="list-style-type: none"> • MACN – matriz aberta com categorias nominais • TONT = Traços otimizados de nominalidade típica: categorias nominais em estágio elevado de gramaticalidade; • GMPR = Grau máximo de referencialidade – panforicidade genérica; • TFSN = todas as funções sintáticas do nome; • TFSNC = todas as funções sintáticas do nome com a mudança de caso residual entre algumas formas herdadas em determinadas variedades ou isoglossas; • IRM – início de redução mórfica; • RM – redução mórfica
	Sintático	<ul style="list-style-type: none"> • PP – predicação periférica, vez que a predicação exemplar é verbal. (substantivos, adjetivos) • Cliticização (proformas nominais em função de complemento) • PPP – perda de predicação periférica (proformas nominais)
	Semântico-pragmático	<ul style="list-style-type: none"> • CRA/AI = Codificação referencial ampla – alta intensão • CRA/BI = Baixa intensão • IP impressão da categoria <i>pessoa</i> • TAR – transformação em axiônimo regular • UC – usança crescente • UEFH – usança equiparável a formas herdadas • UMH – usança maior do a das herdadas • TONT = Traços otimizados de nominalidade típica – séries de proformas nominais e seus traços gerais
V Prov	Mórf	<ul style="list-style-type: none"> • MACV – matriz aberta com categorias verbais • CELPE – conservação do estatuto de lexema predicador por excelência (núcleo da distribuição de transitividade)
	Sint	<ul style="list-style-type: none"> • CELPE – Conservação do estatuto de lexema predicador por excelência (núcleo da distribuição de transitividade) • VS – verbo-suporte • VA – verbo auxiliar • TE transitividade elevada • TR transitividade reduzida – detransitivização ou transferência da predicação a um nome (VS) • TOVT = traços otimizados de verbalidade típica • VS VA = verbos suporte e verbos auxiliares • IDS – início de maior dependência sintática (indicação de modo) • DS – maior dependência sintática (acondicionador de categorias verbais típicas: TAM)
	Sem-prag	<ul style="list-style-type: none"> • CRSO – conservação residual da significação original • TL – Transferência da predicação para nomes ou dependência dos nomes para transitivizar. • Aux – início de mutação para a condição de verbo auxiliar ou auxiliarização
Adv Proadv	Mórf	<ul style="list-style-type: none"> • MAAS – matriz aberta com adjunção sufixal • MAAP – matriz aberta com adjunção preposicional • PCN – perda de categorias nominais (conservação do grau)
	Sint	<ul style="list-style-type: none"> • PMSN – perda de mobilidade sintática nominal (uso epirremático prototípico) • PC – perda de concordância de gênero e número (conservação do grau) • PP – predicação periférica (complementos adverbiais)
	Sem-prag	<ul style="list-style-type: none"> • TDAI = Traços diversificados de adverbialidade ampla: tempo, lugar, aspecto, causa, instrumento, meio, assunto, preço, etc. • TOAT = Traços otimizados de adverbialidade típica: modo, tempo, espaço.

Rel Prorrel	Mórf	<ul style="list-style-type: none"> • LCIPH = léxico corrente interposto por preposições herdadas • LCPH = Léxico corrente com perda de preposições herdadas • FFP = fonte de formação de prefixos • LHG: Léxico herdado já gramaticalizado • SEMP: sem expressão mórfica própria • UE = usos excepcionais, a saber: transposição intralexical; uso de menção (metalingüístico); conversões por nominalização.
	Sint	<ul style="list-style-type: none"> • LCIPH = léxico corrente interposto por preposições herdadas • LCPH = Léxico corrente com perda de preposições herdadas • VCM = Vínculo a classes maiores • IPH = Interposição de preposições herdadas ou propreposições
	Sem-prag	<ul style="list-style-type: none"> • CSLR = Carga semântica lexical residual (perda de possibilidade de instaurar referente e manutenção de traços sêmicos de maior concretude referencial, mais ou menos metaforizados). • GDCSLR = Gradual desaparecimento de CSLR • SCSD e/ou CSP = Sem carga semântica definida / carga semântica polissêmica

Quadro 51

Ao se observar o quadro, é interessante verificar que a classe matriz de movimentos interclasse por excelência é a nominal. Essa constatação vai ao encontro da hipótese evolucionária de que a codificação da experiência humana teria principiado por meio da identificação nominal, ou seja, pela dação de nomes aos referentes. Não sem motivo, porque a apreensão gnoseológica humana somente se torna efetiva quando há uma nomeação. A apreensão pré-nomeação não confere a um entendimento um caráter precipuamente epistêmico, vez que não ultrapassou o estágio do meramente intuitivo, abduativo ou impressionístico. Por outras palavras, a classe geratriz de todas as outras classes é a nominal. Adite-se ainda que, segundo Rosa (2000:92), ao referir Bloomfield, a universalidade da partição entre nomes e verbos é criticável, mas não a universalidade da classe codificadora dos entes, isto é, a nominal. Significa dizer que, possivelmente, mesmo a segunda classe mais difundida entre os diferentes sistemas lingüísticos naturais, a verbal, teria provindo da classe nominal.

O quadro acima procura demonstrar, *modo sumario*, essa movimentação *interclasse*. Ela vai ser fundamental para lançar holofotes sobre a importância do **parâmetro antropofórico** como geratriz da codificação gramatical, lexical ou morfológica, da categoria **pessoa**.

5. Uma classe especial de proformas: os pronomes

5.1. Contraste de perspectivas de caracterização da proforma nominal

Tradicionalmente, o problema teórico-metodológico (quando se considera que haja problema) que se impõe diz respeito à identificação de elementos que caracterizem a classe pronominal. A pergunta fundamental, do prisma aristotélico, é se esses elementos são universalizáveis ou são capazes de conferir particularidade à dita classe.

A nosso ver, como resultado de uma insuficiência analítica, a classe pronominal tem gerado impasses classificatórios desde sempre. Observemos, por exemplo, o seguinte comentário a respeito da dificuldade de enquadramento:

Uma das características que tornam uma classe especial de itens lingüísticos é o modo por meio do qual eles contribuem para os significados da sentença (ou outras construções em que eles ocorrem). Por um lado, eles podem capturar os mesmos tipos de objetos como expressões nominais lexicais cheias quando interpretados. Por outro lado, eles são carentes de um conteúdo descritivo equiparável. Isso lhes confere um estatuto *borderline* dentro do sistema lingüístico, entre categorias como substantivos e categorias funcionais como os complementos. Expressões nominais são como pronomes vez que eles identificam objetos, mas diferentes deles por se basearem em seu conteúdo descritivo. Complementos são como pronomes vez que eles carecem de conteúdo descritivo, mas diferentes porque não apontam para objetos do discurso.²⁴⁸ (WIESE & SIMON, s/d, p.02)

Há, possivelmente, a admissão de que o caráter fronteiro representa uma espécie de anomalia, em razão da escolha lexical para designar o hibridismo da classe, *borderline*.

A citação serve para mostrar quão universal é a percepção de que a classe pronominal abriga formas com funções morfossintáticas, semânticas e pragmáticas de matriz diversa.

Parece-nos que, essencialmente, quatro perspectivas fundamentais se avultam ao se tratar com a classe dita pronominal, a saber:

- i. exclusão da classe e a redistribuição das formas entre outras classes;
- ii. manutenção da classe e descrição não problematizadora;

²⁴⁸ One of the features which make a special class of linguistic items is the way in which they contribute to the meanings of sentence (or other constructions in which they occur). On the one hand, they can pick out the same kinds of objects as full lexical nominals when they enter interpretation. On the other hand, they lack a comparable descriptive content. This gives them a borderline status within linguistic system, between lexical categories like nouns and functional categories like complementisers. Nominals are like pronouns in that they identify objects, but unlike pronouns they do so based on their descriptive content. Complementisers are like pronouns in that they lack a descriptive content, but unlike they do not pick out objects in the discourse.

iii. manutenção da classe e descrição problematizadora.

A primeira perspectiva não identifica entre as formas pronominais nada que lhes valha o alçamento à condição de classe. Entre eles situam-se, por exemplo, Llorach (2000), Perini (1999), Gärtner (1998), Barbosa () *inter alii*.

Naturalmente, diferem acerca das razões específicas, mas destituem as formas ditas pronominais do estatuto de classe. Em Llorach, por exemplo, essa deposição provém do não reconhecimento de qualquer propriedade morfossintática e semântica que difira os ditos pronomes das classes substantival e adjetival. Eis o motivo de sua distribuição entre substantivos e adjetivos. Gärtner, por seu turno, não problematiza muito, vale-se da nomenclatura, mas não considera os pronomes uma classe.

Convém explicitar que, se não estamos saindo em defesa absoluta da perpetuação da base classificatória tradicional, como os que adotam a segunda perspectiva. Estamos, contudo, alertando para o cuidado que se deve ter com arroubos iconoclásticos que propugnam a sua destituição plena da classe.

Identificar a ausência de absoluta coerência da classificatória tradicional é praticamente um truísmo. Reconhecer, contudo, em que medida a tradição gramatical intuiu corretamente não é costumeiro.

Importa verificar, portanto, os meios de ereção de um caminho alternativo entre a perpetuação das achegas apropriadas da classificatória tradicional e a propositura de um novo arranjo teórico-metodológico. Nosso esforço se dirige no sentido de reconhecer as razões quer da proscricção, quer da manutenção da classe pronominal, porém com base na categorização aqui proposta e todas as suas implicações relativas ao entendimento das classes, subclasses, formativos de toda ordem e atributos.

Em sendo assim, é possível que a análise crítica e a verificação nuançada do compartilhamento pleno de categorias nominais entre as pleri- e proformas justifique a opção teórica de autores pelo banimento ou pela conservação da classe pronominal. De um modo geral, a concepção despiciente da classe pronominal representa, parece-nos, uma opção teórica pela exclusão da relevância de fatores intervenientes de ordem pragmático-semântica tal como concebemos aqui. De todo modo, o que queremos dizer é que os autores que abonam ou abandonam a classe têm as suas relativas razões. Parece-nos, entretanto, que somente um redimensionamento simples com base na categoria aqui proposta, a proformalidade, permite um esclarecimento de que os *pronomes* continuam *nomes*, sem deixarem, contudo, de serem *pronomes*.

5.2. Aspectos morfossintáticos

5.2.1. Categorias típicas de nominalidade

No que diz respeito aos aspectos morfossintáticos atinentes à classe dita pronominal, reconhecem-se, em regra, três categorias específicas: a de *caso*, a de *gênero* (neutro) e a de *pessoa*.

Parece que representa uma abordagem imprópria reserva tais categorias à classe pronominal, e, mais problemático, conferir-lhes a atribuição de particularizar a referida classe. O que intentamos mostrar, doravante, é que as referidas categorias e outras típicas da nominalidade, interditas aos pronomes, ou lhe cabem bem (o grau), ou não lhes são privativas (gênero neutro e caso). Tais categorias, a bem da verdade, são próprias da classe nominal, quer de ordem pleri- ou proformal.

5.2.1.1. O gênero

No que concerne ao gênero, assinala-se que se realiza, com os mesmos traços da estrutura nominal, sendo, todavia, a distribuição paradigmática própria da flexão restrita de base antropofórica não extensiva a todos os pronomes. Vale dizer que as proformas pronominais, quando se referem, deiticamente, a referentes sexoados, acompanham a concordância de gênero dos referentes em cena ou o gênero dos substantivos empregues para codificar os referentes. A esse respeito, não há diferenciação entre nomes e pronomes, vez que formas como *ele(a)*, *este(a)*, *algum(a)*, obedecem às exigências morfossintáticas de concordância características da classe nominal.

Não reside, contudo, no gênero em geral a especificidade avocada para particularizar a classe nominal, mas sim no gênero neutro. Supõe-se que o gênero neutro seria privativo de formas estritamente pronominais.

A expressão neutriforme do gênero entre os pronomes seria marcada por uma alternância vocálica que a distingue das formas masculinas e femininas (as quais se manifestam, já o dissemos, entre nomes e pronomes). A forma neutra, de caráter substantivo, contrapõe-se às do masculino e feminino, de caráter tipicamente adjetivo (porém não de modo

absoluto, vez que, por exemplo, formas demonstrativas *este*, *esta*, etc, podem comportar-se como núcleos valenciais). De todo modo, a princípio, o quadro abaixo refletiria a expressão do gênero neutro entre os pronomes:

Quadro ilustrativo da expressão do gênero

Masculino	Feminino	Neutro
este (s)	esta (s)	Isto
esse (s)	essa (s)	Isso
aquele (s)	aquela (s)	Aquilo

quadro 52

Consideramos contestável a exclusividade da expressão do gênero neutro entre os pronomes com base em Nascimento (2006, p.85). Sua pesquisa mostra a preponderância do gênero sintático masculino para referir entes destituídos de sexualidade. Essa predominância permite categorizar a terminação *-o* como prototípica do gênero neutro entre os substantivos. Em outros termos, a expressão mórfica *-o* representaria a codificação prototípica do gênero neutro em língua portuguesa.

Podemos aditar que essa prototipicidade é admissível em razão de uma carência morfológica do português, ou seja, o português não dispõe de nenhum morfema específico para assinalar o gênero neutro.

De todo modo, as formas disponíveis acabam acomodando a noção de neutralidade de gênero (ausência de motivação referencial sexual), preponderantemente, conforme já dissemos, entre as formas terminadas em *-o*. Destarte, a suposta exclusividade do gênero neutro não é admissível exclusivamente na dita classe pronominal. Na verdade, ela espelha apenas uma acomodação do português para a expressão da neutralidade, isto é, terminam com *-o*, tal como a maioria dos substantivos de gênero imanente. Assim, a língua autoriza a postular, por prototipicidade, que a expressão mórfica dos substantivos neutros, os que designam referentes não-sexuados, é o morfema *-o*.

Ora, o referido morfema codificador da neutralidade nominal, por prototipicidade, é exatamente o mesmo que codifica a neutralidade pronominal. Em sendo assim, o gênero neutro, demonstradamente, é uma categoria própria da classe nominal, independentemente de ser de natureza semântica mais ou menos geral.

Há outras formas pronominais que geram turbulência descritiva como possíveis representantes do gênero neutro: as terminadas em *-e* e *-em*. Convém ressaltar que, já em latim vulgar, as formas terminadas em *-e* e *-em* tinham gênero distribuído aleatoriamente, vez

que não havia, por meio dessas terminações, uma tendência de marcação flexional, ainda que restrita, como a encontrada entre os nomes terminadas no par *-o/-a*. Em português, essa indistinção ou oscilação, para os substantivos de referentes não-sexuados, permaneceu. Em sendo assim, as terminações em *-e* e *-em* representam tão somente uma opção secundária de acomodação do gênero neutro entre os nomes de referentes não sexuados. Entre os pronomes, tanto mais simples, vez que por causa de sua capacidade de referir, não necessariamente antes do universo antropofórico, torna-lhe ainda mais saliente o caráter de neutralidade de gênero, como nos usos de *que* e *quem*, que não se reportam a referência antropofórica. Novamente, as referidas terminações encontram-se como expressão do gênero neutro entre os nomes, mas fica, em razão de sua carga semântica mais específica, menos saliente a neutralidade.

Um terceiro tipo de pronomes que poderiam representar privativamente o gênero neutro são os pessoais de 1ª e 2ª do singular. Entre tais formas, a ausência de uma marcação específica de gênero é explicável à luz do grau elevado de gramaticalização dessas formas herdadas do latim. Vale lembrar que, em determinadas línguas, em que tais referências não estão tão gramaticalizadas, há marcações morfológicas lexicais ou morfológicas para o gênero, como em japonês ou árabe. Outrossim, mesmo em uma língua como a nossa, quando as formas usadas para interlocução ainda guardam seu caráter lexical acentuadamente, as marcas prototípicas de gênero nominal de referentes sexuados *-o/-a* aparecem, como em, por exemplo, *meu amigo, minha amiga*.

Em suma, há correlação das formas neutriformes de nomes e pronomes terminadas em *-o*, *-e* e *-em* e, quando não há (*eu, tu, nós, vós*), pode-se explicar em virtude de estágio ainda mais avançado de gramaticalização.

5.2.1.2. O número

A tradição gramatical ensina que *nós* é o plural de *eu*. No entanto, isto configura uma distorção: a noção de pluralidade, tal como conferida aos nomes, só se aplica ao pronome de terceira pessoa. A este respeito, Monteiro (1994, p.38) assevera

nós é realmente plural, mas nesse aspecto não se correlaciona com *eu*, nem morfológica nem semanticamente. E, com isso, a categoria de plural nos pronomes pessoais é bastante diferente da que existe nos nomes. (MONTEIRO, 1994, p.38).

Não julgamos, porém, que a diferença seja assim tão acentuada, nem morfológica, nem semanticamente.

No tocante à supleção mórfica para indicar o plural, pode-se referir o plural nominal supletivamente e não apenas por meio de expressão de um formativo flexional. Basta usar o coletivo. Por exemplo, em lugar de referir *os livros*, posso referir *a biblioteca*; em lugar de referir *os discos*, *a discoteca*; em lugar de referir *os barcos*, *a frota*, etc. Em sendo assim, novamente, a supleção mórfica não representa um traço privativo de pronominalidade para expressão de pluralidade, vez que ela, conforme mostramos, está inteiramente presente entre os nomes.

Monteiro (1994, p.38) supõe que a tradição se equivoca porque o plural de um *eu* representaria um absurdo, isto é, a duplicação de um indivíduo (operação hoje exequível, que se realize a sua clonagem). Ora, parece-nos que não houve um entendimento apropriado da pluralidade que se quis significar. Em primeiro lugar, entre os nomes também não se cogita que a pluralidade represente uma clonagem ou uma reprodução idêntica de referentes assemelhados ou irmaos. Por exemplo, por mais traços que dois carros partilhem (mesmo ano, modelo, cor, etc), eles são, em última análise, dois automóveis diferentes. Em segundo lugar, não cremos que a tradição gramatical referisse literalmente a duplicação de um mesmo *eu* (o que, com efeito, até o fim do século XX seria inimaginável para o mais criativo dos cientistas). Em terceiro lugar, parece-nos correto crer que o que se pretendia dizer é que todo e qualquer *tu* é necessariamente um outro *eu*. De fato, não pode ser diferente. Se assim é, *nós*, ao menos enquanto contemple a referência ao enunciador e ao locutor, representaria o plural de *eu* e de outro *eu* (ou seja, *tu*). O que se pretende dizer, de modo apofântico, não apodítico, é que a pluralidade de *nós* é compreensível desde que se empreenda a seguinte análise componencial de *eu*:

Análise componencial de *eu*

Traços sistêmicos	+ animacidade + humanidade + individualidade + emissoriedade dêitica singular
-------------------	--

Quadro 53

Com base na argumentação que estamos construindo, se excluirmos o último traço, *emissoriedade dêitica singular*, teríamos um nível mais abstrato de significação de *eu*, em que se conservam apenas a *egocidade*, isto é, os traços mais gerais da forma. Nesse sentido, somente assim, conserva-se válida a pluralidade pretendida pela tradição em ‘nós’. Excluído o traço distinguidor de *eu*, a *emissoriedade dêitica singular*, o que permanece são os marcadores, ou seja, traços que dão sustentáculo à interpretação de *eu* como uma

individualidade humana, o que estamos chamando de *egocidade*. Bem, o traço humano, a referência antropofórica, está presente em toda e qualquer forma que aluda a seres humanos, inclusive as demais formas ditas pessoais pronominais, como *nós* e *ele*. Em sendo assim, o traço de individualidade humana, que vamos representar no quadro por *ego*, é projetável nas duas combinações de *nós*, conforme o esquema a seguir:

Combinações ou associações personativa ou não-personativa de *nós*

Uso personativo	Uso não-personativo
Eu + 2ª pessoa	Eu + 3ª pessoa
Equivalem a	
Eu + ego-tu	Eu + ego-ele (+ego-ele; +n-ego-ele)

Quadro 54

Percebe-se a abstração do traço de *emissoriedade dêitica singular* permite entender que há *egocidade* em todo e qualquer referência antropofórica, seja ela alusiva ao interlocutor, uso personativo do *nós*, ou terceiro(s), uso não-personativo do *nós*. Com esse percurso interpretativo, em que a noção de *individualidade humana* se estende a toda e qualquer referência antropofórica, inclusive proformal, *tu* e *ele*, é concebível que *nós* represente efetivamente o plural de *eu*. Em suma, a tradição teria pretendido significar que todo e qualquer ente humano, participante ou não de uma enunciação, é, antes de tudo um *eu*, isto é, uma *individualidade humana singularíssima*. A reunião de individualidades humanas, quer interajam ou não, uso personativo ou não-personativo, representaria, de todo modo, um plural de entes que partilham traços idênticos ou comuns. Se são seres agrupáveis no mesmo conjunto, com base em traços comuns, é cabível dizê-los como múltiplos, ou seja, mais de um. Ora, mais de um da mesma espécie representa exatamente o que se reconhece como plural. No entanto, essa argumentação não deve desconsiderar que a pluralidade indicada por *nós* não pode ser compreendida exatamente como a pluralidade dos nomes comuns.

Ainda a respeito da pluralidade entre os pronomes, o autor citado menciona que há impedimentos táticos, por exemplo, numerais não se poderiam adjungir a pronomes:

(202) * Mil eus.

(203) * Cinco nós.

A construção admissível seria: *três de vocês, oito deles, dois de nós*. Pode-se objetar que é a natureza do significado intrassistêmico das formas citadas em (202) e (203) que

geraria um bloqueio para a pluralização de qualquer ordem. Correlativamente, a não ser que entre em ação uma operação de metaforização por antonomásia, a seguinte sentença também seria impossível:

(204) *Vinte Pelés ganharam o mundial de 70.

Destarte fatores de ordem semântica intrassistêmica bloqueiam a pluralização inclusive entre os nomes, conforme ilustramos em (204).

Deve ser destacada a diversidade das associações representáveis por meio de *nós*:

Quadro ilustrativo dos valores referenciais não-marcados de *nós*

aspecto inclusivo	(nós = eu + vocês(s)) ou eu + você(s) + ele(s)
aspecto exclusivo	(nós = eu + alguém que não é você)
aspecto genérico	(nós = nem eu, nem você, mas qualquer pessoa):

Quadro 55

Estendida a noção de *pessoa* a toda e qualquer referência antropofórica, não é impossível, conforme já ilustramos no curso deste trabalho, verificar entre pleriformas nominais uma expressão referencial nominal que abrigue todos os valores fóricos do quadro 55. Ademais, todas as proformas nominais pessoais, herdadas ou forjadas em português, *pronomes* para a tradição, podem ter usos referenciais para além de seu uso não-marcado. A propósito, Monteiro (1994, p.113), por exemplo, ilustra um caso de referência genérica com a 1ª do singular:

(205) Se **eu** não tenho aluno que me permita formar uma turma, **eu** não posso pagar a todos.

Proformas nominais engendradas em português também podem assumir foricidade não-marcada e marcada, referência geral e uma auto-referência:

(206) Jogamos na Malásia, nos Estados Unidos e em tantos outros lugares.. JC - Como foram esses 14 anos. **Você** deve ter muitas experiências, não? Vânia - Diferente do que muita gente pensa, o basquete, como qualquer outro esporte, não é só jogar bola. Tem muita dedicação, muitas exigências e renúncias.

(207) JC - Como a CUT quer a proposta de reeleição? Feijóo - Fernando Henrique Cardoso, José Serra votaram contra a reeleição na revisão constitucional. Agora defendem a proposta. Quando **você** defende a alteração de uma regra no meio do jogo, cujos os beneficiários já estão estipulados, isso é casuísmo. Isso está custando caro ao Brasil, pois o Congresso se transformou em um balcão de negócios (...) (Brasil - Oral).

(208) JFC - Nada, nenhum filme, é jamais a realidade que lá está, nem mesmo um documentário. JN - Mas pode ser a realidade em termos aproximados. JFC - No momento em que **você** coloca uma câmara à frente de um objecto, **você** está a manipular a realidade. JN -

Mas com esse conceito é impossível apreender a realidade através de outros, assim como mostrá-la. JFC - Só se pode apreender a realidade(...) (Port.- Oral)

Monteiro alude ainda ao *nós* relativo a uma só pessoa nos chamados *plurais de modéstia, de majestade, de divisão de personalidade ou de solidariedade*. Trata-se um uso marcado, porque discrepa da referência usual dos primeiros usos do quadro 55.

O plural de modéstia também pode ser referido por meio de expressões estritamente nominais. Por exemplo, observemos a seguinte ocorrência:

(209) "**O presidente da República** deve estar ciente de suas obrigações", disse o presidente em seu discurso de posse.

Conquanto refira a si próprio, o aludido personagem despersonalizou a sua auto-referência, em uso em tudo similar ao identificado no plural de modéstia. Poderia ainda representar o plural de majestade uma forma nominal:

(210) "**O povo** acaba de entrar no salão presidencial", anunciou o mestre de cerimônias ao aparecer o presidente da república.

Assim, como no caso do pronome *nós*, são usos marcados das expressões destacadas em (209) e (210). Representam, contudo, usos semanticamente equivalentes aos usos estilísticos de *nós*.

Monteiro (1994) não apresentou, contudo, as seguintes possibilidades, quanto ao número:

(211) Nós dois filmamos tantas coisas legais que agora estamos interessados

Nesse caso, adjunge-se à proforma nominal um determinante quantificador específico. Outras combinações similares são facilmente encontradas, tais como as que se seguem:

(212) Nós três, eu e o casal de estrangeiros, não.

Defrontado com tanta complexidade, o autor apresenta dois escapes. O primeiro consiste do rompimento com a nomenclatura tradicional: utilizar, por exemplo, o conceito de auto-ontivo e anti-ontivo (= eu e não-eu) por oposição a anontivo (a não-pessoa). São, porém reformulações terminológicas. Ademais, de que forma sanar o suposto problema insolúvel para a proforma pronominal *nós*, quando equivaler a *eu + ele(s)*? Nesse caso, uma vez que *eu* é considerado *pessoa*, por oposição a *ele*, que é não-pessoa, torna-se difícil classificar *nós*,

pois ele refere, ao mesmo tempo, um ente intradiscursivo e outro extradiscursivo. Isso se torna solúvel se a noção de *pessoa* for estendida à terceira pessoa (dita não-pessoa).

O segundo escape residiria em conservar a noção de pessoa, despojando-a da de número, o que resultaria seis pessoas gramaticais. Isto foi aplicado ao português por Camara Jr. (1982). Monteiro (1994, p.40) observa o que ele chama de paradoxo duplicado: a atribuição ao pronome *ele* da categoria de pessoa correlacionada às outras e a sua separação em duas pessoas gramaticais (3^a e 6^a), como se a mudança de número emprestasse para esse pronome uma nova noção de pessoa. Por fim, o autor se inclina por uma solução híbrida, amalgamada de tradição e inovação:

Assim sendo, quer-nos parecer que, pelo menos no estágio atual, nenhuma substituição representa um avanço definitivo na interpretação do quadro dos pronomes pessoais. E, enquanto isso, só nos resta continuar dizendo que são três as pessoas gramaticais e que elas se apresentam ou no singular ou no plural. Mas não devemos perder de vista que a terceira pessoa é bem distinta das outras e que a noção de plural, em relação à primeira e segunda, além de diversa da que existe para os nomes, não se baseia numa oposição com as formas do singular. (MONTEIRO, 1994, p.40)

Diferentemente, inclinamo-nos a uma solução em que não há argumentos que justifiquem uma partição rígida entre nomes e pronomes no que se refere ao número. Ao contrário, salvo por diferenças sintáticas, há, de fato, restrições de colocação para as formas nominais, não há manifestações discrepantes do número entre nomes e pronomes.

5.2.1.3. O grau

Macambira (1973) não admite a incidência de morfemas configuradores do grau entre os pronomes. No entanto, os usos autorizam o contrário, ou seja, há exemplos do uso de afixos prefixais e sufixais a consubstanciar o grau entre pronomes ou proformas nominais, tais como os seguintes:

- (213) vocezim
- (214) euzaço
- (215) euzinho
- (216) euzim
- (217) megaeu

Ressalte-se que outros expedientes de expressão do grau, como a repetição e a entoação, não estão sendo levados em consideração.

Todas essas ocorrências são comprobatórias de que também esta categoria se estende aos pronomes.

5.2.2. A noção de *pessoa*

É interessante, a nosso ver, com base em nossa compreensão geral de que léxico e gramática estão sempre a disputar a codificação das categorias, ressaltar que a expressão da categoria *pessoa* não é privativa das formas ditas pronominais. Observemos o quadro a seguir:

A codificação da categoria *pessoa*

Macroclasse	Formas	
Nome	Pleriforma	Substantivos mais ou menos gramaticalizados para referir os participantes da interlocução (locutor e interlocutor) ou qualquer referente portador de traço humano. A referência antropofórica se aplica a qualquer pessoa do discurso.
	Proforma	Pessoais interlocucionais (pessoais <i>grammaticae traditionis sensu</i>)
		Pessoais possessivos
		Demonstrativos <i>stricto sensu</i>
Verbo	Afixos flexionais	

Quadro 56

As coordenadas gerais do quadro 54 já foram mencionadas por Camara Jr. (1989), ou seja, o percurso para indicação teria obedecido à gramaticalização da categoria *pessoa*: léxico → pronomes → sufixos verbais. Porém, na verdade, não há prejuízo da convivência entre as formas de expressão lexical e gramatical. Significa dizer que a categoria *pessoa*, entre as suas expressões lexicais, é codificada pela referência antropofórica. Em sendo assim, toda e qualquer expressão referencial nominal que aluda à antropoforicidade representa uma codificação lexical da categoria *pessoa*.

Parece-nos admissível uma bipartição da noção de *pessoa* ou *pessoalidade* (doravante vamos usar um termo pelo outro e vice-versa). A *pessoalidade* ou *pessoa* em sentido amplo coincide com a visão propugnada por Cervoni (1989, p.29), da qual faremos ilações que nos parecem oportunas para o curso das especulações desenvolvidas aqui:

As três análises convergentes (...) contribuem para demonstrar que a pessoa dita 'terceira pessoa', longe de ser uma 'não-pessoa', é, ao contrário, a pessoa fundamental, 'base', diz-nos G. Moignet, 'de todo o edifício estrutural do francês. (CERVONI, 1989, p.29)

Essa noção dá sustentáculo para o nosso entendimento geral da gramaticalização da categoria *pessoa*. Mas, para nós, o fundamental provém da combinação das especulações de

Lyons (1977) sobre os nominais do Quase-English²⁴⁹, inclusas principalmente as formas antroponímicas, com a hipótese evolucionária de Givón (1991) e a compreensão de que as sociedades humanas em geral são heteronômicas (ou seja, apresentam hierarquias e indivíduos capazes de personificar de modo especialíssimo tais posições de relevo e mando).

O desdobramento fundamental é a suposição de que, em um estágio primordial de gramaticalização da categoria *pessoa*, os antropônimos²⁵⁰ de figuras de destaque tenham desempenhado um papel central. Por outras palavras, a auto-referência antroponímica, ao sofrer uma eleição de designação individual, por se tratar de membro destacado ou tido como exemplar conforme os valores partilhados por aquela comunidade, estendida ao uso geral, ter-se-ia transformado nas formas pessoais mais gramaticalizadas. O que se pretende dizer é que os antropônimos deram origem, como ainda sucede, a axiônimos.

Um indício relevante de que isso pode ter sucedido nos termos expostos é atestável por meio da observância do emprego da forma antroponímica *César*, como tratamento de supremo mandatário de nações em diversas línguas, tais como *César*, durante o período imperial romano, *Czar*, em russo, *Kaiser*, em alemão. A forma originalmente antroponímica, em razão do estatuto privilegiado conferido ao indivíduo ou referente matriz, sofreu uma *antonómia* (nome retórico de ligeira alteração para o originário nome grego para designar pronome, *antinomia*) a indicar um tratamento de suprema deferência, de superna autoridade.

Com base, portanto, nessa noção ampla de *pessoa* ou *pessoalidade*, é possível propugnar a tese de que essa categoria compõe um *continuum* na língua. Destarte, eliminam-se as cisões extremas entre as antigas classes *nomes* e *pronomes* e, conseqüentemente, o suposto aporético resultado sem soluções teóricas válidas dos pontos de convergência e divergências entre as pleri- e proformas nominais que portam a categoria *pessoa*, em sentido lato e estrito. Resolve-se, assim, igualmente, com a postulação de um *continuum* em permanente reordenação com as disputas de léxico e gramática, que há um trânsito responsável pela possível remodelação do quadro das proformas nominais pessoais mais gramaticalizadas, em sentido geral (ou seja, com a inclusão da terceira pessoa), ou em sentido estrito (apenas as formas de referência estrita ao eixo básico de interlocução).

²⁴⁹ A admissão de Lyons de que os pronomes pessoais (mesmo aqueles em sentido estrito, ou seja, *eu* e *tu*, da análise propalada de Benveniste) são substitutos dos antropônimos, conserva-lhes o estatuto de pronominalidade igual ao dos demais pronomes, em sentido estrito, isto é, substitutos de nominais. Destarte, desmantela-se o pseudodilema de que os pronomes pessoais em sentido estrito não poderiam ser considerados pronomes, ou, por uma terminologia mais precisa, proformas nominais.

²⁵⁰ Estes, por seu turno, também oriundos de nomes concretos em geral, o que, em larga medida, sucede até hoje.

Continuum da codificação da categoria *pessoa* entre as pleri- e proformas nominais

Grau máximo de gramaticalidade	Grau elevado de gramaticalidade	Grau relativo de gramaticalidade	Grau mínimo de gramaticalidade
Proformas nominais pessoais	Proformas nominais pessoais	Formas nominais pessoais em trânsito - pleriproformais	Pleriformas nominais pessoais
Formas herdadas do latim com adaptações fonéticas do português	Formas de gramaticalidade de estatuto equivalente às herdadas do latim, mas já forjadas em português	Formas aspirantes à inclusão no quadro de menor restrição sociolingüística	Formas sociolingüisticamente variadas.
Todas as formas herdadas do latim	Você – a gente	<i>A (pron.poss.) pessoa</i>	<i>Campeão, chefe, amigo (a), patrão(oa), irmão, professor, santo(a), etc.</i>

Quadro 57

Vale acrescentar que a categoria *pessoa*, em sentido amplo, é governada pela *antropoforicidade*, ou seja, por toda e qualquer construção pleri- ou proformal designadora de seres humanos.

Por outras palavras, a referência antropofórica preside a distribuição da categoria *pessoa* entre as pleriformas e proformas nominais.

5.2.2.1. A relativa neutralização da expressão morfológica da categoria *pessoa* nos verbos em função da gramaticalização de *você*

Em latim, ao menos no latim escolar, sugere-se a dispensa das formas pronominais em razão da presença sempre clara da marca de pessoa nas formas verbais. Em português, contudo, entre os autores mais conservadores, a mesma recomendação era indicada. Essas instruções podem ser consideradas plausíveis, principalmente para o latim, em razão de a categoria ser codificada verbalmente de modo muito específico. Em português, contudo, não se apresenta uma codificação mórfica verbal tão rica da categoria *pessoa*. Principalmente no PB, mas não exclusivamente, conforme vamos avaliar a seguir.

Segundo Gärtner (2002, p.299), a redução da marcação da categoria *pessoa* entre as formas verbais do PB seria resultado do influxo de aloglotas de afroprocedência:

Uma explicação possível para a queda total do morfema de pessoa e número e a ausência da flexão verbal nas línguas bantas, que exprimem estas categorias mediante prefixos concordantes do sujeito. (...) o primeiro passo terá sido a reconstituição do morfema verbal na primeira pessoa do singular, com o que se obtém o sistema morfológico característico da

linguagem rural, que opõe a primeira pessoa do singular a todas as outras, sem, no entanto, renunciar ao emprego do pronome sujeito. (GÄRTNER, 2002, p.299)

A implicação para a expressão da categoria *pessoa* no paradigma verbal é uma relativa neutralização. Consequentemente, há uma equiparação entre as diversas formas verbais, mais ou menos acentuadamente em conformidade com o tempo verbal.

Conforme já verificamos, a categoria *pessoa* não é privativa de uma classe específica, ou seja, ela não se restringe à classe nominal. Isso porque ela é encontrada entre as formas verbais, conquanto esteja em curso uma neutralização relativa do paradigma verbal. A propósito da parcial perda da expressão da personalidade entre as formas verbais, Monteiro (1994, p.147) confirma, com base em suas recolhas do NURC, a neutralização relativa, cuja implicação mor, a fim de assinalar ou expressar a categoria *pessoa* seria a obrigatoriedade da forma pronominal na superfície lingüística. A perda relativa dos sufixos flexionais verbais número-pessoais estaria destituindo o português de sua condição de língua *prodrop*, isto é, língua que pode prescindir da proforma nominal nominativa em razão da codificação da categoria *pessoa* por meio morfológico. Essa mudança do paradigma verbal tem sucedido, conforme o trabalho do aludido autor, por ação do ingresso de *você*, a competir com *tu*, de *a gente*, a competir com *nós*, e de *vocês*, que já desbancou *vós* de forma praticamente universal no PB (excetuam-se apenas contextos muito de uso muito cerimonioso).

Conquanto já existam muitos trabalhos ilustrativos do percurso de gramaticalização de *você*, observemos, à guisa de ilustração, alguns dos usos pretéritos da matriz de *você*, ***Vossa Mercê***:

Demonstrativo histórico quantitativo de *Vossa Mercê*

XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX		PtAc	PtN	PtFc	PtOr	BrAc	BrN	BrFc	BrOr	TOTAL
-	-	60	960	994	318		-	-	7	-	-	-	4	-	2343

Quadro 58

É interessante, em primeiro lugar, observar o uso crescente de *Vossa Mercê* a partir dos séculos XVII e XVIII. Nos séculos subseqüentes, *você* passa a ser de tal modo usado que suplanta, inclusive, a forma concorrente herdada do latim, *tu*:

Demonstrativo histórico quantitativo de *você*

XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX		PtAc	PtN	PtFc	PtOr	BrAc	BrN	BrFc	BrOr	TOTAL
-	-	-	1	7	3736		2	85	1306	424	510	939	4816	6335	18161

Quadro 59

Demonstrativo histórico quantitativo de *tu*

XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX		PtAc	PtN	PtFc	PtOr	BrAc	BrN	BrFc	BrOr	TOTAL
318	1962	1879	276	541	7947		14	70	2256	278	20	14	832	147	16554

Quadro 60

É crível que tenha sucedido uma assimetriação de *Vossa Mercê*, ou seja, tenha passado de um tratamento mais restrito e dirigido a autoridades para todo e qualquer indivíduo, em toda e qualquer situação comunicativa. O exemplo a seguir, do séc.XVI, mostra um uso ainda cerimonioso:

- (218) Ao qual dito mandado eu, Andrés de San Martim, dei e respondi meu parecer, que era do teor seguinte: Mui magnífico Senhor: visto o mandado de **Vossa Mercê**, que quinta feira, vinte dous dias de Novembro de mil e quinhentos e vinte, me foi notificado per Martim Mendes, escrivão desta nau de Sua Majestade, chamada Vitória, per o qual em efeito manda que dê (...) (séc.XVI)

É notável o crescimento da frequência de uso de *você*. Supomos que a oscilação resultante de uma gramaticalização proformal nominal pessoal ainda em curso de realização não ateste verdadeiramente o que ocorria. Com efeito, é possível identificar registro de formas concorrentes em períodos coincidentes:

- (219) Vá buscar um copo d ' água. - Sinhazinha, ponderou a mucama, o que lhe fez mal foi o cheiro forte do vidro que **vassuncê** estava pondo na roupa: a mim também me tonteou. Cuidado. E saiu. (Brasil - XIX)
- (220) Não cortando seu bão prepósito: é aqui que é a casa de siá dona Gertrude? EDUARDO - Sim, senhor. BONIFÁCIO - **Vancê** é empregado da casa? EDUARDO - Não, senhor. (À parte) Quem será este animal? BONIFÁCIO - **Vancê** tá assistino aqui? EDUARDO - Está o quê? BONIFÁCIO - Pregunto se **vancê** tá assistino aqui.. (séc. XIX)
- (221) Deu com ele à janela e, sem falar, sorrindo, passou a porta e depôs sobre a bojudá pasta a abastecida bandeja. - Sinhá mandô dizê qui vosmicê não arrepere.. Mas cumu **vosmicê** disse qui não podia sahi móde o seu pé.. - Oh! fez ele descobrindo, com veneração, a bandeja, é muito amável. (Brasil - Ficção)
- (222) Os três pararam de chofre, assustados. - Pode chegá, minha gente. O moço é de paz. Só tá querendo um dedo de prosa com **ocê**, meu véio. - A tranqüilidade de Dona Nazaré quebrou, de pronto, a tensão do ambiente. (Brasil - Ficção)
- (223) Ele tava lá parado, enorme. O Paulo veio correndo, eu não conhecia ele, mas ele disse: " **Cê** tá vendo o que eu tô vendo " A gente aí sentou e o disco sumiu num ziguezague incrível. (Brasil - Oral).

Há três ocorrências iguais a (219), todas no século XIX, mas é bastante crível que fosse muito usual, mormente entre usuários não escolarizados, que compunham a maioria da população brasileira de então. Não havia, em razão de nossas marcas etnológicas, muito interesse em registrar as marcas populares.²⁵¹ As ocorrências são em maior número, mas aparecem apenas no séc. XIX e no séc.XX. Em (217), é admissível que se trate,

²⁵¹ Conforme Holanda (2005, p.220), especula-se que menos de 1% da população brasileira, residente na corte, durante o segundo reinado, sabia ler ou freqüentava escola. Sabemos da diferença entre supor-se letrado e efetivamente sê-lo. Agrava-se ainda mais o quadro se tivermos em mente que essa situação era a da sede do governo e das mais altas instituições do país à época.

preponderantemente, conforme as ocorrências nos inclinam, a identificar esse tipo de variação como tipicamente brasileira, vez que há uma única ocorrência portuguesa. É mister ressaltar ainda que essa ocorrência foi extraída de uma obra de Miguel Torga, escritor português que viveu muitos anos no Brasil. Destaque-se ainda que a imensa maioria dessas ocorrências são novecentistas, o que indica a recência da forma. A forma *cé* também se restringe ao séc.XX, o que também revela seu caráter recente.

5.2.2.2. Axionímia gramatical e lexical

Em primeiro lugar, queremos ressaltar a razão de nossa preferência pelo termo *axionímia* em lugar de *formas de tratamento*. A nosso ver, essa nomenclatura é mais precisa porque a noção de valor fica mais bem explicitada. Por outras palavras, o termo *axiônimo* ajusta-se melhor à designação das formas de tratamento radicadas em uma hierarquização de ordem societal, a qual pode ser definida por diversos valores como, por exemplo, o poder econômico, o poder religioso, o poder familiar, ou, simplesmente o trato interpessoal simétrico ou assimétrico.

A GT, ao abonar unicamente formas de tratamento destinadas a autoridades (políticas, eclesiásticas²⁵² e acadêmicas) reflete uma análise compatível com a tessitura societal ocidental heterômica, isto é, uma disposição social em que há assimetria entre os membros constituintes. Não nos parece casual que uma forma originalmente destinada a prestar deferência a autoridades ou a indivíduos portadores de alguma espécie de poder socialmente reconhecido, com a sua vulgarização, ou simetrização, tenha-se transformado em uma forma pronominal de estatuto equivalente às herdadas do latim. Os axiônimos abonados pela GT espelham, nitidamente, a seleção social dos dignos de distinção.

Ressalte-se que a GT acolhe formas de tratamento, axiônimos, de 2^{a.} e 3^{a.} pessoas, como se pode depreender do quadro de Cunha & Cintra (1990, p.283)abaixo:

Quadro dos pronomes de tratamento Cunha & Cintra

Tratamento	Abrev	Usado para:
Vossa Alteza	V.A.	Príncipes, arquiduques, duques
Vossa Eminência	V. Em. ^a	Cardeais
Vossa Excelência	V.Ex. ^a	No Brasil: altas autoridades do Governo e oficiais e generais das Forças Armadas; em Portugal, qualquer pessoa a quem se quer

²⁵² No tocante às autoridades eclesiásticas, a GT restringe suas designações aos membros da Igreja Católica, *Santidade, Reverendíssima*. Naturalmente, é compreensível em razão de, no Brasil, até o séc.XIX viger, oficialmente, única e exclusivamente a referida instituição religiosa. Porém, atualmente, essa restrição representa uma franca discriminação aos outros cultos.

Vossa Magnificência	V.Mag. ^a	manifestar grande respeito.
Vossa Majestade	V.M.	Reitores de universidades
Vossa Excelência Reverendíssima	V.Exa. Rev. ^{ma}	Reis, imperadores Bispos e arcebispos
Vossa Paternidade	V.P.	Abades, superiores de conventos
Vossa Reverência ou Reverendíssima	V.Rev. ^{ma}	Sacerdotes
Vossa Santidade	V.S.	Papa.
Vossa Senhora	V.S. ^a	Funcionários públicos graduados; oficiais até coronel; na linguagem escrita do Brasil e na popular de Portugal, pessoas de cerimônia.

Observações:

1^a) Como dissemos, estas formas aplicam-se à 2^a. pessoa, àquela com quem falamos; para a 3^a pessoa, aquela de quem falamos, usam-se as formas Sua Alteza, Sua Eminência, etc. Mas as últimas podem empregar-se com o valor das primeiras, como expressão de máxima cerimônia, mormente quando seguidas de aposto que contenha um título determinado por artigo.

Quadro 61

Percebe-se, portanto, que a visão tradicional é heteronômica porque contempla as personalidades prestigiadas de nossa sociedade. Outras formas de tratamento que abrigam antropoforicidade são simplesmente ignoradas. Na verdade, o que importa é empregar um termo mais neutro que simplesmente admita a antropoforicidade. O que estamos propondo é o termo *axiônimo*. Esse termo não alija da relação da referência antropofórica os termos socialmente menos valorados, como os que serão apresentados nas ocorrências abaixo. É relevante também declarar que *axiônimo* não define estatuto de gramaticalidade. O que vai definir o estatuto de gramaticalidade de uma dada referência antropofórica é o seu grau de frequência de uso. Prova disso é a discussão em torno da aparição de formas pronominais formadas em português tecida na seção 5.2.2.. a respeito exatamente da expressão da categoria pessoa na nominalidade mais lexical ou mais gramatical. A expressão da pessoa mais gramaticalizada, conforme discutimos, não será seguramente representada pelos *axiônimos* desprezados pela GT, vez que estes últimos são sociolinguisticamente desprestigiados porque referem usos restritos. Se os usos são restritos, com finalidades de trato simétrico e assimétrico múltiplas, são pleriformas nominais antropofóricas. Os *axiônimos* mais neutros são as proformas nominais pessoais herdadas do latim e as forjadas em português de largo uso, conforme se apresenta no quadro 57.

Em termos sociolinguísticos, contudo, é possível reconhecer usos próprios de determinadas regiões, ou de grupos de gênero, ou simplesmente de trato social distenso e assimétrico, como os *axiônimos* a seguir bem ilustram:

(224) Era engraçado. E bastante esquizofrênico. Mas de repente o real tinha-se tornado bem menos retórico. " Você começa hoje, **cara** " - dissera Castilhos no telefone.

(225) Deve cascar o almofadinha. - Xi, Pepino! Você é ainda muito criança. Tu é ingênuo, **rapaz**. Não conhece a podridão da nossa imprensa. Que o quê, meu nego. Filho de rico

- manda nesta terra que nem a Light. Pode matar sem medo. É ou não é, Seu Zamponi? (Brasil - Fic)
- (226) O senhor não tem medo que isso se repita aqui e devido essa deficiência os policiais, mesmo criminosos, comprovem inocência? NF - **Meu amigo**, isso é uma situação completamente diferente. A do Collor é uma situação política e a nossa não. Há muito tempo os jornais dão notícias de crimes praticados por policiais civis e militares. (Brasil - Oral)
- (227) Um dia, eu estava observando Caetano tocando seu violão. Ele me parecia tão tristonho, cabisbaixo.. Cheguei para ele e disse: **meu irmão**, ficar aí sentado, dedilhando essa música calminha, isso não tem a ver com você. Por que você não larga esse violão e pega uma guitarra elétrica? Ele atendeu ao meu pedido. (Brasil - Oral)
- (228) E chegou adiantado; quer muito me ouvir. - **Meu irmãozinho**. Logo de cara soltei um meu irmãozinho, não era assim, a polícia, irmãozinho, os guerrilheiros, companheiro? (Brasil - Ficção)
- (229) - Não é nome de gente. Bom Jesus é lugar. Bom Jesus da Lapa, pode ser. - Não. Falo de um homem. - Não está mangando não, **meu compadre**? - Não senhor. Bom Jesus mesmo. (Brasil - Ficção)
- (230) - Pode parar, por favor, no entroncamento, amigão. Vou ficar aí mesmo - disse ele. - Que é isso, **meu chapa**? Te levo até Marabá. A gente toma um bom banho, come uma bóia na pensão da Noca e, depois, vamo pra zona, meu chapa, pegá umas puta e tomá cerveja. (Brasil - Ficção)
- (231) Sem compromisso, sem prejuízo para os que faltarem, sem sabotagem. Gentile abriu o rosto num grande sorriso, estendeu a mão que Ciríaco apertou: - Você é um amigão, **companheiro**. Voltando-se para os homens que tinham vindo com ele, comandou: - Vocês três, às ordens de Ciríaco. (Brasil - Ficção)
- (232) - eu me esqueci o que eu ia concluir - o homem é que tem que fazer uma força danada do homem - tá: doido - a mulher é um receptáculo, **rapaz** - é: - sei tem aquela aquele aquele - mas é o criatório né? (Brasil - Oral)
- (233) E acrescenta: " Chama-se Cajango ". Ergue o busto, a rédea na mão, para concluir: " Desgraça do sul, **menino**. Parece que o cacau precisa do sangue da gente para nascer ". Interrompe sua própria lembrança para dizer: Sei que esta luta não acabará tão cedo. (Brasil - Ficção)
- (234) No máximo, Deborah Kerr. Das mais recentes, talvez Michelle Pfeiffer. Jamais mulatas de botas brancas. - A legenda: " Que coxas, hein, **meu** " Uma de vinte toques, descontando o i, cabe certinho. (Brasil - Oral)
- (235) Valeu **macho** veí pela visita !!! <http://flog.vaquejadas.com/julinho/>
- (236) (...) relanceou os olhinhos pelos assistentes, e mui de manso pediu ao empregado do balcão: - ' Stá bem.. **Chê!** dê-me aquele queijo.. E apontou para um rodado dum palmo e meio de corda, que estava na prateleira, (...) (Brasil - Fic)
- (237) Se o homem que o senhor procura é pessoa mesmo, não está nesse cemitério. Eu que enterrei todo mundo. Agora.. e voltou a cavucar. - Agora o quê, **cidadão**? - Cidadão! - exclamou o cabo. - Chamando Zé Peba de cidadão! **Moco**, isso aí é um criminoso feroz, está assim nulo porque ficou sem razão de cachaça na cadeia. Já matou mais de vinte. (Brasil - Ficção).
- (238) - Eu o conheço muito bem e sei que você não o faria. Não é suficientemente estúpido para isso. - Não entendo, **mestre**.. o senhor quer dizer que o seppuku é um ato estúpido? - Não.. mas já que você levantou a questão, gostaria que meditasse sobre ela. (Brasil - Ficção).

- (239) - Com a Patricia. Neal ou Highsmith, pensei em perguntar, talvez Travassos. Aquilo era contagioso. - Com você mesmo que eu quero falar. - Então fala, **meu anjo**. (Brasil - Ficção)
- (240) No corredor, uma roncadeira esquecida. O capataz punha o frito no alforje, quando ele entrou na sala. - Em cima da hora, **patrão** - disse-lhe um dos cabras. - Hoje nós pegamos ela. (Brasil - Ficção)
- (241) Munda chegou do mato com uma braçada de cactos no ombro, os espinhos cortados, o facão no cinto. Admirou-se de vê-lo deitado ainda. - Oh, **seu Zé Preguiça**, levanta! Não fez caso. (Brasil - Ficção)
- (242) "Eita que um IDIOTA aí em baixo acha que tem procuração para falar em nome de todos os pernambucanos! Ô **mané**, antes de xingarmos o estado dos outros precisamos olhar para o próprio @#\$% Tenho parentes e amigos que, através de concurso, foram morar na Paraíba: pergunta se algum deles quer voltar a morar aqui!
<http://jc.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/comentarios.php?codigo=3937&canal=1>
- (243) Falta poko pro flog akbar...por isso vo TENTAR fikr até uma da manhã pa fazer no .net! ^^ Tá certo q na foto eu pareço uns 5 kilos mais gorda! puta..eu to uma bola ali **brother!** http://fotolog.terra.com.br/julika_osuado
- (244) Adivinhando-lhe o pensamento, o Florindo chegara a propor-lhe: - Eu dou um jeito de passar por cima do muro, **Seu Major**, e abro a porta pelo lado de dentro. - Tire isso da cabeça - replicou Natalino em tom categórico. (Brasil - Ficção).
- (245) no apartamento do Parque Guinle, ao inteirá-la da sentença do juiz, que lhe tirava a guarda do filho, Benício tentara consolá-la, apertando-a contra o peito: - Eu te darei outro filho, **meu amor**. - Não posso ter outro - confessou ela. (Brasil - Ficção).
- (246) - Estão nos tratando como porcos! - disse um velho pequenino, de gestos delicados. - Eu prefiro morrer de fome a perder minha dignidade. - É isso aí, **tio!** - concordou um rapazola, dando um tapinha nas costas do velho. - Se é pra gente ficar numa pior, temos que partir logo pra porrada. Eu também não tô a fim de encarar esse rango. (Brasil - Fic)
- (247) (...) acessa o site da CBF e confere quem foi o Campeão Brasileiro de 87, aí depois tu conta direitinho e vê que teu flamerda NÃO pode ter 5 títulos nacionais, quer roubar título dos outros é?!? Te toca **mané**, tu tava até sumido, foi teu flabosta ganhar umas partidinhas pra tu voltar com tuas asneiras, tem vergonha e sai do blog, vai procurar blog de carioca!!
PARAIBA MANEÃO!!! "17/8/2007 08:40
<http://jc.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/comentarios.php?codigo=3937&canal=1>
- (248) - Qual é o seu nome, **sua vaca!** - gritou ele, num ímpeto de fúria. - Guerrilheiro não tem nome, **seu filho da puta!** - replicou ela no mesmo nível com um esgar de dor e de ódio. (Brasil - Ficção)

Todas as ocorrências acima são axiônimos alusivos ao interlocutor, de valor semântico-pragmático variável. Por exemplo, as cinco primeiras ocorrências, **cara**, **meu amigo**, **meu irmão**, **meu irmãozinho**, **meu compadre**, são usadas para marcar simetria e distensão. Representam expedientes de equalização entre os participantes de uma interação. A primeira, possivelmente, é uma das mais difundidas no português brasileiro. Já **meu chapa** sofre restrições diatópicas, vez que é possivelmente mais usual nas regiões Norte e Nordeste. Conquanto não tenhamos encontrado, estão também sujeitas a restrições diatópicas axiônimos

como *cabra* e *chê*, os quais são mais freqüentes nas regiões Nordeste e Sul, respectivamente. Já *meu* é muito restrito à cidade de São Paulo e *macho véi* (variantes *macho*, *mah*) são muitos restritos ao Ceará. *Companheiro* representa ainda, se usado de forma marcada, um eco do tratamento dos esquerdistas, o que identifica sua restrição novecentista ao tratamento de adeptos a determinada ideologia, conforme o exemplo a clara. *Cidadão* é muito usual no trato de autoridades policiais de toda ordem com os civis em geral, o que é revelador de uma circunscrição axionímica diastrática. *Rapaz*, *neg(u)(r)(o)(a)(ão)(inh)(o)(a)*, *menino(a)*, *loro(a)*, são usuais para assinalar simetria e intimidade. Não há restrição étnica para os dois axiônimos de base racial. É interessante observar eles que chegam a ser empregues sem distinção de gênero, principalmente *rapaz*. Outros axiônimos que combinam faixa etária e gênero são usuais, tais como *homem*, *mulher*, *moç(o)(a)*, *jovem*, *garot(o)(a)*, *velho(a)*, *moleque*, *piá*, *mirim*. Alguns sofrem, mais usualmente, depreciações axiológicas, de modo geral ou situacional, como *moleque*, *mirim*, *rapariga* e *put(o)(a)*, etc. O mesmo sucede com o axiônimo importado, *brother*, como demonstra o exemplo (243). *Mestre* não é abonado pela GT, mas é muito usual, em termos não marcados, para referir mentores espirituais de toda ordem e professores. Conhece, porém, usos populares igualmente. *Patrão* é forma assimétrica usual quando há efetiva relação patronal em seu uso não marcado. É usado, contudo, para marcar deferência em usos em que tal sorte de relação não existe. Há formas similares, como *meu patrão* e *patrãozinho*. *Meu anjo*, em regra, representa uma forma de assimetria, mas com demonstração de simpatia unilateral. *Seu Zé Preguiça* é uma das muitas ocorrências depreciativas oriundas de antropônimos, tais *(Seu) Zé*, *(Seu) Zezim*, *Zé Mané*, etc. Carreiam uma qualificação de desimportância, provavelmente oriunda do fato de se tratar de antropônimos muito usuais, próprios de indivíduos destituídos de autoridade ou pertencentes a classes economicamente desfavorecidas. Curiosamente, não há formações axionímicas equivalentes de antropônimos femininos, a não ser em casos de combinações com a forma Dona, como *Dona Maria* (190), e de uso muito restrito, em termos contrastivos com os axiônimos de origem antroponímica masculina. *Meu amor* concorre com uma série de outras expressões demonstrativas de carinho e afeição, tais como *meu bem*, *meu/minha querido(a)*, etc. Também são muito usuais para marcar tratamento não cerimonioso entre desconhecidos. *Major* serve para ilustrar a transposição dos axiônimos do meio militar para o uso comum, com o intuito de marcar deferência. Marcou época no Brasil da primeira metade do séc.XX o tratamento de *coronel* para os latifundiários patrocinadores do banditismo no campo, principalmente no Nordeste e no Norte. *Tio* é muito usual no Brasil para marcar uma quebra de cerimônia no trato de um locutor mais jovem para um interlocutor mais velho. O emprego

de formas de parentesco com essa finalidade de distensão comunicativa também ocorre com *papai*, *vovô(ó)*, *primo(a)*, *filho (a)*. Diferem de *irmão*, porque este último conserva traços semânticos não apenas da família biológica. Ocorrem também topônimos convertidos, por metonímia, em axiônimos, em regra como tratamento carinhoso ou depreciativo, tal como *Paraíba*. De forma similar, são usados *Ceará* e os gentílicos *baiano* e *goiano*. De todo modo, são axiônimos representativos de assimetria, de tal sorte que o assim tratado é constituído como inferior por alguma razão *ad hoc*. Axiônimos que poderíamos denominar *trofofóricos* (oriundos de referentes do campo semântico de alimentação) e *zoofóricos* (provenientes do campo semântico animal) também são usuais. Os trofofóricos, em regra, são usados com valor depreciativo. Além da ocorrência apresentada, são múltiplos os empregos como: *pamonha*, *chuchu*, *tapioca*, *bolo*, *filé*, etc. Os últimos, quer se utilize o hiperônimo ou hipônimos, podem ter acepções bem valoradas. Além de *vaca*, são costumeiros: *animal*, *jumento*, *burro*, *cavalo*, *porco*, *lesma*, *papagaio*, *sariema*, *sibiti*, *macaco*, *pato*, *peixe*, *tartaruga*, *bacori*, etc. Finalmente, as ocorrências chulas estão exemplificadas apenas para assinalar que há uma gama muito variada de xingamentos e insultos. Esses axiônimos fesceninos ou obscenos também estão sujeitos a toda sorte de variação, de gênero, região, faixa etária e situação.

5.2.2.2. As séries de proformas coordenadas pela categoria *pessoa*

É interessante ilustrar que a categoria *pessoa* se manifesta em outras proformas nominais e adverbiais, gerando uma correlação de emparelhamento significativo, conquanto não absoluto, em seus usos originários e não-marcados:

Traços semânticos otimizados (interlocução-localização) enfeixados pela categoria *pessoa*

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Pessoais <i>stricto sensu</i>	Eu	Tu	Não pessoa – fora do eixo da interlocução
Demonstrativos <i>stricto sensu</i>	Este, esta, isto	Esse, essa, isso	Aquele, aquela, aquilo
Locativos	Aqui – cá	Aí – ali	Lá – acolá
Temporais	Ontem – hoje – amanhã		

Quadro 62

A coordenação das formas dêiticas parte sempre de um ponto de vista egodêitico, ou seja, o sujeito cognoscente comanda as coordenadas dêiticas. Entretanto, as formas apresentam uma distribuição assimétrica. O traço comum entre essas formas é apenas a dêixis pessoal.

A maior parte das coordenadas dêiticas apresentam um comportamento tripartite e parêlho regulado pela categoria *pessoa*. As formas temporais do trio temporo-dêitico *ontem, hoje, amanhã*, contudo, não são reguladas de modo equivalente.

5.2.3. A noção de supletividade

A visão de que “*uma categoria morfossintática é obrigatória para uma classe de palavras como um todo numa dada língua*” (ROSA, 2000, p.120) compõe a proposta clássica das classes vocabulares, a qual, a nosso ver, não deve ser destituída, mas relativizada. Noutros termos, convém investigar a possibilidade da existência de categorias discretas, mas, provavelmente, para constatar um grau maior ou menor de incidência.

Ademais, estamos concordes, enfim, com Kemmer (1993), que assume a instabilidade categorial e a funcionalidade como via privilegiada da análise, dada a historicidade que é própria da língua:

Um comportamento multicategorial só é surpreendente se nós começamos da comum, mas em meu ponto de vista errônea, assunção de que categorias gramaticais têm limites firmes e que, sincronicamente, cada elemento gramatical numa dada língua é associado com uma série de propriedades e comportamentos únicos que clara e inequivocamente o distingue de outros tipos de elementos²⁵³ (KEMMER, 1993, p.219).

Na verdade, a noção ou o entendimento de pronome com base na possibilidade de estar por um nome é admissível, desde que não se confunda a supletividade com a referencialidade, ou seja, desde que não se reclame para o pronome a necessidade de remeter a uma expressão nominal qualquer. Desde que se considere o aspecto estritamente distribucional, ou seja, a possibilidade de comutar sintaticamente com um nome, essa definição é inteiramente plausível. É preciso, contudo, ter em mente que a noção de supletividade ou substituição pode ser de ordem distribucional, não necessariamente cumulando-se a substituição semântica.

Lyons (1977), antes de principiar sua discussão a respeito da foricidade (dêixis e anáfora), questiona a designação de *pronomes* como substitutos de *nomes*. Ele demanda um refino da noção, em razão de a supletividade pronominal não se referir estritamente a *substantivos*, mas a *expressões nominais*. Em sendo assim, ele propõe um neônimo: *pronominal*. Nominais são expressões nominais constituídas por uma base substantival, mas não

²⁵³ Multicategorial behavior is only surprising if we start from the common, but in my view erroneous, assumption, that grammatical categories have sharp boundaries, and that, synchronically, each grammatical element in a given language is associated with a set of unique properties and behaviors that clearly and unequivocally distinguish it from other types of elements.

apenas por um substantivo. Assim um *pronome* seria um substituto de um *substantivo* e um *pronominal* um substituto de um *nominal*.

Uma vez que a distinção entre nomes (expressões, incluídos lexemas, da classe S) e nominais (expressões, incluídos lexemas, da classe SN) não foi claramente definida na gramática tradicional e ainda não está em muitos dos mais recentes trabalhos no campo da sintaxe teórica e descritiva, o termo pronome é usado pela maioria dos lingüistas para cobrir tanto os substitutos de nomes quanto os substitutos de nominais²⁵⁴. (1977, p.658)

A propósito da supletividade distribucional, Lyons (1977) propõe uma caracterização nesse sentido em sua descrição do Quasi-English. Nessa pseudolíngua haveria a possibilidade de emprego de formas nominais próprias em lugar das formas pessoais. Em sendo assim, a caracterização de *pronome*, em termos de supletividade distribucional estaria assegurada.

Há autores que consideram demasiado artificial assumir que os pessoais substituem nomes próprios, mas, de todo modo, não deixa de ser plausível, em um experimento dessa natureza. A crítica que pode ser tecida à argumentação e à testagem de Lyons (1977) é que o Quasi-english não é uma língua natural, mas uma mera hipótese, uma especulação pura.

De todo modo, cremos que o assentamento da distribuição e da ocupação do mesmo lugar paradigmático não se radica em uma concepção estreitamente formalista, porque esse assentamento é cognitivo e não abstratamente sistêmico como se pode supor em uma leitura superficial do que retrodissemos.

Apesar da tentativa de Lyons (1977) de prover à supletividade um estatuto de categoria genérica, há outros problemas que tornam problemática a aceitação plena da supletividade como traço marcador de pronominalidade. Tais problemas representam objeções já clássicas:

- a) a parcialidade da noção de supletividade, porque não se aplicaria a todas as formas pronominais, ou seja, nem todas substituem (do ponto de vista estritamente lingüístico (anafórico));
- b) a supletividade das formas pronominais, se existente, não se aplica apenas às formas nominais, o que desqualifica a própria designação, porque seriam proformas que se reportam não exclusivamente a nomes;
- c) a supletividade não é privativa das formas pronominais, isto é, há outras expressões referenciais que podem exercer a mesma função morfossintática supletiva de um pronome, tais como grupos nominais e encapsulamentos. A referencialidade anafórica não é privativa das formas pronominais;

²⁵⁴Since the distinction between nouns (expressions, including lexemes, of the class N) and nominals (expressions, including lexemes, of the class NP) was not clearly drawn in traditional grammar and is still not drawn in much of the more recent work in the field of theoretical and descriptive syntax, the term 'pronoun' is used by most linguistics to cover both noun-substitutes and nominal-substitutes. (1977, p.658)

Não consideramos a primeira objeção, conforme já argumentamos, uma objeção inteiramente aceitável. De todo modo, não é possível discernir nomes e pronomes com base em b) e c), vez que as duas expressões nominais podem encapsular porções lingüísticas para além de seus correlatos distribucionais de classe.

Bloomfield (1984) também reconhece a *supletividade* como traço distintivo da classe pronominal. Ele subdivide formas que tradicionalmente eram agrupadas sob o rótulo de pronomes como *substitutos* e como *pronomes*. Considera, a propósito, a noção de substituição constitutiva ou fundacional da gramática.

Em seguida, define o que é um substituto: “(...) *é uma forma linguística ou um traço grammatical que, sob certas circunstâncias convencionais, substitui qualquer item de uma classe de formas linguísticas.*” (1984, p.247)²⁵⁵

Essa noção de *supletividade* é aclarada nos seguintes termos:

A peculiaridade gramatical da substituição consiste em traços seletivos: **o substituto substitui apenas formas de uma certa classe, que nós podemos chamar o domínio do substituto** [grifo nosso]; assim o domínio do substituto *Eu* é a classe-forma portuguesa das expressões substantivas. O substituto difere de uma forma lingüística ordinária, tais como *coisa, pessoa, objeto*, pelo fato de seu domínio ser gramaticalmente definível. Se uma forma ordinária, mesmo do mais inclusivo significado, tal como *coisa*, pode ser usado nesta ou naquela situação prática, é uma questão prática de significado; a equivalência de um substituto, por outro lado, é gramaticalmente determinado. Por exemplo, não importa a quem ou ao que nós nos endereçamos, podemos mencionar este real ou pretendido ouvinte por meio da forma de uma expressão substantiva por meio do substituto *você/tu* – e para isso não precisamos de nenhum conhecimento prático da pessoa, animal, coisa ou abstração que estamos tratando como um ouvinte. (BLOOMFIELD, 1984, p.247)²⁵⁶

O escalonamento ou hierarquização da *supletividade* em domínios e subdomínios é extremamente elucidativa do que queremos exprimir com a noção de *proformalidade* em diversas subclasses de cada macroclasse proformal. Abona o entendimento de que há domínios semânticos para os quais determinadas formas assumem um caráter genérico, com o realce para traços semânticos específicos otimizados, compondo séries com escala de referencialidade, sem restrição inclusive de classe²⁵⁷.

²⁵⁵ “(...) is a linguistic form or grammatical feature which, under certain conventional circumstances, replaces any one of a class of linguistic forms.” (BLOOMFIELD, 1933, p. 247)

²⁵⁶ The grammatical peculiarity of substitution consists in selective features: the substitute replaces only forms of a certain class, which we may call the *domain* of the substitute; thus the domain of the substitute *I* is the English form-class of substantive expressions. The substitute differs from an ordinary linguistic form, such as *thing, person, object*, by the fact that its domain is grammatically definable. Whether an ordinary form, even of the most inclusive meaning, such as *thing*, can be used of this or that practical situation, is a practical question of meaning; the equivalence of a substitute, on the other hand, is grammatically determined. For instance, no matter whom or what we address, we may mention this real or pretended hearer in the form of a substantive expression by means of the substitute *you* – and for this we need no practical knowledge of the person, animal, thing, or abstraction that we are treating as a hearer. (BLOOMFIELD, 1984, p.247)

²⁵⁷ Observe-se o quadro referente às coordenadas dêiticas alinhadas com base na localização espacial. Elas não se organizam em função de paradigmas de classe gramatical, mas de traços semânticos de localização, depois

A visão construída por Bloomfield a seguir dá sustentação à tese de que há significados gramaticais configuradores de classes gerais. Contribui, destarte, para um entendimento similar ao professado por Halliday (2004) de que há significados gramaticais que comandam classes gerais. Não há, contudo, uma distinção tal como a proposta aqui, referente a domínios definidos com base em um critério morfossintático e semântico sustentado na genericidade referencial ou monoglotossêmica. Não acolhem, portanto, uma distinção fundada em uma combinação morfossintática e semântica nos moldes aqui propugnados.

Um elemento no significado de todo substituto é o significado de classe da forma da classe que serve como o domínio do substituto. O significado de classe do substituto *você*, por exemplo, é o significado de classe das expressões substantivas de língua inglesa; o significado de classe de *Eu* é o de singular. (1984, p.247-248).²⁵⁸

A noção de *substituto* de Bloomfield (1984), conforme temos visto, assemelha-se com a noção de *proforma* aqui defendida. No entanto, não propôs uma nova categoria com base na abstratização. Não se pode, contudo, negar que apresenta a *substituição* como uma espécie de propriedade imanente da língua. Não se pode, inclusive, negar que tenha provido à noção de *substituição* um caráter semântico, conforme vimos acima. Na verdade, a única distinção fundamental vai residir no fato de termos estendido a *proformalidade* (em termos bloomfieldianos, a *substituibilidade*) a todas as macroclasses. Novamente, nunca é demais ressaltar que Bloomfield (1984) mencionou a substituição como uma propriedade de indeterminação de classes, mas não informou exemplos das diferentes classes. Restringiu-se a exemplificar a *substituição* na língua tão somente com as proformas pronominais. Em sendo assim, em termos teóricos, se suas especulações tivessem conhecido um alcance teórico mais amplo, teria coincidido em muito com a propositura fundamental desta tese.

À noção de substituição de Bloomfield (1984) faltaria apenas uma teorização sobre a genericidade semântica e seu comportamento textual-discursivo-cognitivo-pragmático por intermédio de proformas. No entanto, o aspecto sintático-semântico geral de que tais formas ocupam o lugar de outras com significados otimizados de classe e subclasse coincide integralmente com o que postulamos aqui. Ademais, ele ainda pavimenta o caminho para o entendimento de que, dentro da mesma macroclasse, há subclasses com formas que tipificam o topo de genericidade dessas subclasses. Ou seja, dentro de cada macroclasse, em outros

abstraídos para localização textual ou temporal, que os torna inequivocamente mais subjetivos no sentido de que não são regidos por distinções tão facilmente demarcáveis como sucede com o espaço concreto.

²⁵⁸ One element in the meaning of every substitute is the class-meaning of the *form-class* which serves as the domain of the substitute. The class-meaning of the substitute you, for example, is the class-meaning of English substantive expressions; the class-meaning of I is that of singular (1984, p.247-248).

níveis de manifestação sintático-semântica, com um grau menor de abstratização ou com a manifestação de traços internos outros mínimos, também há proformas. Faltaria também o entendimento de que a *proformalidade* é uma categoria holonômica, ou seja, ela se espraia por vários níveis de manifestação da língua.

Compete-nos ressaltar também que ele também tinha uma visão culturalista de formação lingüística, tanto que fez ressalvas quanto à possibilidade de estender a categoria da *substituição* a outros sistemas lingüísticos que não o inglês.

Prossigamos a analisar as considerações oportunas para a compreensão da *proformalidade* geral e estrita:

Alguns substitutos adicionam um significado mais específico que não aparece na classe da forma, mas mesmo nesses casos um conjunto de vários substitutos sistematicamente representa o domínio como um todo. [grifo nosso] Assim, *quem* and *que/o qual* juntos cobrem o mesmo significado de classe de expressões substantivas da língua inglesa. Da mesma forma, *ele*, *ela*, juntos cobrem o significado de classe de expressões substantivas no singular; dentro do conjunto, *ele* e *ela* cobrem o mesmo sub-domínio que *quem*, e *it* o mesmo sub-domínio que *que/o qual*, mas a distinção entre *ele* e *ela* implica uma subdivisão adicional e independente. (BLOOMFIELD, 1984, p.248)²⁵⁹

Noutros termos, conservam o traço mais geral e otimizado da macroclasse em foco, a faculdade de substituir nomes de modo geral, porém manifestam um traço de subclasse de forma igualmente geral – aliás, a mais geral possível dentro de seu domínio de manifestação. Essa proposta resolve, teoricamente, possíveis objeções aos traços particulares dos membros das subclasses das macroclasses proformais.

As línguas não marcariam divisões formais de modo gratuito, conforme afirmou o lingüista norte-americano na citação acima. Tais distinções, contudo, em subdomínios de uma mesma macroclasse manifestam interseções de diversa natureza. Aliás, conforme podemos verificar nas formas do eixo dêitico, mesmo entre itens de macroclasses diferentes, é possível realizar emparelhamentos em função da partilha de determinadas categorias primárias fundamentais. Bloomfield apresenta a noção de tipo-substituição para dar cobro da gradiência dentro de cada macroclasse:

Além do significado de classe, todo substituto tem um outro elemento de significado, o *tipo-substituição* [grifo do autor], que consiste das circunstâncias convencionais sob as quais a substituição é feita. Assim, *Eu* substitui qualquer expressão substantival singular (esse domínio nos provê o significado de classe de *Eu*), uma vez que essa expressão substantival

²⁵⁹ Some substitutes add a more specific meaning which does not appear in the form-class, but even in these cases a set of several substitutes systematically represents the whole domain. Thus, *who* and *what* together cover the same class-meaning of English substantive expressions. In the same way, *he*, *she*, and *it* together cover the class-meaning of singular substantive expressions; within the set, he and she cover the same sub-domain as who, and it the same sub-domain as what, but the distinction between he and she implies a further and independent subdivision (BLOOMFIELD, 1984, p.248)

denota o falante do próprio enunciado em que *Eu* é produzido: esse é o tipo-substituição de *Eu*. (BLOOMFIELD, 1984, p.248)²⁶⁰

Essa interpretação pode ser tachada de demasiado formal porque leva em consideração primordialmente o aspecto sintático, a ocupação de um determinado posto na distribuição frástica, mas assinala apropriadamente a noção de macroclasse com base na supletividade com valor semântico de *significado de classe*. Nesse sentido, a forma *Eu* continua a ser admitida dentro do âmbito da macroclasse nominal, porque, antes de seu valor intrínseco de instanciar o enunciador, essa forma ocupa um determinado lugar sintático-semântico próprio dos nomes! Ela apresenta, portanto, um significado fundamental de classe, isto é, a *nominalidade proformal*, ou seja, a potencialidade de ocupar o lugar sintático-semântico de um nome, porém conservando traços semânticos internos mínimos (otimizados, por conseguinte). A esse significado básico, agregam-se outros, ainda que genéricos de sua subclasse, menos genéricos que o significado de classe. No caso, de *Eu*, a noção genérica última de seu subdomínio, ínsito na macroclasse nominal proformal, é o de indicar o enunciador. Adite-se ainda que o significado de classe pode ser aproveitado para compreender a prototipicidade ou superordenação de um dado item dentro do conjunto ou feixe constituinte de cada macroclasse ou subclasse de grupos de proformas. Por outras palavras, ele se presta plenamente para nossa combinação de traços aristotélicos e prototípicos a um só tempo.

Essa questão nos leva a pensar sobre que proformas nominais poderiam funcionar como protótipos da macroclasse nominal. Seria difícil optar por uma proforma nominal específica para representar o protótipo da classe como um todo, mas, a nosso ver, ao menos até a presente altura de nossas reflexões, esse papel de prototipicidade dentro da macroclasse das proformas pronominais não pode ser reservado às proformas pronominais pessoais²⁶¹. Julgamos mais acertado optar pelas formas demonstrativas, o que também se pode fundamentar nas reflexões de Lyons (1977), cujas implicações apresentamos ainda neste mesmo capítulo. Também é instigante o trecho por nos provocar a verificar as relações entre os traços de espécie ou de tipo de cada subdomínio em diferentes cruzamentos, o que contribui sobremaneira para a composição de uma escala de prototipicidade proformal

²⁶⁰ In addition to the class-meaning, every substitute has another element of meaning, the *substitution-type* [grifo do autor], which consists of the conventional circumstances under which the substitution is made. Thus *I* replaces any singular substantive expression (this domain gives us the class-meaning of *I*), provided that this substantive expression denotes the speaker of the very utterance in which the *I* is produced: this is the substitution-type of *I*. (BLOOMFIELD, 1984, p.248)

²⁶¹ Isso porque as proformas nominais pessoais têm limitações referenciais, ou seja, referem entes do universo estritamente humano, de sorte que seu uso não seria tão acentuado como de outras proformas capazes de referir todo e qualquer referente.

nominal, na medida em que as formas que conservarem o mínimo de traços categoriais otimizados são as mais tipicamente proformais.

Bloomfield (1984, p.248), contudo, reconhece, claramente, a dificuldade de uma avaliação com base apenas em especulações estritamente teóricas e pretensamente universais:

As circunstâncias sob as quais uma substituição é feita são circunstâncias práticas, que o linguista, por seu turno, não pode acuradamente definir. Em detalhe, eles diferem grandemente em diferentes línguas; ao falar sobre uma língua estrangeira, temos grande dificuldade em usar formas-substitutas. (BLOOMFIELD, 1984, p.248)²⁶²

As considerações acima, novamente, vão ao encontro de nossa forma de refletir que não se invalidam ou inviabilizam a reflexão e a formalização gerais, mas as análises e avaliações efetivas dependem de contextos de uso. O autor também reconhece a dificuldade de identificar a substituíbilidade em diferentes sistemas lingüísticos nos moldes encontrados nas línguas indo-européias. Por outras palavras, os fatores lingüístico-culturais importam para compreender as codificações lingüísticas de toda ordem.

Bloomfield (1984, p.249) destaca a tendência das línguas de eleger formas para representar espécies. Tais opções, contudo, são marcadas culturalmente, conquanto algumas pareçam ter natureza universal. Tais formas designativas de especificidade, ou seja, o representante geral de uma espécie são chamadas de *pronominais*:

Entretanto, convém deixar, por um momento, o terreno da lingüística e examinar os problemas que aqui confrontam o estudante de sociologia e de psicologia. Achamos, primeiramente, que os vários tipos de substituição representam circunstâncias elementares do ato de um enunciado de fala. Os tipos-substituição em *Eu, nós, e você* são baseados na relação falante/ouvinte. Os tipos de *este, aqui, agora e esse/aquele, lá, então* representam relações de distância do falante ou do ouvinte. O tipo interrogativo de *quem, que, onde, quando* estimula o ouvinte a suprir uma forma discursiva. O tipo negativo de *ninguém, nada, nenhures/ em nenhum lugar, nunca*, exclui a possibilidade de uma forma de fala. Esses tipos são tremendamente difundidos e uniformes (salvo alguns detalhes) nas línguas do mundo; entre elas encontramos **relações práticas por meio das quais seres humanos respondem mais uniformemente do que a outras – relações identificacionais e numerativas, positiva e negativamente, tais como tudo, algum, qualquer, mesmo, outro, e, acima de tudo, os números, um, dois, três, etc.**[grifo nosso] Essas são as relações em que a língua da ciência se baseia; as formas de fala que as expressam compõem **o vocabulário da matemática** [grifo nosso]. Muitos desses tipo-substituição têm a ver com espécies e indivíduos: eles selecionam ou identificam indivíduos (todo/tudo, algum, qualquer/nenhum, cada, todo, nenhum, etc) em uma espécie. **Talvez toda língua tenha uma classe formal de expressões de objeto, com um significado de classe do tipo ‘espécies que ocorrem em espécimens individuais’**[grifo nosso]. Nesse sentido, os substitutos para expressões-objeto, pronominais, mostrarão geralmente os mais variados tipos-substituição.²⁶³

²⁶² The circumstances under which a substitution is made are practical circumstances, which the linguist, for his part, cannot accurately define. In detail, they differ greatly in different languages; in speaking a foreign language, we have great difficulty in using the proper substitute-forms. (BLOOMFIELD, 1984, p.248)

²⁶³ Nevertheless, it will be worth our while to leave, for a moment, the ground of linguistics, and to examine the problems which here confront the student of sociology and psychology. We find, at once, that the various types of substitution represent elementary circumstances of the act of speech-utterance. The substitution-types in *I, we, and you* are based upon the speaker-hearer relation. The types of *this, here, now* and *that, there, then* represent relations of distance from the speaker or from the speaker and the hearer. The interrogative type of *who, what,*

Geram-se, portanto, séries de itens dentro de subdomínios em função da otimização de um traço saliente, sempre conservando, esse traço semântico saliente, a propriedade da proformalidade, por ser genérico.

Cumpra frisar que tais traços gozam de um estatuto de universalidade, ao menos conforme Bloomfield, que era grande conhecedor de língua de extração diversificada. Ressalte-se também, ao se observar o grifo, que as considerações de Bloomfield sobressaem o caráter pragmático dessas formações, isto é, elas se enraízam em usos costumeiros. Por outras palavras, as condições de possibilidade de constituição de formas de otimalidade de traços genéricos de subclasses de proformas nominais se fundam no uso contínuo. Uma vez que referem “*relações práticas*”, ou seja, são freqüentemente referidas. Eis o motivo da fundada suposição de que sua gramaticalização é universal.

Contudo, essas formas, em sua periferia semântica, conservam traços constitutivos de outras proformas pronominais, ou seja, entre outros integrantes da macroclasse. A diferença reside sempre na saliência do traço que unifica o conjunto de uma subclasse. Por exemplo, a subclasse das proformas nominais substantivais indefinidas e proformas adverbiais apresentam as seguintes séries, correlacionadas pelos traços otimizados de *indefinitude* e *afirmação-negação*:

Quadro das proformas nominais indefinidas substantivas e proformas adverbiais

Traços semânticos	Indefinitude	Indefinição com afirmação	Indefinição com negação	Indefinição com alteridade
Humano/não-humano/locativo	Afirmação/negação/alteridade			
Âmbito semântico objetual ou não-humano		Algo	Nada	Outro
Âmbito semântico humano		Alguém	Ninguém	Outrem/outro
Âmbito semântico locativo		Algures	Nenhures	Alhures
Âmbito semântico temporal		Em algum tempo	Nunca	Em outro tempo

Quadro 63

where, when stimulates the hearer to supply a speech-form. The negative type of *nobody, nothing, nowhere, never*, excludes the possibility of a speech-form. These types are remarkably widespread and uniform (except for details) in the languages of the world; among them we find the practical relations to which human beings respond more uniformly than to any others – numerative and identificational relations, such as positive-negative, *all, some, any, same, other*, and, above all, the numbers, *one, two, three*, and so on. These are the relations upon which the language of science is based; the speech-forms which express them make up **the vocabulary of mathematics**. [grifo nosso] Many of these substitution-types have to do with species and individuals: they select or identify individuals (all, some, any, each, every, none, and so on) out of a species. Perhaps every language has a form-class of object-expressions, with a class-meaning of the type ‘species occurring in individual specimens.’ Accordingly, the substitutes for object-expressions, pronominals, will usually show the most varied substitution-types.

Trata-se, naturalmente, de uma tabela teórica, dado que algumas formas sofrem concorrência e outras se encontram em desuso. Contudo, serve para ilustrar a saliência de traços sintático-semânticos em cada série de proformas pronominais e como os traços periféricos permitem cruzamentos e emparelhamentos entre as diferentes séries de proformas pronominais.

O mais importante, contudo, é o destaque conferido à existência de espécies de espécimes dentro dos sistemas lingüísticos de classes formais com significados de classe, conforme grifamos.

Sugere também o confronto de pleriformas com proformas, no caso do quantificadores definidos e indefinidos. À guisa de ilustração:

Contraste entre pleri- e proformas quantificadoras

Quantificação proformal-pleriformal	Quantificação proformal	Quantificação proformal	Quantificação pleriformal
Quantificação indefinida universal	Todo	Tudo	Numerais
Quantificação indefinida positiva restrita indefinida	Algum	Algo	Numerais
Quantificação indefinida negativa	Nenhum	Nada	Numerais
Quantificação restrita indefinida não eletiva	Qualquer		Numerais
Quantificação reforçativa	Mesmo	Mesmo	Numerais
Quantificação indefinida optativa	Outro	Outro	Numerais

Quadro 64

Apenas um traço estritamente interno, isto é, do âmbito estritamente gramatical pode marcar a distinção entre proformas pronominais indefinidas, no caso de ‘todo’ (e suas variantes acrescidas das desinências de gênero e número) e ‘tudo’ (quantificador universal). Nesse caso, o traço distintivo reside não em uma noção genérica, mas em uma noção gramatical, as categorias de gênero e número. A quantificação pleriformal corresponde ao que Bloomfield, conforme grifamos em sua última citação, denominou de “vocabulário da matemática”. De todo modo, as proformas quantificadoras incluem-se entre as proformas pronominais, porque os numerais pertencem ao âmbito das pleriformas nominais, substantivais ou adjetivais.

Contudo, são fatores lingüístico-culturais que vão determinar a construção de séries as mais diversas de exemplaridade categorial, ou seja, de séries de proformalidade em diferentes macroclasses e em suas subclasses e respectivos domínios de uso.

Após essas considerações, o lingüista admite a designação tradicional de pronomes, de ordem sintática:

Em inglês, em que expressões-objeto são uma parte especial da fala, o substantivo, os substitutos do substantivo compõem uma parte da fala, o pronome; juntos, os dois constituem uma parte maior do discurso, o substantivo. Os pronomes diferem dos nomes por uma única coisa, não serem acompanhados por modificadores adjetivos. (BLOOMFIELD, 1984, p.249)²⁶⁴

O caráter racionalista de base empiricista levava Bloomfield (1984) a conferir primazia a componentes da língua supostamente mais adaptáveis ao arcabouço epistemológico positivista, como a sintaxe tradicional (disposta sem uma conexão direta com outras componentes, principalmente as semântica e pragmática).

De todo modo, a contribuição de Bloomfield (1984) para a formulação de uma teoria sobre a proformalidade é inequívoca. Principalmente em razão de sua percepção da correlação de pleri- e proformas, em níveis hierárquicos variados, ou seja, entre as macro- e as subclasses.

Em suma, o traço da supletividade, entendida distribucional ou foricamente (exo- ou endo) não serve para diferenciar pleri- e proformas nominais. A supletividade²⁶⁵ é um traço próprio da nominalidade, ou seja, da macroclasse nominal, não especificamente de um dos tipos de nominalidade, seja a nominalidade pleri- ou proformal. O que vai distinguir a nominalidade pleriformal da proformal, conforme discutimos aqui, e retomaremos mais à frente, é a otimização de traços semânticos entre as proformas nominais, que se dividem em subclasses e domínios.

5.2.4. A contribuição do caso

No que diz respeito à categoria do *caso* há dois problemas fundamentais. Em primeiro lugar, em conformidade com Monteiro (1994, p.83), não é muito próprio atribuir às formas de

²⁶⁴ In English, where object-expressions are a special part of speech, the noun, the substitutes for the noun make up a part of speech, the pronoun; together, these two constitute a greater part of speech, the substantive. The pronouns differ from nouns, for one thing, in not being accompanied by adjective modifiers. (BLOOMFIELD, 1984, p.249)

²⁶⁵ Em verdade, *mutatis mutandis*, todas as proformas apresentam um tipo de supletividade. As macroclasses mais lexicais, isto é, nomes e verbos, apresentam uma supletividade fórica, exo- ou endofórica, ou seja, podem ocupar o lugar sintático à medida que remetem para os itens lexicais nominais ou verbais mais semanticamente específicos ou pleriformais. As macroclasses mais gramaticais apresentam comportamento supletivo diverso. As proformas adverbiais se assemelham às proformas nominais, visto que desempenham funções fóricas de toda natureza; e as proformas relacionais apresentam caráter supletivo de ordem paradigmática, ou seja, porque a perda de foricidade é um traço constitutivo das formas relacionais em geral, sejam elas pleri- ou proformais, a supletividade é representada pela possibilidade de ocupar o mesmo lugar reservado a conjunções e preposições ou locuções conjuncionais e preposicionais mais específicas, conforme a maior ou menor proximidade do léxico, ou seja, conforme a maior ou menor incidência de um dado processo de gramaticalização.

língua portuguesa a noção de *caso*. Com efeito, o sistema de casos pleno inexistiu em português. Seria mais próprio admitir um sistema de casos residual, dado que, diferentemente dos nomes, algumas proformas nominais mantiveram as formas herdadas do sistema de casos do latim²⁶⁶. Em segundo lugar, o sistema residual de casos não se manteve em todas as subclasses das proformas pronominais, podendo-se admiti-lo, a rigor, apenas para as formas pessoais e as possessivas – porque derivadas das pessoais. Nas demais formas, não se pode admitir sequer a existência de um sistema residual porque os traços desse sistema desapareceram por completo.

De todo modo, no tocante às sobras ou ajustes do *caso* em língua portuguesa, as gramáticas tradicionais assim como os compêndios de lingüística portuguesa, normalmente prontificam um quadro muito teórico. Ilustramos o esquema de Camara Jr. (1982, p.118):

Pronomes substantivos para Camara Jr

P1	Eu	Me	Mim	comigo
P2	Tu	Te	Ti	contigo
P3	Nós	*	*	conosco
P4	Vós	*	*	convosco
P5	Ele(a)	O(a),lh e	*	*
P6	+ /s/	+ /s/	*	*

Quadro 65

O próprio autor reconhece quão distante esse quadro se encontra das realizações em curso na variedade brasileira (CAMARA JR, 1982, p.118). Adicione-se que:

- a) Não há alusão às formas *nos* e *vos*, que são empregues para as funções de objeto direto e objeto indireto;
- b) Os alomorfes apropriados da penúltima coluna seriam *migo*, *tigo*, *nosco* e *vosco*, os quais são adjungidos à preposição *com*. Ademais, em presença de reforçativos ou quantificadores, o alomorfe manifesta a forma matricial (ex.: *com nós mesmos* e não *conosco mesmo*).

Ainda que o quadro 66 careça de aprimoramentos em confronto com dados concretos, poderia ser reformulado como segue abaixo:

Quadro das proformas nominais pessoais *grammaticae traditionis sensu*

P1	Eu	Me	Mim	migo
P2	Tu	Te	Ti	tigo
P3	Nós	Nos	*	nosco
P4	Vós	Vos	*	vosco

²⁶⁶ É possível ainda objetar, em se admitindo o *caso* por causa das formas remanescentes das proformas nominais *stricto sensu* e das possessivas, que há resíduo do caso também entre as pleriformas nominais. Por exemplo, em português, o nome *lenha* conserva a noção semântica de pluralidade em razão de ser proveniente de forma neutra plural em latim, tais como: *lenha* (<ligna). Ou ainda, que as formações substantivais diferem do italiano porque o caso lexicogênico foi o acusativo. Destarte, o resquício da categoria *caso* também repercute entre as formas nominais.

P5	Ele (a)	o (a), lhe	*	*
P6	+ /s/	+ /s/	*	*

Quadro 66

Em termos residuais é admissível falar em alomorfia. Trata-se do legado do *sermo vulgaris* para a língua portuguesa. Entre os pronomes houve maior resistência à destruição do sistema de casos, cujos vestígios sintaticamente variados praticamente desapareceu. Em sendo assim, não se pode, a rigor, admitir que haja flexão casual.

É mister fazer ainda considerações acerca do tema em tela. A primeira diz respeito ao uso da forma *lhe* como complemento de verbos transitivos diretos, fenômeno conhecido como *lheísmo*. Segundo Monteiro (1994, p.86) as razões de seu uso são as seguintes: estratégia de fuga ao clítico acusativo, em fase de franca extinção²⁶⁷; manutenção de uma simetria sintática, em razão de uma similitude fônica, com outros pronomes (*me, te, se*) que atuam como objetos diretos; recurso para desfazer a ambigüidade entre as referências à segunda ou à terceira pessoa, dado que as formas de segunda pessoa correlatas de *você* assumem as formas outrora exclusivas da terceira pessoa.

Outro fenômeno digno de nota é o uso de *ele* como acusativo. Monteiro (1994, p.87) assevera que, para a terceira pessoa, o objeto direto anafórico é expresso com muita frequência pelas formas *ele (s), ela(s)*, o que se caracterizaria outro procedimento de evasão dos clíticos. Os resultados podem ser conferidos em Monteiro (1994).

Camara Jr. (1975) já fizera alusão ao fenômeno. O autor assinala que o emprego do *ele* acusativo é uma das marcas de brasilidade da língua portuguesa. A esse respeito, Monteiro (1994) admite explicações de natureza:

- a) histórica²⁶⁸: vestígio de construções antigas;
- b) estilística: imposição de um emprego enfático;
- c) funcional: necessidade de clareza;
- d) analógica: imitação das construções que contém um pronome no lugar do sujeito de oração infinitiva.

Monteiro(1994) refere-se também a outros vestígios notórios de desestabilização do sistema pronominal, sendo um deles a introdução de novos pronomes cujas formas se prestam

²⁶⁷ Segundo Freire (2004), a produtividade dos clíticos anafóricos de terceira, *lo(s)* e *la(s)*, depois de infinitivo mostra-se elevada. Em sendo assim, não é possível anunciar a morte dos clíticos de 3ª sem pesquisas mais exaustivas.

²⁶⁸ O emprego de *ele* em função de objeto direto já existia no português arcaico, conforme estes exemplos de Fernão Lopes, encontrados em COUTINHO (1976, p.338): “*El-rei mandou-o logo prender, e levaram ele e Mateus Fernandes a Servilha.*”; “*Os cardeais, outrossim, privaram ele d’algum direito, se o no papado tinha.*”

tanto para expressar o sujeito como qualquer outra função. Destarte, o pronome *você(s)*, segundo o autor, “*enfraquece cada vez mais o sistema casual, na medida em que representa não só os pronomes do caso reto de segunda pessoa, mas também os oblíquos correspondentes.*” É bem verdade que o mesmo tipo de consideração é extensível para a forma *a gente*, cujos desempenhos sintáticos não implicam alteração de forma. Já há, portanto, formas que atestam a total anulação do sistema residual de casos, tais como as supramencionadas: *você* e *a gente*.

Apresentada a categoria de caso, em suas bases gerais, explicitamos abaixo o quadro dos pronomes substantivos, sujeito e complemento, de Monteiro (1994, p.119)

<i>Pronomes Substantivos</i>	
Sujeitos	Complementos
Eu	Me, mim, migo
nós	Nos, nós, nosco
tu,	Te, ti, tigo
você	Lhe(s)
	Se, si, sigo
ele(s),	O(s), a(s)
ela(s)	Lo(s), la(s)
	Ele(s), ela(s)

Quadro 67

Monteiro (1994) admite que esse quadro ainda é teórico. A rigor, a fim de prover uma descrição inteiramente funcional, seria necessário delimitar claramente *corpora*. No momento em que o mapeamento lingüístico brasileiro estiver mais recoberto com *corpora* de natureza diversa, haverá condições de não apenas teorizar, mas definir com maior precisão o quadro geral dos pronomes no Brasil.

Um quadro menos teórico poderia prever a presença de fenômenos como a transposição do clítico *se* para as outras pessoas e usos como complemento de todas as formas nominativas, conforme o quadro a seguir:

Funções sintáticas de proformas nominais substantivais (herdadas e lusigeradas)

Nominativo	Acusativo	Dativo – dativos especiais	Ablativo
eu/mim	me/se/ eu	me/se/eu/migo	eu/mim/migo
você/tu/ti	se/ te/ você/lhe	ti/ você/tigo	Ti/ você/tigo
Ele	ele, se, o/a(lo/la;no/na)	ele/sigo/se	Ele/sigo
nós /a gente	nós/ nos/ a gente/se	nosco/nós/ nos /a gente/se	nosco/nós/ a gente/se
vocês	se vocês	se vocês	se vocês
eles	Se eles	se/eles	eles

Quadro 68

- (249) Antenor, que vinha logo atrás, no mesmo passo melancólico: - E o Visconde sabe que isto está assim? - Faz uns tempos, Seu Major ainda não tinha voltado, ele veio aqui **mais eu**. Quando viu a casa caída, chorou. (Brasil - Fic)

- (250) fazer umas broas ou qualquer coisa, que a maior parte não se ligavam umas com as outras a dizer: " Ah, (..) vou amassar **mais** tu " ou qualquer coisa. Que há muita gente que não se importa, nem pão do forno, nem quer ter trabalho. (Portugal – Oral)
- (251) Deixa ele ir ficando. Onde come um, come até mais de dez. E **tu se** ajeita como Deus permitir. Se tu quiser, tu pode voltar pra minha casa, as portas tão abertas. (Brasil – Fic)
- (252) Chegou depois que as aulas haviam terminado e encontrou Darci à sombra do abieiro, conversando com Nonô. - Boa tarde. Sou João Simplício - disse. - A moça Lúcia falou que era **pra** mim vim aqui, causa que o moço Darci tá precisado de falá cumigo. (Brasil – Fic)

Nosso intuito é apenas ilustrar que esse quadro se encontra bem mais complexo e que a residualidade do caso tem sofrido ataques mais severos com a introdução das formas **você** e a **gente** a concorrer com **tu** e **nós**.

5.2.4.1. Caso e pessoa

Alhures, nesta tese, aludimos à origem comum de demonstrativos *stricto sensu* (*aquele* e formas correlatas), artigos definidos e pronomes pessoais de 3ª pessoa. Admitamos, então, que os pronomes pessoais de 3ª pessoa possam ser classificados entre os demonstrativos *lato sensu* para efeito de maior visualização do que vamos discutir a seguir.

Não nos parece aleatório que tenham sido incluídos entre as formas pessoais, vez que, como as formas ditas estritamente pessoais de 1ª e 2ª pessoas, conservou a categoria casual. Supomos, portanto, que as formas demonstrativas *lato sensu*, os pronomes pessoais de 3ª, foram aproximadas das pessoais (1ª e 2ª) em razão da conservação das formas casuais.

Com efeito, as demais formas oriundas dos demonstrativos latinos de 3ª (demonstrativos e artigos definidos em português) não apresentam variações formais decorrentes da herança da categoria morfossintática do caso latino. Tanto é verdade que as formas demonstrativas *stricto sensu* também abrigam noção de pessoa, mas não são inclusas entre as formas pessoais. Isso porque as demonstrativas *stricto sensu* não conservaram as alterações formais casuais! Eis o motivo por que as proformas demonstrativas *stricto sensu* não integram o quadro da categoria morfossintática **caso**, mas integram a categoria **pessoa**.

É admissível também declarar que as ditas formas pessoais de 3ª. pessoa sofreram gramaticalização, na medida em que teria havido uma relativa restrição referencial. Em português, essa restrição não engendrou uma especialização formal, isto é, não há, como em inglês e alemão, formas específicas para distinguir a animacidade humana da animacidade não humana e não animacidade. De todo modo, é suponível que a **expectativa** de que tais formas referissem, privilegiadamente, referentes com traços humanos teria provocado a sua

correlação ou organização correlata em termos formais (manutenção do caso) entre as formas ditas pessoais!

As demais formas demonstrativas de mesma matriz não mantiveram o caso, ou seja, os demonstrativos *stricto sensu* e os *lato sensu* ou artigos definidos²⁶⁹. Teria ocorrido um emparelhamento com as demais proformas pessoais, em razão disso, as ditas formas pessoais de 3ª pessoa teriam conservado o caso. Um indício desse emparelhamento seria verificável nas línguas germânicas porque entre elas houve uma especialização formal. Vale dizer, entre as referidas línguas germânicas, há formas masculina, feminina e neutra de 3ª. pessoa.

Observemos, contudo, o que diz Monteiro (1994, p.37) a respeito da noção de *pessoa* entre as proformas nominiais ditas de 3ª.:

(...) os chamados pronomes de terceira pessoa mereceriam ser enquadrados em outra classe e, não fosse o caráter substitutivo que possuem, talvez até mesmo na dos nomes, de que guardam pelo menos dois traços morfossintáticos (o gênero e o número) (MONTEIRO, 1994, p.37).

Esse comentário incompatibiliza integralmente as formas de 3ª com as demais formas ditas pessoais, ignorando a aproximação inequívoca revelada pela conservação do caso para as formas ditas pessoais de 3ª pessoa.

Parece-nos também que, em razão de sua análise apresentar um enfoque sincrônico, Monteiro (1994) não vislumbra uma outra saída para a inclusão das proformas pronominais pessoais de terceira entre as pessoais. As línguas românicas, com efeito, não apresentam, diferentemente das germânicas, formas específicas para assinalar a categoria *pessoa* entre as formas de 3ª em sentido lato, mas teriam conservado uma referência privilegiada para tais formas para referentes humanos. Eis, possivelmente, o motivo de seu enquadramento entre as formas tipicamente pessoais. Em suma, a noção expandida de pessoalidade, um traço de ordem semântica, portanto, presidiria a subordinação de formas demonstrativas, antes aplicáveis a todo e qualquer referente, ao quadro das proformas pronominais pessoais. A objeção de que não integra a interação destitui-se, por conseguinte, em face de um traço mais genérico de *pessoa*, de fundamento antropofórico geral.

Frise-se que a noção de pessoalidade aqui defendida não se restringe à participação discursiva, tal como postula Benveniste (1995), mas sim à referência a entes humanos. Em última análise, somente uma pesquisa mais específica, que alcançasse o latim vulgar ibérico e

²⁶⁹ Poder-se-ia argumentar que, por razões morfossintáticas relativas ao processo geral de desaparecimento da categoria caso entre as formas nominiais, as demais formas derivadas dos demonstrativos de 3ª. pessoa do latim não se sustentaram entre as formas demonstrativas. Bem, mas o mesmo argumento serviria para questionar por que se mantiveram entre as ditas proformas pronominais de 3ª..

o romance português permitiria ilações e conclusões mais definitivas. Essa especulação, contudo, registra-se como uma hipótese de um fórum ulterior de discussão.

As reflexões sobre a questionada condição de formas não-pessoais nos autorizam a incluir tais formas entre as pessoais. Isso porque a personalidade não se restringe, como crê Benveniste (1995), a assinalar os participantes diretos de uma interação concreta. Esse caráter dêitico não é fator distintivo privativo das formas de codificação dos participantes diretos. Essa posição nos livra do seguinte posicionamento:

Todavia, conforme já ressaltamos, pareceu-nos melhor (ou mais cômodo) respeitar, na medida do possível, o esquema proposto pela tradição gramatical que não conseguiu ainda adotar a percepção de Benveniste, embora por vezes ofereça indícios de que não desconhece o fato de que a noção de pessoa é própria somente de **eu** e **tu**, inexistindo em **ele**. (1994, p.35).

Ter-se-ia conservado a noção de pessoa em ele/ela para referir, prototipicamente, entes humanos. Não refere, naturalmente, os participantes da enunciação, mas esses traços, de enunciador e interlocutor, não são os únicos que se combinam com a categoria *pessoa* entre as proformas nominais.

5.3. Aspectos sintáticos

Semelhantemente aos nomes, os pronomes desempenham funções sintáticas de complemento de toda ordem, para as quais, embora residual e complexificadamente (cf. quadro 67), subsiste a categoria de *caso* e o fenômeno da supletividade não privativamente.

Outros traços podem ser aqui mencionados, por exemplo, enquanto os SNs podem ser coordenados, não é gramaticalmente aceitável a coordenação de formas pronominais átonas e os SNs, como em:

(253) João viu Paulo e me. Ou

(254) João viu-me e Paulo.

Para haver coordenação, é necessário o uso das formas retas, embora não sejam canonicamente indicadas.

(255) João viu eu e Paulo.

A gramática tradicional recomenda, nestes casos, o emprego do acusativo preposicionado, embora isto seja apenas seguido em registro hiperculto.

(256) João viu Paulo e a mim.

Do mesmo modo, formas oblíquas átonas não podem se coordenar com os SNs:

(257) João me e te viu.

Nestúltimo exemplo, é possível que fatores de ordem fonológica gerem o bloqueio da coordenação. De resto, importa ressaltar que os pronomes podem desempenhar todas as funções sintáticas nominais típicas. Há restrições quanto às suas combinações, cujo realce não será abordado nesta tese.

Restrições de cunho sintático levaram Perini (2001, p.333) a destituir o pronome de sua condição tradicional de classe²⁷⁰. Os pronomes distribuem-se então em dois tipos substantivos: 1) substantivos tipo 1; 2) substantivos tipo 2²⁷¹. No primeiro grupo estão os pronomes pessoais e demonstrativos; no segundo, os indefinidos, agrupados juntamente com os substantivos comuns²⁷². Um traço fundamental distinguidor entre o primeiro e o segundo grupo é a não expansibilidade dos elementos do primeiro grupo. No entanto, esse critério é passível de questionamento, uma vez que se podem encontrar sintagmas constituídos por um pronome pessoal e um numeral, v.g., *nós três*; ou ainda, um pronome acompanhado de uma forma reforçativa: *eu mesmo*, *ele próprio*. Acrescente-se que as formas oblíquas tônicas também se podem fazer acompanhar de expressões reforçativas, por exemplo: *ti mesmo*; *mim mesmo*; *si mesmo*. Destarte, a suposta não expansibilidade dos substantivos tipo 1 torna-se questionável.

Gärtner (1998, p.158), por ser um gramático que adota o modelo lexicalista da gramática de valências, não descreve as classes do ponto de vista estritamente sintático. Importa ressaltar que, como Perini, também não reconhece o pronome como classe autônoma, embora se valha do termo *pronome* para alocar as formas no grupo geral dos substantivos.

Para o referido autor existem apenas três grupos de palavras: “*Conforme o núcleo de classe de palavras, distinguem-se as classes substantivais, adjetivais e adverbiais. Todas essas classes de palavras podem ser precedidas por preposição ou locuções prepositivas.*”²⁷³ (GÄRTNER,1998, p.158)

²⁷⁰ É mister ressaltar que Perini (1999) assume uma perspectiva teórico-metodológica formal, no sentido em que, assumidamente, fundamenta suas classificações em critérios distribucionais e comutacionais. As classes de palavras, para ele, devem ser rotuladas em razão do lugar que ocupam sentencialmente. Ademais, é preciso observar a vizinhança sintagmática, isto é, que formas se fazem acompanhar de outras dentro de uma dada sentença. Assim, o cruzamento dos eixos da sucessão e da equivalência em nível frástico responde pela classificação e definição da função das formas.

²⁷¹ Perini (1999) assume a posição de Bloomfield (1933, p.249) e chega a resultados semelhantes aos de Llorach (1999), que reconhece substantivos pessoais, embora por motivos diferentes.

²⁷² Perini (1999), na verdade, arremata o que foi exposto em outra obra (PERINI, p.1989).

²⁷³ Nach dem Kern der Wortgruppe unterscheidet man Substantivgruppen, Adjektivgruppen und Adverbgruppen. Alle diese Wortgruppen können durch Präpositionen eingeleitet zu Präpositionalgruppen werden. (GÄRTNER, 1998, p.158)

As formas pronominais tradicionais serão distribuídas em três subgrupos do grupo dos substantivos: “*As classes substantivais contêm como núcleo um substantivo, que pode ser acompanhado de dados determinativos, quantitativos ou qualificativos*” (GÄRTNER,1998, p.158)²⁷⁴.

A concepção valencial pode ser atestada claramente com o seguinte trecho:

O substantivo constitui o núcleo das classes substantivais. Sua formação diferente depende parcialmente de seu significado. Assim a maioria dos substantivos é de uma simples valência e podem-lhe estar associados apenas como sujeito, objeto ou locução adverbial com o predicado como predicativo do sujeito ou do objeto como verbo ou como aposição com o substantivo núcleo de um sintagma nominal. (GÄRTNER, 1998, p.158)²⁷⁵

O autor continua ainda a limitar ao substantivo o papel fundamental de ocupar lugares sintáticos distribuídos por um lexema predicador: *Apenas os substantivos que designam as relações sociais ou as partes de um todo, como estratos de fenômeno ou de situações, abrem lugares vazios para os diferentes constituintes de uma sentença.*(GÄRTNER,1998, p.158)²⁷⁶ Essa interpretação, no entanto, é relativamente aceitável, porque a referência de entes quaisquer pode ser feita por expressões nominais e também podem fazê-la, para autores que postulam noções expandidas de referência, expressões que se consubstanciam em nível proposicional.

O enquadramento inicial ou fundamental, conforme vimos, principia com uma base morfossintática. O autor, porém, aprofunda a descrição sintaticamente. As formas pronominais serão agrupadas como “*acompanhante do substantivo*”(GÄRTNER,1998, p.166):

“*O substantivo pode ser acompanhado de dados determinativos(1), quantitativos e qualificativos; eles podem se posicionar antes ou depois de seu domínio*” (sintático)²⁷⁷.

As formas pronominais aparecem entre esses dados da seguinte maneira:

- 1) **Dados determinativos** (*Determinierenden Angaben*) : a) os artigos definidos, os artigos indefinidos (*Der bestimmte um unbestimmte Artikel*); b) os pronomes demonstrativos adjetivos (*Die Demonstrativadjektive*); c) os pronomes possessivos (*Die Possessivadjektive*); d) formas demonstrativas

²⁷⁴ Substantivgruppe enthalten als Kern ein Substantiv, das von determinierenden, quantifizierenden oder qualifizierenden Angaben begleitet sein kann. (GÄRTNER, 1998, p.166)

²⁷⁵ Das Substantiv bildet den Kern der Substantivgruppe. Von einer Bedeutung ist teilweise ihre weitere Ausgestaltung abhängig. So sind die meisten Substantiv ihrer Valenz nach einstellig und können nur als Subjekt, Objekt oder Adverbialbestimmung mit dem Prädikat bzw als Subjekts- oder Objeksprädikativ mit dem Verb oder als Apposition mit dem Kernsubstantiv einer Substantivgruppe verbunden werden. (GÄRTNER,1998, p.166)

²⁷⁶ Nur die Substantive, die soziale Beziehungen (pai, irmão, amigo, director) oder Teile eines Ganzen (parte, lado, braço) bezeichnen, sowie Vorgangs- oder Zustandsab- strakta eröffnen Leerstellen für weitere Satzglieder: O João é o irmão de Maria. João ist der Bruder von Maria. Todos deseamos a conservação da paz. Wir alle wünschen die Erhaltung des Friedens.(GÄRTNER,1998, p.166)

²⁷⁷ Das Substantiv kann von determinierenden, quantifizierenden und qualifizierenden Angaben begleitet sein; sie können im Vor- oder Nachfeld des Substantivs stehen. (GÄRTNER,1998, p.166)

não-típicas (*mesmo, tal*) (Die Denotativadjektive); e) os pronomes indefinidos (Die Indefinitivadjektive); f) os numerais ordinais (Die Ordnungszahlen).

2) **Dados quantitativos** (*Quantifizierende Angaben*)

a) A relação de *todo, toda, tudo* sem uma designação genérica específica para esse conjunto de pronomes; b) os numerais cardinais; c) os numerais indefinidos; d) A quantificação partitiva.

3) **Dados qualificativos**. (*Qualifizierende Angaben*): a) atributos adjetivos; b) atributos substantivos;

c) atributos preposicionais; d) sentenças relativas; e) equivalentes de sentenças relativas.

Finalmente, Gärtner(1998, p.233) inclui formas pronominais em outra classificação, mais sintática, como substituto do substantivo.

Como substituto do substantivo dividem-se os grupos substantivais: pronomes pessoais e formas de tratamento, inclusive pronomes reflexivos e recíprocos, pronomes demonstrativos, indefinidos e sentenças relativas sem termo âncora (termo introdutor de referente em uma dada sentença). Aos diferentes tipos de pronomes de forma estrita podem-se colocar (adjungir) atributos e sentenças relativas²⁷⁸. (GÄRTNER, 1998, p.233)

Como subgrupo de pronomes como substitutos de nomes, Gärtner (1998, p.233) destaca os *pronomes pessoais* e as *formas de tratamento* (*Personalpronomen und Anredewörter*). Não justifica, no entanto, o porquê do emprego do termo pronome após tê-lo banido do quadro dos grupos de palavra. O autor se vale da noção de enunciação para classificar os *pronomes pessoais* e as *formas de tratamento*. Em sendo assim, pode-se declarar que a noção de *déixis*, como construção da referência dos participantes da enunciação, está subliminarmente pressuposta, mas não há explicitação do que se entende por ela em sua descrição desse subgrupo dos representantes nominais. Significa dizer que a componente sintática prevalece sobre a semântica e pragmática, ainda que noções destas últimas não sejam descartadas. Observe-se o que o autor assinala a respeito:

Para a denominação dos participantes concernidos no fenômeno da comunicação (locutor, interlocutor ou alocutário e locutado) o português, como o alemão, se vale dos pronomes pessoais. Além disso, ocupa uma diferenciada disposição com relação às possibilidades de denominação para a pessoa destinatária (formas de tratamento), cujo uso no português europeu é mais nuançado do que no português brasileiro. Essa diferença provém particularmente específica nas formas de expressão com função sintática de sujeito (formas retas). Nas formas com função de objeto, essa diferença é reduzida por meio de cruzamento da categoria de pessoa gramatical e função do fenômeno da comunicação à parte. As formas com função de objeto dividem-se em formas átonas, que assinalam os objetos direto e indireto, e formas tônicas, que se manifestam junto de preposições e servem para tornar tônicos os objetos pronominais diretos e indiretos assim como para a designação dos objetos diretos preposicionados, para a determinação de advérbios, do portador de agentividade nas

²⁷⁸ Als Stellvertreter des Substantivs bzw. der Substantivgruppe treten auf: Personalpronomen und Anredewörter, einschließlich Reflexivpronomen und reziproke Pronomen, Demonstrativpronomen, Indefinitpronomen und Relativsätze ohne Bezugswort. Zu den verschiedenen Arten der Pronomen können in begrenztem Maße Attribute und Relativsätze treten. (GÄRTNER, 1998, p.233)

construções passivas (agente da passiva) e dos atributos preposicionais. (GÄRTNER,1998, p.233)²⁷⁹

Gärtner (1998, p.233) considera o uso do ponto de vista sociolinguístico geral, ao não ignorar as diferenças de usos das formas pronominais pessoais e de tratamento nas variedades brasileira e européia:

O sistema dos pronomes pessoais e das formas de tratamento é o domínio parcial da língua portuguesa, na qual se destacam as distinções entre as variedades brasileira e européia mais evidentes, de modo que se pode falar de subsistemas português e brasileiro. Isso (essa diferença) diz respeito tanto às formas e ao significado dos pronomes e das formas de tratamento, quanto igualmente à sua posição na sentença, em particular como objetos²⁸⁰ (GÄRTNER,1998, p.233).

Em suma, ele contempla designações nomenclaturais tradicionais sem, contudo, justificar ou explicitar as razões. A forma despiciente de tratamento de questões tipológicas, na melhor das hipóteses, é decorrente de uma saliência analítica sintático-semântica lexicalista, para a qual não haveria extrema necessidade de discorrer sobre as fundações tipológicas das partes do discurso. Finalmente, sua distribuição é prestante e probante de uma descrição para a qual as substituições sintático-semânticas ocupam papel central. Justificam-se as diferenças pela indiferença ao problema tipológico das partes do discurso e, portanto, da coerência interna da definição e organização das categorias e das classes.

Ao fim desta subseção, parece-nos oportuno declarar que a ênfase em aspectos de ordem sintática, ainda que o modelo seja lexicalista, acaba por relegar o problema da classe pronominal para um segundo plano. Não nos parece fortuito, vez que, em última análise, o deslinde da diferença entre pleri- e proformas nominais é de ordem semântica. Sintaticamente, salvo as restrições circunstanciais assinaladas, os lugares sintáticos dos nomes também são dos pronomes.

²⁷⁹ Zur Bezeichnung der am Kommunikationsvorgang beteiligten Personen (Sprecher, Angesprochener, Besprochener) verfügt das Portugiesische wie das Deutsche über Personalpronomen. Darüberhinaus besitzt es ein differenziertes Angebot an Bezeichnungsmöglichkeiten für die angesprochene Person (Anredewörter), deren Gebrauch im europäischen Portugiesisch nuancierter ist als im brasilianischen. Diese Differenziertheit kommt besonders deutlich in den Subjekformen (formas retas) zum Ausdruck. In den Objektformen (formas oblíquas) wird sie durch die Überschneidung von grammatischer Person und Funktion im Kommunikaktionsvorgang zum Teil eingeschränkt. Die Objektformen gliedern sich in unbetonte Formen (formas átonas), die das direkte und das indirekte Objekt bezeichnen, und betonte Formen (formas tônicas), die in Verbindung mit Präpositionen auftreten und zur Betonung des direkten bzw. indirekten pronominalen Objekts sowie zur Bezeichnung des präpositionalen Objekts, der Adverbialbestimmung, des Handlungsträgers beim Passiv und präpositionaler Attribute dienen. (GÄRTNER, 1998, p.233)

²⁸⁰ Das System der Personalpronomen und Anredewörter ist der Teilbereich der portugiesischen Sprache, in dem die Unterschiede zwischen der europäischen und der brasilianischen Varietät am deutlichsten hervortreten, so daß man von einem portugiesischen und einem brasilianischen Subsystem sprechen kann. Das betrifft sowohl die Form und Bedeutung der Pronomen und Anredewörter, als auch ihre Stellung im Satz, besonders als Objekte. (GÄRTNER, 1998, p.233)

5.4. Aspectos semânticos

5.4.1. Foricidade: *exófora e endófora* como traço de nominalidade em geral

Câmara Jr (1977, p.154) para opor nomes e pronomes recorre a noções fóricas. A esse respeito, autor afirma:

A oposição semântica entre esses vocábulos, que podemos chamar de PRONOMES **lato sensu**, e os NOMES repousa, em última análise, nas duas maneiras distintas por que – como mostrou Bühler – funciona a significação lingüística: NOMEANDO num CAMPO SIMBÓLICO ou INDICANDO num CAMPO MOSTRATIVO. (CAMARA JR, 1977, p.154)

É possível que a proveniência da base teórica que fundamenta a concepção de Camara Jr. (1977) seja tributária de Bühler (1950), ainda que estúltimo não tenha manifestado interesse específico pelo problema das classes de palavras.

Bühler (1950) estava interessado em evidenciar que a linguagem apresenta níveis distintos de relação com o mundo da representação. Noutros termos, a língua pode descontextualizar-se ou não ao ser usada para referir. Ou ainda, a língua manifesta-se por meio de uma referência explícita e dependente do contexto da enunciação ou de forma desvinculada desse mesmo contexto de enunciação. Porém, toda a distinção de Bühler (1950) não se dicotomiza entre *nomes* e *pronomes* (tais como os identifica a tradição), mas sim entre *nomes* e *demonstrativos*. Entre os demonstrativos de Bühler²⁸¹ se incluem, necessariamente, algumas formas pronominais, mas não todas elas. Observe-se o seguinte trecho:

A análise sematológica não é cega de modo algum para a função dos signos lingüísticos dêiticos que, definitivamente, se declinam: estar **pro nominibus** no campo simbólico da linguagem significa atingir assim o nível dos pronomes. A proposta do lingüista – fazer uma **distinctio rationis** e considerar, em primeiro lugar, o momento dêítico que permanece neles, mesmo com palavras declinadas – encontra sua justificativa no fato de que tudo o que é lingüisticamente dêítico coincide uma vez que não recebe em cada seu implemento e precisão significativa no campo simbólico, mas sim no campo mostrativo da linguagem; e somente nele – campo mostrativo – pode recebê-la. O que é ‘aqui’ e ‘ali’ muda com a posição o falante, exatamente do mesmo modo que o ‘eu’ e o ‘tu’ mudam de um interlocutor para outro com a troca dos papéis de emissor e receptor.²⁸² (1950, p.05).

²⁸¹ Faz-se necessário referir-se aos demonstrativos de Bühler, visto que o autor imprime uma significação que abrange as formas adverbiais *aquí* e *ali* entre os demonstrativos. Tal inclusão, sabidamente, contraria a classificação tradicional do que se compreende por demonstrativos.

²⁸² El análisis sematológico no es ciego en modo alguno para la función de los (signos lingüísticos dêiticos) que en definitiva se declinan: estar *pro nominibus* en el campo simbólico del lenguaje y ascender así al rango e los pronombres. La propuesta del lingüista, hacer una *distinctio rationis* y considerar en primer término el momento dêítico que permanece en ellos aun con palabras declinadas, encuentra su justificación definitiva en el hecho de que todo lo que es lingüisticamente dêítico coincide en que no recibe en cada caso su impleción y precisión significativa en el campo simbólico, sino en el campo mostrativo del lenguaje; y sólo en él puede recibirla. Lo

As formas pronominais não devem ser confundidas **apenas** com os demonstrativos. Em verdade, algumas formas pronominais, os pessoais de primeira e segunda pessoas e os pronomes demonstrativos podem ser incluídos entre os demonstrativos de Bühler (1950), mas, de modo algum, os pronomes de uma maneira geral podem ser confundidos com os demonstrativos²⁸³. O principal problema da descrição proposta por Camara Jr.(1977) é ter emprestado aos pronomes a noção de demonstrativos. Vários problemas de enquadramento formal e funcional são decorrentes dessa classificação. Problemas esses a respeito dos quais discorreremos ao longo desta tese.

Acresça-se ainda que Bühler (1950) refere-se estritamente aos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas do singular, formas, as quais, segundo ele, têm uma função dêitica inquestionável.

O autor assinala que houve um certo *obscurecimento* da discussão referente à distinção entre nomes e demonstrativos, o que se pode subentender que se deu em razão do uso do termo *pronome*, cuja significação é difusa:

Logo aparece a distinção fenomenológica entre demonstrativos e nomes, uma separação que é fundamental e tem de adequadamente; foi para mim alentador saber posteriormente que havia sido feita pelos primeiros gramáticos gregos, exatamente da mesma forma e no mesmo lugar que me parecia necessária. **Depois se produziu certo obscurecimento e vagueza pelo predomínio do interesse pela classe mista dos pronomes**(grifo nosso); ninguém discutirá sua existência; mas têm que submeter-se à prova de que são mestiços semânticos.²⁸⁴ (BÜHLER,1950, p.07).

Com base na citação supra, torna-se claro que não era o alvo principal das investigações de Bühler (1950) estabelecer distinções entre *nomes* e *pronomes*. E, embora se valha ocasionalmente do termo pronome, não ajuizou positivamente a respeito da classe pronominal. Ao contrário, declara de forma explícita que a classe necessita sofrer um processo de refinamento, a fim de deixar de ser um *mestiço semântico*.

que es ‘aquí’ y ‘allí’ cambia con la posición del hablante, exactamente del mismo modo que el ‘yo’ y ‘tú’ salta de un interlocutor a otro con el cambio de los papeles de emisor y receptor.

²⁸³ A não ser, naturalmente, que se seccionem os pronomes como puramente demonstrativos. Tal secção geraria problemas entre os próprios demonstrativos, cujas funções semânticas não se subordinam exclusivamente a referir no campo mostrativo, ou seja, não se limitam a referências espacialmente concretas. Os demonstrativos podem referir tempo, espaço abstrato ou simplesmente espaço e tempo puramente textuais – espécies de simulacros miméticos da experiência sensível. Em sendo assim, nem os demonstrativos *in stricto sensu* inserem-se de modo incontroverso no campo mostrativo.

²⁸⁴ Luego sigue la distinción fenomenológica entre demostrativos y nombres, una separación que es fundamental y tiene que subrayarse adecuadamente; fué para mí alentador encontrar posteriormente que había sido hecha por los primeros gramáticos griegos exactamente del mismo modo y en el mismo lugar que me parecía necesaria. Después se produjo cierto oscurecimiento y vaguedad por el predominio del interés por la clase mixta de los pronombres; nadie discutirá su existencia; pero tienen que someterse a la prueba de que son mestizos semánticos.

Camara Jr. (1977) ignorou a fundação da distinção de Bühler (1950), estendendo a noção de *déixis*, como referência exofórica, à classe pronominal:

Os pronomes são assim, na sua forma lingüística elaborada e complexa, SINAIS, como aqueles rudimentares que se nos deparam numa floresta ou numa estrada: indicam em vez de nomear. A eles adere, do ponto de vista semiológico, uma ‘indicação’ em vez de uma ‘significação’ (...)”(CAMARA JR., 1977, p.154).

Há duas implicações imediatas, as quais são interdependentes e complementares para efeito de compreensão da visão geral de Camara Jr (1977) sobre a temática sob apreço; visão, aliás, que compôs uma interpretação não autorizada. A primeira diz respeito à utilização de uma categoria que não se aplica estritamente à classe pronominal exatamente com o fito de prover-lhe autonomia de classe; a segunda diz respeito aos impasses classificatórios provenientes da recorrência à noção de *déixis* (ou, em verdade, de uma determinada noção de *déixis* atrelada a designações *ad oculos*, ou ostensivas) para a identificação das formas ditas pronominais.

Contudo, há ainda outro aspecto importante a ser levado em consideração. Trata-se da subtração de todo e qualquer traço simbólico (significação intrassistêmica) das formas pronominais. Por esse prisma, assumindo-se o ponto de vista de Camara Jr.(1977), os pronomes com função dêitica não possuem nenhum significado intensional, materializando-se seu significado apenas por meio de seu uso em situações comunicativas concretas. A análise, a nosso ver, priva os pronomes de significação interna, o que, para nós, é essencial, com base nas teorizações já explanadas aqui de otimalidade de traços internos.

Neves (1999) também se vale de noções de foricidade para garantir a manutenção da classe pronominal, ou, ao menos, sua terminologia. Com efeito, na segunda parte de seu livro, alusiva às palavras fóricas, a autora inclui os pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos. Já na terceira parte, referente à quantificação e à indefinição, a autora inclui os pronomes indefinidos. Essa distribuição nos permite entender que a referida autora mantém a autonomia da classe com base em traços de ordem fórica, muito embora esse enquadramento dos pronomes com base na foricidade seja mais perceptível tão somente entre as formas pessoais, possessivas e demonstrativas.

Esse entendimento término-conceptual se confirma ao se analisar o que a autora declara na introdução da seção referente às palavras fóricas, as quais, para a autora, “*têm a função particular de fazer referência, sem, entretanto, nomear, ou denominar como os substantivos. Podemos designar como **pronominais** essas palavras*” (1999:389). Supomos, então, que atribui funções endofóricas e dêiticas para as formas pronominais. A fim de

confirmar o que ora dizemos, observem-se as funções privativas das palavras fóricas conforme a autora sob análise:

Essas palavras (pronominais) são fóricas, isto é, elas remetem a algum outro elemento. A função de referência é fundamental no uso da linguagem, para:

1º a interlocução: no discurso, alguém fala com alguém, e as palavras fóricas fazem referência a esses participantes do discurso;

2º a remissão textual: no texto, fala-se de pessoas e coisas que participam dos eventos, e as palavras fóricas fazem referência a esses participantes. (1999, p.389).

Nos termos acima expostos, as pleriformas também são palavras fóricas: em primeiro lugar, podem referir os participantes do discurso; em segundo lugar, também podem referir itens lexicais, de referência humana ou não-humana, já textualmente introduzidos. Destarte, esse tipo de foricidade, *exo-* ou *endo*, não distinguiria cabalmente nomes de pronomes.

Pronominais são também os artigos definidos, conforme a terminologia acolhida pela autora²⁸⁵. Ressalve-se ainda que a inclusão dos artigos entre os pronominais não é novidade na lingüística nacional, dado que Camara Jr (1985, p.123) também já inserira os artigos definidos entre os pronomes demonstrativos. A análise de Neves (1999), conforme já discutimos em 4.3., muito mais minuciosa.

A tarefa de discrepar nome de pronome com base em noções *exo-* ou *endofóricas* conduziu Llorach (1999) a uma exclusão da classe pronominal e sua inclusão entre substantivos e adjetivos. Não sem motivo, vez que a atualização de funcionalidade *exo-* e *endofórica* não é propriamente pronominal, mas, antes, nominal. Nesse sentido, a nosso ver, Llorach (1999) acerta, mas exagera ao desconsiderar que há diferença. Meramente subsumir os pronomes entre nomes substantivos e adjetivos também é um desvio descritivo, porque elide uma diferença que faz, efetivamente, toda diferença.

No entanto, concordamos com o supracitado lingüista no que toca à insuficiência da noção de *déixis* como parâmetro para governar a concepção de pronome. Transcrevemos abaixo a argumentação:

Embora se tenha insistido muito em separar as palavras destinadas a designar “o campo mostrativo” das que aludem ao chamado “campo simbólico”, o certo é que a função lingüística que uma e outras desempenham não é diversa. Ambos os tipos de palavras possuem uma significação fixa e constante; a diferença reside na diferente realidade extralingüística que denotam. Se a denotação levada a efeito por um demonstrativo (ou outras unidades da língua) é ocasional, quer dizer variável segundo cada ato de fala, sua significação, ou seja, seu valor diferencial e sua função é sempre a mesma. As referências

²⁸⁵ A filiação se justifica porque os artigos definidos e os demonstrativos de 3ª. pessoa são congêneres etimologicamente. Com base nessa perspectiva, não explicitada, também poderia ser alinhado a esses dois subtipos de pronomes os ditos pessoais de terceira pessoa em razão de, em sua origem, serem originários dos demonstrativos de terceira pessoa.

englobadas no campo mostrativo não deixam de ser também conceituais ou simbólicas. Manifesta-se idêntica referência real dizendo-se tanto “nas presentes circunstâncias”, como nestas circunstâncias; apesar disso, ninguém considera *presentes* como um demonstrativo. Por conseguinte, interessa determinar que traços funcionais justificam a agrupação à parte dos demonstrativos (2000, p.107-108)

Llorach (2000) está ressaltando, parece-nos, simplesmente uma característica da nominalidade, ou seja, a foricidade em toda a sua extensão, quer dêitica, quer endofórica. Com efeito, as pleriformas podem referir situacionalmente ou intralinguisticamente, como o autor catalão bem ponderou.

Acresçamos à crítica acima as considerações a seguir:

A nosso ver, na linha de Llorach (2000), a noção de dêixis impede uma boa descrição dos pronomes. Em primeiro lugar, ela só se aplica às duas pessoas no discurso e deixa de fora a terceira pessoa e outros casos mais. Esses outros casos se referem, por exemplo, a *nós=eu+ele/eu+tu+ele*, a *vocês=você+ele/você+tu+ele*. Nos exemplos dados, os pronomes se compõem semanticamente de dêiticos e não-dêiticos. Haveria então uma semi-dêixis? Como vemos, o expediente da dêixis embarga, em alguns casos, até mesmo a entrada de formas como *nós* e *vocês*. (DUARTE & LIMA, 2003, p.108-109)

Bem, se dêixis significa a instauração ou identificação de um dado referente situacionalmente, não há impediente para que as formas ditas de 3ª. cumpram papel dêitico. Dêixis não pode ser confundida estritamente com a participação enunciativa. Dêixis está relacionada à enunciação. Em sendo assim, um dado referente identificado situacionalmente terá caráter dêitico. Essa codificação pode ter caráter pleriformal ou proformal, qualquer que seja a pessoa do discurso, participante ou não da interação. Observemos as seguintes ocorrências:

(258) O velhote que passou por Sueli fixou-se nas suas pernas, no seu rosto more-no, nos cabelos presos para trás, num elegante rabo-de-cavalo. - Pra onde tá indo **a princesa**? - Pra onde **o papai** quiser. Disse isso e sorriu, mostrando os dentes brancos. O velhote, que conduzia uma pasta, ficou sem saber o que fazer. Não contava com aquela resposta desafiadora. Por uns mo-mentos pensou em tantas coisas (...) (Brasil - Fic)

As duas expressões nominais em destaque têm caráter dêitico, vez que instanciam os enunciadores. No entanto, não são *pronomes*, no sentido morfológico do termo. Podemos também facilmente imaginar uma cena em que um interlocutor aponte para um dos participantes da cena e lhe diga:

(259) **Ele** vai fazer a tarefa.

É possível negar o caráter dêitico da forma pronominal em destaque? A nosso ver, acertaram mais Ali (2001) e Bloomfield (1986) ao descrever o caráter muito mais estritamente semântico, isto é, de significação intralingüística, do que fórico, exo- ou endofórico, para

marcar a distinção fundamental entre pleri- e proformas nominais. O primeiro porque chamou os pronomes de nomes gerais; o segundo porque lhes reconheceu traços otimizados de caráter interno. A diferença, persiste, mas não reside na foricidade dêitica ou endofórica, vez que as formas nominais e pronominais podem desempenhar ambas funções igualmente. A diferença está na conservação de traços mínimos, por obra de gramaticalização consuetudinariamente construída.

5.4.2. A (re)categorização

Uma vez tendo tecidas as devidas considerações relativas à foricidade em geral, julgamos por bem nos mencionar as funções endofóricas das proformas nominais: a) provimento de coesão e coerência a um dado texto; b) eliminação de redundâncias; c) eliminação de ambigüidades; d) orientação para a compreensão da inter-relação entre os itens constituintes e configuradores da tessitura do texto, da progressão temática do texto. Não vamos deter-nos em todas as implicações relativas à foricidade endofórica. Fenômenos como a neutralização dos demonstrativos e as diferenças de foricidade das formas demonstrativas *stricto sensu* e dos artigos definidos devem ser abordadas com mais criticidade, mas não certamente no fórum desta tese.

As funções em nível cognitivo-pragmático são, fundamentalmente, as seguintes: a) situar o referente no mundo real; b) marcar maior ou menor comprometimento/responsabilidade ao codificar determinados estados de coisa; c) indiciar a troca de turno conversacional; d) ‘recategorizar’ conteúdo assentado cognitivamente. Com relação à primeira função, já travamos essa discussão. No caso da segunda, que diz respeito à relação entre modalidade e o uso dos pronomes, não teremos oportunidade de aprofundar tal temática, dada a complexidade do conceito de modalidade. Com relação à terceira função, já há trabalhos que asseguram que o uso de pessoais de segunda pessoa indicia uma cessão de turno. Não pretendemos senão fazer considerações genéricas a respeito, sem nenhuma pretensão de aprofundamento. Finalmente, no tocante à recategorização, acreditamos que o problema ainda dependa, em última análise, tão somente da decisão do teorista. Apresentamos, logo a seguir, nosso posicionamento a respeito.

A respeito da possibilidade de o pronome recategorizar há duas perspectivas básicas: a que aceita a possibilidade de o pronome recategorizar, isto é, imprimir um *plus* informacional ao recuperar, retomar ou referir um ente já introduzido ou não em um dado texto; a que não aceita que a recategorização não se situa na forma, mas na alusão ao conteúdo cognitivo

recuperável situacional e culturalmente entre os interlocutores. Assim, por um lado parece suspeito falar de recategorização pronominal, porque, de fato, não seria o pronome que estaria portando ou carregando informação, mas tão somente apontando. Por outro lado, o pronome proveria, ele próprio, informação nova, a referir nomes, sintagmas ou situações.

Uma discussão pendente seria situar a recategorização em nível pragmático. Se essa diferenciação for feita, não haveria problema em admitir a recategorização. As formas pronominais se consubstanciam como pistas lingüísticas. Ele pode recategorizar, mas pragmaticamente. Em sendo assim, a recategorização não pode ser dissociada da partilha de informações culturais e/ou interpessoais.

A perspectiva contrária argumenta que, conquanto a forma pronominal possa partilhar de categorias morfossintáticas de gênero e número, ele não tem intensão autônoma. Noutros termos, ele aponta para um construto informacional previamente expresso, lingüisticamente introduzido ou cognitivamente recuperável. Em sendo assim, a se admitir que os pronomes possam recategorizar, a categorização, sem o antecedente expresso, se efetuou primeira e necessariamente no plano do cognitivo. Nesse sentido, a recategorização não seria promovida exatamente pelas formas pronominais, mas por uma operação instada na cognição dos falantes. A pré-ciência de um dado referente, quer tenha sido introduzido – por nome, sintagma ou proposição –, quer não tenha sido introduzido, mas seja consabido por razões de compartilhamento informacional de ordem interpessoal ou cultural, é a condição *sine qua non* para a negação ao pronome de uma função fórica de termo recategorizador.

Acresça-se ainda que, por esse prisma, haveria necessidade de uma pressuposição de uma ativação da categorização previamente assentada na memória discursiva do locutor. Isso é que permitiria asseverar se ocorre uma recategorização. Por essa perspectiva, haveria uma dispensa da materialidade lingüística para aferir o estatuto de categorização ou recategorização. A recategorização, nessas bases de ativação de conhecimento partilhado, não seria privativa dos pronomes, ou seja, há nomes que poderiam recategorizar ainda que estejam a introduzir um referente tão somente porque informações prévias já seriam consideradas como consabidas. Nesses termos, a expressão nominal que codifica um dado referente não o estaria introduzindo ou categorizando, mas recategorizando.

A tomada de posição em favor de uma base lingüística para a identificação da categorização e da recategorização não implica uma proscrição de aspectos estritamente cognitivos. De qualquer forma, o pronome, para nós, até o momento, pode recategorizar apenas se servir como indício, isto é, como porta de entrada de um conteúdo previamente assentado. Ao retomar a sinalizar, ele seria recategorizador, por via indireta. Mas do ponto de

vista estritamente lingüístico, ele não recategorizaria, porque não categoriza, ou seja, não constrói ou identifica um referente devido à sua genericidade interna.

Assim, admitindo-se que o pronome não introduz um referente, não haveria uma recategorização. A categorização é cognitiva, desde textualmente expressa ou introduzida apenas com o emprego do pronome. Isso porque os pronomes, por esse prisma, são apenas um sinal para uma categorização cognitiva, mas não lingüística. A construção de uma categorização introdutória é mais própria de uma expressão nominal, porque os nomes guardam maior especificidade referencial, diferentemente dos pronomes, cujo estatuto referencial é genérico. Ademais, é mister considerar que o uso supostamente recategorizador de uma dada forma pronominal é um uso marcado, ou seja, um uso atípico, o que corrobora a tese de que a introdução de informações novas sobre um dado referente não é carreada pela forma pronominal em si, a não ser como índice.

A propósito, não poderíamos tratar dessa problemática sem recorrer a Apothelóz & Béguelin (1995). Em primeiro lugar, convém, sumariamente, descrever a concepção de referência de Apothelóz & Béguelin (1995). O referido autor apresenta concepção construtivista da referência, porque visa a entender de que modo os usuários da língua controlam a constituição (evolução) do que o autor denomina objetos do discurso. Para o autor, os objetos discursivos não pré-existem às interações dos locutores concretos, os quais são os responsáveis pela ereção da referência. Os objetos discursivos são, portanto, construtos culturais e não imposições lingüísticas independentes da contribuição dos falantes. Destarte, a concepção de que os referentes possam significar por intermédio de atributos que lhes sejam imanentes, à revelia da percepção que os usuários possuem a seu respeito, não é acolhida. A esse respeito ele declara:

De maneira geral, argumentaremos neste artigo em favor de uma concepção construtivista da referência, explorando metodicamente o modo por meio do qual os sujeitos falantes controlam, em suas produções lingüísticas, a evolução disso que chamamos os objetos de discurso; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os ditos objetos do discurso não pré-existem ‘naturalmente’ à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como os produtos – fundamentalmente culturais – dessa atividade. Além disso, adotaremos aqui um ponto de vista estritamente lingüístico sobre o problema da referência, com a exclusão de toda consideração filosófica ou metafísica²⁸⁶ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.229).

²⁸⁶ De manière générale, nous argumenterons dans cet article en faveur d’une conception constructiviste de la référence, en explorant méthodiquement la façon dont les sujets parlants contrôlent, dans leurs productions langagières, l’évolution de ce que nous appelons les objets-de-discours; nous assumerons pleinement le postulat selon le lequel les dits objets-de-discours ne préexistent pas ‘naturellement’ à l’activité cognitive et interactive des sujets parlants, mais doivent être conçus comme les produits – fondamentalement culturels – de cette activité. Par ailleurs, nous adopterons ici un point de vue strictement linguistique sur le problème de la référence, à l’exclusion de toute considération philosophique ou métaphysique. (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.229)

Ressalve-se também que o autor, explicitamente, não tem interesse por perquirições de ordem filosófica ou metafísica e psicológica. A compreensão de processos de categorização e anaforização que lhe interessa está apenas no âmbito lingüístico. Em razão de seu exposto propósito de análise estritamente lingüístico, ele questiona se é da competência ou incumbência do lingüista “*determinar a medida referencial das denominações e, então, fixas as fronteiras para o emprego de lexemas*” (254) correspondentes, *ipso facto*, aos referentes que designam.

O autor pondera que essa reivindicação de uma correlação lingüístico-referencial estreita não é própria de situações reais de comunicação. Trata-se de uma purificação referencial laboratorial, empreendida fora de uma situação comunicativa concreta. É, por fim, um expediente analítico depurador, cujo efeito descritivo é formalizar em demasia as estratégias empregues pelos usuários ao referir.

O autor assinala que esse critério é, em última análise, subjetivo e formalista:

Insistimos sobre o fato que em semântica do discurso, um dado lingüístico *in vitro* é um dado incompleto, sobre o qual é extremamente delicado aportar/ dotar um julgamento de aceitabilidade; de tal modo que, nesse domínio, e como nós o temos desenvolvido em outros trabalhos, **a única via cientificamente válida e epistemologicamente aceitável é a observação de comportamentos lingüísticos efetivos**²⁸⁷ (grifo dos autores) (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.234).

Em seguida os autores fazem uma crítica à petição de um emparelhamento lingüístico-referencial. Contra essa revivescência de um nomenclaturismo ou nominalismo de base referencial, os autores se indispõem categoricamente. Ele postula que o falante, ao referir, não busca uma adequação referencial plena, ou seja, não busca uma *adequatio intellectus rei*. Essa concepção se funda em uma visão de verdade ortoeidética, em que é necessária uma correção do olhar para um ajuste ao referente. Porém, esse ajustamento não se dá, como em Platão, em busca de um ente inteligível, supra-sensível. Inverte o lócus da precisão ortoeidética, ou o foco da adequação de referentes puramente numênicos – perceptíveis ao entendimento – para referentes fenomênicos – perceptíveis aos sentidos. Aproxima-se, assim, de um empirismo de base naturalista. Observe-se o que declaram os autores a fim de corroborar nossas asserções:

²⁸⁷ Insistons sur le fait qu’en sémantique du discours, une donnée linguistique *in vitro* est une donnée incomplète, sur laquelle il est extrêmement délicat de porter un jugement d’acceptabilité; de sorte qu’en ce domaine, et comme nous l’avons développé dans d’autres travaux, *la seule voie scientifiquement valide et épistémologiquement acceptable est l’observation des comportements linguistiques effectifs* (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.234) .

Pode-se legitimamente se perguntar sobre o interesse lingüístico de uma tal base. Porque o que se faz ao certo ao se recorrer a esse gênero de manipulação relatada acima? Nada além, no fundo, que ir procurar no real extralingüístico os princípios presumidos que regulam os usos lingüísticos²⁸⁸ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.234).

Esse empirismo enfrentaria problemas adicionais se o referente fosse de outra ordem, isto é, se não possuísse concretude no universo extramental, se não apresentasse tangibilidade material, v.g., *democracia*, ou *unicórnio*. Nesse sentido, é preciso, no âmbito da filosofia, de uma noção de referência que dispense a vericondicionalidade fundada no referente. A significação se funda no ato de referir. O sentido então não é apenas o significado lingüístico ou referencial, mas o que se apresenta pelo ato de referir do locutor. Recuperando Frege (s/d), cuja compreensão da referência pode ser atestada em Lyons (1977), a noção de *Bedeutung* estaria atrelada à significação intralingüística ou ao âmbito da referência, ao passo que a de *Sinn* reporta-se à significação instaurada pelo ato de referir. Nesse sentido, Frege não é inteiramente adepto de uma concepção de referência lógica e anteciparia a concepção construtivista, em alguma medida, proposta por Apothéloz e Béguelin (1995) outros autores franceses.

Além disso, essa concepção empiricista, enfrentaria problemas ao se considerar que a experiência humana se movimenta no tempo. Em sendo assim, heracliticamente, nunca se poderá referir ao mesmo ente, porque, admitida a sujeição inexorável de sua existência dimensão do tempo, jamais seria o mesmo transcorrido qualquer fração de temporalidade. Como faríamos para referir com êxito? Então, esse reclame de empiricidade extrema não condiz com o uso competente referidor dos locutores. Há necessidade também de uma discussão que distinga a categorização de um dado objeto imediato e as suas evoluções discursivas, ou seja, a sua transformação em objeto dinâmico. As recategorizações poderiam estar no âmbito das predicções do objeto dinâmico. Por esse prisma, os pronomes não necessariamente seriam os únicos materializadores da recategorização ou re-referenciação, mas índices ou quiçá ícones das mutações providas pelos predicados de um dado objeto dinâmico.

Trata-se de uma ontologia ingênua com princípio de investigação lingüística.

Os próprios autores o afirmam:

²⁸⁸ (...) on peut légitimement s'interroger sur l'intérêt linguistique d'une telle démarche. Car que fait-on au juste quand on se livre au genre de manipulation rapporté ci-dessus? Rien d'autre, au fond, que d'aller chercher *dans le réel extralangagier* les principes censés régler les usages linguistiques (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.234).

Ora, sem querer refazer a querela dos universais, parece-nos que a base que acaba de ser descrita, se ela não for escrupulosamente considerada, termina por fazer da linguagem um decalque da realidade. E, conseqüência mais grave ainda, ela conduz quase inevitavelmente a substituir a investigação lingüística por uma análise ontológica ou física ingênuas²⁸⁹(APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.235).

Em razão das críticas supra-referidas, Apothelóz & Béguelin(1995) fazem um questionamento do interesse lingüístico por essa base de investigação.

Ora, parece-nos que não espera do lingüista que ele postule a respeito da legitimidade das designações lexicais, nem sobre se se tem ou não o direito de dizer algo do real sem abandonar o quadro do ‘empiricamente possível’ ou do ‘cientificamente válido’; sua tarefa – bem mais complexa em suma – é de registrar as práticas linguageiras dos usuários, e de dar cobro delas²⁹⁰ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.235).

O autor releva que se deveria levar em consideração de forma saliente aspectos pragmáticos e não reclamar a observância de vericondicionalidade ontológica. A ‘gramática do real’ demandaria uma potência referidora descomunal, porque as entidades sofrem alterações permanentemente. Crítica ao recurso a explicações atributivas para caracterizar a referenciação. Não é necessário definir com precisão ontológica que sorte de alteração, da afetação à destruição, incide sobre o referente para compreender os processos de categorização e anaforização.

A concepção de léxico do autor contribui para uma compreensão devida da relação entre a referência e o uso da língua:

O léxico representa para os sujeitos falantes um conjunto de recursos para operações finalizadas de designação, e não um estoque de etiquetas que seria uma emanção das *realia*. É preciso ver também no léxico menos um dado constrangido, cujo emprego estaria submetido ao absoluto princípio da adequação referencial, que um conjunto de dispositivos extremamente maleáveis, continuamente trabalhados no e pelo discurso²⁹¹ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.241).

²⁸⁹ Or, sans vouloir refaire la querelle des universaux, il nous paraît que la démarche qui vient d’être décrite, si elle n’est pas scrupuleusement pondérée, aboutit à faire du langage un décalque de la réalité. Et, conséquence plus grave encore, elle conduit presque inévitablement à substituer à l’investigation linguistique une analyse ontologique ou une physique naïves(APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.235)..

²⁹⁰ Or, il nous semble qu’on n’attend pas du linguiste qu’il statue sur la légitimité des désignations lexicales, ni sur ce qu’on a le droit ou non de dire du réel sans quitter le cadre de l’‘empiriquement possible’ ou du ‘scientifiquement valide’; sa tâche – bien plus complexe au demeurant – est d’enregistrer les pratiques langagières des usagers, et d’en rendre compte(APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.235)..

²⁹¹ Le lexique représente pour les sujets parlants un ensemble de ressources pour des opérations finalisées de désignation, et non un stock d’étiquettes qui seraient une émanation des *realia*. Aussi faut-il voir dans le lexique moins une donnée contraignante, dont l’emploi serait soumis au seul principe d’adéquation référentielle, qu’un ensemble de dispositifs extrêmement malléables, continuellement travaillés dans et par les discours (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.241).

Para Apothelóz & Béguelin(1995), a ‘adequação referencial’ é uma injunção mais sócio-cultural que ontológica. há a admissão de designação padrão, que corresponderia ao ‘nível base da categorização’, mas que se adapta aos objetivos comunicacionais pretendidos. As mutações do referente podem ser inteiramente ignoradas e isso não implica dificuldade referencial:

Sempre que se designa um referente qualquer, é também possível ou ignorar lhe as transformações sofridas, as quais poderiam levar a uma recategorização lexical, ou antecipar seu porvir a lhe conferir uma denominação que ele ainda não ‘merece’. (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.243).

Esse fenômeno é denominado metonímia ‘cronológica’ ou ‘metaléptica’. O autor postula que o uso da metalepse é ilustrativo da dispensa do estatuto ontológico do referente na atividade referencial corriqueira. O autor pondera que o falante pode aperceber-se de insuficiências descritivas ao construir e identificar os referentes sobre que discorre. Esse processo não se relaciona de forma dicotômica com a suposta ‘inadequação ontológica’ de determinadas expressões referenciais que não observariam lingüisticamente alterações sofridas pelo referente. Isso porque

(...)a existência de tais normas (normas de denominação e consenso social que reclamam adequação em determinadas circunstâncias de uso) não deve jamais mascarar o fato de que as designações são funções de variáveis múltiplas: entre os fatores que as condicionam intervêm não apenas o grau de conhecimento do locutor e o grau de tipicidade da designação, mas também, por vezes, o sub-código e as representações atribuídas ao interlocutor, assim como o controle de conotações associadas ao léxico²⁹² (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.245).

A combinar a sua compreensão de referência e as estratégias de designação, o autor supõe haver três situações básicas:

- a) o objeto de discurso sofre uma transformação *no momento de sua designação anafórica*, e sem que essa modificação retome um atributo anteriormente predicado sobre o objeto, ou tenha uma relação qualquer com as modificações sofridas anteriormente por esse objeto. É então o anafórico que opera – ou marca – sua transformação.
- b) O objeto de discurso, ainda que seja modificado pela predicação por um ou vários atributos, se vê designado por um anafórico *que não dá conta de suas modificações*. É o caso recíproco do precedente.
- c) O objeto do discurso sofre diversas modificações por meio da predicação de um de vários atributos e uma expressão anafórica ulterior *homologa essas modificações*. É o tipo de situação a que é normalmente reservada a denominação de ‘referentes evolutivos’, mas, a

²⁹² Mais l’existence de telles normes ne doit jamais masquer le fait que les désignations sont des fonctions à variables multiples : parmi les facteurs qui les conditionnent interviennent non seulement le degré d’expertise du locuteur et de degré de typicalité de la désignation, mais aussi, parfois, le sous-code et les représentations attribués à l’interlocuteur, ainsi que le contrôle des connotations associées au lexique (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.245).

nossos olhos, ela contrai seu sentido senão confrontada com os dois primeiros ²⁹³ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.246)

Uma crítica possível para a terceira justificativa, a que preconiza uma homologação da recategorização em razão da aparição ulterior de uma expressão nominal recategorizadora, é que não se trataria de uma anáfora, mas de uma catáfora: o pronome não estaria a recategorizar um referente já introduzido, mas a anunciar, por ser catafórico, um referente a ser introduzido.

Se os autores estão admitindo que o pronome recategoriza, não estariam, ao contrário do que imaginam, afirmando o ‘referente evolutivo’ ou, se quisermos, o ‘objeto dinâmico’, na medida em que o pronome revelaria atributos alterados do referente? Se eles, ainda que subrepticamente, afirmam a noção de ‘referente evolutivo’, não estariam, de algum modo, igualmente afirmando uma teoria da referência muito presa aos *realia* (não apenas no sentido de referentes tangíveis), isto é, as mutações sofridas pelo referente implicariam uma mutação sofrida ou provocada pelas formas lingüísticas?

Para o autor sob apreço, os pronomes podem recategorizar. Ele quadra esse tipo de recategorização entre as lexicais implícitas:

Contrariamente a uma idéia recebida, certas transformações de objetos de discurso não podem ser marcadas senão por um pronome. Os pronomes, em razão de sua marca de gênero, permitem com efeito, no contexto, indicar alusivamente uma denominação. Essa propriedade pode ser explorada para diversos fins²⁹⁴ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p. 252)

A respeito dos tipos de recategorização constituídas por meio das formas pronominais, o autor em tela assinala três tipos subseqüentes:

- a) Redução de uma ambigüidade referencial;
- b) Motivação do gênero gramatical;

²⁹³ 1. L’objet-de-discours subit une transformation *au moment même de sa désignation anaphorique*, et sans que cette modification reprenne un attribut prédiqué antérieurement sur l’objet, ou ait une quelconque relation avec des modifications subies antérieurement par cet objet. C’est donc ici l’anaphorique qui opère – ou marque – sa transformation.

2. L’objet-de-discours, bien qu’ayant été modifié par la prédication d’un ou de plusieurs attributs, se voit désigné par un anaphorique qui ne tient pas compte de ces modifications. C’est le cas réciproque du précédent.

3. l’objet-de-discours subit diverses modifications par voie de prédication d’un ou de plusieurs attributs, et une expression anaphorique ultérieure *homologue ces modifications*. C’est à ce type de situation qu’est habituellement réservée l’appellation de ‘référénts évolutifs’, mais, à nos yeux, *elle ne prend tout son sens qu’une fois confrontée aux deux premières* (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.246).

²⁹⁴ Contrairement à une idée reçue, certaines transformations des objets-de-discours peuvent n’être marquées que par un pronom. Les pronoms, en raison de leur marque en genre, permettent en effet, en contexte, d’indiquer allusivement une dénomination. Cette propriété peut être exploitée à diverses fins (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p. 252)

c) Indicação de uma conotação particular.

Sobre o primeiro tipo, o autor afirma que:

Em certos contextos, um fato de concorrência referencial para uma forma pronominal dada pode aparecer, devido notadamente ao fato que dois objetos de discurso receberam denominações possuidoras do mesmo gênero gramatical. A modificação do gênero gramatical do pronome implicado permite então resolver essa dificuldade, recuperando implicitamente o objeto visado por intermédio de uma outra denominação que não aquela que foi introduzida no contexto discursivo (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.252)

Em designações de referentes por meio de substantivos sobrecomuns ocorrem recuperações anafóricas em concordância com o gênero do referente. Observe-se o exemplo:

- (260) O Capitão ordenou que as tarefas fossem cumpridas imediatamente. Ela recebera ordem veemente de oficial superior minutos antes.

Sobre o segundo tipo, a motivação do gênero gramatical, ele afirma que a obediência ao gênero gramatical pode ser evitada precisamente porque ele não é senão gramatical e não corresponde ao gênero 'natural'. Observe-se o exemplo a seguir:

- (261) [Depois de uma informação dando notícia de uma hospitalização de Madre Tereza]
O prêmio Nobel da paz deveria voltar para casa **dela** nesse fim de semana.

Finalmente, o terceiro tipo, a indicação de uma conotação particular, pressupõe a alusão consabida a um referente outro. Significa que não se trata tão somente de referência co-significativa, mas indireta. O referente introduzido serve apenas de gatilho para ativar um referente que se situa, por contigüidade, em campo semântico similar. Esse subtipo pode provocar discussão, porque possivelmente não se trate mais do mesmo referente, então não se trata de uma adição de traços a um mesmo referente, mas da introdução de outro referente. Não haveria, a se pensar assim, nenhuma interseção entre os dois decalques. A fim de negar esse ponto de vista, haveria necessidade de uma objetividade do referente a fim de que se mantivesse a identidade do mesmo referente. Seguindo por esse rumo, não haveria um referente recategorizado, mas referentes distintos, porque os sentidos são outros. Em suma, não haveria no caso a seguir uma recategorização, mas uma re-referenciação.

- (262) O guarda traz a refeição.
1º prisioneiro: Que é?
Guarda: Sopa de galinha.
Os homens começam a comer.
2º prisioneiro: Ele não é comestível. (Por alusão a caldo que seria, possivelmente, mais ralo, rarefeito, que sopa ou canja).

Outro grupo de recategorizações promovidas por pronomes se dão entre as modificações da extensão do objeto ou de seu estatuto lógico: “*Certas transformações do objeto operadas pelo anafórico dizem respeito à extensão do objeto, eventualmente seu estatuto lógico, deixando mais ou menos intacta a categorização lexical*”²⁹⁵(APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.256)

Em segundo lugar, há o que ele denomina de abandono de determinações: “*As transformações desse tipo podem ser muito sutis, a ponto de passarem praticamente despercebidas*”²⁹⁶ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995). Observe-se o exemplo do autor:

(263) O tempo de reverberação optimal de uma sala concerto moderna está fixado entre 0.7 e 2.4 segundos. Mas ele desce até 0.2 segundo nos pequenos estúdios de trabalho, e sobe a 6 segundos nas grandes igrejas italianas.

Nesse caso, o pronome *ele* designa um objeto que é /o tempo de reverberação/, e não /o tempo de reverberação optimal de uma sala de concerto moderna/ nem /o tempo de reverberação optimal/.

O terceiro subtipo é a “*passagem a um nível metalingüístico*”, que “*consiste em passar, sem avisar explicitamente o destinatário, da designação do objeto de discurso para a do nome designador desse objeto; dito de outro modo passa de uma denominação ‘em uso’ para uma denominação ‘em menção’*”²⁹⁷(APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.257).

Eis o exemplo:

(264) Tenho sob os olhos um artigo assinado Claude Terreaux, consagrado inteiramente ao CORAÇÃO, a sua etimologia e às suas significações.

Há a recategorização por metonimização : “*São tributários do mesmo gênero de análise os pronomes anafóricos que operam um deslize metonímico*”²⁹⁸(APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995). Observe-se o exemplo fornido pelos próprios autores:

²⁹⁵ Certaines modifications de l’objet opérées par l’anaphorique concernant l’extension de l’objet, éventuellement son statut logique, laissant plus ou moins intacte la catégorisation lexicale (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p. 256)

²⁹⁶ Des transformations de ce type, quoique touchant la référence, peuvent être assez subtiles, au point de passer quasiment inaperçues (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p. 256).

²⁹⁷ (...) consistant à passer, sans en aviser explicitement le destinataire, de la désignation d’un objet-de-discours à celle du nom désignant cet objet ; autrement dit à passer d’une dénomination ‘en usage’ à une dénomination ‘en mention’ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.257).

²⁹⁸ Sont redevables du même genre d’analyse les pronoms anaphoriques qui opèrent un glissement métonymique.

- (265) Pierre Grosz [autor de letras de canções] explica suas relações com aqueles que o cantam.

Há ainda a fragmentação de um objeto de discurso. Nesse caso, há o reconhecimento da dificuldade de distinção entre extensão e categorização.

Exemplo sem emprego de pronomes:

- (266) {...} eu lhe propus um dia sair desse convento, dizendo-lhe que ela poderia contar com a proteção da Rainha da Suécia, e que Sua Majestade me havia feito esperar porque ela a receberia em seu palácio. Ela gostou dessa proposta, e tendo aceitado a partida, fui, desde esse momento, dar ordem para a execução desse desígnio.

São expressões parciais de um processo implicitamente inferível e recuperável. Eis um outro exemplo:

- (267) No metrô parisiense faz alguns meses, um cartaz publicitário. Vê-se um casal agarrado, boca a boca. Ele a tem em seus braços, virada.

O subtipo seguinte é o anafórico que não dá conta de atributos predicados do objeto: *“Trata-se de casos em que o objeto de discurso sofreu uma recategorização por meio da predicação, e em que um anafórico ulterior não leva em conta essa recategorização”*²⁹⁹ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.261). Observe-se o exemplo:

- (268) A ostra, da grossura de uma pedra mediana, tem uma aparência mais rugosa, de uma cor menos compacta, brilhantemente alva. É um mundo obstinadamente fechado. Entretanto, pode-se abri-lo: é preciso então pô-la no oco de um esfregão...

Finalmente, o último caso de recategorização com base em formas pronominais é o que os autores denominaram de homologação de atributos explicitamente predicados. A esse respeito, ele declara: *“O lexema escolhido, pelo intérprete do retrato que ele dá ao objeto, confirma as informações recém apresentadas a seu propósito”*³⁰⁰ (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.265). Observe-se o exemplo a seguir:

- (269) O sabão é um tipo de pedra, mas não natural: sensível, suscetível, complicada. Ela tem um tipo de dignidade particular. Longe de desagradar (ou ao menos de passar seu tempo) a se fazer rolar pelas forças da natureza, ela corre entre seus dedos; toma a visão ocular aí, muito mais que se deixar rolar unilateralmente pelas águas.

²⁹⁹ Il s’agit des cas où l’objet-de-discours a subi une récatégorisation par voie de prédication, et où un anaphorique ultérieur ne tient pas compte de cette recatégorisation (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p. 261).

³⁰⁰ Le lexème choisi, par le truchement du portrait qu’il donne de l’objet, entérine alors des informations fraîchement apportées à propos de celui-ci (APOTHELÓZ & BÉGUELIN, 1995, p.261).

As teses de Apothelóz & Béguelin (1995) merecem maiores reflexões, mas a análise dos processos de referenciação não compõe o escopo fundamental desta tese. Este autor, ao fim e ao cabo, ratifica seu ponto de vista de que os objetos de discurso constroem a referência e independem do estatuto referencial dos referentes em foco. Não há, segundo os autores, uma equiparação necessária, no ato de referir, entre os entes referidos e as expressões designadoras, entre *denotata* e *denotanda*. Essa compreensão geral da referência se estende aos pronomes, que teriam a potencialidade de recategorizar, embora essa função de recategorização ou reformulação efetuada por proformas nominais represente um uso marcado, como nos exemplos a seguir:

- (270) Joana saiu sem falar com ninguém. Ele se comporta assim com frequência.
 (271) Marcos não se sente à vontade no trabalho. Ela não é aceita como é.

Embora sejam exemplos forjados por nós, não significa dizer que não sejam possíveis no uso comum. Eles revelam a possibilidade de as proformas nominais recategorizarem, vez que elas são responsáveis pelo aporte de informação nova alusiva às personagens em tela. Contudo, vale ressaltar, trata-se de um uso marcado.

Observemos, por fim, o que Givón (1995, p.50-51) declara sobre a complexidade estrutural, a distribuição freqüencial e a complexidade cognitiva de anáforas-zero e pronomes, acentuados e não-acentuados³⁰¹.

1. Complexidade estrutural: Em termos de dimensão mórfica, anáforas-zero e pronomes átonos são os menores artificios de codificação referencial. Eles são então estruturalmente menos marcados no sentido mais óbvio;
2. Distribuição freqüencial: em um discurso coerente conectado, anáfora-zero e pronomes átonos são o artifício de codificação referencial mais comum;
3. Complexidade cognitiva – Há fortes razões para considerar anáforas-zero e pronomes não-acentuados cognitivamente os menos marcados – a escolha de processamento em revelia – um artifício de codificação referencial discursivo. O argumento pode ser resumidamente descrito como se segue: anáforas-zero e pronomes não-acentuados codificam referentes maximamente contínuos, aqueles que estão correntemente ativados. **Eles não principiam nem o encerramento, nem a ativação, nem a busca de um co-referente. Eles então sinalizam nenhuma mudança em uma operação cognitiva em curso – assim continuação em ausência – do estatuto de ativação em curso.** [grifo nosso]

³⁰¹ 1. Structural complexity – In terms of morphemic size, zero anaphors and unstressed pronouns are the smallest referent-coding devices. They are thus structurally less marked in the most obvious sense.

2. Frequential distribution - In connected coherent discourse, zero anaphors and unstressed pronouns are the most common referent-coding device;

3. Cognitive complexity – There are strong grounds for considering zero anaphors and unstressed pronouns to be cognitively the least-marked – the default processing choice – referent-coding device in discourse. The argument can be briefly outlined as follows: Zero anaphors and unstressed pronouns code maximally-continuous referents, those that are currently activated. They precipitate neither termination, nor activation, nor search for a co-referent. They thus signal no change in current cognitive operation – thus default continuation – of the current activation status.

Por outras palavras, se eles não carregam informação nova, recuperável no contexto situacional ou no conhecimento prévio mútuo de determinados interlocutores, tais proformas nominais simplesmente não são marcadas e apenas contribuem para a progressão textual, como sinalizadores. O que importa, portanto, é, discursivamente, discernir que proformas nominais são informacionalmente relevantes e quais simplesmente não traduzem informação nova. De todo modo, sua genericidade, nos termos expostos no capítulo 4, permite o abrigo de informação nova³⁰², e, em razão de seu estatuto referencial otimizado, conservante de traços semânticos internos mínimos, há a imperiosa necessidade de recorrência a fontes contextuais.

5.4.3. A noção de nome geral

Um dos autores que apresenta uma das análises mais lúcidas a respeito da natureza da distinção entre pleri- e proformas nominais é Ali (2001). Ele define os pronomes assim:

Correto me parece o ponto de vista de Henry Sweet, que define **os pronomes como nomes e adjetivos gerais, em oposição aos ordinários nomes e adjetivos especiais [grifo nosso]**, devendo-se advertir que alguns **nomes e adjetivos especiais são mais gerais em sua significação do que outros [grifo nosso]**. Assim, um nome de significação geral é, muitas vezes, quase equivalente a um pronome. Pouco importa que num livro o autor, falando de si, diga *eu* ou *o autor*, e, referindo-se ao leitor, o trate de *vós* ou *o leitor*. E tanto é correta esta observação que vemos certos nomes transformados em verdadeiros pronomes só por adquirirem um sentido geral. Assim *homem* em português antigo era muitas vezes usado como pronome nos mesmos casos que o francês *on* (o qual é a própria palavra *homme* alterada). *Senhor* com sentido especial é nome, mas *o Senhor*, referido geralmente a qualquer pessoa a quem dirigimos a palavra, é pronome. O latim *rem*, pela sua aplicação geral, passou a ser pronome em românico. E quantas vezes não nos serve a expressão *a coisa*, como equivalente de *isto*? (Said Ali, 2001, p.74)

Essas considerações nos parecem extraordinárias, porque prevêm o movimento de uma classe nominal pleriformal para o âmbito proformal em função da aquisição de um estatuto mais gramatical de significação, ou seja, de uma maior amplitude referencial por causa da perda de especialidade sêmica. Mais, o segundo grifo chama a atenção para o claro entendimento de que há um trânsito entre nomes gerais e específicos, ou seja, respectivamente, proformas nominais e pleriformas nominais.

É este sentido de nomes gerais que o indo-europeísta norte-americano L. Gray frisa ao asseverar:

(...) Não designam pessoas, coisas, conceitos ou qualidades em geral (como o fazem os nomes *man, stone, thought, goodness*); mas sem limitação a uma dada categoria de idéias denotam um indivíduo específico ou indivíduos específicos de qualquer categoria. (*apud* Camara Jr, 1989, p.154-155).

³⁰² Vale advertir que a noção de *informação nova* não é pacífica, porque vai depender da tipologia a ser observada e se o que está sendo levado em consideração é a primeira menção ou apenas o receptor do texto.

Não poderíamos deixar de, a esta altura, remeter a uma concepção de Apolônio³⁰³:

(...)enquanto o nome expressa a qualidade de um sujeito corpóreo, o pronome apenas indica à coisa, apenas expressa a sua existência (Do pronome, p.31 e p.33; Da sintaxe I, 138). Essa indicação se faz quando a coisa está presente (**deíxis**) ou quando já foi apresentada (**anaphorá**), pois o pronome por si não designa porque não expressa nenhuma qualidade. Apontando para a coisa ou referindo-se a ela, o pronome pode fazer ver a qualidade, nunca, porém, ele por si a revela (Da sintaxe, I, 120). (*apud* Neves, 1987, p.170)

Fariamos, então, com base em nossa terminologia, a glosa da citação, as proformas nominais são holofóricas porque podem indicar todo e qualquer referente, de todo e qualquer campo semântico. No entanto, o referido lingüista não ressaltou o caráter igualmente genérico da panforicidade das proformas nominais. Estúltimas, como toda a classe nominal, pode encapsular, ou seja, referir, dêitica ou endoforicamente, porções lingüísticas ou referentes não necessariamente previamente nominalizados. Porém, novamente, seu encapsulamento, exo- e endofórico, é panfórico, ou seja, não realiza restrições axiológicas como os encapsulamentos pleriformais, qualquer que seja o seu grau de especificidade referencial.

Face ao exposto, cabe-nos algumas conclusões:

- a) no sentido grayano de dêixis associado à idéia de generalidade, os indefinidos podem-se agrupar entre os pronomes;
- b) todavia, a assunção acima, juntamente com as considerações de Bloomfield (1986), autoriza a admissão de fronteiras e interseções: dos nomes com os pronomes; dos nomes próprios com os pronomes; dos antropônimos com os axiônimos; dos axiônimos com as proformas nominais; mais ainda, com a diferença de que aqueles, consoante a já consagrada fórmula de Stuart Mill, conotam, mas não denotam; dos indefinidos com os numerais (sendo aqueles – os indefinidos – inclusos nestes últimos por muitos lingüistas, como Mateus *et alii* (1983), Matos e Silva (1992), Neves (2000));
- c) estas fronteiras, que deitam por terra enfoques binaristas ortodoxos, todavia, não dão conta do *continuum* que é o próprio real, em seu perpétuo devir.

O dipolo *extensão/intensão* representa, em última análise, o divisor aristotelicamente admissível entre as pleriformas nominais e as proformas nominais. No entanto, com base na argumentação tecida ao longo da tese, torna-se imperioso reconhecer que há, por obra de fatores pragmático-cognitivos, formas mais representativas e formas candidatas

³⁰³ A esse respeito, consulte-se também Robins (1979).

constantemente a recompor o quadro das proformas nominais. Aliás, essas mutações de léxico para gramática não se restringem, conforme também discutimos, às macroclasses nominais.

Todas as formas que a tradição abriga sob o rótulo de pronome são mais bem tipificadas como proformas nominais, vez que se evidencia, assim, a proveniência comum, a diferirem apenas por ação de processos de gramaticalização. Resta-nos agora a tarefa de compor uma escala de proformalidade no interior da macroclasse proformal nominal, ou seja, identificar quais entre as proformas nominais são mais ou menos tipificadoras da otimização nominal característica de toda a classe.

5.4.4. A escala de prototipicidade das proformas nominais

A filiação comum entre as proformas nominais reside na partilha majoritária de todos os traços pertinentes à nominalidade, quer de âmbito morfossintático, quer semântico-fórico. A diferença, conforme já ressaltamos, é de cunho estritamente denotacional ou semântico tomado com a acepção de significação interna. Se assim é, o desafio se torna escalarizar as proformas nominais com base na retenção maior ou menor de traços otimizados. A mais prototipicamente proformal nominal será a que apresentar menor quantidade de traços mínimos otimizados.

É possível considerar o demonstrativo *o*, sempre seguido de *que*, a forma mais gramaticalizada, juntamente com os clíticos, porque sofreram perda fônica, apresentam aprisionamento sintático e possuem referência panfórica (dispensa, assim, qualquer obrigação de mudança de gênero, como sucede com seu correlato menos gramatical). Diferem, contudo, dos clíticos complemento, porque conservam a condição de topicalizadores *extraclause* genéricos. Diferem ainda porque, ao contrário de seus homônimos complemento, não sofrem concorrência das formas nominativas de 3ª pessoa em sentido estrito, *ele* e *ela*. Os artigos já foram discutidos e devidamente enquadrados como proformas adjetivais.

Na seqüência de maior gramaticalidade, poderíamos relacionar *isto*, *algo*, *tudo*, *nada*. São as formas neutras mais usuais e de endoforicidade e exoforicidade de natureza tanto holofórica quanto, principalmente, panfórica destacada.

As proformas nominais substantivais pessoais, *ele(a)*, *eu*, *tu*, *nós*, etc. podem ter um alcance referencial panfórico em usos marcados as formas ditas pessoais em sentido estrito, ou seja, as instanciadoras dos participantes da interação. Em regra, porém, sofrem restrição referencial, limitando-se a cumprir tão somente o papel de assinalar os enunciadores. Mesmo marcadamente, quando referem genericamente, não se perde de vista a antroporicidade.

Demonstrativo de gramaticalidade prototípica das proformas nominais substantivais

Fonotática	Morfossintática		Semântica	Pragmática	
Forma dependente	Invariável com os valores semânticos assinalados	Rigidez de acompanhamento compulsório do relativo	Panfóricos endo- e exofóricos	Frequência majoritária	O – demonstrativo panfórico
Forma dependente					O – clítico complemento panfórico
Forma dependente	Concordância em gênero e número		Holofóricos endofóricos		o/a demonstrativos ou clíticos complementos estritamente holofóricos
Forma livre					Isto/Isso
Forma livre			Panfóricos Endo- e exofóricos		Algo
Forma livre			Quantificação inclusiva ou absoluta afirmativa		Tudo
					Ele – ela holofóricos com restrição de gênero sintático
Forma livre					Nada
Forma livre					Alguém, ninguém
Forma livre			Foricidade genérica eventual		Pessoais praticamente monofóricos Eu/tu
	Restrição da concordância de gênero		Holofóricos endo e exofóricos	Frequência substantival baixa	Este(a) aquele (a)

Quadro 69

Parece que, quanto mais holofórico uma dada proforma nominal substantival, mais seriável, ou seja, mais facilmente enquadrável em uma ou mais séries em que haja partilha de traços próprios da nominalidade geral. Há enfeixamento de diversas séries de proformas nominais e adverbiais, mais ou menos gramaticalizadas, em torno dos traços de localização/pessoa; indefinitude positiva ou negativa; localização/indefinitude positiva ou negativa (algures; alhures; nenhures) modo/ quantificação absoluta positiva, negativa ou indefinida (assim; de todo jeito; de jeito nenhum; de algum jeito); localização dêitica nominal e espacial.

Essa escala ainda se mostra demasiado intuitiva. Significa dizer, portanto, que carece de uma hierarquização mais criteriosa de traços de tal modo que se possa ajustar mais

rigorosamente os diferentes graus de representatividade proformal das formas e das séries de proformas nominais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consolida-se, para nós, o entendimento de que a gramaticalidade ou lexicalidade deve ser vista em todos os âmbitos de manifestação das partes do discurso e de suas categorias constitutivas em uma língua preponderantemente flexiva como a língua portuguesa. Em assim sendo, léxico, em sentido estrito, e gramática, em sentido estrito, encontram-se em perpétua disputa. As formas herdadas de outras sincronias que, consagradas pelo uso, compõem a gramática, em sentido estrito, sofrem pressão e concorrência de formas emergentes eleitas pelos usuários de sincronias mais recentes. Para entender essas disputas léxico-gramaticais, é preciso considerar, combinadamente, as noções de *frequência* e seus efeitos pragmático-cognitivos, de *metáfora conceitual* e seus efeitos de abstratização (leve-se em consideração a fundamental noção da *hipótese evolucionária*), e de *mimese* e suas duas formas de manifestação (imitativo-criativa, em prol da conservação de formas legadas por outras sincronias; e criativo-imitativa, em favor da geração de gramática a partir de formas do léxico circulante em uma dada sincronia por uma usança majoritária). Naturalmente, é vital acrescer um modelo funcionalista de descrição de análise em que a discretude categorial é mesclada a escalas capazes de flagrar os pólos de manifestação lexical ou gramatical e as zonas de transição pleriproformais ou propleriformais em conformidade com o grau de gramaticalização ou vinculação com o léxico.

De todo modo, é possível pensar em traços gerais de delimitação da *proformalização*, o processo de constituição de proformas por ação da categoria da proformalidade, com a eleição de proformas modelares em cada nível de manifestação das classes e categorias, como *redução fônica*, *escora fonotática* ou *cliticização*, *morfologização* ou *intralexicalização derivacional* ou *flexional ampla ou restrita*, *redução de mobilidade sintática*, *frástica* ou *lexical (intra SN)*, *maior ou menor intensão semântica*, *maior ou menor conexão com a codificação de experiências concretas*, *junção pura* ou *junção com foricidade esmaecida*. Tais traços, contudo, devem ser confrontados com a codificação das categorias mais ou menos lexicalizadas ou gramaticalizadas no interior das classes, entre as classes e no interior das palavras. O quadro L procura mostrar o movimento entre as classes, no interior das classes em cada nível de manifestação, ou seja, mórfico, sintático e semântico. Estriba-se na hipótese evolucionária de modo radical, porque entende que o léxico tem como matriz a classe nominal, a partir da qual, por incidência de processos diversos de gramaticalização, vão se constituindo todas as demais classes pleri- e proformais até o alcance do nível intralexical.

A criação de um modelo que consiga formalizar esses comportamentos móveis e sua eleição estruturiforme de formas prototípicas é o que nos anima ao cabo desta tese. Doravante, o que mais nos interessa é refletir, de modo mais refinado, sobre a propensão à estruturação, que não se consuma senão conflituosamente nas disputas léxico-gramaticais, as nuances dos comportamentos das formas e de suas funções pragmático-semânticas condicionantes. Anima-nos a certeza de que muitas pesquisas com base na propositura fundamental desta tese podem ser empreendidas.

Há citações no decorrer da tese da produção em prol de uma conciliação da categorização gramatical e os modelos cognitivo-funcionalistas, tais como os trabalhos de Vasconcelos (2007) e Nascimento (2006), ambos muito recentemente publicados. O que demonstra que, em nossa empreitada, estamos corporificando uma espécie de *Zeitgeist* para a descrição lingüística. Essa nova concepção epistemológica, assim nos parece, não representa um modismo leviano ou diletante, um relativismo flácido ou complacente, mas um tentame genuíno de flagrar uma nanoparcela da dinamicidade do objeto em pauta.

Podemos ser seguramente criticados por um excesso de repetição de conceitos e análises, mas a redação não pôde receber toda a revisão que nos aprazeria. Podemos ainda ser criticados por uma ausência de plena uniformidade terminológica no tocante às proformas, mas, assim nos parece, a recorrência à nomenclatura tradicional, em alguns casos é necessária para facilitar o entendimento. Ademais, conforme afirmamos ao longo do trabalho, a nomenclatura gramatical tradicional acerta em grande medida. O principal problema da tradição não é a identificação dos fenômenos que descreve, mas o coeficiente de especificação. Por outras palavras, é um problema de insuficiência descritiva, não necessariamente de deficiência.

Seguramente, muito mais poderia ter sido dito e muito deveria ter sido descrito de forma, talvez, mais direta ou didática. A criação de neônimos nos pareceu vital para uma descrição afinada com nossa configuração. Não houve, portanto, uma mera permuta de nomes correntes por novos rótulos. Os neônimos refletem, de fato, uma configuração inédita e inaudita, conquanto grande parte das idéias aqui discutidas se encontrassem disseminadas no pensamento lingüístico de grandes lingüistas, como, por exemplo, Bloomfield, a quem atribuímos especial apreço no curso de nossas reflexões. Nosso intuito, no entanto, a todo momento, foi sempre construir uma teorização mais compreensível para nós e para nossos eventuais leitores e debatedores. Não acreditamos, portanto, que as inovações lexicais aqui introduzidas representem grande obstáculo para a compreensão da teorização exposta.

Parece-nos inteiramente coerente que a distinção final entre proformas e pleriformas esteja em um nível de semanticidade intensional. Exatamente, porque a semanticidade de extensionalidade exo- e endofórica é também representável ou codificável por meio das pleriformas típicas ou em trânsito. A proformalidade nominal somente poderia situar-se em um âmbito semântico mais abstrato, portanto, fora do alcance de codificação das pleriformas nominais.

Entendemos que a configuração aqui proposta para os diversos níveis de manifestação morfossintática pode ter efeitos muito positivos para o ensino de gramática de língua materna, vez que pressupõe a presença de formas exemplares para cada macroclasse, subclasse e formativos. A demonstração de que há formas gerais de maior potencialidade supletiva em todas as partes e subpartes do discurso seguramente pode ancorar procedimentos didáticos facilitadores da identificação e classificação das formas e de suas funções. Muitos estudos acadêmicos seguramente podem ser empreendidos para atestar os diversos movimentos de gramaticalização por incidência da proformalidade, como, por exemplo, os aqui iniciados referentes às propleriformas *via* ou *vizinho*. O caráter, portanto, aplicado do trabalho nos parece inquestionável. Outras empreitadas conexas, como a constituição de uma escala para entender os processos de formação de palavras como mais lexicais ou gramaticais, podem ser encetadas com base nas discussões aqui travadas. A discussão de formativos eletivamente prototípicos para todas as classes ou subclasses de substantivos também pode ensejar produções muito interessantes e proveitosas para o ensino e para a pesquisa, como a produção de um corpus que permita a aferição da produtividade, entendida como frequência de uso, de diversos formativos (afixos, desinências), o que permitiria a comprovação empírica de que, até em nível intralexical, a proformalidade atua a eleger formas para torná-las mais representativas, na medida em que são as mais usuais e, por conseguinte, mais gerais e substitucionais. Acreditamos, ainda, que, em pesquisas ulteriores, seja possível considerar a proformalidade no âmbito fonológico, que não foi suficientemente explorado nesta tese, mas estamos de que não é infenso à atuação de processos similares de proformalização. A interseção com outras áreas também é possível, por exemplo, com a Matemática, desde que se leve em consideração a Teoria dos Conjuntos; com a Neurolinguística, para atestar os processos de metaforização conceitual aqui discutidos e os trajetos neurais acelerados suponíveis para as proformas, conforme debatemos.

As reflexões aqui travadas não tiveram todo o tempo de maturação necessário para conclusões mais definitivas. Cremos ter contribuído, contudo, para que determinados impasses tipológicos e conceituais clássicos das partes do discurso sejam deslindados com a propositura

de configuração das classes desta tese, assim como, principalmente, pelo esforço de identificação, nos diversos níveis de manifestação da língua, da categoria da *proformalidade*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M.Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia Melhoramentos: Brasília: EUnB, 2001.

APOTHÉLOZ, D. et REICHLER-BEGUÉLIN, M.-J. (1995) Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A. et REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, p. 227-271.

BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri, 4ª. ed. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1995.

BIDERMANN, Maria Teresa. *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BISANG, Walter, HIMMELMANN, Nikolaus & WIEMER, Björn. *What makes grammaticalization – a look at its fringes and its components*. 2004.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Chicago: The University Chicago Press, 1984.

BONFIM, Eneida. *Advérbios*. São Paulo: Ática, 1988.

BORBA, Francisco S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo, Ática, 1996.

BOURCIEZ, Édouard. *Latim: elemento número um da Lingüística Românica*. Tradução de José Pereira da Silva Prefácio de Maria Antonia da Costa Lobo. Revisão de Ruy Magalhães de Araujo e Maria Antonia da Costa Lobo. Rio de Janeiro: CiFEFiL.. 2000

BYBEE, Joan. *From usage to grammar: the mind's response to repetition*. *Language*. Volume 82, Number 4, December 2006.

BYBEE, Joan, PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago, 1994.

CAMARA Jr. *Estrutura da língua portuguesa*. 26ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Princípios de lingüística geral*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Padrão. 1989.

_____. *Problemas de lingüística descritiva*. 16ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1997a.

CARNEIRO, Sílvia Helena Barbi. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

- CARONE, Flávia. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 2003.
- CAVALCANTE, Francisco Tarcísio. *Perspectiva diacrônica dos advérbios derivados em -mente nas línguas neolatinas*. In: Estudos Lingüísticos. Fortaleza, Livraria Gabriel, 1998. p.101-126.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *O uso dos pronomes demonstrativos no português brasileiro*. Trabalho apresentado no Romanisches Seminar der Universität Tübingen Wilhelmstr.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- COSERIU, Eugênio. *Sincronia, Diacronia e História*. Rio de Janeiro: Presença/EdUSP, 1979.
- CRYSTAL, David. *Linguistics*. Middlesex: Penguin Books, 1973.
- CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.
- DIK, Simon. *The theory of functional grammar*. Berlin/ New York/ Mouton de Gruyter: Kees Hengeveld Edition, 1997.
- DENIS, Delphine & SANCIER-CHATEAU, Anne. *Grammaire du français*. Paris: Librairie Générale Française, 1994. (1994:409)
- DINIZ, Carolina Ribeiro. *O Redobro de Clíticos no Dialeto Mineiro do Português Brasileiro e no Espanhol Rio-Platense*. Belo Horizonte: Estudos Lingüísticos XXXVI(1), janeiro-abril, 2007. p. 152 / 161.
- DOBRINESCU, Grigore. *Gramática da língua romena*. Rio de Janeiro: Presença, 1992.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *Introdução à Semântica*. Fortaleza, EDUFC, 2003.
- DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira e LIMA, Maria Claudete. *Classes e categorias em português*. Fortaleza: EUFC, 2003.
- ECO, Umberto. *Kant e o Ornitorrinco*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. *La serçado de la perfekta lingvo*. Pisa: Edistudio, 1996.
- FILLMORE, Charles. *The Case for Case*. In Bach and Harms (Ed.): *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1-88, 1968.
- FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, Malcom. *Advances in written text analysis*. London & New York: Routledge, 1994.

FREIRE, Gilson Costa. *A realização do acusativo anafórico de terceira pessoa na escrita semiformal brasileira e portuguesa*. Anais do VIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2004.

GÄRTNER, Eberhard. *Grammatik der portugiesischen Sprache*. Tübingen, Niemeyer, 1998.
 _____. Tentativa de explicação diacrônica de alguns fenômenos morfossintáticos. In: ALCKMIN, Tânia. *Para a história do português brasileiro*. Vol.III: Novos estudos. São Paulo: FLP/USP, 2002. pp.293-328.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. *Bio-Linguistics – The Santa Barbara Lectures*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

GUILBERT, Louis. *La Créativité Léxicale*. Paris, Larousse Université, 1975.

GUILLÉN, Rebeca; GUTIÉRREZ, Ramón; NAVAZA, Gonzalo; MOO, Xosé Manuel; RODRÍGUEZ, Luciano. *Lingua e literatura galega*. Proxecto curricular. <http://www.google.com.br/search?hl=pt>

HALLIDAY, Michael. *Introduction to Functional Grammar*. London, Arnold, 2004.

HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago, 1991.

HEINE, Bernd & KUTEVA, Tânia. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HOPPER & TRAUGOT. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, Paul J. Emergent Grammar. In: TOMASELLO, Michael. *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. London, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1998.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

HUMMEL, Martin. *A conversão do adjetivo em advérbio em perspectiva sincrônica e diacrônica*. http://www.geocities.com/ail_br/aconversaodoadjetivoem.htm#

ILARI, Rodolfo, CASTILHO, Ataliba.T., CASTILHO, Célia M., FRANCHI, Carlos, OLIVEIRA, Marco Antônio, ELIAS, Margarethe, NEVES, Maria Helena e POSSENTI, Sírio. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira. *Gramática do Português Falado*. 4ª. ed. Campinas:Editora da Unicamp, 2002.

JAKOBSON, Roman. *Linguística, Poética e Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

KALOCSAY, K. & WARINGHIEN, G. *Plena analiza gramatiko de Esperanto*. Rotterdam: Universala Esperanto-Asocio, 1985.

KREIDLER, Charles H.. *Introducing English Semantics*. London: Routledge, 1998.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LEHMANN, Christian. *Thoughts on grammaticalization*. München, Newcastle: Lincom Europa, 1995.

LLORACH, Emilio A. *Gramática de la lengua española*. Madri: Editorial Espasa, 2000.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A gramaticalização da perífrase conjuncional só que*. Tese de Doutorado. Unicamp.2003.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *A indeterminação no português arcaico e pronominalização de nominais: mudança encaixada?* In: V Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM, 2003, Salvador. Anais do V Encontro Internacional de Estudos Medievais.

LOPES, Célia Regina dos Santos (2002). *De gente para a gente: o século XIX como fase de transição*. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a História do Português Brasileiro – Novos Estudos*. São Paulo, Humanitas /FLP/USP, p. 25-46.

LOPES, Célia Regina dos Santos & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas*. In: Silvia Figueiredo Brandão; Maria Antónia Mota. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. I ed. Rio de Janeiro, 2003, v. I, p. 61-76.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. 15.ed. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

_____. *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINET, A. *Elementos de Linguística Geral*, Sá da Costa, Lisboa. 1983.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do português arcaico*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1989.

_____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, Adriana M. *Acrônimos e efeitos de humor em José Simão*. Fortaleza, 2001. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais*. Fortaleza: EDUFC, 1994.

NASCIMENTO, Mauro José Rocha do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática de construções*. Rio de Janeiro, 2006. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas –Língua Portuguesa) Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. *A referência e sua expressão*. s/e:s/d

_____. *Gramática de Usos*. São Paulo: EDUNESP, 1999.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEWMAYER, Frederick J. *Language form and language function*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2000.

NIDA. *Morphology: The descriptive analysis of words*. s/d.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. *A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Araraquara-SP, 240p. Tese de Doutorado. UNESP-Araraquara-SP, 1999.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. O estatuto sintático da aposição sob o estatuto funcionalista. In NOGUEIRA, Márcia T. *Estudos Lingüísticos de Orientação Funcionalista*. Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007a.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Notas sobre as expressões *ISTO É, OU SEJA, QUER DIZER*. In NOGUEIRA, Márcia T. *Estudos Lingüísticos de Orientação Funcionalista*. Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007b.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. A integração das adjetivas. In: Silva, José Pereira da. *A perspectiva panorâmica da integração função-forma na sintaxe do português*. Rio de Janeiro: UERJ-CiFEFil, 2000.

PAGLIUCA, William. *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. 1994.

PERINI, M., LIBERATO, Yara, SARAIVA, Ma. Elizabeth & FULGÊNCIO, Lúcia. *Sobre a classificação das palavras*. São Paulo. Revista Delta, vol.14, 1998, pp.1-13.

- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1999.
- PRIA, Albano Dalla. *Tipologia lingüística: línguas analíticas e línguas sintéticas*. [Wwww.filologia.org.br/soletras/11/11.htm](http://www.filologia.org.br/soletras/11/11.htm). 2007.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática: a Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho SA, 1992.
- _____. Da teoria dos princípios e parâmetros ao Programa Minimalista: algumas idéias-chave. In: CHOMSKY, Noam. *O programa minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999, pp.15-37.
- RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908.
- RIBEIRO, Manoel P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa: uma comunicação interativa*. Rio de Janeiro: Metáfora Editora, 2005.
- RIO-TORTO, Graça. *Classes gramaticais: sua importância para o ensino da morfossintaxe*. *Máthesis*, vol.10, 2001 (259-286).
- ROSCH, Eleanor.
- ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- ROSA, Carlota Maria. *Introdução à Morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- SOUZA, Eudoro de. *Arte e Escatologia*. In *Dioniso em Creta e outros ensaios*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- STROGENSKI, Paulo Juarez. *Gramática Tradicional e Categorização Lexical*. 2007.
- TAYLOR, John. *Linguistic categorization – prototypes in linguistic theory*. New York: Oxford Press, 1992.
- TRAUGHT, E.C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Volume I. John Benjamins Company: Amsterdam/Philadelphia, 1991. Company: Amsterdam/Philadelphia. 1991.
- VASCONCELLOS, Zinda. *Questionando a Dissolução do Conceito de Item Lexical*.
- VOLP. <http://www.academia.org.br/abl>.

ANEXOS

1. **Casos de *nemigalha*** – como forma negativa reforçativa e como forma negativa substituta da forma de negação.

1.1.

ÍTULO IMITAÇÃO DE CRISTO
 DATA 1477
 COLEÇÃO [HISTORICAL:FICTION:SCANNED](#)

he de sobreseer com a boa obra, ou ainda por moor proveito se deve de mudar. Ca çerto he que, sem caridade, a obra, por mui grande que seja, nom aproveita **nemigalha**. E todo aquilo que se faz cõ caridade, por muito pouco e despreçivel que seja, todo he factu boo e virtuoso, porque verdadeiramente Deus mais esgoarda e oolha com que desejo e vontade homem faz sua obra, mais

1.2.

TÍTULO CANCIONEIRO DE RESENDE
 DATA 1516
 AUTOR GARCIA DE RESENDE
 COLEÇÃO [CORPUS DE TEXTOS HISTÓRICOS \(FERREIRA\)](#) **[MAIS...]**

tornaa dar vida seu yrmão. Choraua dona maria como aquela que perdera mays que diguo dizêdo que nam queria mays viuer pois lhe morrera tall amiguo & fazia tam gram pranto que o que diguo he **nemigalha** nem faley & nam foy mayor nam tanto o que se fez na batalha por el Rey. Disse dona catherina quando a sua copra leram ay maora vistes nunca mor mofyna & as outras rresponderam nam senhora dissela quam teste morto se

- 1.3. Uso da ocorrência como exemplo do princípio da persistência, em razão da manutenção ou co-incidência do valor referencial original:

TÍTULO CANCIONEIRO DE RESENDE
 DATA 1516
 AUTOR GARCIA DE RESENDE
 COLEÇÃO [CORPUS DE TEXTOS HISTÓRICOS \(FERREIRA\)](#) **[MAIS...]**

. Hû cabresto è rrodilhado leuay oo rredor que mate almofaçe nele atado com noo dado tal que nunca se desate. E daqui tee abatalha vos & o macho comereys dos farelos com da palha ou **nemigalha** & de noyte ambos jareys. Outra sua. Leuareis mays sobraçada borracha chea de vinho a que deys gram topetada muy bem dada se cansardes no caminho. De dom goterre. çarraruoseys cõ que diguo & fazey por sser vermelho &

- 1.4. Exemplo de ocorrência cumulativa de noções semânticas de uma partícula negativa típica e de carga semântica característica do substantivo original.

TÍTULO CANCIONEIRO DE RESENDE
 DATA 1516
 AUTOR GARCIA DE RESENDE
 COLEÇÃO [CORPUS DE TEXTOS HISTÓRICOS \(FERREIRA\)](#) **[MAIS...]**

\ Folha XXXVII vaa caminho dana fee todo este que nam crer que o que foy & nam he tanto he como nam ser Fym de joham gomez. O bem nunca se consume pecados sam **nemigalha** quem com vyçios presume faz alyçerçes de palha. deuemos dauer por see & que bem nam podesar mas do que foy & sempre he & sera se

deue crer: Daluaro barreto a huûa senhora em que lhe pede aluaraa da pousentado

1.5. Ocorrência exemplo de possível idiomatização de contextos de ocorrência de **nemigalha**.

TÍTULO OBRA COMPLETA (A-M)
 DATA ????
 AUTOR GIL VICENTE
 COLEÇÃO [CORPUS DE TEXTOS HISTÓRICOS \(FERREIRA\)](#) **[MAIS...]**

E irão suas criadas num lagar d'azeite todas sem crenchas descabeladas como salvagens pasmadas de tam altíssimas vodas. E sairão às janelas com senhas tochas de palha debrbadas amarelas se nam olharem par'elas nam lhes dará **nemigalha**. Jupiter Acompanhá-la-á esta gente assi em cima à frol do mar por servir a excelente nova estrela d'orienta tornar-s'-ão de Gibraltar. E a desposada bela bela e bem aventurada verá tudo da janela da nau e o mar verá a ela

1.5. Outro exemplo de possível idiomatização, em razão da reiteração de ocorrências, neste caso, com a forma verbal 'val':

ÍTULO OBRA COMPLETA (A-M)
 DATA ????
 AUTOR GIL VICENTE
 COLEÇÃO [CORPUS DE TEXTOS HISTÓRICOS \(FERREIRA\)](#) **[MAIS...]**

sojeito em pagar nem tam forro pera molheres. Fidalgo II Guardai vós esse bem tal que a mi hão-me de matar bem me queres mal me queres. Fidalgo Por quantas damas Deos tem nam daria **nemigalha** olhai que descubro isto. Fidalgo II Sam tam fino em querer bem que de fino tomo a palha pola fé de Jesu Cristo quem quereis que veja olhinhos que se nam perca por eles lá per uns jeitinhos lindos que vos metem

Convém ainda declarar que é preciso investigar se essas ocorrências são recorrentes em um mesmo autor ou tipo de texto. A procedência literária dessas ocorrências pode indicar o seu uso por uma motivação estilística, em razão de a forma já ser percebida como um arcaísmo. Essa hipótese, no entanto, precisaria ser conferida ao ser confrontada com as ocorrências.

2. Exemplos do prefixóide **EURO**:

<http://www.maximum.com.br/v3/destinosIEU.php>

[EUROCONTINENTAL](#); [EUROESCAPADA](#) [EUROFABULOSA](#)
[EUROFANTASIA](#) [EUROFASCINAÇÃO](#) [EUROFÉRIAS](#) [EUROFERTA](#)
[EUROHARMONIA](#) [EUROIMPACTO](#) [EUROIMPERIAL](#) [EUROIMPRESSÃO](#)
[EUROLATINO](#) [EUROMÁGICA](#) [EUROMEDITERRÂNEA](#) [EUROMOSAICO](#)
[EUROPAISAGEM](#) [EUROREGALO](#) [EUROROMÂNTICA](#) [EUROSENSAÇÃO](#)
[EUROTENTACÃO](#) [EUROVISÃO](#) [EUROVOYAGE](#)

3. USOS DE TUDO

3.1.

TÍTULO CRONICA DOS REIS DE BISNAGA
 DATA 1500-1600
 COLEÇÃO [CORPUS INFORMATIZADO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL](#) **[MAIS...]**

muytas esmeraldas, e diamãees, e robis, e perollas; e allem d isto muytos fios de perollas, e outros de tiracollos, e por debaixo dos braços muytas manilhas, pellos braços atee os buchos **tudo** cheo, e as manilhas yssso mesmo de toda a pedrarya; e na syntura muytas syntas d ouro e asy mesmo de pedrarya, estas syntas vinhão em hordem hûa abaixo da outra, que quoasy lhe dava por meya

3.2. Tudo em posição de predicativo.

COLEÇÃO [CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\)](#) **[MAIS...]**

sei, não sei. Não sei como é que é isto. Ele a gente.. A gente tem.. Com esse ano foi é que veio a queima com o lume, queimou tudo; **os** cachos ficou tudo queimado, e azeitonas e tudo, aquilo que ele ardeu tudo. INQ2 Por causa do calor, foi? Foi muito calor? INF Foi com o calor. As videiras tivemos que as cortar antes, só

3.3.

LIMITAR POR CLASSE GRAMATICAL: NÃO	LIMITAR POR SEÇÃO: PORT (TODOS)
------------------------------------	---------------------------------

1 [19Or:Pt:Cordial](#) INF1 Tomava a cor do ambiente e não era verde. Agora como ele **os prados é tudo** verde, tudo verde, as pastagens

3.4.

LIMITAR POR CLASSE GRAMATICAL: NÃO	LIMITAR POR SEÇÃO: PORT (TODOS)
------------------------------------	---------------------------------

1 [19Or:Pt:Cordial](#) beira do rio abaixo, assim já de noite. Que era assim: **as pessoas vinha tudo** aos ranchos. Quer dizer, juntavam-se

3.5.

LIMITAR POR CLASSE GRAMATICAL: NÃO	LIMITAR POR SEÇÃO: PORT (TODOS)
------------------------------------	---------------------------------

3.6.

[19Or:Pt:Cordial](#)) Aquele pé grosso, (..) o bago, a casca, **as pevides vai tudo** fazer a fermentação ali para dentro.

3.7.

1 [19Or:Pt:Cordial](#) beira do rio abaixo, assim já de noite. Que era assim: **as pessoas vinha tudo** aos ranchos. Quer dizer,

3.8.

1 [19N:Pt:Público](#) inseguridad. O pior, aqui, é o frio, o preço de **as coisas é tudo** muito caro e o grau de exigência

2 [19Or:Pt:Cordial](#) ganha nove ou dez contos. A gente sabe bem disso. Mas **as coisas é tudo** normal. (..) Foram aumentados

3.9.

1 [19Or:Pt:Cordial](#) arco de ferro que abraça aquilo tudo. É. Do Alentejo, já **as carroças é tudo** assim. Mas cá também' houvia

3.10. TUDO COMO QUANTIFICADOR UNIVERSAL NO BRASIL – Ficção

CABRAL, PEDRO CORRÊA

1993

XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

. Vamos todos cooperar para plantar uma horta comunitária, e vamos, também, organizar uma escola para as crianças aprenderem a ler e escrever. - A alegria era geral. - Esses paulista é **tudo** gente boa mesmo. Eu num falei pra ocê, inda ostrudia, seu Sumplico? - disse Curupira, catucando Simplício, que, a seu lado, ouvia tudo atentamente. - E, Curu, cê tem razão. Vamo

CABRAL, PEDRO CORRÊA

1993

XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

duzentos homens. Uns poucos que espiaram de perto disseram também que eles são de duas empresas. Uma tal de DDP Mineração e uma outra, Agropecuária do Araguaia. Mas a verdade é que é **tudo** soldado disfarçado. Cê já viu mineração e agropecuária trabalhar junto, Zé Geraldo? ah, aah, aah - gargalhou ele, feliz. - E cê já viu gente de mineradora e de agropecuária armada do jeito que eles chegaram

4. USOS DE ALGUM

- 4.1. Posposto ao substantivo (Brasil – Ac)

VOTO

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA \[MORE...\]](#)

. As conquistas referentes ao voto dizem respeito ao direito à cidadania, ao direito de interferir nas decisões da comunidade, através de representantes escolhidos, e este direito não deveria ser deixado de lado por motivo **algun**. Mesmo tendo direito de escolher os representantes de forma democrática, os Brasileiros precisam de muita atenção no que diz respeito à facilidade dos grupos que detêm o poder em burlar as eleições, desrespeitando o direito de escolha da maioria

- 4.2. Anteposto ao substantivo

CÂNCER (ASTROLOGIA)

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA \[MORE...\]](#)

(...) sendo nesses episódios que sua tenacidade pode ser melhor vislumbrada. Porém, em sua manifestação negativa, seu desmedido desvelo e sua tendência à superproteção, pode tornar-se amiúde manipulador, principalmente quando, por **algun** motivo, a ajuda que oferece é rejeitada, enchendo-se então de auto-piedade. O regente de Câncer é a Lua, astro que se encontra mais próximo da Terra e se move mais rapidamente no céu, passando por quatro fases no

5. CONTRASTE DE ALI E LÁ

- 5.1. AQUI E LÁ / AQUI E ALI
(Portugal – Oral)

FERNANDO LOPES

[INTERVIEWS ON THE WEB \[MORE...\]](#)

no documentário. Hoje em dia tenho cada vez menos paciência para ver ficção, vejo muito mais documentário, do que ficção e se eu pudesse só fazia documentário. Obviamente que arranjo mais facilmente subsídios **aquí** e lá fora para fazer ficção. Mas o que me apetece mesmo é fazer documentário, filmar com uma pequena equipa, andar por aí, com tempo e alguém que conduza que eu não tenho carta de condução. ptWeb_41## %%JOSEGIL.TXT

- 5.2. aqui e ali – caráter aleatório (Brasil – Oral)

MOREIRA FERREIRA

15 JUNHO 1997

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

custo social da não realização das reformas? Moreira Ferreira - Para compensar o déficit público, uma vez que as reformas que possibilitaram os ajustes necessários ainda não foram feitas, o governo entra remendando **aquí e ali** o buraco com o FEF, a CPMF, o aumento do IOF. Esse é um custo que a sociedade paga por falta de reformas. Houve senador que votou a favor porque o ex-ministro da Saúde (Adib Jatene

- 5.3. Aqui e ali – caráter temporal e aleatório (Brasil – Fic)

CABRAL, PEDRO CORRÊA

1993

XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MORE...\]](#)

estiver no meu alcance, vocês pode contar comigo. - Ele sabia que tinha de concordar, e, embora já tivesse deixado de lado o linguajar roceiro, tinha, também, que cometer, **aquí e ali**, erros propositais de português, para não denunciar sua cultura universitária. - Tá muito bem, Simplício. Você está dispensado. Po-de voltar pra vila e continuar o seu trabalho no depósito. Voltaremos a fazer contato com

- 5.4. Uso invertido – (Portugal – Ficção) única ocorrência

PÁGINAS

1988

RÚBEN A. (RÚBEN ANDRESEN)

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

olho aberto brotava quotidiano. Aliás o trânsito pela coxia mexia-se desordenadamente em reticências diplomáticas, a certa altura um desejo de condecorações trespassou de morfina os mais engomados e a cavalgada ocupou **aqui e ali, ali e aqui** o apitar dos escuteiros em acampamento de sala. O tinteiro reluzia pela limpeza da véspera - ainda havia baços dos hábitos atirados pela porteira na ânsia de misturas a solarina. Pelas paredes os espaldares comprometiam a solenidade festiva pois

5.5. Aqui e acolá (Brasil – Fic) Uso espacial

LEMOS, GILVAN

1993

ESPAÇO TERRESTRE

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

maloca, já sem lembrar o ocorrido, o agressor teve o lábio cortado por um caibro que se desprende do teto, marcando-o do mesmo modo que ele marcara Bilisa. Mas lá e cá, **aqui** e acolá descobriam uma vertente embora a léguas de distância. De qualquer forma servia, sob rigoroso racionamento dava para suportar a estiagem. Colhei-tas falhadas, produção perdida, escasseavam os gêneros de primeiras necessidade, dinheiro não tinha valor.

5.6. Uso temporal – (Portugal – Not)

A PRIMEIRA BIOGRAFIA DE DRUCKER

97-11-08

[EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

« incurável estudante para toda a vida e viciado na escrita», aos primeiros anos de « reformista » confesso do sistema e à maturidade de « um pragmático crítico», diz Beatty, que o critica **aqui** e **acolá** de um ponto de vista mais à esquerda. # Mas quem é este personagem? « Começemos por ver aquilo que ele não é», responde-nos Beatty. Não é um economista. Drucker percebeu isso logo aos 20 anos

6. USO DE LÁ COM VALOR NEGATIVO

LÚCIO OSHIMA

2800S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) [\[MORE...\]](#)

outras coisas. JC - Você já matou alguém? Oshima - Não, de jeito nenhum. JC - Depois de preso pela primeira vez, porque você continuou a insistir nos erros? Oshima - Sei **lá**, a cabeça da gente já é assim, voltada para essas coisas. Depois, a sociedade não ajuda, tem preconceito com quem sai daqui. Ai, o cara vai fazer o que? Vai roubar, traficar,

7. USOS DE ASSIM COMO PROFRASE (Brasil – Ac)

SPACE SHUTTLE

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) [\[MORE...\]](#)

quilômetros da superfície, os propulsores de lançamento separam-se do veículo, sendo, mais tarde, recuperados no mar. Já a cento e dez quilômetros da superfície, o combustível dos tanques externos esgota-se. **Assim**, os tanques separam-se da nave, sendo então desintegrados na reentrada da atmosfera. Dois sistemas de manobras orbitais encarregar-se-ão da entrada em órbita. Uma vez no espaço, o Ônibus Espacial funciona como um transportador de satélites ou sondas espaciais

8. Exemplo de crase – Brasil-Oral.

TÍTULO GISELLA DI RUZZE

DATA 2400S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

Um dia meu pai não teve condições de **ir** à reunião e eu fui representá-lo. Foi quando a síndica saiu do cargo e as pessoas me incentivaram a ocupar o lugar, porque eu sempre fui uma pessoa muito participativa. Confesso que fiquei com receio, mas meus pais me

9. Exemplos de gênero do substantivo

9.1.

TÍTULO PEREGRINAÇÃO DE BARNABÉ DAS ÍNDIAS : ROMANCE
 DATA 1998
 AUTOR CLÁUDIO, MÁRIO.
 COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

, expulsa dos recessos da alma, pegada à cal como imundície que se houvesse libertado do infeliz que possuía. E julgara Vasco por momentos que, ao expeli-la de tal modo das tenebrosas funduras onde **a** mostra se aninhara, se isentaria do temor que o estraçalhava. A cada segundo das suas navegações a sentira presente e apta a surdir, ataviada dessa ramaria que medra nos abismos, voltando os focinhos todos em desconformes sentidos. E

9.2. a sujeita

TÍTULO O GARATUJA
 AUTOR JOSÉ DE ALENCAR
 DATAS DO AUTOR 1829-1877
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) **[MAIS...]**

isto não passa de artes daquele capeta, Deus me perdoe, do Garatuja.. Sabem? O cujo da Rosalina, que ela chama de enjeitado.. Nanja eu, que engula essa! Ai, **a sujeita** é matreira! Lá isso é, não tenham dúvida! Como ela arranjou o tal enjeitadinho tão a ponto, que foi mesmo um trás, zás; saiu por uma porta, entrou por outra, e manda El-Rei meu

9.3. o criança

COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

a este, João, é que fora pouco mimoso da graça de Deus. Quando veio ao mundo, redondo como as pane-las de Vale de Ladrões, vestido de velo de rato, benzeram-se. **O criança** papeava como se estivesse a dar a alminha ao Criador. Chamaram à pressa a Zabana, benzedeira, para o baptizar. -Anjo bento! anjo bento! - exclamou ela. - Isto não é gente, é um olharapo

9.4. homem macho

TÍTULO REGO, JOSÉ LINS DO
 DATA 1943
 AUTOR FOGO MORTO
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

. O que era que tinha aquela moça de trinta anos? Por que chorava, sem que lhe batessem? Bem que podia ter tido um filho, um rapaz como aquele Alípio, que fosse **homem** macho, de sangue quente, de força no braço. Um filho do mestre José Amaro que não lhe desse o desgosto daquela filha. Por que chorava daquele jeito? Sempre chorava assim sem que lhe batessem. Bastava uma palavra

9.5. menino macho

TÍTULO CAVALCANTE, JOYCE
 DATA 1993
 AUTOR INIMIGAS ÍNTIMAS
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

. Quase desmaiando, Rita ainda teve forças pra pedir para o homem limpar o **menino**, ajeitar ele como pudesse ali mesmo pelo chão forrado de trapo, e lhe confirmar se ela tinha parido um menino macho a mais pra ganhar o mundo, ou uma mulher pra sofrer. Examinando entre as perninhas do neném, o homem respondeu: - E mais um macho, D. Rita. E um cabra macho pra dar jeito nesse

9.6. o coiso – referência sexuada e humana (valor reificador ou pejorativo)

ÍTULO A GATA BORRALHEIRA
 DATA 1954
 AUTOR FIGUEIREDO, TOMAZ DE
 COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

de todos, mas não, desta vez, não. Tão-pouco, perguntado, aquele, o homem das suíças, o outro, aquele de quem nunca se lembrava do nome, o tal, **o coiso**.. - O Pinto Porto! - acudiu-lhe a Judite. - Isso, minha filha, o Pinto Porto.. A minha falta de memória para nomes.. Ora, nem **esse coiso**, o Pinto Porto, arranjava alguma das

9.7. o coiso

AUTOR ANTONIO ALÇADA BAPTISTA
 COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

surpreendida com estas contradições e isso aumentava-lhe a sua angústia. Tinha dificuldade em se exprimir: as frases eram mal construídas e o vocabulário era pobre. Dizia " portanto " completamente a despropósito, " **o coiso** ", " não é ", e assim. A Teresa dava graças a Deus por não estar ali o Duarte porque tinha a certeza do seu comentário: - Eu não te dizia.. eles agora nem sequer sabem falar

9.8. o coiso – referência não humana

COLEÇÃO [CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\)](#) **[MAIS...]**

por uma máquina. Dá assim à coisa e, quer dizer, aquela máquina vai aproveitar o trigo grado e o partido vai à parte. Aquela máquina (..) INQ Separa? INF separa **o coiso**. INQ Tinha algum nome essa máquina? INF ' Maró '. INQ ' Maró '. INF E então diz que não havia gente para dar ao ' maró ', para ' amaroar ' o trigo e passou a

9.9. o coiso – lugar

ÍTULO CORDIAL: CBV31
 COLEÇÃO [CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\)](#) **[MAIS...]**

. INQ1 E depois, ela dentro dessas tinas para onde é que se levava? INF Bem, bom, mesmo em cima de um carro. INQ1 Para onde? INF (..) Para **o coiso**, para o lagar (..). E depois lá no lagar.. Mas aquele patrão que eu tive - que eu falo nisto -, esse gajo era tão artista para aquilo.. (..) Quando eu lá estava,

9.10. o aguardente

ÍTULO AS CASADAS SOLTEIRAS
 AUTOR MARTINS PENA
 DATAS DO AUTOR 1815-1848
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) **[MAIS...]**

temos nós? (Aqui entra um criado inglês) VIRGÍNIA - Traze água quente para **o** chá. (O criado sai) CLARISSE - As xícaras estão prontas. VIRGÍNIA - Jesus! Ia-me esquecendo o aguardente, ou rum, como eles chamam. (Vai buscar sobre a mesa do fundo um frasco com rum) CLARISSE - E esse esquecimento deitaria

tudo a perder.. (Entra o criado com uma chaleira com água quente)

9.11. o agravante

TÍTULO MAJOR COMANDOU GRUPO QUE TORTUROU MORADORES NO RIO
 DATA 9 DE ABRIL DE 1997
 COLEÇÃO [O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

" , ou seja, não teve seu nome citado em nenhum processo, e no ano passado recebeu premiação em dinheiro em virtude do conjunto de seu trabalho. " Mas ele está preso, com o agravante de ser oficial superior; apesar da boa conduta em toda a vida profissional, ele passa a ser considerado um criminoso ", disse Alencar. # O comandante-geral da PM, coronel Dorasil Corval, informou que os cabos Geraldo

9.12. a poeta

TÍTULO FRONTEIRAS POÉTICAS
 DATA 2/23/1997
 COLEÇÃO [GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) **[MAIS...]**

o que Orides Fontela, tecela solitária, criou o seu universo? Com estrelas, galos, pássaros, poetas, espelho, pedras, anjos, infância, amor, morte e seu além. **A poeta** faz o seu trabalho, toma do vazio algumas palavras, e humildemente espera, mas não sabe bem o quê. A teia, não mágica mas arma, armadilha # a teia, não morta mas sensitiva, vivente #

9.13. o linguagem

TÍTULO CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344
 DATA 1300-1400
 COLEÇÃO [CORPUS INFORMATIZADO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL](#) **[MAIS...]**

qual faria muytos e grandes e maravyllhosos feitos pello mundo mais que outro homen. E por esta razom os dous Hercolles primeiros, cuydando cada hûu seer aquelle, poseronse assy nome. Ca, segundo **o linguagem** grego, foy composto este nome per duas partes de leteras, convem a saber, de "es" e de "elleos", que quer dizer bathalhador honrrado e acabado em força e em lide. E este terceiro Hercolles foy de muy

9.14.o tribo

ÍTULO HISTORIA DO FUTURO
 DATA 1667
 AUTOR PADRE ANTÓNIO VIEIRA
 COLEÇÃO [TYCHO BRAHE PARSED CORPUS OF HISTORICAL PORTUGUESE](#) **[MAIS...]**

quer Deus -, é tão indigna e afrontosa resistência, que nenhuma razão de estado a pode justificar, ainda que houvesse de se perder o mesmo Estado. Depois da morte de El-Rei Saul, **o tribo** de Judá seguiu as partes de David, e os outros onze tribos obedeceram e juraram por seu rei a Isboeth, filho herdeiro do rei defunto. Seguiram-se bravas guerras entre um e outro partido, que duraram sete anos,

9. 15. leva-e-traz

ÍTULO CABRAL, PEDRO CORRÊA
 DATA 1993
 AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

menina Lúcia mandou ocê falá com **o** Darci. Aí eu falei: " Vai vê é por causa de que ele escondeu o papel que tava apregado no corpo do infeliz do Lourival " - falou **o leva-e-traz**, com a cara mais lavada. " Então foi esse filho da puta que me dedurou e quase me complica a vida ", pensou Simplício, olhando para o fuxiqueiro com desprezo. - Tá tudo limpo, não se

9. 16. coisa como locução prepositiva

TÍTULO CORPUS-REF-PORT-CONTEMP: 633
 COLEÇÃO [CRPC - CORPUS DE REFERÊNCIA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO](#) **[MAIS...]**

inquiridor 21] ptCRPC__0633## A: E, quer dizer, não estarão sobrecarregados de trabalho? X: Ah, sim! Os carteiros ultimamente não. O trabalho deles foi muito facilitado, porque, há **coisa** de um ano, veio uma brigada, que esteve a actualizar mais ou menos todos os processos, enfim, que eles necessitavam de ser revistos, e por conseguinte eles agora estão bem. Quanto a nós é que já estamos

9. 17. pelé – antonomásia

TÍTULO LEÓNIDAS DA SILVA
 COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL](#) **[MAIS...]**

(1955-1958), Compêndio de Álgebra (1950, em colaboração) e Geometria Analítica Plena (1958). encpt_28985 ##Leónidas_da_Silva («o diamante negro») (1913 -) Futebolista brasileiro. Considerado com o Pelé do antes da Guerra (II Guerra Mundial), Leónidas da Silva foi um dos mais brilhantes avançados-centro do futebol mundial. No Campenato do Mundo de 1938, o brasileiro derrotou praticamente sozinho a Polónia (3 golos) e

10. CASOS DE CONVERSÃO

10.1. USO DE sério advérbio

TÍTULO O CRIME DO PADRE AMARO
 AUTOR EÇA DE QUEIROZ
 COLEÇÃO [AVEIRO: TEXTOS ESCANEADOS](#) **[MAIS...]**

de capotão pelos ombros e braços cruzados, gozava o efeito da sua revelação. Então a S. Joaneira, no seu assombro, arriscou-se a perguntar: - O Sr. padre Natário está a **falar** sério? Natário indignou-se: - Se estou a falar sério? Essa é forte! Pois eu havia de gracejar sobre um caso de excomunhão, minha senhora? Pergunte aí ao senhor cônego se eu estou a gracejar! Todos os

10.2 *Amanhã* substantivado

ÍTULO CARVALHO, O. G. RÊGO DE.
 DATA 1971
 AUTOR SOMOS TODOS INOCENTES
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

que sua alegria fôsse breve. " Enfrentarei sem remorsos os ambientes que papai amou? Entrando em casa agora, será que **não** voltarei a afligir-me " Mordeu os lábios. " Se assim, se o amanhã é incerto, por que não aproveitar este momento? Mas, aonde.. " Não concluiu, animada com a recordação das ruínas. Queria revê-las; caminhar sobre as pedras escuras; esmagar os ramos que se entrançavam à-toa;

10.3. mulher monstro

TÍTULO O CORUJA
 AUTOR ALUÍSIO AZEVEDO
 DATAS DO AUTOR 1857-1913
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) **[MAIS...]**

e sofre. É uma triste criatura que vive silenciosamente para a dedicação e para o amor. Tanto é capaz de sacrificar-se pelo bom, como pelo mau; um estúpido ou um gênio, uma **mulher** monstro ou uma mulher encantadora, todos lhe merecem a mesma ternura, desde que há uma lágrima a estancar ou a mais ligeira sombra de sofrimento a desfazer. É capaz de despir o paletó para cobrir um cão que tem frio

11. CASOS DE PLURAL DE SUBSTANTIVOS

11.1. ônus no plural

TÍTULO CONSUMIDOR - DA PROTEÇÃO CONTRATUAL
 COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) **[MAIS...]**

de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e **os** ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso de produto em linguagem didática, com ilustração. Seção II Das Cláusulas

11.2. monte de coisa e de dinheiro

TÍTULO FOLHA:1131:SEC:POL
 DATA 1994A
 COLEÇÃO [FOLHA \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

o filme, uma rara produção européia sobre a guerra. nbr-fol-1131## Intenção qualificada De Inocêncio Oliveira PFL-PE, a o defender a remessa a o Congresso de **um** jumbão: É um monte de coisa com um monte de dinheiro. O último de o gênero, votado em o governo Sarney, fez a festa de o lobby. Forma e conteúdo A Comissão de Agricultura de a Câmara quer mudar o nome de a bancada ruralista para fugir

12. Usos de *aqueste*

ÍTULO CV CAMOES: 50.TXT
 COLEÇÃO [INSTITUTO CAMÕES: GEOGRAFIA](#) **[MAIS...]**

metiam. Depois aquilo era tudo debulhado assim nos vales, tudo assim com gado, tudo à roda. Aqui arranjavam um bocado; ou andava aqui o gado a talhar naqueste.. Alimpavam.. Moíam **aqueste**, estendiam logo além outro, que era para o gado nunca parar. Quando moíam aquele, os homens andavam aqui a limpar aqueste; depois moíam aquele, estendiam outro - - ou aqui ou noutro lado --, passava o

13. OS CASOS DE HOMONÍMIA DE SÃO

13.1. são verbo e nome

TÍTULO DOLLY CAUSA PERPLEXIDADE
 COLEÇÃO [LACIOWEB](#) **[MAIS...]**

Glória Kreinz Somando-se os prós e os contras da criação da ovelha Dolly em laboratório, tem-se como resultado a perplexidade do homem comum, e mais ainda a do intelectual e do filósofo, pois estes **são** obrigados, por dever do ofício, a opinarem sobre o assunto. Fernando Gabeira, o polêmico Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, declarou em sua coluna do Jornal Folha de S. Paulo que Dolly trouxe a " insônia "

13.2. Forma de tratamento hagiográfica

TÍTULO .. AMIGOS DE LONGA DATA, DESEMBARGADOR HENRIQUE LENZ CÉSAR QUANDO
 DATA 2/23/1997
 COLEÇÃO [GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) **[MAIS...]**

frenéticas, ele poderá - e isto é fundamental - manter o seu emprego. É isso aí. # Missa de **São** José: Dia 19 de março .. Dia 19 de março, Dia de São José (o patrono da Igreja), como acontece há mais de 10 anos, será celebrada a tradicional " Missa de São José ", reunindo todas as pessoas que tenham " José " em seu nome. .. Estarão reunidos os

13.3. Adjetivo

ALVES&COMPANHIA
 1925
 EÇA DE QUEIROZ
[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

terra onde escasseariam rapazes, porque para elas, sempre ávidas de homens, quanto mais escolha melhor. Se enlouquecera, como sabê-lo? Se nunca conhecera um homem **são**. E o que era um homem são? Os homens, se não são loucos não são homens. Como não? A loucura seria a verdadeira dimensão do homem. Chevarri, sem saber, começava a adquirir dimensão humana. A vida que levava até aí,

13.4. ADJETIVO

TÍTULO TRANSFUSÃO
 COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MAIS...\]](#)

transmitir energia eléctrica (transmissão de potência), onde são utilizadas altas tensões e baixas correntes. encpt_31321 ##transfusão Transferência directa ou indirecta de sangue ou seus derivados (plasma, glóbulos vermelhos) de um indivíduo **são** (dador) para a circulação de um doente (receptor), a fim de colmatar deficiências devidas a doença, lesão ou intervenção cirúrgica. São realizados testes de compatibilidade para assegurar que o doente recebe o tipo de sangue

14. Feito – preposição

TÍTULO ABREU, ANGELA
 DATA 1997
 AUTOR SANTA SOFIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MAIS...\]](#)

fechei os olhos, o vento soprava na minha cara, secando o suor, e por quase um segundo, outra vez, como quem de repente suspira ou pisca e segue em frente, veloz **feito** uma mariposa que cruza subitamente o ar nas noites de verão, à procura de luz acesa para girar em torno, como quem apaga ou acende uma dessas luzes para perceber no quarto vazio apenas a vibração do bater de asas que

15 Usos de embora

15.1.

TÍTULO LUIZA ERUNDINA
 DATA 2500S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MAIS...\]](#)

eles que têm que se submeter a nossa candidatura. Esta errado. Agora esse prestígio, essa aceitação do Fernando Henrique Cardoso não está alicerçada. Deus queira que ele acerte o quanto mais possível, porque o País precisa. **Embora** considere os acertos do governo

15.2. Séc.XV

CRÓNICA DO CONDE D. PEDRO DE MENESES
 1400-1500
[CORPUS INFORMATIZADO DO PORTUGUÊS MEDIEVAL \[MORE...\]](#)

& pois que vos laa prisyoneiros temdes, sede çertos que vos não ey-d'arramcar nenhû a dinheiro, senão hûs per outros, e os que mais vallerem que tornê dinheiro. Por em tu te vay **embora** & dize a Abu & aaquelles que te ca emviarão que me mamdê por escripto os nomes dos que omtê foram presos & dallgû outro, se ho tu sabes que laa seja preso, comtando que não sejam daquelles que se lamçarã

15.3. SÉC.XVI

VIDA E FEITOS D'EL-REY DOM JOÃO SEGUNDO
 1533
 GARCIA DE RESENDE
[CORPUS ELECTRÓNICO DE TEXTOS \(COIMBRA\) \[MORE...\]](#)

dito ãno de mil e quatrocentos e oitenta e tres, o duque por sua vontade sem ser chamado d' el-rey, se foy aa

tarde ao paço com tenção de se despedir delle e se hir **embora** pera suas terras, e achou el-rey em despacho de petições com os desembargadores do paço. E em o duque chegando com a honrra acostumada lhe mandou dar ha cadeira e fez assentar junto consigo, e perante elle esteve despachando algas

15.4. Séc. XVI

DÉCADAS DA ASIA (DÉCADA PRIMEIRA, LIVROS I-X)

JOÃO DE BARROS

[DÉCADAS DE ÁSIA \[CD-ROM\]](#) **[MORE...]**

leixou; e ele lhe respondeu, dizendo a causa de ir ter àquela parte, não trazendo cousa que mais desejasse ver que sua pessoa; mais pois o tempo lhe não deu lugar, quando **embora** tornasse da Índia, esperava em Deus de o ter melhor pera se ver com ele. Partido o Almirante daquela enseada, atravessou o grã golfão caminho da Índia, no qual foi dar com ele Estêvão da Gama com três naus

15.5. Séc. XVII.

A VIDA DE FREI BERTOLAMEU DOS MÁRTIRES

1606

LUIS DE SOUSA

[TYCHO BRAHE PARSED CORPUS OF HISTORICAL PORTUGUESE](#) **[MORE...]**

, fiados em grossas rendas e em casas cheias de armas e criados, se deixavam estar encharcados no lodo das maldades, como em banhos suaves, à vista e olhos do mundo. Que fosse **embora** santo, e muito santo, de suas portas adentro e pera consigo, como fazia, que isso era o certo e ele lho não podia desaconselhar; mas fora de casa não era indecente, antes convinha muito, mostrar brio

15.6. Séc. XVIII

ADAGIOS, PROVERBIOS, RIFÃOS, E ANEXINS DA LINGUA PORTUGUEZA

1780

ROLLAND

[CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO](#) **[MORE...]**

espere outro tal. O que vive Mal, pouco vive. Quem diz Mal do seu, Mal callará o alheio. A pequeno Mal grande trapo. Donde vás Mal onde ha mais Mal. **Embora** vás Mal, onde te poem bom cabeçal. Mal conhecido com seudono morre. Mal sobre Mal, pedra por cabeçal. Mal prolongado, morte no cabo. Não ha Mal, que o tempo não cure. Não he d'agora o Mal

15.7. BRASIL NOT XX

MUNICÍPIO PEDE AO TRIBUNAL IMPLANTAÇÃO DE VARA CÍVEL

4/3/1997

[A TARDE \(BAHIA\)](#) **[MORE...]**

além da sede, os distritos judiciários de Ceraíma, Candiba e Mutans. São cerca de 100 mil pessoas, atendidas por apenas uma Vara Cível. " É trabalho demais para um único magistrado, **embora** reconheçamos o esforço sobre-humano com que o juiz procura atender à sociedade ", disse o presidente da seccional da OAB, acrescentando que na comarca há 68 advogados inscritos na Ordem, uma Vara Crime e duas promotorias. # O juiz

16. USO DE CONQUANTO

AUTÓPSIA DE UM MAR DE RUÍNAS

1992

MELO, JOAO DE.

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

O Estou para sempre com o olhar pousado neles, com o olhar pousado e de frente para a sua rigidez. Posso talvez recordá-los, como quem os vai ressuscitar num sonho. Recordo claramente tudo, **conquanto** seja certo eu nunca ter estado antes em nenhum outro lugar do mundo. O meu corpo jaz no deles e vive. Está neles, e a memória é esse corpo que por vezes se apaga e esquece, mas de súbito

17. USO DE PELO O

TÍTULO JOSÉ RINCON
 DATA 05-4-1997
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) **[MAIS...]**

da economia e a competitividade levou as empresas, para serem competitivas, a investirem em design, em melhoria do processo, em barateamento de custos, e com isso vai requerer informações. OP - **Pelo** o que o senhor falou, a informação tecnológica não tem só um valor científico, tem também um valor econômico. Falou também que os pequenos e médios empresários buscam mais informações pela Internet. Por que? JR - Porque o

(35)

JARDS MACALÉ

23 SETEMBRO 1997

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MORE...]**

- Fale um pouco mais sobre esse projeto. Macalé - Eu e o Capinam compramos, em 1965, as primeiras filmadoras fabricadas no Brasil. Fomos até a Zona Franca de Manaus atrás delas. **Nós** dois filmamos tantas coisas legais que agora estamos interessados em transformar esse material em um documentário sobre a nossa época. O Ney Santana comprou essa idéia. O filme vai chamar-se Imagens e terá toda a trilha sonora feita por mim e

18. Usos de zinha como base lexical

18.1.

AUTOR INIMIGAS ÍNTIMAS
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

casal, eles que se entendessem. A filha não tinha dado o sumiço nessa negra ainda porque não tinha querido. Tempo já tinha dado. Fosse ele, o temido Coronel Libório, trazer uma **zinha** pra dentro de casa que a mulher mandava capá-lo no dia seguinte. No fim, tudo ia dar certo. Com poucos dias que o casal tinha ido pra capital, chega o homem, o Coronel Libório, na Jibóia.

18.2.

DATA 1993
 AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

inimigo, para depois combatê-lo, já dizia Sun Tzu, muito antes de Cristo " Ainda faltava um bocado para chegar a Marabá. Zeca maldizia-se da má sorte e de sua imprevidência. " Aquela **zinha** filha da puta, a tal de Palmira, só pode ter avisado aos `paulistas ' da nossa presença. Pela minha falta de tino, o Eliseu pagou com a vida. Por que não fui mais cuidadoso? Mas isso não

19. EXEMPLOS DE MORFEMA FONOLÓGICO

19.1.

TÍTULO ALÍPIO DE FREITAS
 DATA 08-10-1997
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN JORNAL DE COMÉRCIO \(RECIFE\)](#) **[MAIS...]**

estariam boicotando o funcionamento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Pode explicar

mais detalhadamente esta sua opinião? Alípio - O que escrevi em O jogo (diário esportivo) e repeti no **Sabiá** (jornal da Casa do Brasil de Lisboa) é exatamente o que penso sobre a atitude desses dois ministros em relação à CPLP. Nem Luís Felipe Lampréia nem Jaime Gama têm qualquer interesse maior na CPLP. Ambos estão veiculados a

19.2.

TÍTULO MOREIRA FERREIRA

DATA 15 JUNHO 1997

COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

Temos hoje uma Constituição que engessa o País, atrasada, que não previa a globalização da economia, que precisa entrar em sintonia com os tempos que vivemos. Na formulação da Constituição foi tomada a **sábria** decisão de incluir uma artigo prevendo a revisão da Carta após cinco anos, o que nos levou à atual reforma constitucional. Mas o andamento das mudanças está se dando num ritmo muito lento. Isso está tendo um custo, que

19.3.

TÍTULO VÂNIA TEIXEIRA

DATA 1200S

COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

me sentia satisfeita e achava que tinha outras coisas para realizar. Eu não me prendi totalmente ao basquete. Em Piracicaba, fiz Processamento de Dados na Unimep, outra coisa que gosto muito. Eu **sabia** que o basquete tem um tempo limitado e que eu precisaria ter outra atividade. Quando eu comecei a trabalhar, ficou difícil conciliar. Eu achei que já estava no momento de parar e foi isso que eu fiz. Fiquei quase

20. USOS DO E

20.1. INTERNOMINAL ADJETIVAL – PORTUGAL FICÇÃO

PARTIR, A TAREFA ACABADA

ROGERIO DE FREITAS

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

ESTÁS MELHOR assim.. perguntou Eduardo, segurando ainda o corpo frágil de Clarisse, depois de lhe ter aconchegado a almofada nas costas magras. - Estou.. - respondeu ela baixinho, num sorriso **débil e agradecido**.
12 13 Veio sentar-se aos pés da cama e ficou a olhá-la, sem coragem para falar, vigiando-lhe o rosto, tentando adivinhar nêle qualquer desejo. Bem sabia que Clarisse nada diria. Até nesses pormenores parecia temer atormentá-lo.

20.2. INTERADJETIVAL PORTUGAL ACADEMICO

ABADE

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL](#) **[MORE...]**

étimo sírio o significado de « pai » (abba), designou primeiro o guia espiritual de certos grupos de monges e, mais tarde, o superior de uma comunidade monástica, com poderes **jurídicos e administrativos** dentro dela. Inicialmente, o abade era escolhido pelos membros da comunidade religiosa, com carácter vitalício. Embora ao longo da história tivesse havido alterações a estas regras, o código canónico actual voltou a prever o mesmo regime.

20.3. INTERSINTAGMÁTICO – BRASIL ORAL

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

1100S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MORE...]**

Que medidas são necessárias em relação a contratações de trabalhadores? Feijóo - O contrato coletivo de trabalho que defendemos é uma forma nova de contratação em que os sindicatos **e** suas centrais sindicais, os patrões e suas entidades o governo e seus organismos, negociem qual é o contrato mínimo que a nível nacional, todo trabalhador sindicalizado ou não, vai ter direito. A partir daí, esse contrato possa ser desdobrado Estado por Estado, região

20.4. INTERSINTAGMÁTICO – PORTUGAL ORAL

EDUARDO LOURENÇO

96-05-02

[INTERVIEWS IN TERRAS DA BEIRA](#) [\[MORE...\]](#)

que recebê-la como dádiva dos outros. Mas sei que a pagarei cara». Como a sentiu? Eduardo Lourenço - Esses momentos são, para mim, sempre muito difíceis de atravessar, sentindo a confiança e a gentileza das pessoas e dando-me um lugar que me parece excessivo aos meus próprios olhos. Eu considero-me uma pessoa como outra qualquer e, portanto, esse tipo de homenagens é-me grato, naturalmente, por ser uma espécie de recompensa

20.5. INTERSUBSTANTIVAL – BRASIL ORAL

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

1100S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) [\[MORE...\]](#)

fim da atual crise sindical no País? José Lopez Feijóo - A CUT defende um regime de liberdade e autonomia sindical, coisa que não ocorre no País, para garantir o exercício de direito de organização sindical. É preciso no Brasil extinguir o imposto sindical, porque ele é uma forma de tirar dinheiro do trabalhador, queira ele ou

20.6. INTERSUBSTANTIVAL BRASIL ACADEMICO

REPRODUÇÃO DOS VEGETAIS

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) [\[MORE...\]](#)

perenes brotam, além de se reproduzirem. Raízes são criadas e as novas plantas adquirem vida própria, o que demonstra a possibilidade das plantas se reproduzirem sem a fecundação ou utilização de pólen. Rizomas e Corredeiras são exemplos de plantas que conseguem reproduzir a si mesmas. A reprodução das plantas por meios próprios é conhecida por reprodução assexuada. O sistema de reprodução das plantas está nas flores. Os estames (órgãos reprodutores masculinos) possuem

20.7. INTERSINTAGMA PREPOSICIONADO PORTUGAL NOT

NOVO TARIFARIO DA ELECTRICIDADE

97-07-19

[EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

inferiores aos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). De acordo com o critério do Eurostat, baseado nos consumos-tipo (segmentados pelos diferentes clientes do sector, pelo respectivo nível de consumo e pela actividade económica em que se enquadram), no consumo doméstico (para níveis anuais de 1700 KW) Portugal pratica preços inferiores aos da Austria, Espanha, França, Luxemburgo, Dinamarca, Alemanha e a Bélgica, que tem os

20.8. INTERSINTAGMA PREPOSICIONADO PORTUGAL NOT

ALDEIA QUE É A MONTRA DA ETA

97-07-19

[EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

da Jarrai. # « A `kale borroka ' ocupa hoje um lugar importante na estratégica da ETA», diz o « alcalde » de Hernani. « É o que a ETA chama `socialização do sofrimento e do medo '. A ETA pretende desintegrar todos e cada um dos mecanismos integradores da sociedade basca. O problema aqui é que a base social da ETA e da HB é insuficiente, porque a maioria do povo basco quer viver

20.9. ENTRE PROFORMA NOMINAL E SN

GOTTARDO

17 AGOSTO 1997

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) [\[MORE...\]](#)

minha conduta. Estado - O Túlio acabou não sendo contratado pelo Cruzeiro, há pouco mais de dois meses, por detalhes. Sua inimizade com ele teve alguma interferência? Gottardo - Ficou claro que ele e a esposa não quiseram vir. O pensamento dele sobre a cidade de Belo Horizonte, o Estado de Minas Gerais, o clube. Só que o futebol é muito dinâmico, ele não aproveitou a oportunidade e foi para o

20.10. ENTRE PROFORMAS NOMINAIS SUBSTANTIVAIS

NARCISO MIRANDA

97-09-08-15

[INTERVIEWS IN JORNAL DE NOTÍCIAS \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

isto do que discutirmos lugares, pessoas, do que entrarmos em guerrilhas, do que dizermos que o presidente da Maia, de Gondomar, de Paços de Ferreira, do Marco ou de Baiao são isto e aquilo. Não é essa a nossa prática. Nós queremos travar uma luta democrática, na base das ideias e com o grande objectivo de resolver problemas e não apenas de conquistarmos o poder. JN - Relativamente à regionalização,

20.11. INTERPERIÓDICO – PORTUGAL FICÇÃO

PARTIR, A TAREFA ACABADA

ROGERIO DE FREITAS

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

pés da cama e ficou a olhá-la, sem coragem para falar, vigiando-lhe o rosto, tentando adivinhar nêle qualquer desejo. Bem sabia que Clarisse nada diria. Até nesses pormenores parecia temer atormentá-lo. E assim permaneceram, calados, fitando-se, enquanto lá fora a noite descia, vagarosamente, sobre os telhados da cidade em sossêgo. Dentro do quarto o mesmo silêncio. Só o tique-taque monótono do despertador juntava a sua nota triste àquele

20.12. INTERNOMINAL ESPECIAL

NOVO TARIFARIO DA ELECTRICIDADE

97-07-19

[EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

comparativos das tarifas utilizados pelo Eurostat e pela União Internacional de Produtores e Distribuidores de Energia Eléctrica (Unipede), que apresentam valores inferiores aos da própria CSEN e também inferiores aos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). De acordo com o critério do Eurostat, baseado nos consumos-tipo (segmentados pelos diferentes clientes do sector, pelo respectivo nível de consumo e pela actividade económica em que se enquadram), no consumo doméstico (para

20.13. INTERORACIONAL BRASIL ACADEMICO

REPRODUÇÃO DOS VEGETAIS

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) [\[MORE...\]](#)

plantas herbáceas perenes brotam, além de se reproduzirem. Raízes são criadas e as novas plantas adquirem vida própria, o que demonstra a possibilidade das plantas se reproduzirem sem a fecundação ou utilização de pólen. Rizomas e Corredeiras são exemplos de plantas que conseguem reproduzir a si mesmas. A reprodução das plantas por

20.14. INTERORACIONAL PORTUGAL ACADEMICO

COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL](#) [\[MAIS...\]](#)

do estado à Índia, foi demitido e várias vezes preso entre 1953 e 1966, ano em que exigiu o governo autónomo de Caxemira. Em 1975, foi novamente nomeado primeiro-ministro de Jammu e Caxemira e aceitou a soberania da Índia. encpt_61 ##abelha Insecto himenóptero de quatro asas de que existem 12 000 espécies, das quais muitas são solitárias, ou seja, sem hábitos sociais. A abelha melífera Apis mellifera ou doméstica vive em colónias

20.15. INTERORACIONAL PORTUGAL NOT

COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MAIS...\]](#)

pelos produtores privados de electricidade para travar grandes descidas dos preços é o de que, se os espanhóis retirarem da factura da electricidade o custo das « externalidades » - que financiam o carvão para geração e apoiam a produção nuclear -, já têm a electricidade mais barata da Europa para os grandes clientes industriais. # Com este enquadramento « ibérico», fontes do sector consideram provável que a ERSE adopte em Portugal um modelo gradual, tal

20.16. INTERORACIONAL POR FIC

TÍTULO PARTIR, A TAREFA ACABADA

AUTOR ROGERIO DE FREITAS
 COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

ambiente que o rodeava, quase o desorientou, como se cada objeto, cada móvel, lhe assaltassem o caminho, tomando uma realidade que o feria. Veio novamente sentar-se aos pés da cama, e Clarisse sorriu-lhe, num mudo agradecimento. Era aquêlê mesmo sorriso velado de sofrimento contido que desde há dias lhe pairava no rosto. #14 - Assim está-se melhor.. - disse, mentindo, mas logo baixou os olhos, arrependido já

20.17.

TÍTULO PARTIR, A TAREFA ACABADA
 AUTOR ROGERIO DE FREITAS
 COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

Mas eu não soffro, querido.. Estou bem assim.. - e Clarisse sorria-lhe. - Não presto para nada!.. - disse ele, numa súbita confissão. - Devia ter fôrças.. e já não as tenho.. - e #15 não conseguiu c nter uma lágrima, que lhe deslizou pelo rosto, até se perder, entranhando-se na barba, que não fazia há dias. A mão de Clarisse apertou a sua,,brandamente

20.18. Interoracional POR-ORAL

TÍTULO EDUARDO LOURENÇO
 DATA 96-05-02
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN TERRAS DA BEIRA](#) **[MAIS...]**

estar na outra margem.. **E** é verdade que durante seis meses não escrevi uma linha. TB - A Guarda também é a cidade da sua infância. Aqui chegou um dia para frequentar o Liceu e chamou-lhe, também num dos seus escritos, de « cidade fria, reaccionária». Suponho eu que foi por ocasião de umas festas do Dia de Portugal, quando cá vieram amigos seus, como Jorge de Sena e Vergílio Ferreira.

20.19. INTERORACIONAL BRASIL-ACAD

TÍTULO REPRODUÇÃO DOS VEGETAIS
 COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) **[MAIS...]**

plantas herbáceas perenes brotam, além de se reproduzirem. Raízes são criadas e as novas plantas adquirem vida própria, o que demonstra a possibilidade das plantas se reproduzirem sem a fecundação ou utilização de pólen. Rizomas e Corredeiras são exemplos de plantas que conseguem reproduzir a si mesmas. A reprodução das plantas por

20.20. INTERORACIONAL BRASIL NOT

TÍTULO BIBIGATE E ASIAGATE, OS NOVOS ESCÂNDALOS
 DATA 2/3/1997
 COLEÇÃO [A TARDE \(BAHIA\)](#) **[MAIS...]**

de extrema má-fé, já que a imprensa não pode se aproveitar de uma suposta imunidade para acusar e difamar. O " quarto poder ", como é chamada, deve zelar pelo bem público também e não confundir comércio de notícia com busca da verdade. # Assim foi possível, através dos jornais, revistas, rádios e televisões, o esclarecimento de casos nebulosos e que se tornaram cruciais para a correta apropriação do bem público a

20.21. INTERORACIONAL BRASIL FIC

TÍTULO ABREU, ANGELA
 DATA 1997
 AUTOR SANTA SOFIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

homens cerravam com força as marquises metálicas das bancas de revistas. Um trovão explodiu distante, depois outro, mais perto. Um cão ganiu, depois uivou. Vai cair uma tempestade, pensei, e comecei a caminhar rápido em direção ao Ibirapuera, à procura de táxi ou ônibus, antes que as ruas ficassem alagadas, intransitáveis, a cidade em estado de calamidade, como em todas as tardes de verão. Da sacada de

20.22. INTERORACIONAL BRASIL ORAL

TÍTULO JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

DATA 1100S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

contrato de trabalho temporário já aprovado pelos deputados federais? Feijóo - Um desastre que surgiu a partir da proposta de um dirigente sindical. Vai gerar desemprego, como na Argentina, que flexibilizou suas regras **e** enfrenta hoje uma taxa de desemprego de 22%. Vamos ter que reverter essa situação no Senado. Precisamos defender que a sociedade precisa de regras estáveis. JC - Como a CUT quer a proposta de reeleição? Feijóo - Fernando Henrique

20.23.

TÍTULO ADAUTO OLIVEIRA DO NASCIMENTO
 DATA 1200S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

com uma matéria feita aqui na região, certo? Adauto - É. Eu fiz a matéria na região de Lins, com o Luiz Carlos Azenha. A pauta era sobre o trabalho dos bóias-frias **e** nós acabamos enfocando as crianças, que trabalham em péssimas condições, em contato com veneno e fora da escola. JC - É verdade que você é a única pessoa que tem imagens do Festival de Aguas Claras, realizado em 1981

20.24. INTERPERIÓDICO PORTUGAL NOT

TÍTULO A ALDEIA QUE É A MONTRA DA ETA
 DATA 97-07-19
 COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

O « intruso » aprende rapidamente a comportar-se. Procurará passar despercebido, evitando formular questões ou observações « politicamente incorrectas » sobre o « problema basco ». **E** evitará também fotografar os « graffiti » e os cartazes políticos em « euskera » que apelam à « greve geral » ou que denunciam casos de « tortura » e a « situação intolerável » das cerca de 500 « patriotas bascos » presos e que se encontram a centenas

21. USOS DO E + OUTRA CONJUNÇÃO

TÍTULO VÂNIA TEIXEIRA
 DATA 1200S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

Às vezes o alojamento era bom, em outras era horrível, mas tinha de levar numa boa. Naquela época, o basquete feminino do Brasil ainda estava começando, mas a equipe era determinada **e por isso** insistia muito. Por outro lado, eu tive a chance de conhecer muitos lugares do mundo e isso eu devo ao basquete. A gente tem que saber reconhecer isso também. JC - Qual o motivo que levou você

22. CONCORDÂNCIA REDUNDANTE

22.1.

OS PRIMEIROS 14 DOCUMENTOS RELATIVOS À ARMADA
 DE PEDRO ÁLVARES CABRAL

1499-1500

[HISTORICAL:FICTION:SCANNED](#)
[MORE...]

que lhe tinhamos, e asy o fizemos. E eses x ou xij que hy estavam acenaram lhes que fezesem asy e foram logo todos beija la. Parece me jemte de tal inocencia que se **os** homem emtendese e eles a nos que seriam logo christãaos porque eles nom teem nem emtendem em nenhũa creemça segundo parece. E portamto se os degradados que aqy am de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem nom dovido segundo

22.2.

LIVRO DA MONTARIA

[1400]

DOM JOÃO

[AVEIRO: TEXTOS ESCANEADOS \[MORE...\]](#)

a segunda por parecerem bem, ca creede que hua das boas vistas que se no monte pode fazer he quando **os** moços son muytos e bem apostados pera tal officio e os caães son fermosos quando os homem assi vee ir ao monte todos juntos. Quando assi forem, por nenhua guisa do mundo non leixem ir os caães soltos porque muytas vezes, por levarem os moços os caães soltos, se acontece muytos erros aver na montaria

22.3. SÉC. XV

FORAES

[HISTORICAL:FICTION:SCANNED \[MORE...\]](#)

muytos moradores nas ditas aldeas ora poucos sam obrigados pagar a dita soma per sacadores que antre sy ham de emleger em cada hum ano e ham de fazer a paga do pam por Sa mjguel E **os** dinheiro por natal E estas pagas ham de fazer. conuem a saber. a dinheiro no lugar da tulha E o pam no dito lugar de tollões a pedra do requeixo que estaa na dita aldea E disseram que nam tinham duujda

22.4. PORTUGAL SÉC. XX FIC

UMA HISTÓRIA DE PROVÍNCIA: VIDA CONJUGAL

1936

SIMÕES, JOÃO GASPAR

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED \[MORE...\]](#)

.. Tudo isto tinha para Juvenal, como era evidente, um tom humilhante. Agora. No momento, contudo, afigurara-se-lhe natural. Era como se el não pertencesse a este mundo, como se **os** homem nada significassem para ele, como se fosse gatos ou cães. Assim se despedira dos Levis. Na rua, viu-se só. Só começou a descer a calçada. Mas então passou-se uma coisa imprevista. Quando ia chegar à esquina

22.5. BRASIL SÉC.XX – ORAL

LINGUAGEM FALADA:
RECIFE: 340[A LINGUAGEM FALADA CULTA NA CIDADE DO RECIFE. RECIFE: UFPE \[MORE...\]](#)

é - se é bonito não importa de onde é que veio sabe? - se é bem feito não vai importar de onde - de de onde veio - é: - tanto é que - **os** cara não entende nada - do do Balé Popular do Recife faz sucesso na China por que é que faz sucesso na China? - porque os caras tão mostrando as origens dele as raízes - então desde que o estrangeiro também mostre

22.6. BRASIL SÉC.XX – ORAL

LINGUAGEM FALADA:
RECIFE: 4[A LINGUAGEM FALADA CULTA NA CIDADE DO RECIFE. RECIFE: UFPE \[MORE...\]](#)

do terreno - porque quando nó / nós compramos o terreno - isso aqui era mato puro e simplesmente você não podia nem sequer andar por - é:: pela área: a ser desbravada - carrapicho **aquelas** coisa toda que você: não / olha assim de longe e tal - então quando a gente comprou o terreno e:: mandamos o pessoal aqui desmatá-lo - torná-lo claro - descobrimos que havia uma diferença muito pequena de nível daqui para

22.07. OCORRÊNCIAS DO <http://forum.cifraclub.terra.com.br/forum/9/19830/>

Enviado: 5/nov/03 20:42

[Quote](#)

eh meu... os cara ficam dizendo "ai roda punk, roda punk" po qual eh a moral dos cara ficarem se chutando, e se quebrando? tudo bm fazer alguma algazarra brincar um pouco mas po os cara realmente se batem **niredsystalironledfloyd**
[Veterano](#)

Enviado: 5/nov/03 20:46

[Quote](#)

tem idiotas em todos os estilos mu=sicais\! fazer o q?

22.08. BRASIL – SÉC.XIX. FIC

O MULATO

ALUÍSIO AZEVEDO

1857-1913

[BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\) \[MORE...\]](#)

brincadeirazinha que rendia seguramente meio mês de verdadeira folia! E, com um ar misterioso, como quem vai fazer uma revelação de suma importância: - Quer que lhe diga, aqui entre nós.. **As** moça de hoje não valem as velha daquele tempo!.. E o maroto cascalhou uma risada, como se houvera dito alguma coisa com graça. Os fogos continuavam ainda e os ânimos persistiam quentes, quando, de improviso,

22.09. BRASIL SÉC XX – FIC

MORAIS, RAIMUNDO DE

1938

OS IGARAUNAS

[BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MORE...\]](#)

canoa a remos. Estava quase em cima do sítio. O vento de baixo, aumentando à proporção que o sol se empinava, não deixara perceber a montaria. - É a cumadre Vitorina com **as** filha, assinalou nhá Andreza. A matrona mameluca vinha no jacumã e as duas cunhatãs no remo. - Dá licença! minha gente, gritou a recém-chegada. - Suba, meu bem, responderam. Venha com os anjos.

22.10. PORTUGAL SÉC.XX ORAL

CV CAMOES: 87.TXT

[INSTITUTO CAMÕES: GEOGRAFIA \[MORE...\]](#)

em aprender mais. -> foi, sim, sim, não apostavam em aprender e nós tivemos todo um trabalho nesse sentido, de sensibilização, para ver se realmente **os** pais, ah, mandassem os filho às escolas. - pois. -> e, e isso, verificamos que, numa dada altura, que houve um aumento grande, mesmo a nível de, de, de, de raparigas, já os pais, e

23. ADVÉRBIOS CITADOS

23.01. BRASIL ORAL

VITO TANZI

28 SETEMBRO 1997

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

quando se pensa em transferir responsabilidades de educação aos governos, percebe-se que há o Estado de São Paulo, o Rio Grande do Sul, que são muito ricos, e há Estados enormemente pobres. **Claramente**, a qualidade de instrução não pode ser a mesma, a menos que o governo comece a transferir recursos aos mais pobres. Em um país como o Brasil, seria bom ter serviços públicos de educação primária que não fossem enormemente

23.03. PORTUGAL ORAL

ARMANDO REIS

96-09-12

[INTERVIEWS IN TERRAS DA BEIRA \[MORE...\]](#)

a que se programe toda a campanha eleitoral. Alguns objectivos já estão definidos e eu espero que no primeiro trimestre de 97 todas as candidaturas do PS, pelo menos a nível dos municípios, estejam **claramente** definidas. Neste momento, há alguns dados claramente adquiridos mas ainda é muito cedo para dizer quem são os nossos candidatos. TB - A aposta passa pelos independentes? AR - É evidente! O PS conseguiu há um ano ganhar

23.04. Port. XIX. FIC

TÍTULO O PRIMO BASÍLIO
 AUTOR EÇA DE QUEIROZ
 COLEÇÃO [AVEIRO: TEXTOS ESCANEADOS](#) **[MAIS...]**

mas não tem coragem de lhe dizer: « Não te quero ver, vai-te » Não tem coragem para nada: começam as mãos a tremer-lhe, a se car-se-lhe a boca.. É mulher, é **muito** mulher.. Não te esqueças, hem, Sebastião? - Então havia de me esquecer, homem? Sentiram então o piano da sala, e a voz de Luísa ergueu-se, fresca e clara, cantando a Mandolinata: Amici, la notte

23.05. BRASIL FIC- SÉC.XX

TÍTULO CABRAL, PEDRO CORRÊA
 DATA 1993
 AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

observador arguto. Curiosamente, tanto ela como Zé Geraldo, quando este se encontrava presente, jamais falavam, contra ou a favor, dos guerrilheiros ou do governo. Mantinham uma posição de neutralidade, **muito** embora Val, principalmente, estimulasse a conversa sobre o tema. A calçada da Baleia era, pois, em Xambioá, o similar da Farmácia Santa Rita na Palestina, se bem que as informações da viúva tivessem um outro endereço

23.06. PORTUGAL SÉC.XVI

TÍTULO HISTORIA DO JAPAM 1
 DATA 1560-1580
 AUTOR FROIS
 COLEÇÃO [AVEIRO: TEXTOS ESCANEADOS](#) **[MAIS...]**

o Padre hum recado a el-rey de Bungo para saber delle se havia S. A. por bem que se fosse para as terras de Arima. Respondeo que seria bom, e fosse sua reverencia **muito** embora. Embarcou-se o Padre em hum paró, e foi-se direito a Cuchinoçu, aonde foi recebido com muito amor dos christãos, e logo se começou a consertar a caza. Mui satisfeito ficou o Padre de todos os christãos daquelle

24. VALÊNCIA DE TRAZER

TÍTULO VERISSIMO, ERIC
 DATA 1961
 AUTOR O TEMPO E O VENTO (PARTE 3, TOMO 2)
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

alçou a cabeça e interveio: - Cale essa bôca. muçulmano. Vacê não entende dêsse negócio. Mas. arrependendo-se em seguida de sua rudeza para com o judeu. foi até a cozinha e **trouxe** de lá um prato com uma fatia de pessegada e outra de queijo. Entregou-o ao rapaz, dizendo: - Coma. É o último pedaço da última caixeta. Acabou-se a pessegada e a guerra. Por volta das oito e

25. USOS DE AQUI

25.1. CATAFÓRICO

CORDIAL: ALV01

[CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\)](#) **[MORE...]**

dos ribeiros? INF É salgueiro. Isso é sempre.. Nasce sempre ao pé da água. ptCord_ALV01##
 INQ1 Portanto, o senhor sabe aqui que fala duma maneira diferente, por exemplo de, das **pessoas**
 aqui dos Montes de Alvor, ou das pessoas ali de Portimão.. INF Pois, nós falamos.. É claro, isto
 aqui há (..) três tons de fala: há na baixa.. Eu é que fui criado na (...)

25.2.

CORDIAL: CLC35

[CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\)](#) **[MORE...]**

' buginja '. INQ1 ' Buginja '. INF ' Buginja '. INQ2 E serve para alguma coisa? Come-se ou não? INF Hã? INQ2 Come-se? INF Come-se cá nada! A **gente** aqui não tem nada que aproveitar disso. A gente (..) o que aproveita é, quando ele se chega à borda, matar e assoprar. E ele vai como um balão em cima da água. ptCord_COV01## INF Tenho (...)

25.3.

CORDIAL: MIG17

[CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\) \[MORE...\]](#)

no trincho. INQ1 Que era uma tábua que se prendia.. INF1 É sim senhor. É uma tábua que a **gente** põe aqui assim. INQ2 No trincho? INF1 (..) E a gente daqui fazia assim (..) um recortezinho INQ2 Sim. INF1 (..) e botava aqui (..) INQ2 O cachorro. INF1 o cachorro do moinho. É o cachorro. E então (..) ia aqui uma

26. USOS DE CÁ

BRASIL NOTICIÁRIO

26. 1. Na locução temporal *cá e lá*.

ANITA MALFATTI (1896 - 1964)

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA \[MORE...\]](#)

pura e uma outra espécie (com a qual identificava Malfatti) "formada pelos que vêm anormalmente a natureza, e interpretam-na à luz de teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas **cá** e lá como furúnculos da cultura excessiva ". A partir de observações como essas, que denunciam o conservadorismo do crítico e seu preconceito contra tudo aquilo que ameaçasse o naturalismo, Lobato continua sua cruel crítica a respeito da "exposição da

26.2. Locução adverbial com a preposição para, com valor anafórico. (verbo vir)

SOCIEDADE DO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA \[MORE...\]](#)

se pensa, exercia atitudes de rebeldia, é o caso dos quilombos (agrupamentos formados por negros fugitivos) como o de Palmares. A colonização do Brasil foi feita com base no colonizador que para **cá** veio sem família, portanto na colônia havia uma escassez de mulheres brancas. A presença de mulheres índias e negras facilitam portanto a mestiçagem, uma das características desta sociedade. Havia ainda outras camadas sociais é o caso do setor mercantil

26.3. Locução adverbial – para cá, com valor semântico temporal. Brasil – Acadêmico

DRAGÃO TECNOLÓGICO E OS DESEJOS JAMAIS SATISFEITOS*

[LACIOWEB \[MORE...\]](#)

capacidade de absorver seus próprios erros, as influências externas, e elaboram respostas adaptativas cuja capacidade para compreendê-las e segui-las estará cada vez mais fora de nosso alcance. De algum tempo para **cá** os homens atuam mais como alimentadores dessa máquina, espécie de dragão a ser sistematicamente abastecido com novos chips, novos programas, novos processos, sempre assustadoramente mais rápidos que os anteriores, mais capazes, mais amplos.. A concorrência internacional

26.4. presente na expressão temporal de lá para cá. Brasil – Acadêmico

DE MENDEL AOS TRANSGÊNICOS: A GENÉTICA DESDE SEUS PRIMÓRDIOS

[LACIOWEB \[MORE...\]](#)

em 1997, a famosa clonagem da ovelha Dolly, a partir de uma célula somática, chegava ao público como um dos avanços da engenharia genética que revolucionaria o futuro da biotecnologia. **De lá para cá**, inúmeras experiências vêm sendo realizadas, sendo a criação de alimentos transgênicos e a clonagem de animais as que mais levantam polêmicas. Quanto aos transgênicos, que vieram para ficar, é essencial e imprescindível que, antes de serem comercializados

26.5. locução adverbial – pra cá, como dêitico sem referência precisa. (verbo viajar)

LITERATURA E LOUCURA

[LACIOWEB \[MORE...\]](#)

isso para eles e não responderam nada. Não me levam a sério, por isso até fecharam os portões pra eu não falar com ninguém, inclusive pra não dizer que Sigmund Freud está viajando pra **cá**. Preciso fazer uma roupa nova, um terno sóbrio. Sim: sóbrio - para não espantar Sigmund Freud. Preciso ser discreto e ter paciência e

não dizer tudo a ele de uma só vez. Sigmund Freud vai compreender e

26.6. Uso como dêitico locativo, não anafórico. Na locução adverbial para cá. (verbo vir)

VIVENCIANDO A GRAVIDEZ E EXPERIENCIANDO A SOROPOSITIVIDADE
PARA O HIV

MIRIAN SANTOS
PAIVA

[LACIOWEB](#) [\[MORE...\]](#)

dessa coisa acho que foi para não assustar, para não pensarem que ela tinha também, na minha mente acho que ele morreu, o homem largou a casa dele lá, sumiu, veio **para cá** e não voltou. Acho que foi ele., acho que foi ele que me contaminou, porque sempre tive meu marido e sempre fiz pré natal de meus outros filhos e nunca deu nada, só desse que veio dá.

26.7. locução adverbial para cá, como complemento do verbo vir, com valor anafórico.

O ROMPER DO SILÊNCIO: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA TRAJETÓRIA
ESCOLAR E PROFISSIONAL DOS DOCENTES AFRODESCENDENTES DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

MARIA SOLANGE PEREIRA
RIBEIRO

[LACIOWEB](#) [\[MORE...\]](#)

cerca de 3.390.000 imigrantes chegaram ao Brasil, dos quais 1.373.000 eram italianos; 901.000 portugueses; 500.000 espanhóis". 42 No entendimento de BENTO a maioria dos imigrantes que **para cá** veio trazia como única experiência de trabalho as atividades rurais, ou seja, as mesmas do ex-trabalhador escravo. No entanto, a eles estavam reservadas as novas oportunidades. Por essa razão, em 1893 a situação em São Paulo era

26.8. locução adverbial – para cá, como complemento de vir, com valor anafórico.

O ROMPER DO SILÊNCIO: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA TRAJETÓRIA ESCOLAR E
PROFISSIONAL DOS DOCENTES AFRODESCENDENTES DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

MARIA SOLANGE
PEREIRA RIBEIRO

[LACIOWEB](#) [\[MORE...\]](#)

negro para que ele não pudesse prosperar como os demais grupos étnicos, como os italianos, árabes, espanhóis, alemães e japoneses. Ainda, há a consideração de que todos esses grupos vieram **para cá** nos últimos cem anos, ao contrário dos negros que já estavam aqui há quase meio milênio. 44 O processo de absorção do negro após a Abolição foi controlado e diferenciado nos setores e nas oportunidades com intensidades e diferenciação por regiões

26.9. locução adverbial – para cá, como complemento do verbo transplantar, com valor anafórico.

O ROMPER DO SILÊNCIO: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA TRAJETÓRIA ESCOLAR E
PROFISSIONAL DOS DOCENTES AFRODESCENDENTES DAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

MARIA SOLANGE
PEREIRA RIBEIRO

[LACIOWEB](#) [\[MORE...\]](#)

para as misturas étnicas a partir de meados de 30, como forma política de valorização nacional do povo brasileiro, quando não era mais possível acreditar que formariam um país branco, transplantando branco europeu **para cá**, ao mesmo tempo que acelerava o processo de genocídio para os indesejados que se encontravam **aqui** (negros e índios). A ideologia mulata nessa concepção vai salvar o país, portanto quanto mais polida a cor da pele, maior

26.10. locução adverbial – para cá – adjunto adverbial de destino – valor dêitico

ENTRE A INÉRCIA E A BUSCA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EM
SERVIÇO DE PROFESSORES DE FÍSICA DO ENSINO MÉDIO

SERGIO DE MELLO
ARRUDA

[LACIOWEB](#) [\[MORE...\]](#)

exemplo, pela bolsa (R\$ 30,00, no caso do Pró-Ciências) ou para melhorar o salário. PROF B1 -- O que levou

vocês a buscar esse curso? O que trouxe vocês **para cá**? PROF D3 -- Acho que uma das primeiras coisas é porque, você pega lá a parte de planejamento, e vê lá: tópicos de Física Moderna. Meu Deus do céu! O que vou fazer? Fico pensando onde

26.11. locução adverbial – para cá – adjunto adverbial de destino, verbo subir, valor dêitico

ENTRE A INÉRCIA E A BUSCA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EM SERVIÇO DE PROFESSORES DE FÍSICA DO ENSINO MÉDIO

SERGIO DE MELLO ARRUDA

[LACIOWEB](#) [[MORE...](#)]

, a tua atitude em sala de aula mudou. Vamos supor que sejam dois níveis só. É possível você localizar dois padrões diferentes? Um degrau, por exemplo: estava **aquí** e subiu **para cá**? PROF B1 - Dá para dividir: eu era de um jeito e agora sou de outro jeito. Dá. O tipo de aula dá.. SERGIO - E o que determinou essa mudança? PROF B1 - O que eu

26.12. locução adverbial – para cá – valor temporal (Brasil – Ac)

O ENSINO DO CONCEITO DE TEMPO: CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

ANDRÉ FERRER PINTO
MARTINS

[LACIOWEB](#) [[MORE...](#)]

opostas como complementares (e não contraditórias) para uma síntese: " A generalização pelo não deve incluir aquilo que nega. De fato, todo o desenvolvimento do pensamento científico de há um século **para cá** provém de tais generalizações dialéticas com envolvimento daquilo que se nega. Assim a geometria não-euclidiana envolve a geometria euclidiana; a mecânica não-newtoniana envolve a mecânica newtoniana; a mecânica ondulatória envolve a mecânica relativista. " 34 O novo pensar científico

26.13. locução adverbial para cá – complemento de passar – valor dêitico indefinido

HOMICÍDIOS NA PERIFERIA DE SANTO AMARO UM ESTUDO SOBRE A SOCIABILIDADE E OS ARRANJOS DE VIDA NUM CENÁRIO DE EXCLUSÃO

MARIA INÊS CAETANO
FERREIRA

[LACIOWEB](#) [[MORE...](#)]

que a infra-estrutura não atendeu o crescimento da população./ Tem crianças aqui que cê vai no barraco, a maioria tem problema. As tábuas tudo furada, cê vê rato passando **pra lá e pra cá**. Muito horrível./ Aumentou a população sem infra-estrutura, né. O mercado de trabalho é bem restrito. Cê tem o desenvolvimento sem planejamento/ Hoje é perigoso aqui toda rua que você anda, é perigoso./ bairro não tem estrutura

26.14. locução adverbial para cá (locução para lá e para cá), com valor dêitico, mas verbo elíptico (passar).

HOMICÍDIOS NA PERIFERIA DE SANTO AMARO UM ESTUDO SOBRE A SOCIABILIDADE E OS ARRANJOS DE VIDA NUM CENÁRIO DE EXCLUSÃO

MARIA INÊS CAETANO
FERREIRA

[LACIOWEB](#) [[MORE...](#)]

, entendeu, esse, que eu tenho uma netinha, que vai fazer 2 ano, é o que tá preso. O outro filho meu, esse garoto que cês viram pra lá, **pra cá**, é filho dele. Desde os 2 mês de idade, que se amigou com uma mocinha, aí, menina bonita, limpa, tudo. Teve esse filho, fizeram uma briga lá, ela abandonou o filho, abandonou

26.15. locução adverbial – para cá, com valor temporal. (Brasil – Ac)

HOMICÍDIOS NA PERIFERIA DE SANTO AMARO UM ESTUDO SOBRE A SOCIABILIDADE E OS ARRANJOS DE VIDA NUM CENÁRIO DE EXCLUSÃO

MARIA INÊS CAETANO
FERREIRA

[LACIOWEB](#) [[MORE...](#)]

No depoimento, ele relatou como matou sua esposa e por quê: "Aconteceu que há dias que vivia assim e ela aproveitou que eu estava doente e quando cheguei do hospital, de uns tempos **para cá**, ela regenerou e arrumou serviço de escolher plásticos e lá trabalhava tudo junto, homem e mulher e ela trabalhou um mês. Nós mudamos para lá, ela pegou amizade com o pessoal e ela começou a sair com um deles/

PORTUGAL

26.16. USO DE MENÇÃO

ADVÉRBIO

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MORE...\]](#)

porquê?, como?, onde?, quando?). As locuções adverbiais são constituídas por conjuntos de palavras com função adverbial, como nos seguintes casos: de vez em quando, **por cá**, com certeza, de bom grado. Encontram-se na língua portuguesa muitos advérbios cuja formação decorre da sufixação em -mente de um adjetivo de base: alegremente, infinitamente. A estes advérbios dá-se o nome de advérbios de modo. É

26.17. Locução adverbial ou preposicional - por cá – anafórico (anáfora parcial). (Portugal – Ac)

ARMA

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MORE...\]](#)

FN Faul, de calibre 7,62mm. Por fim, acabam por receber a G3. A G3, espingarda semi-automática que funciona por acção indirecta dos gases, nunca foi um exclusivo português. Por **cá**, para além de se fabricarem alguns dos seus componentes (o primeiro dos quais foi a bandoleira), apenas se procedia à montagem. É que a fábrica-mãe, a Heckler&Hoch, nunca cedeu a patente. Considerada uma das melhores

26.18. locução adverbial - por cá anafórico

FLAMINGO

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MORE...\]](#)

cónica, com uma pequena reentrância para os ovos na parte superior. Em Portugal, esta espécie pode ser observada em grande número nos meses de Outono, se bem que as aves não reprodutoras por **cá** permaneçam durante todo o ano. As áreas mais frequentadas são os estuários do Tejo e do Sado e as salinas de Castro Marim. Em Portugal, esta espécie migratória pode ser observada em grande número nos meses de Outono, se

26.19. dêitico locativo anafórico - (Portugal – Ac)

PLANETA

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MORE...\]](#)

planeta fora do sistema solar. O planeta fica a 150 anos-luz da Terra, o que significa dizer que a luz emitida pela estrela que orbita, na sua velocidade, demora 150 anos a chegar **cá**. Este planeta foi descoberto em 1999, em torno de uma estrela amarela muito parecida com o nosso Sol, chamada HD 209458. É um planeta relativamente pequeno, com cerca de 70 por cento do tamanho de Júpiter, e

26.20. dêitico locativo catafórico

ANTÓNIO PEDRO

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MORE...\]](#)

(1953) e Antologia Surrealista do Cadáver Esquisito (1961, organizada por Mário Cesariny). Como dramaturgo, António Pedro deixou publicadas Desimaginação (1937), Teatro (1947) e Andam Ladrões **cá** em Casa (1950), a que se juntaram algumas obras teóricas como Pequeno Tratado de Encenação (1962) e Teatro Completo (edição póstuma de 1981). A sua obra de pintura, em grande parte desaparecida no incêndio

26.21. Sintagma preposicionado ou locução adverbial – por cá sem referente recuperável no texto, ou seja, sem valor endofórico.

SÉRGIO GODINHO

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL \[MORE...\]](#)

um escritor de canções », Sérgio Godinho tem apresentado espectáculos seus e participado como actor em filmes e séries televisivas, compondo ainda música para filmes, como Os Demónios de Alcácer Quibir, Nós Por **Cá** Todos Bem e Kilas, o Mau da Fita. Em 1997, lançou Domingo no Mundo, com um estilo adaptado ao perfil dos anos noventa. Em 1998, foi a vez de Rivolitz, um disco gravado ao vivo no

26.22. Mesma ocorrência de 6.

FERNANDO LOPES

[ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL](#) [\[MORE...\]](#)

RTP2 (entre 1978 e 1979) e director do departamento de co-produções internacionais da RTP, na década de 1980. Da sua filmografia destacam-se: Uma Abelha na Chuva (1969), Nós Por **Cá** Todos Bem (1978), Lisboa (1979), Crónica dos Bons Malandros (1984), Matar Saudades (1987) e O Fio do Horizonte (1993, premiado no Festival de Amiens nas categorias de melhor filme e

26.23. Uso dêitico reforçativo. (Portugal – Fic)

AMOR AGRESTE

MANUEL DA FONSECA

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

. De face enrugada pela curiosidade, o Maia não se conteve: - Que foi que aconteceu..? Como se só naquele instante tivesse dado pela sua presença, o Alba Grande fitou-o. Ouve **cá** - disse - o cavalo, claro, está incapaz de andar? O velho encolheu os ombros, despeitado: - Agoral.. Nem dá um passo: já esfriou. - Bem. Não ha outra coisa a fazer.. Engata

26.24 Uso catafórico (Portugal – Not)

A MASMORRA, FUTEBOL E GTS

97-08-16

[EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

Requisitos mínimos - Pentium 133, 16Mb RAM, 150Mb disco rígido, SVGA 256 cores, CD-ROM 2x, Windows 95, DirectX 3.0, placas de som comuns. # Deathtrap Dungeon # Ora cá temos nós um jogo - também -, no feminino, com heroína a preceito, despida e armada para as mais duras batalhas. # Também porque existem dois protagonistas: ela e ele, um cavaleiro medieval normal, ao contrário

26.25. Uso catafórico (Portugal – Not)

MACRO-SOFT ENTRA EM CENA

97-09-20

[EXPRESSO \(LISBOA\)](#) [\[MORE...\]](#)

grande empresa de informática, a Macro-Soft. O mercado está saturado, a concorrência é muita, e ando em busca de novos nichos comerciais. # - Só se for na Lua, porque isto cá por baixo está muito mau. - comentou o Oliveira dando-se ares de quem estava perfeitamente dentro do assunto. # - É isso mesmo! Na Lua! O cavaleiro não imagina quantas pessoas há que ainda andam na lua em relação

27. EXPRESSÕES DE CARÁTER SUPERLATIVIZADOR

27.01. QUE NÃO ACABA MAIS – BRASIL – ORAL não aparece Portugal.

TÍTULO ROBERTO REQUIÃO

COLEÇÃO [INTERVIEWS ON THE WEB](#) [\[MAIS...\]](#)

fica completamente solto, sem apoio, e começa o processo todo, ele não é mais contido pela estrutura social. É isso **que** está acontecendo. "Bota a polícia!" Maravilha, podemos prender gente que não acaba mais. Fui ao Texas no ano passado e tem lá aquele Benjamim, que é paulista, que fez o código de proteção ao consumidor. Ele estava saindo de um seminário de direito criminal, onde chegaram à conclusão

27.02;

Tio Lluís tem razão: merda, merda, merda!

<http://granadadebolso.wordpress.com/2006/09/16/15-tio-lluis-tem-razao-merda-merda-merda/Dar bandeira - dar uma indireta - dar sopa ->

<http://benficademerda.blogspot.com/>

benfica é merda, benfica é merda, benfica é merda, merda merda merda

28. FORMAÇÃO DE PLURAL DE SUBSTANTIVOS – FORMAS SIMPLES, COMPLEXAS E/OU COMPOSTAS

28.1. LOUVADEUS O PORTUGAL FIC

APARIÇÃO

1959

FERREIRA, VERGÍLIO

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

entre nós por uma certa qualidade de presença, de realidade íntima, de pessoas. Todos os bichos que eu observara até então eram puros objectos mecânicos, como os grilos, os ralos, os **louva-a-deus**; ou matéria, lama com movimento, como os vermes, as rãs, os sapos; e os que eram já vida, como os pássaros, os bois, mal tinham estabelecido comigo uma convivência, que lhes revelasse,

28.2. PÁRA-QUEDAS – BRASIL ACAD

APOLLO 15

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) **[MORE...]**

. O mergulho de volta aconteceu no dia 7 de agosto, às quatro e quarenta e cinco da tarde, ao norte da ilha de Oahu. O impacto foi maior do que o normal porque **os** pára-quedas não abriram satisfatoriamente. Apesar disso, a tripulação não se

28.3. FORMAÇÃO DO SUPERLATIVO COM PREFIXOS E SUFIXOS INCOMUNS

exemplos da INTERNET

SITE	OCORRENCIA	Fenômeno
http://www.1papacaio.com.br/modules.php?name=Sections&op=viewarticle&artid=373	E assim dizendo o Super-Sapo com sua força super-incrível saiu voando carregando o rex, enquanto Sapiana olhava admirada para ele e dizia:	Superlativo por prefixação
http://www.meiobit.com/perifericos/apple_lanca_mouse_mighty_mouse	Mas como é da Apple, vão logo inventar algum motivo para dizer que ele é hiper incrível inteligentíssimo e revolucionário.	Superlativo por prefixação
http://minhareeducacao.weblogger.terra.com.br/	Faz pouco tempo que conheci o blog dela, e ontem no encontro só pude confirmar algo que já tinha percebido pelo blog: o quanto a Lilith é bonita por dentro e por fora, e está super magrinha !!!! Ela é super meiga, simpática, um doce de menina.	Derivação pré- e sufixal para superlativizar.

29. EXEMPLOS DE PROFORMAS VERBAIS

29.1. VERBOS DELOCUTIVOS OU VERBOS-SUPORTE - TER MEDO

TÍTULO CÉREBRO DE FUMAÇA

DATA 2/23/1997

COLEÇÃO [GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) **[MAIS...]**

do que os filhos de não-fumantes. Em poucas palavras: o filho se torna vítima da mãe. ***** Pesquisas conduzidas por psicólogos informam que um número expressivo de mulheres não pára de fumar apenas porque **tem** medo de engordar - um fenômeno detectado por vários endocrinologistas brasileiros. ***** PS - Um dos prazeres que tenho nos Estados Unidos é ver a surra diária que a indústria do fumo leva, ameaçada de processos por todos os lados.

29.2. TER SAUDADE

TÍTULO RENAN

DATA 2 NOVEMBRO 1997

COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

, particularmente, sempre joguei dando o máximo. Não me lembro de uma partida em que tenha economizado algum esforço. A nova geração encontrou o caminho aberto, tudo mais fácil. Estado - Você **tem saude** de jogar? Renan - Nenhuma. Passo de três a quatro meses sem bater bola. Tenho treinado nos últimos dias porque vou jogar ao lado do Montanaro numa partida-exibição na praia contra o Tande e o Giovane e não quero

29.3.TER COMPAIXÃO

TÍTULO TONS VERDES EM FUNDO ESCURO
 DATA 1946
 AUTOR D'ARCOS, JOAQUIM PAÇO
 COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

lágrimas borbulharem-lhe dos olhos, estremece com medo da própria felicidade, e a sua voz melodiosa, a sua voz divina de oréada, geme, soluça, implora: - " Amor, amor, **tem compaixão** de mim " É certo que, a-través-do tempo que passa, o amor é sempre o mesmo. Mas não sei o que encontro de antigo, de remoto, de longínquo na intensa espiritualidade destes versos, que ainda agora

29.4.DAR COBRO

TÍTULO CABRAL, PEDRO CORRÊA
 DATA 1993
 AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

- É bom saber disso. Parece que elas têm consciência de que a Revolução de 64 não foi um movimento unilateral dos militares, mas uma solicitação da própria sociedade civil para que nós interviéssemos para **dar cobro** à situação de caos político, social e econômico a que nos estava levando João Goulart - observou Gil, imaginando quão interessante seria conhecer as pombas. A conversa prolongou-se por mais algum tempo, antes que eles se recolhessem para

29.5. DAR CABO

TÍTULO FOLHA:2048:SEC:ND
 DATA 1994B
 COLEÇÃO [FOLHA \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

por uma ira irracional após perder suas futuras namoradas para o bardo, resolveram institucionalizar seu ódio fundando a Associação Beneficente Oswaldo Montenegro Must Die Oswaldo Montenegro deve morrer. Alguém tinha que fazer alguma coisa para **dar cabo** desse ser execrável, detona PC. Todos nós já passamos por a traumática experiência de levar uma menina para ver A dança de os Signos peça teatral de autoria de Montenegro a contragosto e voltar chupando o dedo! Sem contar

29.6. FAZER - FAZER QUEIMADAS

TÍTULO ANTÓNIO SEQUEIRA
 DATA 96-06-13
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN TERRAS DA BEIRA](#) **[MAIS...]**

coisa está mal.. AS - No ano passado, numa dessas reuniões, ficou decidido fazerem-se algumas acções de sensibilização nas aldeias e que tinham como destinatários os próprios pastores. Com a nossa colaboração poderiam **fazer** as queimadas em segurança. O problema de muitos fogos acabaria. Este trabalho, no meu entender, já devia estar a ser feito há dois meses. Mas o projecto não passou de boas intenções. Quanto às queimadas, a

29.7. FAZER USO

TÍTULO HISTÓRIA DAS MISSÕES ESPACIAIS

COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA DA FOLHA \[MAIS...\]](#)

. O exército começou a testar os V-2 em 1946. Cientistas e técnicos alemães, encabeçados por Wernher von Braun (o " pai " do V-2) trabalharam ao lado dos americanos no sentido de **fazer uso** dos V-2 para pesquisa. Pelos próximos cinco anos, equipes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; das indústrias espaciais e de universidades coletaram informações acerca dos quarenta lançamentos de V-2 realizados no período. Enquanto os testes trouxeram

29.8. Proverbo típico – fazer substitutivo

TÍTULO AMARAL, MARIA ADELAIDE
 DATA 1992
 AUTOR AOS MEUS AMIGOS
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MAIS...\]](#)

outro, apenas o mais forte ou o mais astuto tendo direito à vida. Andamos muito, naquela penetração, até que topamos o rancho. Oito léguas para dentro meu rancho de caçador. Eu o **fiz** com os braços na elevação do morrote. Esvaziei o chão, a machado e a fogo, para que o sol pudesse chegar. Um cercado de pau-a-pique e, no centro, o rancho de madeira de lei. O

30. NUMERAIS

IMAGEM-MOVIMENTO, IMAGENS DE TEMPO E OS AFETOS "ALEGRES"
 NO FILME O TRIUNFO DA VONTADE, DE LENI RIEFENSTAHL: UM
 ESTUDO DE SOCIOLOGIA E CINEMA

AUTOR MAURO LUIZ ROVAI
 COLEÇÃO [LACIOWEB \[MAIS...\]](#)

..translação da câmera ao longo de uma determinada direção" (Xavier, 1977: 23). Em relação aos outros termos empregados, como câmera aberta, plano aberto, grande plano, primeiro e **primeiríssimo** plano, o sentido estará claro na argumentação. Finalmente, quando da utilização de noções muito específicas como câmera subjetiva ou ativa, extracampo, detalhe, etc., farei menção ao autor que a utiliza, no corpo do texto

<http://canaldamoda.blogspot.com/2007/04/outono-inverno-2007-chiquersimo.html>

31. TUDO como quantificador universal

Portugal – Oral

TÍTULO CORDIAL: AAL18
 COLEÇÃO [CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\) \[MAIS...\]](#)

era. INQ Pois. Portanto, mas a pessoa, quando ia cozer lá, também tinha que levar a lenha que era para aquecer o forno, não? INF1 Não, não. Punham **eles** tudo. O que é que juntavam e não podiam amassar todos no mesmo dia. Ou no mesmo dia! Um hoje e outro amanhã! Aquilo o forno levava ali três ou quatro tabuleiros, não é, até três ou

Séc. XIX

TÍTULO A ESCRAVA ISAURA
 AUTOR BERNARDO GUIMARÃES
 DATAS DO AUTOR 1825-1884
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\) \[MAIS...\]](#)

ave Maria.. não fala assim, tia Joaquina.. então é melhor matar a gente de uma vez.. - Este não quer saber de fiados nem de tecidos, não; e daqui a pouco **nós tudo** vai pra roça puxar enxada de sol a sol, ou pra o cafezal apanhar café, e o pirai do feitor aí rente atrás de nós. Vocês verão. Ele o que quer é café, e mais café,

32. O HOMEM

32.1. O homem – ser humano do sexo masculino

MARTA SUPLICY

2500S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

a estrutura de divisão do trabalho no lar. Enquanto a mulher for responsável pela educação dos filhos e de fazer a comida, vai ser muito difícil ela conseguir entrar em igualdade com **o homem. O homem** ganha mais em todas as profissões, ele consegue ter uma poupança maior do que qualquer candidata e consegue ter acesso a crédito mais facilmente que as mulheres. Essa é uma parte de infra-estrutura que eu estou colocando e depois tem

32.2. O homem – ser humano em geral, com restrições.

ANTÓNIO MARTINHO

96-04-30-25

[INTERVIEWS IN JORNAL DE NOTÍCIAS \(LISBOA\) \[MORE...\]](#)

Douro, por si só, naturalmente, é uma unidade. O Rio Douro nunca separou as regiões ribeirinhas. O vinho e o vinho fino sempre uniu todas aquelas populações. Ora, não separe **o homem** aquilo que a natureza uniu. JN - O bispo de Bragança defendeu uma região do nordeste de Portugal, integrando unicamente o eixo Mirandela e Bragança. Como reage a esta reivindicação? AM - Trata-se de uma perspectiva reducionista.

32.3. O Homem – ser humano em geral, sem restrições.

DATA 97-09-20

COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\) \[MAIS...\]](#)

cafés citadinos. Que, por sua vez, estão a ceder espaço aos cafés virtuais, pontos de encontro onde a ausência de geografia não impede que se cumpra o ancestral ritual de comunicação. # **O homem** é um animal gregário e a comunidade, enquanto prolongamento ou mesmo substituto da família, foi um ingrediente fundamental no avanço da Humanidade. Na caverna, à volta da fogueira, no largo do pelourinho, no adro da igreja

32.4.

TÍTULO APOLLO 17

COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA DA FOLHA \[MAIS...\]](#)

a tripulação desencapou uma placa da perna do módulo lunar que permaneceria em solo lunar. A placa mostrava uma vista da Terra com a Lua entre os dois hemisférios, com os dizeres: " Aqui o Homem completa sua primeira exploração da Lua, dezembro de 1972. Que o espírito de paz no qual viemos seja refletido na vida de toda a humanidade ". A placa foi assinada pelos astronautas e pelo presidente Nixon.

32.5. O homem – específico e ostensivo

TÍTULO A PALAVRA MÁGICA

AUTOR VERGÍLIO FERREIRA

COLEÇÃO [PORTUGAL:FICTION:SCANNED \[MAIS...\]](#)

diante da ofensa de Bernardino. O industrial carregou a luneta, e longo tempo, colérico, exigiu do livro insultos que lá não estavam. - Nada feito, - repetia o juiz. - **O homem** chamou-lhe, corretamente, " pessoa incapaz de fazer mal a alguém ". - Mas há a intenção, - opôs o advogado, mais tarde, quando se voltou ao assunto. Há o sentido que toda gente liga á

32.6. O homem – específico e intratextual

ABREU, CAIO FERNANDO

1990

ONDE ANDARÁ DULCE VEIGA?

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

envolveu-se o português com os anseios da do meio, insistente no noivado: - Apenas com Paulo Bento, se não for com ele, eu fujo. O pai conhecia Sofia, tratou de enfrentar **o homem**. O conversado não disse, nem Paulo Bento contou. O fato é que, em tarde de chuva, o luso avisou em casa para Sofia se aprontar: - O teu noivo vem aí. Testemunhou a emoção,

32.7. O homem – específico e ostensivo

AMARAL, MARIA ADELAIDE

1992

AOS MEUS AMIGOS

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

E a imagem de Hebe cresce em seus olhos: arrasta os longos cabelos de algodão na terra escura. Todos a viram, doida caminhante, a gritar que mataram os passarinhos de Deus. Como **o homem** que ali está, o quase enforcado, ela também conhecera Cajango No ar noturno, porém, volta a vibrar a voz. - Ele morreu com o rosário no pescoço. Ele mesmo fi. zera o rosário que tinha

32.8. O homem – específico e mnemônico

OUT-5-1997

[GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) [\[MORE...\]](#)

cabeceando melhor, dando belos e eficientes passes, combatendo **o** adversário, solidário etc. É disparado o melhor atacante do Brasileirão e certamente terá um lugar nas próximas convocações para a Seleção. # E **o homem** Edmundo? Tem solução? Claro que tem, a partir do momento que deixar de se achar perseguido, vítima, mal amado. Os amigos são importantes em sua vida, mas ele precisa ao seu lado, de um

32.9. O homem – anáfora cognitiva compartilhada

TÍTULO LINGUAGEM FALADA: RECIFE: 5

COLEÇÃO [A LINGUAGEM FALADA CULTA NA CIDADE DO RECIFE. RECIFE: UFPE](#) [\[MAIS...\]](#)

mesmo - ôh ôh ôh - e ele na aparente solidão ele tava - ele tava consigo no mínimo - () tá certo tá certo eu aceito () não mas acontece () quando eu digo **o homem** precisa de solidão é pra ficar consigo mesmo - dizem que a pior das solidões é aquela que você tem no meio da multidão né? - no meio da multidão - é a solidão de massa - ou não?

33. Os axiônimos

33.1. AMIGO

TÍTULO NICÉFORO FERNANDES

DATA 05-8-1997

COLEÇÃO [INTERVIEWS IN GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) [\[MAIS...\]](#)

porque a base das provas eram compostas principalmente de depoimentos. O senhor não tem medo que isso se repita aqui e devido essa deficiência os policiais, mesmo criminosos, comprovem inocência? NF - Meu **amigo**, isso é uma situação completamente diferente. A do Collor é uma situação política e a nossa não. Há muito tempo os jornais dão notícias de crimes praticados por policiais civis e militares. Isso foi anunciado até o ponto do agente

33.2. CHAPA

TÍTULO CABRAL, PEDRO CORRÊA
 DATA 1993
 AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

sujeito falante e perguntador, parecia não ter convencido muito. - Pode parar, por favor, no entroncamento, amigão. Vou ficar aí mesmo - disse ele. - Que é isso, meu **chapa**? Te levo até Marabá. A gente toma um bom banho, come uma bóia na pensão da Noca e, depois, vamo pra zona, meu chapa, pegá umas puta e tomá cerveja. Que tal? - Não

33.3. IRMÃO

DATA 04-22-1997
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN A TARDE \(BAHIA\)](#) **[MAIS...]**

também. Mas tem uma historinha que vale a pena contar. Um dia, eu estava observando Caetano tocando seu violão. Ele me parecia tão tristonho, cabisbaixo.. Cheguei para ele e disse: **meu irmão**, ficar aí sentado, dedilhando essa música calminha, isso não tem a ver com você. Por que você não larga esse violão e pega uma guitarra elétrica? Ele atendeu ao meu pedido. Deu no que deu.

33.4. IRMÃOZINHO

TÍTULO PAIVA, MARCELO RUBENS
 DATA 1996
 AUTOR NÃO É TU, BRASIL
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

primeiro, e eu tenho o que falar, não foi por outra que liguei marcando o encontro. E chegou adiantado; quer muito me ouvir. - **Meu irmãozinho**.. Logo de cara soltei um meu irmãozinho, não era assim, a polícia, irmãozinho, os guerrilheiros, companheiro? A conversa ia se esticar, eu nenhuma trégua, vamos direto. - Deveria estar longe, mas parei aqui, escolhi aqui.. Comecei e

33.5. COMPADRE

TÍTULO CHIAVENATO, JÚLIO JOSÉ
 DATA 1993
 AUTOR AS MENINAS DO BELO MONTE
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

a autoridade. - Não é nome de gente. Bom Jesus é lugar. Bom Jesus da Lapa, pode ser. - Não. Falo de um homem. - Não está mangando não, **meu compadre**? - Não senhor. Bom Jesus mesmo. - Vi falar não. O preso manifestou-se: - Osorino! Não seja ignorante. E dizer que você é o cabo e eu o preso! Se o homem que o

33.6. COMPANHEIRO

TÍTULO BELTRÃO, LUIZ
 DATA 1984
 AUTOR A GREVE DOS DESEMPREGADOS
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

você propôs. Sem compromisso, sem prejuízo para os que faltarem, sem sabotagem. Gentile abriu o rosto num grande sorriso, estendeu a mão que Ciríaco apertou: - Você é um amigão, **companheiro**. Voltando-se para os homens que tinham vindo com ele, comandou: - Vocês três, às ordens de Ciríaco. Os outros, com Cloraldino, ficam responsáveis pela manutenção da manutenção. Cloraldino aquiesceu: - Tudo certo. Sei

33.7. RAPAZ

TÍTULO LINGUAGEM FALADA: RECIFE: 266

COLEÇÃO [A LINGUAGEM FALADA CULTA NA CIDADE DO RECIFE. RECIFE: UFPE](#) **[MAIS...]**

que é o ho / - eu me esqueci o que eu ia concluir - o homem é que tem que fazer uma força danada do homem - tá: doido - a mulher é um receptáculo **rapaz** - é: - sei tem aquela aquele aquele - mas é o criatório né? - mas é mas aquilo é automático - é o criatório agora acontece que a mulher - aquilo é automático aquilo ela recebeu aquele dom e:

33.8. MENINO

AUTOR AOS MEUS AMIGOS
COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

anos na selva e tem as manhas e das feras ". E acrescenta: " Chama-se Cajango ". Ergue o busto, a rédea na mão, para concluir: " Desgraça do sul, **menino**. Parece que o cacau precisa do sangue da gente para nascer ". Interrompe sua própria lembrança para dizer: Sei que esta luta não acabará tão cedo. Éles não coo-seguirão apanhar Cajango. Seus homens saem das matas e estão

33.9. CIDADÃO

DATA 1993
AUTOR AS MENINAS DO BELO MONTE
COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

o preso! Se o homem que o senhor procura é pessoa mesmo, não está nesse cemitério. Eu que enterrei todo mundo. Agora.. e voltou a cavucar. - Agora o quê, **cidadão**? - Cidadão! - exclamou o cabo. - Chamando Zé Peba de cidadão! Moço, isso aí é um criminoso feroz, está assim nulo porque ficou sem razão de cachaça na cadeia. Já matou mais de vinte.

33.10. MESTRE

TÍTULO COSTA, EDUARDO ALVES DA
DATA 1989
AUTOR A SALA DO JOGO
COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

cometido seppuku? - perguntou, timidamente, antes de sair. - Eu o conheço muito bem e sei que você não o faria. Não é suficientemente estúpido para isso. - Não entendo, **mestre**.. o senhor quer dizer que o seppuku é um ato estúpido? - Não.. mas já que você levantou a questão, gostaria que meditasse sobre ela. Pense no seppuku, no que ele representa. Estude o Bushidô.

33.11. TIO

1989
A SALA DO JOGO
[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

comida e água. - Estão nos tratando como porcos! - disse um velho pequenino, de gestos delicados. - Eu prefiro morrer de fome a perder minha dignidade. - É isso aí, **tio**! - concordou um rapazola, dando um tapinha nas costas do velho. - Se é pra gente ficar numa pior, temos que partir logo pra porrada. Eu também não tô a fim de encarar esse rango. - Atenção

33.12. VACA E FILHO DA PUTA

TÍTULO CABRAL, PEDRO CORRÊA
DATA 1993
AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

um rifle 22 que estava perto do corpo da moça. - Qual é o seu nome, sua **vaca**! - gritou ele, num ímpeto de fúria. - Guerrilheiro não tem nome, seu **filho** da puta! - replicou ela no mesmo nível com um esgar de dor e de ódio. Zeca olhou-a bem fixo nos olhos, levantou a pistola lentamente e acionou o

gatilho. Um tiro certo, à queima-roupa, bem no

33.13. MEU

TÍTULO ABREU, ANGELA
 DATA 1997
 AUTOR SANTA SOFIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

magras espirituais, tipo Audrey Hepburn. No máximo, Deborah Kerr. Das mais recentes, talvez Michelle Pfeiffer. Jamais mulatas de botas brancas. - A legenda: " Que coxas, hein, **meu** " Uma de vinte toques, descontando o i, cabe certinho. - Arrancou a lauda, berrou: - Pai Tomás, chega aqui. - Perfeito - eu disse

33.14. ANJO

TÍTULO ABREU, ANGELA
 DATA 1997
 AUTOR SANTA SOFIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

quem estou falando? - Com a Patricia. Neal ou Highsmith, pensei em perguntar, talvez Travassos. Aquilo era contagioso. - Com você mesmo que eu quero falar. - Então fala, **meu anjo**. Enquanto eu explicava que precisava fazer uma matéria com o grupo e tal - achei melhor dizer assim, o grupo, ainda não me sentia preparado para pronunciar em público algo como Márcia Felácio e as Vaginas Dentatas -,

33.15. PATRÃO

TÍTULO CARVALHO, O. G. RÊGO DE.
 DATA 1971
 AUTOR SOMOS TODOS INOCENTES
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

empunhando armas: pajeús, lanças pontiagudas, carabinas. No corredor, uma roncadeira esquecida. O capataz punha o frito no alforje, quando ele entrou na sala. - Em cima da hora, **patrão** - disse-lhe um dos cabras. - Hoje nós pegamos ela. E Coité, caçador afamado por sua malícia: - Seu Raul vai também? É perigoso, mas de dia a gente pode se defender. O médico entusiasmou-se.

33.16. AMIZADE

TÍTULO LOUZEIRO, JOSÉ PIXOTE
 DATA 1977
 AUTOR INFÂNCIA DOS MORTOS
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

de metal e lentes grossas. A oficina em que se movimenta é apenas um vão de escadas, com tudo que é de ferro pendurado em painéis de compensado. - Qual é que é, **amizade?** - indaga Alfinete. O cara apenas sorri. - Quebrando a cabeça pra centrar esta roda. Acho que o quadro tá com defeito. - Tou querendo um alô! Alemão manda que fale. - É uma chave especial

33.17. Zé PREGUIÇA

TÍTULO CARVALHO-NETO, PAULO DE
 DATA 1986
 AUTOR SUOMI
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

, acabaria lambendo paredes, cadavérico. Munda chegou do mato com uma braçada de cactos no ombro, os espinhos cortados, o facão no cinto. Admirou-se de vê-lo deitado ainda. - Oh, **seu** Zé Preguiça, levanta! Não fez caso. Mas no momento em que a mulher desceu a carga, ela engulhou e cambaleou apalmando-se nas paredes. Ia vomitar. Ele se ergueu dum salto, amparando-a. - Você comeu alguma

33.18. MAJOR

TÍTULO MONTELLO, JOSUÉ
 DATA 1978
 AUTOR A NOITE SOBRE ALCÂNTARA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

pior ainda, com a crista do muro enristada de cacos de garrafa! Adivinhando-lhe o pensamento, o Florindo chegara a propor-lhe: - Eu dou um jeito de passar por cima do muro, Seu **Major**, e abro a porta pelo lado de dentro. - Tire isso da cabeça - replicou Natalino em tom categórico. E ali estava ele, a depender das pancadas cegas do Florindo. Em verdade a culpa era sua: fora

33.19. CARA

TÍTULO ABREU, ANGELA
 DATA 1997
 AUTOR SANTA SOFIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

? Ah, cada gesto, uma verdadeira apologia estética da for-ma pura. Era engraçado. E bastante esquizofrênico. Mas de repente o real tinha-se tornado bem menos retórico. " Você começa hoje, **cara** " - dissera Castilhos no telefone. Com aquela voz no fundo da qual, para manter o velho hábito sublitterário, eu poderia localizar algo que chamaria de áspera-ternura-cúmplice, mas na verdade não passava de excesso de nicotina e saco cheio

33.20. NEGO

1927
 BRÁS, BEXIGA E BARRA ANTÔNIO CASTILHO DE ALCÂNTARA MACHADO D'OLIVEIRA
 FUNDA 1901-1935
[BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) **[MORE...]**

Fanfulla. Deve cascar o almofadinha. - Xi, Pepino! Você é ainda muito criança. Tu é ingênuo, rapaz. Não conhece a podridão da nossa imprensa. Que o quê, meu **nego**. Filho de rico manda nesta terra que nem a Light. Pode matar sem medo. É ou não é, Seu Zamponi? Seu Américo Zamponi soltou um palavrão, cuspiu, soltou outro palavrão, bebeu, soltou mais outro

33.21. AMOR

TÍTULO MONTELLO, JOSUÉ
 DATA 1980
 AUTOR O SILÊNCIO DA CONFISSÃO
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

no apartamento do Parque Guinle, ao inteirá-la da sentença do juiz, que lhe tirava a guarda do filho, Benício tentara consolá-la, apertando-a contra o peito: - Eu te darei outro filho, **meu** amor. - Não posso ter outro - confessou ela. E contou-lhe que o obstetra lhe havia ligado as trompas, no correr do primeiro parto, com receio de que seu estado se agravasse ainda mais com uma nova gravidez.

33.22. Mané/ Boneca/ Paraíba/ Manezão/ Ô da Paraíba/ Babaca – <http://jc.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/comentarios.php?codigo=3937&canal=1>

[Tricolor de Verdade]

"Eita que um IDIOTA aí em baixo acha que tem procuração para falar em nome de todos os pernambucanos! **Ô mané**, antes de xingarmos o estado dos outros precisamos olhar para o próprio @#\$\$% Tenho parentes e amigos que, através de concurso, foram morar na Paraíba: pergunta se algum

deles quer voltar a morar aqui! João Pessoa é uma cidade maravilhosa, tem belas praias e belos cartões postais, além de ser uma tranqüilidade viver lá. EU NÃO TENHO ORGULHO ALGUM DE FAZER PARTE DE UM ESTADO ONDE PESSOAS TÊM UM COMPORTAMENTO PRECONCEITUOSO E DESINFORMADO COMO O TEU! Quando quiser falar, fale em seu nome e não em nome de todos os pernambucanos, seu babaca!"

17/8/2007 14:56

[Wladimir - eu, eu, eu, a megona apareceu....]

"Primeiramente, como está o calor aí na Paraíba? Apareceu né **boneca**? Acho que vc tinha sumido porque estava procurando Olavo né? Afinal de contas teu FlaMEDO precisa sair da zona. kkkkkkkkkkkkkk.....Agora, falando sério, teu timinho só ajudou o SPORT donzelão. Se tua equipe fraquinha tivesse perdido o SPORT perderia uma posição. Vai brigar com Juventude, Náutico e América, pois nós estamos brigando com os melhores. Um abraço e vê se não some. Com quem vamos tirar onda? kkkkkk.....SPORT, UMA RAZÃO PARA VIVER. "

17/8/2007 14:22

[MENGAY CAMPEAO DA TOYOTA]

"Eu já sabia que esse paraíba (nome dado pelo grande filósofo Edmundo) era um babaca mesmo! Mas dessa vez ele se superou. Vamos pela lógica: se o cara é um paraíba que torce por time emprestado, e o time dele, que tá na zona de rebaixamento, consegue ganhar de 1 X 0 do super time do Fluminense, o cara deveria entrar nos blogs dos jornais cariocas e grear da torcida do Fluminense. O que ele fez: entra no site do JC pra falar sobre o flamerda e atacar os times daqui (Sport e Náutico). Esse cara é mesmo um babaca despeitado. Com todo respeito aos paraibanos sérios, mas esse paraíba (vão reclamar com o Edmundo) é um despeitado, o cara morre de inveja e despeito de Pernambuco, e vive torcendo em time emprestado dos cariocas. EI, PSIU... **Ô DA PARAÍBA**, fica com raivinha não, um dia quando tu for conhecer as megafavelas da cidade da bala perida - Rio de Janeiro, tu vai ver como eles vão te tratar por lá, aí tu vai entender por que nós pernambucanos, apesar de tudo, temos ORGULHO DA NOSSA TERRA, DA NOSSA HISTÓRIA, DA NOSSA GENTE E DA NOSSA CULTURA, por isso nunca torcemos por time emprestado e não vivemos a depender de exaltar o Rio de Janeiro (alguém já chamou isso de sub-cultura). CONSELHOS: 1º) se tu gosta tanto do flamerda assim, vai entrar nos site e blogs do RJ e ver o que os torcedores do Vasco, Fluminense e Botafogo (esses seriam os teus rivais, não é?) estão falando sobre o teu flamerda (teu não, dos cariocas, que tu é paraiba); 2º) Acessa o site da FIFA e vê lá a relação dos campeões mundiais RECONHECIDOS pela FIFA (o nome do teu flamerda não aparece, pois aquele jogo em 1981 era um amistoso promovido pela TOYOTA (o próprio Zico - aquele que nunca ganhou uma Copa-, em entrevista, já afirmou que o título que ele considera maior foi o da Libertadores); 3º) acessa o site da CBF e confere quem foi o Campeão Brasileiro de 87, aí depois tu conta direitinho e vê que teu flamerda NÃO pode ter 5 títulos nacionais, quer roubar título dos outros é?!? Te toca **mané**, tu tava até sumido, foi teu flabosta ganhar umas partidinhas pra tu voltar com tuas asneiras, tem vergonha e sai do blog, vai procurar blog de carioca!! **PARAIBA MANEÃO!!**"

17/8/2007 08:48

33.23. MACHO VEÍ - <http://flog.vaquejadas.com/julinho/>

[MAGAIVER PARAMBÚ](mailto:magaiver_parsambu@hot.com) | magaiver_cls@hotmail.com | 08/09/2005 09h53min

Valeu **macho veí** pela visita !!!

Boa sorte no seu bolão dessa semana

Um forte abraço

33.24. (T) CHÊ – (Brasil – Fic)

CONTOS
GAUCHESCOS

1912 – SIMÕES LOPES NETO - 1865-1916
[BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\) \[MORE...\]](#)

o importuno; o velho Lessa coçou a barbinha do queixo, coçou o cocuruto, relanceou os olhinhos pelos assistentes, e mui de manso pediu ao empregado do balcão: - ' Stá bem.. **Chê!** dê-me aquele queijo.. E apontou para um rodado dum palmo e meio de corda, que estava na prateleira, ali à mão. O gadelhudo refastelou-se sobre um surrão de erva, chupou os dentes e ainda enticou:

33.25. PRINCESA E PAPAI

LOUZEIRO, JOSÉ PIXOTE

1977

INFÂNCIA DOS MORTOS

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

O velhote que passou por Sueli fixou-se nas suas pernas, no seu rosto more-no, nos cabelos presos para trás, num elegante rabo-de-cavalo. - Pra onde tá indo **a princesa**? - Pra onde **o papai** quiser. Disse isso e sorriu, mostrando os dentes brancos. O velhote, que conduzia uma pasta, ficou sem saber o que fazer. Não contava com aquela resposta desafiadora. Por uns mo-mentos pensou em tantas coisas:

33.26. **FULANO – (Brasil – Oral)**

CLAUDIA TELLES

[INTERVIEWS ON THE WEB](#) [\[MORE...\]](#)

era tosca..rs.. Fui fazer um programa de Rádio na Globo, radialista famoso. Ele começo a brincar comigo: " - Claudinha..casa comigo " E eu me fazendo de lesa: ".. Que isso **fulano**, você já é casado.. " E ria.. E ele: " - Poxa Claudinha, um dia só " Aquilo bateu meio torto, aí é que fiz cara de paisagem mesmo. No outro comercial ele se virou pra

33.27. **BROTHER** - http://fotolog.terra.com.br/julika_osuado da

09/07/2005

19:14

Na fotu: Eu, LeIA e MaRy!!! A BiA num ta aí...pq será?? hauhauhauhauhau
 Na fotu: Eu, LeIA e MaRy!!! A BiA num ta aí...pq será?? hauhauhauhauhau
 Falta poko pro flog akbar...por isso vo TENTAR fikr até uma da manhã pa fazer no .net! ^^ Tá certo q na foto eu pareço uns 5 kilos mais gorda! puta..eu to uma bola ali **brother!** huahuahua mas isso aí é detalhe!

To a um bokdo d tempo sem postar neam?? Ahh vamos lá..fds passadow foi legalz...sexta tive peça e festa dpois, sábadu fui pro Lp e dpois pra festa na ksa da tia da Bia e da Mary e no domindo eu fui ao cine e vi A Guerra dos Mundos...é chatu!

Mas esse fds foi legal...esse tá chatu pq eu to meio dodói e pq semana ki vem tem provas! Issu é ruim!
 hihih..intaum é isso...

Bjuh pa quem quer

ObS: Carooooooooool, amigaaaa, tamu junta **brother!** huahuahua, ng vai abalar a gente não! Vem, vem, vem, vem, vem.....Tu sabe q eu to aí né? T amu pra caraleowww, e não se abala com essas porras q tão rolandowww não! T amu mto minina...bjuh

34. **VOCÊ E FORMAS CONCORRENTES (VOSSA MERCÊ, VASSUNCÊ, VANCÊ)**

34.1. VOSSA MERCÊ

DÉCADAS DA ASIA (DÉCADA TERCEIRA, LIVROS I-X)

????

JOÃO DE BARROS

[DÉCADAS DE ÁSIA \[CD-ROM\]](#)[\[MORE...\]](#)

e quinhentos e vinte anos. Ao qual dito mandado eu, Andrés de San Martim, dei e respondi meu parecer, que era do teor seguinte: Mui magnífico Senhor: visto o mandado de **Vossa** Mercê, que quinta feira, vinte dous dias de Novembro de mil e quinhentos e vinte, me foi notificado per Martim Mendes, escrivão desta nau de Sua Majestade, chamada Vitória, per o qual em efeito manda que dê

34.2. VASSUNCÊ

TÍTULO

A CARNE

AUTOR JÚLIO RIBEIRO
 DATAS DO AUTOR 1845-1890
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) [\[MAIS...\]](#)

nada disse, foi uma vertigem, já passou. Vá buscar um copo d ' água. - Sinhazinha, ponderou a mucama, o que lhe fez mal foi o cheiro forte do vidro que vassuncê estava pondo na roupa: a mim também me tonteou. Cuidado. E saiu. À tarde, Barbosa, quando voltou da fazenda do major Silva, estranhou a Lenita. Ela não o procurava, não lhe falava, mal

34.3. VANCÊ

TÍTULO O MAMBEMBE
 AUTOR ARTUR AZEVEDO
 DATAS DO AUTOR 1855-1908
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) [\[MAIS...\]](#)

deseja? BONIFÁCIO (Entrando e apertando a mão de Eduardo) Não cortando seu bão prepósito: é aqui que é a casa de siá dona Gertrude? EDUARDO - Sim, senhor. BONIFÁCIO - Vancê é empregado da casa? EDUARDO - Não, senhor. (À parte) Quem será este animal? BONIFÁCIO - Vancê tá assistino aqui? EDUARDO - Está o quê? BONIFÁCIO - Pregunto se vancê tá assistino aqui.. sim

34.4. VOSMICÊ

TÍTULO A CONQUISTA
 DATA 1899
 AUTOR COELHO NETO
 DATAS DO AUTOR 1864-1934
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) [\[MAIS...\]](#)

. Deu com ele à janela e, sem falar, sorrindo, passou a porta e depôs sobre a bojuda pasta a abastecida bandeja. - Sinhá mandô dizê qui vosmicê não arrepare.. Mas cumu vosmicê disse qui não podia sahi móde o seu pé.. - Oh! fez ele descobrindo, com veneração, a bandeja, é muito amável. Sim, era amável a misteriosa dama e devia ter um cozinheiro perito. A sopa

34.5. OCÊ

TÍTULO CABRAL, PEDRO CORRÊA
 DATA 1993
 AUTOR XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MAIS...\]](#)

seu Manuel. Boa tarde, rapaziada. Os três pararam de chofre, assustados. - Pode chegá, minha gente. O moço é de paz. Só tá querendo um dedo de prosa com **ocê**, meu véio. - A tranqüilidade de Dona Nazaré quebrou, de pronto, a tensão do ambiente. Manuel e os rapazes foram chegando, ainda um pouco resabiados, mas curiosos. Manuel das Duas, assim conheci-do e assim

34.6. CÊ

TÍTULO RAUL SEIXAS
 COLEÇÃO [INTERVIEWS ON THE WEB](#) [\[MAIS...\]](#)

, em volta. Mas enorme, entre onde eu estava e o horizonte. Ele tava lá parado, enorme. O Paulo veio correndo, eu não conhecia ele, mas ele disse: " **Cê** tá vendo o que eu tô vendo " A gente aí sentou e o disco sumiu num ziguezague incrível. O PASQUIM - Durou quanto tempo mais ou menos? RAUL - Uns dez minutos. O PASQUIM - Qual foi o efeito

35. Usos de você

35.1. Você – 2ª pessoa

TÍTULO VÂNIA TEIXEIRA
 DATA 1200S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

. Nesse tempo todo participei de muitos campeonatos mundiais. Foram 14 anos de seleção. Jogamos na Malásia, nos Estados Unidos e em tantos outros lugares.. JC - Como foram esses 14 anos. **Você** deve ter muitas experiências, não? Vânia - Diferente do que muita gente pensa, o basquete, como qualquer outro esporte, não é só jogar bola. Tem muita dedicação, muitas exigências e renúncias. Nós passávamos meses fora

35.2. Você – indeterminador

TÍTULO JOSÉ LOPEZ FEIJÓO
 DATA 1100S
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

de regras estáveis. JC - Como a CUT quer a proposta de reeleição? Feijóo - Fernando Henrique Cardoso, José Serra votaram contra a reeleição na revisão constitucional. Agora defendem a proposta. Quando **você** defende a alteração de uma regra no meio do jogo, cujos os beneficiários já estão estipulados, isso é casuísmo. Isso esta custando caro ao Brasil, pois o Congresso se transformou em um balcão de negócios, em que o

35.3. Você – auto-referência

TÍTULO JOSÉ FONSECA E COSTA
 DATA 96-04-25-22
 COLEÇÃO [INTERVIEWS IN JORNAL DE NOTÍCIAS \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

JFC - Nada, nenhum filme, é jamais a realidade que lá está, nem mesmo um documentário. JN - Mas pode ser a realidade em termos aproximados. JFC - No momento em que **você** coloca uma câmara à frente de um objecto, **você** está a manipular a realidade. JN - Mas com esse conceito é impossível apreender a realidade através de outros, assim como mostrá-la. JFC - Só se pode apreender a realidade

36. Usos de proformas adjetivais indefinidas

36.1. Uso distinguidor (Brasil – Fic) CADA

TÍTULO ABREU, CAIO FERNANDO
 DATA 1990
 AUTOR ONDE ANDARÁ DULCE VEIGA?
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MAIS...]**

goiabas e não ia a idiota pôr o doce a perder: - Tenho mais para fazer do que conversar tolices com um marido à-toa. Saiu da sala largando Paulo Bento desconcertado: - Dona Sofia inventa **cada uma**. Inventava mesmo. Inclusive convidou a amante do vigário para um lanche refinado. Obrigou o infeliz, na maior das sem-gracices, a lhe confessar o erro: - Bem melhor ela não vir, todos saberão.. Mas

36.2. Uso especificador de uma série.(uso não marcado) (Brasil – ficção)

TÍTULO GUERRA, GUIDO
 DATA 1998
 AUTOR VILA NOVA DA RAINHA DOIDA

COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MAIS...\]](#)

madeira: ele o fincara ali. O toque de suas mãos em tudo. Como se construísse a cidade, retocando-a pacientemente, completando a criação. Sua e de mais ninguém, tirante Deus. **Cada** coisa trazia seu nome numa inscrição, numa placa, num retrato, qualquer sinal de sua passagem, a marca de sua presença benfeitora. Até o cemitério, onde não queria estar tão cedo, também se dizia que era obra

37. USOS DE ISTO E ISSO

37.1.

ABREU, ANGELA

1997

SANTA SOFIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

, você ainda mora naquele apartamento da São João? Ele abriu uma gaveta com o pé, depois fechou-a com estrondo, empurrou os óculos para a testa e acariciou os chifres do boi nordestino. **Isso** eu lembrava: era o sinal de que não tínhamos mais nada a conversar. Enquanto levantava, eu disse: - Toma cuidado, guerreiro, quando os dedos do grande mestre acariciarem os chifres do bovino. Ele grunhiu. Talvez

37.2. Isso – profrase

ABREU, ANGELA

1997

SANTA SOFIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

falei com você. Apenas, Jesus está adormecido dentro do seu corpo enganado, da sua alma cativa. Nem você mesmo sabe disso. Mas eu posso ajudar você a despertá-lo, estou aqui para **isso**. Atrás do vidro, exatamente na altura do coração de Filemon, a mulher de tailleur antiquado fechou o guarda-chuva branco, sacudi-o lentamente no ar, como se quisesse livrá-lo das últimas gotas de chuva. Depois ergueu a cabeça,

37.3. isso – Profrase catafórico

ABREU, ANGELA

1997

SANTA SOFIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

mais ninguém quando desapareceu. Só nela mesma. Mas a gente nunca pode julgar o que acontece dentro dos outros. Ela queria outra coisa. - Que coisa? - Nem ela sabia. Repetia **isso** o dia inteiro: " Quero outra coisa, eu quero encontrar outra coisa ". Durante os ensaios, quando parava de cantar, entre as músicas. E estava tudo maravilhoso, se-ria um grande show. O melhor do ano

37.4. Dêitico

ABREU, ANGELA

1997

SANTA SOFIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

e vi Jacyr debruça-do sobre a mesa. Sorridente feito criança que acaba de ganhar um presente, sacudia no ar a capa do disco de Márcia, gritando: - Você não me contou que tinha **isso**, bofe. Ela é mulher, mas é uma deusa. Posso ouvir? Em frente à porta das velhinhas, saindo para a rua, ouvi o rock and roll estremecendo as paredes do prédio na voz de Márcia Felácio e

37.5. Anafórico no lugar de um sn ou frase

ABREU, ANGELA

1997

SANTA SOFIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

bar vinha uma música de percussão primitiva, tambores na selva, repetindo qual-quer coisa como Bob Marley pra sempre estará no coração da raça negra. Dava vontade de dançar, mas ninguém tinha tempo para **isso**. Somente ele, o negro forte das tranças, balançava sinuoso o corpo dentro das calças brancas muito justas e de uma camisa florida amarrada na cintura. Um ônibus passou, me enfiei entre os office-boys amontoados na porta de saída

37.6. Uso dêitico prosituacional

ABREU, CAIO FERNANDO

1990

ONDE ANDARÁ DULCE VEIGA?

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) **[MORE...]**

festas? nem gosto de pensar nisto. Pois bem, exato naquele terreiro, o ai-jesus de Sofia, arengava uma fanfarra. Paulo Bento se assustou: - Meu Deus, mas o que é **isto**? Músicos e partituras, pistons, tambores, trombones. Os artistas de uniforme, o ouro dos alamares mais dourados sob o sol. Comandando, um maestro e, ao lado dele, o padre, autoridades às pencas e

37.7. Uso catafórico profrasal ou protextual

MILÉSIOS (SÉC. VI A.C.)

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) **[MORE...]**

emerge e vem a ser a partir de si mesmo. Distinguindo-se da maneira cosmogônica de pensar, característica de uma apreensão mitológica do real, os filósofos milésios desenvolvem um saber cosmológico acerca da natureza. **Isto** quer dizer: procuram descrever, pelo pensamento (lógos), a unidade desde a qual a multiplicidade disso que compõe a realidade - o mundo (cosmos) - pode aparecer. ao afirmar que tudo é água (Tales)

37.8. Anafórico protextual

A
FALÊNCIA

1901

JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

1862-1934

[BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\)](#) **[MORE...]**

horas para coisa nenhuma, e uma ou outra criada mais sobrecarregada de serviço; à noite também ninguém adormecia sem ter rezado pelo menos um Padre Nosso. Ela não se esquecia dos seus deveres. **Isto** foi dito em tom seco, que encrespou um tanto o gênio manso da tia; para vingar-se do médico, de quem supunha emanar toda a alteração dessa família tão sua, ela exclamou com ironia, voltando-se para ele: -

37.9. Anafórico protextual

GEMINI-TITAN (GT-3)

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) **[MORE...]**

NASA deram-se no momento em que Grissom fez a Gemini " voar ". Ele tinha à sua disposição os computadores de orientação, mas acabou tomando o controle total da espaçonave durante toda a missão. **Isto** significou que as complicadas manobras orbitais que seriam necessárias nas missões Apollo eram possíveis. Por quatro horas e cinquenta e dois minutos, a Gemini 3 alcançou o apogeu de duzentos

e vinte e quatro quilômetros e o perigo de cento e

PORTUGAL

37.10. Anafórico de SN ou Frase.

ANGOLA COM PENA SUSPENSA

97-08-30

[EXPRESSO \(LISBOA\) \[MORE...\]](#)

paz se afundará porque teremos de ter em conta o instinto de sobrevivência. Talvez não consigamos empenhar-nos numa grande guerra, mas seguramente que podemos lançar um conflito de baixa intensidade durante muitos anos. É **isso** que querem? Temos ainda tempo para pensar racionalmente e salvar o processo » # Os diplomatas das Nações Unidas não duvidam de que a UNITA possa recomeçar a luta e o ambiente em Nova Iorque é bastante pessimista. Há o sentimento

37.11. Catafórico de um sn (Portugal – Fic)

UM DEUS PASSEANDO PELA BRISA DA TARDE :
ROMANCE

1994

CARVALHO, MÁRIO DE.

[PORTUGAL:FICTION:SCANNED](#)
[\[MORE...\]](#)

protestos da praxe, e debrucei-me sobre a mesa para ouvir a alegação de Proserpino. Não tardou, dava eu por mim a desenhar um peixe na tábua de cera.. #140 Capítulo IX - É **isto**, um mouro? O cadáver ensanguentado e coberto de lama vinha sacolejado numa padiola de madeira que, numa das extremidades, rolava sobre rodas toscas. O aparelho era manuseado por três homens que riam, eufóricos, e se exprimiam

38. USOS DE VIZINHO

ADJETIVO REGENTE – (Brasil – Fic)

TÍTULO	O CORTIÇO
AUTOR	ALUÍSIO AZEVEDO
DATAS DO AUTOR	1857-1913
COLEÇÃO	BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA (U FED SANTA CATARINA) [MAIS...]

que a leviana parecia disposta a reincidir na culpa, dando corda aos caixeiros do marido, na ocasião em que estes subiam para almoçar ou jantar. Foi por isso que o Miranda comprou o prédio **vizinho** a João Romão. A casa era boa; seu único defeito estava na escassez do quintal; mas para isso havia remédio: com muito pouco compravam-se umas dez braças daquele terreno do fundo que ia até à pedreira, e mais

38.2.

O
MULATO

ALUÍSIO AZEVEDO

1857-1913

[BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\) \[MORE...\]](#)

solo, empastado de excremento de pássaros e répteis era pegajoso e úmido; o telhado abria em vários pontos, chorando uma luz morna e triste; respirava-se uma atmosfera de calabouço. De um charco

vizinho a casa palpitava, monótono como um relógio, o rouquenho coaxar das rãs. Os anus passavam de uma para outra árvore, cortando o silêncio da tarde, com os seus gemidos prolongados e agudíssimos; do fundo tenebroso da floresta

38.3. Ponto intermediário –

http://64.233.169.104/search?q=cache:sjUDuAljWgwJ:www.trt22.gov.br/institucional/varas/4vara/atas/2006_08/15/095820060.pdf+eles+moram+vizinho&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=732&gl=br

(...) que sabe dizer por informação do reclamante que esse recebia por mês R\$ 250,00; que o reclamante mora **vizinho** ao depoente; que acha que o reclamante trabalhava todos os dia; que não sabe dizer se o reclamante tinha um horário a cumprir; (...)

38.4. Ponto intermediário - http://www.anaitobias.blogspot.com.br/2005_05_01_archive.html

Ela é uma jovem que namora um italiano que mora **vizinho** a mim, está aqui há 4 meses. É formada em propaganda em marketing, mas aqui não trabalha, isto é, procura trabalho, mas está difícil pra ela encontrar.

38.5. Caráter preposicional - <http://www.villaisp.com/modules.php?name=News&file=article&sid=192>

Local: Terreno da ASSEDIM (Associação Empresarial do Distrito Industrial de Mangabeira). Localizada **vizinho** a subestação da Saelpa.

38.6. VIZIM http://www.baladashow.com/balada_msg/lista_mensagens.php?i_pagina_atual=7

De: carlos neto **Para:** isac
ei dá um tq na mayara sobre mim, diz que eu to afim dela, sei q tu mora vizim a ela!!!!!!!!!!!!
Enviada: 17/06/2005 às 15:08hs

38.7.

http://64.233.169.104/search?q=cache:z15rCYvUIK0J:calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/refased/article/vi_ewFile/4857/3721+mora+vizim+a+mim&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br

Ele mora **vizim** a gente e vive roubando mas nunca pegam ele..."

39. USOS DE VIA

39.1. Compondo locução prepositiva – POR VIA

TRÊS CONVERSOES...

2/23/1997

[GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) **[MORE...]**

Se o nível fixado é realista, tornam-se desnecessárias, porque o mercado as praticará de qualquer forma. Se usadas para forçar uma remuneração superior à produtividade, instaura-se o desemprego e cresce a evasão por via do setor informal. O exemplo francês é ilustrativo. O salário mínimo legal é dos mais altos da Europa, mas também altíssimo o desemprego, prejudicando sobretudo jovens e mulheres. A terceira conversão à economia de mercado está ocorrendo na

39.2.

MARCELO AZENHA

1600S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MORE...]**

Estados Unidos desde agosto do ano passado. No dia 27 passado, Marcelo mandou, **via** Internet, mensagem ao "Jornal da Cidade" dizendo que acessa o "JC" para ter notícias sobre a cidade. Propusemos, então, uma entrevista via Internet, para ele contar sua experiência e ele topou. Jornal da

39.3.

APOLLO 1 (AS 204)

[ENCICLOPÉDIA DA FOLHA](#) **[MORE...]**

mais de três horas, quando um curto-circuito foi detectado na espaçonave. Pouco depois, determinou-se que o problema estava no interior do MC. Por volta das seis e meia da tarde, Grissom, **via** rádio, comunicava que havia fogo no " cockpit ". Segundos mais tarde, pode-se ouvir Chaffee dizendo que ele e seus companheiros sairiam do Módulo de Comando. Mas eles não puderam. A escotilha do MC possuía apenas trancas mecânicas

39.4.

ZÓZIMO B. AMARAL

OUT-19-1997

[GAZETA DO POVO \(CURITIBA\)](#) **[MORE...]**

, esteve recentemente em Tóquio e nao-somente para tratar de assuntos da Vale do Rio Doce. # Por encomenda do governo, Eliezer foi também conversar sobre acordos envolvendo a participação dos japoneses no Mercosul, **via** Brasil, evidentemente. # O negócio está sendo tocado adiante junto com o Itamaraty. # Espera-se que resulte desse minueto algo na faixa dos bilhões de dólares oriundos dos japoneses em interesses do Brasil junto ao Mercosul. # Estômago embrulhado

PORTUGAL

39.5.

TÍTULO ANTÓNIO COSTA

DATA 96-05-12-30

COLEÇÃO [INTERVIEWS IN JORNAL DE NOTÍCIAS \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

de âmbito nacional? A. C. - O PS não considera válida a posição do PSD. E não a aceita desde 1979, quando a direita inventou a fórmula de rever a Constituição pela **via** do referendo. Desde 1979, ficou claro que o PS nunca aceitaria um plebiscito sobre a Constituição. E o que dr. Marcelo agora pretende fazer é tentar reeditar uma batalha perdida pela direita portuguesa, que se saldou na derrota

39.6.

TÍTULO ESPELHO CÔNCAVO

COLEÇÃO [ENCICLOPÉDIA UNIVERSAL](#) **[MAIS...]**

real, que refracta ou reflecte um feixe de raios luminosos paralelos. Por esta razão, os espelhos parabólicos são utilizados como reflectores em telescópios de reflexão e como reflectores de microondas em sistemas de comunicação **via** satélite. encpt_8048 ##conceito Um « conceito » é uma ideia, mas o termo tem vindo a substituir, em filosofia, a expressão « ideia » por esta ser mais ambígua. Possuir o conceito de « cão » é ser

39.7.

TÍTULO GERT HUGLER, PRESIDENTE DA VOBIS AG

DATA 97-09-20

COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

a Sonae tenha actividade comercial. E é possível que também venhamos a vender directamente a clientes empresariais. # EXP. - Existem planos para a venda directa de PC ' s (por telefone ou **via** Internet)? # G.H. - É uma possibilidade, mas ainda não está definido se vamos usar esses meios. E é também possível que venhamos a ter uma equipa de vendas a actuar no « terreno». # EXP. -

39.8. VIA TELEFONE

TÍTULO O CABAZ DE NATAL

DATA 97-09-20
 COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

da indústria do CD-ROM. # A CUC International (casa-mae), cotada na bolsa de Nova York, é fornecedora de bens e serviços a mais de 66 milhões de pessoas em todo o mundo, **via** telefone, televisão e Internet, incluindo viagens, automóveis e produtos financeiros. Ela absorveu a Blizzard, a Davidson, a Knowledge Adventure e a Sierra On-Line, cujo grupo já integrava a Coktel, a Papyrus (Indy e Nascar)

39.9. PELO TELEFONE

TÍTULO TENHA O SEU BALCAO ACESSÍVEL EM CASA
 DATA 97-12-06
 COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

o balcão virtual # PIONEIRO no lançamento de produtos bancários personalizados e serviços inovadores, o Banco Comercial Português estendeu o seu Banco 7 até à Internet. Ou seja, tornou o seu balcão virtual acessível **pele** telefone - duas vezes. Além da voz, o serviço que já existia, o BCP introduziu agora no mercado a possibilidade de o consumidor efectuar certas operações bancárias através da rede das redes, sentado comodamente em casa ou no escritório

39.10. ATRAVÉS DO TELEFONE

TÍTULO CONQUISTA AOS MOUROS FESTEJADA:
 DATA 9 DE JANEIRO DE 1998
 COLEÇÃO [REGIÃO DE LEIRIA \(LEIRIA\)](#) **[MAIS...]**

atletas com mais de 16 anos, inclusivé. Cada equipa deve ser constituída por quatro elementos. # As inscrições terminam hoje, podendo ser feitas junto da Comissão Organizadora de Provas Desportivas de Obidos, **através** do telefone (062) 955000 ou fax (062) 955001. # 18 km do Vidreiro na Marinha Grande # A Marinha Grande recebe domingo a quarta edição do Grande Prémio do Vidreiro, uma realização incluída no programa de comemorações

39.11. POR TELEFONE

TÍTULO GERT HUGLER, PRESIDENTE DA VOBIS AG
 DATA 97-09-20
 COLEÇÃO [EXPRESSO \(LISBOA\)](#) **[MAIS...]**

noutras cidades onde a Sonae tenha actividade comercial. E é possível que também venhamos a vender directamente a clientes empresariais. # EXP. - Existem planos para a venda directa de PC ' s (**por** telefone ou via Internet)? # G.H. - É uma possibilidade, mas ainda não está definido se vamos usar esses meios. E é também possível que venhamos a ter uma equipa de vendas a actuar no « terreno». #

39.12. POR INTERMÉDIO DO TELEFONE

TÍTULO PF INVESTIGA QUADRILHA QUE ESTARIA COBRANDO PROPINA DE PREFEITURAS
 DATA 18 DE ABRIL DE 1997
 COLEÇÃO [O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\)](#) **[MAIS...]**

de dentro do MEC ou então que são do próprio MEC. # Conforme Paulo Costa, secretário municipal de comunicação, Aldenora disse à Neusa Muller que, se houvesse interesse, ela deveria ser procurada **por intermédio do telefone** celular 061.971.5502, de Brasília. Foram os contatos da prefeitura com este número o alvo da gravações, feitas ao longo do dia de anteontem, pela coordenadora Neusa Muller. # A primeira ligação de Neusa para o

40. USOS DE A EM CONCORRÊNCIA COM DE

40.1. BRASIL – ORAL

LINGUAGEM FALADA:
 RECIFE: 108

[A LINGUAGEM FALADA CULTA NA CIDADE DO RECIFE. RECIFE: UFPE \[MORE...\]](#)

e: tem varias utilidades - abelha mosca muriçoca - gafanhoto - que eu já falei no princípio que servia pra destruir as plantas - inclusive a gente tem um animalzinho - que todo mundo tem horror a ele que não foi falado ainda aqui que é o sapo - então o sapo no nosso jardim serve exatamente pra nos defender dos gafanhotos - quer dizer de qualquer forma ele não é tão inútil - muito pelo contrário ele é até

40.2. BRASIL – ORAL

ODETE LARA -

20 SETEMBRO 1997

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

das pessoas que fotografo, mas já tenho muita idade e pouca energia para carregar o equipamento fotográfico. Estado - A perspectiva da morte lhe apavora? Odete - Eu não entendia a morte, tinha **horror** dela. Hoje sei que a morte é um outro estado de ser. Comparo a essência da vida ao oceano. Nós, como indivíduos, somos as ondas. Nós, temporariamente, nos tornamos uma forma individual. Quando morremos

41. USO DE ACONTECE QUE

TASSO JEREISSATI

28 SETEMBRO 1997

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

discurso dos partidos sociais-democratas ou socialistas de 15 ou 20 anos atrás. Nem a ação política e administrativa deles é a mesma. É burrice você ser sempre o mesmo quando as coisas estão mudando. **Acontece** que o PSDB evoluiu com as mudanças que ocorreram no mundo e no próprio País. Mas ele não tem nenhuma análise de um governo liberal. Governo liberal é aquele que quer o Estado desaparecendo e a iniciativa privada e o mercado

42. USOS DE SÓ QUE

42.1. INTRAORACIONAL

LEDA

2900S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

não consegue. JC - Por que você vive dividida entre Bauru e São Paulo? Leda - Eu sempre achei que ninguém pode ficar parado, então parti para buscar coisas novas em São Paulo, **só que** isso não era fácil. Meu pai faleceu há 12 anos e eu não tinha muito respaldo. Era difícil ficar por lá porque tinha o aluguel e as outras despesas. Então, quando pintava uma chance eu ia. Acabava

42.2.

MARTA SUPPLY

2500S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

de equipamentos sociais, de investimentos em educação e saúde, vai ser muito difícil a oposição ganhar, porque o povo, e nós todos do PT, estamos satisfeitíssimos com a queda da inflação. **Só que** existe essa conexão entre inflação baixa, desemprego e o restante da situação de pobreza e exclusão social, de acúmulo de renda no país, porque os dados mostram que os mais ricos ficaram mais ricos, e os mais pobres

43. USOS DE AGORA

43.1.

VÂNIA TEIXEIRA

1200S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

onde fiquei até 90. JC - Como foi a aceitação de sua família quando você decidiu seguir a carreira no basquete? Vânia - Meu pai apoiava muito, porque ele sempre gostou de esporte. **Agora**, mae, sempre tem outros planos para filha. Na época eu estudava piano e era isso que ela esperava na época. Além disso, ela tinha muito medo de me deixar viajar sozinha, de soltar. Na minha primeira

43.2.

VÂNIA TEIXEIRA

1200S

[INTERVIEWS IN O ESTADO DE SÃO PAULO \(SÃO PAULO\) \[MORE...\]](#)

me deixar viajar sozinha, de soltar. Na minha primeira viagem, ela foi junto. Depois disso, ela começou a curtir e acabou se envolvendo. Aí eu fiquei muito tempo fora, mas **agora**, que estou aqui, toda a família faz parte da torcida. JC - E quando foi a sua convocação para a seleção brasileira? Vânia - Eu fui convocada pela primeira vez em 76, junto com outros grandes nomes da

44. USO DE MIL

ABREU, ANGELA

1997

SANTA SOFIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MORE...\]](#)

- ela começou a dizer. Mas eu já tinha entrado. A sala grande estava enevoadada pelo - Patricia - Márcia berrou, m feitor ordenando cem chibatadas, salguem-lhe as costas. -1 não falei **mil** vezes que não admito nenhum estranho por peo em hora de gravação? - É o cara do jornal - Patricia explicou. A voz soava infantil, desafinada. Ridícula, e ao mesmo tempo coerente com aquele visual de ave pernalta

45. USOS DE PRONOMES NOMINATIVOS EM FUNÇÃO DE COMPLEMENTO

45.1. Eu – ablativo

MONTELLO, JOSUÉ

1978

A NOITE SOBRE ALCÂNTARA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MORE...\]](#)

Antenor, que vinha logo atrás, no mesmo passo melancólico: - E o Visconde sabe que isto está assim? - Faz uns tempos, Seu Major ainda não tinha voltado, ele veio aqui **mais** eu. Quando viu a casa caída, chorou. Nesse tempo, o Benedito ainda andava por aqui, com uns quatro ou cinco pretos do tempo dele. Quando viu o, Visconde chorar, chorou também. Disse que daqui

45. 2. Tu – ablativo

CORDIAL: PST17

[CORPUS DIALECTAL O ESTUDO DA SINTAXE \(CORDIAL-SIN\) \[MORE...\]](#)

, assim no Natal ou qualquer coisa, fazer umas broas ou qualquer coisa, que a maior parte não se ligavam umas com as outras a dizer: " Ah, (..) vou amassar **mais** tu " ou qualquer coisa. Que há muita gente que não se importa, nem pão do forno, nem quer ter trabalho. " Broas, mando fazer ". INQ Não, mas eu digo antigamente, eu digo antigamente

Tu – SE

CAVALCANTE, JOYCE

1993

INIMIGAS ÍNTIMAS

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

... mundo. O mais velho, o menino Zezito, fica mesmo lá em casa com a Maria do Céu. Deixa ele ir ficando. Onde come um, come até mais de dez. E **tu** se ajeita como Deus permitir. Se tu quiser, tu pode voltar pra minha casa, as portas tão abertas. Se não, tu faz o que te der na telha. Adeus. Levantou o cós das calças e saiu

MIM – Sujeito de infinitivo

CABRAL, PEDRO CORRÊA

1993

XAMBIOÁ: GUERRILHA NO ARAGUAIA

[BRAZIL:FICTION:SCANNED](#) [\[MORE...\]](#)

. Chegou depois que as aulas haviam terminado e encontrou Darci à sombra do abieiro, conversando com Nonô. - Boa tarde. Sou João Simplício - disse. - A moça Lúcia falou que era **pra** mim vim aqui, causa que o moço Darci tá precisado de falá cumigo. Pois não, tô às suas ordens. Darci franziu o sobrolho e disse sério: - E verdade, camarada. Mas nossa conversa não vai ser

46. USOS NOMINALIZADOS DE EU

46.1.a. O EU

46.2.a. O SEU *EU*

TÍTULO	DENTRO DA NOITE
DATA	1910
AUTOR	JOÃO DO RIO
DATAS DO AUTOR	1881-1921
COLEÇÃO	BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA (U FED SANTA CATARINA) [MAIS...]

ser verdadeiro nas coisas do sentimento que ama a ilusã**o**. Geraldo, nervoso, sem saber o que fazer do seu chapéu calabrês, sentia a lamentável, uma curiosa e lamentável sensação de que retomava **o seu eu**; um eu vulgar e comum. Alda fez-lhe ainda um vago gesto. Na rua, outra vez, envergonhado, furioso, triste, o pobre rapaz deitou quase a correr, com o receio de que o conhecessem

46.2.b. O SEU *EU*

TÍTULO	CHIAVENATO, JÚLIO JOSÉ
DATA	1993
AUTOR	AS MENINAS DO BELO MONTE
COLEÇÃO	BRAZIL:FICTION:SCANNED [MAIS...]

per-nas, os pés rugosos em contato com a terra. Tentou ver **o** rosto chupado, mas um pedaço de mandioca tapou-lhe a visão. E conheceu-se, abrindo a boca ávida. Era ele, **o seu eu** verdadeiro,

faminto, colhendo com a boca, das mãos da mãe, o alimento sagrado. Ele, engolindo rápido, saciando a fome. Ele, ela, menina de olhos azuis, cabelos loiros, o nariz

46.2.c. O SEU *EU*

TÍTULO ALGUMAS NOTAS DE LEITURA
 DATA 7/10/1997
 COLEÇÃO [TERRAS DA BEIRA \(GUARDA\) \[MAIS...\]](#)

, parafraseando Herberto Hélder, são mesa para os pensamentos. Esta poética do espaço com as coisas é um grande recurso técnico-literário para o poeta falar de si e ainda bem. Desta maneira, dilui-se o seu eu, explícito, verbal, para surgirem as coisas que falam de nós. Influência de Ramos Rosa? Seja como fôr, o que o poeta « caça » nas coisas é o outro lado das coisas, não num

46.3.a. O NOSSO EU

TÍTULO VERISSIMO, ERIC
 DATA 1961
 AUTOR O TEMPO E O VENTO (PARTE 3, TOMO 2)
 COLEÇÃO [BRAZIL:FICTION:SCANNED \[MAIS...\]](#)

de viver. Mas não é, te asseguro que não é. É antes uma fuga covarde e suicida. Porque resignando-nos a uma pobre subvida, estamos assassinando ou, melhor, impedindo que nasça o nosso eu verdadeiro. Como já te disse, precisamos agarrar o Touro a unha, mesmo que isso nos leve a posturas ridículas. As pessoas em sua grande maioria são demissionárias da espécie humana. Vivem existências inautênticas. - Mas

46.3.b.

TÍTULO MEMORIAL DE UM PASSAGEIRO DE BONDE
 DATA 1921
 AUTOR AMADEU AMARAL
 DATAS DO
 AUTOR 1875-1929
 COLEÇÃO [BANCO DE DADOS DE HISTÓRIA LITERÁRIA \(U FED SANTA CATARINA\) \[MAIS...\]](#)

toda vontade e a toda tendência definida. É qualidade humana, com raízes fundas na camada mais funda da nossa humanidade. Todos temos dentro de nós um bicho indiscreto e malévolo, em simbiose com o nosso Eu distinto e consciente, que às vezes o ignora ou faz por ignorá-lo, ou mesmo lhe dá largas. Arrastado pela curiosidade, antes que acabasse de refletir, não me custou perceber que de fato a mulher escondia qualquer

46.3.c. Séc. XIX

TÍTULO RIBEIRO:THEORIA
 AUTOR ANTÓNIO LEITE RIBEIRO
 COLEÇÃO [CORPUS LEXICOGRÁFICO DO PORTUGUÊS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO \[MAIS...\]](#)

ou em parte, a pezar nosso; he impossivel não presumirmos mais tarde, ou mais cedo, que este ultimo effeito tem huma causa, e fazermos desta causa hum ente, que não he o nosso Eu pensante. §. 10º E como nos casos, em que este effeito he produzido, seja por hum Corpo absolutamente distincto do nosso, seja por hum dos membros do nosso corpo, que se oppõe a outro membro

46.4.a. O EU DELE(a)

Nós somos pessoas modernas. Ela está tentando encontrar o verdadeiro eu, entende?

— Ela tá procurando o verdadeiro tu nos outros?

— O verdadeiro eu, não. **O verdadeiro eu dela.**

http://www.releituras.com/lfverissimo_analista.asp